Versão Provisória | 08.Jun.2012

www.novonorte.qren.pt

Programa Operacional	**Objetivo:** Convergência e Competitividade e do Emprego
	Zona Elegível: NUT II NORTE
	Período de Programação: 2007-2013
	Número do Programa (CCI): 2007 PT 16 1 PO 002
	Designação do Programa: Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013
Relatório Anual de Execução	**Ano do relatório:** 2011
	Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento:

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, designado por ON.2 – "O Novo Norte", foi aprovado pela Comissão Europeia a 10 de Outubro de 2007. Financiado exclusivamente pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, apresenta um cofinanciamento comunitário que ascende a 2.712 milhões de euros.

O objetivo global do Programa está em linha com a "Visão Norte 2015", segundo a qual "a Região do Norte será, em 2015, capaz de gerar um nível de produção de bens e serviços transacionáveis que permita recuperar a trajetória de convergência a nível europeu, assegurando, de forma sustentável, acréscimos de rendimento e de emprego da sua população e promovendo, por essa via, a coesão económica, social e territorial".

Este objetivo global foi, posteriormente, desenvolvido pela CCDR-N, em interação com os agentes regionais, através da elaboração de 15 Planos de Ação Temáticos, identificando estratégias e intervenções prioritárias para o desenvolvimento económico e social da Região do Norte.

Incorporando estes contributos, o ON.2 encontra-se estruturado em cinco Eixos Prioritários (EP): EP I – Competitividade, Inovação e Conhecimento; EP II – Valorização Económica de Recursos Específicos; EP III – Valorização do Espaço Regional; EP IV – Coesão Local e Urbana; EP V – Assistência Técnica.

2. Globalmente, pode-se afirmar que, se 2009 foi um ano de evolução muito significativa em termos de aprovações, e 2010 foi o ano em que a execução iniciou o seu crescimento, 2011 foi o ano de forte de consolidação desse crescimento da execução, mais do que duplicando a taxa de 2010.

A execução financeira acumulada do Programa foi, no final do ano, de 901 M€ FEDER (412 em 2010), correspondendo a um custo total elegível de 1.228 M€ (676 em 2010), correspondendo a uma taxa de 33,2% (execução FEDER / programação FEDER 2007-2013). Convém lembrar que a taxa de execução financeira do Programa em 2010 era de 15,2% e em 2009 foi 2,8%.

Para estes resultados contribuiu o aumento das aprovações do Programa, que atingiram no final do ano o valor acumulado de 2.414 M€ FEDER (1.782 em 2010), pelo que a taxa de compromisso passou de 66% em 2010 para 89% em 2011 (31% em 2009 e 17% em 2008).

Refira-se que o Eixo IV foi o que mais contribuiu em termos absolutos para a execução financeira do Programa, com 543 M€ FEDER (44,6% do valor programado), seguindo-se os Sistemas de Incentivos com 152 M€ (36%), p que somado ao investimento público com 51 milhões, dá um total de 202 milhões para o Eixo I (26,5% de taxa de execução), o

Eixo III com 91 milhões (32,5%), e o Eixo II com 39 milhões. (22,8%).

Verifica-se uma correspondência entre os Eixos com maior execução e os Eixos com maiores taxas de aprovação. Assim os Sistemas de Incentivos e os Eixos III e IV apresentavam, no final de 2011, taxas de aprovação de, respetivamente, 99%, 97%, e 95%.

Até ao final de 2011 foram apresentados 7.980 pedidos de pagamento, sendo que desses 4.043 foram analisados pela estrutura da AMP – Área Metropolitana do Porto e das CIM – Comunidades Intermunicipais, 1.766 pelo secretariado técnico do Eixo 4, 1.227 do Eixo 3, 476 do Eixo 1 e 370 do Eixo 2. Por tipologias, as que apresentaram mais pedidos de pagamento são a "Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar" com 2.514, "Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana", com 1.318, "Mobilidade Territorial" com 834 e "Valorização Económica de Recursos Específicos" com 525.

Só em relação ao ano de 2011, para uma despesa FEDER de 812M€ apresentada, da qual foram validados 781,7M€, os pedidos de pagamento apresentados corresponderam a um total de 13.304 despesas verificadas pelas equipas técnicas da AG e da AMP/CIM, das quais de realça 9.159 no Eixo 4 e 2.170 no Eixo 3.

O enorme esforço que tem sido feito pela Autoridade de Gestão completa-se com a análise de 4.047 candidaturas apresentadas (sem Sistemas de incentivos) até ao final de 2011, ascendendo a um FEDER solicitado total de 3.289M€, tendo já sido aprovadas até ao final do ano 2.061 operações, às quais há a acrescer as 1.881 dos Sistemas de Incentivos.

3. Na generalidade das tipologias dos Eixos prioritários continuam a verificar-se constrangimentos na fase de análise, decorrentes da insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas, implicando a continuidade da implementação das Medidas para combater a situação, nomeadamente a nível do apoio dos Secretariados Técnicos no sentido de esclarecer e instruir os promotores.

O Eixo Prioritário I – "Competitividade, Inovação e Conhecimento", apresentava em 31/12/2011 uma taxa de compromisso de 86,9% (63,7% em 2010) e uma taxa de execução de 23% (13,2% em 2010), destacando-se o elevado nível de aprovações no âmbito dos Sistemas de Incentivos (1.881 projetos), com uma comparticipação FEDER de 415 milhões de Euros.

Os investimentos e as dinâmicas do ON.2, permaneceram convergentes com o objetivo global de promover um novo modelo competitivo para a Região do Norte. Com efeito, a procura de incentivos quer na componente dos apoios às empresas, quer na componente atribuído

a projetos públicos ou não empresariais teve uma incidência significativa em domínios tecnológicos e atividades intensivas em conhecimento.

A elevada procura registada nos Sistemas de Incentivos originou uma maior seletividade, com focagem crescente em projetos inseridos em Estratégias de Eficiência Coletiva, nomeadamente PROVERE e em projetos orientados para os mercados externos.

OE1 – Consolidação dos Serviços Coletivos Regionais de Suporte à Inovação e Promoção do Sistema Regional de Inovação. Até ao final de 2011 foram apoiadas 69 unidades de I&D pertencentes ao SCTN – Sistema Científico e Tecnológico Nacional, aos quais há a acrescer, no que respeita aos Sistemas de Incentivos, 62 projetos em copromoção entre empresas e entidades do SCTN. Estes projetos são apoiados pelo Programa em 152M€ FEDER. Importa também referir que a região Norte, em consonância com o governo, liderou um programa pioneiro de financiamento de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológicos, com requisitos de acesso definidos ao nível da excelência e forçando à reunião de massa crítica e à articulação de atores regionais relevantes. Este processo conduziu à abertura de um aviso para programas integrados de IC&DT com uma dotação orçamental de 30 M€

OE2 / Apoio à Criação e Consolidação de "Clusters" Emergentes e de Empresas de Base Tecnológica. Até ao final de 2011 foram contratados projetos de 706 empresas inseridas em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia, tendo já sido ultrapassada a meta para 2015.

OE3 – Promoção e Desenvolvimento da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e de Operações Integradas de Ordenamento e de Acolhimento Empresarial. A área acumulada de infraestruturas em projetos de acolhimento empresarial contratado ascende a 1.178.424m². Quanto aos Parques de Ciência e Tecnologia, eles abrangem 160.134m², para um total de 256 empresas instaladas, sendo que ambos os indicadores ultrapassam já a meta de 2015. Ao todo os concursos referentes às tipologias parques de ciência e tecnologia, incubadoras de empresas de base tecnológica, empreendorismo tecnológico e áreas de acolhimento empresarial, ascendem a 156M€.

OE 4 – Requalificação, Inovação e Reforço das Cadeias de Valor nos Sectores de Especialização. O contributo para este objetivo específico é dado pelos Sistemas de Incentivos que, no final de 2011, contavam já com 1.091 projetos empresariais contratados em sectores de especialização, um número que, à semelhança do ocorrido com o contributo destas medidas de apoio para o Objetivo Específico 2, superava já a meta prevista para 2015.

OE 5 – Promoção de Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial. No ano de 2011 não foram contratadas quaisquer operações no âmbito deste objetivo específico.

OE 6 – Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento. No início de 2011, foi contratada a operação "Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais da Região Norte", a qual abrange 44 municípios e contribui para um acréscimo de população com acesso à banda larga de 244.147 pessoas, o que só por si ultrapassa a meta para 2015.

OE 7 – Promoção de Ações de Eficiência Energética. Em termos acumulados e, considerando que determinadas operações contratadas podem contemplar mais do que um projeto de eficiência energética, até ao final do ano encontravam-se contabilizados 23 "projetos de eficiência energética", para além das 6 Agências de Energia também contratadas até essa data. Aos 23 "projetos de eficiência energética" já contratados corresponde uma "Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados no âmbito de projetos de eficiência energética de 29%, valor que supera a meta estabelecida para 2015, a qual se situa em 15%.

OE 8 – Modernização do Governo Eletrónico e Melhoria da Relação das Empresas e dos Cidadãos com a Administração Desconcentrada e Local. No ano de 2011, este Objetivo não sofreu alteração face ao ano de 2010.

OE 9 – Promoção da Capacitação Institucional e do Desenvolvimento Regional e Local. No ano de 2011, este Objetivo não sofreu alteração face ao ano de 2010.

No final de 2011 este objetivo apresentava 120 operações contratadas superando a meta de 2015; este indicador, em termos de realização contratada, já atinge o valor de 2.479 estando de acordo com a quantificação destes indicadores, para 2015.

O Eixo Prioritário II – "Valorização Económica de Recursos Específicos", centrado na promoção da competitividade através da valorização económica de recursos específicos é uma aposta regional transposta para o Programa Operacional sem paralelo em qualquer das demais regiões Portuguesas, englobando um conjunto coerente e articulado de objetivos específicos, os quais foram objeto de um trabalho aprofundado de preparação no quadro das Agendas Temáticas que a CCDR-N desenvolveu, no seguimento da Iniciativa Norte 2015. O Eixo Prioritário 2 observou em 2011 um forte impulso na sua implementação, tendo a taxa de compromisso passado de 45,4% para 67,1% (era de 6,6% em 2009). A taxa de execução passou de 6,1% para 15,3%.

Em termos acumulados, até ao final do ano já tinham sido aprovadas 160

operações, representando (76 em 2010) num montante global de 173M€ FEDER.

OE 1 – Valorização Económica da Excelência Turística Regional. No final do ano encontram-se contratadas 67 operações, mais 20 do que em 2010, com predomínio de operações inseridas no PDTVD – Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, referentes às escolas de hotelaria e turismo e à rede de centros de informação turística. Os participantes em ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD ascendiam a 1.257.523 em termos de operações contratadas, dos quais um milhão em operações encerradas o que já supera em muito a meta estabelecida para 2015.

Quanto ao "novo" indicador de resultado correspondente, resultante da reprogramação de 2011, "Nº de participantes em ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos do Porto/Norte de Portugal", contabilizava 91.650 (por ano), em termos de operações contratadas.

OE 2 – Valorização Económica de Novos Usos do Mar. No ano de 2011 foi aberto um aviso destinado aos projetos âncora da EEC – Estratégia de Eficiência Coletiva "Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar".

OE 3 – Valorização da Cultura e da Criatividade. Até ao final do ano, no âmbito deste Objetivo Específico, já se encontravam contratadas 24 operações, envolvendo um montante FEDER total de 48,4 M€.

A estimativa do indicador de resultado "Nº de visitantes em eventos apoiados " das operações contratadas até 31.12.2011 é de 2.073.456. Como os eventos de "Guimarães – capital europeia da cultura 2012" terão de ser todos realizados em 2012, os indicadores de Eixo Prioritário referidos anteriormente deverão contemplar um grande incremento nesse ano.

OE 4 – Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Atividades Económicas. Este Objetivo Específico é absorvido na totalidade pelas intervenções integradas na subvenção global atribuídas às CIM / AMP, no quadro da chamada "contratualização". O respetivo indicador de realização física "Área infraestruturada, qualificada e reordenada para acolhimento empresarial integrada em planos territoriais de desenvolvimento (m²)" atinge o valor de 3.791.460 m², ultrapassando em muito meta estabelecida do indicador para 2015.

Ainda neste OE, e resultante do processo de reprogramação de 2011, foram ajustados os restantes indicadores (de realização física e de resultado) sendo que em 2011 foram contratadas 12 ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos integradas em planos territoriais de desenvolvimento às quais correspondem 50.000 participantes em ações de desenvolvimento turístico integradas em planos territoriais de desenvolvimento", superando já, cada um

destes indicadores, a meta estabelecida para 2015.

OE 5 – Valorização Económica de Recursos Endógenos em Espaços de Baixa Densidade e Diversificação da Atividade Económica dos Territórios Rurais. Este OE foi totalmente centrado nas EEC PROVERE. De acordo com o processo de reprogramação de 2011, já se encontram protocolados 9 programas PROVERE a concorrer para o indicador de realização, estando contratadas 17 operações de valorização económica dos recursos endógenos, totalizando um FEDER de 15,6 M€.

O Eixo Prioritário III – "Valorização do Espaço Regional" apresenta uma taxa de Taxa de Execução de execução de 32,5% e uma taxa de compromisso de 97%.

O esforço realizado na qualificação dos serviços coletivos territoriais de proximidade traduz-se num aumento da coesão territorial da Região do Norte, permitindo a criação de condições que promovem a igualdade de oportunidades entre as populações dos meios rurais e urbanos.

OE 1 – Qualificação dos Serviços Coletivos Regionais de Valorização e Proteção Ambiental.

Ações de Valorização do Litoral (AVL) – No final de 2011 encontravam-se aprovadas 24 operações das quais 5 já estão encerradas. Está, assim, ultrapassada a meta de 2015 (20 operações aprovadas) o que corresponde a um grau de cumprimento de 120%. No que respeita à linha de costa intervencionada, as operações incidem sobre 87,94 km dos 142 km da extensão de costa da Região do Norte.

Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extrativas - Passivos Ambientais (RLCZE) – Em 2011 não foi aprovada qualquer operação desta tipologia pelo que se mantêm os cinco projetos correspondentes à meta para 2015. No que respeita às áreas reabilitadas no âmbito dos passivos ambientais, encontra-se ultrapassada a meta de 2010 e de 2015 (1 km²), uma vez que se encontram aprovados 1,253 km², dos quais, 1,035 km² já se encontram concluídos.

Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) – Até ao final de 2011, foram contratados 8 projetos que integram a realização de 8 ações de sensibilização, divulgação e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos, que abrangem, na sua totalidade, uma população estimada em cerca de 435.951 habitantes. Encontra-se ultrapassada a meta de 2010 (5 ações) sendo a meta de 2015 de 12 ações.

Riscos Naturais e Tecnológicos (RNT) - Em 2011 foi lançado novo aviso para projetos materiais (aquisição de veículos para operações de socorro de proteção civil, limpa neves e equipamentos para adaptar a veículos de tração total), tendo sido aprovadas 76 operações. No que respeita às ações de sensibilização,

divulgação e informação, todas relacionadas com as operações imateriais, estão aprovadas 313 ações, das quais 8 já efetuadas. Ultrapassaram-se assim as metas de 2015 (300 ações). No que respeita à população servida por estas ações, encontram-se abrangidos 1.558.022 habitantes, ultrapassando a meta de 2010 (1.000.000 de habitantes) tendo-se cumprido já 89% da meta de 2015 (1.750.000 habitantes)

OE 2 – Qualificação da Rede Regional de Espaços de Sustentabilidade

Encontram-se aprovadas 36 operações referentes ao indicador "número de intervenções de gestão ativa em áreas classificadas", estando concluída uma operação, pelo que já foram ultrapassadas as metas de 2015 (35 operações). A área relativa às 36 operações aprovadas é de 552.593 ha, o que somado à anterior situação de partida dá um total de 1.191.170 ha, tendo-se já ultrapassado a meta de 2015 um milhão de ha)

OE 3 – Qualificação dos Serviços Regionais de Cultura e Património

Dinamização Cultural e do Património (PC e PCR) – Este novo indicador do Eixo 3, inclui as aprovações relativas aos avisos do Património Cultural e da Programação Cultural em Rede. No final de 2011 estavam contratadas 62 operações, das quais 11 se encontram fisicamente encerradas, estando previstas nas operações contratadas 875.500 o que ultrapassa as metas definidas para 2015, tanto no número de projetos como no número de visitantes esperados. Em 2011 foram contabilizados nas ações concluídas cerca de 218 mil participadores.

Equipamentos Culturais (BA e TCT) - Este novo indicador do Eixo 3, inclui as aprovações relativas aos avisos do Bibliotecas e Arquivos e Teatros e Cine Teatros. No final de 2011 estavam contratadas 48 operações, abrangendo 1.269.980 habitantes, servida por estes equipamentos, dos quais 271.784 habitantes pertencem a 3 projetos concluídos, encontrando-se quase cumprida a meta para 2015 no que respeita ao número de projetos e em 63,5% a de habitantes servidos (2.000.000 habitantes em 2015).

OE 4 – Qualificação dos Serviços Regionais de Saúde

No início de 2011, estavam aprovadas 31 operações, tendo havido a desistência de 3 operações e a reaprovação do Centro Materno Infantil do Norte. Assim, estamos perante um conjunto de 29 projetos contratados de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde, estando-se ainda aquém da meta prevista para 2010 que era de 71 projetos.

Relativamente ao indicador "população abrangida pelos projetos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde", os 29 projetos já contratados abrangem mais de 3,7 milhões de habitantes, ultrapassando a meta de 2015.

No final de 2011, estavam encerradas 13 operações.

A divergência entre a taxa de realização dos indicadores número de projetos e número de habitantes abrangidos deve-se ao fato de inicialmente estar previsto o financiamento de unidades locais de saúde e se terem financiado vários hospitais. O primeiro indicador será corrigido na reprogramação de 2012.

No Eixo Prioritário IV – "Coesão Local e Urbana", a nota dominante em 2011 foi o crescimento da execução face aos anos anteriores. Este é o Eixo que mais contribui, em termos absolutos, para a execução do Programa, com 543 M€ de FEDER executado e 1.160 M€ de FEDER aprovado, a que correspondem uma taxa de compromisso de 95,4% e uma taxa de execução de 44,6% face ao programado.

Este crescimento da execução estava desde o início previsto na programação do ON.2, dado o tempo que medeia entre a aprovação dos programas de ação das Parcerias para a Regeneração Urbana e a apresentação e aprovação das respetivas operações e ao forte impulso que desde 2008 se deu ao parque escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Pré-escolar. Isto levou a Comissão Diretiva a abrir, ainda em 2007 e início de 2008 os primeiros concursos de ambas as tipologias.

OE 1 – Qualificação dos Serviços Coletivos Territoriais de Proximidade.

Ciclo Urbano da Água - Componente Abastecimento de Água (CUA) – No final de 2011 estavam contratados 540,61 km de rede a intervencionar que vão servir 181.989 habitantes. Relativamente ao cumprimento das metas de 2010 e de 2015 dos indicadores "Rede de abastecimento de água intervencionados" (370 km), "Acréscimo de população servida" (181.989 hab.), estes encontram-se já cumpridas. No que respeita à execução dos projetos aprovados, encontram-se concluídos 252,43 km de abastecimento de água, sendo a população servida de 84.988 habitantes.

Ciclo Urbano da Água - Componente Águas Residuais (CUA) – No final de 2011 estavam contratados 554,53 km de rede a intervencionar que vão servir 48.488 habitantes ultrapassando-se as metas de 2015 (250 km e 25.000 hab.). Destes encontram-se concluídos 18.211 km de rede de saneamento de águas residuais, sendo a população servida de 18.211 habitantes.

Requalificação da rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (RRE) - Encontram-se contratados 331 centros escolares, valor superior às metas para 2015 (325). As intervenções referidas abrangem 88.910 alunos, pelo que também este indicador ultrapassou as metas 2015 (67.500). É ainda de notar que se encontram fisicamente concluídos 212 centros

escolares do 1º ciclo do Ensino Básico que servem 56.950 alunos.

Equipamentos Sociais (ES) - Creches e Unidades de Cuidados Continuados Integrados – Até ao final de 2011 foram contratadas 27 creches, abrangendo 1.082 novos utentes, e 19 Unidades de Cuidados Continuados Integrados que abrangem 723 novos utentes. Assim, estão contratadas 46 operações sociais para 1.805 novos utentes numa área com uma população estimada de 1,4 milhões de habitantes encontrando-se cumpridas todas as metas de 2015 com a exceção da meta de número de utentes apoiados (2.000). Está, assim, o PO com uma taxa de cumprimento de 90% da meta referida.

Equipamentos Desportivos (ED) – Até ao final de 2011 foram contratados 139 equipamentos desportivos abrangendo uma população de 551.932 habitantes, tendo sido dada prioridade aos equipamentos (polidesportivos, pavilhões e piscinas) que apresentassem grande ligação aos estabelecimentos de ensino próximos, o que corresponde ao cumprimento das metas de 2015 tanto para o número de equipamentos desportivos (120) como para a população abrangida (500.000 habitantes). Neste momento, encontram-se concluídos 62 equipamentos que servem uma população de cerca de 200 mil habitantes.

OE 2 – Qualificação do Sistema Urbano Regional.

Com a aprovação do Regulamento Específico Reabilitação Urbana, que vem substituir os regulamentos das PRU e das RUCI, passamos a ter apenas operações individuais que, no final de 2011, totalizavam 327, tendo havido desistências relativamente a 2010 sem impacto nas metas dos indicadores: no que respeita à população abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas esta totaliza 1.102.373 habitantes, sendo que este valor ultrapassa as metas estabelecidas para 2015 (um milhão de habitantes). Destas, 55 operações já se encontram concluídas.

Correspondendo aos projetos apoiados, 47.945 m2 de espaço público integrado em projetos de requalificação urbana deixaram de estar afetos à circulação automóvel, encontrando-se cumpridas as metas de 2015 (15.000 m2)

A área intervencionada por operações de regeneração urbana subiu para 6.752.556 m², ultrapassando as metas estabelecidas para 2015 (1.250.000 m²)

Reabilitação Urbana - No âmbito das PRU e RUCI, relativamente a Programas de Acão e Programas Estratégicos aprovados, encontram-se envolvidas 14 cidades em redes urbanas para a competitividade, tendo sido ultrapassada a meta estabelecida para 2010 que correspondia ao envolvimento de oito cidades;

- Foram apoiados 34 Protocolos de Parceria para a regeneração urbana estando a meta praticamente cumprida a meta de 2015 (35)

OE 3 – Qualificação dos Serviços Regionais de Mobilidade e Transportes.

Mobilidades Territorial (MT) – Encontram-se contratadas, a 31 de Dezembro de 2011, 188 projetos de qualificação dos serviços regionais de Mobilidade Territorial dos quais já se encontram encerrados 84 projetos. Em termos de caraterização da rede apoiada, refira-se que foram contratados 93,85 km de novas estradas (60,06 km já executados) e 1.206,37 km de reconstrução/beneficiação de estradas existentes (estando concluídos 519,16 km). No que respeita ao cumprimento das metas de 2015, refira-se que só não está cumprida a meta de estradas requalificadas que é de 1500 km. Assim, os valores de contratação correspondem a 80,4% daquela meta.

4. Relativamente às políticas comunitárias, nomeadamente ao nível das regras de concorrência, dos mercados públicos, da proteção do ambiente e da igualdade de oportunidades e não discriminação, a Autoridade de Gestão assegurou que as operações financiadas cumpriam com a legislação nacional de comunitária vigente.

Realce-se, quanto aos mercados públicos, que em 2011 a Autoridade de Gestão publicou uma Orientação de Gestão sobre a Metodologia de verificação do cumprimento das regras associadas à contratação pública (não aplicável às operações dos sistemas de incentivos), a qual equipara a organismos de direito público todas as entidades não sujeitas ao Código dos Contratos Públicos.

5. O ano de 2011 ficou marcado pelo regresso da recessão económica e pela entrada em vigor do programa de assistência financeira a Portugal, nos termos do Memorando de Entendimento assinado entre a República Portuguesa e a CE, o BCE e o FMI. Um conjunto de medidas que foi adotado ao abrigo do referido programa de assistência financeira, essencialmente com o propósito de corrigir desequilíbrios ao nível das finanças públicas e, globalmente, do endividamento externo, teve também como consequência uma forte contração da procura interna, nomeadamente nas componentes do investimento e do consumo privado. Este cenário teve, inevitavelmente, reflexos no desemprego, que aumentou em 2011. Na Região do Norte, o sector primário, o comércio e a construção foram os ramos de atividade que sofreram, em 2011, a maior destruição líquida de emprego.

Em todo o caso, o agravamento do desemprego em 2011 foi menos sentido no Norte do que em outras regiões portuguesas. Esta situação poderá relacionar-se, em parte, com o facto de a Região do Norte apresentar uma menor dependência face ao emprego público do que se verifica noutras regiões; mas por certo que ela é também explicada pelo bom desempenho das exportações de mercadorias (pelo segundo ano consecutivo) e pelo facto de o Norte continuar a ser, em termos regionais, a

principal plataforma exportadora portuguesa, apesar de ver essa liderança cada vez mais erodida. O crescimento das exportações permitiu mesmo que ocorresse um pequeno crescimento no emprego das indústrias transformadoras da Região do Norte, algo que já não ocorria desde 2004. Sem o contributo do sector transformador, estimulado pelas exportações, a destruição líquida de emprego na Região do Norte, em 2011, não teria sido de aproximadamente -11 mil empregos, mas sim de cerca de -15 mil empregos.

Do ponto de vista do financiamento à economia, assistimos, em 2011, a um corte no crédito concedido pelo sistema financeiro (bancos e outras entidades) às famílias e, sobretudo, às empresas – bem como ao crescimento dos níveis de incumprimento por parte dos devedores. A falta de liquidez obrigou famílias a alienar património que constituía reserva de valor e tem estado (porventura mais do que as questões da competitividade) na origem de inúmeras dificuldades sentidas pelas empresas e que se revelam por vezes insuperáveis.

Em suma, a conjuntura vivida em 2011 na Região do Norte foi profundamente desfavorável e terá, por certo, impedido uma execução mais significativa do Programa Operacional Regional do Norte, atentas as restrições que limitaram (e limitam ainda) a despesa pública e que penalizaram, também, as condições de liquidez dos agentes privados. A questão do financiamento à economia está hoje verdadeiramente no centro das atenções e dela depende, em grande parte, a possibilidade de contrariar o atual ciclo recessivo e, por maioria de razão, a promoção do desenvolvimento regional. É por isso que, ano após ano, a envolvente internacional, atualmente muito marcada pela chamada crise do euro, se revela cada vez mais decisiva – para a Europa, para Portugal, para a Região do Norte e, seguramente, para a execução futura do ON.2 – "O Novo Norte".

Mas se é verdade que as condições de financiamento dos agentes públicos e privados condicionam a execução do ON.2 – "O Novo Norte", também não é menos verdade que este Programa Regional (e, globalmente, o QREN na Região do Norte) constitui um das principais fontes de financiamento da economia regional. Os seus impactos diretos e indiretos, associados a uma melhor execução dos Fundos Estruturais e a uma otimização da contrapartida nacional, recentemente promovida pela Comissão Europeia, poderão originar inclusivamente, no curto prazo, efeitos positivos sobre a consolidação das finanças públicas. Mas esses efeitos vão para além do curto prazo. A adequada execução do ON.2 e do QREN é fundamental para dinamizar o investimento necessário à retoma de uma trajetória de crescimento e convergência real. Só esse crescimento é que permitirá a prazo melhorar, por sua vez, de forma sustentável as condições de

financiamento da economia regional e nacional.

6. A 31 de Dezembro de 2011, a Região do Norte era de todas as regiões NUTS II (e, em particular, das que se incluem no objetivo "Convergência") a que apresentava o maior nível de aprovações, representando 39% das aprovações totais do QREN em Portugal, sendo seguida pela Região do Centro e pela Região do Alentejo com um peso relativo de 28% e 15%, respetivamente.

Este maior nível de aprovações na Região do Norte não é, no entanto, compatível com a sua importância relativa face às outras regiões, no que respeita à dimensão populacional e produtiva. A título de exemplo, e de acordo com os dados preliminares dos censos, em 2011, na Região do Norte residia 53% da população total das regiões convergência, Por isso, se se comparar a distribuição territorial dos Fundos Estruturais tendo em conta a dimensão populacional de cada região (Fundos Estruturais aprovados "per capita"), constata-se que a Região do Norte é das regiões NUTS II do objetivo "Convergência", aquela que se encontra, destacadamente, em pior posição, com um nível de aprovação "per capita" de 1.798 euros, representando, em termos relativos, menos de metade face ao aprovado na Região do Alentejo ou na Região Autónoma dos Açores.

A este propósito, a Região do Norte tem vindo a apresentar, sucessivamente, desde 1999 o mais baixo Produto Interno Bruto "per capita" do país. Não sendo esta dinâmica um problema estritamente conjuntural, a inversão do processo de divergência da Região de Norte face às restantes regiões recai, essencialmente, no âmbito da política regional, tanto mais que não existe na prática grande margem de manobra da política de estabilização macroeconómica após a entrada de Portugal na Zona do Euro. Ora, ao nível dessa política, a justa aplicação dos Fundos Estruturais é um critério imprescindível para uma adequada a mudança estrutural dos diferentes territórios.

7. Ao longo do ano, a Comissão Diretiva realizou 37 reuniões e 17 consultas escritas pontuais. A necessidade de se implementar uma dinâmica ao Programa que impulsionasse os níveis de execução, não descurando a abertura de concursos e a sua decisão, esteve na origem da manutenção de um nível elevado de consultas escritas. Sublinhamos o imperativo de acelerar a execução, preparando o Programa para atingir os valores previstos para 2013, ano em que para além da regra n+3 se terá de cumprir a regra n+2,

Ao longo do ano concedeu-se particular atenção ao processo de contratualização com a AMP/Comunidades Intermunicipais, tendo em conta a implementação do Segundo Memorandum de Entendimento celebrado entre o Governo e a Associação

Nacional de Municípios, de forma a garantir a qualidade da gestão contratualizada.

O agravamento da situação económica e financeira do País esteve, permanentemente, no centro da preocupação da Autoridade de Gestão, procurando-se implementar medidas que acelerassem o impacto também a no curto prazo do financiamento comunitário, apoiando os promotores na manutenção e prossecução de projetos relevantes para a economia regional e local.

8. Através da Carta 8711, de 16 de Setembro de 2009, a Comissão Europeia comunicou a aprovação do Sistema de Gestão e Controle (SGC) criado para o Programa cumprir o disposto nos artigos 58º a 62º do REG (CE) 1083/2006, no que respeita à descrição da Autoridade de Gestão e dos organismos intermédios da rede dos sistemas de incentivos. Na mesma carta a Comissão Europeia comunicou a necessidade de se promover a descrição do SGC da AMP/CIM enquanto organismos intermédios.

Este processo iniciado no início de 2009, foi atualizado em 2010, envolvendo numa primeira fase os direitos e obrigações decorrentes do contrato de delegação de competências com subvenção global e, numa segunda fase, a adaptação do SGC ao Memorandum de Entendimento celebrado entre o Estado Português e a ANMP.

Tal descrição revestiu-se de uma complexa elaboração para acolher as orientações do Memorandum, porquanto entre outras, a Autoridade de Gestão avocou as competências de admissão e aprovação de candidaturas, e de validação das despesas das operações através da celebração de adendas aos contratos de delegação de competências com subvenção global.

Em simultâneo a Autoridade de Gestão converteu os atos confirmativos das aprovações praticadas pelos órgãos das CIM/AMP em atos de aprovação das candidaturas, procedendo ainda à validação de todos os pedidos de pagamento apresentados com o objetivo de garantir que o trabalho realizado pelos referidos Organismos Intermédios era equivalente ao que se obteria se o mesmo tivesse sido realizado diretamente pela Autoridade de Gestão.

A descrição do SGC destes organismos intermédios obteve um parecer de conformidade por parte da Autoridade de Auditoria (IGF), tendo sido formalmente aceite pela Comissão Europeia em 1 de Dezembro de 2010, conforme a Carta n.º ARES 888100.

Em 2011 a Autoridade de Auditoria (IGF) promoveu uma auditoria aos organismos intermédios AMP/CIM, o qual veio a ser classificado, já em 2012, na Categoria 2, conforme previsto no documento COCOF 08/0019/00.

O controlo interno é uma área da máxima prioridade para a qualidade do Programa. Sem contar com os sistemas de incentivos,

foram feitas 367 visitas de acompanhamento ao local, 139 das quais iniciadas em 2011, num universo de duas mil operações contratadas. O resultado das mesmas evidencia uma evolução muito positiva por parte dos promotores, face ao QCA III, com um número muito reduzido de erros e irregularidades, sendo, de uma forma geral, sem gravidade relevante. O IFDR procedeu durante o ano de 2011 a uma auditoria temática sobre a qualidade das verificações ao local. Embora os seus resultados ainda não sejam oficiais, a AG crê que esta auditoria confirmará a sua análise.

9. A montagem do processo de acompanhamento tem seguido uma lógica modular. Depois da consolidação do processo de recolha, tratamento e reporte da informação respeitantes aos módulos de "Seleção de Candidaturas" e "Execução Financeira", o ano de 2010 foi dedicado ao desenvolvimento e consolidação dos módulos respeitantes à "Execução Física" e aos "Resultados". Assim, em 2011 foi possível estabilizar, em definitivo, os indicadores comuns nacionais (trimestrais e anuais) e passar a reportá-los com a periodicidade estabelecida com outra eficácia e eficiência, atendendo à crescente interoperabilidade dos Sistemas de Informação.

Durante o ano de 2011, foi entregue o Relatório Final da Avaliação da Operacionalização do ON.2 – "O novo Norte", que foi analisado pelo Grupo de Acompanhamento e aprovado pela Comissão Diretiva do ON.2. Seguiu-se a realização a resposta às recomendações ("follow up"), que constitui uma obrigação da Autoridade de Gestão do ON.2. Após a elaboração deste "follow up", este processo concluiu-se, entretanto, com as respetivas consultas à Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais e à Comissão de Acompanhamento do ON.2 – "O Novo Norte", nos termos, respetivamente, do ponto 10 do Artigo 14º e da alínea d) do ponto 1 do Artigo 43º do Decreto-Lei nº 312/2007 de 17 de setembro (republicado através do Decreto-Lei nº 74/2008 de 22 de abril).

O Plano de Avaliação do QREN e PO e o Plano de Avaliação do ON.2. foram, entretanto, alterados, estando previsto iniciar-se o processo de "Avaliação Intercalar do ON.2" no primeiro semestre de 2012. No entanto, para que o respetivo procedimento possa ser efetuado é necessária prévia autorização do Secretário de Estado da Administração Pública. O processo de autorização genérica para todos os exercícios de avaliação previstos no PGA foi conduzido pelo Observatório do QREN. Essa autorização só foi concedida em maio de 2012. Sendo assim, só após essa data é que se pode começar o procedimento para efeitos de contratação pública, o que implicará um atraso face ao planeado no

que respeita à conclusão deste exercício de avaliação.

10. Após um ano de "velocidade de cruzeiro" do "ON.2 – O Novo Norte", onde a sua estratégia de comunicação se consolidou e obteve resultados indiscutivelmente positivos no domínio do reconhecimento e notoriedade da marca, o ON.2 dá provas, em 2011, da capacidade de sustentar o esforço comunicacional levado a cabo.

Capaz de superar a evolução ímpar registada em 2010, nomeadamente no que diz respeito ao impacto mediático alcançado, o ano de 2011 confere ao ON.2 uma visibilidade condigna com o seu grau de maturidade. Enquadrado na fase "Ponto alto de Realização, Resultados e Avaliação" do Plano de Comunicação, o ON.2 assegura o seguimento das ações de sucesso comprovado, dando ainda margem à implementação de outras novas iniciativas.

Casos que representam um inegável contributo para a notoriedade do ON.2, como os "Prémios NOVO NORTE" ou a série de programas desenvolvidos no canal televisivo regional (Porto Canal), têm continuidade neste ano, assumindo-se como um importante legado a manter. A conquista de novos públicos mantém-se como objetivo do Novo Norte e, em 2011, é materializada através do lançamento do concurso "Norte School", onde a comunidade escolar é convidada a refletir sobre o futuro da região no horizonte de 2020. Neste âmbito, há ainda a destacar a aposta nas redes sociais, às quais o ON.2 tem conferindo a importância condizente com as tendências de consumo de informação por parte da opinião pública – uma comunicação imediata e simplificada –, assim como a implementação da campanha publicitária em diferentes meios promocionais, centrada nas principais apostas temáticas deste instrumento comunitário.

Como princípio orientador da comunicação do Programa em diferentes formatos e situações e no seguimento da lógica de comunicação dos resultados, surge a divulgação das 'histórias' que se encontram por detrás dos projetos cofinanciados. Uma prática que, materializada a partir de diversos formatos, potencia um envolvimento mais próximo e direto com os promotores na comunicação do Programa e consequentemente uma maior ligação afetiva à marca. Este princípio é gerido na comunicação do ON.2 sobretudo como uma forma de promover a consciencialização da opinião pública relativamente ao impacto do Programa na dinâmica socioeconómica regional, tornando concretas e reais as promessas inerentes a este instrumento financeiro.

11. Num breve balanço pode dizer-se que o ano de 2008 um ano de transição dominado pelas dificuldades relacionadas com variáveis tais como o "timing" do

encerramento do QCA III e do arranque do ON, a alteração substancial do quadro normativo e de governação face ao período de programação anterior, o novo Sistema de Gestão e Controlo e a estabilização e compatibilidade entre sistemas de informação que protelaram o início da execução financeira do Programa. Assinale-se ainda que em 2008 não estava integralmente aprovado o quadro regulamentar do Programa, inviabilizando assim a abertura de concursos para muitas das tipologias previstas.

O ano de 2009 caracterizou-se pela normalização e estabilização do conjunto de aspetos organizacionais, procedimentais e administrativos, cuja indefinição inicial ou novidade não deixou de afetar negativamente a atividade desenvolvida, com implicações profundas sobre a taxa de execução financeira. Não obstante, pode dizer-se que em 2009 as aprovações alcançaram um bom nível.

No ano de 2010 continuaram a ocorrer alterações relativas a regras, regulamentos e procedimentos, sendo de destacar a implementação do Memorandum de Entendimento celebrado entre o Estado e a ANMP. O Programa conseguiu manter um elevado nível de aprovações, e acelerar a execução.

Durante o ano de 2011, a Autoridade de Gestão deu especial atenção aos problemas associados à execução dos projetos já aprovados, com os resultados atrás referenciados. Desta forma, em termos de execução o ON.2 entrou em velocidade de cruzeiro, atingindo um patamar de consolidação.

De facto a Autoridade de Gestão sabia que, genericamente, o atraso no arranque ou no ritmo de execução das operações prendia-se com iniludíveis dificuldades, por parte de um número significativo de beneficiários, em mobilizar os recursos financeiros necessários ao cofinanciamento dos projetos. Com efeito, a envolvente macroeconómica e financeira que tem caracterizado os últimos quatro anos deu origem ao agravamento da taxa da dívida soberana, levando o Estado português a subscrever um Programa de Assistência Económica e Financeira. Esta situação teve fortes implicações na capacidade de financiamento dos promotores, privados e públicos, com fortes restrições à obtenção de crédito e o aumento do spread praticados pelo sistema financeiro.

Isto levou o Governo e a Autoridade de Gestão a tomar medidas de apoio aos promotores, como o aumento das taxas de financiamento das operações, a possibilidade de certos promotores em determinadas tipologias serem financiados com uma taxa de 85%, a celebração de contratos ao abrigo do Empréstimo-Quadro celebrado com o Banco Europeu de Investimento e a constituição de Fundos de Desenvolvimento Urbanos no âmbito da Iniciativa JESSICA.

A Autoridade de Gestão tem consciência que ao QREN em geral e ao ON.2 em particular, está reservada, num cenário de diminuição da despesa pública, nomeadamente de investimento, uma função essencial na dinamização da atividade económica, ajudando a dotar o País e a Região do Norte dos meios necessários para o incremento dos seus níveis de competitividade, inovação e desenvolvimento.

Neste quadro, a reprogramação estratégica que está a ser preparada pelo Governo e será aprovada em 2012 assume um papel determinante para o relançamento da competitividade e do emprego, utilizando da melhor forma a oportunidade dada pelos fundos comunitários.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL ..... **XVIII**

ÍNDICE DE FIGURAS ..... **XXII**

ÍNDICE DE TABELAS ..... **XXV**

ÍNDICE DE QUADROS ..... **XXVI**

INTRODUÇÃO ..... **XXVIII**

1. APRESENTAÇÃO DO ON.2 - O NOVO NORTE **1**

2. EXECUÇÃO DO ON.2 - O NOVO NORTE **9**

2.1. REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS **9**

2.1.1. REALIZAÇÃO FÍSICA DO ON.2 - O NOVO NORTE **9**

2.1.2. REALIZAÇÃO FINANCEIRA DO ON.2 - O NOVO NORTE **13**

2.1.2.1. FLUXOS FINANCEIROS **18**

2.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE A REPARTIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS **21**

2.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE O APOIO COMUNITÁRIO POR GRUPOS ALVO **24**

2.1.5. APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO **26**

2.1.6. ANÁLISE QUALITATIVA **27**

2.1.6.1. CONTRIBUTO DO ON.2 PARA O "EARMARKING" **27**

2.1.6.2. BALANÇO SINTÉTICO POR EIXO PRIORITÁRIO E POR OBJETIVO ESPECÍFICO **30**

2.2. INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO **38**

2.2.1. REGRAS DA CONCORRÊNCIA **38**

2.2.2. MERCADOS PÚBLICOS **48**

2.2.3. PROTEÇÃO DO AMBIENTE **60**

2.2.4. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E NÃO DISCRIMINAÇÃO **62**

2.3.4. CONTRATUALIZAÇÃO COM AS CIM/AMP **78**

2.4. MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL **79**

2.4.1. CRESCIMENTO ECONÓMICO **79**

2.4.2. COMÉRCIO INTERNACIONAL DE MERCADORIAS **81**

2.4.2.1 PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE MERCADORIAS **81**

2.4.2.2 EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS DA REGIÃO DO NORTE EM 2011 ..... **84**

2.4.2.3 IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS PELA REGIÃO DO NORTE EM 2011 90
2.4.3. CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO 96
2.4.4 ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS 99
2.4.5 ENDIVIDAMENTO DAS EMPRESAS 101
2.4.6 ATIVIDADE TURÍSTICA 102
2.4.7 EMPREGO 104
2.4.8 DESEMPREGO 106
2.4.9 AS CONDIÇÕES DE CONTEXTO NA REGIÃO DO NORTE E SUA RELAÇÃO COM A EXECUÇÃO DO ON.2 – O NOVO NORTE": BREVE NOTA CONCLUSIVA E PROSPETIVA 113
2.5. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEÇÃO DO ARTIGO 57º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006 114
2.6. COMPLEMENTARIDADE 115
2.6.1.COMPLEMENTARIDADE ENTRE FUNDOS 115
2.6.2. INSTRUMENTOS DE ENGENHARIA FINANCEIRA 116
2.6.3 A EXECUÇÃO DO ON.2 NA REGIÃO DO NORTE NO CONTEXTO DO QREN 121
2.7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO 136
2.7.1. ACOMPANHAMENTO: MONITORIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CONTEXTO E MONITORIZAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 136
2.7.2. AUTORIDADE DE GESTÃO 140
2.7.3. COMISSÃO DE ACONSELHAMENTO ESTRATÉGICO 156
2.7.4. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO 156
2.7.5. PARCERIAS 157
2.7.6 EMPRÉSTIMO-QUADRO DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO 173
2.7.7. SUBVENÇÕES GLOBAIS 176
2.7.8 COMPLIANCE ASSESSEMENT 180
2.7.9. CONTROLO INTERNO 186
2.7.10. AUDITORIAS E CONTROLO 188
2.7.10.1 AÇÕES DE AUDITORIA DAS ESTRUTURAS DE AUDITORIA SEGREGADA DO IFDR 188
2.7.10.2 MISSÕES DA COMISSÃO EUROPEIA 190
2.7.11. SISTEMA DE INFORMAÇÃO 191
2.7.11.1 PLATAFORMA TECNOLÓGICA 192

2.7.11.2 SIGON.2 194
2.7.11.3 FRAMEWORK DE FRAMEWORKS 198
2.7.11.3 ISO27000 200
2.7.11.3 ITIL 200
2.7.11.4 PREVISÃO PARA 2012 204
2.7.12. AVALIAÇÃO DO ON.2 – O NOVO NORTE NO CONTEXTO DO QREN 206
2.7.12.1 ARTICULAÇÃO ENTRE O PLANO DE AVALIAÇÃO DO ON.2 E O PGA 208
2.7.12.2 REDE DE INTERLOCUTORES DE AVALIAÇÃO DO QREN 210
2.7.12.3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA 213
3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO 226
3.1. EIXO PRIORITÁRIO 1 – COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO 226
3.1.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS 226
3.1.2. ANÁLISE QUALITATIVA 237
3.1.2.1 SISTEMAS DE INCENTIVOS 237
3.1.2.2 OUTRAS TIPOLOGIAS DO EIXO 1 249
3.1.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER 263
3.1.3.1 SISTEMAS DE INCENTIVOS 263
3.1.3.2 OUTRAS TIPOLOGIAS DO EIXO PRIORITÁRIO 1 267
3.2. EIXO PRIORITÁRIO 2 – VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSOS ESPECÍFICOS 271
3.2.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS 271
3.2.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER 291
3.3. EIXO PRIORITÁRIO 3 – VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL 292
3.3.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS 292
3.3.2. ANÁLISE QUALITATIVA 298
3.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER 307
3.4. EIXO PRIORITÁRIO 4 – COESÃO LOCAL E URBANA 308
3.4.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS 308
3.4.2. ANÁLISE QUALITATIVA 314

3.4.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER 326

3.5 SUBVENÇÃO GLOBAL 327

4. GRANDES PROJECTOS 339

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA 340

ANÁLISE DA EXECUÇÃO 340

6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO 344

6.1 CONTEXTO GERAL DE IMPLEMENTAÇÃO 345

6.2. PRINCIPAIS PROGRESSOS DO PLANO DE COMUNICAÇÃO 2011 346

6.3 ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO 385

7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2011 387

7.1. BALANÇO GLOBAL SOBRE A EXECUÇÃO EM 2011 387

7.2. PREVISÕES E PERSPETIVAS PARA 2012 390

ANEXOS 392

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1.1 ESTRUTURA PROGRAMÁTICA DO ON.2 6

FIGURA 1.2 QUADRO ORÇAMENTAL DO ON.2 6

FIGURA 1.3 - A GOVERNAÇÃO DO ON.2 – O NOVO NORTE 7

FIGURA 2.4.1.1 - TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO, EM VOLUME 80

FIGURA 2.4.2.1 - DETERMINAÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA DA REGIÃO DO NORTE ENQUANTO ORIGEM DAS EXPORTAÇÕES NACIONAIS 81

FIGURA 2.4.2.2 - DETERMINAÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA DA REGIÃO DO NORTE ENQUANTO DESTINO DAS IMPORTAÇÕES NACIONAIS 82

FIGURA 2.4.2.2.1 - DINÂMICAS COMPARADAS DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES, A PREÇOS CORRENTES (VARIAÇÕES ANUAIS, EM %) 85

FIGURA 2.4.2.2.2- CRESCIMENTO EM VALOR DAS EXPORTAÇÕES DA REGIÃO DO NORTE, POR MERCADOS(VARIAÇÕES ANUAIS, EM %) 85

FIGURA 2.4.2.3.1 - DINÂMICAS COMPARADAS DE CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES, A PREÇOS CORRENTES (VARIAÇÕES ANUAIS, EM %) 90

FIGURA 2.4.2.3.2 - CRESCIMENTO EM VALOR DAS IMPORTAÇÕES DA REGIÃO DO NORTE, POR MERCADOS (VARIAÇÕES ANUAIS, EM %) 91

FIGURA 2.4.3.1 - CONSTRUÇÕES NOVAS LICENCIADAS NA REGIÃO DO NORTE 96

FIGURA 2.4.3.2 - TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAL NO LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES 97

FIGURA 2.4.3.3 - RECONSTRUÇÕES LICENCIADAS POR CADA 100 CONSTRUÇÕES NOVAS LICENCIADAS 97

FIGURA 2.4.3.4 - ÍNDICE "CONFIDENCIAL IMOBILIÁRIO": PREÇOS DA HABITAÇÃO (VARIAÇÕES ANUAIS, EM %) 98

FIGURA 2.4.3.5 - AVALIAÇÃO BANCÁRIA DA HABITAÇÃO (VARIAÇÕES ANUAIS, EM % DOS VALORES MÉDIOS POR M2) 98

FIGURA 2.4.4.1 - EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS ÀS FAMÍLIAS (SALDOS EM FIM DE PERÍODO) (TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAL) 100

FIGURA 2.4.4.2 - RÁCIOS DE CRÉDITO VENCIDO DAS FAMÍLIAS (CRÉDITO VENCIDO/CRÉDITO CONCEDIDO; SITUAÇÃO EM FIM DE PERÍODO) 100

FIGURA 2.4.5.1 - EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS (SALDOS EM FIM DE PERÍODO) (TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAL) 101
FIGURA 2.4.5.2 RÁCIOS DE CRÉDITO VENCIDO DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS (CRÉDITO VENCIDO/CRÉDITO CONCEDIDO; SITUAÇÃO EM FIM DE PERÍODO) 102
FIGURA 2.4.6.1 - NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO AEROPORTO SÁ CARNEIRO 103
FIGURA 2.4.6.2 - ATIVIDADE HOTELEIRA NA REGIÃO DO NORTE (VARIAÇÕES ANUAIS, EM %) 103
FIGURA 2.4.7.1 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EMPREGADA (SOBRE VALORES MÉDIOS ANUAIS) 104
FIGURA 2.4.7.2 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR RAMOS DE ATIVIDADE NA REGIÃO DO NORTE (VALORES MÉDIOS ANUAIS, EM MILHARES DE INDIVÍDUOS) 105
FIGURA 2.4.8.1 - TAXAS DE DESEMPREGO: PORTUGAL E REGIÃO DO NORTE (VALORES MÉDIOS ANUAIS) 107
FIGURA 2.4.8.2 - TAXAS DE DESEMPREGO NA REGIÃO NORTE, POR GÉNERO (VALORES MÉDIOS ANUAIS) 107
FIGURA 2.4.8.3 -TAXAS DE DESEMPREGO NA REGIÃO NORTE, POR GRUPO ETÁRIO (VALORES MÉDIOS ANUAIS) 108
FIGURA 2.4.8.4 - TAXAS DE DESEMPREGO NA REGIÃO NORTE, POR NÍVEIS DE INSTRUÇÃO (VALORES MÉDIOS ANUAIS) 108
FIGURA 2.4.8.5 MÉDIA ANUAL DE 2011 DO DESEMPREGO REGISTADO 109
FIGURA 2.4.8.6 - INDICADOR LOCAL DE DESEMPREGO REGISTADO DE 2011 110
FIGURA 2.6.3.1 - FUNDO DISPONÍVEL VERSUS FUNDO APROVADO DO QREN E DOS PO 122
FIGURA 2.6.3.2- DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS FUNDOS ESTRUTURAIS (FE) DO QREN .. 123
FIGURA 2.6.3.3- FUNDOS ESTRUTURAIS DO QREN APROVADOS "PER CAPITA" E POR REGIÕES NUTS II 124
FIGURA 2.6.3.4- PESO DAS APROVAÇÕES NOS PO REGIONAIS FACE AO TOTAL DE APROVAÇÕES QREN POR NUTS II 126
FIGURA 2.6.3.5- FUNDO DISPONÍVEL *VERSUS* FUNDO APROVADO DOS PO TEMÁTICOS 127
FIGURA 2.6.3.6- DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO FSE APROVADO PELO POPH 128
FIGURA 2.6.3.7- APROVAÇÕES POR EIXO DO POPH 129

FIGURA 2.6.3.8- DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO FEDER APROVADO PELO PO FC..... 129

FIGURA 2.6.3.9- APROVAÇÕES POR EIXO DO POFC 130

FIGURA 2.6.3.10- DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO FEDER E FUNDO DE COESÃO APROVADO PELO POVT 131

FIGURA 2.6.3.11- APROVAÇÕES POR EIXO DO POVT 132

FIGURA 2.6.3.12- PO REGIONAIS: FUNDO DISPONÍVEL VS FUNDO APROVADO 133

FIGURA 2.6.3.13- DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO FUNDO APROVADO DO ON2 POR UT DO QREN 134

FIGURA 2.6.3.14- ÍNDICE DE DISTRIBUIÇÃO DO ON2 APROVADO, "PER CAPITA"..... 135

FIGURA 2.7.1- ARQUITETURA GLOBAL DO SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DO QREN..... 137

FIGURA 2.7.2.1 ORGANOGRAMA DA AUTORIDADE DE GESTÃO..... 154

FIGURA 2.7.2 – CICLO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO DO NORTE 158

FIGURA 2.7.4 – PROVERE REGIÃO DO NORTE..... 166

FIGURA 2.7.5 – EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO DAS EEC PROVERE NA REGIÃO DO NORTE 168

FIGURA 2.7.11.1 – DESENHO DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA 193

FIGURA 2.7.11.2 – SMAI ORIENTADO A SERVIÇOS..... 193

FIGURA 2.7.11.3 – TAREFAS EXECUTADAS NO ÂMBITO DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SIGON.2 197

FIGURA 2.7.11.4 – FRAMEWORK DE FRAMEWORKS..... 198

FIGURA 2.7.11.5 – A ESTRUTURA DE ITIL V3 201

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 2.1.1 REALIZAÇÃO FÍSICA 10

TABELA 2.1.2.1 - REALIZAÇÃO FINANCEIRA 18

TABELA 2.1.3.4 - DISTRIBUIÇÃO DOS MONTANTES APROVADOS E EXECUTADOS NO PROGRAMA, POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS 25

TABELA 2.1.6.1 - PROJETOS APROVADOS POR GRUPOS DE TEMAS PRIORITÁRIOS 29

TABELA 3.1. REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 1 (INCLUI OS SI E A CONTRATUALIZAÇÃO) 232

TABELA 3.1.2 INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO PRIORITÁRIO 1 (INCLUI OS SI E A CONTRATUALIZAÇÃO) 235

TABELA 3.1.3 – SISTEMAS DE INCENTIVOS - PROJETOS INSERIDOS EM EEC 241

TABELA 3.1.4 – CANDIDATURAS APROVADAS – REPARTIÇÃO POR SISTEMAS DE INCENTIVOS 241

TABELA 3.1.5 EIXO PRIORITÁRIO 1 - CONCURSOS ABERTOS EM 2011 249

TABELA 3.1.6 ON.2 – OPERAÇÕES CONTRATADAS DE APOIO A I&D (EP1) 257

TABELA 3.2.1. REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 2 (INCLUI A CONTRATUALIZAÇÃO) 273

TABELA 3.2.2 - INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO PRIORITÁRIO 2 (INCLUI A CONTRATUALIZAÇÃO) 275

TABELA 3.2.3 - EIXO PRIORITÁRIO 2 - CONCURSOS ABERTOS EM 2011 (EXCEPTO CONCURSOS NO QUADRO DA CONTRATUALIZAÇÃO) 284

TABELA 3.2.4 - EEC PROVERE ENQUADRADAS PELO ON.2 288

TABELA 3.14 PONTO DE SITUAÇÃO – CONCURSOS ABERTOS EM 2011 298

TABELA 3.15 TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS 299

TABELA 3.19 PONTO DE SITUAÇÃO – CONCURSOS ABERTOS EM 2011 316

TABELA 3.20 EIXO PRIORITÁRIO 4 – TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIOS 318

OS INDICADORES DE REALIZAÇÃO E RESULTADO REFERENTE AO EIXO 6 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA NÃO TIVERAM EXECUÇÃO: 342

TABELA 5.1 REALIZAÇÃO FÍSICA DO EIXO PRIORITÁRIO 6 342

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 2.1.2.6 – CRESCIMENTO DA EXECUÇÃO NO PROGRAMA – 2011 / 1º TRIMESTRE 2012 16

QUADRO 2.1.2.7 – METAS DEFINIDAS PARA O PROGRAMA – CUMPRIMENTO DA REGRA N+3 E REGRA N+2 17

QUADRO 2.1.2.8 - EXECUÇÃO SEMESTRAL DO PROGRAMA ATÉ 2011 + 1.º TRIMESTRE DE 2012 18

QUADRO 2.1.2.2 - PEDIDOS DE CERTIFICAÇÃO DE DESPESA (PCD) APRESENTADOS ATÉ 31/12/2011 19

QUADRO 2.1.2.3- FLUXOS FINANCEIROS DO PROGRAMA 20

TABELA 2.1.3.1 - REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO POR FORMA DE FINANCIAMENTO 21

TABELA 2.1.3.2- REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO POR TIPO DE TERRITÓRIO 22

TABELA 2.1.3.3- REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO POR ATIVIDADE ECONÓMICA .. 23

QUADRO 2.1.6.1.1- RELEVÂNCIA DOS TEMAS "EARMARKING" NA PROGRAMAÇÃO E NAS APROVAÇÕES 27

QUADRO 2.2.1.6 – SI I&DT – EVOLUÇÃO DO ENQUADRAMENTO NOS AUXÍLIOS DE ESTADO .. 43

QUADRO 2.2.2.1– AUXÍLIOS COMUNICADOS À COMISSÃO EUROPEIA 53

QUADRO 2.2.2.2 – SÍNTESE DO ENQUADRAMENTO POR SISTEMA DE INCENTIVOS 54

QUADRO 2.2.2.4 – SI INOVAÇÃO – ENQUADRAMENTO ATUAL DOS AUXÍLIOS DE ESTADO 55

QUADRO 2.2.2.4 – SI INOVAÇÃO – EVOLUÇÃO DO ENQUADRAMENTO NOS AUXÍLIOS DE ESTADO 55

QUADRO2.2.2.5 – SI I&DT – ENQUADRAMENTO ATUAL DOS AUXÍLIOS DE ESTADO 56

QUADRO 2.2.2.6 – SI I&DT – EVOLUÇÃO DO ENQUADRAMENTO NOS AUXÍLIOS DE ESTADO .. 56

QUADRO 2.2.2.7 – SI QUALIFICAÇÃO PME – ENQUADRAMENTO ATUAL DOS AUXÍLIOS DE ESTADO 57

QUADRO 2.2.2.8 – SI QUALIFICAÇÃO PME – EVOLUÇÃO DO ENQUADRAMENTO NOS AUXÍLIOS DE ESTADO 57

QUADRO 2.2.4.1 - EIXO I – SISTEMA DE INCENTIVOS 64

QUADRO 2.2.4.2 - EIXO III E IV- 65

QUADRO 2.2.4.3 - EIXO V 66

QUADRO 2.4.2.2.1 - MERCADOS DE EXPORTAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE EM 2011 (EM PERCENTAGEM DO TOTAL) 86

QUADRO 2.4.2.2.2 - EXPORTAÇÕES DA REGIÃO DO NORTE 2005-2011 (EM % DO TOTAL DE CADA ANO) 88

QUADRO 2.4.2.3.1 - MERCADOS FORNECEDORES DA REGIÃO DO NORTE EM 2011 (EM % DO TOTAL) 91

QUADRO 2.4.2.3.2 - IMPORTAÇÕES DA REGIÃO DO NORTE 2005-2011 (EM % DO TOTAL DE CADA ANO) 92

QUADRO 2.4.2.3.3 - IMPORTAÇÕES DA REGIÃO DO NORTE POR GRANDES CATEGORIAS ECONÓMICAS (VARIAÇÕES ANUAIS A PREÇOS CORRENTES, EM %) 95

QUADRO 2.4.2.3.4 - IMPORTAÇÕES DA REGIÃO DO NORTE POR GRANDES CATEGORIAS ECONÓMICAS 95

QUADRO 2.4.7 - INDICADOR LOCAL DE DESEMPREGO REGISTADO DE 2011 111

QUADRO 2.6.2.1 – RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS 118

QUADRO 2.7.2.1 – PRINCIPAIS ASSUNTOS ANALISADOS E DELIBERADOS PELA COMISSÃO DIRETIVA DO ON.2 140

QUADRO 2.7.2.2 – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E DE GESTÃO 147

QUADRO 2.7.2. – FORMAÇÃO ACADÉMICA E DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO 155

QUADRO 2.7.4 – DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO 156

QUADRO 2.7.5 - QUADRO SÍNTESE DE REFORMULAÇÃO DOS PROJETOS-ÂNCORA DAS EEC PROVERE NA REGIÃO DO NORTE 169

QUADRO 2.7.6 - QUADRO SÍNTESE DE REFORMULAÇÃO DOS PROJETOS-ÂNCORA DAS EEC PROVERE NA REGIÃO DO NORTE 170

QUADRO 2.7.11.1 – EVOLUÇÃO DAS ADAPTAÇÕES CONDUCENTES AO SIGON.2 195

QUADRO 5.1 – COMPONENTES DE DESPESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA 341

QUADRO 7.1 – PREVISÕES DE PEDIDOS DE PAGAMENTO À CE EM 2012 E 2013 390

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Execução resulta, antes de mais, do imperativo, estabelecido no ponto 1 do Artigo 67º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho, do envio à Comissão Europeia de um relatório de execução anual do "ON.2 – O Novo Norte". Essa necessidade está expressa, igualmente, na alínea f) do ponto 1 do Artigo 46º do Decreto-lei nº 74/2008, de 22 de Abril, que acrescenta, ainda, que este relatório deverá será enviado para apreciação da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO regionais do continente e aprovação da respetiva Comissão de Acompanhamento.

Mas a motivação para o elaborar não resulta de simples imperativos regulamentares. Este é, anualmente, o momento de prestar contas sobre a execução do "ON.2 – O Novo Norte" aos cidadãos e às entidades que os representam. Assim, este exercício de "accountability" das políticas públicas não é só um imperativo legal; é, muito mais do que isso, um dever de quem gere recursos públicos em nome de todos e em benefício do coletivo.

A elaboração do Relatório de Execução de 2011 é, ainda, um momento de consolidação do balanço sobre a atividade já desenvolvida, contribuindo para uma melhor aferição do sentido das ações que começaram a ser empreendidas em 2012; no balanço aqui efetuado fundamentam-se perspetivas e previsões elaboradas para o futuro. Assim, embora o planeamento da atividade para o ano em curso tenha precedido a elaboração do presente Relatório de Execução, este último não deixa de ser um instrumento de gestão relevante para a ação futura.

Em termos de conteúdo, este Relatório procura dar resposta aos quesitos definidos pela Comissão Europeia no ponto 2 do Artigo 67º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 31 de Julho. Para esse efeito, adotou-se, com as necessárias adaptações, a estrutura definida na Norma nº 2/2012 "Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão. Estrutura e conteúdo dos Relatórios de Execução de 2011", comunicada às Autoridades de Gestão pelo IFDR.

Assim, o Relatório de Execução de 2011 do "ON.2 – O Novo Norte" segue a estrutura que a seguir se indica.

O Capítulo 1 é dedicado à apresentação sintética do Programa Operacional.

No Capítulo 2 procede-se à análise da execução global do programa em 2010, centrada na análise quer da realização física quer da realização financeira. Esse capítulo integra ainda a referência a aspetos complementares relevantes, nomeadamente os relativos às mudanças ocorridas no contexto, conformidade com as normas do direito comunitário, problemas encontrados e medidas tomadas para os resolver, análise do sistema de gestão e controlo, auditorias

externas, controlo interno, complementaridade com outros instrumentos e às ações realizadas no domínio do acompanhamento e da avaliação.

O Capítulo 3 detalha a análise sobre a execução física ao nível dos Eixos Prioritários, com exceção do eixo relativo à Assistência Técnica.

O Capítulo 4 aborda os grandes projetos, na aceção comunitária. O Capítulo 5 é dedicado à Assistência Técnica, enquanto que o Capítulo 6 descreve as ações empreendidas ao nível da Informação e da Divulgação.

Finalmente, o Capítulo 7 formula as principais Conclusões e dá conta das Previsões para o ano de 2012.

1. APRESENTAÇÃO DO ON.2 - O NOVO NORTE

Programa Operacional	**Objetivo:** Convergência
	Zona Elegível: NUTS II NORTE
	Período de Programação: 2007-2013
	Número do Programa (CCI): 2007 PT 16 1 PO 002
	Designação do Programa: Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013
Relatório Anual de Execução	**Ano do relatório:** 2011
	Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: 22 de Junho de 2012

O Programa Operacional Regional do Norte 2007- 2013, designado por ON.2 - "O Novo Norte", foi, inicialmente, aprovado pela Comissão Europeia a 10 de Outubro de 2007. Durante o exercício de 2011, foi reprogramado, como resultado de decisões de nível QREN. Trata-se de uma reprogramação de carácter técnico, envolvendo revisões das programações financeiras, promovidas na sequência de alterações socioeconómicas significativas e visando antecipar previsíveis dificuldades de execução, por força de restrições orçamentais do Estado português.

Assim, as Autoridades Nacionais promoveram uma reprogramação dos PO FEDER e FC assente nas seguintes linhas de orientação estabelecidas pelo Ministro Coordenador da Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do QREN:

1. Aumento da taxa de cofinanciamento dos Eixos Prioritários que integrem tipologias de investimento público para 85% nas regiões do objetivo Convergência;
2. Reforço significativo da dotação prevista nos Eixos que suportam os Sistemas de Incentivos às Empresas no POFC e, na medida das disponibilidades, nos PO Regionais do Continente, em especial dos inseridos no objetivo Convergência;
3. Aumento da dotação destinada ao financiamento do Programa de Modernização das Escolas Secundárias no POVT;
4. Aumento da dotação prevista em FSE nos Eixos Prioritários do POPH "Qualificação Inicial", "Formação Avançada" e "Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social", no

quantitativo global de 336 M€, por transferência: de FEDER do POVT (316 M€) e do POAT FEDER (15 M€) e de FSE do POAT FSE (5 M€);

5. Alargar o âmbito das elegibilidades do FC no POVT, passando a incluir: (i) ações inseridas no Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, que, pela sua natureza, sejam elegíveis a este fundo; (ii) os projetos previstos no POVT enquadráveis no âmbito das RTE (IP; ferrovias; Infraestruturas portuárias), com encerramento da elegibilidade em FEDER; (iii) os projetos previstos no POVT no âmbito dos sistemas ambientais (tratamento de resíduos), com encerramento da elegibilidade em FEDER; (iv) operações do Ciclo Urbano da Água, com encerramento da elegibilidade relativa à vertente em baixa em FEDER nos PO Regionais; (v) ações materiais relativas à prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos, com encerramento destas elegibilidades em FEDER nos PO Regionais; (vi) ações relativas à gestão de resíduos e melhoria do comportamento ambiental, reabilitação de locais contaminados e zonas extrativas, otimização da gestão de resíduos, com encerramento destas elegibilidades em FEDER nos PO Regionais; (vii) o projeto do Metro do Porto, com encerramento desta elegibilidade em FEDER no ON.2;

6. Concentração nos PO Regionais do Continente, com encerramento da elegibilidade no POVT, dos investimentos relativos: (i) às escolas até ao 3º ciclo (incluindo requalificação da rede de escolas do 2º e 3º CEB); (ii) aos equipamentos desportivos; (iii) às ações inovadoras de desenvolvimento urbano;

7. Concentração no POFC da elegibilidade das ações relativas à modernização administrativa, com encerramento desta elegibilidade nos PO Regionais do Continente;

8. Simplificação da estrutura de Eixos Prioritários do POVT, com a criação do Eixo Prioritário “Sistemas ambientais, incluindo de prevenção, gestão e monitorização de riscos”, cofinanciado por FC, com encerramento dos atuais Eixos VI, VII e VIII;

9. Simplificação da estrutura de Eixos Prioritários dos PO Regionais do Continente inseridos no objetivo Convergência, com a extinção do Eixo da Governação e Capacitação Institucional e o rearranjo dos restantes, fundindo num mesmo Eixo as tipologias referentes à Política de Cidades e aquelas que relevam de um carácter mais local;

10. Redução dos montantes programados para assistência técnica nos PO Temáticos e nos PO Regionais do Continente inseridos no objetivo Convergência.

Tendo sido determinada por decisões de nível QREN, esta revisão técnica da estrutura de programação do ON.2 não envolveu alterações significativas de objetivos específicos.

O Eixo 5 ("Governação e Capacitação Institucional") extinguiu-se sem que, no entanto, se extinguido os seus objetivos específicos. O contexto organizativo e institucional onde operam as políticas é fundamental para o seu sucesso. Elas não se reproduzem independentemente desse contexto. Embora se tratasse de um Eixo de carácter instrumental e transversal a todos os outros, a sua autonomização justificava-se num primeiro momento. O sucesso ou insucesso do ON.2, e de cada um dos seus restantes Eixos, dependia, na sua fase inicial, da maior ou menor capacidade de dinamização do capital social existente na Região do Norte. Estando o programa na sua fase cruzeiro, no que à sua execução diz respeito, esses objetivos deixavam de ter autonomamente o mesmo sentido. E menos sentido têm ainda quando, por decisão de nível QREN, se encerra a elegibilidade das ações de modernização administrativa no ON.2. Deste modo, o recurso aos respetivos instrumentos de política passará a ter um carácter mais pontual e complementar a outras iniciativas inseridas na Agenda da Competitividade, conferindo maior margem de manobra à Autoridade de Gestão para a obtenção de resultados nessa Agenda como um todo.

Sendo assim, os objetivos específicos de "modernização do Governo eletrónico e melhoria da relação das empresas e cidadãos com a administração desconcentrada e local" e "promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional e local" transitaram para o Eixo 1 ("Competitividade, conhecimento e inovação"). No caso do primeiro, as ações respeitantes à modernização administrativa passaram a ser exclusivamente elegíveis no POFC, encerrando essa elegibilidade no ON.2. As entretanto aprovados e que não reuniam condições de ser transferidas para o POFC, permaneceram no ON.2, o que implicou a manutenção do respetivo objetivo específico.

O Eixo 1 passou, então, a ter uma configuração não muito diferente da do passado, acrescentando-se estes dois objetivos específicos referidos.

O Eixo 2 ("Valorização Económica de Recursos Específicos") manteve, no essencial, a sua versão inicial. Trata-se de um Eixo inserido na Agenda da Competitividade, mas que visa apoiar atividades económicas intensivas em território. É um eixo distintivo e diferenciador nos contexto do ON.2 e, genericamente, dos Programas Operacionais Regionais.

O Eixo (4) da "Qualificação do Sistema Urbano" deixou de ser tratado autonomamente. Este Eixo era profundamente marcado pela Política de Cidades. A prática desta política veio salientar o seu carácter marcadamente local, na ausência de um modelo de governação regional que permitisse estabelecer hierarquias funcionais a uma escala mais ampla territorialmente.

Quando a perspetiva passa a ser mais local, verifica-se uma maior complementaridade, mas também um maior risco de sobreposição, entre as operações previstas nessas PRU e aquelas que podem ser aprovadas com base noutros Regulamentos Específicos. A essa escala, a política de cidades não pode ignorar, por exemplo, os equipamentos estruturantes (como as Escolas do Ensino Básico e do Pré-escolar ou os Equipamentos para a Coesão). Passa-se da lógica do sistema urbano regional para a lógica da rede de serviços coletivos de proximidade. Para além disso, a aposta do ON.2, como nos restantes PO Regionais, na requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e do Pré-escolar foi complementada pela transferência completa da tipologia, dos projetos aprovados e da despesa validada do POVT respeitante às Escolas EB 2-3. Verticalizou-se, assim, o processo de planeamento territorial do Ensino Básico, tornando-o, deste modo, mais compatível com o modelo dos Agrupamentos Escolares.

Em contrapartida, no que respeita à "mobilidade territorial", foi transferido o "Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto", não só o que estava aprovado, e a correspondente despesa validada, como outras operações que venha a ser necessário aprovar. Esta alteração de nível QREN resultou, por um lado, da forma como se estava a reequacionar o projeto da "Alta Velocidade" em Portugal, e por outro, da constatação que o PO VT e, especialmente, o Fundo de Coesão apresentavam uma distribuição territorial assimétrica do investimento aprovado em prejuízo da Região do Norte.

O Eixo 3 ("Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial") sofreu algumas alterações decorrentes, num momento, da alteração do próprio Eixo 4 e, noutro, do encerramento das elegibilidades no ON.2 das ações (i) inseridas no ciclo urbano da água, (ii) relativas à prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos (iii) de gestão de resíduos e melhoria do comportamento ambiental, reabilitação de locais contaminados e zonas extrativas, otimização da gestão de resíduos. Este encerramento permitiu separar melhor as elegibilidades de um programa e do outro e, mais do que isso, vem permitir a redução dos custos de coordenação de políticas públicas com execução verticalizada, como é o caso das respeitantes ao ciclo urbano de água. .

Os novos Eixos 3 ("Valorização dos Espaços Regionais") e 4 ("Coesão Local e Urbana") resultaram, assim, de rearranjos dos objetivos específicos existentes. A diferença entre eles situa-se, agora, no enfoque territorial. O Eixo 3 com um âmbito mais regional; o Eixo 4 com uma perspetiva mais local. Mas esses enfoques não são estanques, são articulados em termos temáticos, temporais e espaciais. Pretende-se, com este modelo, conciliar as prioridades regionais com as necessidades locais, numa abordagem sustentável de médio prazo. Nomeadamente, o Eixo 3 ("Valorização do Espaço Regional"), sendo complementar o eixo 4 (Coesão Local e Urbana), visa a promoção da oferta de "bens públicos" nas áreas do

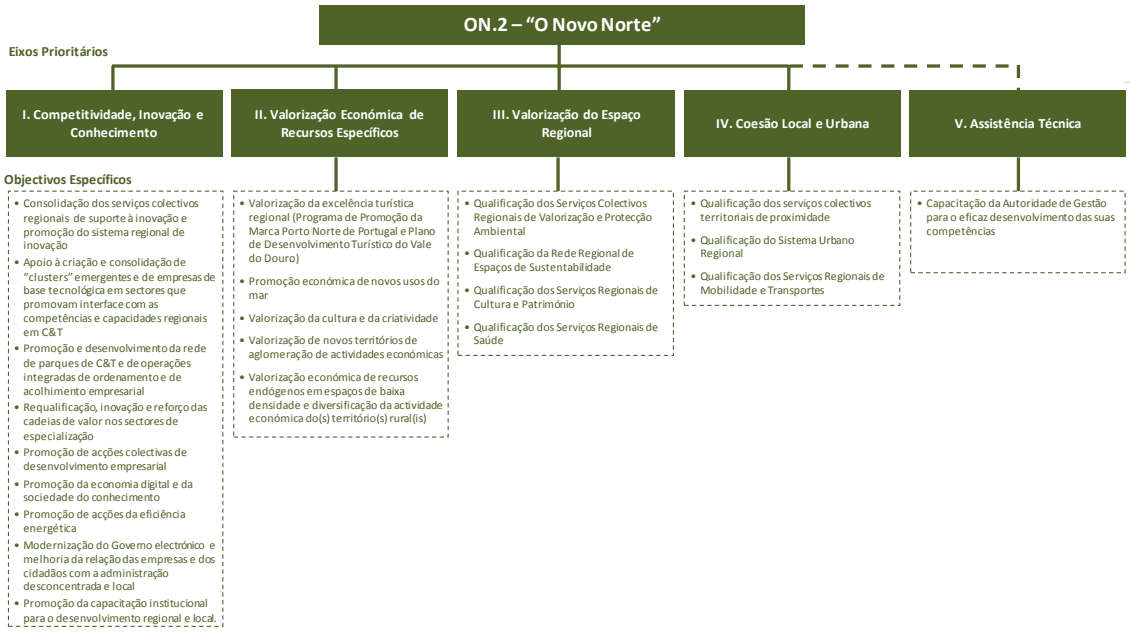
ambiente e prevenção de riscos que, pela sua natureza, apresentam um impacto territorial que não se limita nem se pode limitar aos limites político-administrativos. Mesmo quando as intervenções são efetuadas localmente, os efeitos são apropriados por todos, independentemente do local de residência. Também contempla investimentos que procuram gerar economias de rede de âmbito supramunicipal, como é, por exemplo, o caso da cultura ou da saúde, independentemente do local de execução dos projetos. Essas economias de rede tendem a gerar custos unitários de utilização decrescentes em função do número e da densificação dessas ligações

O ON.2 passou a estruturar-se nos seguintes cinco Eixos Prioritários (a que correspondem a respetivas prioridades estratégicas definidas):

- Eixo Prioritário 1 (“Competitividade, Inovação e Conhecimento”) - Promover os fatores de competitividade, inovação e conhecimento, contribuindo, de forma decisiva, para o reforço da intensificação tecnológica da base produtiva regional;
- Eixo Prioritário 2 (“Valorização Económica de Recursos Específicos”) - Valorizar economicamente os recursos específicos do território, enquanto elementos-chave de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional, assente na promoção económica dos seus recursos próprios e, designadamente, do seu capital simbólico e identitário;
- Eixo Prioritário 3 (“Valorização do Espaço Regional”) - Valorizar e qualificar os níveis de acesso e de qualidade de provisão dos principais serviços colectivos regionais, conciliando as prioridades regionais com as necessidades locais, numa perspectiva sustentável de médio prazo;
- Eixo Prioritário 4 – (“Coesão Local e Urbana”) - Colocar as pessoas e as suas comunidades no centro da estratégia sustentável de desenvolvimento regional, promovendo o seu bem-estar, a coesão local e uma sociedade inclusiva, desenvolvendo um sistema urbano simultaneamente competitivo e equilibrado, criando igualdade de oportunidades de acesso a níveis mínimos de serviços públicos e concretizando as aspirações de uma sociedade plural e diversificada;
- Eixo Prioritário 5 (“Assistência Técnica”) - Capacitar a Autoridade de Gestão para o eficaz desenvolvimento das suas competências.

O rearranjo dos objetivos específicos e a sua acomodação na nova estrutura programática do ON.2, como os cinco referidos Eixos Prioritários, pode ser visualizado na figura seguinte.

Figura 1.1 Estrutura Programática do ON.2



Tendo em consideração as decisões de nível QREN, nomeadamente no que respeita à evolução da taxa de cofinanciamento, os níveis de aprovação e execução presentes e potenciais, apresenta-se, em seguida, o novo quadro orçamental em Euros do ON.2 de acordo com a atual estrutura programática (com os cinco Eixo Prioritários referidos) e contemplando as diversas fontes de financiamento.

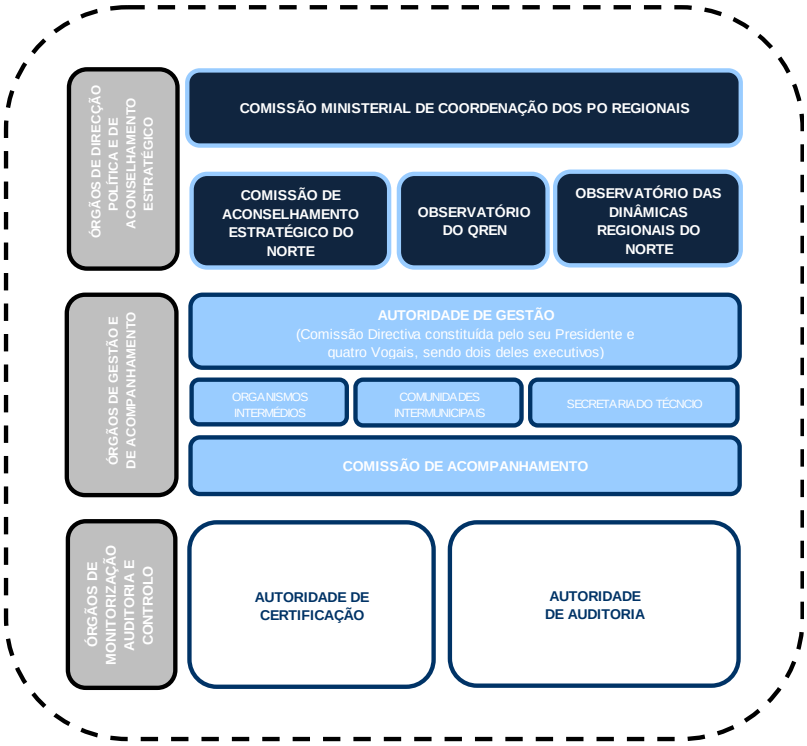
Figura 1.2 Quadro Orçamental do ON.2

Eixos Prioritários	Financiamento Comunitário	Contrapartida Nacional	Repartição indicativa da contrapartida nacional		Financiamento Total	Taxa de Co-financiamento (%)	Para Informação	
			Financiamento público nacional	Financiamento privado nacional			Contribuição BEI	Outros Financiamentos
Eixo prioritário 1: Competitividade, inovação e conhecimento FEDER Base custo total	881.102.177	207.324.935	97.172.765	110.152.170	1.088.427.112	80,95%	10.000.000	
Eixo prioritário 2: Valorização económica de recursos específicos FEDER Base custo total	258.406.824	45.601.204	45.601.204	0	304.008.028	85,00%		
Eixo prioritário 3: Valorização do espaço regional FEDER Base custo total	280.814.425	49.555.487	49.555.487	0	330.369.912	85,00%	10.000.000	
Eixo prioritário 4: Coesão Local e Urbana FEDER Base custo total	1.216.412.510	239.366.913	209.366.913	30.000.000	1.455.779.423	83,56%	20.000.000	
Eixo prioritário 5: Assistência Técnica FEDER Base custo total	74.909.197	13.219.270	13.219.270	0	88.128.467	85,00%	0	
Total	**2.711.645.133**	**555.067.809**	**414.915.639**	**140.152.170**	**3.266.712.942**	**83,01%**	**40.000.000**	

Estas alterações determinaram, em momento seguinte, a revisão do ON.2 em relação a pormenores de especialidade. Assim, por exemplo, o aumento da taxa de cofinanciamento teve consequências no investimento total e, deste modo, os indicadores de realização e de resultado precisaram de ser ajustados em conformidade. O rearranjo de objetivos e, sobretudo, de tipologias, envolvendo, inclusivamente, outros PO do QREN, implicou não só a revisão, também, desses indicadores como uma outra ventilação dos recursos da Tabela de "Earmarking". Este exercício, a explicitar nos capítulos sobre a análise da eficácia de execução, física e financeira, deste Relatório, foi apoiado nas conclusões e recomendações da Avaliação da Operacionalização do ON.2 – "O Novo Norte".

Esta reprogramação não envolveu qualquer alteração do modelo de governação do ON.2 – O Novo Norte". Continua a compreender um órgão de Direção Política – a Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais do Continente, dois órgãos de Aconselhamento Estratégico – Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte (que desenvolve a sua atividade em articulação com o Observatório do QREN) e Comissão de Aconselhamento Estratégico, um órgão de Acompanhamento - a Comissão de Acompanhamento e um órgão de gestão – a Autoridade de Gestão.

Figura 1.3 - A Governação do ON.2 – O Novo Norte



A Autoridade de Gestão do ON.2 é constituída por uma Comissão Diretiva, presidida pelo seu Gestor, por inerência de funções, o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Dela fazem parte, também, dois vogais. Esta Comissão Diretiva, apoiada pelo respetivo Secretariado Técnico, exerce funções, nomeadamente, de gestão, controlo interno, avaliação e comunicação do Programa.

A Autoridade de Gestão do ON.2 delegou formalmente, ainda, através de protocolos assinados a 2 de Julho de 2008, nos Organismos Intermédios (OI) intervenientes na Gestão dos Sistemas de Incentivos (IAPMEI; AICEP, Turismo de Portugal e ADI), um conjunto de tarefas relacionadas com a gestão do ciclo de vida das operações e, por protocolos assinados em 19 de Dezembro de 2008, contratos de delegação de competências por subvenção global com a Área Metropolitana do Porto e as Comunidades Intermunicipais.

2. EXECUÇÃO DO ON.2 - O Novo Norte

2.1. Realização e Análise dos Progressos

2.1.1. Realização física do ON.2 - O Novo Norte

Globalmente, pode-se afirmar que 2011 foi o primeiro ano cruzeiro do programa, registando-se uma evolução muito significativa em termos de execução, nomeadamente nas relativas a tipologias que contribuem diretamente para os indicadores comuns comunitários. Como ainda será detalhado, no final de 2011, cerca de 89% da dotação do ON.2 encontrava-se aprovada (vs 17% em 2008, 33% em 2009 e 66% em 2010).

A tabela 2.1. contabiliza o contributo do ON.2 para os indicadores comuns comunitários, dela constando os indicadores para os quais, a 31/12/2011, o ON.2 apresentava operações contratadas. Importa referir que existem operações que, contribuindo para indicadores comuns comunitários, não são contabilizados nos mesmos indicadores de *earmarking*, nuance metodológica que conduz, em alguns casos, a diferenças entre nos quadros e análises dos contributos para indicadores comuns comunitários e nos contributos para os temas prioritários *earmarking*, como por exemplo no caso do grupo Sociedade de Informação.

Saliente-se ainda, quanto ao indicador comum por género, que neste momento mantém-se a impossibilidade de o obter, dado que a informação fornecida pelos promotores e incorporada no sistema de informação não abrange esses dados; a Autoridade de Gestão procurará proceder ao levantamento dessa informação.

Nos domínios mais diretamente ligados à Agenda da Competitividade, cujos indicadores associados apresentavam anteriormente já níveis muito relevantes, verifica-se em 2011 um incremento substancial.

Desde logo, importa destacar os elevados níveis relativos de apoio a projetos de I&DT e de Inovação, bem como o significativo número de projetos promovidos por empresas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia, atingindo um total de 706, representando um incremento de 28% face a 2010.

Este crescimento é particularmente forte no que respeita aos investimentos em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, em que o número de projetos contratados e o valor aprovado no final de 2011 cresceu, face ao ano anterior, atendendo à aprovação de investimentos em infraestruturas de IDT e centros de competência em tecnologia específica. À luz dos indicadores comuns nacionais, constantes do Anexo I, em finais de 2011 o

investimento total em I&D apoiado pelo ON.2 ascendia a 327M€, dos quais 103M€ relativos a I&D empresarial. Relembra-se que o investimento em I&D era, em 2010, de 90M e que a procura aos concursos lançados já no primeiro trimestre de 2012 é muito superior à oferta, esperando-se um incremento significativo nestes números. Mantendo a tendência relatada em 2010, continuou a observar-se uma elevada procura por apoios à I&D com um "mix" muito equilibrado entre I&D pública e empresarial. Este balanço aplica-se igualmente às ajudas diretas às PME (note-se que o ON.2 apenas prevê o apoio a pequenas e micro empresas), com todos os indicadores a aumentarem significativamente. Este crescimento do n.º de projetos de apoio às PME, de novas empresas apoiadas e de investimento induzido é particularmente relevante face à conjuntura económica que se fez sentir durante este último ano.

No que diz respeito às ajudas diretas ao investimento nas PME, o número de projetos contratados passou de 1432 para 1798, totalizando um investimento superior a mil milhões de Euros e uma componente privada de quase 600 milhões de Euros. No ano de 2011, foram apoiadas 248 novas empresas e estimulado um investimento global de 262 M€, aumentando em 15% face a 2010 (no ano de 2010 o valor de investimento apoiado era de 227 M€).

Tabela 2.1.1 Realização Física

Indicadores Comuns Comunitários (*core indicators*)								
	Indicadores		2007	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**Total**
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projetos de I&DT	Realização Contratada	0	33	145	111	118	407
	5. N.º de projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização Contratada	0	5	23	26	8	62
Ajudas diretas ao investimento nas PME	7. N.º de projetos	Realização Contratada	0	245	661	526	366	1.798
	8. N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização Contratada	0	30	105	81	32	248
	10. Investimento Induzido (milhões de Euros)	Realização Contratada	0	53	87,4	86,2	35,3	262
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Realização Contratada	0	90	223	345	386	386
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada	0	0	0	0	244.147	244.147

Energias renováveis	23. Nº Projetos	Realização Contratada	0	0	0	0	7	7
	24.Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização Contratada	0	0	0	0	4.804	4.804
Transportes	13. N.º de projetos	Realização Contratada	0	0	49	90	49	188
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização Contratada	0	0	7,323	69,428	17,099	93,85
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas	Realização Contratada	0	0	357,211	697,718	151,441	1206,37
	17. N.º de Km de novas ferrovias construídas (Metro do Porto)	Realização Contratada	0	0	0,7	7,3	0	8
	22. Acréscimo de população servida por intervenção de expansão de sistemas de transporte urbano (Metro do Porto)	Realização Contratada	0	0	38.940	0	0	38.940
Ambiente	27. N.º de projetos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada	0	0	3	2	2	7
	28. N.º de projetos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	0	0	1	0	0	1
Turismo	34. N.º de projetos	Realização Contratada	0	13	61	134	190	190
Educação	36. N.º de projetos (Educação)	Realização Contratada	0	241	13	38	39	331
	37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	0	52907	3026	10533	22444	88910
Saúde	38. N.º de projetos	Realização Contratada	0	18	12	1	-2	29
Reabilitação Urbana	39. N.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades	Realização Contratada	0	0	14	359	116	489
Competitividade das Cidades	40. N.º de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada	0	0	0	0	0	0

Nota: por inexistência de dados ou de operações aprovadas no ON.2, optou-se pela não inclusão dos indicadores 1, 2, 3, 6, 9, 19, 21, 29, 31, 32, 33 e 41.

Outro domínio com relevo e forte incremento em 2011 é o da Sociedade de Informação, com 320 projetos aprovados face a 280 no ano de 2010. Este acréscimo reflete o apoio do ON.2 na promoção das TIC quer ao nível empresarial, através dos Sistemas de Incentivos, quer

em operações transversais associadas à Modernização Administrativa (SAMA), quer ainda ao nível da introdução das TIC no parque escolar, estando esta última intervenção inserida no Plano Tecnológico da Educação. É de realçar que as operações transversais acima referidas têm um elevado nível de abrangência.

Quanto ao Turismo, verifica-se um forte incremento das operações contratadas, refletindo quer o apoio a empresas do sector no quadro dos Sistemas de Incentivos quer um primeiro conjunto de aprovações no âmbito do PDTVD. Em 2011 prosseguiu-se a aposta na valorização turística da região, aumentando para 202 o número de projetos contratados (incluindo os apoiados no âmbito da contratualização) relativamente ao valor observado de 124 em 2010, confirmando-se assim o forte apoio que o sector do Turismo na Região do Norte tem vindo a merecer por parte do ON.2, o que está em linha com a sólida expansão que, mesmo num contexto internacional de crise, este sector observa na Região.

Em 2011, o apoio a projetos de energias renováveis permitiu que a execução do programa Operacional Regional do Norte alargasse o seu impacto a dois novos indicadores comuns comunitários, em particular, os indicadores 23 e 24.

No domínio dos Transportes 2011 foi um ano de incremento moderado no que respeita ao número de km de estradas, novas ou reconstruídas, com um acréscimo de 17 Km de estradas novas e de 151 Km de estradas reconstruídas.

Nos indicadores associados aos sectores sociais, é de atribuir um grande relevo ao domínio da Educação. Com efeito, o ON.2 tem vindo a afetar ao sector da Educação um montante muito significativo de recursos, com intervenções focadas na Rede de Centros Escolares do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar. Em conformidade verifica-se já um nível de operações contratadas elevado (331 operações, abrangendo 88.910 alunos).

No domínio da Reabilitação Urbana e da Competitividade das Cidades, as operações aprovadas podem gerar importantes efeitos multiplicadores de longo prazo, sendo decisivos para a sustentabilidade e atratividade das cidades. Este desiderato foi prosseguido através das operações de Parcerias para a Regeneração Urbana que em 2011 atingiram um valor acumulado de 489 projetos. Esta cifra corresponde a um aumento de cerca de 31% nos projetos contratados (mais 116 do que no ano precedente).

2.1.2. Realização financeira do ON.2 - O Novo Norte

O ano de 2011, constitui o quarto ano de execução financeira do Programa, tendo-se registado uma execução financeira de 652.381 mil Euros, ao qual se associa um montante FEDER de 488.816 mil Euros.

Pela primeira vez, neste ano de 2011, a execução anual FEDER ultrapassa a dotação programada para o próprio ano (394.816 mil Euros), o que fica demonstrado pela taxa de execução do ano, que atinge o significativo valor de 123,8%. Esta execução significa também que, em 2011, o Programa começa a recuperar dos atrasos registados nos primeiros anos de execução (2007-2009).

De relembrar, como evidenciado no Quadro abaixo, que os três primeiros anos de programação do Programa (2007, 2008 e 2009) coincidiram com a realização dos programas do anterior Quadro Comunitário, cujo encerramento do período de elegibilidade de despesas só aconteceu em 30 de Junho de 2009. É esta a justificação para as baixas taxas de execução do ON.2 durante este período.

Quadro 2.1.2.1 – Comparação entre o Fundo Programado e o Fundo Executado no Programa, por anos

Fundo / Anos	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (1.º Trim)	2013	TOTAL
FEDER Programado	364.749	372.044	379.484	387.074	394.816	402.712	410.766	2.711.645
FEDER Executado	0	5.143	70.473	336.933	488.816	119.048	0	1.020.413
Tx Execução	0,0%	1,4%	18,6%	87,0%	123,8%	29,6%	0,0%	37,6%

O crescimento da execução do Programa relativamente ao ano de 2010 foi, assim, de 118%, sendo que, em termos da natureza dos investimentos co-financiados pelo ON.2, os que mais contribuíram para este aumento do nível da execução foram os investimentos públicos (131%), apesar do investimento enquadrado nos Sistemas de Incentivos também ter registado um significativo aumento (71%), como demonstrado no Quadro seguinte:

Quadro 2.1.2.2 – Evolução da Execução no Programa, por anos

Ano	Execução Operações Públicas			Execução Operações Sistemas de incentivos			Execução Total		
	Custo Total Elegível	FEDER	Tx Cresc.	Custo Total Elegível	FEDER	Tx Cresc.	Custo Total Elegível	FEDER	Tx Cresc.
2008	2.872	2.195		2.948	2.948		5.820	5.143	
2009	71.555	51.846	2262%	30.354	23.910	711%	101.909	75.756	1373%
2010	448.384	324.025	525%	127.143	88.524	270%	575.527	412.549	445%
2011	997.938	749.805	131%	229.970	151.560	71%	1.227.908	901.365	118%
2012 (1.º Tri)	1.130.841	849.616	13%	262.199	170.797	13%	1.393.040	1.020.413	13%

UN: Mil Euros

Ao nível dos Eixos Prioritários, constata-se que todos os Eixos contribuíram para o aumento da execução do Programa, sendo de realçar, em termos percentuais, o contributo dos Eixos Prioritários II e IV. Aliás, em termos absolutos é também o Eixo Prioritário IV que mais contribui para a execução do ano, com cerca de 313 milhões de Euros FEDER executados no ano, seguindo-se o Eixo I com 95 milhões e o Eixo III com 48 milhões de Euros FEDER executados em 2011.

Quadro 2.1.2.3 – Evolução da Execução no Programa, por Eixos Prioritários

Eixo Prioritário	Execução em 31/12/2010		Execução em 31/12/2011		Taxa de Crescimento 2010/2011	
	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER
PO	575.527	412.549	1.227.908	901.365	113,4%	118,5%
EP1	153.328	107.631	295.543	202.564	92,8%	88,2%
EP2	26.888	17.185	58.893	39.484	119,0%	129,8%
EP3	65.369	43.136	134.781	91.163	106,2%	111,3%
EP4	312.162	229.484	708.976	542.895	127,1%	136,6%
EP5	17.779	15.112	29.715	25.258	67,1%	67,1%

UN: Mil Euros

Para estes resultados de execução, contribui, não só, o volume de aprovações em 2011, num total FEDER de cerca de 631 milhões de Euros, mas fundamentalmente as aprovações realizadas até 2010 que tinham já atingido o montante de 1.783 milhões de Euros (representando uma taxa de aprovação de 65,7%). Os valores atrás referidos traduzem em termos FEDER, face a 2010, uma taxa de crescimento do nível de aprovações de 35,4%, tendo a taxa de compromisso do Programa (aprovação Fundo/programação Fundo) atingido o valor de 89%.

Quadro 2.1.2.4 – Evolução das Aprovações no Programa 2010/2011, por Eixos Prioritários

Eixo Prioritário	Aprovações em 31/12/2010		Aprovações em 31/12/2011		Taxa de Crescimento 2010/2011	
	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER
PO	2.581.957	1.782.514	3.352.116	2.413.520	29,8%	35,4%
EP1	860.603	538.538	1.160.516	765.439	34,8%	42,1%
EP2	186.847	127.250	244.563	173.271	30,9%	36,2%
EP3	369.773	245.745	395.452	272.471	6,9%	10,9%
EP4	1.125.042	837.242	1.502.453	1.160.575	33,5%	38,6%
EP5	39.693	33.739	49.132	41.762	23,8%	23,8%

UN: Mil Euros

Face à sua dotação e decorrente da realização de 2011, o Programa apresentava a 31 de Dezembro a seguinte situação em termos de aprovações e execução:

Quadro 2.1.2.5 – Monitorização operacional e financeira do Programa a 31/12/2011, por Eixos Prioritários

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovações (AP)		Execução (EX)		Indicadores financeiros (FEDER) %		
	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER	Custo total elegível	FEDER	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
PO	**3.266.713**	**2.711.645**	**3.352.116**	**2.413.520**	**1.227.908**	**901.365**	**89,0%**	**33,2%**	**37,3%**
EP1	1.088.427	881.102	1.160.516	765.439	295.543	202.564	86,9%	23,0%	26,5%
EP2	304.008	258.407	244.563	173.271	58.893	39.484	67,1%	15,3%	22,8%
EP3	330.370	280.814	395.452	272.471	134.781	91.163	97,0%	32,5%	33,5%
EP4	1.455.779	1.216.413	1.502.453	1.160.575	708.976	542.895	95,4%	44,6%	46,8%
EP5	88.128	74.909	49.132	41.762	29.715	25.258	55,8%	33,7%	60,5%

UN: Mil Euros

Os valores relevantes do ano são, assim, a taxa de aprovação do Programa de 89,0% e as taxas de execução de 33,2% relativamente à dotação total programada e de 37,3% relativamente às aprovações efetuadas.

Ao nível dos Eixos Prioritários, verifica-se que é o Eixo IV que, registando a segunda mais alta taxa de compromisso (95,4%), mais contribui para a atual taxa de compromisso do Programa, pois regista um montante FEDER aprovado de 1.161 milhões de Euros. Também decorrente da sua elevada taxa de compromisso, o Eixo IV é o que apresenta a melhor taxa de execução face ao programado (44,6%) e ao aprovado (46,8%).

Destaca-se ainda o nível de aprovações do Eixo Prioritário III, com uma taxa de compromisso de 97,0%, e do Eixo Prioritário I, com uma taxa de compromisso de 86,9%. No entanto, as taxas de execução destes Eixos (32,5% e 22,0%, respetivamente) apresentam-se com valores abaixo da taxa média de execução do Programa (33,2%).

Por último, o Eixo Prioritário com a taxa mais baixa de compromisso, 67,1%, é o Eixo II, que apresenta também a menor taxa de execução do Programa (15,3%).

Em 2011, a taxa de execução do Programa (33,2%), face à sua dotação, ficou aquém em 6,8 pontos percentuais da meta de execução definida pela Comissão Diretiva do ON.2 para 31/12/2011. Efetivamente, apontava-se, no início do ano, para uma taxa objetivo em 31/12/2011 de 40%, a que corresponderia um montante de execução FEDER a atingir de cerca de 1.085 milhões de Euros. Daqui decorre um valor de Fundo por executar face ao objetivo traçado de 183 milhões de Euros. No entanto é de referir que a meta estabelecida

era ambiciosa, quer pela evolução da execução que o Programa registava, desde o seu início, quer pelo impacto que a atual conjuntura económica e financeira tem tido na realização dos investimentos. Aliás, apesar do objetivo traçado não ter sido atingido, é de salientar que a execução do Programa, como já referido no início deste capítulo, superou não só a programação estabelecida para o ano, mas também as metas definidas regulamentarmente (regra n+3).

Para 2012, a meta apontada pela Comissão Diretiva do ON.2 é de 53%, o que significa que durante este ano terão que ser executados cerca de 536 milhões de Euros FEDER, ou seja, o que equivale a um montante médio mensal de 45 milhões de Euros.

No quadro seguinte é apresentada a evolução da execução mensal em 2011, estando também registada a execução já verificada para os primeiros três meses de 2012.

Quadro 2.1.2.6 – Crescimento da Execução no Programa – 2011 / 1º trimestre 2012

Ano /Mês	Execução - Operações Públicas		Execução - Operações Sistemas de incentivos		Execução Total	
	Custo Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	FEDER
Ano 2008	**2.872**	**2.195**	**2.948**	**2.948**	**5.820**	**5.143**
Ano 2009	**68.482**	**49.511**	**27.406**	**20.962**	**95.888**	**70.473**
Ano 2010	**377.028**	**272.319**	**96.788**	**64.613**	**473.819**	**336.933**
Jan-11	15.458	13.180	611	328	16.069	13.508
Fev-11	37.367	28.532	6.548	4.622	43.914	33.154
Mar-11	75.428	56.516	12.119	7.262	87.547	63.778
Abr-11	43.934	32.907	7.892	4.549	51.826	37.455
Mai-11	57.720	43.393	12.224	7.802	69.944	51.195
Jun-11	29.442	23.810	10.867	5.951	40.309	29.762
Jul-11	36.824	29.372	4.715	3.063	41.539	32.435
Ago-11	25.276	20.663	10.247	6.605	35.523	27.268
Set-11	62.217	49.001	7.779	4.824	69.996	53.826
Out-11	26.516	20.702	3.837	1.512	30.353	22.214
Nov-11	40.032	31.196	10.132	6.304	50.163	37.500
Dez-11	99.342	76.508	15.856	10.213	115.198	86.721
Ano 2011	**549.554**	**425.781**	**102.827**	**63.035**	**652.381**	**488.816**
Jan-12	21.614	16.132	2.897	1.146	24.512	17.278
Fev-12	76.425	57.124	9.410	6.035	85.835	63.159
Mar-12	34.863	26.555	19.922	12.056	54.785	38.611
TOTAL	**1.130.839**	**849.616**	**262.198**	**170.796**	**1.393.040**	**1.020.413**

UN: Mil Euros

A análise da execução registada neste quadro permite perceber a evolução que a execução do Programa tem anualmente registado. Em termos de execução média mensal, em 2011 o valor é de cerca de 41 milhões de Euros. Para alcançar o objetivo de 2012, este valor médio deverá passar para os atrás referidos 45 milhões de Euros. Verifica-se que até Março esta

média mensal de execução ainda não foi alcançada, o que implicará uma maior aceleração a partir do segundo trimestre do ano .

Como já foi referido, e atendo o estipulado no nº 13 do Artigo 1º do Regulamento (UE) 539/2010, de 16 de Junho, o bom nível de execução do Programa está traduzido no cumprimento das *Regra n+3* de 2011 cujo valore de 229.462 mil Euros foi largamente ultrapassado pela execução registada a 31/12/2011.

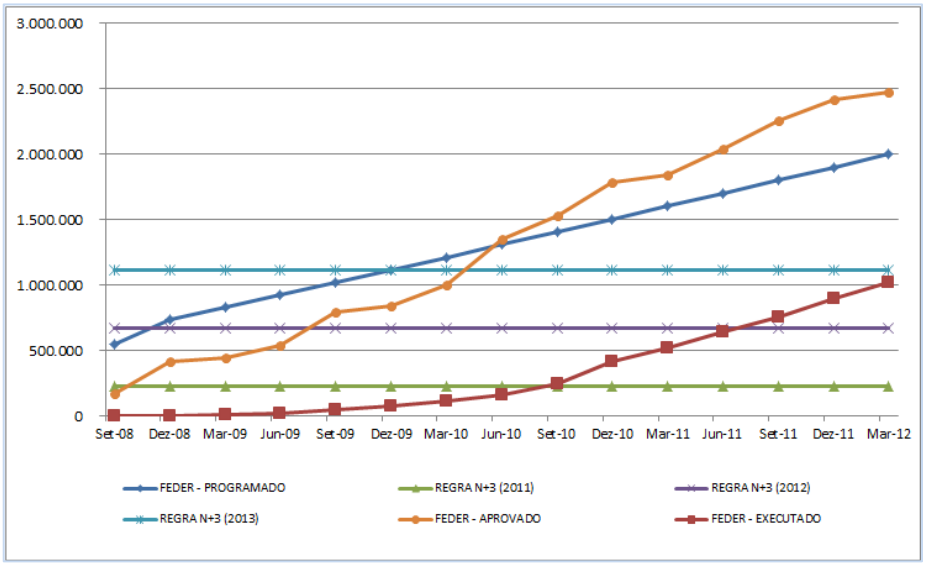
Aliás, nessa mesma data o cumprimento da Regra n+3 para 2012, de 669.738 mil Euros, já se encontra igualmente atingido.

No Quadro abaixo encontram-se evidenciadas, por ano, as dotações regulamentarmente estabelecidas para o ON.2 quer no âmbito da Regra n+3 quer da Regra n+2. Assim, face à evolução registada na execução do Programa será expectável que no final do 1.º Semestre deste ano fique cumprida a Regra n+3 de 2013.

Quadro 2.1.2.7 – Metas definidas para o Programa – Cumprimento da Regra N+3 e Regra N+2

Dotações	Ano de Aplicação da Regra	Meta Regra n+3	Meta Regra n+2
2008	2011	229.461.729	-
2009	2012	669.737.715	-
2010	2013	1.117.603.393	-
2011	2013	-	1.573.210.555
2012	2014	-	2.036.714.032
2013	2015	-	2.711.645.133

No gráfico seguinte faz-se a demonstração do cumprimento destas metas, considerando quer a sua formulação inicial quer a sua atual definição.



Os dados de base para construção do gráfico apresentado constam, ao nível do semestre, do quadro seguinte e respeitam aos apuramentos dos valores de aprovações e execução do Programa, verificados entre 2008 (início da execução do PO) e o primeiro trimestre de 2012 (data do último apuramento de despesa).

Quadro 2.1.2.8 - Execução Semestral do Programa até 2011 + 1.º Trimestre de 2012
UN: Mil Euros

FEDER	Dez-08	Jun-09	Dez-09	Jun-10	Dez-10	Jun-11	Dez-11	Mar-12
PROGRAMADO	736.792	926.535	1.116.277	1.309.814	1.503.351	1.700.759	1.898.167	1.998.845
REGRA N+3 (2011)	229.462	229.462	229.462	229.462	229.462	229.462	229.462	229.462
REGRA N+3 (2012)	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738	669.738
REGRA N+3 (2013)	1.117.603	1.117.603	1.117.603	1.117.603	1.117.603	1.117.603	1.117.603	1.117.603
APROVADO	418.103	535.330	841.595	1.346.637	1.782.514	2.041.896	2.413.520	2.475.314
EXECUTADO	5.143	22.815	75.756	160.674	412.549	641.401	901.365	1.020.413

2.1.2.1. Fluxos Financeiros

Dando cumprimento ao estabelecido no Regulamento CE 832/2010, de 17 de Setembro, apresenta-se de seguida o Tabela de Realização Financeira, cujo conteúdo está definido no Anexo I desse Regulamento:

Tabela 2.1.2.1 - Realização Financeira
Un:€

Eixo Prioritário	Financiamento total do Programa Operacional (União e Nacional)	Base de cálculo da contribuição da União (Custo Público ou Total)	Total da despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Taxa de execução (%)
	1	2	3	4	5=3/1 ou 4/1
Eixo Prioritário 1	1.088.427.112	1.088.427.112	238.536.181	169.772.423	21,9%
FEDER	1.088.427.112	1.088.427.112	238.536.181	169.772.423	21,9%
Eixo Prioritário 2	304.008.028	304.008.028	41.130.601	41.130.601	13,5%
FEDER	304.008.028	304.008.028	41.130.601	41.130.601	13,5%
Eixo Prioritário 3	330.369.912	330.369.912	115.878.374	115.878.374	35,1%
FEDER	330.369.912	330.369.912	115.878.374	115.878.374	35,1%
Eixo Prioritário 4	1.455.779.423	1.455.779.423	223.976.034	223.976.034	15,4%
FEDER	1.455.779.423	1.455.779.423	223.976.034	223.976.034	15,4%
Eixo Prioritário 5	88.128.467	88.128.467	24.193.757	24.193.757	27,5%
FEDER	88.128.467	88.128.467	24.193.757	24.193.757	27,5%
Total PO	**3.266.712.942**	**3.266.712.942**	**643.714.948**	**574.951.190**	**19,7%**

Nesta Tabela é apresentado o montante da despesa elegível total certificada no âmbito do Programa à Comissão Europeia até 31/12/2011. O valor total certificado totaliza, assim, 643.715 mil Euros e representa 19,7% do custo total elegível programado. As taxas de execução da despesa certificada indicam que os valores mais elevados respeitam aos Eixos Prioritários III, V e I.

De referir que este valor corresponde ao montante de despesa apresentado pela Autoridade de Certificação à Comissão Europeia, tendo, porém, a Autoridade de Gestão apresentado àquela Autoridade, até 31/12/2011, um valor de despesa para certificação consideravelmente superior, conforme resulta do demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 2.1.2.2 - Pedidos de Certificação de Despesa (PCD) apresentados até 31/12/2011

N.º Pedido	Data do Pedido da AG à AC	Data de corte da despesa	Despesas elegíveis apresentadas pela AG (Valores acumulados)	Data de envio do Pedido à CE	Pedidos apresentados à CE (Valores acumulados)		Montante do PP à CE	Pagamento CE	
					Despesas elegíveis	Contribuição pública		Montante Pago	Data do Pagamento
1.º	07-09-2009	31-03-2009	5.487	22-10-2009	5.487	5.487	4.024	4.024	10-11-2009
2.º	22-01-2010	10-12-2009	48.189	17-02-2010	47.893	46.461	26.955	26.955	08-03-2010
3.º	21-05-2010	30-04-2010	111.229	09-07-2010	110.229	106.980	40.196	40.196	22-07-2010
4.º	06-08-2010	30-06-2010	165.909	14-10-2010	164.908	143.649	31.368	31.368	28-10-2010
5.º	03-11-2010	30-09-2010	245.034	03-12-2010	237.647	209.230	46.155	46.155	15-12-2010
6.º	23-12-2010	30-11-2010	359.191	28-02-2011	350.011	321.594	76.857	76.857	16-03-2011
7.º	07-03-2011	31-01-2011	548.287	18-05-2011	408.361	369.439	35.377	35.377	08-06-2011
8.º	26-05-2011	30-04-2011	748.363	05-07-2011	458.642	419.720	35.124	35.124	27-07-2011
9.º	22-08-2011	31-07-2011	924.500	22-09-2011	568.006	508.904	66.979	66.979	17-10-2011
10.º	19-12-2011	31-10-2011	1.062.371	21-12-2011	643.715	574.951	147.910	147.910	19-01-2012
						Total	510.943	510.943	

Unid: Euros

O valor de custo total elegível apresentado para certificação pela Autoridade de Gestão, um total de 1.062.371 mil Euros, representa, pois, 34% do custo total elegível programado. Porém, a Autoridade de Certificação decidiu não apresentar à Comissão Europeia a totalidade desta despesa retendo um montante de 418.656 mil Euros. A justificação para a diferença de valores prende-se, fundamentalmente, com as seguintes situações: impossibilidade de certificação de despesas relativas a operações acompanhadas pelas Associações de Municípios e de despesas do Grande Projeto do Metro do Porto cujo processo de transição para o POVT, no âmbito da reprogramação técnica dos PO QREN, decorreu sobre o final do ano de 2011.

As verbas recebidas da Comissão Europeia até 31/12/2011, aparecem registadas no quadro seguinte e respeitam ao valor do pré-adiantamento de 7,5% (repartido da seguinte forma: 2% em 2007, 3% em 2008 e 2,5% em 2009) e aos montantes associados às oito certificações de despesa efetuadas até essa data.

Quadro 2.1.2.3- Fluxos Financeiros do Programa

Fluxos financeiros	FEDER
Transferências da CE	**566.406.857 €**
Sub-Total	203.373.385 €
1.º Pré-Adiantamento - 2%	54.232.903 €
2.º Pré-Adiantamento - 3%	81.349.354 €
3.º Pré-Adiantamento - 2,5%	67.791.128 €
Sub-Total	**363.033.472 €**
1.º Pedido de Certificação	4.023.724 €
2.º Pedido de Certificação	26.954.790 €
3.º Pedido de Certificação	40.195.783 €
4.º Pedido de Certificação	31.368.035 €
5.º Pedido de Certificação	46.154.628 €
6.º Pedido de Certificação	76.857.163 €
7.º Pedido de Certificação	35.376.572 €
8.º Pedido de Certificação	35.124.076 €
9.º Pedido de Certificação	66.978.702 €
Transferências para Beneficiários	**939.784.654 €**
Saldo	**- 373.377.797 €**

UN: Euros

De acordo com a informação disponibilizada neste quadro, em 2011 foram transferidos para os Beneficiários do ON.2 cerca de 940 milhões de Euros, embora as transferências recebidas da Comissão Europeia (incluindo os valores de pré-adiantamento), face ao atraso que se prolongou, ainda durante 2011, na apresentação dos pedidos de certificação com despesas de operações acompanhadas pelas Associações de Municípios, não tenham ultrapassado os 566,5 milhões de Euros. Assim, tal como em 2010, a diferença de valores, cerca de 373 milhões de Euros, foi assegurada por operações específicas de tesouraria. Neste momento, e tendo a Comissão Europeia aceite a certificação de despesas das operações acompanhadas pelas Associações de Municípios, prevê-se que durante 2012 seja alcançado o equilíbrio entre a dotação recebida da Comissão Europeia para pagamentos e o valor de pagamentos aos Beneficiários.

2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos

A informação relativa à repartição da contribuição comunitária aprovada e executada para as dimensões de categorização previstas no Regulamento (CE) n.º 1828/2006, apresenta em 2011 os resultados registados nas Tabelas 2.3. a 2.5:

Tabela 2.1.3.1 - Repartição da contribuição da União por Forma de Financiamento

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
1	**Ajuda não reembolsável**	3690	2.122.944.730	764.063.801	36,0%
2	**Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)**	371	260.574.912	107.301.020	41,2%
3	**Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)**				0,0%
4	**Outras formas de financiamento**	1	30.000.000	30.000.000	100,0%
	TOTAL	**4062**	**2.413.519.642**	**901.364.821**	**37,3%**

Em termos de Formas de Financiamento, e estando aprovada, a 31 de Dezembro de 2011, 89,0% da dotação FEDER do Programa, é possível verificar que a forma privilegiada respeita o inicialmente programado, ou seja, há 3690 operações aprovadas que correspondem a ajudas do tipo não reembolsável, apresentando um valor FEDER aprovado de 2.123 milhões de Euros. Representam estas ajudas não reembolsáveis, em termos de valor, 88% das 4 formas de financiamento identificadas no quadro acima. Esta forma de financiamento abrange operações aprovadas em todos os Eixos Prioritários do Programa.

Estão efetuadas também aprovações segundo a forma de financiamento que respeita a ajudas reembolsáveis, estando estas associadas exclusivamente a operações do Eixo I – Sistemas de Incentivos. O valor FEDER aprovado ascende a 261 milhões de Euros..

Por último há um valor de 30 milhões de Euros que constitui uma outra forma de financiamento, mais concretamente assume a forma de instrumento de engenharia financeira e respeita à iniciativa JESSICA, criada de acordo com o estabelecido no Artigo 44º do Regulamento (CE) 1083/2006.

Tabela 2.1.3.2- Repartição da contribuição da União por Tipo de Território

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
1	Aglomeração urbana	2765	1.561.122.176	547.179.110	35,1%
4	Zonas de fraca e muito fraca densidade populacional	400	204.170.583	98.453.537	48,2%
5	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)	791	503.074.628	194.972.568	38,8%
0	Não aplicável	106	145.152.255	60.759.606	41,9%
	TOTAL	4062	2.413.519.642	901.364.821	37,3%

No que respeita à dimensão Tipo de Território, são novamente de destacar as operações localizadas em aglomerações urbanas, que justificam 1.561 milhões de Euros FEDER dos 2.414 milhões de Euros aprovados a 31 de Dezembro de 2011, ou seja, em termos de valor, têm um peso de 65% no montante total aprovado. Se os cálculos tiverem em conta o valor FEDER executado, as operações nesta localização representam 61% do valor executado até 31/12/2011.

Seguem-se, ao nível das aprovações, as operações localizadas em zonas rurais e em regiões de fraca e muito fraca densidade, com 503 e 204 milhões de Euros, respetivamente, representando, em conjunto, 29% do total FEDER aprovado. Em termos de execução FEDER, as operações nestas localizações apresentam uma taxa de execução de 33%, ou seja, uma performance também abaixo de execução relativa à tipologia anterior.

Estas três tipologias de caracterização do território justificam, em conjunto, 94% do FEDER aprovado e 93% do FEDER executado.

Tabela 2.1.3.3- Repartição da contribuição da União por Atividade Económica

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
1	Agricultura, caça e silvicultura	1	19.035	0	0,0%
3	Indústrias alimentares e das bebidas	79	13.628.639	5.694.639	41,8%
4	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	96	21.774.591	5.773.439	26,5%
5	Construção de material de transporte	16	7.249.519	1.599.380	22,1%
6	Indústrias transformadoras diversas	516	150.961.708	44.474.781	29,5%
8	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e água quente	2	1.353.650	0	0,0%
9	Captação, tratamento e distribuição de água	6	4.428.208	995.680	22,5%
10	Correios e telecomunicações	1	34.895.600	2.539.963	7,3%
11	Transportes	223	236.589.811	148.012.492	62,6%
12	Construção	548	312.315.382	71.862.917	23,0%
13	Comércio por grosso e a retalho	343	38.292.274	13.079.853	34,2%
14	Hotéis e restaurantes	95	68.342.731	37.609.857	55,0%
15	Atividades financeiras	1	30.000.000	30.000.000	100,0%
16	Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	662	258.198.604	63.791.126	24,7%
17	Administração pública	295	256.982.699	58.472.876	22,8%
18	Educação	365	467.021.188	276.316.824	59,2%
19	Atividades de saúde humana	30	120.723.631	48.093.950	39,8%
20	Acão social e serviços coletivos, sociais e pessoais	474	211.245.489	36.887.431	17,5%
21	Atividades associadas ao ambiente	205	161.626.684	50.301.719	31,1%
22	Outros serviços não especificados	81	9.387.318	296.096	3,2%
0	Não aplicável	23	8.482.879	5.561.797	65,6%
	TOTAL	**4062**	**2.413.519.642**	**901.364.821**	**37,3%**

A 31/12/2011, o montante FEDER aprovado por atividade económica, distribuía-se, essencialmente, pelos seguintes sectores: educação (19%), reabilitação urbana (construção) (13%) e, ainda com alguma relevância, entre os 9 e os 11%, o investimento ligado a serviços prestados a empresas, à administração pública, a transportes e à ação social e serviços

coletivos. Estes sectores, em conjunto, envolvem 1.742 milhões de Euros dos 2.414 milhões de Euros de FEDER aprovados (72%).

Em 31/12/2011 os sectores de atividade que apresentam melhores taxas de execução FEDER, acima da taxa média do Programa (37,3%) são: as atividades financeiras (JESSICA), a educação, os transportes, o investimento das empresas na hotelaria e hotéis, a saúde e as indústrias alimentares e das bebidas.

Assim, e no que respeita ao investimento público, os sectores com melhor execução são os sectores que iniciaram as aprovações do Programa, ou seja, a educação, a mobilidade territorial e a saúde, que fecharam 2011 com taxas de execução de 59,2%, 62,6% e 39,8%, respetivamente. A reabilitação urbana, segundo sector em termos de aprovações, dado o momento mais tardio destas, apresentava em 31/12/2011 uma taxa de execução ainda baixa, 23%, mas com tendência a um aumento muito rápido.

Em termos de investimentos privados, destaca-se o desempenho dos sectores da hotelaria e hotéis com 55% e das indústrias alimentares e das bebidas com 41,8%.

2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo

Os principais beneficiários do ON.2, conforme se verifica no Quadro abaixo, são as entidades públicas, que detêm 70% do FEDER aprovado, com destaque para as que integram a administração autónoma local, tipologia fundamentalmente representada pelos municípios (71%). Com um valor de aprovações ainda significativo, 16%, estão também as empresas públicas, seguidas depois pelos organismos da administração central, que detém 12% do valor FEDER aprovado.

Tabela 2.1.3.4 - Distribuição dos montantes aprovados e executados no Programa, por tipologia de beneficiários

Tipologia de Entidades Beneficiárias	Fundo			
	Aprovação		Execução	
	Nº Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
Entidades Públicas	**1807**	**1.677.006.027**	**676.446.484**	**40,3%**
Administração Direta Serviços Centrais	4	30.346.262	13.021.472	42,9%
Administração Direta Serviços Periféricos	28	44.123.087	19.783.430	44,8%
Administração Indireta Serviços Personalizados	89	122.879.681	28.152.374	22,9%
Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público	86	260.301.570	122.252.561	47,0%
Administração Autónoma Local	1577	1.189.467.701	487.955.117	41,0%
Associações Públicas	16	24.351.294	5.146.519	21,1%
Instituições do Ensino Superior	4	4.649.837	135.012	2,9%
Centros de I&D	2	112.131	0	0,0%
Concessionários de serviços públicos, em particular na área dos transportes e ambiente;	1	774.464	0	0,0%
Entidades Privadas	**2255**	**736.513.615**	**224.918.337**	**30,5%**
Empresa de média dimensão (recomendação 2003/361/CE)	6	1.858.381	1.219.274	65,6%
Pequena empresa (recomendação 2003/361/CE)	934	235.568.581	89.261.800	37,9%
Microempresa (recomendação 2003/361/CE)	950	195.052.786	62.572.412	32,1%
Fundação	14	5.197.522	1.890.293	36,4%
Entidade Privada sem fins lucrativos	267	266.915.482	62.159.977	23,3%
Instituições do Ensino Superior	3	464.242	21.528	4,6%
Centros de I&D	7	4.060.765	1.256.892	31,0%
Associações empresariais	38	13.941.516	4.068.940	29,2%
Agências e associações de desenvolvimento regional e local	12	3.576.438	696.283	19,5%
Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações	21	9.277.920	1.626.697	17,5%
Moradores e suas associações	3	599.982	144.240	24,0%

Quanto ao investimento aprovado para as entidades privadas (30%), os principais beneficiários são as pequenas e micro empresas, as quais beneficiam dos apoios concedidos no âmbito do Eixo I – Sistemas de Incentivos (58%). Ainda é de salientar o investimento aprovado em que os beneficiários, envolvidos em projetos de tipologia pública, são entidades privadas sem fins lucrativos (36%).

Ao nível da execução, são as entidades públicas que mais contribuíram para a taxa de execução de 2011 do Programa. Porém, se considerarmos a taxa média de execução do Programa, as melhores taxas de execução face aos respetivos montantes aprovados, são as registadas pelas entidades da administração direta do Estado, das empresas públicas e da administração autónoma local, com relevância para o papel dos municípios.

2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado

Durante o ano de 2011, registaram-se três situações de irregularidades que se enquadram no previsto do n.º 2 do artigo 98.º do Regulamento CE 1083/2006, conforme a seguir indicado:

Código da Operação	Designação da Operação	Montante da Despesa Irregular	Montante FEDER associado
NORTE-09-0448-FEDER-000018	Construção do Centro de Saúde de Santa Marta - Bragança	126.516,02 €	88.561,22 €
NORTE-10-0144-FEDER-000028	Centro Escolar de Tarouca	87.872,32 €	61.510,62 €
NORTE-11-0173-FEDER-000001	Assistência Técnica	40.766,39 €	34.650,58 €

De acordo com o estabelecido no nº 3 deste mesmo artigo, de referir que estas participações anuladas não foram reutilizadas nas respetivas operações objeto da correção.

Já no que respeita a situações de alteração substancial das condições de atribuição de comparticipação a uma determinada operação, como previsto no n.º 2 do artigo 57.º do mesmo Regulamento, a Autoridade de Gestão do ON.2 não verificou, em 2011, alterações significativas ocorridas ao nível das operações aprovadas que afetem a sua natureza, ou que tenham proporcionado vantagens indevidas a empresas ou organismos públicos.

2.1.6. Análise qualitativa

Como complemento da análise já efetuada no ponto 2.1.1, conduzida com base nos indicadores comuns comunitários e nos indicadores comuns nacionais, desenvolve-se agora uma análise mais qualitativa, a qual será detalhada, por eixo prioritário, no Capítulo 3.

2.1.6.1. Contributo do ON.2 para o "Earmarking"

Um primeiro elemento desta análise toma como referência o contributo do ON.2 para os temas prioritários que contribuem para as prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa (temas "earmarking"), os quais têm no ON.2 um FEDER programado de 1.952 M€, ou seja, 72% da dotação FEDER do programa operacional, correspondendo a 39 temas num total de 62 temas prioritários. No final de 2011 verifica-se que 31 dos 39 temas "earmarking" apresentavam operações aprovadas, ascendendo o FEDER aprovado neste cômputo a 1.742 M€, o que corresponde a 72% do FEDER aprovado. Relativamente ao ano anterior, estes números revelam um aumento significativo cifrado em 37% no investimento aprovado em termos de "earmarking".

Com o substancial aumento da execução financeira, isso também se refletiu nos valores da execução em "earmarking", os quais passaram de 305M€ para 666M€ em 2010, sendo que os temas com execução passaram de 22 para 27.

Continua a verificar-se, uma concentração dos investimentos apoiados pelo ON.2 naquelas que são as prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa em matéria de competitividade e criação de emprego, com um peso relativo ligeiramente acima ao estabelecido em sede de programação (72,16% versus 72,0%).

Quadro 2.1.6.1.1- Relevância dos Temas "Earmarking" na Programação e nas Aprovações

Temas Prioritários	Programação		Aprovação		Execução	
	N.º Temas	FEDER	N.º Temas	FEDER	N.º Temas	FEDER
Total c/ contributo ON.2	62	2.711.645.133	72	2.413.519.642	62	901.364.821
Contributo para Earmarking	39	1.952.328.373	27	1.742.005.773	22	665.780.923
% Earmarking / Total		72,00%		72,16%		73.86%

Analisando mais em detalhe a despesa de "Earmarking" no conjunto das operações aprovadas, destaca-se o volume de aprovações nos 8 temas prioritários inseridos no grupo "Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Empreendedorismo", bem como nos temas "Reabilitação urbana e rural" e "Infraestruturas de Ensino". No seu conjunto, estes

10 temas prioritários respondem por mais de 79% do FEDER aprovado em temas *Earmarking*, cifra semelhante à observada na execução financeira, especificamente, 80%.

A manutenção de uma maior concentração do FEDER atribuído pelo ON.2 nas primeiras temáticas reflete a orientação do Programa na prossecução das prioridades da União Europeia no âmbito da promoção da competitividade e de criação de emprego. De facto, no que diz respeito aos investimentos aprovados no âmbito da "Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Empreendedorismo", é de salientar 44% dos mesmos está alocado ao tema prioritário 7 – "Investimento em empresas diretamente ligado à Investigação e Inovação", o qual engloba todos os projetos de apoio à inovação produtiva nas empresas, ou seja, ao estímulo à competitividade pela via da criação de novos serviços ou produtos inovadores, pela aposta em novos processos produtivos e em expansão de atividades em sectores com alto conteúdo tecnológico ou procuras internacionais dinâmicas; bem como os projetos relativos à criação de novas empresas.

É ainda de salientar o tema prioritário 2 – "Infraestruturas de IDT e centros de competência numa tecnologia específica", valor de aprovação, a par com o tema 5, ultrapassam o montante programado.

Segue-se o tema prioritário 8 – "Outros investimentos em empresas", no qual se incluem a globalidade dos projetos que visam a apostas das empresas na promoção de fatores dinâmicos de competitividades, entre os quais se destacam os investimentos em internacionalização, sendo ainda de referir os investimentos efetuados nos temas prioritários 3 e 4, os quais concentram o apoio a projetos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, essenciais para um crescimento sustentável e competitivo da Região, em complemento aos investimentos no tema 2.

Já a relevância das aprovações nas infraestruturas de Ensino traduz a aposta na qualificação dos estabelecimentos de ensino e na disponibilização aos cidadãos de mais e melhores condições de aprendizagem e formação, com um valor de aprovações correspondente a cerca de 26% do total do FEDER aprovado em temas "Earmarking".

A forte aposta do programa no desenvolvimento consubstanciou uma afetação significativa de recursos ao tema prioritário 61 – "Reabilitação urbana e rural". Estes investimentos visam, através de parcerias locais, promover a coesão e a inclusão sociais, a integração e a igualdade de oportunidades das diferentes comunidades que constituem a cidade, reforçando a participação dos cidadãos, inovando nas formas de governação urbana através da cooperação dos diversos atores urbanos, e ainda, através de parcerias intermunicipais promover o desenvolvimento urbano centrado nos fatores territoriais de competitividade e inovação.

É também relevante o número de projetos relacionados com a Sociedade de Informação, sejam os mesmos de índole empresarial, ou relativos à desmaterialização de processos e modernização da Administração Pública. Em particular, a introdução das TIC associadas a medidas de simplificação na Administração Publica são importantes contributos para uma gestão mais próxima dos cidadãos, menos burocrática e com um ambiente mais propício à criação de novas empresa e ao investimento empresarial.

Finalmente saliente-se o tema Transportes cuja FEDER aprovado excede o programado inicialmente em 32%. A parte mais significativa deste desvio foi entretanto corrigida com a transferência do projeto do Metro para o Programa Operacional Valorização do Território, existindo ainda investimentos no tema prioritário 30 – "Portos" cujas aprovações excederam o FEDER aprovado.

Tendo em conta o número de projetos aprovados em temas prioritários de "earmarking", salientam-se os 1877 no grupo "Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Empreendedorismo", 402 na "Reabilitação urbana e rural", 346 nas "infraestruturas de ensino", bem como os 183 no grupo "Sociedade de Informação".

Tabela 2.1.6.1 - Projetos aprovados por grupos de temas prioritários

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo				
		Aprovação			Execução	
		Nº Proj.	Montante €	Tx AP/PR	Montante €	Tx EX/AP
	Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo	1877	622.188.981	86,8%	171.051.392	27,5%
	Sociedade da informação	183	116.671.793	90,8%	27.625.837	23,7%
	Transportes	205	239.745.717	131,8%	149.692.228	62,4%
	Energia	89	29.345.844	42,6%	1.381.114	4,7%
	Proteção do ambiente e prevenção de riscos	208	123.342.484	118,7%	33.577.503	27,2%
	Turismo	120	92.515.316	116.4%	29.466.106	31,8%
	Atividades culturais	173	122.263.362	98,0%	28.554.233	23,4%
	Reabilitação urbana e rural	402	311.969.516	92,6%	96.600.657	31,0%
	Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	22	8.018.055	55,5%	272.453	3,4%
	Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade	14	11.560.724	54,0%	2.618.974	22,7%
	Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos	0	0	0,0%	0	0,0%
	Melhorar o capital humano	2	1.160.665	7,4%	145.519	12,5%
	Investimento em infraestruturas sociais	567	634.400.549	82,5%	329.501.724	51,9%
	Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão	102	29.722.685	138,1%	1.524.212	5,1%
	Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local	35	20.111.245	47,3%	2.258.125	11,2%
	Assistência Técnica	63	50.502.706	67,4%	27.094.744	53,7%
	TOTAL Temas Prioritários	4062	2.413.519.642	89,0%	901.364.821	37,3%
	TOTAL *Earmarking*	3067	1.742.005.773	89,2%	665.780.923	38,2%

2.1.6.2. Balanço sintético por Eixo Prioritário e por Objetivo Específico

Finalmente, concluímos esta análise qualitativa com um balanço sintético por Eixo e Objetivo Específico, sendo que a análise detalhada a este nível será desenvolvida no Capítulo 3.

Análise Qualitativa: Síntese por Eixo e por Objetivo Específico

EIXO PRIORITÁRIO I – COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO

- A taxa de compromisso [total aprovações / programação 2007-2013] em 2011 é de 86,9%. A taxa de pagamento total deste Eixo Prioritário, reportada a 31.12.2011, é de 30,1% (FEDER pago ao Beneficiário / FEDER aprovado.
- Não considerando nesta concreta observação a dimensão dos Sistemas de Incentivos às empresas (dimensão esta que é tartada de modo autónomo) pode salientar-se que as principais dificuldades detetadas relacionam-se com a insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas, identificando-se a necessidade de adoção de algumas medidas que tendam a evitar esta situação que tem influenciado fortemente o tempo de análise das candidaturas.
- Em termos de execução, existe o mesmo problema da insuficiente instrução dos processos, o que origina tempos de análise e de pagamento superiores aos prazos instituídos. No entanto, no que respeita aos pedidos de pagamento, a situação registou algumas melhorias à medida do decurso do ano de 2011.
- Para além das situações expostas, os principais problemas encontrados prendem-se com os atrasos na execução das operações contratadas, situação relacionada com a difícil conjuntura económica que o país atravessa sendo agravada pela morosidade de alguns dos procedimentos de contratação pública das empreitadas e aquisições de serviços, dos procedimentos conducentes à obtenção de visto do Tribunal de Contas, e de disposição, quando aplicável, de Declaração de Impacte Ambiental válida.
- Destaca-se igualmente um problema de insuficiente instrução dos *dossiers* apresentados pelos promotores (seja de candidatura, seja dos procedimentos da contratação pública ou de pedidos de pagamento o que origina, por um lado, atrasos na submissão dos pedidos de pagamento e, por outro, tempos de análise e de pagamento superiores aos prazos instituídos. No entanto, no que respeita aos pedidos de pagamento, a situação tem vindo a melhorar, situação que tem contribuído também para o aumento significativo da taxa de execução.
- No que se refere, especificamente, aos Sistemas de Incentivos às Empresas, até ao final do ano de 2011, a Autoridade de Gestão do ON.2 procedeu ao lançamento, de 87 concursos para apresentação de candidaturas a apoio ao investimento empresarial com uma dotação FEDER associada que ascendia a 480,3 milhões de Euros. Para o apoio do ON.2 ao investimento empresarial, 2011 foi um ano de manutenção das tendências verificadas em 2010 no que concerne à continuidade de abertura de concursos e aprovação de novas operações, com o FEDER líquido aprovado a aumentar em cerca de 75 milhões de Euros (passando de 340,7 milhões de Euros para 415,3 milhões de Euros associados a 1881 operações aprovadas).
- De notar ainda que a evolução registada em termos de contratos assinados é muito próxima da registada nas aprovações, com as 1812 operações contratadas a respeitarem a 395,3 Milhões de Euros de incentivo FEDER contratado.
- No que respeita à execução os Sistemas de Incentivos do ON.2, observa-se a consecução de níveis interessantes, sobretudo se atendermos às condições da envolvente macro e financeira. Estas medidas de apoio registavam, no final de 2011, uma taxa de execução (FEDER Executado/FEDER Programado) da ordem dos 46%.

OE1 – Consolidação dos Serviços Coletivos Regionais de Suporte à Inovação e Promoção do Sistema Regional de Inovação

- No apoio à "**Consolidação dos Serviços Coletivos Regionais de Suporte à Inovação e à Promoção do Sistema Regional de Inovação**" foram contratadas, em 2011, 7 operações, perfazendo um montante FEDER de cerca de 28 M€. Assim, num balanço acumulado até finais de 2011, contabilizam-se 35 operações contratadas até 31.12.2011, correspondendo a 100,2 M€ de FEDER. A estas operações correspondem, em termos acumulados até 2011, 69 "Unidades de I&D apoiadas". Note-se que este indicador está apenas a captar operações que cofinanciam em exclusivo unidades de I&D do SCTN, ou seja, com exclusão das empresas. Assim, não estão aqui contabilizados os projetos de I&D em co-promoção empresas / entidades do SCTN, as quais ascendiam a 62 no final de 2011, envolvendo 76 empresas e 31 entidades do SCTN).
- Para além dos Sistemas e Incentivos, assinala-se a aprovação de 5 operações, decorrentes de 2 concursos e a celebração de contratos de financiamento correspondentes a 7 operações desses mesmos concursos.
- A prossecução deste OE 1 está bem patente nos concursos abertos dirigidos ao apoio a Infraestruturas Científicas e a Infraestruturas Tecnológicas: na totalidade (13 concursos) envolvendo um montante FEDER de 152,5M€ , sendo que em 2011 foram divulgados 3 Avisos de Abertura de Concurso, envolvendo um FEDER de 54 M€.
- Salienta-se, porém, que em 2011 o contributo mais significativo advém das aprovações ocorridas no ano de 2010.
- A procura revelada e as aprovações ocorridas evidenciam um enorme contributo do ON.2 para a consolidação da rede regional de Infraestruturas Tecnológicas (Centros Tecnológicos Sectoriais e Institutos de Novas Tecnologias) bem como para projetos seletivos ao nível das Infraestruturas Científicas.

OE2 – Apoio à Criação e Consolidação de "Clusters" Emergentes e de Empresas de Base Tecnológica

- No que respeita ao contributo dos Sistemas de Incentivos para este objetivo, cumpre referir que, até ao final de 2011, estavam contratados 706 projetos inseridos em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia, estando assim já ultrapassada a meta estabelecida para 2015. A título de comparação refira-se que o valor "*pró-forma*" deste indicador, quando aferido para o final de 2010, era de 551 projetos.
- De notar que, com a recente reprogramação do ON.2, foi revisto o indicador dos Sistemas de Incentivos associado a este objetivo, que anteriormente tinha vindo a captar o número de empresas com projetos nestes sectores e não os respetivos projetos.
- A prossecução deste OE 2 está ainda bem patente nos concursos abertos dirigidos ao Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica e Empreendedorismo Tecnológico: na totalidade (3 concursos) envolvendo um montante FEDER de 18M€, pese embora em 2011 não tenham sido divulgados novos Avisos de Abertura de Concurso com contributo para este OE.

OE3 – Promoção e Desenvolvimento da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e de Operações Integradas de Ordenamento e de Acolhimento Empresarial

- Regista-se que a área acumulada de infraestruturas em projetos de acolhimento empresarial contratados, contemplada nos concursos abertos no domínio da Contratualização, totalizava, em 2011, a área de 124.424 m2. No mesmo ano de 2011, e em concursos fora do contexto da Contratualização, foram contratadas Operações referentes a 3 áreas de acolhimento empresarial, atingindo uma área total de 1.054.000 m2. Deste modo, em termos acumulados, o indicador "Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial (m2)" ascende a uma área total de 1.178.424 m2.
- Quanto aos Parques de Ciência e Tecnologia (PCT) regista-se ter sido objeto de contrato de financiamento celebrado em 2011 um PCT. Em termos acumulados, o indicador de realização "Área de infraestruturas/equipamentos nos Parques de Ciência e Tecnologia (m2)" totaliza uma área de 160.134 m2, correspondente a 4 PCT contratados até 31.12.2011, enquanto que o respetivo indicador de resultado, "N.º de empresas instaladas nos Parques de Ciência e Tecnologia", totaliza 256. Os dois indicadores superam as correspondentes metas estabelecidas para 2015. Em termos de "realização executada", em 2011, o indicador de resultado contempla 1 unidade.
- A prossecução deste OE 3 está bem patente nos concursos abertos dirigidos ao apoio a Parques de Ciência e Tecnologia, Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica, Empreendedorismo Tecnológico e áreas de Acolhimento Empresarial: na totalidade (6 concursos) envolvendo um montante FEDER de 156M€, sendo que em 2011 foi divulgado 1 Aviso de Abertura de Concurso, envolvendo um FEDER de 12 M€. €.

OE 4 – Requalificação, Inovação e Reforço das Cadeias de Valor nos Sectores de Especialização

O contributo para este objetivo específico é dado pelos Sistemas de Incentivos que, no final de 2011, contavam já com 1091 projetos empresariais contratados em sectores de especialização, um número que, à semelhança do ocorrido com o contributo destas medidas de apoio para o Objetivo Específico 2, superava já a meta prevista para 2015. De salientar que, também aqui, da recente reprogramação do ON.2 decorreu uma revisão do indicador até então utilizado, tendo-se passado a contabilizar o número de projetos com incidência nestes sectores ao invés do número de empresas promotoras desses projetos.

OE 5 – Promoção de Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial

- No ano de 2011 não foram contratadas quaisquer operações no âmbito deste objetivo específico; todavia, encontram-se sob análise 77 candidaturas apresentadas ao concurso abrangido pelo Aviso SIAC/2010. Assim, no final de 2011, o número de ações coletivas de dinamização do comércio e serviços em áreas abrangidas por Planos de Regeneração Urbana ou Redes Urbanas de Competitividade e Inovação mantém-se em 94; permanece também o número de entidades envolvidas na promoção destas ações, uma vez que as mesmas resultam de projetos promovidos apenas por 9 entidades e que são as beneficiárias das operações contratadas no âmbito do concurso abrangido pelo Aviso SIAC de 2008.

OE 6 – Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento

- No início de 2011, foi aprovada e contratada a operação "Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais da Região Norte" no âmbito do Aviso EDSC-RNGZR/2011. Esta operação abrange 44 concelhos da Região Norte e contribui para um acréscimo de população com acesso à banda larga de 244.147 pessoas, o que só por si garante, ultrapassando, no domínio do Eixo Prioritário, os respetivos indicadores de realização e de resultado.

  Quanto aos restantes indicadores de EP deste OE, as operações já contratadas em anos anteriores no âmbito dos concursos EDSC/1/2008 e EDSC/2009 abrangem 1071 "*equipamentos coletivos com acesso à banda larga*", enquanto indicador de realização (748 escolas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância e 323 escolas EB23 e com Ensino Secundário). No que respeita ao indicador de resultado, as mesmas operações permitirão abranger 327.960 "*utilizadores de banda larga nos equipamentos coletivos apoiados" (*respetivamente, 108.790 no primeiro grupo de escolas atrás referidas e 219.170 no segundo grupo.

  Assim, neste OE, até 31.12.2011 e num contexto fora da Contratualização, encontravam-se aprovadas e contratadas 25 operações, num montante de aproximadamente 63 M€ de FEDER.

OE 7 – Promoção de Ações de Eficiência Energética

- Em 2011, no âmbito deste objetivo específico, foram aprovadas (a título definitivo) 12 operações e contratadas 23 operações.
- Em termos acumulados e, considerando que determinadas operações contratadas podem contemplar mais do que um projeto de eficiência energética, até 31.12.2011, encontravam-se contabilizados 23 "projetos de eficiência energética", para além das 6 Agências de Energia também contratadas até essa data. Aos 23 "projetos de eficiência energética" já contratados corresponde uma "Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados (no âmbito de projetos de eficiência energética) " – indicador de resultado – de 29%, valor que, para já, supera a meta estabelecida para 2015, a qual se situa em 15%.

OE 8 - Modernização do Governo Eletrónico e Melhoria da Relação das Empresas e dos Cidadãos com a Administração Desconcentrada e Local

- No ano de 2011, e tendo em conta os concursos dinamizados fora do contexto da Contratualização, o número de operações contratadas (41) no âmbito das Lojas do Cidadão e dos Centros Multisserviços não sofreu alteração face ao ano de 2010; também nas operações contratadas no âmbito da "contratualização" não se registou alteração. Deste modo, o indicador de Eixo Prioritário, de realização física contratada, "n.º de lojas do cidadão e centros e balcões multisserviços", mantém a quantificação de 93, ultrapassando a meta estabelecida para 2015.

  Este balanço resulta essencialmente de duas componentes:

  - a primeira, inserida no programa de ação das Lojas do Cidadão, protocolado entre a Autoridade de Gestão e a Agência para a Modernização Administrativa, traduziu-se na aprovação, em 2009, de 14 Lojas do Cidadão, estando o investimento em execução;

  - a segunda componente decorre das operações aprovadas no quadro do AAC SAMA/1/2007 (o primeiro concurso aberto pelo ON.2), correspondendo a Centros Multisserviços – predominantemente do tipo Balcão Único – promovidos, na generalidade, por Freguesias, Municípios e Associações de Municípios.

  Associado a estas operações já contratadas verifica-se que a população servida pelas Lojas do Cidadão / Centros e Balcões Multisserviços apoiados ultrapassa já a meta estabelecida para 2015.
  Em 2011, como resultado da reprogramação do ON.2 de 2011, o balanço da realização contratada mantém-se positivo, apesar de ainda não se ter verificado o encerramento de qualquer dos projetos apoiados, estimando-se o encerramento da sua maioria ao longo do ano de 2012.

  No contexto deste concurso é importante salientar que ao longo dos anos de 2010 e 2011 uma parte muito significativa dos beneficiários apresentaram pedidos de reprogramação destas operações,

tendo os mesmos sido na sua maioria, todos aprovados em 2011. Não pode ainda deixar de ser assinalado que a validação desses pedidos de reprogramação por parte da AG interfere, nalguns casos e em certa dimensão, com a apresentação dos pedidos de pagamento e, consequentemente, com a execução que tais projetos vão evidenciando. Não obstante este aspeto, reitera-se a expetativa de encerramento da quase totalidade desses projetos durante o ano de 2012.

OE 9 - Promoção da Capacitação Institucional e do Desenvolvimento Regional e Local

- Em 2011 o número de operações contratadas (91), em concursos que não da Contratualização, decorre dos diversos concursos abertos em 2010 neste OE. Quanto ao indicador de realização física, o mesmo atinge, em 31.12.2011, o valor de 120 (incluindo este valor as operações contratadas no âmbito da Contratualização), enquanto que a meta de 2015 do indicador de resultado já se encontra bastante superada; este indicador, em termos de realização contratada, já atinge o valor de 2.479 (de acordo com a quantificação destes indicadores, para 2015, no âmbito do processo de reprogramação de 2011).

  Relativamente a este objetivo específico, os indicadores de realização refletem no essencial o resultado das ações implementadas e das aprovações ocorridas ainda em 2008.

  Relembra-se que as 9 operações PROVERE inseridas no âmbito das Ações Preparatórias encerraram já no ano de 2010.

EIXO PRIORITÁRIO II – VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSOS ESPECÍFICOS

- A taxa de compromisso [total aprovações / programação 2007-2013] em 2011 é de 67,1%. A taxa de pagamento total deste Eixo Prioritário, reportada a 31.12.2011, é de 23,5% (FEDER pago ao Beneficiário / FEDER aprovado.
- Permanecem válidas para este Eixo as principais dificuldades detetadas também ao nível do EP I, as quais se relacionam com a insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas, identificando-se a necessidade de adoção de algumas medidas que tendam a evitar esta situação que tem influenciado fortemente o tempo de análise das candidaturas.
- Em termos de execução, existe o mesmo problema da insuficiente instrução dos processos, o que origina tempos de análise e de pagamento superiores aos prazos instituídos. No entanto, no que respeita aos pedidos de pagamento, a situação registou algumas melhorias à medida do decurso do ano de 2011.
- Para além da situação exposta, os principais problemas encontrados prendem-se com os atrasos na execução das operações contratadas, situação relacionada com a difícil conjuntura económica que o país atravessa sendo agravada pela morosidade de alguns dos procedimentos de contratação pública das empreitadas e aquisições de serviços, dos procedimentos conducentes à obtenção de visto do Tribunal de Contas, e de disposição, quando aplicável, de Declaração de Impacte Ambiental válida.
- Destaca-se igualmente um problema de insuficiente instrução dos *dossiers* apresentados pelos promotores (seja de candidatura, seja dos procedimentos da contratação pública ou de pedidos de pagamento o que origina, por um lado, atrasos na submissão dos pedidos de pagamento e, por outro, tempos de análise e de pagamento superiores aos prazos instituídos. No entanto, no que respeita aos pedidos de pagamento, a situação tem vindo a melhorar, situação que tem contribuído também para o aumento significativo da taxa de execução.

OE 1 – Valorização Económica da Excelência Turística Regional

De acordo com o processo de reprogramação de 2011, até 31.12.2011 encontravam-se contratadas 67 operações concorrentes para o indicador de realização "*Nº de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD"*. Estas operações totalizam um montante FEDER contratado de 30,6 M€.

Quanto ao "novo" indicador de resultado correspondente, resultante da reprogramação de 2011, "*Nº de participantes em ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD*", em 31.12.2011, totalizava 1.257.523 participantes, em termos de operações contratadas.

Até 31.12.2011 já se encontravam concluídas 6 operações, às quais corresponde o indicador de resultado, referido anteriormente, no total de 1.009.000 participantes o que já supera em muito a meta estabelecida para 2015.

Ainda no mesmo OE, em 31.12.2012, o número de operações contratadas a contribuir para o indicador "*N.º de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos do Porto/Norte de Portugal"* é de 3, num montante total de FEDER contratado de 7,1 M€.

Quanto ao "novo" indicador de resultado correspondente, resultante da reprogramação de 2011, "*Nº de participantes em ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos do Porto/Norte de Portugal",* em 31.12.2011, contabilizava 91.650 (por ano), em termos de operações contratadas.

OE 2 – Valorização Económica de Novos Usos do Mar

No ano de 2011 mantiveram-se as duas operações contratadas; concretamente, a operação designada "Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões" e a operação "Criação da incubadora de base tecnológica para a área das ciências do mar do Pólo do mar do UPTEC". Estas operações envolvem um total FEDER de 28,6 M€; consequentemente, manteve-se a quantificação dos correspondentes indicadores de Eixo Prioritário relativamente a 2010.

Destaca-se ainda que no ano de 2011 foi aberto, em contínuo, o Aviso EEC Mar/PA/1/2011 destinado aos projetos âncora da EEC "Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar".

OE 3 – Valorização da Cultura e da Criatividade

Até 31.12.2011, no âmbito deste Objetivo Específico, já se encontravam contratadas 24 operações, envolvendo um montante FEDER total de 48,4 M€.

No ano de 2011 foram contratadas 6 operações, sendo que apenas 1 contratada em 2011 no concurso GCEC/2011 contribui para o indicador de realização física "*Nº de eventos (na perspetiva da internacionalização da região) apoiados*", pelo que o valor total acumulado, até 31.12.2011, deste indicador, é de 12 eventos.

A estimativa do indicador de resultado "*Nº de visitantes em eventos apoiados "* das operações contratadas até 31.12.2011 é de 2.073.456.

Como os eventos de "Guimarães – capital europeia da cultura 2012" terão de ser todos realizados em 2012, os indicadores de Eixo Prioritário referidos anteriormente deverão contemplar um grande incremento nesse ano.

OE 4 – Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Atividades Económicas

Este Objetivo Específico é absorvido na totalidade pelas intervenções integradas na subvenção global atribuídas às CIM / AMP, no quadro da chamada "contratualização". O respetivo indicador de realização física *"Área infraestruturada, qualificada e reordenada para acolhimento empresarial integrada em planos territoriais de desenvolvimento (m2)"* atinge, em 31.12.2011, o valor de 3.791.460 m2, ultrapassando em muito meta estabelecida do indicador para 2015.

Ainda neste OE, e resultante do processo de reprogramação de 2011, foram ajustados os restantes indicadores (de realização física e de resultado) sendo que em 2011 foram contratados 12 "*Nº de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos integradas em planos territoriais de desenvolvimento*" às quais correspondem 50.000 "*Nº de participantes em ações de desenvolvimento turístico integradas em planos territoriais de desenvolvimento*", superando já, cada um destes indicadores, a meta estabelecida para 2015.

OE 5 – Valorização Económica de Recursos Endógenos em Espaços de Baixa Densidade e Diversificação da Atividade Económica dos Territórios Rurais

No que respeita a este o Objetivo Específico e de acordo com o processo de reprogramação de 2011, até 31.12.2011 já se encontravam protocolados 9 "*programas de ação integrados de valorização económica dos recursos endógenos apoiados"* a concorrer para o indicador de realização.

Quanto ao "novo" indicador de resultado correspondente, resultante da reprogramação de 2011, "*Nº de ações de valorização económica dos recursos endógenos apoiados", à mesma data,* já se encontravam contratadas 17 operações, totalizando um FEDER de 15,6 M€.

EIXO PRIORITÁRIO III – VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

- Taxa de Compromisso: 97,03%; Taxa de Execução: 32,48%. A evolução registada face ao ano anterior é evidente, tendo tido continuidade no primeiro trimestre de 2012, registando-se, a 31 de Março, uma Taxa de Compromisso: 97,04%; Taxa de Execução: 35,31%

- Os principais problemas encontrados prendem-se, com os atrasos na execução das operações contratadas. Esta situação, está relacionada com a difícil conjuntura económica que o país atravessa sendo agravada pela morosidade de alguns dos procedimentos de contratação pública das empreitadas e aquisições de serviços e dos procedimentos conducentes à obtenção de visto do Tribunal de Contas. Em termos de execução, existe um problema de insuficiente instrução dos processos, nomeadamente a nível dos processos referentes à verificação dos procedimentos da contratação pública, o que origina, por um lado, atrasos na submissão dos pedidos de pagamento e, por outro, tempos de análise e de pagamento superiores aos prazos instituídos, implicando a continuidade da implementação das Medidas para combater a situação, nomeadamente a nível do apoio do Secretariado Técnico dos Eixos 3 e 4 no sentido de esclarecer e instruir os promotores.

OE 1 – Qualificação dos Serviços Coletivos Regionais de Valorização e Proteção Ambiental

- Ações de Valorização do Litoral (AVL) – No final de 2011 encontravam aprovadas 24 operações das quais 5 já estão encerradas. Está, assim, ultrapassada a meta de 2015 (20 operações aprovadas) o que corresponde a um grau de cumprimento de 120%. No que respeita à linha de costa intervencionada, as operações incidem sobre 87,94 km dos 142 km da extensão de costa da Região do Norte. Relativamente ao cumprimento da meta estabelecida para 2015, no que respeita à área de costa intervencionada, está-se muito aquém dos 20.000 ha estabelecidos. A situação descrita tem relação com uma incorreta definição desta meta pois, de acordo com a metodologia utilizada pelo PROT Norte, dever-se-ia ter considerada como área o produto da extensão de costa intervencionada por uma largura de intervenção de 500 metros. Assim, a meta a atingir seria 7.100 ha. Neste momento estão aprovados 4.410 ha dos quais 607 ha já se encontram executados. Para aquele valor, a meta de 2015 estaria cumprida em 62,11%.

- Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extrativas - Passivos Ambientais (RLCZE) – Em 2011 não foi aprovada qualquer operação desta tipologia pelo que se mantêm os cinco projetos aprovados dos quais dois já se encontram encerrados. Atingiram-se assim as metas para 2010 e 2015, no valor de 5 operações. No que respeita às áreas reabilitadas no âmbito dos passivos ambientais, encontra-se ultrapassada a meta de 2010 e de 2015 (1 km2), uma vez que se encontram aprovados 1,253 km2, dos quais, 1,035 km2 já se encontram concluídos.

- Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) – Até ao final de 2011, foram contratados 8 projetos que integram a realização de 8 ações de sensibilização, divulgação e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos, que abrangem, na sua totalidade, uma população estimada em cerca de 435.951 habitantes. Relativamente ao cumprimento das metas para 2010 e 2015, relativamente ao número de ações realizadas, encontra-se ultrapassada a meta de 2010 (5 Ações). A meta prevista para 2015 (12 ações), encontra-se cumprida em 67,7%. No que respeita à população abrangida por estas ações, a meta de 2010 e 2015 (275.000 de habitantes) encontra-se cumprida em 17,8%. As alterações relativamente aos valores do Relatório de 2010, vêm na sequência da aprovação da já referida reprogramação do ON.2

- Riscos Naturais e Tecnológicos (RNT) - As primeiras aprovações ocorreram em 2010, tendo sido aprovados 20 projetos imateriais (Planos Municipais de Emergência e Ações de Sensibilização em Proteção Civil) e 12 projetos materiais (aquisição de equipamentos para corporações de bombeiros). Em 2011 foi lançado novo aviso para projetos materiais (aquisição de veículos para operações de socorro de proteção civil, limpa neves e equipamentos para adaptar a veículos de tração total), tendo sido aprovados 44 operações. No que respeita às ações de sensibilização, divulgação e informação, todas relacionadas com as operações imateriais, estão aprovadas 313 ações, das quais 8 já efetuadas. Ultrapassaram-se assim as metas de 2010 (7 ações) e de 2015 (300 ações) cumprindo-se a meta de 2015 em cerca de 104%. No que respeita à população servida por estas ações, encontram-se abrangidos 1.558.022 habitantes, ultrapassando a meta de 2010 (1.000.000 de habitantes) tendo-se cumprido já 89% da meta de 2015 (1.750.000 habitantes)

OE 2 – Qualificação da Rede Regional de Espaços de Sustentabilidade

- Encontram-se aprovadas 36 operações referentes ao indicador “número de intervenções de gestão ativa em áreas classificadas”, estando concluída uma operação, pelo que já foram ultrapassadas as metas de 2010 (16 intervenções) e de 2015 (35 operações). No que respeita ao indicador “acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa”, este foi substituído, no âmbito da reprogramação do ON.2, pelo “Área classificada abandida por intervenções de gestão ativa” cujo método de cálculo nada tem a ver com o do indicador anteriormente considerado.

- Assim, o método de cálculo foi alterado tendo em conta os acréscimos anteriormente previstos. A área classificada total da Região do Norte é de 2.128.590 ha. O primeiro indicador contemplava uma situação de partida de 30%, que corresponde a 638.577 ha. A nova meta para 2015 é de 1.000.000 ha.

- Tendo em conta a área relativa às 36 operações aprovadas, o seu total é de 552.593 ha, o que somado à anterior situação de partida dá um total de 1.191.170 ha, tendo-se já ultrapassado a meta de 2015

OE 3 – Qualificação dos Serviços Regionais de Cultura e Património

- Dinamização Cultural e do Património (PC e PCR) – Este novo indicador do Eixo 3, inclui as aprovações relativas aos avisos do Património Cultural e da Programação Cultural em Rede. No final de 2011 estavam contratadas 62 operações, das quais 11 se encontram fisicamente encerradas. No que respeita ao número de visitantes e utilizadores de ações de dinamização, estão previstas nas operações contratadas 875.500, tendo já sido contabilizados nas ações concluídas cerca de 218 mil participadores. Tendo em conta as metas definidas para 2015, estas já se encontram ultrapassadas tanto no número de projetos como no número de visitantes esperados.

- Equipamentos Culturais (BA e TCT) - Este novo indicador do Eixo 3, inclui as aprovações relativas aos avisos do Bibliotecas e Arquivos e Teatros e Cine Teatros. No final de 2011 estavam contratadas 48 operações, das quais 3 se encontram fisicamente encerradas. No que respeita à população abrangida por equipamentos culturais, estão servidos pelas operações contratadas 1.269.980 habitantes, dos quais 271.784 habitantes pertencem aos 3 projetos concluídos. No que respeita ao cumprimento das metas de 2015 pode concluir-se que estas estão cumpridas em 96%. No que se refere aos 48 equipamentos contratados encontra-se quase cumprida a meta para 2015 que é de 50 equipamentos. No que respeita à população servida, a meta de 2015, encontra-se cumprida a 63,5% (1.269.980 habitantes servidos, prevendo-se servir 2.000.000 habitantes em 2015).

OE 4 – Qualificação dos Serviços Regionais de Saúde

- No início de 2011,estavam aprovadas 31 operações, tendo havido a desistência de 3 operações e a reaprovação do Centro Materno Infantil. Assim, estamos perante um conjunto de 29 projetos contratados de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde, estando-se ainda aquém da meta prevista para 2010 que era de 71 projetos.

- Relativamente ao indicador "população abrangida pelos projetos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde", os 29 projetos já contratados abrangem mais de 3,7 milhões de habitantes, ultrapassando a meta de cerca de um milhão de habitantes prevista para 2010, aproximando-se dos 3,7 milhões de habitantes previstos para 2015. No final de 2011, estavam encerradas 13 operações.

EIXO PRIORITÁRIO IV – COESÃO LOCAL E URBANA

- Taxa de compromisso de 95,41% a 31 de Dezembro de 2011 e da taxa de execução de 44,63%. Durante o primeiro trimestre de 2012, registou-se uma evolução bastante significativa da taxa de execução que atingiu os 50,83%, bem como da taxa de pagamento que era de 53,60%. A taxa de compromisso registou evolução, tendo atingido os 99,76%

- As principais dificuldades detetadas relacionam-se com a insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas, exigindo medidas para a sua minimização.

- Em termos de execução, existe o mesmo problema da insuficiente instrução dos processos, o que origina tempos de análise e de pagamento superiores aos prazos instituídos. No entanto, no que respeita aos pedidos de pagamento, a situação tem vindo a melhorar, nomeadamente no que respeita ao primeiro trimestre de 2010.

- Para além da situação exposta, os principais problemas encontrados prendem-se, com os atrasos na execução das operações contratadas, situação relacionada com a difícil conjuntura económica que o país atravessa sendo agravada pela morosidade de alguns dos procedimentos de contratação pública das empreitadas e aquisições de serviços e dos procedimentos conducentes à obtenção de visto do Tribunal de Contas.

- Em termos de execução, existe igualmente um problema de insuficiente instrução dos processos, nomeadamente a nível dos processos referentes à verificação dos procedimentos da contratação pública, o que origina, por um lado, atrasos na submissão dos pedidos de pagamento e, por outro, tempos de análise e de pagamento superiores aos prazos instituídos. No entanto, no que respeita aos pedidos de pagamento, a situação tem vindo a melhorar, situação que tem contribuído também para o aumento significativo da taxa de execução.

OE 1 – Qualificação dos serviços coletivos territoriais de proximidade

- Ciclo Urbano da Água - Componente Abastecimento de Água (CUA) – No final de 2011 estavam contratados 540,61 km de rede a intervencionar que vão servir 181.989 habitantes. Relativamente ao cumprimento das

metas de 2010 e de 2015 dos indicadores "Rede de abastecimento de água intervencionados" (370 km), "Acréscimo de população servida" (181.989 hab.), estes encontram-se já cumpridas. No que respeita à execução dos projetos aprovados, encontram-se concluídos 252,43 km de abastecimento de água, sendo a população servida de 84.988 habitantes.

- Ciclo Urbano da Água - Componente Águas Residuais (CUA) – No final de 2011 estavam contratados 554,53 km de rede a intervenciona que vão servir 48.488 habitantes. Relativamente ao cumprimento das metas de 2010 e de 2015 dos indicadores "Rede de drenagem de águas residuais" (250 km), "Acréscimo de população servida" (25.000 hab.), estes encontram-se já cumpridas. No que respeita à execução dos projetos aprovados, encontram-se concluídos 200,62 km de rede de saneamento de águas residuais, sendo a população servida de 18.211 habitantes.

- Requalificação da rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (RRE) - no que se refere às operações contratadas, estão abrangidas a construção e a remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar. Encontram-se contratados 331 centros escolares, valor superior às metas previstas tanto para 2010 como para 2015 (respetivamente 112 e 325 centros escolares intervencionados). As intervenções referidas abrangem 88.910 alunos, pelo que também este indicador ultrapassou as metas de 2010 e de 2015 (respetivamente, 22.100 e 67.500 alunos abrangidos). É ainda de notar que se encontram fisicamente concluídos 212 centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico que servem 56.950 alunos.

- Equipamentos Sociais (ES) - Creches e Unidades de Cuidados Continuados Integrados – Até ao final de 2011 foram contratadas 27 Creches, abrangendo 1.082 novos utentes, e 19 Unidades de Cuidados Continuados Integrados que abrangem 723 novos utentes. Assim, estão contratados 46 operações sociais para 1805 novos utentes e que irão servir uma população estimada de 1,4 milhões de habitantes. Assim, encontram-se cumpridas todas as metas com a exceção da meta de 2015 referente o número de utentes apoiados (2000 utentes). Está, assim, o PO com uma taxa de cumprimento de 90% da meta referida.

- Equipamentos Desportivos (ED) – Até ao final de 2011 foram contratados 139 equipamentos desportivos abrangendo uma população de 551.932 habitantes, tendo sido dada prioridade aos equipamentos (polidesportivos, pavilhões e piscinas) que apresentassem grande ligação aos estabelecimentos de ensino próximos. Neste momento, encontram-se concluídos 62 equipamentos que servem uma população de cerca de 200 mil habitantes. No que respeita às metas de 2015 estas já se encontram cumpridas, tanto para o número de equipamentos desportivos (120) como para a população abrangida (500.000 habitantes).

OE 2 – Qualificação do Sistema Urbano Regional

- Com a aprovação do Regulamento Específico Reabilitação Urbana, que vem substituir os regulamentos das PRU e das RUCI, passamos a ter apenas operações individuais que, no final de 2011, totalizavam 327, tendo havido desistências relativamente a 2010. Destas, 55 já se encontram concluídas. No que respeita à população abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas esta totaliza 1.102.373 habitantes, sendo que este valor ultrapassa as metas estabelecidas para 2010 (100.000 Hab.) e para 2015 (1.000.000 habitantes).

- Correspondendo aos projetos apoiados, 47.945 m2 de espaço público integrado em projetos de requalificação urbana deixaram de estar afetos à circulação automóvel, encontrando-se cumpridas as metas 2010 (8.000 m2) de 2015 (15.000 m2)

- A área intervencionada por operações de regeneração urbana subiu para 6.752.556 m2, ultrapassando as metas estabelecidas para 2010 e 2015 que é de 160.000 e 1.250.000 m2, respetivamente.

- Reabilitação Urbana - No âmbito das PRU e RUCI, relativamente a Programas de Acão e Programas Estratégicos aprovados, pode dizer-se o seguinte:

  - 14 Cidades encontram-se envolvidas em redes urbanas para a competitividade, tendo sido ultrapassada a meta estabelecida para 2010 que correspondia ao envolvimento de oito cidades;

  - Foram apoiados 34 Protocolos de Parceria para a regeneração urbana (menos dois que em 2010, por rescisão de um protocolo), estando a meta praticamente cumprida a meta de 2015 (35), o que dá uma execução de cerca de 97%

OE 3 – Qualificação dos Serviços Regionais de Mobilidade e Transportes

- Mobilidades Territorial (MT) – Encontram-se contratadas, a 31 de Dezembro de 2011, 188 projetos de qualificação dos serviços regionais de Mobilidade Territorial dos quais já se encontram encerrados 84 projetos. Em termos de caraterização da rede apoiada, refira-se que foram contratados 93,85 km de novas estradas (60,06 km já executados) e 1.206,37 km de reconstrução/beneficiação de estradas existentes (estando concluídos 519,16 km). No que respeita ao cumprimento das metas de 2015, refira-se que só não está cumprida a meta de estradas requalificadas que é de 1500 km. Assim, os valores de contratação correspondem a 80,4% daquela meta.

2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário

Em respeito pelas políticas comunitárias, nomeadamente ao nível das regras de concorrência, dos mercados públicos, da proteção do ambiente, de igualdade de oportunidades e não discriminação, através da implementação do Programa Operacional, a Autoridade de Gestão do ON.2 assegurou que as operações financiadas pelo Programa cumpriam com a legislação nacional e comunitária vigentes.

2.2.1. Regras da Concorrência

Os auxílios estatais são instrumentos essenciais às políticas económicas, no entanto pressupõem um controlo apertado da Comissão Europeia de modo a não configurarem fatores de distorção da concorrência.

O regime comunitário de auxílios estatais assenta, assim, num sistema de autorização prévia, nos termos do qual a Comissão Europeia determina se uma medida de auxílio que o Estado-Membro pretenda conceder pode beneficiar das derrogações previstas nos nºs 2 e 3 do artigo 87.º do Tratado da União Europeia.

As principais derrogações a esta obrigação de notificação, aplicadas no contexto dos Fundos Estruturais, encontram-se previstas nas alíneas a) e c) do n.º 3 do artigo 87º do Tratado da União Europeia, a saber:

Os auxílios isentos ao abrigo de regulamentos de isenção, legitimados pelos artigos 1º e 2º do Regulamento (CE) 994/98 do Conselho de 7 de Maio (em 2008 foi publicado o Regulamento de Isenção por Categoria - Regulamento (CE) 800/2008) e os auxílios concedidos ao abrigo da regra de minimis.

A regra de minimis foi estabelecida a fim de isentar as subvenções de montante reduzido. Estabelece um limiar abaixo do qual o auxílio não é abrangido pelo âmbito de aplicação do n.º 1 do artigo 87.º e, por conseguinte, não sujeito ao procedimento de notificação do n.º 3 do artigo 88.º. Os auxílios de minimis não são considerados auxílios estatais na aceção do n.º 1 do artigo 87.º. Devido ao seu reduzido valor, não são considerados incompatíveis com o mercado comum, não sendo necessário proceder à sua notificação à Comissão Europeia.

Este tipo de auxílios é concedido num período de três exercícios financeiros e não podem exceder o limiar fixado para este efeito. Esse limiar foi inicialmente de 200.000 Euros, sendo que na sequência das medidas prevista na Comunicação da Comissão Europeia - "*Quadro*

comunitário temporário relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a atual crise financeira e económica" (2009/C 16/01, de 22 de Janeiro), foi permitido o alargamento da margem no limite de minimis até ao limiar de 500.000 Euros. Esta medida foi transposta para o quadro regulamentar nacional através da publicação da Portaria 184/2009, de 20 de Fevereiro, aplicando-se o novo limiar a todos os apoios concedidos desde 1 de Janeiro de 2009 até 31 de Dezembro de 2010.

Tendo presente que os constrangimentos relativos ao normal funcionamento da economia de Portugal, que levaram à adoção da Portaria n.º 184/2009, de 20 de Fevereiro, cuja vigência terminou em 31 de Dezembro de 2010, se mantinham e na sequência da revisão efetuada pela Comissão Europeia ao «Quadro temporário da União relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a atual crise financeira e económica», revelou-se essencial, através da Portaria 70/2011 de 9 de fevereiro, utilizar a margem do limite de acumulação de ajudas de minimis previsto pela referida comunicação (n.º 2.2) em todos os regimes de auxílio implementados ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, da Comissão, de 15 de Dezembro, em aplicação pelo Estado Português. Neste sentido, as autoridades portuguesas notificaram a Comissão Europeia, em 20 de Dezembro de 2010, da intenção de prorrogar o auxílio estatal n.º 13/2009, que este Estado membro viu aprovado em 19 de Janeiro de 2009, para contemplar a possibilidade de utilização dos limites de minimis de € 500 000 para as candidaturas apresentadas até 31 de Dezembro de 2010 e cujo auxílio tivesse sido aprovado até 31 de Dezembro de 2011.

Nos termos da mencionada Portaria, os restantes auxílios concedidos ao abrigo do Regulamento que tivessem sido apresentados após 31 de Dezembro de 2010 voltavam a ter de observar um limite de acumulação de ajudas previsto no referido Regulamento. A Comissão Europeia considerou a prorrogação do regime compatível com o Tratado da União Europeia. Neste sentido e com a publicação da Portaria 70/2011 de 9 de fevereiro.

Porém, sobre a acumulação de ajudas entre o regime de exceção – auxílio N 13/2009 – Portugal – e o regime de minimis REG (CE) 1998/2006, a Comissão europeia veio recentemente transmitir às autoridades nacionais que considera, para efeitos de acumulação de ajudas e consequentemente, do cálculo do limite dessas ajudas, que deve existir uma separação de apoios concedido ao abrigo do AE nº 13/2009, dos demais auxílios concedidos ao abrigo do regime de minimis. Assim entende a Comissão que as autoridades nacionais devem tratar estes regimes como regimes de apoio distintos e como tal não devem ser acumuláveis para efeitos de aferição do limite de ajuda. Neste contexto, os apoios concedidos entre 2008 e 2010 ao abrigo doo quadro temporário autorizado, bem como os apoios concedidos em 2011 relativamente a pedidos de financiamento apresentados até final

de 2010 e decididos em 2011, não devem ser considerados no computo dos apoios para aferição atual do limiar de acumulação de ajudas ao abrigo do Regulamento (CE) 1998/2006.

Esta comunicação transmitida à AG do ON.2, através do IFDR, em março de 2012, clarifica que através de uma nova regra de cálculo de aferição do limite de acumulação da ajudas, os apoios concedidos em 2011 para pedidos de financiamento apresentados em 2011 bem como todos os apoios concedidos em 2012 não tenham em consideração, no período de três exercícios financeiros, os apoios concedidos ao abrigo do regime temporário.

Ainda no que concerne especificamente aos apoios de Minimis, os quais até final de 2011 ascendiam a um total de 18.508 mil Euros no conjunto dos projetos aprovados no ON.2, importa referir que o procedimento de controlo de acumulação de ajudas, determinado pelo Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, é efetuado através do Registo Central de Auxílio de Minimis. Este Registo Central de Auxílios concedidos ao abrigo da regra de Minimis, está consagrado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 27/2009, de 20 de Março, a qual atribui ao IFDR a responsabilidade por esse Registo Central e pelo controlo da acumulação das referidas ajudas.

Como é consabido, no âmbito da Agenda da Competitividade do Programa Temático POFC e dos Programas Regionais, foram criados três sistemas de incentivos: SI I&DT - Sistema de incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas empresas, SI PME - Sistema de incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME e SI Inovação - Sistema de incentivos à Inovação.

Considerando que os regulamentos específicos de cada um dos Sistemas de Incentivos respeitam o definido em termos de enquadramentos comunitários e que os Sistemas de Incentivos têm que ser enquadrados em termos de regras da concorrência (por notificação ou envio de informação à CE, no caso de regimes isentos de notificação), o cumprimento dessas mesmas regras está automaticamente assegurado pela própria observância das regras nacionais. Os auxílios comunicados à Comissão Europeia e a sua data de envio constam do quadro infra.

Quadro 2.2.1.1 – Auxílios comunicados à Comissão Europeia

Nº AUXÍLIO	ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO	DATAS
XR 60/2008	Regulamento (CE) 1628/2006 de 24 de Outubro relativo aos Auxílios Regionais	Envio para CE: Mar-2008
XS 73/2008	Regulamento (CE) 70/2001 de 12 de Janeiro relativo aos auxílios às PME	Envio para CE: Mar-2008

XT 70/2008	Regulamento (CE) 68/2001 de 12 de Janeiro relativo aos auxílios à Formação Profissional	Envio para CE: Jun-2008
AE N 780/07	Regime Notificado e Aprovado pela CE (SI I&DT) ao abrigo das Orientações dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01 de 30 de Dezembro de 2006)	Envio para CE: Dez-2007 e Aprov. pela CE: Jun-2008 (Carta CE (2008) 2902)
X 404/2009	Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de Agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria	Envio para CE: Mar-2009

Importa ainda referir que os sistemas de incentivos têm os enquadramentos comunitários em função das tipologias de despesas previstas, enquadramentos que sofreram algumas evoluções desde o início da implementação do Quadro Comunitário, nomeadamente, com a publicação a 6 de Agosto de 2008 do Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC).

O quadro seguinte apresenta uma síntese do enquadramento comunitário de cada Sistema de Incentivos, desde 2007 até à data, contemplando ainda a distribuição do FEDER aprovado no ON.2, por SI e tipo de enquadramento.

Quadro 2.2.1.2 – Síntese do Enquadramento por Sistema de Incentivos

Instrumento	Disposições Transitórias (a)	Enquadramento Comunitário Anterior (b)	Enquadramento Comunitário Actual (c)	FEDER aprovado (2007-2010) (Mil Euros)
SI Inovação		XR 60/2008 (Auxílios Regionais)	X 404/2009 (RGIC)	258.114
		XS 73/2008 (Auxílios às PME)		
		XT 70/2008 (Auxílios à Form. Prof.)		
		Minimis	N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)	2.461
SI Qualificação e Internacionalização das PME		XS 73/2008 (Auxílios às PME)	X 404/2009 (RGIC)	82.580
		XT 70/2008 (Auxílios à Form. Prof.)		
		AE N 780/07 (SI I&DT)		
		Minimis	N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)	15.061
SI I&DT	XS 73/2008 (Auxílios às PME)	AE N 780/07 (SI I&DT)	X 404/2009 (RGIC)	56.076
		XS 73/2008 (Auxílios às PME)		
	Minimis	Minimis	N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)	986

Antes da Aprovação pela CE do SI I&DT
Antes da entrada em vigor do RGIC
Após entrada em vigor do RGIC

Por último, os quadros seguintes explicitam para cada Sistema de Incentivos o enquadramento atual em termos de Auxílios de Estado, bem como os enquadramentos aplicados em fases anteriores:

Quadro 2.2.1.3 – SI Inovação – Enquadramento Atual dos Auxílios de Estado[1]

Despesas	Tipo de Empresa	Enquadramento Comunitário	Taxa Máxima Comunitária
Ativo Fixo Corpóreo: alínea a) do n.º1 do Art.º11		RGIC (Art.º 13)	Mapa de Auxílios Regional para 2007-2013
Ativo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º11			
Contratação de Técnicos: n.º3 do Art.º 11			
Edifícios, Obras e Outras Construções: n.º4 e 5 do Art.º 11			
Despesas de Consultoria, exceto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11	PME	RGIC (Art.º 26)	50%
	Não PME	Minimis	(b)
Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11		Minimis	(b)
Formação Profissional: n.º2 do Art.º 11		RGIC (Art.º 39)	Dependente da classificação entre formação geral e específica

Quadro 2.2.1.4 – SI Inovação – Evolução do Enquadramento nos Auxílios de Estado[2]

Despesas	Tipo de Empresa	Enquadramento Comunitário Anterior	Enquadramento Comunitário Atual
Ativo Fixo Corpóreo: alínea a) do n.º1 do Art.º11		Auxílios Regionais (b)	RGIC (Art.º 13)
Ativo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º11			
Contratação de Técnicos: n.º3 do Art.º 11			
Edifícios, Obras e Outras Construções: n.º4 e 5 do Art.º 11			
Despesas de Consultoria, exceto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11	PME	Auxílios às PME	RGIC (Art.º 26)
	Não PME	Minimis	Minimis
Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11		Minimis	Minimis
Formação Profissional: n.º2 do Art.º 11		Auxílios à Formação	RGIC (Art.º 39)

[1] Legenda: (a) Apenas a participação em feiras e exposições; (b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor.

[2] Legenda: (a) Apenas a participação em feiras e exposições; (b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor.

Quadro2.2.1.5 – SI I&DT – Enquadramento Atual dos Auxílios de Estado[3]

Instrumento	Despesas	Exceções	Enquadramento Comunitário	Taxa Máxima Comunitária
Projetos Individuais	Todas exceto Despesas com a proteção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições		RGIC (Art.º 31)	Dependente da classificação entre investigação industrial e investigação experimental
Proj. em Co-Promoção (Empresas)				
Proj. Demonstradores				
Proj. Mobilizadores				
Núcleos de I&DT e Centros de I&DT		(b)	RGIC (Art.º 13)	Mapa de Aux. Reg. 2007-2013
Todos os Auxílios de Estado	Despesas com a proteção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições		Minimis	(a)
Proj. em Co-Promoção (Entid. do SCTN)		Considerado como Auxílio de Estado	Similar ao investimento empresarial	Similar ao investimento empresarial
		Considerado como Despesas Gerais	Não são considerados Auxílios de Estado	-
I&DT Colectiva			Não são considerados Auxílios de Estado	-
Vale I&DT			RGIC (Art.º 36)	(a)

Quadro 2.2.1.6 – SI I&DT – Evolução do Enquadramento nos Auxílios de Estado[4]

Instrumento	Despesas	Exceções	Enquadramento Comunitário - Disposições Transitórias	Enquadramento Comunitário Anterior	Enquadramento Comunitário Atual
Projetos Individuais	Todas exceto Despesas com a proteção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições	PME	Auxílios às PME (I&D&I)	AE N 780/07	RGIC (Art.º 31)
Proj. em Co-Promoção (Empresas)					
Proj. Demonstradores		Não PME	Minimis		
Proj. Mobilizadores					
Núcleos de I&DT			Auxílios às PME	Auxílios às PME	RGIC (Art.º 13)
Centros de I&DT		PME	Auxílios às PME	Auxílios às PME	RGIC (Art.º 13)
		Não PME	Minimis	Auxílios Regionais	RGIC (Art.º 13)

[3] Legenda: (a) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor; (b) No caso das Regiões de Lisboa ou Algarve, as empresas poderão ser enquadradas ao abrigo da regra de minimis.
[4] Legenda: (a) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor; (b) No caso das Regiões de Lisboa ou Algarve, as empresas poderão ser enquadradas ao abrigo da regra de minimis.

Todos os Auxílios de Estado	Despesas com a proteção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições		Minimis	Minimis	Minimis
Projetos em Co-Promoção (Entid. do SCTN)		Considerado como Auxílio de Estado	Similar ao investimento empresarial	Similar ao investimento empresarial	Similar ao investimento empresarial
		Considerado como Despesas Gerais	Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado
I&DT Colectiva			Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado
Vale I&DT			Minimis	AE N 780/07	RGIC (Art.º 36)

Quadro 2.2.1.7 – SI Qualificação PME – Enquadramento Atual dos Auxílios de Estado[5]

Instrumento	Despesas	Exceções	Enquadramento Comunitário	Taxa Máxima Comunitária
Projetos Individuais e Cooperação e Projetos Conjuntos (investimento empresarial das PME)	Ativo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Todas as Regiões, exceto Lisboa e Algarve; Todos os sectores, exceto Transportes RGIC (Art.º 13)	RGIC (Art.º 13)	Mapa de Auxílios Regional para 2007-2013
	Ativo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			
	Ativo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Regiões Lisboa e Algarve; Sector dos Transportes Projetos Individuais e Cooperação e Projetos	Minimis	(b)
	Ativo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			
	Despesas de Consultoria, exceto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		RGIC (Art.º 26)	50%
	Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Minimis	(b)
	Formação Profissional: subalínea xiv) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		RGIC (Art.º 39)	Dependente da classificação entre formação geral e específica
	Aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas ambientais comunitárias: subalíneas iv) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12		RGIC (Art.º 19)	45% (Médias Empresas)
				55% (Pequenas Empresas)

[5] Legenda: (a) Apenas a participação em feiras e exposições; (b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor.

Instrumento	Despesas	Exceções	Enquadramento Comunitário	Taxa Máxima Comunitária
Projetos Conjuntos (Não PME)			Minimis	(b)
Projetos Conjuntos (investimento das Associações)			Não são considerados Auxílios de Estado	
Vale Inovação			RGIC (Art.º 36)	(b)

Quadro 2.2.1.8 – SI Qualificação PME – Evolução do Enquadramento nos Auxílios de Estado[6]

Instrumento	Despesas	Exceções	Enquadramento Comunitário Anterior	Enquadramento Comunitário Atual
Projetos Individuais e Cooperação e Projetos Conjuntos (investimento empresarial das PME)	Ativo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Todas as Regiões, exceto Lisboa e Algarve; Todos os sectores, exceto Transportes RGIC (Art.º 13)	Auxílios às PME	RGIC (Art.º 13)
	Ativo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			
	Ativo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Regiões Lisboa e Algarve; Sector dos Transportes Projetos Individuais e Cooperação e Projetos	Minimis	Minimis
	Ativo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			
	Despesas de Consultoria, exceto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Auxílios às PME	RGIC (Art.º 26)
	Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Minimis	Minimis
	Formação Profissional: subalínea xiv) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Auxílios à Formação	RGIC (Art.º 39)
	Aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas ambientais comunitárias: subalíneas iv) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12		_	RGIC (Art.º 19)
Projetos Conjuntos (Não PME)			Minimis	Minimis
Projetos Conjuntos (investimento das Associações)			Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado
Vale Inovação			AE N 780/07	RGIC (Art.º 36)

Legenda:
RGIC - Regulamento (CE) 800/2009 de 6 de Agosto
Minimis - Regulamento (CE) 1998/2006 de 15 de Dezembro
Auxílios Regionais - Regulamento (CE) 1628/2006, de 24 de Outubro

[6] Legenda: (a) Apenas a participação em feiras e exposições; (b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor.

Notificação sobre a Implementação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais da Região Norte

A promoção da implementação alargada de banda larga de alta velocidade é um objetivo bem definido quer nas políticas comunitárias e nacionais quer ainda nos documentos que enquadram estrategicamente o Programa Operacional Regional do Norte.

Este objetivo é patente logo ao nível da União Europeia na Estratégia i2010, bem como a recente Declaração de Granada para a Agenda Digital Europeia, aprovada em 19 de Abril de 2010 e a iniciativa Europa 2020 - Agenda Digital.

A prioridade dos objetivos associados às redes de Banda Larga encontra-se desde logo na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e no PNPOT, sendo ainda de destacar o Plano Tecnológico e, em particular, o programa Ligar Portugal.

Também a Iniciativa para o Investimento e o Emprego, incluía a Medida "Modernização da Infraestrutura Tecnológica - Redes de Banda Larga de Nova Geração", tendo no seguimento sido lançada, em 26 de Maio de 2009, a Iniciativa Redes de Nova Geração para as Zonas Rurais.

Neste quadro foram abertos três concursos públicos internacionais para Implementação das Redes de Nova Geração no Continente (Norte, Centro, Alentejo / Algarve), destinados a colmatar possíveis falhas de mercado nestas regiões em matéria de acesso a redes de nova geração, prevendo-se desde logo a contribuição financeira do QREN para o apoio público a atribuir às empresas vencedoras dos concursos referidos.

Em concreto e para a Região do Norte, o concurso público "Contrato para a instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações eletrónicas de alta velocidade na zona Norte" foi objeto do anúncio de Procedimento n.º 3213/2009 de 10 de Julho, abrangendo em termos territoriais 44 concelhos (Arouca, Castelo de Paiva, Povoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Terras de Bouro, Cabeceira de Basto, Celorico de Basto, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso, Vinhais, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Baião, Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Vila Nova de Cerveira, Boticas, Montalegre, Murça, Valpaços, Alijó, Mesão Frio, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Mondim de Basto, Ribeira de Pena, Armamar, Moimenta da Beira, Penedono, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Cinfães e

Resende) que, enquanto zonas rurais, concretizam um espaço no qual o mercado não assegura uma adequada infraestrutura e, consequentemente, o acesso de cidadãos e empresas a serviços digitais suportados por Redes de Nova Geração.

Em 5 de Fevereiro de 2010, por Despacho do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, foi proferida a decisão de adjudicação à DSTelecom.

Em 22 de Julho de 2010, foi assinado o "Protocolo de Articulação FEDER e FEADER", relativo à "Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais", através do qual as Autoridades de Gestão do PRODER e dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro, Alentejo e Algarve identificam e delimitam entre si os territórios (concelhos) passíveis de serem apoiados por cada um dos fundos e programas operacionais.

Nos termos do Programa do Concurso, a entidade adjudicatária viria a constituir uma entidade a DSTelecom Norte, Lda., responsável pela instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações eletrónicas de alta velocidade na Zona Norte, beneficiária do ON.2, nos termos do Aviso de concurso que seria publicado em 11 de Janeiro de 2011, pela Autoridade de Gestão. Posteriormente, em 19.01.2011, o Estado Português foi notificado, pela Comissão Europeia, do Auxilio Estatal n.º 252/2010, dando conta da conformidade do auxílio com o art.º 107.º, n.º 3, alínea c) do TFUE e cujo teor parcial e sintético aqui se reproduz:

"*I. SÍNTESE*

(1) Tenho o prazer de informar Vossa Excelência de que a Comissão Europeia analisou a medida <<Banda larga de alta velocidade em Portugal>>, tendo decidido não levantar objeções, visto que o auxílio estatal nela contido é compatível com o artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do TFUE.

Especifica esta Decisão (pág. 8) que o investimento inicial (a efetuar até 2013) destinado à Zona Norte e o montante de auxílio requerido pelo respetivo concurso é de, respetivamente, 49,9 milhões de Euros e 34,9 milhões de Euros (FEDER, considerada a taxa de 70% sobre o investimento inicial).”

2.2.2. Mercados Públicos

A Autoridade de Gestão do ON.2, em termos nacionais e comunitários aplicáveis, disciplinou esta matéria, conforme descrito no Relatório de Execução do Programa de 2008, através da elaboração e divulgação da Orientação Gestão 4 (2008).

Esta Orientação de Gestão que aprovou a 'Metodologia de verificação dos procedimentos de contratação pública' teve por objetivo clarificar, junto dos Beneficiários do ON.2, por um lado, as normas já existentes, no âmbito da aplicação das disposições legais em matéria de mercados públicos, e por outro, identificar as mais recentes disposições legais a observar na vigência do Código dos Contratos Públicos.

Pretendeu-se ainda com esta Orientação fixar a metodologia de verificação adotada pela Autoridade de Gestão do ON.2, tendo em vista o cumprimento das regras dos mercados públicos. Esta tarefa destinou-se, ainda, a suportar a verificação da elegibilidade da despesa e do cumprimento das exigências legais, procurando prevenir, sempre que possível, a ocorrência de situações de irregularidade.

Assim, e de forma a assegurar que as despesas declaradas pelos Beneficiários foram efetuadas, nesta temática, no estrito cumprimento das regras comunitárias e nacionais em matéria de contratação pública, impôs-se verificar os documentos que fundamentam a adjudicação e os contratos públicos celebrados pelos Beneficiários do ON.2, acompanhando a sua execução. Esta verificação é efetuada de forma sistemática e por amostragem.

Os elementos que permitem proceder às verificações acima identificadas decorrem, entre outros, dos elementos fornecidos pelos Beneficiários aquando do preenchimento da 'Ficha de Cumprimento dos Procedimentos de Contratação Pública'.

De uma forma sucinta, o preenchimento das 'Fichas de Verificação' destina-se a apurar se da informação prestada e dos elementos anexos à 'Ficha de Cumprimento' preenchida pelo Beneficiário, é confirmado o procedimento adotado em cada etapa, e se existe ou não a apresentação por parte do Beneficiário do fundamento para as eventuais exceções aplicáveis.

Complementarmente, a Autoridade de Gestão, promove a realização de verificações físicas e administrativas junto do Beneficiário e contempla no seu plano anual a realização de auditorias temáticas, por amostragem, cujos precisos termos e critérios de seleção/risco são definidos, no âmbito das ações de Controlo Interno.

No que se refere aos Sistemas de Incentivos, os Organismos Intermédios utilizam as Orientações de Gestão emanadas pelo POFC e aplicáveis aos PO Regionais nos Sistemas de Incentivos (nºs 04/POFC/2008 e 03/POFC/2008) que têm como objetivo operacionalizar o

regime de contratação pública, mediante a aplicação das disposições legais em matéria de contratação pública às entidades promotoras de projetos apoiados, bem como apresentar a metodologia de verificação sistemática do cumprimento das disposições referidas a adotar, no caso Sistema de Incentivos, em função das competências de gestão que foram objeto de delegação, nos despectivos Organismos Intermédios, na verificação da despesa apresentada pelos promotores.

Estas Orientações foram acolhidas pela AG do ON.2 que publicou em 2009, as OG (OG5/2009 e OG6/2009) relativas aos procedimentos que devem ser adotados para verificar o cumprimento das regras associadas à contratação pública nos projetos dos Sistemas de Incentivos.

Em 2011, considerando o trabalho de revisão das OG nºs 04/POFC/2008 e 03/POFC/2008, perpetrado pelo POFC, e a necessidade de, tanto quanto possível, harmonizar os procedimentos de verificação do cumprimento dos procedimentos de contratação pública, no âmbito do Programa Operacional, a AG do ON.2, promoveu um trabalho de reanálise das OG em vigor, tendo aprovado em Novembro, a Orientação de Gestão n.º 06 - Rev1 (2011) - Procedimentos a adotar, na verificação do cumprimento das Regras associadas à contratação pública, por todos os Organismos intermédios com funções delegadas no âmbito dos Sistemas de incentivos do ON.2.

De salientar que a implementação desta Metodologia de Verificação, descrita no Sistema de Gestão e Controlo do Programa (SGC do ON.2) e como tal considerada conforme quer pela Autoridade de Auditoria quer pela Comissão Europeia, implica, todavia, uma permanente atenção e atualização por parte da Autoridade de Gestão.

Não obstante a responsabilidade pelo cumprimento do enquadramento relativo à contratação pública ser das entidades beneficiárias incide sobre a Autoridade de Gestão do ON.2, bem como sobre as entidades por esta designada, verificar se o mesmo foi respeitado.

Esta tarefa não se afigura de fácil execução considerando quer as sucessivas alterações legislativas e jurisprudenciais relacionadas com esta matéria quer o escasso contributo que imediatamente decorre das normas de direito positivo (nacionais e comunitárias) reguladoras da intervenção dos fundos comunitários.

A Autoridade de Gestão do ON.2 de forma a harmonizar a segurança jurídica das entidades beneficiárias com o enquadramento jurídico comunitário, no primeiro trimestre de 2011, concluiu um estudo que apontou para a necessidade de submeter às regras da contratação pública, todas as entidades beneficiárias do Programa, que pudessem estar subtraídas do âmbito de aplicação do bloco legal vigente.

Em Maio de 2011, a Autoridade de Gestão do ON.2 aprovou a Orientação de Gestão 1/2011, que teve como objetivo compatibilizar: (i) as diretivas comunitárias, em matéria de Contratação Pública, (ii) a comunicação interpretativa da Comissão sobre o direito comunitário aplicável à adjudicação de contratos não abrangidos, ou apenas parcialmente, pelas diretivas comunitárias relativas aos contratos públicos (2006/C 179/02) e o (iii) Código dos Contratos Públicos (CCP), nomeadamente, com as alterações que lhe foram impostas pelo Decreto-lei 278/2009, de 02 de Outubro

Para a concretização daquele objetivo a Autoridade de Gestão determinou, para efeitos de contratação pública, a equiparação das entidades beneficiárias do Programa, a Organismos de Direito Público, com exceção dos beneficiários de candidaturas aprovadas na Rede dos Sistemas de Incentivos que adotam, nesta temática, as orientações dos Organismos Intermédios.

Esta equiparação é de observar, ainda que aquelas entidades não reúnam os requisitos legais enunciados no Código dos Contratos Públicos, ou, ainda que estejam ou venham a estar excluídas do cumprimento das regras da contratação pública.

Todavia, abaixo dos limiares comunitários, em vigor em 2011, esta equiparação bastava-se com a consulta a pelo menos, três entidades, nos seguintes casos:

- Contratos de aquisição de bens móveis e de serviços, cujo preço seja igual ou superior a 75.000 euros mas inferior a 193.000 euros;

- Contratos de empreitadas, cujo preço base seja igual ou superior a 150.000 euros mas inferior a 1.000.000 euros.

Esta Orientação de Gestão reclamou uma ampla divulgação, por entre todo o universo das entidades beneficiárias do Programa Operacional ON.2, reforçada com a sua disponibilização no portal da internet e de uma linha de apoio através do endereço eletrónico novonorte.juridico@ccdr-n.pt para pedidos de esclarecimentos e respostas.

Volvidos mais de 6 meses da sua entrada em vigor, encontra-se a mesma em fase de revisão considerando: (i) as dúvidas apresentadas pelas entidades beneficiárias; (ii) o Memorando assinado entre Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional; (iii) a Resolução do Parlamento Europeu, de 25 de Outubro de 2011, relativo à modernização no domínio dos contratos públicos; e (iv) o Regulamento 1251/2011, de 30 de Novembro de 2011 (altera os limiares comunitários da Contratação Pública, a partir de 2012) e cujos trabalhos decorrerão ao longo do 1.º semestre de 2012.

Ainda em 2011 foram aprovadas, pela AG do ON.2, as “Orientações para a determinação das correções financeiras a aplicar às despesas cofinanciadas pelos Fundos Estruturais e pelo Fundo de Coesão em caso de incumprimento das regras em matéria de contratos

públicos" - constantes no documento com a referência COCOF 07/0037/03, de 29 de Novembro de 2007.

Estas Orientações da Comissão Europeia recomendam às autoridades responsáveis nos Estados-membros que sigam os mesmos critérios e as mesmas tabelas para corrigir as irregularidades detetadas pelos seus serviços aquando dos controlos previstos nos artigos 60.º, alínea b) e 62.º, n.º 1, alíneas a) e b) do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, resultantes do incumprimento das regras de contratação pública.

Esta tabela deverá ser aplicada aquando da verificação do cumprimento das regras de contratação pública, em sede de análise de candidaturas ou de pedidos de pagamento apresentados por entidades públicas ou equiparadas, beneficiárias no âmbito do Programa Operacional. A divulgação desta Tabela seguiu a mesma tramitação preconizada para a OG 1/2011.

A importância da aprovação da Orientação de Gestão 1/2011 e da aplicação da Tabela de Correções viria a ser confirmada com a publicação, em Maio, do Acórdão do Tribunal Geral T-70/09 –EC - Reino dos Países Baixos vs Comissão Europeia.

Neste Acórdão, a Comissão Europeia considerou que, não obstante, estarmos perante procedimentos abaixo dos limiares comunitários, tendo em conta a natureza, montantes e localização geográfica do seu lugar de execução, não foram alvo de publicidade suficiente que permitisse a empresas de outros estados membros concorrerem. Que os procedimentos com valores próximos dos limiares comunitários já detinham, em si mesmo, algum interesse transfronteiriços e que, tendo em conta os princípios do tratado, a jurisprudência, o facto de o Interreg servir para diluir o nível de isolamento, permitir operações conjuntas entre províncias e de, anteriormente, existir um grau elevado de colaboração transfronteiriça entre estas regiões, havia um efetivo interesse transfronteiriço. Tudo conjugado, foi determinada a aplicação de diversas correções financeiras.

Esta Autoridade de Gestão deu particular atenção as iniciativas desenvolvidas pela Comissão Europeia, no sentido da revisão das diretivas 2004/17/C e 2004/18/CE, analisando os esforços que estão a ser desenvolvidos para a modernizar da contratação pública a nível europeu com aposta na simplificação processual, no *E-Procurement* e no favorecimento do acesso de PME's aos contratos públicos até como forma de apoiar o crescimento e o emprego.

E, em 27 de Junho, compareceu, através de uma equipa composta por técnicos superiores, coordenadores e secretários técnicos, entre outras iniciativas, no workshop sobre Contratos Públicos organizado pela Inspeção Geral de Finanças e pela Comissão Europeia - Direção Geral do Mercado Interno e Serviços, onde foram analisados alguns dos principais resultados

das primeiras avaliações do “Livro Verde sobre a modernização da política de contratos públicos da EU para um mercado dos contratos públicos mais eficiente na Europa”, cuja consulta pública decorreu até 18 de Abril de 2011.

Ainda em matéria de contratação pública, em 2011, a Autoridade de Gestão adotou uma abordagem específica de análise dos procedimentos de contratação pública encetados por algumas entidades beneficiárias da esfera da economia social, tais como IPSS, Misericórdias, Associações de Bombeiros Voluntários, Federações de Bombeiros, pouco familiarizadas com esta temática.

Nesse contexto foram esclarecidas inúmeras questões, via telefone, correio eletrónico e, sobretudo, em reuniões presenciais, de forma a evitar, por exemplo, a utilização de critérios discriminatórios, a referência direta a marcas sem expressão equivalente ou a evitar erros ao nível da tramitação de procedimentos.

Por último, importa dar nota da publicação do Regulamento (CE) 1251/2011 da Comissão Europeia, de 30 de Novembro de 2011, que veio alterar as diretivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho quanto aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e que mereceu por parte da Autoridade de Gestão do ON.2 a necessária divulgação.

Os auxílios estatais são instrumentos essenciais às políticas económicas, no entanto pressupõem um controlo apertado da Comissão Europeia de modo a não configurarem fatores de distorção da concorrência.

O regime comunitário de auxílios estatais assenta, assim, num sistema de autorização prévia, nos termos do qual a Comissão Europeia determina se uma medida de auxílio que o Estado-Membro pretenda conceder pode beneficiar das derrogações previstas nos n.º 2 e 3 do artigo 87.º do Tratado da União Europeia.

As principais derrogações a esta obrigação de notificação, aplicadas no contexto dos Fundos Estruturais, encontram-se previstas nas alíneas a) e c) do n.º 3 do artigo 87º do Tratado da União Europeia, a saber:

Os auxílios isentos ao abrigo de regulamentos de isenção, legitimados pelos artigos 1º e 2º do Regulamento (CE) 994/98 do Conselho de 7 de Maio (em 2008 foi publicado o Regulamento de Isenção por Categoria - Regulamento (CE) 800/2008) e os auxílios concedidos ao abrigo da regra de minimis.

A regra de minimis foi estabelecida a fim de isentar as subvenções de montante reduzido. Estabelece um limiar abaixo do qual o auxílio não é abrangido pelo âmbito de aplicação do

n.º 1 do artigo 87.º e, por conseguinte, não sujeito ao procedimento de notificação do n.º 3 do artigo 88.º. Os auxílios de minimis não são considerados auxílios estatais na aceção do n.º 1 do artigo 87.º. Devido ao seu reduzido valor, não são considerados incompatíveis com o mercado comum, não sendo necessário proceder à sua notificação à Comissão Europeia.

Este tipo de auxílios são concedidos num período de três anos e não podem exceder o limiar fixado para este efeito. Esse limiar foi inicialmente de 200.000 Euros, sendo que na sequência das medidas prevista na Comunicação da Comissão Europeia - "Quadro comunitário temporário relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a atual crise financeira e económica" (2009/C 16/01, de 22 de Janeiro), foi permitido o alargamento da margem no limite de minimis até ao limiar de 500.000 Euros. Esta medida foi transposta para o QREN através da publicação da Portaria 184/2009, de 20 de Fevereiro, aplicando-se o novo limiar a todos os apoios concedidos desde 1 de Janeiro de 2009 até 31 de Dezembro de 2010.

Ainda no que concerne especificamente aos apoios de Minimis, os quais até final de 2010 ascendiam a um total de 16.436 mil Euros no conjunto dos projetos aprovados no ON.2, importa referir que o procedimento de controlo de acumulação de ajudas, determinado pelo Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, é efetuado através do Registo Central de Auxílio de Minimis. Este Registo Central de Auxílios concedidos ao abrigo da regra de Minimis, está consagrado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 27/2009, de 20 de Março, a qual atribui ao IFDR a responsabilidade por esse Registo Central e pelo controlo da acumulação das referidas ajudas.

Como é consabido, no âmbito da Agenda da Competitividade do Programa Temático POFC e dos Programas Regionais, foram criados três sistemas de incentivos: SI I&DT - Sistema de incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas empresas, SI PME - Sistema de incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME e SI Inovação - Sistema de incentivos à Inovação.

Considerando que os regulamentos específicos de cada um dos Sistemas de Incentivos respeitam o definido em termos de enquadramentos comunitários e que os Sistemas de Incentivos têm que ser enquadrados em termos de regras da concorrência (por notificação ou envio de informação à CE, no caso de regimes isentos de notificação), o cumprimento dessas mesmas regras está automaticamente assegurado pela própria observância das regras nacionais. Os auxílios comunicados à Comissão Europeia e a sua data de envio constam do quadro infra.

Quadro 2.2.2.1– Auxílios comunicados à Comissão Europeia

Nº AUXÍLIO	ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO	DATAS
XR 60/2008	Regulamento (CE) 1628/2006 de 24 de Outubro relativo aos Auxílios Regionais	Envio para CE: Mar-2008
XS 73/2008	Regulamento (CE) 70/2001 de 12 de Janeiro relativo aos auxílios às PME	Envio para CE: Mar-2008
XT 70/2008	Regulamento (CE) 68/2001 de 12 de Janeiro relativo aos auxílios à Formação Profissional	Envio para CE: Jun-2008
AE N 780/07	Regime Notificado e Aprovado pela CE (SI I&DT) ao abrigo das Orientações dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01 de 30 de Dezembro de 2006)	Envio para CE: Dez-2007 e Aprov. pela CE: Jun-2008 (Carta CE (2008) 2902)
X 404/2009	Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de Agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria	Envio para CE: Mar-2009

Importa ainda referir que os sistemas de incentivos têm os enquadramentos comunitários em função das tipologias de despesas previstas, enquadramentos que sofreram algumas evoluções desde o início da implementação do Quadro Comunitário, nomeadamente, com a publicação a 6 de Agosto de 2008 do Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC).

O quadro seguinte apresenta uma síntese do enquadramento comunitário de cada Sistema de Incentivos, desde 2007 até à data, contemplando ainda a distribuição do FEDER aprovado no ON.2, por SI e tipo de enquadramento.

Quadro 2.2.2.2 – Síntese do Enquadramento por Sistema de Incentivos

Instrumento	Disposições Transitórias (a)	Enquadramento Comunitário Anterior (b)	Enquadramento Comunitário Atual (c)	FEDER aprovado (2007-2010) (Mil Euros)
SI Inovação		XR 60/2008 (Auxílios Regionais)	X 404/2009 (RGIC)	198.797
		XS 73/2008 (Auxílios às PME)		
		XT 70/2008 (Auxílios à Form. Prof.)		
		Minimis	Minimis	1.446
SI Qualificação e Internacionalização das PME		XS 73/2008 (Auxílios às PME)	X 404/2009 (RGIC)	79.815
		XT 70/2008 (Auxílios à Form. Prof.)		
		AE N 780/07 (SI I&DT)		
		Minimis	Minimis	14.187
SI I&DT	XS 73/2008 (Auxílios às PME)	AE N 780/07 (SI I&DT)	X 404/2009 (RGIC)	45.689
		XS 73/2008 (Auxílios às PME)		
	Minimis	Minimis	Minimis	803

Antes da Aprovação pela CE do SI I&DT
Antes da entrada em vigor do RGIC

Por último, os quadros seguintes explicitam para cada Sistema de Incentivos o enquadramento atual em termos de Auxílios de Estado, bem como os enquadramentos aplicados em fases anteriores:

Quadro 2.2.2.4 – SI Inovação – Enquadramento Atual dos Auxílios de Estado[7]

Despesas	Tipo de Empresa	Enquadramento Comunitário	Taxa Máxima Comunitária
Ativo Fixo Corpóreo: alínea a) do n.º1 do Art.º11		RGIC (Art.º 13)	Mapa de Auxílios Regional para 2007-2013
Ativo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º11			
Contratação de Técnicos: n.º3 do Art.º 11			
Edifícios, Obras e Outras Construções: n.º4 e 5 do Art.º 11			
Despesas de Consultoria, exceto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11	PME	RGIC (Art.º 26)	50%
	Não PME	Minimis	(b)
Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11		Minimis	(b)
Formação Profissional: n.º2 do Art.º 11		RGIC (Art.º 39)	Dependente da classificação entre formação geral e específica

Quadro 2.2.2.4 – SI Inovação – Evolução do Enquadramento nos Auxílios de Estado[8]

Despesas	Tipo de Empresa	Enquadramento Comunitário Anterior	Enquadramento Comunitário Atual
Ativo Fixo Corpóreo: alínea a) do n.º1 do Art.º11		Auxílios Regionais (b)	RGIC (Art.º 13)
Ativo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º11			
Contratação de Técnicos: n.º3 do Art.º 11			
Edifícios, Obras e Outras Construções: n.º4 e 5 do Art.º 11			
Despesas de Consultoria, exceto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11	PME	Auxílios às PME	RGIC (Art.º 26)
	Não PME	Minimis	Minimis
Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 11		Minimis	Minimis
Formação Profissional: n.º2 do Art.º 11		Auxílios à Formação	RGIC (Art.º 39)

[7] Legenda: (a) Apenas a participação em feiras e exposições; (b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor.

[8] Legenda: (a) Apenas a participação em feiras e exposições; (b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor.

Quadro2.2.2.5 – SI I&DT – Enquadramento Atual dos Auxílios de Estado[9]

Instrumento	Despesas	Exceções	Enquadramento Comunitário	Taxa Máxima Comunitária
Projetos Individuais	Todas exceto Despesas com a proteção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições		RGIC (Art.º 31)	Dependente da classificação entre investigação industrial e investigação experimental
Proj. em Co-Promoção (Empresas)				
Proj. Demonstradores				
Proj. Mobilizadores				
Núcleos de I&DT e Centros de I&DT		(b)	RGIC (Art.º 13)	Mapa de Aux. Reg. 2007-2013
Todos os Auxílios de Estado	Despesas com a proteção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições		Minimis	(a)
Proj. em Co-Promoção (Entid. do SCTN)		Considerado como Auxílio de Estado	Similar ao investimento empresarial	Similar ao investimento empresarial
		Considerado como Despesas Gerais	Não são considerados Auxílios de Estado	-
I&DT Coletiva			Não são considerados Auxílios de Estado	-
Vale I&DT			RGIC (Art.º 36)	(a)

Quadro 2.2.2.6 – SI I&DT – Evolução do Enquadramento nos Auxílios de Estado[10]

Instrumento	Despesas	Exceções	Enquadramento Comunitário - Disposições Transitórias	Enquadramento Comunitário Anterior	Enquadramento Comunitário Atual
Projetos Individuais	Todas exceto Despesas com a proteção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições	PME	Auxílios às PME (I&D&I)	AE N 780/07	RGIC (Art.º 31)
Proj. em Co-Promoção (Empresas)					
Proj. Demonstradores		Não PME	Minimis		
Proj. Mobilizadores					
Núcleos de I&DT			Auxílios às PME	Auxílios às PME	RGIC (Art.º 13)
Centros de I&DT		PME	Auxílios às PME	Auxílios às PME	RGIC (Art.º 13)
		Não PME	Minimis	Auxílios Regionais	RGIC (Art.º 13)
Todos os Auxílios de Estado	Despesas com a proteção da propriedade intelectual e industrial e Despesas relativas à participação em feiras e exposições		Minimis	Minimis	Minimis
Projetos em Co-Promoção (Entid. do SCTN)		Considerado como Auxílio de Estado	Similar ao investimento empresarial	Similar ao investimento empresarial	Similar ao investimento empresarial

[9] Legenda: (a) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor; (b) No caso das Regiões de Lisboa ou Algarve, as empresas poderão ser enquadradas ao abrigo da regra de minimis.
[10] Legenda: (a) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor; (b) No caso das Regiões de Lisboa ou Algarve, as empresas poderão ser enquadradas ao abrigo da regra de minimis.

		Considerado como Despesas Gerais	Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado
I&DT Colectiva			Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado
Vale I&DT			Minimis	AE N 780/07	RGIC (Art.º 36)

Quadro 2.2.2.7 – SI Qualificação PME – Enquadramento Atual dos Auxílios de Estado[11]

Instrumento	Despesas	Exceções	Enquadramento Comunitário	Taxa Máxima Comunitária
Projetos Individuais e Cooperação e Projetos Conjuntos (investimento empresarial das PME)	Ativo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Todas as Regiões, exceto Lisboa e Algarve; Todos os sectores, exceto Transportes RGIC (Art.º 13)	RGIC (Art.º 13)	Mapa de Auxílios Regional para 2007-2013
	Ativo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			
	Ativo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Regiões Lisboa e Algarve; Sector dos Transportes Projetos Individuais e Cooperação e Projetos	Minimis	(b)
	Ativo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			
	Despesas de Consultoria, exceto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		RGIC (Art.º 26)	50%
	Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Minimis	(b)
	Formação Profissional: subalínea xiv) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		RGIC (Art.º 39)	Dependente da classificação entre formação geral e específica
	Aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas ambientais comunitárias: subalíneas iv) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12		RGIC (Art.º 19)	45% (Médias Empresas)
				55% (Pequenas Empresas)
Projetos Conjuntos (Não PME)			Minimis	(b)
Projetos Conjuntos (investimento das Associações)			Não são considerados Auxílios de Estado	
Vale Inovação			RGIC (Art.º 36)	(b)

Quadro 2.2.2.8 – SI Qualificação PME – Evolução do Enquadramento nos Auxílios de Estado[12]

Instrumento	Despesas	Exceções	Enquadramento Comunitário Anterior	Enquadramento Comunitário Atual
Projetos Individuais e Cooperação e Projetos	Ativo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Todas as Regiões, exceto Lisboa e Algarve; Todos os sectores, exceto	Auxílios às PME	RGIC (Art.º 13)
	Ativo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			

[11] Legenda: (a) Apenas a participação em feiras e exposições; (b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor.
[12] Legenda: (a) Apenas a participação em feiras e exposições; (b) Não tem taxa máxima de apoio, estando o incentivo limitado em termos de valor.

Conjuntos (investimento empresarial das PME)	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12	Transportes RGIC (Art.º 13)		
	Ativo Fixo Corpóreo: subalíneas i) a iii) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12	Regiões Lisboa e Algarve; Sector dos Transportes Projetos Individuais e Cooperação e Projetos	Minimis	Minimis
	Ativo Fixo Incorpóreo: alínea b) do n.º1 do Art.º 12			
	Contratação de Técnicos: subalínea xiii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12			
	Despesas de Consultoria, exceto Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas i) a iii) e vi) a xii) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Auxílios às PME	RGIC (Art.º 26)
	Internacionalização (a) e Direitos de Propriedade Industrial: subalíneas iv) e v) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Minimis	Minimis
	Formação Profissional: subalínea xiv) da alínea c) do n.º1 do Art.º 12		Auxílios à Formação	RGIC (Art.º 39)
	Aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas ambientais comunitárias: subalíneas iv) da alínea a) do n.º1 do Art.º 12		_	RGIC (Art.º 19)
Projetos Conjuntos (Não PME)			Minimis	Minimis
Projetos Conjuntos (investimento das Associações)			Não são considerados Auxílios de Estado	Não são considerados Auxílios de Estado
Vale Inovação			AE N 780/07	RGIC (Art.º 36)

Legenda:
RGIC - Regulamento (CE) 800/2009 de 6 de Agosto
Minimis - Regulamento (CE) 1998/2006 de 15 de Dezembro
Auxílios Regionais - Regulamento (CE) 1628/2006, de 24 de Outubro
Auxílios às PME - Regulamento (CE) 70/2001 de 12 de Janeiro
Auxílios à Formação - Regulamento (CE) 68/2001 de 12 de Janeiro
Auxílios às PME (I&D&I) - Regulamento (CE) 364/2004 de 5 de Fevereiro
AE N 780/07 - Regime Notificado e Aprovado pela CE (SI I&DT) ao abrigo das Orientações dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01 de 30 de Dezembro de 2006

Notificação de Apoio Banda Larga

A promoção da implementação alargada de banda larga de alta velocidade é um objetivo bem definido quer nas políticas comunitárias e nacionais quer ainda nos documentos que enquadram estrategicamente o Programa Operacional Regional do Norte.

Este objetivo é patente logo ao nível da União Europeia na Estratégia i2010, bem como a recente Declaração de Granada para a Agenda Digital Europeia, aprovada em 19 de Abril de 2010 e a iniciativa Europa 2020 - Agenda Digital.

A prioridade dos objetivos associados às redes de Banda Larga encontra-se desde logo na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e no PNPOT, sendo ainda de destacar o Plano Tecnológico e, em particular, o programa Ligar Portugal.

Mais recentemente a Iniciativa para o Investimento e o Emprego, incluía a Medida "Modernização da Infraestrutura Tecnológica - Redes de Banda Larga de Nova Geração", tendo no seguimento sido lançada, em 26 de Maio de 2009, a Iniciativa Redes de Nova Geração para as Zonas Rurais.

Neste quadro foram abertos três concursos públicos internacionais para Implementação das Redes de Nova Geração no Continente (Norte, Centro, Alentejo / Algarve), destinados a colmatar possíveis falhas de mercado nestas regiões em matéria de acesso a redes de nova geração, prevendo-se desde logo a contribuição financeira do QREN para o apoio público a atribuir às empresas vencedoras dos concursos referidos.

Em concreto e para a Região do Norte, o concurso público "Contrato para a instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações eletrónicas de alta velocidade na zona Norte" foi objeto do anúncio de Procedimento nº 3213/2009 de 10 de Julho, abrangendo em termos territoriais 44 concelhos (Arouca, Castelo de Paiva, Povoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Terras de Bouro, Cabeceira de Basto, Celorico de Basto, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso, Vinhais, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Baião, Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Vila Nova de Cerveira, Boticas, Montalegre, Murça, Valpaços, Alijó, Mesão Frio, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Mondim de Basto, Ribeira de Pena, Armamar, Moimenta da Beira, Penedono, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Cinfães e Resende) que, enquanto zonas rurais, concretizam um espaço no qual o mercado não assegura uma adequada infraestrutura e, consequentemente, o acesso de cidadãos e empresas a serviços digitais suportados por Redes de Nova Geração.

Em 5 de Fevereiro de 2010, por Despacho do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, foi proferida a decisão de adjudicação à DSTelecom .

Em 22 de Julho de 2010 foi assinado o "Protocolo de Articulação FEDER e FEADER", relativo à "Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais", através do qual as Autoridades de Gestão do PRODER e dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro, Alentejo e Algarve identificam e delimitam entre si os territórios (concelhos) passíveis de serem apoiados por cada um dos fundos e programas operacionais.

Nos termos do Programa do Concurso, a entidade adjudicatária viria a constituir uma entidade a DSTelecom Norte, Lda. Fibroglobal, SA, responsável pela instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações eletrónicas de alta velocidade na Zona Norte, beneficiária do ON.2, nos termos do Aviso de concurso que seria publicado em

Janeiro de 2011, pela Autoridade de Gestão. Posteriormente, em 19.01.2011, o Estado Português seria notificado, pela Comissão Europeia, do Auxilio Estatal nº 252/2010, dando conta da conformidade do auxílio com o art.º 107.º, n.º 3, alínea c) do TFUE e cujo teor parcial e sintético aqui se reproduz:

"*I. SÍNTESE*

(1) Tenho o prazer de informar Vossa Excelência de que a Comissão Europeia analisou a medida <<Banda larga de alta velocidade em Portugal>>, tendo decidido não levantar objeções, visto que o auxílio estatal nela contido é compatível com o artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do TFUE.

Especifica esta Decisão (pg 8) que o investimento inicial (a efetuar até 2013) destinado à Zona Norte e o montante de auxílio requerido pelo respetivo concurso é de, respetivamente, 49,9 milhões de Euros e 34,9 milhões de Euros (FEDER, considerada a taxa de 70% sobre o investimento inicial)."

2.2.3. Proteção do Ambiente

As ações cofinanciadas devem ser coerentes com os princípios e objetivos de desenvolvimento sustentável e melhoria do ambiente, referidos no Tratado da União Europeia. Assim, devem observar a legislação comunitária e nacional em matéria de ambiente, de acordo com o disposto no artigo 6º do Tratado e nos termos do qual as "exigências em matéria de proteção de ambiente devem ser integradas na definição e aplicação das políticas" da União Europeia.

Assim, é exigido que as operações cofinanciadas pelo ON.2 disponham de toda a informação requerida no respetivo Regulamento Específico e demonstrem um grau de maturidade adequado. Este requisito prende-se com a necessidade de salvaguardar a celeridade que é imposta à execução das operações pelas regras comunitárias, significando, em termos práticos que os processos de licenciamento ou autorização dos projetos de natureza material se encontram concluídos ou praticamente finalizados. Daí decorre que a demonstração do cumprimento da legislação sobre Ambiente, e também sobre Ordenamento do Território, já foi devidamente verificada pelas autoridades competentes. Assim e para a instrução da

candidatura exige-se a apresentação dos documentos comprovativos dos licenciamentos ou autorizações exigíveis para a fase em que se encontra a operação.

A própria avaliação de mérito das candidaturas submetidas no âmbito dos regulamentos específicos que regulam as intervenções de preservação, reabilitação ambiental e gestão do património natural, inclui como critério de seleção o enquadramento do projeto apresentado nos planos de ordenamento do território e documentos estratégicos de enquadramento ambiental aplicáveis na área de implementação do mesmo.

Ainda no que concerne às questões ambientais e tendo presente as boas práticas difundidas pela Comissão Europeia - DOC COCOF 08/0020/01, em fase de candidatura, a Autoridade de Gestão do ON.2 solicita e certifica que existem as licenças em matéria ambiental necessárias a execução de uma determinada operação.

Em sede de acompanhamento, nas verificações no local a estrutura de gestão dará a devida evidência dessa tarefa nos relatórios efetuados, utilizando para o efeito a 'Ficha para verificações no local' anexa ao 'Manual de procedimentos do ON.2'.

Na sequência de uma recomendação da Autoridade de Auditoria, a Autoridade de Gestão do ON.2 em colaboração com os competentes serviços da CCDRN empreendeu um trabalho que pretende vir a atualizar e divulgar todas as regras nacionais e comunitárias ambientais em vigor.

No endereço http://www.novonorte.qren.pt/pt/gca/index.php?id=1445 pode ser consultada a legislação ambiental Comunitária e Nacional aplicável as operações financiada por esta Autoridade de Gestão.

2.2.4. Igualdade de oportunidades e não discriminação

Nos termos do artigo 16º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, os Estados membros e a Comissão devem assegurar a promoção da igualdade entre homens e mulheres e da integração da perspetiva do género durante as várias fases de aplicação dos fundos.

Neste contexto é de sublinhar que, no âmbito do ON.2 há tipologias de operações que têm em atenção alguma função ao nível da não discriminação, destacando-se:

- No Eixo Prioritário I, no Sistema de Incentivos à Competitividade, Inovação e Conhecimento, é apoiado o empreendedorismo qualificado, e contemplada a atribuição de uma majoração para os projetos promovidos por empresárias e jovens (sempre que esteja assegurado que estes detêm uma participação de pelo menos 50% no capital da empresa);
- No Eixo Prioritário I, no Sistema de Incentivos no âmbito da Qualificação e Internacionalização de PME, é financiado o apoio à definição e implementação de planos de igualdade com contributos efetivos para a conciliação da vida profissional com a vida familiar e para a facilitação do mercado de trabalho inclusivo;
- No Eixo Prioritário III, no objetivo específico 'Qualificação dos serviços coletivos territoriais de proximidade' – Valorização e Qualificação Ambiental, está previsto o financiamento de equipamentos e ações de desenvolvimento social, no âmbito da prevenção da exclusão social e do apoio aos imigrantes;
- No Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano, as tipologias de operações abrangidas pelas Parcerias para a Regeneração Urbana incluem o apoio a ações de conciliação da vida familiar com a profissional e a melhoria de competências e da inserção no mercado de trabalho, em particular de pessoas em risco de exclusão social.

Um exemplo claro da aplicação dos princípios e políticas que norteia as orientações comunitárias sobre estas matérias, é o caso dos projetos candidatos ao empreendedorismo feminino ou jovem, para os quais é aplicada uma taxa de majoração do incentivo caso, em sede de análise, e com o parecer específico da "Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género" (no casos projetos de empreendedorismo feminismo) e do "Instituto Português da Juventude" (nos projetos de empreendedorismo jovem) se verifique que os mesmos, cumprem as condições necessárias para a atribuição dessa majoração e consequentemente da descriminação positiva que lhe é inerente.

Abandonando, agora, o exemplo tipo acima referido, a Autoridade de Gestão do ON.2 tendo em vista o cumprimento da política de promoção da igualdade entre homens e mulheres e da integração da perspetiva do género durante as várias fases de aplicação dos fundos, dispões, para a generalidade dos projetos e promotores, de instrumentos de gestão e avaliação que lhe permite ter em atenção a igualdade de oportunidades e não descriminação.

Assim, para todos os projetos do ON.2 é exigido aos promotores que:

- Aquando da apresentação da sua candidatura, declarem sob compromisso de honra que asseguram de modo expresso e inequívoco a conformidade das operações abrangidas pela sua candidatura com os procedimentos legais nacionais e comunitários aplicáveis em matéria de igualdade de oportunidades;
- Em sede de preenchimento dos dados gerais da candidatura, ao nível dos indicadores de emprego mencionem o número e a duração de relações contratuais, e preencher esta informação em função do género;
- Aquando do encerramento da operação, no Relatório de Execução Final terão de informem se foram integralmente cumpridos os indicadores de emprego previstos em sede de candidatura, e caso assim não tenha acontecido terão apresentem a respetiva justificação.

Cabendo, depois à Autoridade de Gestão, em fase de encerramento, no Parecer da AG sobre o Relatório de Execução Final, e atentas as informações prestadas pelos beneficiários, verificar o cumprimento dos indicadores de emprego previstos em sede de candidatura, sendo novamente analisada esta matéria, nomeadamente as justificações apresentadas nos casos em que se tenham verificado desvios aos indicadores inicialmente previstos.

Passando agora para uma analise desta matéria com um cariz mais quantitativo, considerando às operações aprovadas pelo ON.2 em 2011, nos sistemas de incentivos, foram aprovados 25 projetos de empreendedorismo feminino e 30 de empreendedorismo jovem, num total de, respetivamente, 17,1 milhões de Euros e 12,7 milhões de Euros FEDER, para um investimento total de 45,6 milhões de Euros.

Já nos que respeita à promoção da Igualdade de Oportunidade e não Descriminação, podemos contabilizar um total de 113 operações que no ON.2, de forma mais ou menos direta, contribuíram para a concretização das ambições e orientações da Comissão Europeia nestas matérias.

Para melhor concretizar este universo, apresentamos as 113 operações divididas por 3 quadros de acordo com os Eixos do programa onde foram respetivamente aprovadas.

Quadro 2.2.4.1 - Eixo I – Sistema de Incentivos

Código Operação	Designação	Investimento Elegível	Fundo
NORTE-07-0203-FEDER-003661	UNIVERSAL TECH - TECHNOLOGY & MULTIMÉDIA, LDA.	972.864,10 €	972.864,10 €
NORTE-07-0203-FEDER-004915	ONDA DE ÁGUA - UNIPESSOAL, LDA	367.826,25 €	367.826,25 €
NORTE-07-0203-FEDER-004928	Health Corporation Laborsano, lda.	130.338,89 €	130.338,89 €
NORTE-07-0203-FEDER-004964	Bsolus - Business Solutions, Sociedade Unipessoal, Lda	117.739,31 €	117.739,31 €
NORTE-07-0203-FEDER-005055	Dinâmica Virtual - Serviços de Engenharia Lda.	145.380,14 €	145.380,14 €
NORTE-07-0203-FEDER-005132	Penha Realizar, Eventos e Restauração, Lda	2.083.739,58 €	2.083.739,58 €
NORTE-07-0203-FEDER-005185	TECLA COLORIDA - SOFTWARE EDUCATIVO, LDA.	263.958,00 €	263.958,00 €
NORTE-07-0203-FEDER-013089	Linkintense, Lda.	214.835,90 €	214.835,90 €
NORTE-07-0203-FEDER-013682	CCBG CONSULTING LDA	418.438,21 €	418.438,21 €
NORTE-07-0203-FEDER-013801	OSTV Lda.	236.640,94 €	236.640,94 €
NORTE-07-0203-FEDER-017301	ICMOLDES - Inovação e Tecnologia em Moldes, Lda	38.644,78 €	38.644,78 €
NORTE-07-0203-FEDER-017852	CoVii - Computer Vision Interaction Lda.	261.804,72 €	261.804,72 €
NORTE-07-0203-FEDER-018099	Rolamuito - Reparação de Jantes, Lda	867.540,67 €	867.540,67 €
NORTE-07-0403-FEDER-001328	NIENOR - INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS PARA ALUMÍNIO, LDA.	149.142,50 €	149.142,50 €
NORTE-07-0403-FEDER-003652	Adelino Vitorino & Filho, Lda	147.146,06 €	147.146,06 €
NORTE-07-0403-FEDER-005054	SEAL - Prestações de Serviços, Lda	240.915,00 €	240.915,00 €
NORTE-07-0403-FEDER-005106	Infinit Label, Lda	560.336,03 €	560.336,03 €
NORTE-07-0403-FEDER-006882	DECORXISTO, LDA	418.875,00 €	418.875,00 €
NORTE-07-0403-FEDER-006901	FIBERECO-INDUSTRIAL LDA	491.000,63 €	491.000,63 €
NORTE-07-0403-FEDER-006928	GRANITENDER - Granitos e Empreitadas, Lda	2.122.658,91 €	2.122.658,91 €
NORTE-07-0403-FEDER-013179	GRANITOS DA GINJEIRA, LDA	1.862.931,62 €	1.862.931,62 €
NORTE-07-0403-FEDER-013248	QUINTEIRO & QUINTEIRO LDA	330.831,15 €	330.831,15 €
NORTE-07-0403-FEDER-013260	Pré-Ave II Pré-Fabricados, Lda.	1.813.596,72 €	1.813.596,72 €
NORTE-07-0403-FEDER-022240	CÁTIA BARBOSA TÃO, UNIPESSOAL LDA.	404.786,62 €	404.786,62 €
total	24 Operações		

Quadro 2.2.4.2 - Eixo III e IV-

Código Operação	Designação	Investimento Elegível	Fundo
NORTE-10-0156-FEDER-000167	Creche de Darque	612.857,14 €	429.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000168	CICS - Creche	380.714,30 €	266.500,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000171	Mansores com vida	234.991,75 €	164.494,23 €
NORTE-10-0156-FEDER-000172	Candidatura a Equipamentos de Creche	306.000,00 €	214.200,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000174	Creche de Ronfe	643.500,00 €	386.100,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000175	O Sorriso do "Bem Estar"	18.813,00 €	13.169,10 €
NORTE-10-0156-FEDER-000178	Centro Comunitário de Arcozelo da Santa Casa da Miséricordia de Ponte de Lima	278.571,43 €	195.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000180	Creche de Margaride	306.428,57 €	214.500,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000181	Creche Municipal O Cantinho Encantado	278.571,43 €	195.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000182	Alargamento de uma creche	244.238,06 €	170.966,64 €
NORTE-10-0156-FEDER-000183	Creche de Leça da Palmeira	306.428,57 €	214.500,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000185	Creche de Areosa	173.824,00 €	121.676,80 €
NORTE-10-0156-FEDER-000186	Creche de Santiago de Custóias	306.428,57 €	214.500,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000187	Creche de S. Mamede de Infesta	260.878,41 €	182.614,89 €
NORTE-10-0156-FEDER-000188	Novo Equipamento Social - Construcão Creche	497.352,51 €	348.146,76 €
NORTE-10-0156-FEDER-000191	Creche XXI	167.142,86 €	117.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000192	Creche do Centro Social e Cultural de Carreço	278.571,43 €	195.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000194	Centro Social de Peroselo	287.857,14 €	201.500,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000196	Criação de Raíz de Creche	579.717,12 €	405.801,98 €
NORTE-10-0156-FEDER-000198	Construção de Raíz de Creche	536.256,00 €	375.379,20 €
NORTE-10-0156-FEDER-000199	Lustosa Criança	600.000,00 €	420.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000200	Construção de Raíz de Creche	282.040,90 €	197.428,63 €
NORTE-10-0156-FEDER-000201	Infantário Casa do Povo da Madalena	445.714,29 €	312.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000202	Creche da Zona Industrial de Padreiro - Arcos de Valdevez	506.189,46 €	354.332,62 €
NORTE-10-0156-FEDER-000203	Creche do Centro Social e Paroquial de Carvalhosa	84.575,00 €	59.202,50 €
NORTE-10-0156-FEDER-000205	Dignitas Vitae	306.428,58 €	214.500,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000206	Creche do Centro Paroquial e Social de Lanheses	306.428,57 €	214.500,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000223	Unidade de Cuidados Continuados de Boticas	1.842.857,14 €	1.290.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000224	Unidade de Cuidados Continuados Integrados a Pessoas Dependentes de Média Duração e Reabilitação	1.611.658,36 €	1.128.160,85 €
NORTE-10-0156-FEDER-000225	Unidades de Cuidados Continuados - Unidade de Longa Duração e Manutenção	1.533.864,44 €	1.073.705,12 €
NORTE-10-0156-FEDER-000226	Unidade de Cuidados Continuados da Misericórdia da Trofa	3.071.428,57 €	2.150.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000228	Construção da Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção	1.533.318,00 €	1.073.322,60 €
NORTE-10-0156-FEDER-000236	Remodelação do Hospital e criação de Unidade de Cuidados Continuados em Vila Verde	2.968.828,00 €	2.078.179,60 €
NORTE-10-0156-FEDER-000238	Unidade de Convalescença Vilagerações	1.577.613,15 €	1.104.329,20 €
NORTE-10-0156-FEDER-000241	Projecto "Complexo Clínico e Geriátrico Nova VITA"	2.203.548,57 €	1.542.484,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000243	Unidade de Cuidados Continuados da Associação para o Desenvolvimento da Figueira	1.351.428,57 €	946.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000244	Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar - Unidade de Cuidados Continuados	1.698.990,33 €	1.189.293,23 €
NORTE-10-0156-FEDER-000248	Unidade de Saúde de Longa Duração e Manutenção - Gelfa	2.518.571,42 €	1.763.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000249	Remodelação e Ampliação de Unidade de Cuidados Continuados	1.044.285,71 €	731.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000251	Unidade de Cuidados Continuados do Hospital Escola da Universidade Fernando Pessoa	2.016.683,00 €	1.411.678,10 €
NORTE-10-0156-FEDER-000252	Construção de Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Tabuaço	1.535.714,29 €	1.075.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000253	UCCI S. PEDRO	2.457.142,87 €	1.720.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000255	Hospital da Terra Quente – UCC de Média e Longa Duração	2.518.571,43 €	1.763.000,00 €
NORTE-10-0156-FEDER-000256	Unidade de Cuidados Continuados Integrados	3.685.714,27 €	2.579.999,99 €
NORTE-10-0156-FEDER-000257	Unidade de Cuidados Continuados de Convalescença e Longa Duração	3.501.428,57 €	2.451.000,00 €
NORTE-10-0241-FEDER-000016	Inclusão social e valorização socio-económica e profissional	461.090,48 €	389.161,18 €
NORTE-10-0241-FEDER-000045	Reconversão de Edifício para Instalação de Creche e Casa da Paroquia de Santa Marinha	843.617,19 €	674.893,75 €
NORTE-10-0241-FEDER-000076	Projecto de Inserção da População Local	96.800,00 €	67.760,00 €
NORTE-10-0241-FEDER-000077	Ampliação da Residência de 3ª Idade	610.000,00 €	497.003,24 €
NORTE-10-0241-FEDER-000079	Gestão doméstica e familiar	9.578,63 €	7.662,90 €
NORTE-10-0241-FEDER-000166	BANCO SOLIDÁRIO	6.450,00 €	5.442,24 €
NORTE-10-0241-FEDER-000261	Atelier Sénior de actividades culturais	12.000,00 €	9.322,80 €
NORTE-10-0241-FEDER-000263	Jornadas Femininas	11.500,00 €	8.934,35 €
NORTE-10-0241-FEDER-000266	Atelier da Juventude	12.000,00 €	9.322,80 €
NORTE-10-0241-FEDER-000267	Fórum económico e social	11.000,00 €	8.545,90 €
NORTE-10-0241-FEDER-000316	Crescer Cidadão	12.500,00 €	10.000,00 €
NORTE-10-0241-FEDER-000317	Forum Cidadania	21.450,00 €	17.160,00 €
NORTE-10-0241-FEDER-000320	Desenvolvimento Sociocultural	35.575,00 €	28.460,00 €
NORTE-10-0241-FEDER-000333	Centro de Dia - Requalificação	100.000,00 €	84.973,63 €
NORTE-10-0241-FEDER-000336	Cruz Vermelha Portuguesa - Apoio Domiciliário	98.097,19 €	83.348,35 €
NORTE-10-0241-FEDER-000340	Creche	200.000,00 €	163.924,45 €
NORTE-10-0241-FEDER-000351	Remodelação e Requalificação do Lar Maria Viana	300.000,00 €	240.000,00 €
NORTE-10-0241-FEDER-000352	Creche - ADSFMargaride	500.000,00 €	400.000,00 €
NORTE-10-0241-FEDER-000356	Centro de Acolhimento	75.000,00 €	60.000,00 €
NORTE-10-0241-FEDER-000373	ESPAÇO NOVA GERAÇÃO	11.450,00 €	9.546,36 €
NORTE-10-0241-FEDER-000381	Semana da Juventude	52.000,00 €	41.600,00 €
NORTE-10-0241-FEDER-000391	REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÃO DE ACTIVIDADES SOCIO-ECONÓMICAS	457.438,00 €	365.950,40 €
NORTE-10-0241-FEDER-000396	Projecto MUSA - Criação e Programação no Feminino	300.000,00 €	241.514,41 €
NORTE-10-0241-FEDER-000405	Fórum Sociocultural	640.000,00 €	512.000,00 €
NORTE-10-0241-FEDER-000440	Requalificação do Edifício Villa Maria - Lar de Idosos	545.000,04 €	436.000,03 €
NORTE-10-0241-FEDER-000445	Pais e Famílias - Sessões de sensibilização	10.574,28 €	8.459,42 €
NORTE-10-0241-FEDER-000447	Espaço e Comunidade - Sessões de Sensibilização	17.840,00 €	14.272,00 €
NORTE-10-0241-FEDER-000451	Fórum Sociocultural - Apoio à Criança Carênciada	8.989,10 €	7.334,32 €
NORTE-10-0241-FEDER-000475	Forum Sociocultural - Apoio Senior	56.000,00 €	44.800,00 €
NORTE-10-0241-FEDER-000484	Forum Sociocultural - Cidadania e Igualdade de Género e Violância Doméstica	48.116,10 €	38.927,01 €
NORTE-10-0241-FEDER-000493	Espaço Jovem Norte	149.919,49 €	119.935,59 €
NORTE-10-0241-FEDER-000494	Espaço Jovem Sul	75.000,00 €	60.000,00 €
NORTE-10-0241-FEDER-000525	Elaboração do Guia de Boas Práticas de Intervenção Social do Concelho de Bragança	18.327,00 €	14.661,60 €
NORTE-10-0241-FEDER-000529	Inclusão Social e Valorização Socio-económica e profissional	340.317,18 €	272.253,74 €
total	79 Operações		

Quadro 2.2.4.3 - Eixo V

Código Operação	Designação	Investimento Elegível	Fundo
NORTE-07-0927-FEDER-000191	DSAI 2012 - Software Development for Enhancing Accessibility and Fighting Info-exclusion	50.924,26 €	35.646,98 €
NORTE-07-0927-FEDER-000177	Cidadania e Solidariedade na União Europeia - da Carta à Crise, o estado da arte	60.376,28 €	42.263,40 €
NORTE-07-0927-FEDER-000186	Congresso Internacional de Cuidados Paliativos - Reunião da OMS em Portugal	79.870,00 €	55.909,00 €
NORTE-07-0927-FEDER-000116	Ave Social	337.500,00 €	270.000,00 €
NORTE-07-0927-FEDER-000117	Plataforma Digital gaia.edu	265.615,39 €	212.492,31 €
NORTE-07-0927-FEDER-000118	Constituição e Implementação da Rede de Casas do Conhecimento	342.857,14 €	240.000,00 €
NORTE-07-0927-FEDER-000122	Capacitar para a Qualificação e a Inovação das Redes Sociais do Minho-Lima	433.333,33 €	303.333,33 €
NORTE-07-0927-FEDER-000129	Cávado Prospectivo	60.157,09 €	48.125,67 €
NORTE-05-0227-FEDER-000135	ePatientCentric- Implementação de Modelo de Proximidade com o Utente	1.871.102,55 €	1.309.771,00 €
NORTE-05-0227-FEDER-000142	Melhoria da qualidade dos cuidados de saúde materno-fetais através da redução da taxa de cesarianas *	440.545,00 €	308.381,50 €
total	10 Operações		

2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No que concerne às observações formuladas pela Comissão Europeia, na sequência da realização do Encontro Anual (ver ponto 2.7.2), o seguinte quadro reflete a proposta da AG relativamente às mesmas.

Quadro 2.3.1 – Conclusões e Recomendações: Encontro Anual entre CE e AG

Observações CE	Observações da Autoridade de Gestão
No que tem a ver com a regra N+3, à data do Encontro anual todos os POs (com a exceção do Alentejo) cumpriram já a meta para 2011. Para 2012, 3 POs (VT FEDER, COMPETE, Açores) cumpriram já a meta. Prevêem-se no entanto desde já dificuldades globais no cumprimento da regra N+3 e N+2 no ano 2013.	No que diz respeito ao ON.2 prevê-se que o cumprimento da regra N+3 para 2013 seja alcançado em 2012 e o cumprimento da regra N+2 seja alcançado antes do Verão de 2013
Portugal prevê a apresentação de mais de 20 novos GPs. A Comissão chamou a atenção das autoridades nacionais para o facto de ser necessário programar com antecipação essa apresentação de novos projetos, e ainda para as consequências do facto de alguns desses GPs provavelmente virem a ser completados já durante o decurso do período 2014/2020. A Comissão referiu ainda a importância dos projetos ferroviários a implementar e sublinhou a sua expectativa que no contexto da reprogramação prevista para 2012 essa questão seja decidida.	O único Grande Projeto existente no ON.2 é o referente à linha Dragão – Venda Nova, da Metro do Porto. Com a aprovação da reprogramação técnica, esse projeto passou para o POVT, tendo o processo tido lugar em abril de 2012
A Comissão referiu ainda o facto de a Autoridade de Auditoria ter identificado uma série de questões que afetam a possibilidade de a Autoridade de Certificação poder apresentar à Comissão certas despesas efetuadas pelos beneficiários. Essas questões abrangem situações de conflitos de interesse, de separação de funções, de elegibilidade de operações, de verificações de gestão e pistas de auditoria, etc. Em termos de organismos intermediários, as questões suscitadas citam essencialmente as CIMs, o FINOVA e a FCT. A Comissão recordou que há um risco que tais questões possam levar à interrupção e suspensão de pagamentos, tendo solicitado que a Autoridade de Certificação não certifique despesas relacionadas com esses organismos, apelando às AGs que assegurem que as necessárias medidas corretivas são implementadas o mais rapidamente possível, em colaboração com a Autoridade de Auditoria e o IFDR.	No que respeita ao ON.2, a Autoridade de Gestão teve reuniões de trabalho com a Autoridade de Auditoria e a Autoridade de Certificação, no sentido de despistar e resolver todas as recomendações. Ambas as autoridades mostraram-se satisfeitas e conformes com as medidas e propostas apresentadas pela AG. A IGF informou a AG, em 2012, que o sistema de gestão e controlo de todos os organismos intermédios AMP/CIM seria classificado na Categoria 2, conforme previsto no documento COCOF 08/0019/00
A Comissão apresentou com detalhe aos participantes no Encontro anual as principais ações previstas no "Memorando de Entendimento" entre Portugal e a "troika", em termos de reformas estruturais a implementar no âmbito da Contratação Pública. A Comissão chamou ainda a atenção para 2 aspetos específicos no âmbito da aplicação do direito comunitário na área da Contratação Pública em Portugal: os limites estabelecidos para ajustes diretos e certas condições impostas a contratos públicos superiores a 25 milhões €. O IFDR e a IGF procederam a uma apresentação detalhada das auditorias já efetuadas ou a decorrer, e dos seus principais resultados em termos de Contratação Publica, nomeadamente tendo em consideração as lições aprendidas com o QCA III, sendo que as taxas de erro verificadas se situaram entre 0,3% e 0,35%, o que revela uma evolução positiva no nível de risco associado à Contratação Pública. A Comissão reconheceu a dimensão elevada do esforço de auditoria efetuado.	No que respeita à contratação pública, a AG publicou em 2011 uma Orientação de Gestão que equipara a organismos de direito público todas as entidades não sujeitas ao Código dos Contratos Públicos Os problemas relativos à contratação pública são muito diminutos já que a AG verifica, em relação a todas as operações, de forma meticulosa, os procedimentos de contratação pública. A maioria destas verificações é anterior à apresentação dos pedidos de pagamento.

Observações CE	Observações da Autoridade de Gestão
A Comissão Europeia expressou a sua grande preocupação pelo facto de não estarem ainda resolvidas as dificuldades que afetam o bom funcionamento das CIMs em 3 programas – PO Norte, Centro e Alentejo, e consequentemente impedem a certificação da despesa ligada a estes organismos intermédios. A Comissão referiu que o aumento enorme dos organismos intermédios - dos 10 inicialmente aprovados no âmbito da avaliação de conformidade passou-se para 36 – aumentou consideravelmente o risco associado à complexidade dos sistemas de gestão e controlo e à dificuldade em garantir know-how suficiente em todos os OIs. Referiu também a Comissão que mesmo que os problemas sistémicos sejam ultrapassados, a despesa anteriormente efetuada deve ser verificada, pelo que tendo em conta as modificações ao sistema entretanto efetuadas, insistiu também que até que tal aconteça a despesa não pode ser certificada à Comissão. Lembrou por último que a responsabilidade formal das AGs permanece mesmo que tenha delegado parte das suas competências em organismos intermédios.	Como referido anteriormente, os problemas que impediam a certificação de despesa no âmbito dos contratos de delegação de competências, por subvenção global, com as CIM, foram já resolvidos. A constituição das CIM, como organismos intermédios, derivou de uma decisão política do Governo português. A IGT tem vindo a realizar auditorias ao seu sistema de gestão e controlo. A AG reverificou os procedimentos de aprovação de operações e de despesa pela AMP/CIM, no âmbito do seu dever de supervisão. Da reverificação efetuada não resultaram erros no trabalho efetuado pelas CIM

Até 2010, ainda se fizeram sentir um conjunto de problemas associados ao ciclo temporal do atual período de programação, tendo em conta a aprovação tardia dos Programas Operacionais e, ainda, o inevitável período de sobreposição entre o encerramento do QCA III e a implementação dos PO do QREN.

Já o ano de 2011 foi caraterizado por um forte impulso na execução, tendo esta mais do que duplicado face ao valor de 2010, o que trouxe novos problemas associados a este período do Programa.

Para além dos problemas associados ao forte incremento da execução verificaram-se ainda problemas relativos à execução do 2º Memorandum de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios, à descrição do sistema de gestão e controlo da AMP/CIM, à divergência entre a taxa de financiamento dos Eixos e a taxa média efetiva do financiamento das operações, ao tratamento de projetos geradores de receitas e à excessiva carga administrativa inerente a procedimentos de controlo interno exaustivos.

2.3.1. Problemas associados ao ciclo de vida do período de programação do QREN / POs

Aumento da execução de forma a garantir a regra n+2 em 2013

Depois de se assumir como prioridade máxima o encerramento do QCA III, e de em 2009 se ter dado início à execução do Programa, a qual passou de 2,8 em 2009, para 15,2 em 2010, o ano de 2011 foi um ano de prioridade na execução do Programa, tendo finalizado com uma taxa de execução de 33,2%.

Por opções de gestão, o Eixo 1, no que respeita ao investimento público, e o Eixo 2, só abriram a maioria dos seus avisos de concurso durante o ano de 2010, dado que estiveram à espera da aprovação das Estratégias de Eficiência Coletiva, nomeadamente PROVERE, e da aprovação pelo Governo dos clusters e polos de competitividade regionais.

Daqui resultou a necessidade de o Eixo 1, no que respeita aos Sistemas de Incentivos e os Eixos 3 e 4 assegurarem, desde cedo, níveis muito elevados de compromisso que garantissem o objetivo de mais do que duplicar a taxa de execução, de forma a contribuir para a taxa de execução traçada pelo Governo para o QREN: 40%.

apesar de uma conjuntura económica e financeira adversa que levou o País a solicitar um pedido de ajuda externa

Tal facto deveu-se, essencialmente, quer ao agravamento da conjuntura económica e financeira do País e da Europa, que levou ao pedido de resgate apresentado pelo Governo português, quer à dificuldade de acesso ao crédito por parte das entidades promotoras.

Com efeito, as altas taxas que a dívida pública portuguesa atingiu nos mercados financeiros, somada com a consecutiva degradação do rating da República, arrastaram o sistema financeiro para uma redução de crédito às famílias, empresas e instituições, mesmo públicas, processo acompanhado do aumento dos spreads do financiamento.

Esta dificuldade de acesso ao crédito por parte de todos os promotores do ON.2, originou, por parte da Autoridade de Gestão, uma constante preocupação em injetar dinheiro na economia, acelerando procedimentos através do reforço das equipas, ao mesmo tempo que aumentava a dotação indicativa dos sistemas de incentivos.

2.3.2. Problemas operacionais e administrativos ao nível dos procedimentos

Aperfeiçoamento do quadro normativo

Já em relatórios anteriores referíamos, como dificuldade externa com impacto na gestão, a alteração substancial do quadro normativo e de governação face ao período de programação anterior, com a elaboração de Regulamentos, Normas e Documentos de Enquadramento já em período de execução do Programa.

É certo que o IFDR tem feito um grande esforço na revisão e harmonização dos Regulamentos Específicos, de modo a estandardizar um conjunto de questões transversais relativas a conceitos e procedimentos e, também, a harmonizar esses Regulamentos com o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, necessidade por nós levantada nos Relatórios de Execução de 2009 e 2010.

Os resultados revelaram-se insuficientes, estando atualmente em curso um processo de simplificação dos procedimentos, liderado pelo IFDR.

Sistema de Informação

Ao longo do ano o sistema de informação do ON.2 teve os desenvolvimentos previstos na programação elaborada em 2010 e que estão descritos no ponto 2.7.11.

Como foi já referido, a Autoridade de Gestão continuou a ver, no entanto, a sua atividade seriamente prejudicada pela necessidade de adaptação a sucessivas alterações dos regulamentares nacionais, das orientações da Autoridade de Certificação e da Autoridade de Pagamento, com impacto no sistema de informação. Com efeito, a implementação e alteração de procedimentos implicou um esforço acrescido às equipas do Secretariado Técnico, acarretando quase sempre a necessidade de se obter manualmente novos dados a partir de milhares de candidaturas, com impacto no tempo disponibilizado na análise da admissibilidade e mérito das mesmas e na execução das operações, nomeadamente em sede de acompanhamento e análise dos pedidos de pagamento.

Estes desenvolvimentos que permitiram a comunicação automática dos dados entre o sistema de informação da AG do ON.2 e os sistemas do IFDR e do Observatório do QREN, serão concluídos em 2012, procurando a Autoridade de Gestão adotar medidas que minimizem esses impactos.

No entanto, a constante alteração de Regulamentos Específicos, proveniente, na maioria das situações, da implementação do 2º Memorandum de Entendimento celebrado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios, tem tido um impacto muito negativo na gestão. Referimo-nos, nomeadamente, a alterações com impacto no sistema de informação,

que obriga a constantes alterações, como é o caso da taxa máxima de financiamento de operações que todos os anos é alterada, com impacto retroativo em operações já aprovadas e despesa já paga, operações que apesar de serem feitas automaticamente, têm de ser acompanhadas manualmente pelo secretariado técnico.

Subsistem problemas quanto ao acompanhamento da execução física e financeira das operações contratadas, facto que foi evidenciado na operacionalização da RCM n.º 33/2012, de 11 de Março, estando em curso a execução de medidas que visam essa monitorização.

Prevê-se que a reprogramação estratégica, a efetuar em 2012, tenha um forte impacto sobre o sistema de informação. A estabilização das opções políticas é de todo desejável até porque nos aproximamos do final do período de programação.

Sistema de Gestão e Controlo

Chamando a atenção para o desenvolvimento feito no ponto 2.7.8, sublinhe-se que o Sistema de Gestão e Controlo (SGC) conforme exigido pelo Regulamento (CE) 1083/2006 às Autoridades de Gestão reclama destas uma significativa carga de trabalho às equipas técnicas em resultado da obrigatoriedade de demonstração constante de evidências sobre as tarefas executadas. Esta situação foi consideravelmente agravada pela exigência de supervisão das tarefas desempenhadas pelos organismos nos quais a Autoridade de Gestão delegou competências – Organismos Intermédios (CIM e Organismos Técnicos dos Sistemas de Incentivos).

Tal como previsto nos Relatórios de 2009 e 2010, o facto de ter sido exigido um grau elevado de segregação de funções às equipas técnicas não permite uma otimização na utilização dos recursos, face às cargas de trabalho que ocorrem em períodos determinados. A segregação de funções está a dificultar a operacionalização das equipas do Secretariado Técnico, apesar dos esforços desenvolvidos para minimizar esta situação.

Com efeito, tem sido afirmado que para além da natural segregação, entre quem gere as candidaturas e quem gere financeiramente os pedidos de pagamento, tem de haver uma segregação entre quem analisa as candidaturas e quem acompanha a respetiva execução física. Esta dupla segregação torna mais demorada a verificação da execução física e, por consequência, da execução financeira, pois o desconhecimento pessoal do projeto, e das condições de aprovação requer um tempo acrescido de análise; adicionalmente, o conhecimento das especificidades técnicas do sector financiado (é distinto o acompanhamento de projetos imateriais e o acompanhamento de projetos infraestruturais, equipamentos sociais ou projetos de qualificação ambiental ou urbana), facilitam essa verificação, o que pode deixar de ser possível com esta segregação. Não obstante, está em

estudo a intensificação do acompanhamento físico e financeiro das operações com recurso quer aos serviços desconcentrados da CCDRN quer a prestadores de serviços externos.

A obrigatoriedade também imposta às Autoridades de Certificação e de Auditoria de supervisionarem o Programa acarreta um excesso de trabalho às equipas técnicas que constantemente estão sujeitas a programas de auditoria não previamente planeados e a constantes pedidos de envio de informação adicional de suporte às mesmas. As consequências desta sobreposição não se circunscrevem ao domínio das autoridades de Gestão, mas também às próprias entidades promotoras. Num Programa em que reconhecidamente o nível de risco existente é baixo, é difícil compaginar a atividade de gestão com o acompanhamento de mais do que dez auditorias num ano.

Recomenda-se ainda que aquela articulação seja efetuada não apenas em termos do calendário das ações de auditoria empreendidas por diversas entidades, como também, do conteúdo e das solicitações de que podem ser alvo as Autoridades de Gestão e os Beneficiários. A experiência neste domínio evidencia níveis de sobreposição de pedidos de informação que, estamos certos, poderão ser adequadamente articulados de modo a evitarem acréscimo do esforço reclamado à entidade auditada. No domínio da documentação exigida, as declarações de entidades oficiais legalmente competentes para o efeito, devem ser título bastante para certificar a situação declarada: refere-se, a título de exemplo, as declarações de não dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária.

Em relação ao Sistema de Gestão e Controlo da AMP/CIM, sublinhe-se que condições externas à gestão do ON.2, nomeadamente à AG e às equipas de apoio técnico desses organismos intermédios, têm originado constantes dúvidas sobre a capacidade técnica, e sobre a isenção e neutralidade das mesmas face aos municípios associados. Esta situação deu origem à inicial classificação das mesmas na Categoria 3 do documento COCOF 08/0019/00, o que impediu a certificação da sua despesa, com grande impacto na liquidez do Programa e, como tal, na fluência dos pagamentos aos beneficiários. No âmbito do dever de supervisão e de forma a resolver o problema de forma definitiva, a AG procedeu à reverificação dos procedimentos de aprovação de operações e de pagamento da despesa. Em articulação com o Governo, o IFDR e a IGF, a AG propôs igualmente soluções para três problemas levantados pelas auditorias (a não aprovação do PROT Norte, a interpretação a normas do Regulamento Específico da Mobilidade Territorial e a contratualização com a CIM do Ave). Estes procedimentos levados a cabo pela AG permitiram que a descrição do Sistema de Gestão e Controlo das CIM passa-se para a categoria 2.

Alterações normativas com impacto direto no QREN 2007-2013: alguns exemplos

Contratação pública: a Autoridade de Gestão tem procurado incorporar no Programa regras de boa gestão através de orientações que tornem mais clara e segura a aplicação do regime legal. Na sequência dos estudos iniciados no final de 2010 foi aprovada, em 2011, uma orientação de gestão sobre a aplicação do regime legal da contratação pública e dos princípios comunitários ligados à concorrência às contratações realizadas no âmbito das operações, nomeadamente aos promotores que não estão abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos. No âmbito da implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira, a Assembleia da República aprovou, em 2012, alterações ao Código de Contratos Públicos. A Autoridade de Gestão realizará ações de formação adequadas às questões associados à gestão e, se necessário, implementará a alteração à sua Orientação de Gestão.

Projetos Geradores de Receitas: Também neste domínio ocorreu uma alteração substancial em relação ao regime vigente no QCA III. A 3 de agosto, o IFDR publicou a Norma 1/2011, sobre procedimentos de enquadramento e monitorização dos projetos geradores de receitas. A AG irá proceder, em 2012, à alteração da sua Orientação de Gestão, de forma a adequá-la a esta norma. Também aqui, em articulação com o IFDR foi feito um esforço de formação em análise custo-benefício. Já em 2012, a AG promoveu uma formação, abrangendo igualmente a AMP/CIM em que para além da abordagem conceptual, foram analisados casos práticos decorrentes da atividade da AG.

Alterações normativas: sendo certo que são um dado inevitável e incontrolável pelas Autoridades de Gestão, essas mudanças geram, por natureza, algum nível de incerteza na aplicação dos normativos em causa. Reafirma-se assim o desejo manifestado nos Relatórios anteriores de ver reforçada uma dinâmica conjunta de entidades com intervenção transversal ao nível do QREN 2007-2013 (a Comissão Técnica de Coordenação Ministerial, o IFDR, a IGF) para que transmitam, em tempo oportuno e de modo transversal, determinadas orientações que auxiliem a condução da gestão dos Fundos Comunitários. Neste sentido seria útil que as autoridades de coordenação técnica do QREN, de controlo e de certificação, nos domínios das suas competências emitissem orientações claras e precisas em resultado das quais seja possível alinhar os procedimentos a instituir pelas Autoridades de Gestão. Em defesa desta recomendação não se identifica que uma atuação de carácter “pedagógico” conflitua com a isenção e autonomia por que se deve pautar a atuação de qualquer daquelas entidades. Na mesma senda de fomentar a articulação e coordenação das diferentes entidades recomenda-se ainda a criação de bases de dados de registo de entidades que disponham de informação relevante para a referida gestão de fundos comunitários; dessa informação realça-se o conhecimento de pareceres jurídicos.

Note-se que se tem sentido dificuldades na resposta a questões transversais, nomeadamente jurídicos, cuja demora ou omissões originam atrasos e incertezas nas decisões da AG.

Problemas ao nível da análise da admissibilidade e mérito bem como ao nível da contratação com os promotores motivados pela crise económica e financeira

Neste concreto domínio a Autoridade de Gestão do ON.2 tem vindo a constatar que o tempo médio que decorre entre o termo do prazo para apresentação de candidaturas e a notificação da aprovação final da mesma é, por regra, superior ao prazo indicativo que para o efeito a Autoridade de Gestão define nos correspondentes Avisos de Abertura de Concursos. Esse desvio de tempo deve-se, no entender desta Autoridade de Gestão a alguns fatores que a seguir se indicam.

Em primeiro lugar persiste a constatação que a instrução das candidaturas apresentadas junto da Autoridade de Gestão do ON.2 não satisfaz, na sua generalidade, um nível de completude e qualidade que permita concluir, sem mais, a análise da sua admissibilidade, tal qual a mesma deve ser conduzida à luz dos requisitos previstos nos Regulamentos e nos Avisos aplicáveis. Esta constatação pode ser facilmente demonstrada por esta Autoridade de Gestão pelo número e teor de pedidos de esclarecimento e de informação complementares que têm de ser dirigidos aos promotores para perceção de aspetos essenciais como, por exemplo, a estrutura financeira da candidatura e a justificação da natureza e do montante de despesas apresentadas.

Neste domínio, a Autoridade de Gestão do ON.2 tem procurado integrar, na conceção dos Avisos de Abertura de Concursos ou em Orientações Técnicas Específicas, mecanismos de auto verificação de elementos e de documentos por parte do promotor, sensibilizando as diferentes entidades para a necessidade de uma instrução correta das candidaturas.

Em segundo lugar, verifica-se que com muita frequência os projetos revelam, na prática, um grau de maturação aquém do que pressupõem os requisitos de admissão e aceitação das candidaturas regulamentarmente definidos.

Estas circunstâncias afetam de sobremaneira a análise de admissibilidade e de decisão sobre as candidaturas. Este “impasse” tem sido ultrapassado quase sempre através do mecanismo de aprovações condicionadas à verificação de determinadas condições. Esta situação tem vindo a ser monitorizada e foram tomadas medidas adequadas.

Já no que concerne ao processo de celebração de contratos, denota-se em muitos projetos atrasos significativos face aos prazos previstos nos regulamentos. Tais atrasos têm potencialmente origem em duas fontes: os promotores têm dificuldades em obter atempadamente toda a documentação necessária mas, sobretudo, os maiores constrangimentos por parte dos promotores estão relacionados com a obtenção de financiamento, aspeto que será retomado mais abaixo.

O Segundo Memorandum de Entendimento entre o Governo e a ANMP veio a prever normas mais restritivas a observar pelos promotores aquando da submissão da candidatura. Em particular, e tendo em conta o elevado nível de compromisso já atingido e a fase em que a implementação do Programa se encontra, parecia ser desejável que a admissibilidade das candidaturas nos projetos de natureza infraestrutural passasse a exigir a verificação de que os principais procedimentos de contratação se encontram lançados.

2.3.3. Problemas ao nível da execução física e financeira: como resolver o conflito restrição financeira versus aceleração da execução?

O aprofundar da crise económica e financeira, com maiores dificuldades de acesso a financiamento bancário, subidas de taxas de juros e mesmo a existência de uma política de diminuição da exposição creditícia por parte dos bancos, originou dificuldades acrescidas aos beneficiários das operações, quer privados quer públicos. Esta situação que teve já impactos em 2010, agravou-se em 2011, levando o Governo a ter de pedir auxílio externo e a celebrar um Programa de Assistência Económica e Financeira

Tal como referido nos Relatórios anteriores, genericamente, algum atraso no arranque ou no ritmo de execução das operações prende-se com iniludíveis dificuldades, por parte de um número significativo de beneficiários, em mobilizar os recursos financeiros necessários ao cofinanciamento dos projetos.

Com efeito, a envolvente macroeconómica e financeira que tem caracterizado os últimos quatro anos gerou fortes restrições de liquidez. No caso das empresas, verifica-se um crescente aperto de condições na concessão de crédito e garantias. Num contexto macroeconómico desta natureza, o adiamento do investimento empresarial surge como corolário natural. Quanto ao sistema de incentivos, tem havido um maior número de projetos apresentados a concurso, o que levou a AG a reforçar, recorrentemente, a dotação dos concursos abertos. Para tal situação concorre, necessariamente, a dificuldade de acesso ao crédito bancário e as taxas de juros solicitadas, o que faz com que, mesmo com níveis

burocráticos elevados, o acesso ao cofinanciamento comunitário passe a ser opção para as micro e pequenas empresas.

No caso de outras entidades, nomeadamente daquelas que dependem direta ou indiretamente de financiamento proveniente do Orçamento de Estado e, no caso dos Municípios, de arrecadação também com base em impostos e taxas municipais, verifica-se o agudizar dessa mesma restrição financeira, a qual tendencialmente se agravou em 2011, por força das medidas de contenção do défice orçamental, prevendo-se que em 2012 haja ainda maior dificuldade em financiar novos projetos.

Atenta a estas questões, a Autoridade de Gestão permitiu alguma flexibilidade na execução das operações, através da sua reprogramação física, financeira e temporal, de forma a auxiliar os beneficiários a realizar os seus investimentos atendendo aos constrangimentos adicionais existentes.

No entanto, a resolução destes problemas exige uma atuação a vários níveis e não depende crucialmente de ações a empreender pela Autoridade de Gestão. A este propósito refiram-se um conjunto de medidas tomadas ao nível da coordenação global do QREN ou do Governo da República, sendo de relevar as seguintes:

- A passagem das taxas de cofinanciamento comunitário de 70 para 80%, num conjunto alargado de tipologias, aplicável a operações tendo como beneficiários municípios e outras entidades do universo municipal (Primeiro Memorandum de Entendimento)

- Em 2011 o Segundo Memorandum de Entendimento manteve a subida de taxas atrás referida, abrindo ainda a possibilidade de os pagamentos efetuados em 2011 serem financiados à taxa de 85%.

- Já em 2012, foram de novo alterados os Regulamentos Específicos, de forma a permitir o pagamento de despesa à taxa de 85% em determinadas condições, esperando-se que com a reprogramação estratégica esta matéria seja implementada.

- O Governo tem aprovado várias resoluções através das quais implementa diversos programas de estímulo da economia e do emprego jovem, cuja concretização ao nível dos Programas Operacionais será feita com a reprogramação estratégica.

- No que respeita aos Sistemas de Incentivos relembra-se que em Julho de 2010, foram anunciadas um conjunto de medidas incluídas na *"Estratégia para a aceleração da execução de projetos empresariais do QREN"*. Em 2011, foi concretizada a criação de uma *"Bolsa de Descativação de Incentivos"* (através da Orientação de Gestão n.º 10/2011 da Rede de Incentivos QREN). Têm ainda vindo a ser adotadas outras medidas visando alguma simplificação de procedimentos e melhoria de eficácia na gestão dos Sistemas de Incentivos, como redução dos prazos de resposta a Alegações e Reclamações, simplificação dos

requisitos em termos de licenciamento, simplificação de processos no que concerne a formulários de candidatura e pedido de pagamento, etc.

- No segundo semestre de 2010 ocorreram um conjunto de reuniões destinadas a formatar o designado “Empréstimo-Quadro BEI”, o qual veio a ser disponibilizado já em 2011, vocacionado para o financiamento complementar da comparticipação nacional para operações de investimento público ou equiparadas. Já em 2012 foram aprovados os projetos que constam da segunda tranche deste empréstimo.

- Já em Dezembro de 2011, a Comissão Europeia aprovou a reprogramação técnica do ON.2, permitindo um aumento generalizado da taxa de cofinanciamento do investimento público.

- Finalmente, 2012 será o ano de aprovação dos financiamentos dos Fundos de Desenvolvimento Urbano integrados na Iniciativa JESSICA.

O conjunto destas medidas tenderá a proporcionar a consolidação dos financiamentos dos diversos promotores, criando condições para que através da correta utilização dos fundos comunitários, o QREN em geral e o ON.2 em particular, contribuam para o relançamento da economia nacional.

2.3.4. Contratualização com as CIM/AMP

O ano de 2011, no contexto da Contratualização, foi profundamente marcado pela criação e implementação da Bolsa de Mérito à Execução Municipal, instrumento de elevado impacto gestionário e financeiro na Contratualização. Este instrumento foi criado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, por deliberação de 5 de Abril de 2011 e decorre do 2º Memorando de Entendimento assinado entre o Governo e a ANMP.

A par deste aspeto, e como já ficou implícito no parágrafo anterior, há que referir o 2º Memorando de Entendimento, assinado em Fevereiro de 2011, constituído por 16 iniciativas, e que teve como objetivo estruturante promover a execução dos investimentos de iniciativa municipal no âmbito do QREN.

Esta breve identificação dos marcos da Contratualização no ano 2011 não pode deixar de fora uma referência à 3ª Adenda aos Contratos de Financiamento celebrados entre a Autoridade de Gestão do PO Norte e as CIM/AMP, assinada a 15 de Junho de 2011 e que materializou o valor da subvenção global dedicado a cada CIM/AMP.

No ponto 2.7.6 (Subvenções Globais), desenvolve-se, de forma aprofundada, a Reprogramação do ON2, bem como o impacto das alterações de Regulamentos Gerais e Específicos.

2.4. Mudanças no contexto da execução do programa operacional

O contexto socioeconómico onde operam as políticas públicas (e, neste caso, o ON.2 – "O Novo Norte") é importante numa dupla aceção: incorpora, pelo menos em parte, o(s) seu(s) resultado(s), por um lado, e condiciona-o(s), por outro. Isto é, as políticas públicas e os seus resultados têm uma tradução na melhoria das condições de contexto e, como é sabido, são mais ou menos pertinentes e reproduzem-se de uma ou de outra forma em função desse mesmo contexto. Assim, o diagnóstico e a monitorização das condições de contexto, para além do seu valor intrínseco, adquirem, neste capítulo, uma dimensão claramente instrumental, enquanto metodologia para aferir, em qualquer momento, a "baseline" das políticas públicas e avaliar do seu impacto.

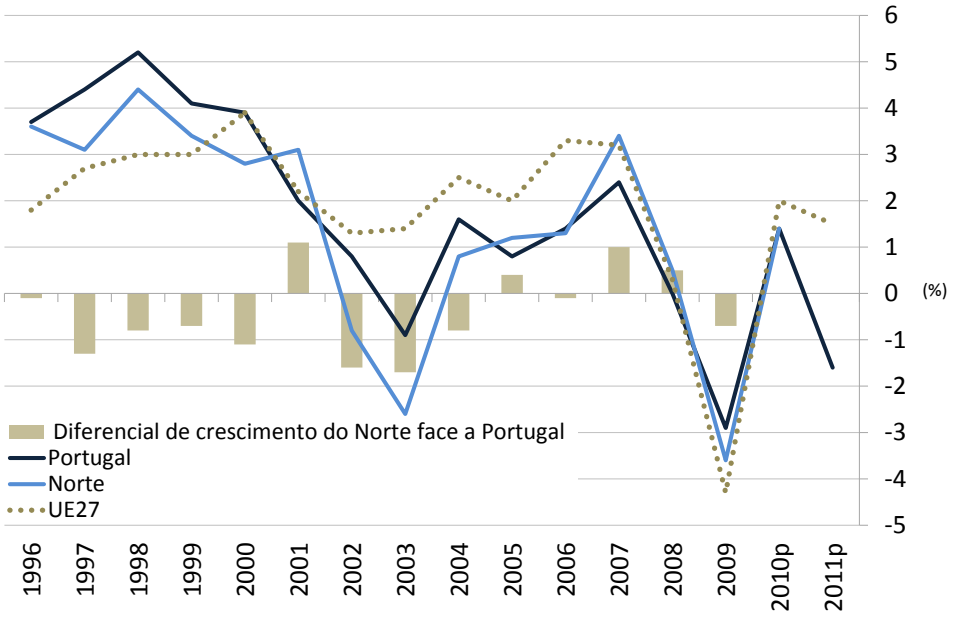
Numa primeira parte, neste capítulo estuda-se a dinâmica de crescimento económico e convergência na Região do Norte. Numa segunda parte, é analisada a evolução de alguns indicadores do lado da procura, com especial ênfase para aqueles relacionados com o investimento/endividamento e o comércio internacional. Posteriormente, este documento analisa questões relacionadas com a oferta, como são os casos do turismo e da dinâmica no mercado de trabalho. Procura-se, no último ponto, efetuar-se uma síntese na dupla aceção referida, isto é, onde se procura analisar até que ponto as condições de contexto influenciam a execução do ON.2 – "O Novo Norte" e, por outro lado, em que medida a sua execução influencia também essas condições

2.4.1. Crescimento económico

A crise financeira que, a partir de meados de 2008, contagiou a economia internacional levou à ocorrência de uma forte recessão em 2009, quer a nível nacional (-2,9% de variação real do PIB), quer sobretudo na Região do Norte (-3,6%) e, de forma ainda mais acentuada, na média da União Europeia (-4,3%). Em 2010, um conjunto de políticas expansionistas impulsionaram a procura interna em vários estados europeus, incluindo Portugal, e contribuíram para a reanimação da economia europeia e global, desse modo permitindo também um melhor dinamismo do comércio internacional – factor que veio a refletir-se na procura externa dirigida às exportações portuguesas e da Região do Norte. Foram assim observados, em 2010, importantes crescimentos económicos para Portugal (+1,4% em volume), a Região do Norte (também +1,4%, de acordo com os últimos valores revistos disponibilizados pelo INE) e, globalmente, a União Europeia (+2,0%). Em 2011, a degradação da situação financeira interna, a crise do Euro e as políticas de austeridade resultaram em nova quebra do PIB português (-1,6%, em volume), enquanto a nível comunitário (UE) se manteve um cenário de crescimento económico (+1,5%), embora em

desaceleração face a 2010. Apesar de não serem ainda conhecidos resultados do PIB para a Região do Norte em 2011, parece seguro afirmar que, tal como a nível nacional, também o PIB regional deverá ter registado uma variação real negativa em 2011.

Figura 2.4.1.1 - Taxas de crescimento do produto interno bruto, em volume



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Eurostat

2.4.2. Comércio internacional de mercadorias

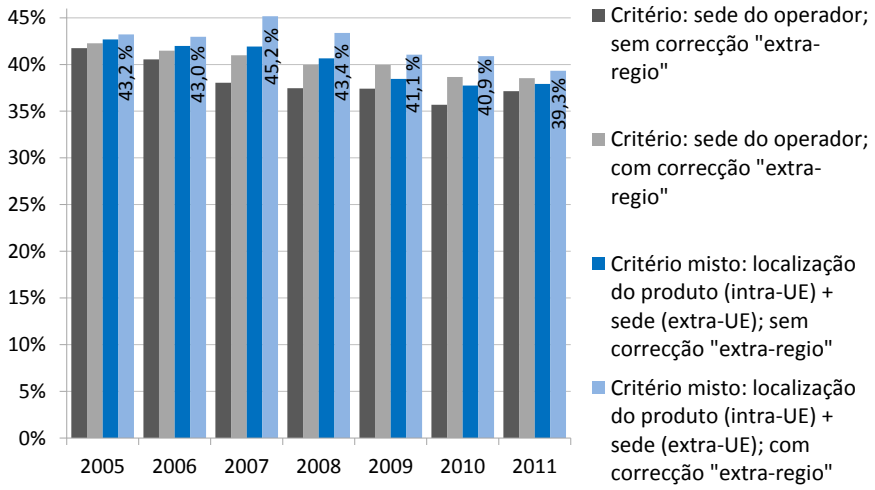
2.4.2.1 Participação da Região do Norte no comércio internacional de mercadorias

A Região do Norte continua indubitavelmente a ser a principal região exportadora de Portugal, embora a sua importância relativa enquanto plataforma exportadora da economia nacional tenha vindo a sofrer alguma erosão pelo menos desde 2007, num processo que continuou em 2011. De acordo com a melhor estimativa (Cfr. Caixa de Texto), as exportações de bens da Região do Norte em 2011 terão ascendido a cerca de 16,1 mil milhões de euros, superando o resultado dos três anos anteriores e igualando, a preços correntes, o nível das exportações regionais de 2007. Em termos relativos, a atividade exportadora da Região do Norte representou, em 2011, aproximadamente 39,3% das exportações portuguesas – valor que compara com 45,2% em 2007 (incorporando, em ambos os casos, uma correção pela parcela "extra-regio").

Do lado das importações de bens, e de acordo com os mesmos critérios, a Região do Norte foi, em 2011, responsável por cerca de 12,9 mil milhões de euros de importações, representando 23,3% das importações portuguesas. Nos anos de 2009 a 2011, a importância relativa da Região Norte no que se refere às importações portuguesas rondou sempre cerca de 23% (contra 26,7% em 2007).

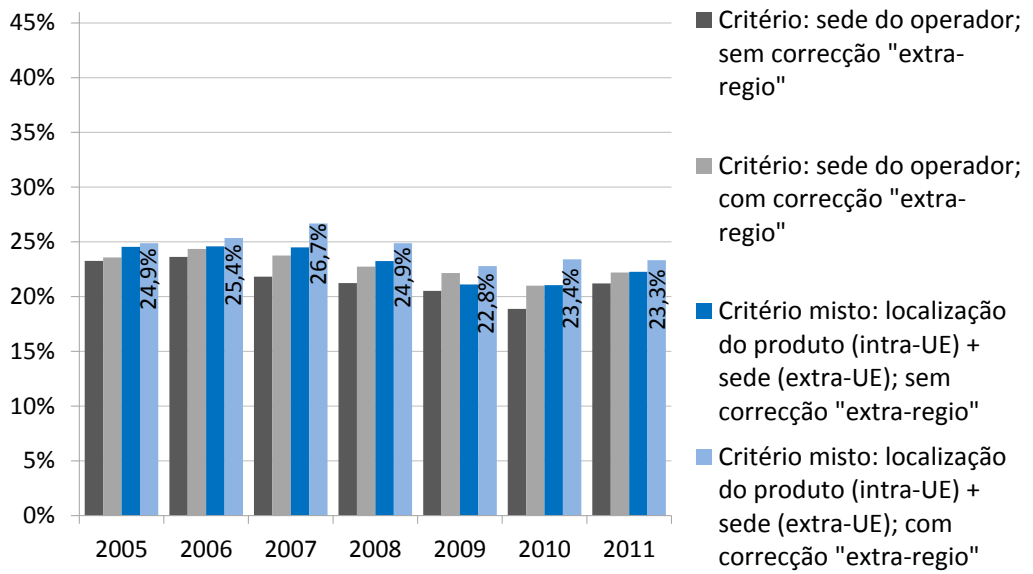
O Norte de Portugal continua, portanto, a ser uma região muito mais exportadora do que importadora de mercadorias, ao contrário do que sucede com a totalidade da economia portuguesa.

Figura 2.4.2.1 - Determinação da importância relativa da Região do Norte enquanto origem das Exportações nacionais



Fonte: cálculos próprios, sobre dados do Instituto Nacional de Estatística (dados definitivos até 2009 e preliminares de 2010 e 2011)

Figura 2.4.2.2 - Determinação da importância relativa da Região do Norte enquanto destino das Importações nacionais



Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (dados definitivos até 2009 e preliminares de 2010 e 2011)

Importância relativa da Região do Norte face ao comércio internacional de Portugal: questões metodológicas

A determinação do peso relativo do Norte face ao total das exportações portuguesas (ou das importações) não é um exercício tão imediato como, à partida, se esperaria. Em causa está o critério que deve presidir à afetação regional dos fluxos observados no comércio internacional de mercadorias.

O critério vulgarmente utilizado pelo INE, é o da localização da sede do "operador" estatístico, expressão que designa a entidade diretamente responsável por um particular fluxo de importação ou exportação. Em 2011, as empresas com sede na Região do Norte foram responsáveis por exportações de mercadorias num montante global de 15,7 mil milhões de euros (resultados preliminares), valor que representa 37,2% das exportações portuguesas no mesmo ano.

Esta proporção, porém, está subavaliada, já que o total das exportações nacionais inclui uma componente, designada por "extra-regio", que agrega os fluxos em relação aos quais não se conhece a localização da sede do operador (por serem provenientes de estimativas produzidas pelo INE para abarcar os casos de não-resposta bem como os casos de isenção de declaração estatística, ditos "abaixo do limiar"), bem como os casos em que o operador

estatístico é uma empresa estrangeira, sem sede no nosso país. Ora, por certo que alguns desses fluxos seriam atribuíveis à Região do Norte. Assim, parece mais curial não confrontar o valor atribuído ao Norte diretamente com o total nacional de exportações, mas sim com o total nacional expurgado da componente "extra-regio". Este novo cálculo indica que, em 2011, as empresas com sede na Região do Norte terão contribuído com 38,5% das exportações nacionais (exceto "extra-regio"). A importância relativa da componente "extra-regio" diminui sensivelmente entre 2010 e 2011.

Por outro lado, o critério da localização das sedes é penalizador para a Região do Norte. Com efeito, em muitos casos as empresas estão presentes na região com um ou mais estabelecimentos, nomeadamente industriais, realizam aqui parte da sua produção e da sua atividade exportadora, mas têm a sua sede fora da Região do Norte.

O INE disponibiliza também, embora apenas para o comércio internacional com estados membros da União Europeia (comércio internacional intracomunitário), resultados estatísticos construídos de acordo com um critério alternativo, que permite obviar àquele inconveniente. Trata-se de um critério que procura seguir a ótica do produto (e não já a da empresa), levando em conta a localização física das mercadorias, permitindo assim aproximar a noção de região de origem das exportações (ou de destino das importações). Desta forma, aproximamo-nos mais da real atividade exportadora da região. Porém, em relação ao comércio com países terceiros (comércio extracomunitário) não existe alternativa ao uso dos dados organizados regionalmente segundo a sede do operador. Em todo o caso, é sabido que a maior parte do comércio internacional de Portugal (e também da Região do Norte), tem como parceiros comerciais os países da UE. A alternativa pode ser, então, fixar um critério misto, mediante a soma de duas parcelas:

1ª) o valor das exportações (ou importações) de mercadorias para a UE (ou provenientes da UE) com origem na Região do Norte, entendida esta como origem (ou destino) física das mercadorias; e

2ª) o valor das exportações (ou importações) de mercadorias para fora da UE (ou provenientes de fora da EU) realizadas por empresas com sede na Região do Norte.

Em 2011, este critério misto atirava o valor das exportações da Região do Norte para 16,1 mil milhões de euros, sendo que a primeira das parcelas (relativa às exportações para a UE com origem física na Região do Norte) representava mais de quatro quintos (82,0%) desse valor global.

Acreditamos que aquilo que, com este critério misto, se perde em coerência do ponto de vista metodológico, é compensado com o que se ganha ao alcançar uma melhor aproximação à real atividade exportadora da Região do Norte. Mesmo assim, podemos considerar que aquela soma ainda subavalia as exportações da Região do Norte, ao

considerar o comércio extracomunitário apenas de acordo com o critério da localização das sedes dos operadores.

Avaliada como a soma daquelas duas parcelas (critério misto), a atividade exportadora da Região do Norte, em 2011, representou 37,9% do total das exportações nacionais e 39,3% do total das exportações nacionais expurgado da componente "extra-regio". Considera-se que esta última proporção (39,3%) corresponde à melhor estimativa do verdadeiro peso relativo da Região do Norte no conjunto da atividade exportadora nacional, no ano de 2011. Salvo indicação em contrário, a análise do comércio internacional da Região do Norte no presente relatório terá por referência o acima denominado critério misto.

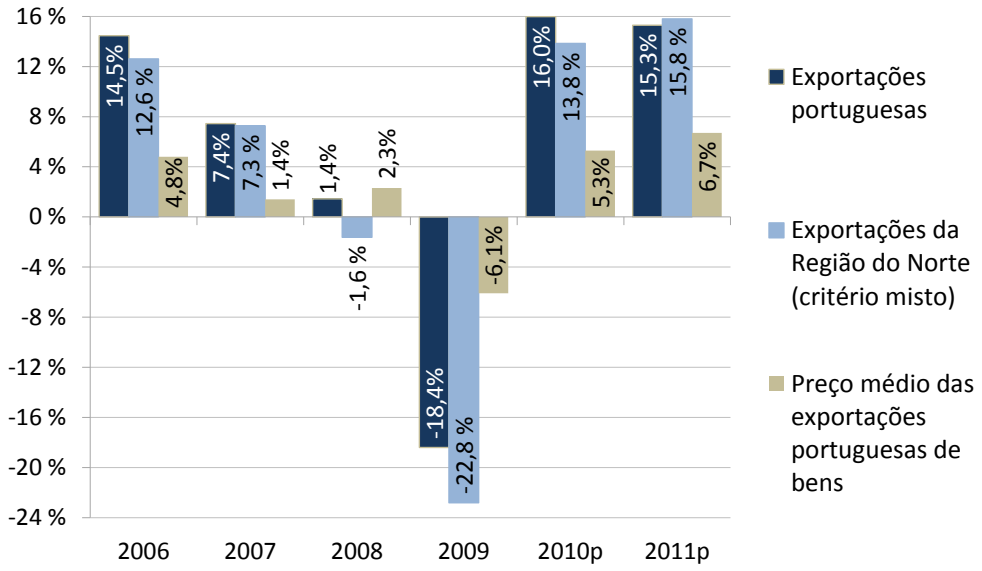
Naturalmente, o mesmo tipo de exercício pode ser efetuado também no que diz respeito aos fluxos de importação de mercadorias. Em 2011, as importações de mercadorias da responsabilidade de operadores cuja sede se situava na Região do Norte totalizaram 12,2 mil milhões de euros, enquanto o critério misto (nos termos acima definidos) avaliava em 12,9 mil milhões de euros as importações de mercadorias para o Norte de Portugal.

2.4.2.2 Exportações de mercadorias da Região do Norte em 2011

Segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), o comércio mundial de mercadorias cresceu nos últimos dois anos, anulando por completo a quebra que tinha sofrido anteriormente. Em 2009, de acordo com a OMC, as exportações mundiais de mercadorias, a preços correntes, diminuíram cerca de 22,3%, mas em 2010 e 2011 cresceram 21,7% e 19,4%, respetivamente.

As exportações portuguesas também beneficiaram do clima positivo do comércio mundial nos últimos dois anos, crescendo cerca de 16,0% em 2010 e 15,3% em 2011, em valor. Quanto às exportações de mercadorias da Região do Norte (avaliadas pelo critério misto definido), terão crescido, em valor, cerca de 13,8% em 2010, acelerando para um crescimento de 15,8% em 2011 (superando o resultado da totalidade das exportações portuguesas). O preço médio das exportações portuguesas de bens aumentou cerca de 5,3% em 2010 e 6,7% e 2011. Assim, as exportações portuguesas de mercadorias cresceram, em volume, cerca de 10,1% em 2010 e 8,1% em 2011. Não é conhecido o preço médio das exportações da Região Norte, mas é razoável supor que tenham também observado crescimentos positivos em volume.

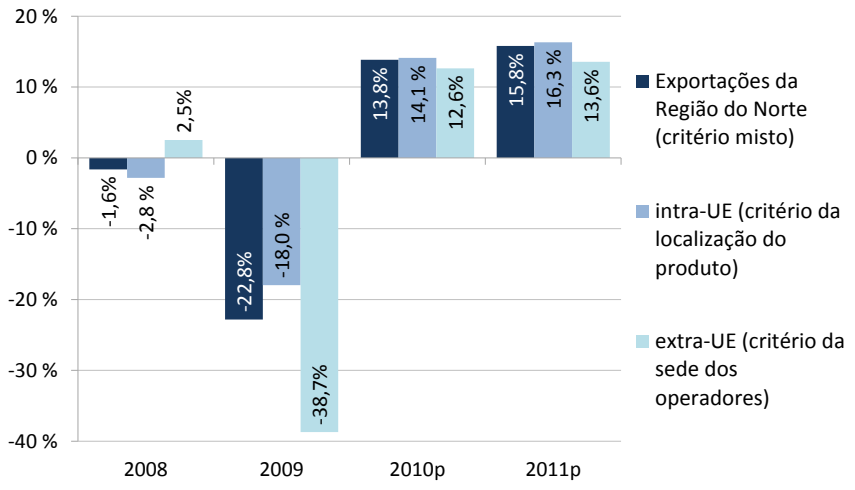
Figura 2.4.2.2.1 - Dinâmicas comparadas de crescimento das exportações, a preços correntes (variações anuais, em %)



Fonte: INE, Contas Nacionais; INE, Estatísticas do Comércio Internacional (dados definitivos até 2009 e preliminares de 2010 e 2011) e cálculos próprios

As exportações de mercadorias da Região do Norte registaram, em 2011, um crescimento um pouco mais acentuado no comércio com a UE (+16,3%, em valor, segundo o critério da região de origem das mercadorias), do que para o resto do mundo (+13,6%, pelo critério da região onde se situa a sede das empresas).

Figura 2.4.2.2.2- Crescimento em valor das exportações da Região do Norte, por mercados(variações anuais, em %)



Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (dados definitivos até 2009 e preliminares de 2010 e 2011)

Em 2011, cerca de 82% das mercadorias exportadas pela Região do Norte tiveram como destino a União Europeia. Três países (Espanha, França e Alemanha) absorveram mais de metade (53,5%) do total, enquanto Angola e Estados Unidos da América são os únicos países de fora da União Europeia que surgem na lista dos 12 principais destinos das mercadorias exportadas por esta região NUTS II de Portugal.

Quadro 2.4.2.2.1 - Mercados de exportação da Região do Norte em 2011 (em percentagem do total)

Espanha	25,1%	Itália	4,1%
França	15,3%	Estados Unidos	2,7%
Alemanha	13,1%	Suécia	1,2%
Reino Unido	6,6%	Polónia	1,2%
Bélgica	4,7%	República Checa	1,1%
Angola	4,4%	Outros Estados-membros da UE	5,4%
Países Baixos	4,2%	Resto do mundo	10,9%

Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (dados preliminares de 2011)

As exportações internacionais da Região do Norte são reveladoras da sua especialização, sobretudo, no têxtil, nas máquinas e aparelhos (sobretudo do sector elétrico e eletrónico), na fileira automóvel, dos plásticos e borrachas, nos metais comuns e no calçado.

Os produtos da fileira têxtil mantêm-se dominantes, embora ao longo dos anos tenham vindo a perder alguma da sua importância relativa. Em 2011, os têxteis representavam 17,9% das exportações da Região do Norte (proporção que compara com 19,2% em 2010 e com 24,8% em 2005). O vestuário, em particular, deixou de representar cerca de um sexto (16,5%) das exportações da Região Norte em 2005, para passar apenas a um nono (11,1%) em 2011.

As máquinas, aparelhos e materiais elétricos sofreram uma brusca perda de importância relativa na estrutura exportadora da Região do Norte em 2009, muito como resultado do encerramento da atividade de um grande exportador (a Quimonda). Este grupo de produtos recuperou algum peso relativo em 2010 e estabilizou em 2011, com 10,3% do total – claramente abaixo dos 15,5% que tinham representado em 2008.

A fileira automóvel, cujo peso relativo nas exportações da Região do Norte tinha aumentado consecutivamente nos últimos 5 anos, atingindo 9,8% em 2010, não prosseguiu essa tendência em 2011, recuando ligeiramente para 9,3% do total. Os produtos desta fileira produtiva habitualmente exportados pelo Norte incluem carroçarias, reboques, componentes de diversos tipos e ainda autocarros.

O grupo dos plásticos e borrachas apresentou, nos últimos seis anos, uma importância sempre crescente, atingindo, em 2011, cerca de 8,4% das exportações de mercadorias do Norte de Portugal. Também o grupo dos metais comuns e suas obras observou, em 2011, um reforço do seu peso relativo na estrutura exportadora da Região do Norte, atingindo 8,3% do total.

Ao contrário dos têxteis, o calçado é um exemplo de uma especialização tradicional que tem conseguido manter a sua representatividade face ao total das exportações da Região do Norte, com apenas ligeiras oscilações. Em 2011, tal como em 2010, o calçado representou 8,3% das exportações do Norte de Portugal (proporção muito próxima dos 8,7% observados em 2005).

Na estrutura exportadora da Região do Norte em 2011, destacam-se ainda as caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos (com 4,7% do total), o mobiliário (também 4,7% do total, embora em conjunto com outros produtos de menor expressão relativa), a cortiça (4,4%), as bebidas (3,5%) e os produtos das indústrias químicas ou conexas (3,3%).

Por último, refira-se o forte aumento da importância relativa de um grupo de produtos que deixou de ser residual nas exportações da Região do Norte e que é constituído por pérolas, pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos e suas obras, bijutaria e moedas. Este conjunto representava apenas 0,3% das exportações do Norte em 2008, tendo a sua importância relativa progredido para 0,9% em 2009, 1,6% em 2010 e 3,2% em 2011. Para além de um esforço de internacionalização da indústria de ourivesaria e joalharia, esta forte progressão deverá também traduzir a exportação de valores alienados pelas famílias em busca de realizar liquidez.

Quadro 2.4.2.2.2 - Exportações da Região do Norte 2005-2011 (em % do total de cada ano)

Secção NC / Capít. NC	DESIGNAÇÃO	2005	2008	2009	2010	2011
XI	**Matérias têxteis e suas obras**	**24,8%**	**19,7%**	**20,9%**	**19,2%**	**17,9%**
	das quais:					
61	*Vestuário e seus acessórios, de malha*	*11,9%*	*9,3%*	*10,1%*	*8,8%*	*8,1%*
62	*Vestuário e seus acessórios, excepto de malha*	*4,6%*	*3,5%*	*3,6%*	*3,2%*	*3,0%*
63	*Outros artefactos têxteis confeccionados; sortidos; artefactos de matérias têxteis, calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, usados; trapos*	*4,3%*	*3,0%*	*3,2%*	*3,0%*	*2,7%*
52	*Algodão*	*1,1%*	*0,9%*	*0,9%*	*0,9%*	*1,0%*
59	*Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis*	*0,6%*	*0,7%*	*0,7%*	*0,8%*	*0,9%*
56	*Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos; fios especiais, cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria*	*0,6%*	*0,7%*	*0,7%*	*0,6%*	*0,7%*
60	*Tecidos de malha*	*0,3%*	*0,4%*	*0,6%*	*0,6%*	*0,6%*
55	*Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas*	*0,6%*	*0,5%*	*0,5%*	*0,6%*	*0,6%*
XVI	**Máquinas e aparelhos**	**21,8%**	**21,7%**	**14,9%**	**15,2%**	**15,0%**
85	*Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios*	*13,1%*	*15,5%*	*9,4%*	*10,4%*	*10,3%*
84	*Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes*	*8,7%*	*6,2%*	*5,6%*	*4,8%*	*4,7%*
87	**Veículos automóveis, tractores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios**	**5,8%**	**7,7%**	**8,7%**	**9,8%**	**9,3%**
VII	**Plástico e borracha**	**5,6%**	**6,5%**	**7,6%**	**8,2%**	**8,4%**
40	*Borracha e suas obras*	*3,1%*	*3,3%*	*4,3%*	*4,5%*	*4,6%*
39	*Plástico e suas obras*	*2,4%*	*3,2%*	*3,3%*	*3,7%*	*3,8%*
XV	**Metais comuns e suas obras**	**6,6%**	**7,9%**	**6,9%**	**7,5%**	**8,3%**
	dos quais:					
73	*Obras de ferro fundido, ferro ou aço*	*2,8%*	*3,2%*	*3,2%*	*3,0%*	*3,1%*
72	*Ferro fundido, ferro e aço*	*1,9%*	*2,2%*	*1,5%*	*1,9%*	*2,8%*
76	*Alumínio e suas obras*	*0,7%*	*1,1%*	*0,9%*	*1,1%*	*1,1%*
74	*Cobre e suas obras*	*0,6%*	*0,7%*	*0,5%*	*0,7%*	*0,7%*
64	**Calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes**	**8,7%**	**7,9%**	**9,0%**	**8,3%**	**8,3%**
IX	**Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria**	**6,9%**	**6,4%**	**6,6%**	**6,4%**	**5,8%**
	das quais:					
45	*Cortiça e suas obras*	*5,3%*	*4,7%*	*5,1%*	*4,9%*	*4,4%*
44	*Madeira, carvão vegetal e obras de madeira*	*1,5%*	*1,7%*	*1,4%*	*1,5%*	*1,4%*
94	**Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras, luminosos e artigos semelhantes; construções pré-fabricadas**	**4,2%**	**4,3%**	**5,0%**	**5,0%**	**4,7%**

Secção NC / Capít. NC	DESIGNAÇÃO	2005	2008	2009	2010	2011
IV	**Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados**	**3,9%**	**4,2%**	**5,1%**	**4,8%**	**4,6%**
	dos quais:					
22	*Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres*	*3,2%*	*3,4%*	*4,1%*	*3,9%*	*3,5%*
VI	**Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas**	**2,9%**	**3,0%**	**3,1%**	**3,0%**	**3,3%**
	dos quais:					
29	*Produtos químicos orgânicos*	*1,2%*	*1,1%*	*0,7%*	*0,8%*	*1,2%*
30	*Produtos farmacêuticos*	*0,6%*	*0,9%*	*1,2%*	*0,9%*	*0,7%*
XIV 71	**Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes,metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos,e suas obras;bijutaria;moedas**	**0,1%**	**0,3%**	**0,9%**	**1,6%**	**3,2%**
I	**Animais vivos e produtos do reino animal**	**1,8%**	**2,1%**	**2,1%**	**2,4%**	**2,4%**
	dos quais:					
03	*Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos*	*0,8%*	*1,0%*	*1,0%*	*1,2%*	*1,2%*
04	*Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos em outros capítulos*	*0,9%*	*0,8%*	*0,7%*	*0,7%*	*0,8%*
27	**Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais**	**1,2%**	**2,1%**	**2,2%**	**1,9%**	**2,3%**
XIII	**Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras**	**1,4%**	**1,6%**	**1,8%**	**1,6%**	**1,6%**
	das quais:					
68	*Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes*	*0,6%*	*0,8%*	*0,7%*	*0,7%*	*0,7%*
48	**Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão**	**1,2%**	**1,3%**	**1,5%**	**1,7%**	**1,6%**
90	**Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, de medida, de controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios**	**0,5%**	**0,4%**	**0,4%**	**0,6%**	**0,6%**
	Outros (capítulos da Nomenclatura Combinada com menos de 0,5% do total em 2011)	**2,6%**	**2,9%**	**3,2%**	**2,8%**	**2,6%**

Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (2010 e 2011 preliminares)

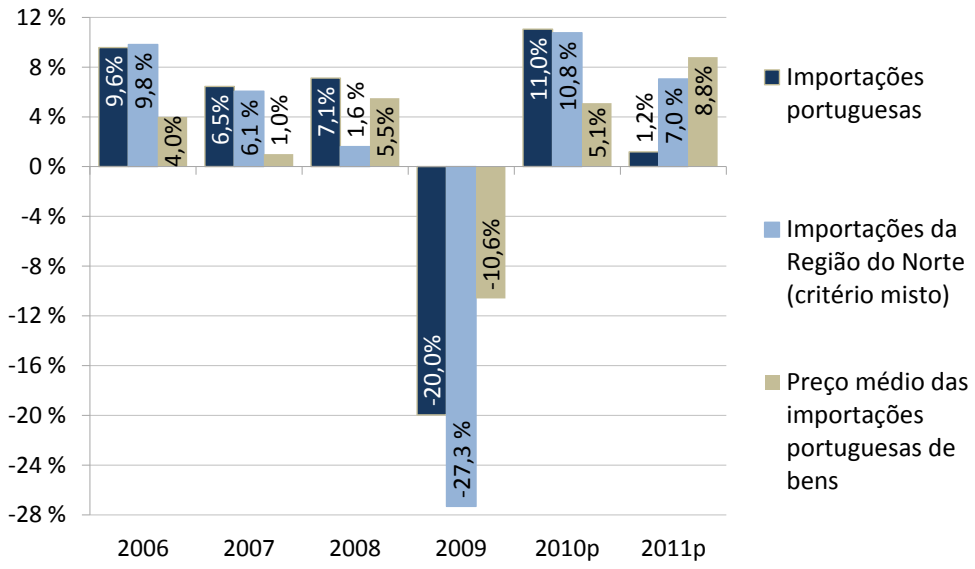
Nota: A tabela acima identifica cada um dos capítulos da Nomenclatura Combinada (NC) que representavam, em 2011, pelo menos 0,5% do total das exportações da Região do Norte. Quando dois ou mais desses capítulos pertencem à mesma secção da NC, a tabela inclui também o total da respetiva secção. Além disso, são também referidos os totais das secções IV e XIII da NC, das quais apenas um capítulo se destaca, mas onde o remanescente para o total da secção assume expressão relevante (aproximadamente 1% do total). A secção XIV da NC é composta apenas pelo capítulo 71.

2.4.2.3 Importações de mercadorias pela Região do Norte em 2011

As importações portuguesas sofreram uma forte desaceleração em 2011, passando de um crescimento nominal de 11,0% em 2010 para apenas 1,2%. Por seu turno, o preço médio das importações portuguesas, que tinha crescido 5,1% em 2010, acelerou esse crescimento para 8,8% em 2011. Assim, em termos reais, as importações portuguesas, depois de em 2010 terem crescido cerca de 5,7% em volume, terão registado em 2011 uma variação em volume negativa, da ordem de -7,0%, em resultado da debilidade da procura interna. Quanto às importações de mercadorias para a Região do Norte, sofreram uma desaceleração muito menos acentuada, passando de um crescimento nominal de 10,8% em 2010, para 7,0% em 2011. Este resultado ficou também abaixo (apesar de relativamente próximo) da variação do preço médio das exportações portuguesas, pelo que, apesar de não se considerar nesta análise um índice de preços das importações regionais, é razoável pensar que as importações para a Região do Norte poderão também ter tido, em volume, uma ligeira variação negativa em 2011.

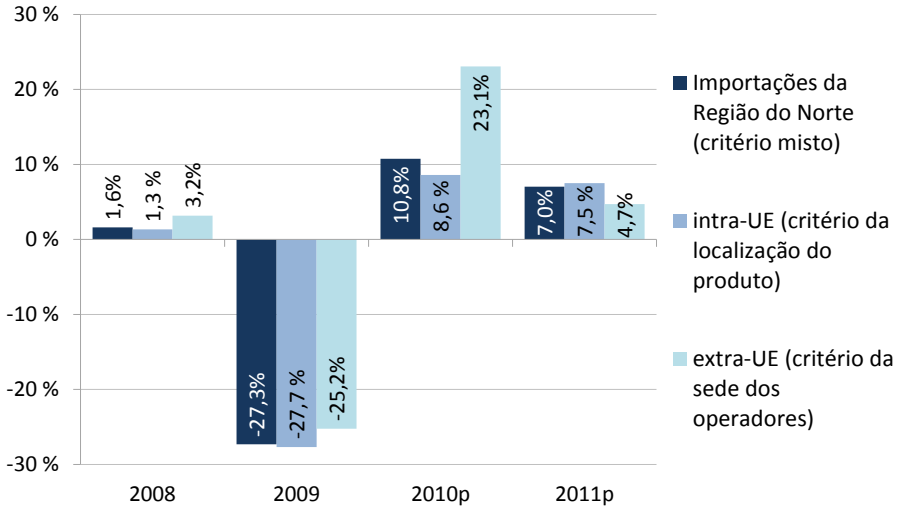
Tanto a nível nacional, como na Região do Norte, o crescimento nominal das importações foi, em 2011, claramente inferior ao crescimento nominal das exportações, permitindo assim melhorar a taxa de cobertura no comércio internacional, o que sucedeu pelo terceiro ano consecutivo.

Figura 2.4.2.3.1 - Dinâmicas comparadas de crescimento das importações, a preços correntes (variações anuais, em %)



Fonte: INE, Contas Nacionais; INE, Estatísticas do Comércio Internacional (dados definitivos até 2009 e preliminares de 2010 e 2011) e cálculos próprios

Figura 2.4.2.3.2 - Crescimento em valor das importações da Região do Norte, por mercados (variações anuais, em %)



Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (dados definitivos até 2009 e preliminares de 2010 e 2011)

Ao contrário do que sucedera em 2010, as importações da Região do Norte registaram, em 2011, um crescimento mais acentuado nas mercadorias provenientes da União Europeia (+7,5%, em valor, segundo o critério da região de origem das mercadorias), do que nas importações feitas do resto do mundo (+4,7%, pelo critério da região onde se situa a sede das empresas).

Em 2011, cerca de 83,7% das mercadorias importadas pela Região do Norte eram oriundas da União Europeia. A concentração geográfica é ainda mais acentuada do que no caso das exportações, com os três principais mercados fornecedores (Espanha, Alemanha e Itália) a assegurarem 57,6% do total. Fora da UE, a China, a Índia e o Brasil são os principais fornecedores da Região do Norte.

Quadro 2.4.2.3.1 - Mercados fornecedores da Região do Norte em 2011 (em % do total)

Espanha	35,6%
Alemanha	14,2%
Itália	7,8%
França	6,4%
Países Baixos	6,1%
Reino Unido	4,1%
China	4,1%

Bélgica	3,2%
Índia	1,6%
Suécia	1,5%
Brasil	1,1%
Outros Estados-membros da UE	4,7%
Resto do mundo	9,4%

Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (dados preliminares de 2011)

Quadro 2.4.2.3.2 - Importações da Região do Norte 2005-2011 (em % do total de cada ano)

Secção NC / Capít. NC	DESIGNAÇÃO	2005	2008	2009	2010	2011
XVI	**Máquinas e aparelhos**	**24,2%**	**25,1%**	**21,1%**	**19,5%**	**18,0%**
85	*Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios*	*15,2%*	*14,2%*	*10,6%*	*10,3%*	*10,3%*
84	*Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes*	*9,0%*	*10,9%*	*10,5%*	*9,2%*	*7,7%*
XV	**Metais comuns e suas obras**	**11,4%**	**14,3%**	**12,2%**	**12,8%**	**13,1%**
	dos quais:					
72	*Ferro fundido, ferro e aço*	*5,2%*	*6,8%*	*5,1%*	*5,2%*	*5,7%*
74	*Cobre e suas obras*	*1,1%*	*1,7%*	*1,7%*	*2,1%*	*2,1%*
73	*Obras de ferro fundido, ferro ou aço*	*2,3%*	*2,6%*	*2,4%*	*2,1%*	*2,1%*
76	*Alumínio e suas obras*	*1,6%*	*1,8%*	*1,7%*	*2,0%*	*1,8%*
XI	**Matérias têxteis e suas obras**	**12,6%**	**10,7%**	**11,6%**	**12,2%**	**11,7%**
	das quais:					
52	*Algodão*	*3,5%*	*2,7%*	*2,8%*	*3,4%*	*2,9%*
61	*Vestuário e seus acessórios, de malha*	*1,7%*	*1,6%*	*1,9%*	*1,8%*	*1,8%*
54	*Filamentos sintéticos ou artificiais*	*1,5%*	*1,3%*	*1,2%*	*1,4%*	*1,6%*
62	*Vestuário e seus acessórios, excepto de malha*	*1,7%*	*1,5%*	*1,8%*	*1,7%*	*1,6%*
55	*Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas*	*1,3%*	*1,2%*	*1,3%*	*1,4%*	*1,5%*
VII	**Plástico e borracha**	**7,1%**	**7,5%**	**7,9%**	**9,5%**	**10,1%**
39	*Plástico e suas obras*	*5,4%*	*5,7%*	*6,1%*	*7,0%*	*7,1%*
40	*Borracha e suas obras*	*1,7%*	*1,8%*	*1,9%*	*2,5%*	*2,9%*
VI	**Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas**	**5,8%**	**5,1%**	**5,9%**	**6,2%**	**7,0%**
	dos quais:					
38	*Produtos diversos das indústrias químicas*	*0,9%*	*0,9%*	*1,1%*	*1,4%*	*2,2%*
32	*Extractos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever*	*1,5%*	*1,5%*	*1,6%*	*1,6%*	*1,7%*
I	**Animais vivos e produtos do reino animal**	**5,2%**	**5,5%**	**6,5%**	**6,6%**	**6,6%**
	dos quais:					
03	*Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos*	*2,3%*	*2,3%*	*2,3%*	*2,5%*	*2,7%*
02	*Carnes e miudezas, comestíveis*	*1,6%*	*1,6%*	*2,1%*	*2,1%*	*1,9%*
04	*Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos em outros capítulos*	*0,8%*	*1,1%*	*1,3%*	*1,2%*	*1,1%*
87	**Veículos automóveis, tractores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios**	**5,8%**	**5,9%**	**5,7%**	**6,4%**	**5,5%**
27	**Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais**	**4,4%**	**3,1%**	**3,2%**	**3,2%**	**4,5%**
II	**Produtos do reino vegetal**	**2,8%**	**3,2%**	**3,7%**	**3,3%**	**3,4%**
	dos quais:					
10	*Cereais*	*1,2%*	*1,4%*	*1,9%*	*1,5%*	*1,7%*

Secção NC *Capít. NC*	DESIGNAÇÃO	2005	2008	2009	2010	2011
IV	Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados	2,8%	2,4%	3,2%	2,7%	3,2%
48	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	1,8%	2,1%	2,8%	2,8%	2,7%
94	Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras, luminosos e artigos semelhantes; construções pré-fabricadas	1,9%	2,0%	2,3%	2,1%	2,0%
41	Peles, excepto peles com pêlo, e couros	1,9%	1,7%	1,5%	1,7%	1,8%
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	2,0%	2,0%	1,9%	1,8%	1,6%
64	Calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes	1,3%	1,5%	1,6%	1,4%	1,5%
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, de medida, de controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios	1,7%	1,5%	1,5%	1,4%	1,2%
70	Vidro e suas obras	1,4%	1,1%	1,3%	1,1%	1,1%
	Outros (capítulos da Nomenclatura Combinada com menos de 1% do total em 2011)	5,9%	5,3%	6,0%	5,2%	4,9%

Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (2010 e 2011 preliminares)

Nota: A tabela acima identifica cada um dos capítulos da Nomenclatura Combinada (NC) que representavam, em 2011, pelo menos 1% do total das importações da Região do Norte. Quando dois ou mais desses capítulos pertencem à mesma secção da NC, a tabela inclui também o total da respetiva secção. Além disso, são também referidos os totais das secções II e IV da NC, devido à expressão relativa.

A tabela anterior mostra que as máquinas e aparelhos continuam a dominar a estrutura das importações da Região do Norte, embora com uma importância relativa decrescente: 18,0% do total em 2011, contra 25,1% em 2008. Sobressaem também as importações de metais comuns e suas obras (sobretudo ferro), de matérias têxteis (sobretudo não-vestuário), de plásticos e de produtos das indústrias químicas ou conexas.

Além disso, os animais vivos e produtos do reino animal, os produtos do reino vegetal e os produtos das indústrias alimentares somaram, em 2011, cerca de 13,2% das importações de mercadorias para o Norte de Portugal, traduzindo a importância da alimentação na estrutura importadora da região.

Quadro 2.4.2.3.3 - Importações da Região do Norte por Grandes Categorias Económicas (variações anuais a preços correntes, em %)

	Produtos alimentares e bebidas	Fornecimentos industriais não especificados noutra categoria	Combustíveis e lubrificantes	Máquinas, outros bens de capital (excepto material de transporte) e seus acessórios	Material de transporte e acessórios	Bens de consumo não especificados noutra categoria	TOTAL
2008	6,0%	1,9%	-1,8%	1,0%	-2,7%	1,7%	**1,6%**
2009	-14,7%	-27,6%	-26,0%	-39,5%	-22,1%	-15,1%	**-27,3%**
2010	6,1%	18,7%	8,8%	-0,2%	12,8%	6,2%	**10,8%**
2011	11,7%	11,8%	54,9%	-0,3%	-9,8%	-3,9%	**7,0%**

Porventura ainda mais significativa, é a evolução das importações de mercadorias para a Região do Norte, segundo a Classificação por Grandes Categorias Económicas.

Com exceção dos produtos alimentares e dos combustíveis (categorias cuja evolução nominal tende a ser muito condicionada pelo preço), apenas as importações de *inputs* destinados à indústria observaram, em 2011, uma variação nominal positiva. Trata-se de uma categoria de importações que alimenta a atividade corrente da indústria transformadora da Região do Norte, a qual, por seu turno, em 2011, foi estimulada sobretudo pelas exportações. No restante, observaram-se, em 2011, quedas no valor das importações para a Região do Norte de bens de capital (pelo terceiro ano consecutivo), de material de transporte e de bens de consumo não especificados noutra categoria – variações negativas que são o reflexo, no plano do comércio internacional, da quebra da procura interna, nomeadamente do investimento e do consumo, sobretudo de bens duradouros.

Quadro 2.4.2.3.4 - Importações da Região do Norte por Grandes Categorias Económicas

	Produtos alimentares e bebidas	Fornecimentos industriais não especificados noutra categoria	Combustíveis e lubrificantes	Máquinas, outros bens de capital (excepto material de transporte) e seus acessórios	Material de transporte e acessórios	Bens de consumo não especificados noutra categoria	TOTAL
2008	10,5%	42,8%	2,9%	25,1%	7,2%	11,5%	**100,0%**
2009	12,3%	42,7%	2,9%	20,9%	7,7%	13,4%	**100,0%**
2010	11,8%	45,8%	2,9%	18,8%	7,9%	12,9%	**100,0%**
2011	12,3%	47,8%	4,2%	17,5%	6,6%	11,6%	**100,0%**

Fonte: Cálculos próprios, sobre INE, Estatísticas do Comércio Internacional (2010 e 2011 preliminares)

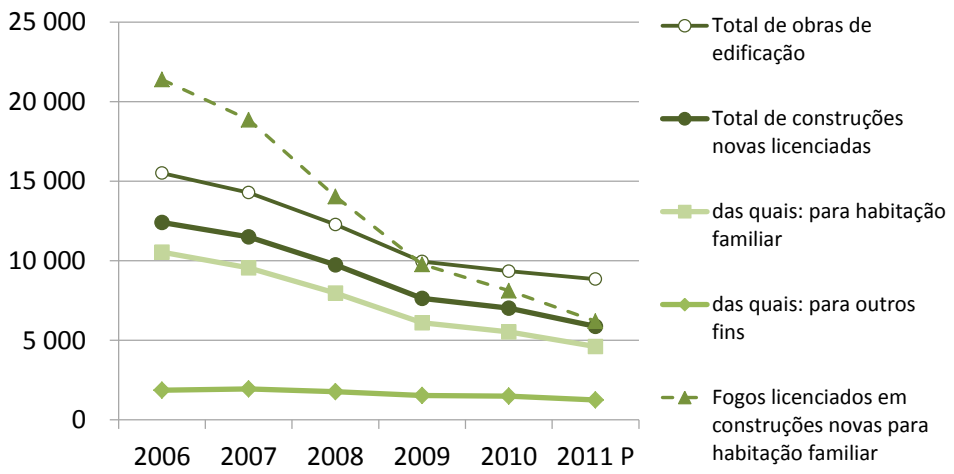
2.4.3. Construção e Habitação

No sector da construção civil, o ano de 2011 veio prolongar – tanto a nível nacional, como na Região do Norte – um ciclo já longo de contínuo abrandamento da actividade, avaliada pelo número de obras licenciadas. No entanto, o reforço do mercado das reconstruções deverá ter permitido compensar parcialmente a forte tendência negativa que afeta as construções novas. O número total de obras licenciadas conheceu, por isso, uma queda menos acentuada em 2011 do que nos anos anteriores.

De acordo com dados preliminares, o número de construções licenciadas na Região do Norte terá, em 2011, diminuído cerca de 5,3% face ao ano anterior (compara com uma queda de 6,1% em 2010). Contudo, o número de construções novas licenciadas observou uma queda bastante mais acentuada, com uma variação de -16,3% em 2011 (duplicando a variação de -8,1% apurada em 2010). A proporção de reconstruções licenciadas por cada 100 construções novas não é ainda conhecida para 2011, mas vinha apresentando uma tendência crescente nos anos anteriores. É pois de supor que essa proporção tenha continuado a crescer em 2011, explicando assim as diferentes dinâmicas observadas para o total de obras e para o segmento das construções novas.

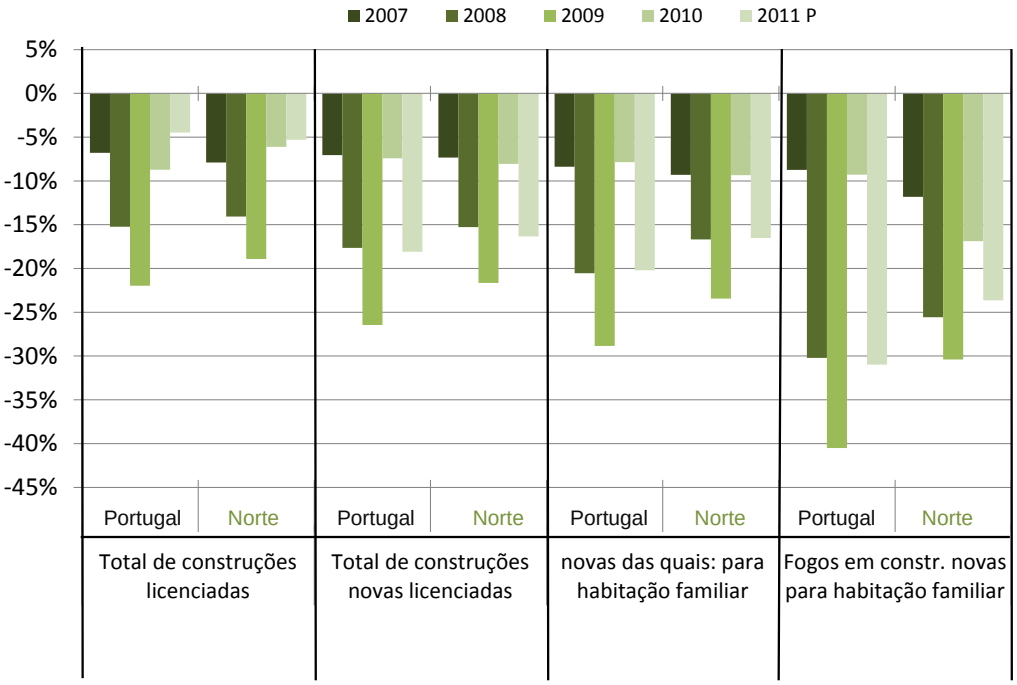
No licenciamento de construções novas para habitação, a variação relativa observada em 2011 foi muito semelhante à do total de construções novas, tendo alcançado -16,5%. No entanto, o número de fogos previstos nas construções novas para habitação registou uma variação mais acentuada: -23,6%. O número médio de fogos por cada construção nova licenciada para habitação continua a diminuir na Região do Norte: em 2006 era de 2 fogos por construção; em 2011 não ultrapassava os 1,3 fogos por construção.

Figura 2.4.3.1 - Construções novas licenciadas na Região do Norte



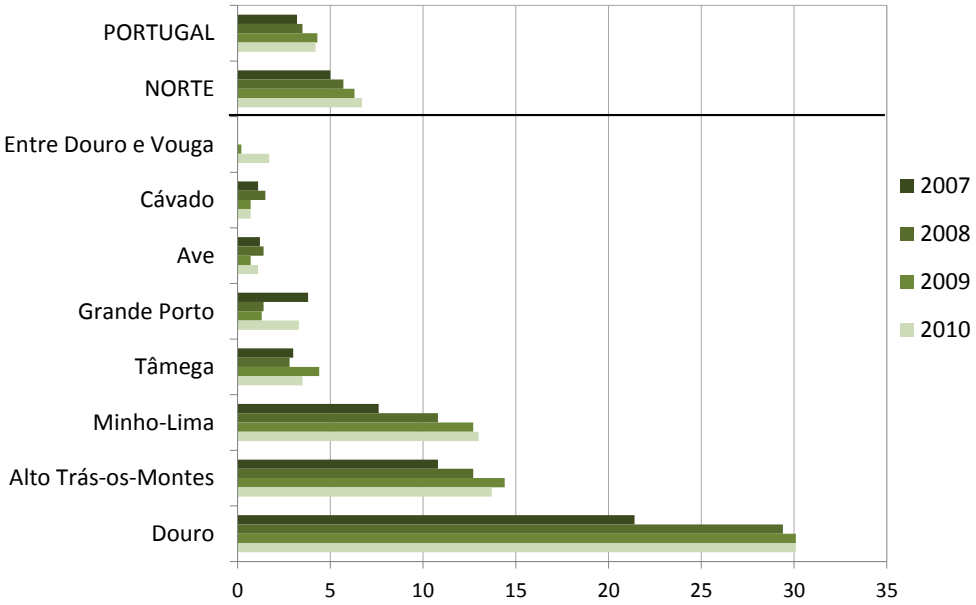
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e Demolição de Edifícios (valores preliminares para 2011)

Figura 2.4.3.2 - Taxas de variação anual no licenciamento de construções



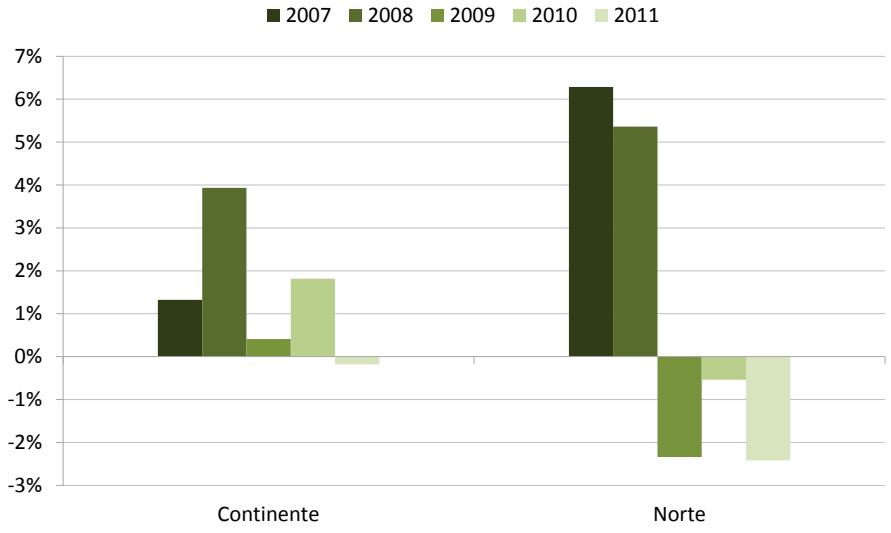
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e Demolição de Edifícios (valores preliminares para 2011)

Figura 2.4.3.3 - Reconstruções licenciadas por cada 100 construções novas licenciadas



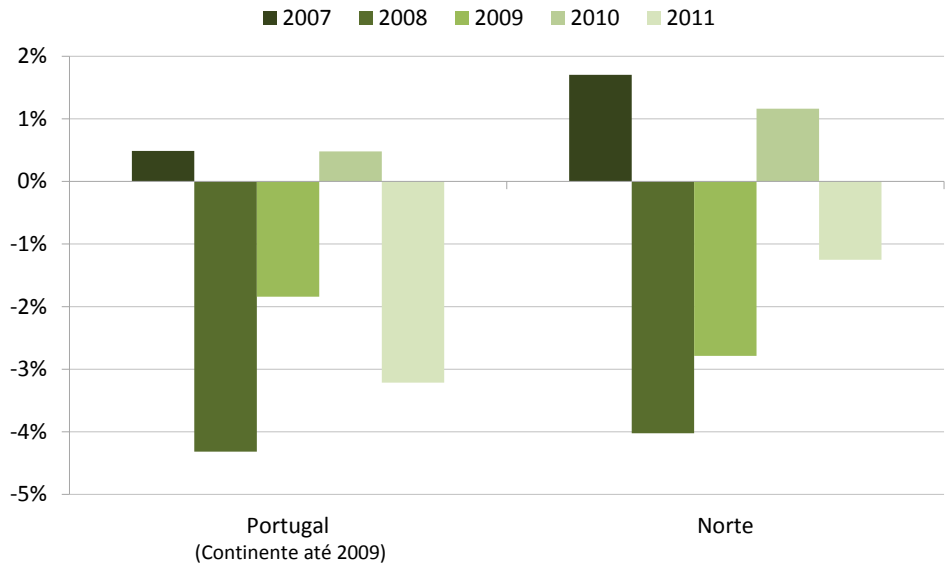
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e Demolição de Edifícios

Figura 2.4.3.4 - Índice “Confidencial Imobiliário”: preços da habitação (variações anuais, em %)



Fonte: Confidencial Imobiliário, Índice “Confidencial Imobiliário”

Figura 2.4.3.5 - Avaliação bancária da habitação (variações anuais, em % dos valores médios por m2)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação

De acordo com o índice “Confidencial Imobiliário”, os preços da habitação na Região do Norte registaram, em média, uma variação de -2,4% em 2011. Trata-se do terceiro ano consecutivo com tendência negativa deste indicador para a Região do Norte. Para o território

do Continente (NUTS I), o índice Confidencial Imobiliário (que se baseia em preços de transações efetuadas) apresentou também uma variação negativa em 2011, mas menos acentuada (apenas -0,2%) e em contraste com variações positivas nos anos anteriores.

Em 2011, os valores médios por m^2 na avaliação bancária de habitação voltaram a diminuir, tal como em 2008 e 2009 e depois de terem conhecido uma subida em 2010, quer a nível nacional, quer na Região do Norte. Na Região do Norte, a variação registada em 2011 foi de -1,3%, enquanto a nível nacional se observou um recuo de 3,2%. Estes resultados sugerem que, após um período de menos restrições ao crédito à habitação em 2010, a banca terá, em 2011, voltado a ajustar a sua estratégia face ao risco no mercado de crédito à habitação, adotando um comportamento mais prudente traduzido por maiores restrições no crédito às famílias, inclusive no segmento habitação.

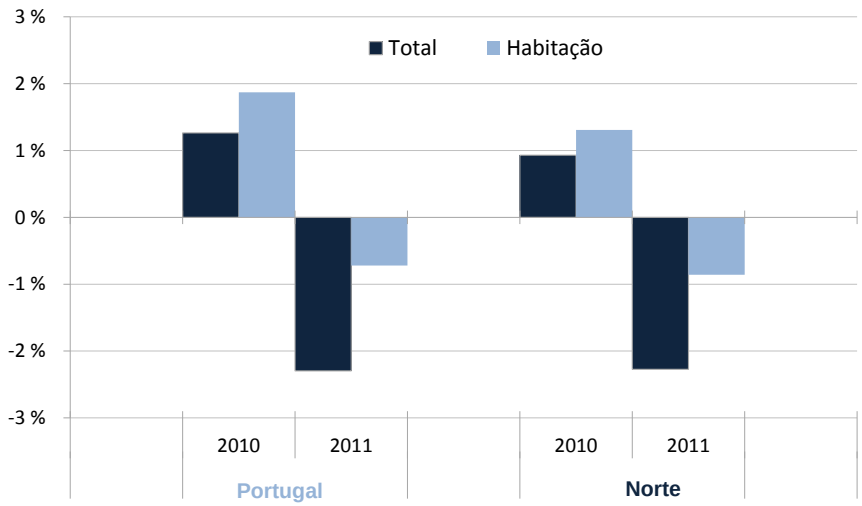
2.4.4 Endividamento das famílias

A informação disponibilizada pelo Banco de Portugal referente ao crédito às famílias em 2011 confirma a existência de uma política restritiva na concessão de crédito por parte do sistema financeiro, bem como níveis crescentes de incumprimento por parte das famílias, inclusive no segmento do crédito à habitação.

Em 2011, o crédito às famílias da Região do Norte (saldo no final do ano) apresentava uma variação negativa de -2,3%, contrastando com o aumento de 0,9% observado no final de 2010. No segmento do crédito à habitação, a queda observada na Região do Norte foi menos acentuada (-0,9%), contrastando também com a expansão que tinha ocorrido em 2010 (+1,3%). No confronto com as tendências observadas a nível nacional, resulta que, em 2011, a redução percentual no crédito total às famílias foi idêntica a nível regional e nacional, mas no crédito à habitação a redução foi um pouco mais acentuada na Região do Norte (-0,9% contra -0,7%).

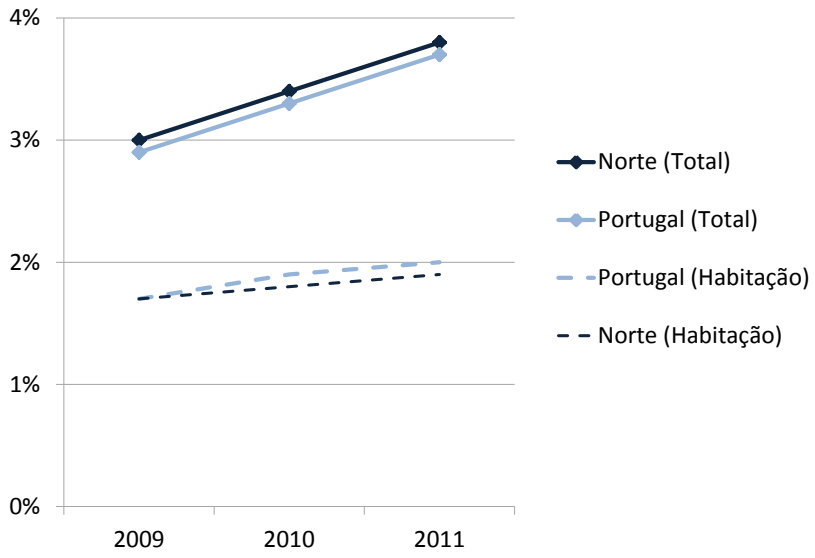
Os níveis de incumprimento por parte das famílias (crédito vencido em % do crédito concedido, em final de período) voltaram a aumentar em 2011, tanto na Região Norte (de 3,4% para 3,8%), como a nível nacional (de 3,3% para 3,7%). No segmento do crédito à habitação, os níveis de incumprimento são inferiores, mas registaram também um novo agravamento em 2011 (de 1,8% para 1,9%, no caso da Região do Norte).

Figura 2.4.4.1 - Empréstimos concedidos às famílias (saldos em fim de período) (taxas de variação anual)



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

Figura 2.4.4.2 - Rácios de crédito vencido das famílias (crédito vencido/crédito concedido; situação em fim de período)



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

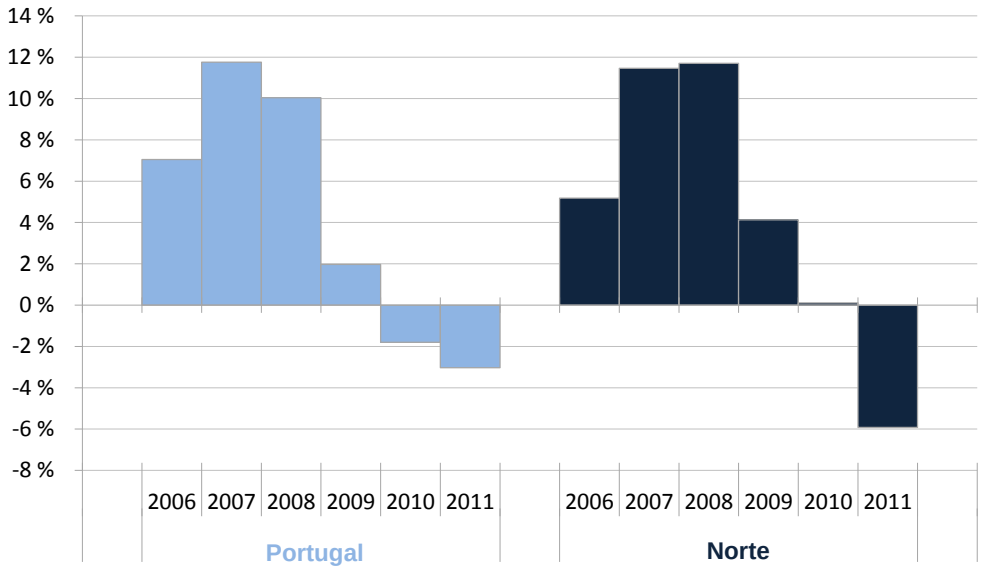
2.4.5 Endividamento das empresas

Com os níveis de incumprimento das empresas a subir, em 2011, os bancos e outras instituições financeiras restringiram fortemente o acesso ao crédito, e a dívida das empresas perante o sector financeiro diminuiu. Em 2011, as empresas não tiveram, em média, capacidade de se financiarem junto do sistema financeiro. Ao mesmo tempo, aumentaram os níveis de incumprimento, referentes a créditos vencidos mas não liquidados por parte das empresas, junto do sistema financeiro.

O crédito às sociedades não financeiras (saldos em final de período) apresentou, a nível nacional, diminuições em 2010 (-1,8%) e em 2011 (-3,0%). O valor do crédito às empresas com sede na Região do Norte (saldos em final de período) praticamente estabilizou em 2010 (+0,1%), mas sofreu uma queda particularmente acentuada em 2011 (-5,9%). No final de 2011, as sociedades com sede na Região do Norte deviam 30,3 mil milhões de euros ao sistema financeiro, referentes aos empréstimos que em algum momento lhes tinham sido concedidos (compara com 32,2 mil milhões no final de 2010).

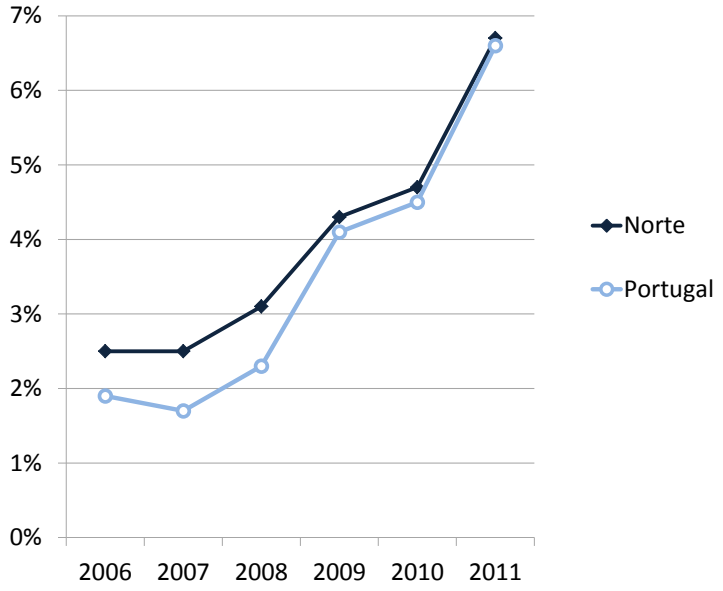
Em simultâneo, acelerou o crescimento dos rácios de crédito vencido, que traduzem o incumprimento das empresas perante o sistema financeiro. No final de 2011, o crédito às empresas vencido e não liquidado representava já 6,7% do total para as empresas da Região do Norte e 6,6% a nível nacional. No final de 2010, estes rácios eram de 4,7% para o Norte e de 4,5% para o país.

Figura 2.4.5.1 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras (saldos em fim de período) (taxas de variação anual)



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

Figura 2.4.5.2 Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras (crédito vencido/crédito concedido; situação em fim de período)



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

2.4.6 Atividade turística

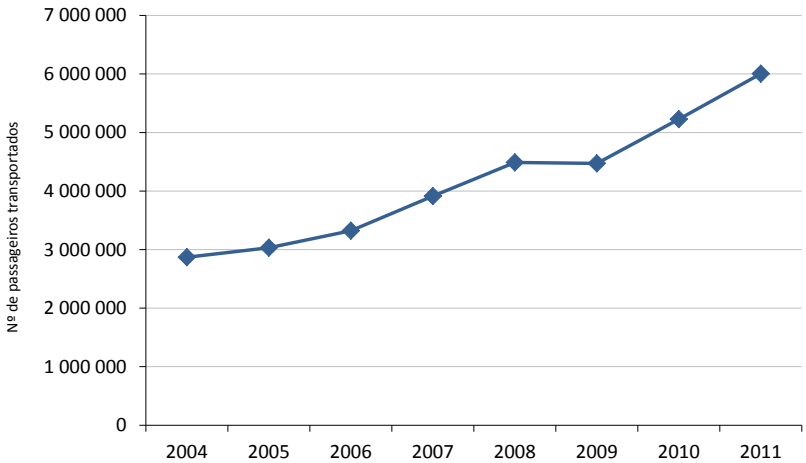
Em 2011, no Aeroporto Francisco Sá Carneiro continuou a crescer o respetivo movimento de passageiros, ultrapassando pela primeira vez a marca de 6 milhões de passageiros e ficando próximo de 6005 milhares de passageiros movimentados (mais 14,9% do que no ano anterior, depois de em 2010 já ter crescido 16,9%). Desta forma, o Aeroporto Sá Carneiro continuou a alimentar o fluxo de turistas para a Região do Norte e, por essa razão, a impulsionar a atividade turística nesta região NUTS II.

Os estabelecimentos hoteleiros do Norte de Portugal registaram, em 2011, um crescimento de 4,4% (segundo dados provisórios) do número de hóspedes, o que representa uma aceleração da tendência face aos três anos anteriores. O número de dormidas cresceu também, mas de forma mais moderada (+3,2%) e em desaceleração face ao ano anterior, confirmando assim a incapacidade de fazer crescer a estada média. Na verdade, embora o número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros da Região do Norte tenha vindo a aumentar sempre nos últimos oito anos, ele não tem sido acompanhado de uma evolução positiva do tempo médio de permanência de cada hóspede. A estada média manteve-se

inalterada em 1,8 dias até 2008 e, nos três anos mais recentes, desceu até ligeiramente para 1,7 dias.

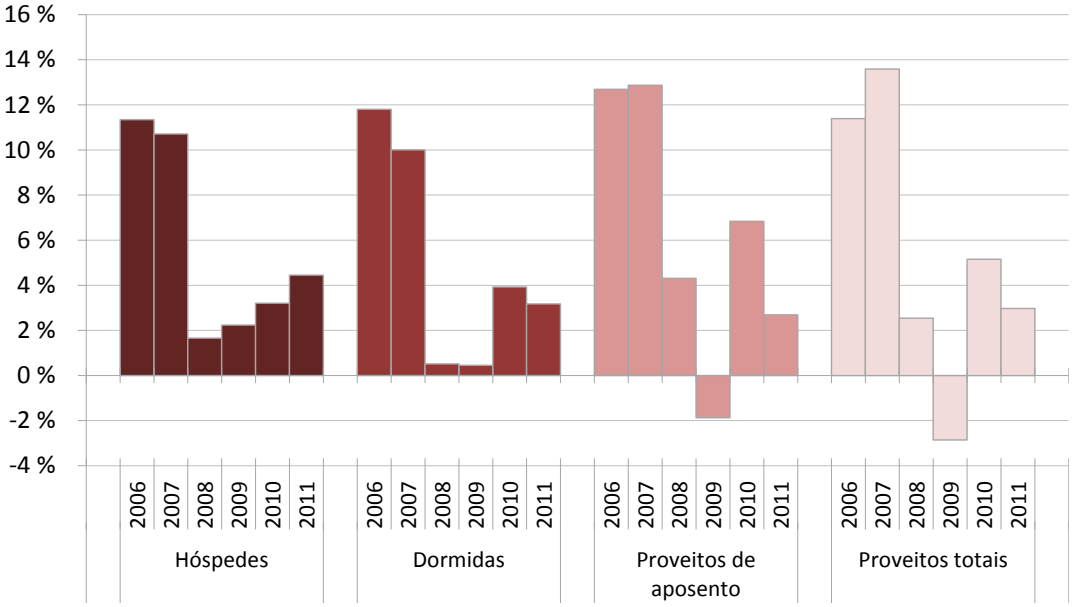
Por sua vez, os proveitos dos estabelecimentos hoteleiros da Região do Norte registaram, em 2011, crescimentos inferiores aos das dormidas (+3,0% nos proveitos totais e +2,7% nos proveitos de aposento, ficando, em ambos os casos, abaixo do crescimento apurado em 2010).

Figura 2.4.6.1 - Número de passageiros transportados no Aeroporto Sá Carneiro



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e ANA, Aeroportos

Figura 2.4.6.2 - Atividade hoteleira na Região do Norte (variações anuais, em %)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

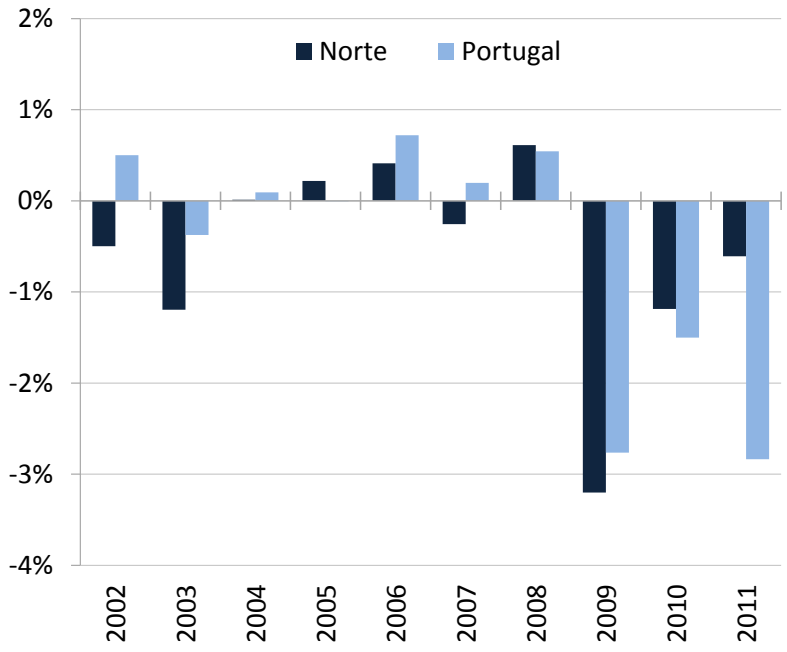
2.4.7 Emprego

Em 2011, tal como nos dois anos anteriores, ocorreu, em termos líquidos, um processo de destruição de emprego, quer na Região do Norte, quer a nível nacional.

A população empregada residente na Região do Norte cifrou-se, em 2011, em cerca de 1.722 milhares de pessoas (em média anual). Este valor significa, aproximadamente, menos 11 mil indivíduos empregados do que em 2010 e menos 89 mil do que em 2008.

Em termos relativos, a variação do número de empregados residentes na Região do Norte foi de -0,6% em 2011, sendo esta a perda menos acentuada dos últimos três anos, ficando distante da variação de -2,8% observada a nível nacional.

Figura 2.4.7.1 - Taxas de crescimento da população empregada (sobre valores médios anuais)



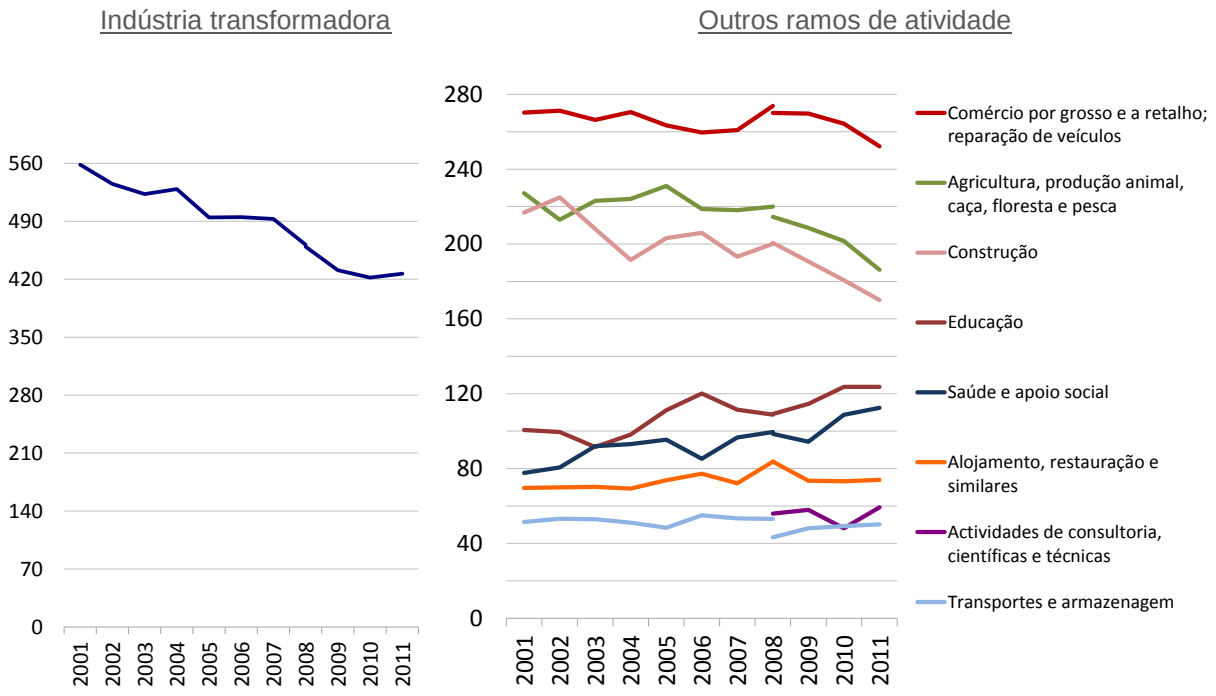
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

Por ramos de atividade, as indústrias transformadoras continuam a ser o principal sector empregador da Região do Norte e lograram, em 2011, inverter a tendência negativa que vinha caracterizando o emprego neste sector. Em 2011, eram, em média anual, cerca de 427 mil as pessoas residentes no Norte e empregadas em alguma indústria transformadora (mais 5 mil do que em 2010, representando +1,1%).

O sector que em 2011, na Região do Norte, registou a maior quebra no emprego em termos absolutos, foi o sector primário, com menos 15 mil indivíduos empregados do que em 2010 (variação relativa de -7,7%). De seguida, surgem o comércio (-12 mil empregados, equivalentes a uma perda de 4,6%) e a construção (-11 mil empregados, uma quebra de 5,8%).

Além das indústrias transformadoras, destacam-se também, com ganhos líquidos de emprego na Região do Norte na média de 2011, as atividades de consultoria, científicas e técnicas (+11 mil empregados, que traduzem um ganho de 23,2%).

Figura 2.4.7.2 - População empregada por ramos de atividade na Região do Norte (valores médios anuais, em milhares de indivíduos)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

Nota: No gráfico acima, está representado o emprego de residentes na Região do Norte por ramos de atividade segundo as secções da CAE Rev.2.1 até 2008 (inclusive) e segundo as secções da CAE Rev.3 desde 2008 (inclusive). Na legenda, são usadas apenas as designações da CAE Rev.3. O conteúdo das secções de uma e outra versão da CAE não é absolutamente coincidente, razão pela qual algumas das séries representadas apresentam uma evidente descontinuidade no ano de 2008. O exemplo mais flagrante é o dos "Transportes e armazenagem" (CAE Rev.3), que claramente se distingue dos "Transportes, armazenagem e comunicações" (CAE Rev.2.1).

Impacto da quebra de série do Inquérito ao Emprego na Região do Norte

No presente relatório, a informação referente ao emprego e a maior parte da informação referente ao desemprego na Região do Norte (apenas com a exceção do Desemprego Registado, da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional, IEFP), tem por fonte o Inquérito ao Emprego (IE), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em 2011, este inquérito inaugurou uma nova metodologia, cuja principal novidade consistiu na alteração do modo de recolha da informação, com a adoção do modo telefónico. O INE esclareceu, então, estarmos perante uma quebra de série e alertou que os resultados não permitiam "uma comparação direta com os dados anteriores".

Entretanto, o INE incluiu, na edição referente ao 1º trimestre da publicação Estatísticas do Emprego, um artigo no qual se quantificam os efeitos estimados da quebra de série sobre as principais variáveis do IE, com ventilação regional. Para a Região do Norte, os impactos estimados são muito reduzidos. O impacto sobre a estimativa de taxa de desemprego, em particular, terá sido de menos uma décima de ponto percentual. Nas restantes regiões, o impacto sobre a estimativa da taxa de desemprego no 1º trimestre de 2011 foi sempre mais expressivo e de sinal contrário. A nível nacional, o INE estimou então em 1 ponto percentual o acréscimo na taxa de desemprego motivado pela quebra de série.

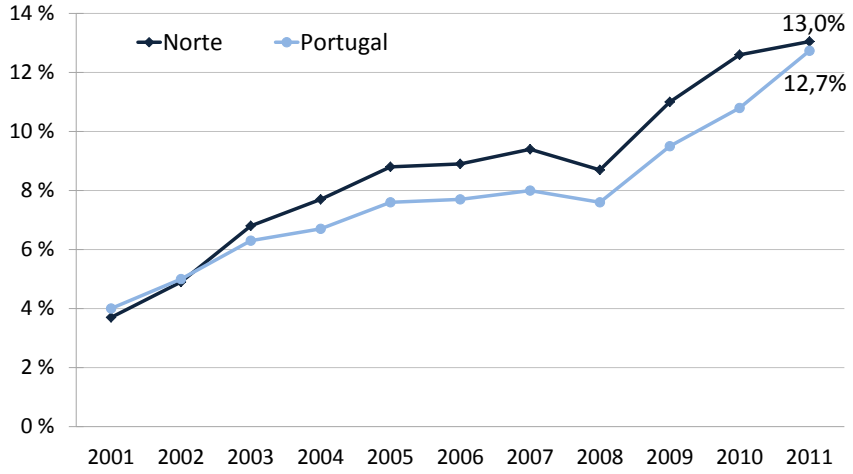
O impacto da quebra de série do IE terá pois sido reduzido no que se refere à Região do Norte. Apesar de tudo, importa sempre ressalvar que o confronto com resultados de anos anteriores pode vir influenciado pela quebra de série, em particular para estimativas mais desagregadas (por exemplo, do emprego por ramos de atividade). Por esse motivo, aliás, a lista de ramos de atividade para os quais se analisou a variação anual do emprego regional não é exaustiva.

2.4.8 Desemprego

O aumento da taxa de desemprego na Região do Norte, em 2011, foi particularmente acentuado entre os jovens e os indivíduos com habilitação escolar ao nível do ensino secundário.

Ao contrário do que sucedera nos dois anos anteriores, o agravamento da taxa de desemprego na Região do Norte foi mais moderado do que a nível nacional. Em 2011, a taxa de desemprego do Norte cifrou-se em 13,0% (valor médio anual, que compara com 12,6% no ano anterior). No todo nacional, o desemprego atingiu 12,7% em 2011 (contra 10,8% em 2010).

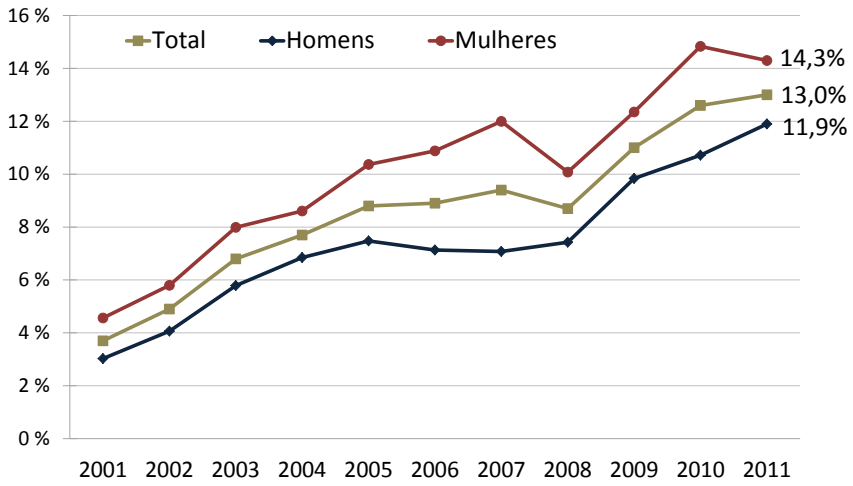
Figura 2.4.8.1 - Taxas de Desemprego: Portugal e Região do Norte (valores médios anuais)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

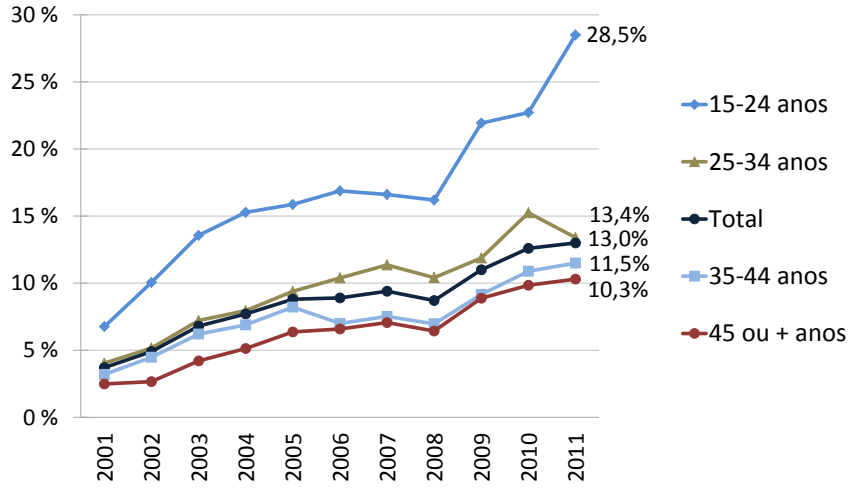
Na Região do Norte, a diferença entre os níveis médios anuais de desemprego masculino e feminino reduziu-se em 2011, com a taxa de desemprego feminina a cair meio ponto percentual para 14,3% e a taxa masculina a subir de 10,7% para 11,9%. Entre os jovens dos 15 aos 24 anos, a taxa de desemprego subiu acentuadamente, de 22,7% em 2010 para 28,5% em 2011 (em média anual). Por níveis de instrução, é entre os indivíduos com habilitação ao nível do ensino secundário que, na Região do Norte, se regista a mais elevada taxa de desemprego (16,2%, em 2011).

Figura 2.4.8.2 - Taxas de Desemprego na Região Norte, por género (valores médios anuais)



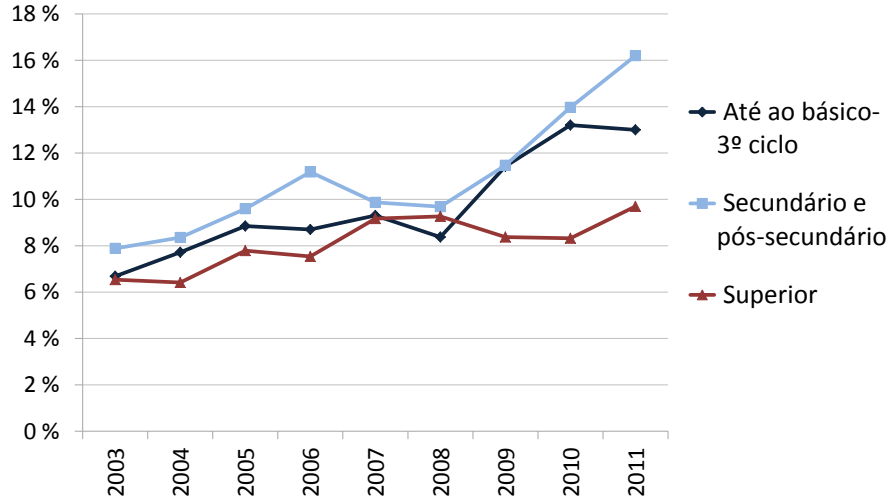
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

Figura 2.4.8.3 -Taxas de Desemprego na Região Norte, por grupo etário (valores médios anuais)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

Figura 2.4.8.4 - Taxas de Desemprego na Região Norte, por níveis de instrução (valores médios anuais)

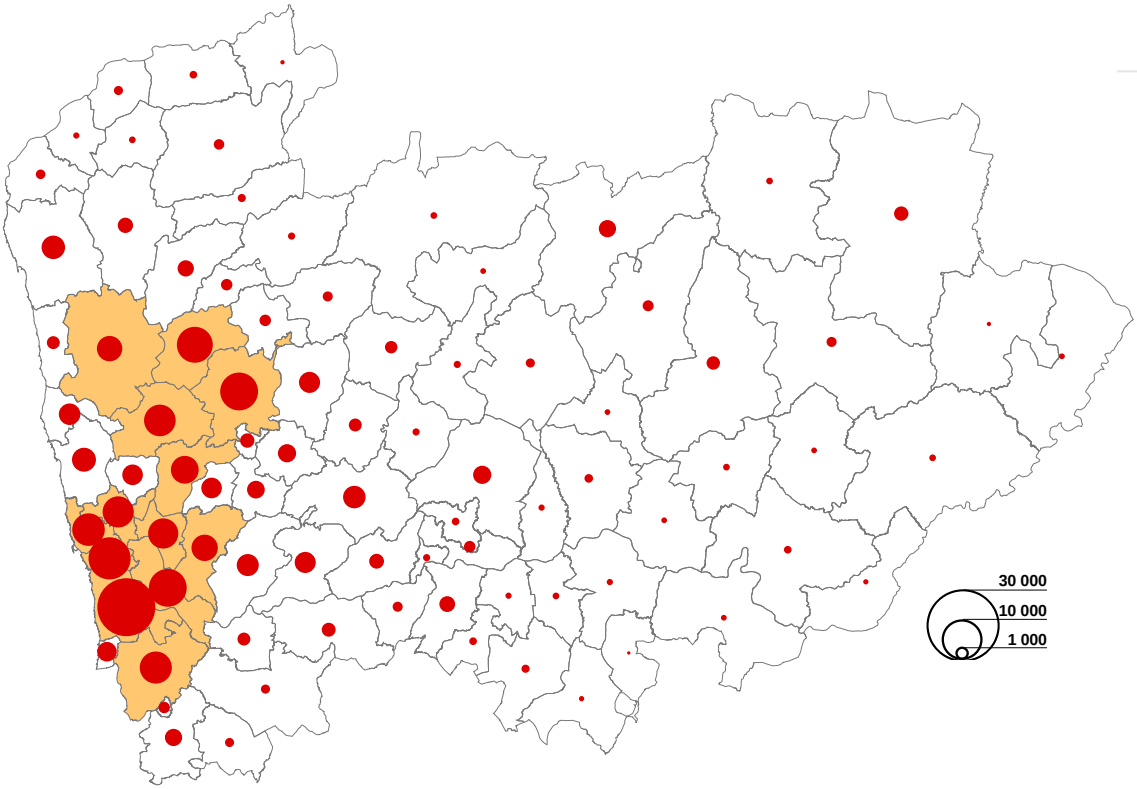


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Emprego

O padrão territorial do desemprego pode ser avaliado, à escala local, com recurso aos dados do Desemprego Registado por concelho, os quais contabilizam (mensalmente) o número de inscritos nos Centros de Emprego do IEFP, neste caso apurados por concelho de residência.

São esses dados que se analisam de seguida, com base em valores médios anuais (média dos valores em fim de mês).

Figura 2.4.8.5 Média Anual de 2011 do Desemprego Registado (Nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego, por concelho de residência)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Desemprego Registado por concelhos

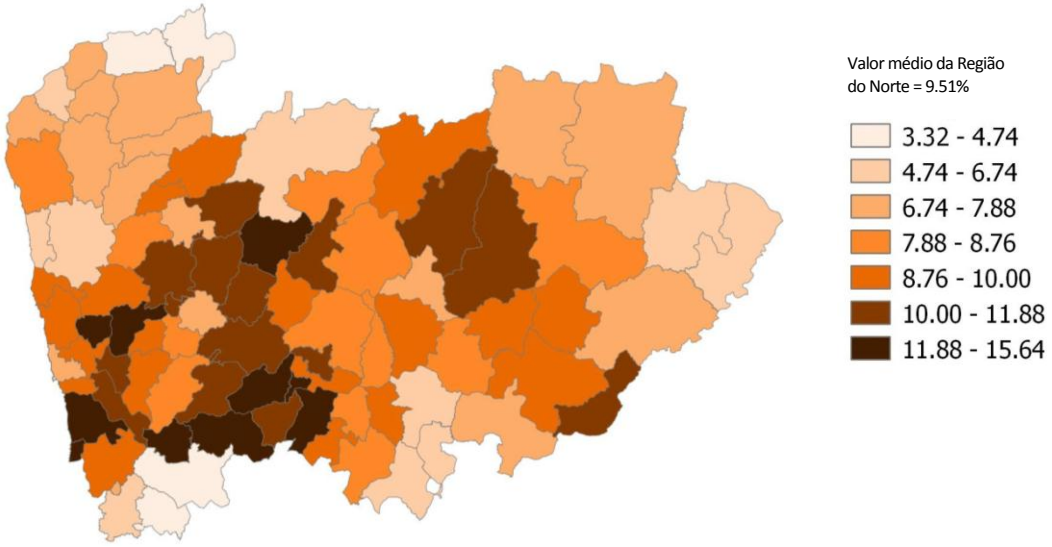
O mapa (cartograma) anterior representa o desemprego registado por concelho, em valor absoluto (número de desempregados). Nota-se um padrão territorial que, *grosso modo*, segue a regra geral da distribuição populacional, com concentração sobretudo numa coroa centrada no Porto e com extensão ao sistema urbano difuso formado por Braga-Guimarães-Vila Nova de Famalicão. Neste mapa, o fundo sombreado identifica mais claramente os concelhos com mais de 5 mil desempregados na média anual de 2011 – os quais se verifica serem os mesmos que em 2010, com a única exceção de Vila do Conde, que deixou de integrar essa lista.

Não é possível o cálculo de taxas de desemprego por concelho, por inexistência de informação corrente sobre a população ativa concelhia. Mas é possível apresentar a informação do desemprego registado numa unidade de medida relativa, que tenha em conta a dimensão populacional de cada concelho, concretamente, a dimensão populacional no

grupo etário mais frequentemente associado à idade ativa (dos 15 aos 64 anos). Ao resultado desse exercício de cálculo chamamos “indicador local de desemprego registado”.

O cartograma seguinte mostra a distribuição territorial desse indicador. É importante, porém, frisar – sempre e uma vez mais – que não se trata de uma taxa de desemprego e, portanto, não deve ser interpretado nem designado como se de uma taxa de desemprego se tratasse, nem devem os seus valores ser equiparados ou comparados aos de qualquer taxa de desemprego. Aliás, o valor médio para a Região do Norte deste indicador local de desemprego registado foi, em 2011, de 9,51% – resultado completamente distinto da taxa de desemprego que, no mesmo ano e para a mesma região foi, como já referimos, de 13,0%. Fica assim por demais evidente que se trata de dois indicadores distintos, insuscetíveis de serem confundidos.

Figura 2.4.8.6 - Indicador Local de Desemprego Registado de 2011



Fonte: Cálculos próprios, com base em: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Desemprego Registado por concelhos e INE, Censos 2011

No grupo de concelhos da Região do Norte que, em 2011, registaram valores mais elevados para o indicador local de desemprego registado (cor mais escura no mapa), encontramos, por ordem decrescente, os seguintes: Espinho (com 15,6%), Mesão Frio (14,9%), Vila Nova de Gaia (13,7%), Santo Tirso (13,5%), Baião (13,4%), Trofa (12,9%), Castelo de Paiva (12,5%), Cabeceiras de Basto (12,4%), Cinfães (12,3%) e Lamego (12,0%).

No polo oposto, Melgaço (3,3%), Monção (4,3%), Arouca (4,4%) e Vale de Cambra (4,5%) foram, em 2011, os concelhos da Região do Norte com menor nível de indicador local de desemprego registado.

Nas páginas seguintes encontra-se justificado o cálculo do indicador local de desemprego registado para cada um dos concelhos da Região do Norte, em 2011, por ordem decrescente do valor do indicador.

Quadro 2.4.7 - Indicador Local de Desemprego Registado de 2011

Região Norte, por Município	Desemprego Registado (média anual 2011; IEFP)	População residente dos 15 aos 64 anos (Censos 2011)	Indicador Local de Desemprego Registado
Região NORTE	**237 488**	**2 497 554**	**9,51 %**
Espinho	3 309	21 158	15,64 %
Mesão Frio	435	2 915	14,92 %
Vila Nova de Gaia	28 491	208 699	13,65 %
Santo Tirso	6 662	49 235	13,53 %
Baião	1 824	13 569	13,44 %
Trofa	3 556	27 670	12,85 %
Castelo de Paiva	1 426	11 417	12,49 %
Cabeceiras de Basto	1 332	10 762	12,38 %
Cinfães	1 621	13 165	12,31 %
Lamego	2 101	17 543	11,98 %
Freixo de Espada à Cinta	241	2 034	11,85 %
Valongo	7 708	65 737	11,73 %
Resende	811	7 214	11,24 %
Amarante	4 275	38 078	11,23 %
Fafe	3 773	34 364	10,98 %
Guimarães	12 223	111 761	10,94 %
Celorico de Basto	1 398	13 202	10,59 %
Vieira do Minho	865	8 241	10,50 %
Gondomar	12 252	116 888	10,48 %
Marco de Canaveses	3 833	36 787	10,42 %
Ribeira de Pena	412	3 968	10,38 %
Mirandela	1 523	14 902	10,22 %
Valpaços	995	9 769	10,19 %
Vizela	1 731	17 019	10,17 %
Santa Marta de Penaguião	466	4 625	10,08 %
Porto	15 199	153 700	9,89 %
Chaves	2 566	26 072	9,84 %
Paredes	5 955	60 883	9,78 %
Peso da Régua	1 110	11 431	9,71 %
Torre de Moncorvo	472	4 871	9,69 %
Tarouca	500	5 205	9,61 %
Terras de Bouro	423	4 517	9,36 %
Tabuaço	377	4 033	9,35 %
Alfândega da Fé	274	2 947	9,30 %
Mondim de Basto	438	4 754	9,21 %
Paços de Ferreira	3 635	39 704	9,16 %
Vila Nova de Famalicão	8 558	93 695	9,13 %
Santa Maria da Feira	8 777	96 499	9,10 %
Póvoa de Varzim	3 941	43 427	9,07 %
Vila do Conde	4 943	54 809	9,02 %
Alijó	648	7 229	8,96 %
Vila Flor	359	4 038	8,89 %
Amares	1 119	12 638	8,85 %
Maia	8 335	94 303	8,84 %

Região Norte, por Município	Desemprego Registado (média anual 2011; IEFP)	População residente dos 15 aos 64 anos (Censos 2011)	Indicador Local de Desemprego Registado
Região NORTE	**237 488**	**2 497 554**	**9,51 %**
Vila Pouca de Aguiar	716	8 177	8,76 %
Macedo de Cavaleiros	818	9 478	8,63 %
Braga	10 959	127 787	8,58 %
Boticas	286	3 338	8,57 %
Sabrosa	331	3 873	8,55 %
Moimenta da Beira	536	6 329	8,47 %
Armamar	327	3 865	8,46 %
Penafiel	4 112	50 244	8,18 %
Lousada	2 706	33 303	8,13 %
Viana do Castelo	4 747	58 823	8,07 %
Vila Real	2 789	34 752	8,03 %
Carrazeda de Ansiães	294	3 680	7,99 %
Ponte da Barca	582	7 480	7,78 %
Murça	281	3 613	7,78 %
Bragança	1 715	22 732	7,54 %
Póvoa de Lanhoso	1 091	14 482	7,53 %
Matosinhos	9 145	121 892	7,50 %
Vinhais	370	4 944	7,48 %
Valença	658	9 048	7,27 %
Vila Verde	2 268	31 565	7,19 %
São João da Madeira	1 070	14 990	7,14 %
Paredes de Coura	399	5 590	7,14 %
Ponte de Lima	1 969	28 112	7,00 %
Felgueiras	2 848	40 698	7,00 %
Caminha	730	10 682	6,83 %
Arcos de Valdevez	901	13 192	6,83 %
Vila Nova de Foz Côa	288	4 240	6,79 %
Mogadouro	377	5 559	6,78 %
Vimioso	165	2 452	6,73 %
Barcelos	5 557	83 768	6,63 %
Sernancelhe	219	3 429	6,39 %
Miranda do Douro	273	4 314	6,33 %
Montalegre	377	6 046	6,24 %
Esposende	1 439	23 530	6,12 %
São João da Pesqueira	297	4 991	5,95 %
Vila Nova de Cerveira	322	5 837	5,52 %
Penedono	95	1 744	5,45 %
Oliveira de Azeméis	2 544	46 826	5,43 %
Vale de Cambra	673	15 095	4,46 %
Arouca	659	14 855	4,44 %
Monção	502	11 718	4,28 %
Melgaço	166	5 004	3,32 %

Fonte: Cálculos próprios, com base em: IEFP, Desemprego Registado por concelhos e INE, Censos 2011

2.4.9 As condições de contexto na Região do Norte e sua relação com a execução do ON.2 – O Novo Norte": breve nota conclusiva e prospetiva

O ano de 2011 ficou marcado pelo regresso da recessão económica e pela entrada em vigor do programa de assistência financeira a Portugal, nos termos do Memorando de Entendimento assinado entre a República Portuguesa e a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. Um conjunto de medidas que foi adotado ao abrigo do referido programa de assistência financeira, essencialmente com o propósito de corrigir desequilíbrios ao nível das finanças públicas e, globalmente, do endividamento externo, teve também como consequência uma forte contração da procura interna, nomeadamente nas componentes do investimento e do consumo privado. Este cenário teve, inevitavelmente, reflexos no desemprego, que aumentou em 2011. Na Região do Norte, o sector primário, o comércio e a construção foram os ramos de atividade que sofreram, em 2011, a maior destruição líquida de emprego.

Em todo o caso, o agravamento do desemprego em 2011 foi menos sentido no Norte do que em outras regiões portuguesas. Esta situação poderá relacionar-se, em parte, com o facto de a Região do Norte apresentar uma menor dependência face ao emprego público do que se verifica noutras regiões; mas por certo que ela é também explicada pelo bom desempenho das exportações de mercadorias (pelo segundo ano consecutivo) e pelo facto de o Norte continuar a ser, em termos regionais, a principal plataforma exportadora portuguesa, apesar de ver essa liderança cada vez mais erodida. O crescimento das exportações permitiu mesmo que ocorresse um pequeno crescimento no emprego das indústrias transformadoras da Região do Norte, algo que já não ocorria desde 2004. Sem o contributo do sector transformador, estimulado pelas exportações, a destruição líquida de emprego na Região do Norte, em 2011, não teria sido de aproximadamente -11 mil empregos, mas sim de cerca de -15 mil empregos.

O turismo na Região do Norte teve, em 2011, um ano marcado pela continuação de um ritmo elevado de crescimento do movimento de passageiros no Aeroporto Sá Carneiro e, também. por uma certa aceleração do crescimento do número de hóspedes na hotelaria. No entanto, o sector não foi capaz de fazer crescer os seus proveitos totais, nem os de aposento, ao mesmo ritmo que as dormidas e confirmou, ainda, a incapacidade de prolongar a estada média dos hóspedes.

Do ponto de vista do financiamento à economia, assistimos, em 2011, a um corte no crédito concedido pelo sistema financeiro (bancos e outras entidades) às famílias e, sobretudo, às empresas – bem como ao crescimento dos níveis de incumprimento por parte dos devedores. A falta de liquidez obrigou famílias a alienar património que constituía reserva de

valor e tem estado (porventura mais do que as questões da competitividade) na origem de inúmeras dificuldades sentidas pelas empresas e que se revelam por vezes insuperáveis.

Em suma, a conjuntura vivida em 2011 na Região do Norte foi profundamente desfavorável e terá, por certo, impedido uma execução mais significativa do Programa Operacional Regional do Norte, atentas as restrições que limitaram (e limitam ainda) a despesa pública e que penalizaram, também, as condições de liquidez dos agentes privados. A questão do financiamento à economia está hoje verdadeiramente no centro das atenções e dela depende, em grande parte, a possibilidade de contrariar o atual ciclo recessivo e, por maioria de razão, a promoção do desenvolvimento regional. É por isso que, ano após ano, a envolvente internacional, atualmente muito marcada pela chamada crise do euro, se revela cada vez mais decisiva – para a Europa, para Portugal, para a Região do Norte e, seguramente, para a execução futura do ON.2 – "O Novo Norte".

Mas se é verdade que as condições de financiamento dos agentes públicos e privados condicionam a execução do ON.2 – "O Novo Norte", também não é menos verdade que este Programa Regional (e, globalmente, o QREN na Região do Norte) constitui um das principais fontes de financiamento da economia regional. Os seus impactos diretos e indiretos, associados a uma melhor execução dos Fundos Estruturais e a uma otimização da contrapartida nacional, recentemente promovida pela Comissão Europeia, poderão originar inclusivamente, no curto prazo, efeitos positivos sobre a consolidação das finanças públicas.

Mas esses efeitos vão para além do curto prazo. A adequada execução do ON.2 e do QREN é fundamental para dinamizar o investimento necessário à retoma de uma trajetória de crescimento e convergência real. Só esse crescimento é que permitirá a prazo melhorar, por sua vez, de forma sustentável as condições de financiamento da economia regional e nacional.

2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006

Não se registaram casos de alteração substancial na aceção do artigo 57.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

2.6. Complementaridade

2.6.1.Complementaridade entre fundos

A articulação entre o FEDER e o FEADER e FEP no âmbito do ON.2 – "O Novo Norte" tem vindo a ser desenvolvida de acordo com o estabelecido na Caixa 4 – "Complementaridade com as ações financiadas pelos fundos comunitários FEADER e FEP" do seu documento técnico aprovado pela Comissão Europeia em 10/10/2007 [Decisão C(2007)5070].

Nesse contexto, foi subscrito, em 2 de Outubro de 2008, o "Protocolo de Articulação FEADER e FEDER" entre a Autoridade de Gestão do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural) e as Autoridades de Gestão do PO Fatores de Competitividade e dos PO Regionais do Continente. Aí se definem, de forma mais detalhada, os limites de aplicação dos dois fundos e os procedimentos de acompanhamento e de troca de informações entre as diversas Autoridades de Gestão subscritoras, que permitem ir verificando, a par e passo, do cumprimento desses mesmos limites. Este Protocolo tem vindo a ser aplicado desde essa data e, sendo assim, continuou a ser aplicado durante o ano de 2011.

Em 22 de Julho de 2010 foi assinado o "Protocolo de Articulação FEDER e FEADER", relativo à "Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais", através do qual as Autoridades de Gestão do PRODER e dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro, Alentejo e Algarve identificam e delimitam entre si os territórios (concelhos) passíveis de serem apoiados por cada um dos fundos e programas operacionais. Em concreto, para a Região do Norte serão apoiados pelo ON.2 – "O Novo Norte" todos os 45 concelhos considerados (Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Vila Nova de Cerveira, Terras de Bouro, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Baião, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Mondim de Basto, Resende, Ribeira de Pena, Arouca, Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Penedono, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São Joao da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Alfândega da Fé, Boticas, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Montalegre, Murça, Valpaços, Vimioso e Vinhais). Estes investimentos, durante o exercício de 2011, têm vindo a ser executados de acordo com o programado.

A relação entre o FEDER e o FSE tem-se vindo a efetivar no âmbito mais amplo da "Articulação entre as Agendas Temáticas Fatores de Competitividade e Potencial Humano", estabelecida na Caixa 3 do documento técnico do ON.2 – "O Novo Norte" aprovado pela Comissão Europeia. Tem sido no estreito cumprimento dessa "Articulação" que o FEDER tem vindo a ser aplicado neste Programa ao abrigo do nº2 do Artigo 34º do Regulamento (CE)

nº 1083/2006. Para esse efeito foi, logo em 2008, aprovado o "Regulamento Específico dos Apoios à Formação Profissional" pelas Comissões Ministeriais de Coordenação do PO Fatores de Competitividade e dos PO Regionais.

2.6.2. Instrumentos de Engenharia Financeira

Em 20 Julho de 2009 foi subscrito o *Funding Agreement* (FA), relativo à implementação do instrumento de engenharia financeira JESSICA, acrónimo de "Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas " (Apoio Europeu Conjunto ao Investimento Sustentável em Zonas Urbanas), iniciativa desenvolvida pela Comissão Europeia e pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), em colaboração com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB).

A Iniciativa JESSICA é uma forma inovadora de aplicar os fundos estruturais comunitários postos à disposição dos Estados membros a favor de projetos inseridos em intervenções integradas de desenvolvimento urbano e a sua implementação ocorreu através de um Holding Fund, cuja gestão foi atribuída ao Banco Europeu de Investimento que responde perante um Comité de Investimento que representa todos os Programas Operacionais e a DGTF (financiadores da Iniciativa).

Deste modo a tradicional forma de apoio a projetos, isolados através de comparticipações a fundo perdido, é substituída pela mobilização de fundos estruturais comunitários numa ótica de financiamento reembolsável e no âmbito de novos mecanismos de engenharia financeira: os Fundos de Desenvolvimento Urbano (FDU).

Os FDU's são veículos de financiamento reembolsável (sob a forma de participações no capital ou empréstimo) a projetos enquadrados num programa integrado de desenvolvimento urbano.

Os FDU's, com participação do Fundo de Participações JESSICA, podem investir num leque variado de projetos enquadrados num Plano Integrado de Desenvolvimento Urbano Sustentável, com destaque para os domínios da reabilitação e regeneração urbanas em cidades de média/grande dimensão; eficiência energética e energia renovável em áreas urbanas; revitalização económica de áreas urbanas direcionada para PME's e empresas inovadoras; disseminação de tecnologias de informação e comunicação em áreas urbanas incluindo banda larga e infraestrutura sem-fios.

Pretende-se ainda através da recuperação dos fundos estruturais investidos (financiamento reembolsável), assegurar instrumentos de financiamento do desenvolvimento urbano que não se esgotem no período de vigência do atual QREN 2007 – 2013.

Dando sequência ao calendário e à estratégia aprovada pelo Comité de Investimento (CI) ainda no ano de 2010 e que culminou com o lançamento da "Call for Expressions of Interest", para a seleção dos Gestores de Fundos de Desenvolvimento Urbano (FDU), ocorrida em Novembro desse ano, foram apresentadas até à data limite de 7 de Fevereiro de 2011 oito propostas.

Daquelas oito propostas apresentadas três passaram à fase de negociação, a cargo do Banco Europeu de Investimentos, a qual teve início em Abril, tendo por objetivo preparar os termos dos Acordos Operacionais, que regulamentariam a gestão dos fundos colocados à disposição dos Gestores de FDU's.

Aqueles Acordos acabariam por ficar estruturados sob a forma de um mandato para a gestão de fundos, dos quais se destacam os seguintes elementos essenciais:

(i) A obrigação de os FDU's aplicarem os fundos JESSICA exclusivamente em Projetos Urbanos Elegíveis;

(ii) O dever de qualquer alteração da Política de Investimentos ser precedida de consentimento do BEI;

(iii) Os FDU's encontram-se sujeitos a diversos deveres de informação relativamente ao desenvolvimento dos Projetos Urbanos Elegíveis, nomeadamente mediante apresentação de relatórios semestrais e anuais, devendo ainda permitir ao BEI e às Autoridades de Gestão a realização de auditorias, visitas e consulta de documentação;

(iv) Atendendo ao interesse comum a todos os FDU's de que os contratos regulassem em termos definitivos a possibilidade e termos da reutilização pelos FDU's de fundos reembolsados pelos beneficiários finais, o período de gestão do portfólio de Projetos Urbanos Elegíveis foi estendido até 31/12/2021, podendo ainda ser alargado mediante acordo entre cada FDU e o BEI.

Assim, até 31/12/2021 os FDU's não terão qualquer obrigação de reembolsar o BEI fundos JESSICA (e/ou correspondentes juros vencidos) desde que:

a. Os fundos reembolsados pelos beneficiários finais sejam reutilizados pelos FDU's para serem reinvestidos em novos Projetos Urbanos Elegíveis no prazo de dois anos;

b. Os fundos sejam reinvestidos em novos Projetos Urbanos Elegíveis;

c. Os contratos a celebrar entre os FDU's e os beneficiários finais respeitem o disposto nos Acordos Operacionais;

d. Os beneficiários finais se comprometam a investir os fundos disponibilizados até 31/12/2021 ou, alternativamente, a reembolsar ao BEI os montantes não investidos;

e. Caso o BEI, mediante indicação das Autoridades de Gestão (AG), o solicite, os FDU's procedam à modificação da Política de Investimentos no prazo de 20 dias a contar de tal solicitação;

f. Os FDU's reutilizem os montantes do cofinanciamento nos mesmos termos que são reutilizados os fundos JESSICA;

g. Os montantes respeitantes à comissão e despesas BEI (tal como previstas no *Funding Agreement*) tenham sido pagas ao BEI.

Este processo culminaria com a assinatura, em 11 de Outubro de 2011, dos Acordos operacionais com os três gestores de Fundos selecionados, a saber o Banco Português de Investimento, o Turismo de Portugal, IP e o consórcio Caixa Geral de Depósitos/Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP.

Os montantes finais, incluindo as participações dos Gestores de FDU's, alocados à iniciativa JESSICA, por Região, e como resultado do processo negocial constam do seguinte quadro:

Quadro 2.6.2.1 – Recursos Financeiros disponíveis para financiamento de projetos

	Fundos JESSICA			Gestor FDU	Total FDU	Projeto	Total
	FEDER	DGTF	Total				
BPI			64	0	64	64	128
Norte	30	16	46	0	46	46	92
Alentejo	10	8	18	0	18	18	36
CGD/IGRU			51	45	96	80	176
Centro	20	1	21	18	39	35	74
POVT	30		30	27	57	45	102
TdP			15	16	31	0	31
Lisboa	5	5	15	11	31	0	31
Algarve	5			5			
Total	100	30	130	61	191	144	335

Un.: Milhões de euros

Assim, de um total de 130 milhões de euros colocados a concurso obteve-se um montante de fundos disponíveis para financiamento de projetos de desenvolvimento urbano de 335 milhões de euros com a alocação de fundos adicionais provenientes dos próprios gestores de FDU's.

Isto corresponde a uma alavancagem de cerca de 2,6.

No final do ano decorreram ainda várias ações de divulgação da Iniciativa JESSICA, no contexto da política de comunicação estabelecida, a nível das várias regiões e das diversas AG financiadoras. Desse modo, em Dezembro de 2011, teve lugar uma sessão de divulgação com a presença, para além dos representantes da AG, de representantes do BEI e do Gestor de FDU's selecionado para atuar na Região: o Banco Português de Investimento.

Ainda no que diz respeito à divulgação do JHFP, foi disponibilizada na página Web do ON.2 um separador, onde tem vindo a ser incluída a informação mais relevante sobre a iniciativa, desde as FAQ's aos manuais elaborados pelo BEI em colaboração com a DGRegio e em cuja preparação a AG participou no âmbito do JESSICA Horizontal *Studies Steering Group* (HSSG).

Foi também já disponibilizado no decurso de 2011 uma página web própria do *JESSICA Holding Fund Portugal* em http://www.fundojessicaportugal.org/.

De realçar, ainda, que no dia 7 de novembro de 2011, foi promovida uma reunião das AGs com a Comissão Europeia, o IFDR e o BEI, na qual se concluiu o seguinte:

a. O plano de ação definido em 2009 considera-se integralmente cumprido e dentro dos prazos estabelecidos. A assinatura dos FDUs em 11 de Outubro foi o último ponto desse plano.
b. Lamenta-se, no entanto, não ter sido possível contar com a participação de representantes dos FDUs nesta reunião.
c. A estratégia a seguir na sequência da conclusão do processo de seleção dos FDUs deverá conduzir – no horizonte de 2021, altura até onde se preveem investimentos no âmbito de JESSICA – a um resultado final de cerca de 1000 milhões de euros. A médio prazo, este efeito de alavancagem deve induzir cerca de 350 milhões de euros de investimento.
d. Relativamente ao quadro regulamentar, nomeadamente no que diz respeito à elegibilidade de despesas serão organizadas sessões (workshops e seminários) com finalidade informativa, técnica e pedagógica tendo como destinatários os potenciais utilizadores de JESSICA. Está previsto um seminário para o próximo mês de Janeiro de 2012.

e. No que diz respeito às intervenções de JESSICA no sector da habitação, ficou esclarecido que os fundos comunitários que participam na operação estão sujeitos à regulamentação em vigor, ou seja, as intervenções na habitação não são elegíveis. Esta aplicação não é extensível aos recursos financeiros provenientes de fundos privados alavancados.

f. Dada a importância do instrumento JESSICA, em particular no contexto atual, deverá ser assegurado acompanhamento adequado em matéria de visibilidade e comunicação.

g. As próximas etapas a percorrer são:

- Início do fluxo financeiro do *Holding Fund* (HF) para os FDUs.

- Transferência da segunda tranche de fundos para o HF em finais de Janeiro de 2012.

- FDUs comprometidos em contratar 60% dos fundos até finais de 2012, com os primeiros contratos a serem concluídos em Janeiro de 2012.

- Atualização do "compliance assessment" respeitante a JESSICA (manual de procedimentos em fase de preparação pela equipa BEI em colaboração com o IFDR).

- Dada a importância do tema, bem como a pertinência das discussões, ficou acordado continuar-se com o ritmo de duas reuniões técnicas por ano a promover em colaboração entre a DG REGIO, o IFDR, o BEI e as CCDRs.

No final do ano, o IFDR promoveu, com a Comissão Europeia (DG MAREKET e DG REGIO), um workshop sobre “Instrumentos de Engenharia Financeira”.

Já no decurso de 2012 foi deliberado, por ocasião da tomada de posse dos novos membros do Comité de Investimento, uma alteração ao modo de gestão e acompanhamento por parte das AG, da execução da Iniciativa.

Assim foi proposta e aprovada a conjugação dos cargos de Presidente do Comité de Investimento e de Coordenador das Autoridades de Gestão num único membro. Estas funções serão exercidas pelo período de um ano.

Neste contexto foi designado, unanimemente, para o exercício dos dois cargos, que serão objeto de renovação com periodicidade anual, o Prof. Norberto Pires, Presidente da Comissão Diretiva do POR Centro.

Já que no diz respeito à implementação, propriamente dita, da Iniciativa, o Comité de Investimento manifestou a sua preocupação com o desempenho incipiente das ações contratualizadas, tendo deliberado as seguintes recomendações:

• Deverão ser urgentemente transmitidas pelo BEI às Entidades Gestoras dos FDU, recomendações solicitando a apresentação atempada de programas de ação que integrem, de forma explícita e calendarizada, as atividades que serão realizadas para superar a curto prazo as insuficiências detetadas;

• Estas recomendações deverão distinguir a natureza e gravidade diversificadas dos problemas identificados, incidindo portanto de modo especialmente incisivo sobre a absoluta necessidade de cumprimento das condições de implementação eficiente, eficaz e atempada dos compromissos assumidos pela CGD/IHRU, bem como sobre a construção de uma real carteira de projetos no Algarve pelo TdP;

• As referidas recomendações deverão igualmente salientar que todos os FDU devem ajudar a melhorar a divulgação dos aspetos políticos e culturais do JHFP, em primeiro lugar ajudando a fazer da sua implementação um sucesso; sendo a Iniciativa JESSICA e o JHFP uma iniciativa e um projeto piloto, que tem como objetivo apontar um caminho futuro em termos de investimentos comunitários estruturais e de coesão, é importante que os FDU sejam parceiros na divulgação e consciencialização muito extensa por forma a potenciar o seu uso num próximo período de programação;

• O Comité de Investimento recomenda por outro lado ao BEI, na sua qualidade de Entidade Gestora do JHFP, a necessidade de melhorar a sua forma de comunicação, recorrendo ao site web, redes sociais e presença na comunicação social, devendo ser consequentemente redefinido o respetivo plano de comunicação e divulgação de forma a melhor atingir os seus objetivos estratégicos.

• O Comité de Investimento recomenda ainda ao BEI a concretização das atividades necessárias para realização de uma sessão de divulgação JESSICA de âmbito nacional, a realizar até ao verão de 2012, que tenha como objetivo reforçar o papel político e cultural do

JHFP.

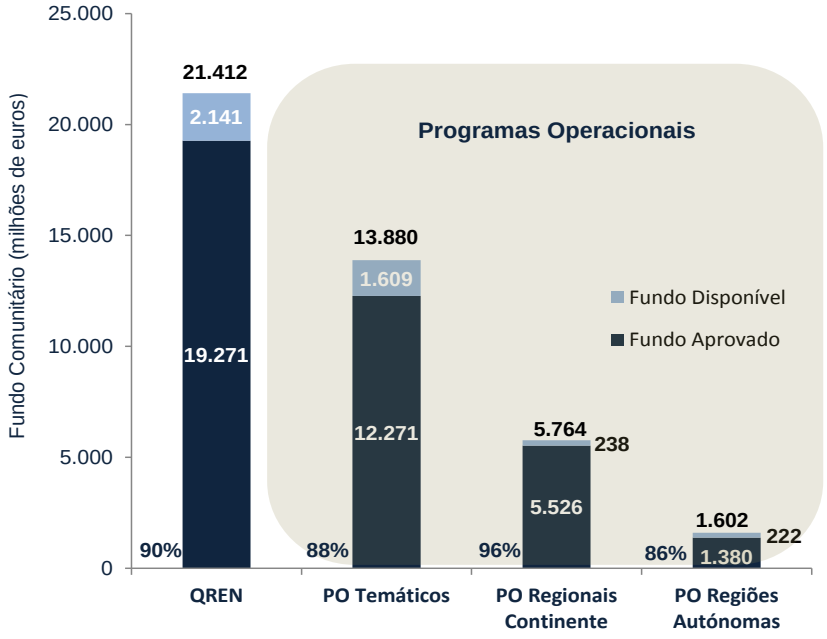
2.6.3 A execução do ON.2 na Região do Norte no contexto do QREN

No atual período de programação 2007-2013, cerca de 79% dos recursos financeiros dos Fundos Estruturais (FE) atribuídos a Portugal destina-se, exclusivamente, às regiões NUTS II

do objetivo convergência, onde se incluem a Região do Norte, a Região do Centro, a Região do Alentejo e a Região dos Açores. Com a exceção da Região dos Açores, só uma pequena parte destes recursos são veiculados pelos respetivos Programas Operacionais Regionais dessas regiões. A grande maioria encontra-se alocada aos Programas Operacionais Temáticos.

Ao nível nacional, no final de Dezembro de 2011, 90% da dotação financeira dos Fundos Estruturais do QREN tinha sido aprovada, totalizando um valor de19.271 milhões de euros, estando ainda disponíveis 2.141 milhões de euros até ao final do período de programação. Entre os programas operacionais que compõem o QREN, o agrupamento de PO Regionais do Continente era o que apresentava a maior taxa de compromisso (96%), tendo sido aprovados 5.526 milhões de euros, restando somente 238 milhões de euros de fundo comunitário. Relativamente aos Programas Operacionais Temáticos, o nível de aprovação era de 12.271 milhões de euros, patenteando uma taxa de compromisso 88%. Neste caso, o montante de fundo comunitário disponível era de 1.609 milhões de euros.

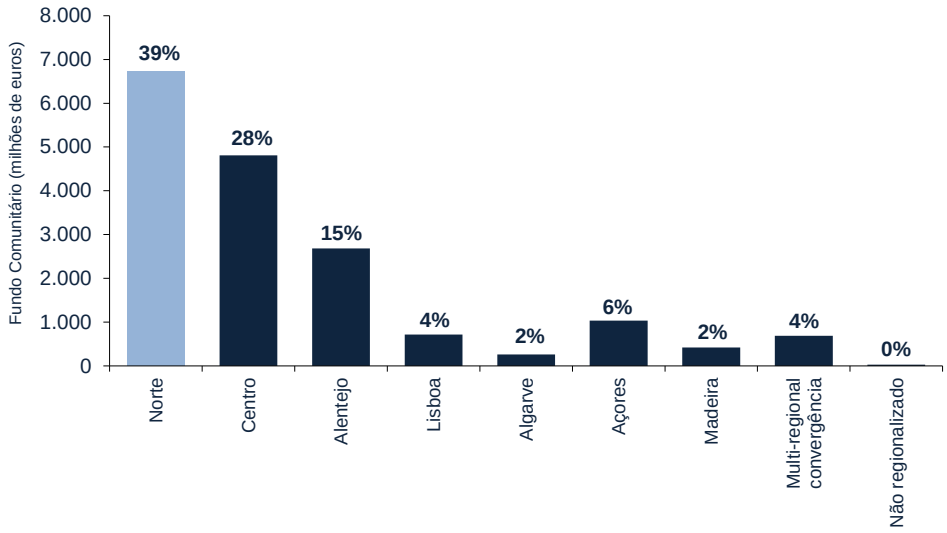
Figura 2.6.3.1 - Fundo disponível versus fundo aprovado do QREN e dos PO



Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

A distribuição inter-regional das aprovações totais do QREN, que não é mais do que a soma das aprovações dos respetivos PO Regionais e Temáticos em cada região, permite analisar a concentração geográfica da aplicação dos Fundos Estruturais. Neste sentido, a 31 de Dezembro de 2011, a Região do Norte era de todas as Regiões NUTS II (e, em particular, das que se incluem no objetivo "Convergência") a que apresentava o maior nível de aprovações, representando 39% das aprovações totais do QREN em Portugal, sendo seguida pela Região do Centro e pela Região do Alentejo com um peso relativo de 28% e 15%, respetivamente.

Figura 2.6.3.2- Distribuição territorial dos Fundos Estruturais (FE) do QREN



Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

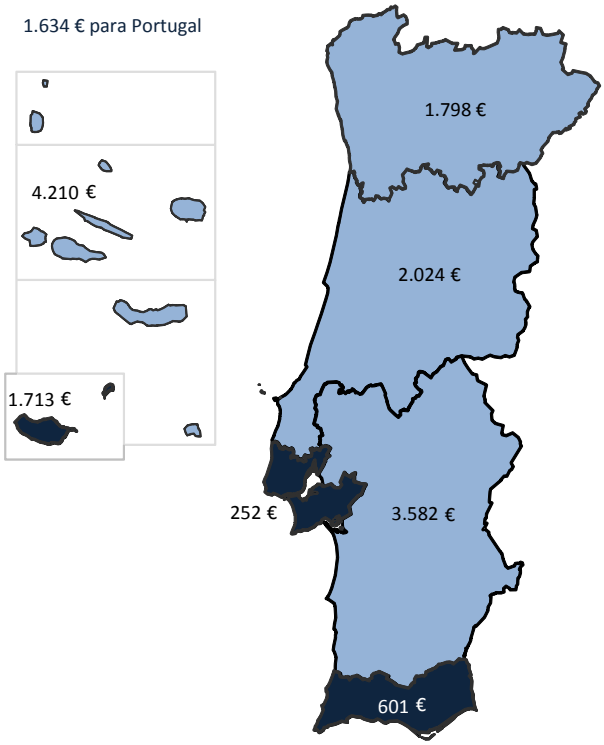
Este maior nível de aprovações na Região do Norte não é, no entanto, compatível com a sua importância relativa face às outras regiões, no que respeita à dimensão populacional e produtiva. A título de exemplo, e de acordo com os dados preliminares dos censos, em 2011, na Região do Norte residia 53% da população total das regiões convergência, Por isso, se se comparar a distribuição territorial dos Fundos Estruturais tendo em conta a dimensão populacional de cada região (Fundos Estruturais aprovados "per capita"), constata-se que a Região do Norte é das regiões NUTS II do objetivo "Convergência", aquela que se encontra, destacadamente, em pior posição, com um nível de aprovação "per capita" de 1.798 euros, representando, em termos relativos, menos de metade face ao provado na Região do Alentejo ou na Região Autónoma dos Açores.

A discussão sobre esta afetação dos recursos não releva simplesmente de questões de eficiência, isto é, sobre a necessidade de melhor aproveitamento possível dos recursos

financeiros em cada região NUTS II, independentemente da sua dotação orçamental. Uma das principais questões também sem encontra no conflito entre a desproporcional distribuição dos Fundos Estruturais e os princípios de equidade territorial que devem enformar a política regional, com efeitos ao nível da evolução assimétrica da qualidade de vida das populações.

A este propósito, a Região do Norte tem vindo a apresentar, sucessivamente, desde 1999 o mais baixo Produto Interno Bruto "per capita" do país. Não sendo esta dinâmica um problema estritamente conjuntural, a inversão do processo de divergência da Região de Norte face às restantes regiões recai, essencialmente, no âmbito da política regional, tanto mais que não existe na prática qualquer política de estabilização macroeconómica após a entrada de Portugal na Zona do Euro. Ora, ao nível dessa política, a justa aplicação dos recursos financeiros é um critério imprescindível para uma adequada a mudança estrutural dos diferentes territórios. O que se tem verificado ao longo dos diversos Quadros Comunitários de Apoio é uma distribuição desses recursos em prejuízo da Região do Norte, a região NUTS II mais pobre do país.

Figura 2.6.3.3- Fundos estruturais do QREN aprovados "per capita" e por regiões NUTS II



Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

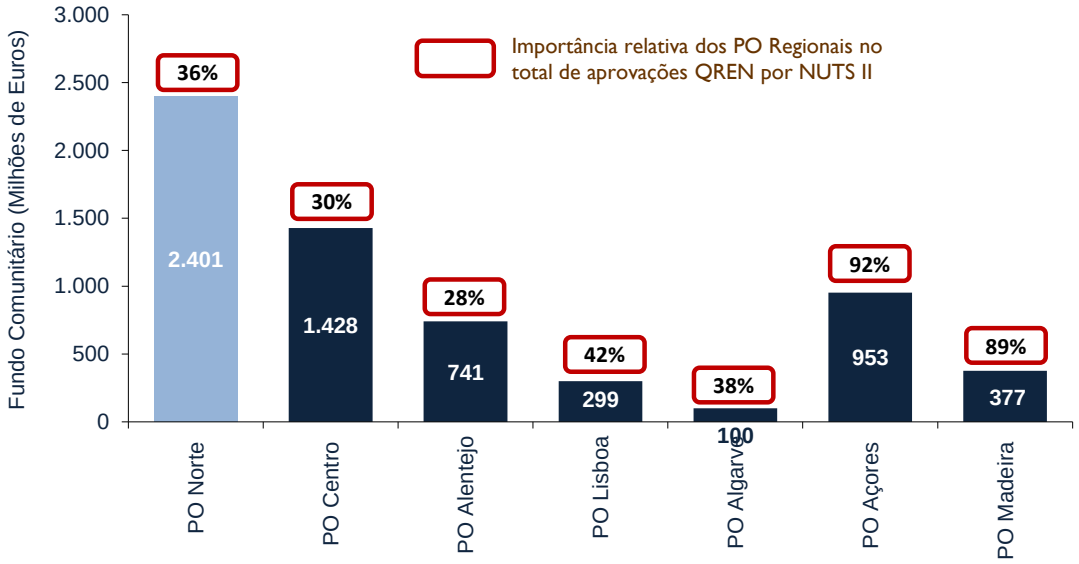
Se é verdade que há uma discussão pública sobre a necessidade de maior equidade para se mitigarem as assimetrias regionais em Portugal; também não é verdade que ela não tem sido suficiente para se alterar a política regional. Não é suficiente porque a especialização económica da Região do Norte assenta em atividades com uma enorme vulnerabilidade a choques externos, que se repetiram com mais frequência na última década, e por isso mais dependente dos ciclos económicos europeus do que as restantes economias regionais, menos integradas na dinâmica económica global e com um maior peso relativo do sector de bens e serviços não transacionáveis.

Para além disso, a inexistência de instrumentos de política de estabilização macroeconómica afetou mais a Região do Norte do que a maioria das regiões de Portugal. Perante um enquadramento externo de grande volatilidade após 1999 (ano da criação da moeda única), a inexistência de política cambial autónoma impossibilitou a gestão da procura externa no curto prazo, determinando que o ajustamento cambial real necessário fosse efetuado através da contenção dos preços e dos custos de produção. Como a dinâmica de descida dos preços relativos é muito lenta e só é visível a médio-prazo, a perda de competitividade real deste território face a concorrentes internacionais começou a fazer-se sentir, penalizando a produção, o emprego e o rendimento ao longo dos últimos anos.

Estes fatores, para além de ajudarem a explicar em parte a divergência do PIB “per capita” da Região do Norte, reforçam a urgência de uma política regional mais respeitadora de princípios de equidade na distribuição inter-regional dos Fundos Estruturais. Em Portugal, a sua ausência acentuou a assimetria da distribuição de rendimento entre a Região do Norte e as restantes regiões NUTS II. Isto porque a despesa conta, e menos investimento originou menos efeitos diretos e indiretos na produção e emprego. Por outro lado, menos investimento reduziu o processo de mudança estrutural, financiando-se abaixo do ótimo, por exemplo, as empresas exportadoras mais inovadores e mais resilientes aos choques externos. Menos investimento implicou, também, menos formação de recursos humanos para o desafio da globalização e um menor financiamento de infraestruturas essenciais ao desenvolvimento económico da Região do Norte.

Como o nível de aprovações do Programa Operacional do Norte é compatível com o dos outros Programas Operacionais Regionais, o subfinanciamento da Região do Norte decorre de uma menor alocação de recursos dos PO Temáticos a esta região NUTS II. O ON.2 – “O Novo Norte concentra, assim, 36% das aprovações totais do QREN da Região do Norte, sendo esta importância relativa a mais elevada entre todos os Programas Operacionais Regionais das regiões convergência do Continente.

Figura 2.6.3.4- Peso das aprovações nos PO Regionais face ao total de aprovações QREN por NUTS II



Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

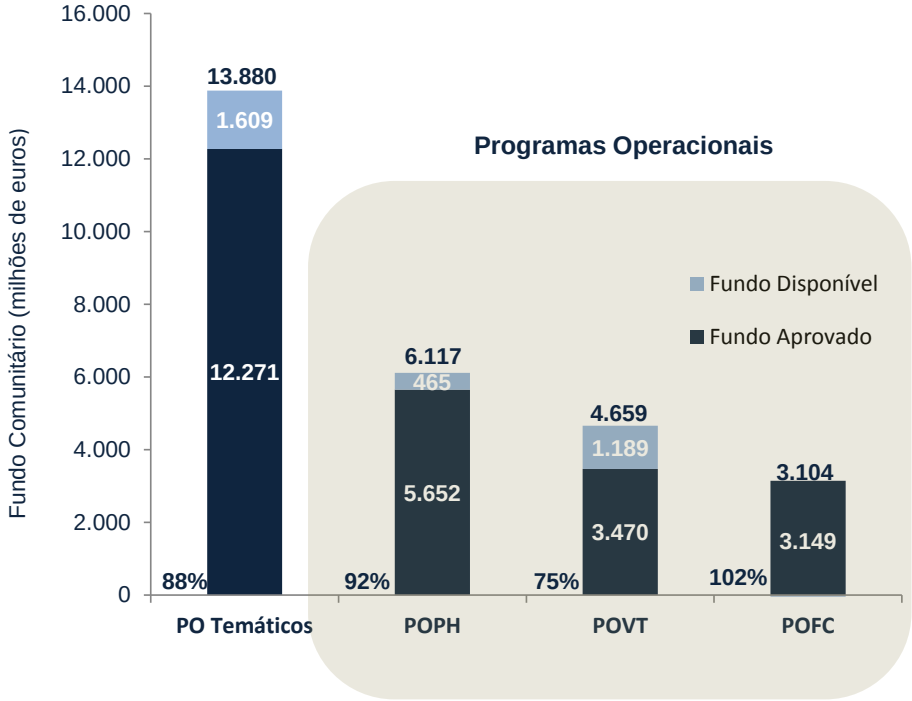
O défice de financiamento dos PO Temáticos e, em especial, de algumas das tipologias de investimento neles previstas, constitui uma barreira à mudança estrutural da economia regional. Do ponto de vista económico, estes programas visam modificar as dotações reais das economias, traduzindo-se no aumento das possibilidades de produção regionais, na melhoria da eficiência económica e na valorização dos territórios.

Nomeadamente, o PO Potencial Humano, ao alargar as competências e as qualificações dos recursos humanos, contribui para a transformação da Região do Norte numa economia mais inteligente, ampliando os níveis de produção regional. Por seu turno, o PO Fatores de Competitividade, ao promover a inovação e a competitividade, propicia ganhos de produtividade e de eficiência económica para o futuro, contribuindo para o aproximar da economia da sua fronteira de possibilidades de produção. Por fim, o PO Valorização do Território permite dotar a Região do Norte de infraestruturas e de equipamentos necessários à mobilidade, à redução dos riscos ambientais e ao ordenamento urbano, reduzindo, designadamente, os custos de transação e as externalidades negativas resultantes da atividade económica.

Relativamente à motorização das aprovações dos PO Temáticos, a nível nacional, no final de Dezembro de 2011, tinha sido comprometida cerca de 88% da dotação total prevista, que corresponde a 12.271 milhões de euros de Fundos Estruturais aprovados. Destacam-se, com

taxas de compromisso superiores à média dos PO Temáticos, POFC (102%) e o POPH (92%), com volumes de aprovações de 3.149 milhões de euros e 5.652 milhões de euros, respetivamente. Bastante abaixo deste referencial médio, encontrava-se o POVT, com uma taxa de compromisso de 75% e um volume de aprovações de 3.470 milhões de euros.

Figura 2.6.3.5- Fundo disponível *versus* fundo aprovado dos PO Temáticos

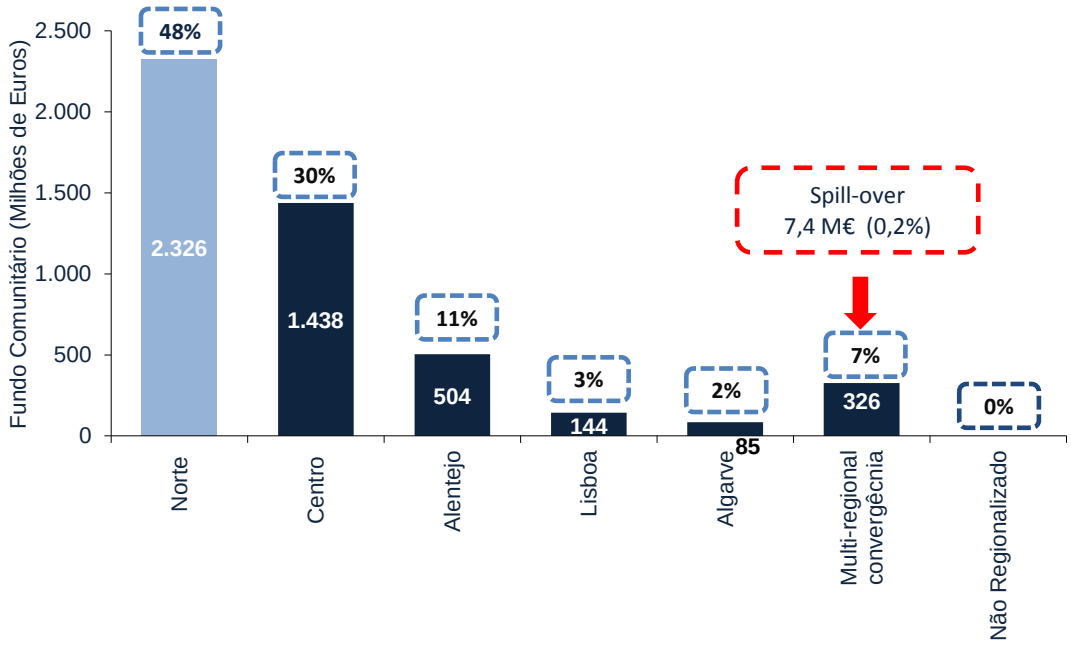


Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

Dadas as características diferenciadas dos territórios, a distribuição à escala regional dos PO Temáticos permite analisar a compatibilidade entre as dotações financeiras e as necessidades das regiões NUTS II. Neste caso, somente no POPH, o financiamento comunitário está de acordo com a dimensão relativa da Região do Norte, ficando aquém do esperado nos restantes PO Temáticos.

No final de Dezembro de 2011, a Região do Norte reunia 48% do total de aprovações do POPH no país como um todo, correspondendo a 2.326 milhões de euros, sendo seguida pela Região do Centro, com 30% das aprovações totais.

Figura 2.6.3.6- Distribuição territorial do FSE aprovado pelo POPH



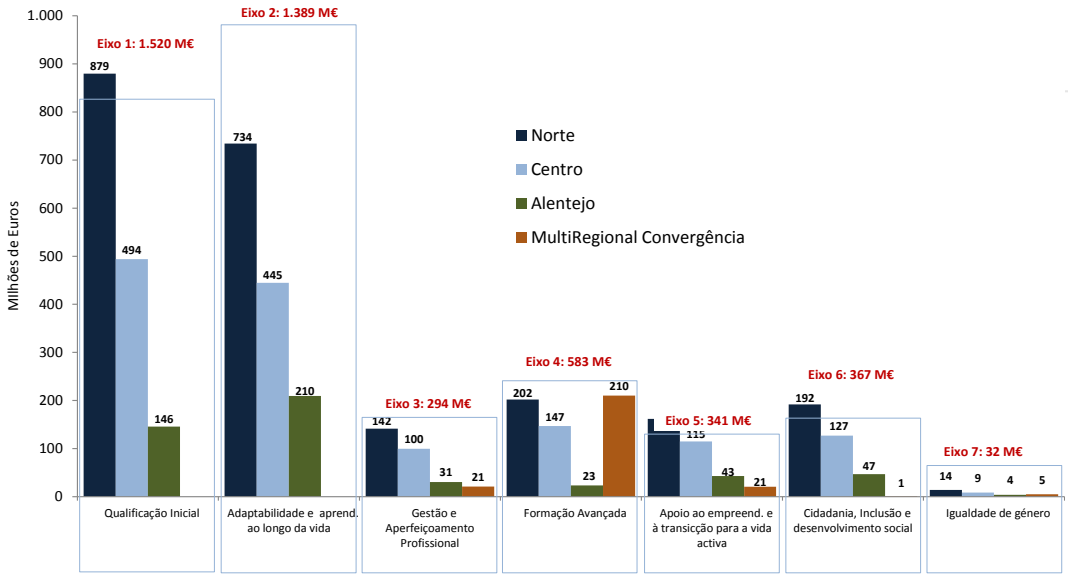
Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

Sendo o POPH direcionado para ampliar as qualificações dos recursos humanos, o peso relativo das aprovações deste programa operacional na Região do Norte está em sintonia com a dimensão relativa da população, que é muito sensível, pelas suas características, às iniciativas "qualificação inicial, e "adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida". Em conjunto, estes dois Eixos Prioritários representavam 69,4% do total de aprovações do POPH na Região do Norte, a que corresponde um montante de 1.614 milhões de euros.

A importância destes dois Eixos é compatível com as necessidades específicas da Região do Norte, que atravessa um processo de ajustamento da oferta de bens e serviços, para o qual requer uma força de trabalho (população ativa) mais qualificada. Por isso, entre outros objetivos, estes Eixos visam reduzir o abandono escolar e a entrada precoce no mercado de trabalho, aumentar as qualificações mínimas para o 12º ano, promover a formação profissional para funções com elevadas dinâmicas de procura e a igualdade de

oportunidades entre géneros, não deixando, desta forma, de promover, também, a coesão social.

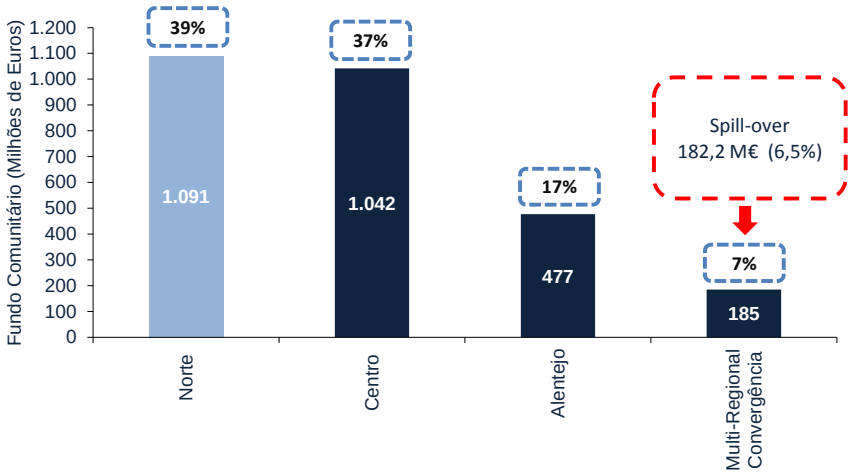
Figura 2.6.3.7- Aprovações por eixo do POPH



Fonte: Observatório do QREN

No final de Dezembro de 2011, a Região do Norte tinha aprovado 1.091 milhões de euros, o que correspondia a 39% do total das aprovações do POFC no país, estando muito abaixo do que seria de esperar face à sua dimensão relativa em termos populacionais e produtivos. Pelas características e objetivos deste Programa Operacional, a desproporção a distribuição do FEDER é tão mais gravosa quanto maior for a integração de um território, como o da Região do Norte, no mercado internacional, onde a competitividade e a inovação fatores fundamentais para a promoção do crescimento das exportações e da economia regional como um todo.

Figura 2.6.3.8- Distribuição territorial do FEDER aprovado pelo PO FC

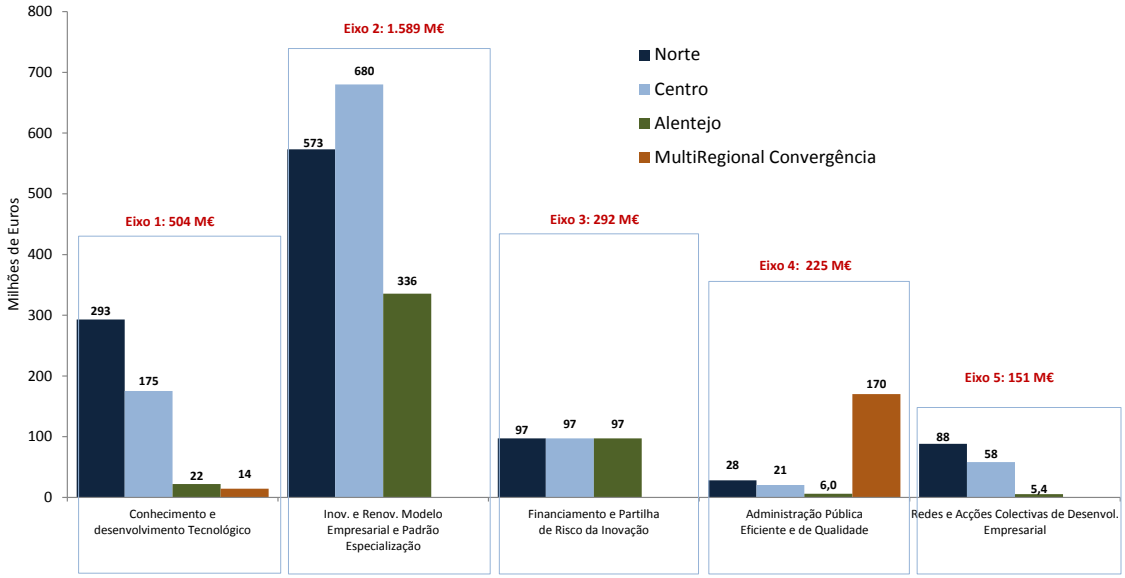


Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

Esta ideia é inteiramente confirmada quando se analisa as aprovações por Eixos Prioritários do POFC. A importância relativa das aprovações, na Região do Norte, dos Eixos "conhecimento e desenvolvimento tecnológico" e "inovação e remodelação do modelo empresarial e do padrão de especialização" representa 27,1% e 53,1% do total, prospectivamente. Entre todos os Eixos que compõem o POFC, estes dois representam mais de 80% das aprovações.

O Eixo relativo à "inovação e remodelação do modelo empresarial e do padrão de especialização" concentra a fatia principal dos Sistemas de Incentivos às empresas, atribuindo um claro enfoque à viabilização de um vasto conjunto de ajustamentos de natureza estrutural nas empresas onde a qualificação, diferenciação, diversificação e inovação na produção de bens e serviços transacionáveis se assume como um grande objetivo estratégico. Ora, estes ajustamentos apresentam uma predominância relativa na Região do Norte, onde se localiza a maior percentagem das empresas exportadoras do país.

Figura 2.6.3.9- Aprovações por eixo do POFC

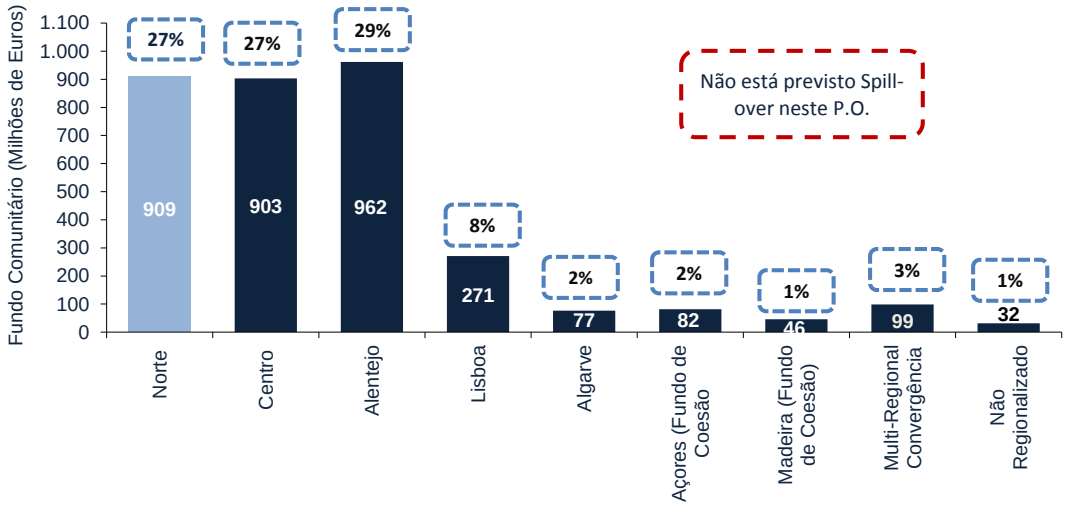


Fonte: Observatório do QREN

Paralelamente, o sucesso deste processo de ajustamento muito depende do dinamismo das organizações do Sistema Científico e Tecnológico, propiciando um fluxo de interações permanentes entre os vários atores económicos, nomeadamente, empresas, universidades, laboratórios públicos e privados de I&D, entre outros. O benefício final destas relações consuma-se no estímulo a atividades inovadoras que gerem, em último recurso, produtos e serviços com maior valor acrescentado para o mercado interno e externo. Neste contexto se insere o Eixo respeitante ao “conhecimento e desenvolvimento tecnológico”.

Os (maus) resultados da aplicação do POVT na Região do Norte não são muito diferentes do que os registados no POFC, tendo em conta a dimensão populacional e produtiva desta região NUTS II. Aqui, as aprovações ascendem a 27% do total, sendo este o nível mais baixo entre todos os Programas Temáticos. Aliás, as aprovações neste Programa Operacionais são muito pouco sensíveis à dimensão populacional de cada uma das regiões NUTS II do objetivo “Convergência”. A sua distribuição territorial é muito uniforme, com a particularidade da Região do Alentejo ser aquela com o maior nível de aprovações, captando cerca de 29% do total.

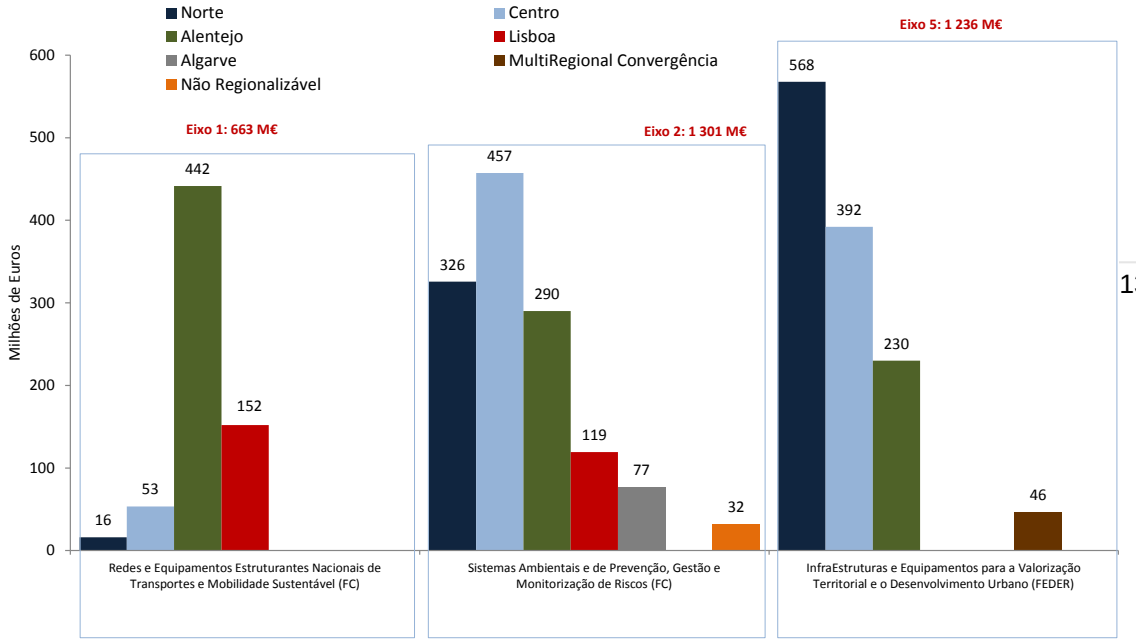
Figura 2.6.3.10- Distribuição territorial do FEDER e Fundo de Coesão aprovado pelo POVT



Fonte: Observatório do QREN

Na Região do Norte, o Eixo da "Infraestruturas e Equipamentos para Valorização Territorial e o Desenvolvimento Urbano" dispunha, no final de Dezembro de 2011, de um financiamento aprovado de 568 milhões de euros, correspondendo a um peso relativo de 62% face ao total de aprovações do POVT na Região. Imediatamente a seguir, por grau de importância relativa, situa-se o Eixo dos "Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monotorização de Riscos", apresentando um financiamento aprovado de 326 milhões de euros (35,8% em termos relativos). Por fim e com um valor quase residual, só tinham sido aprovados 16 milhões de euros no Eixo respeitante às "Redes e Equipamentos Estruturantes Nacionais de Transportes e Mobilidade Sustentável", representando cerca de 2% do total.

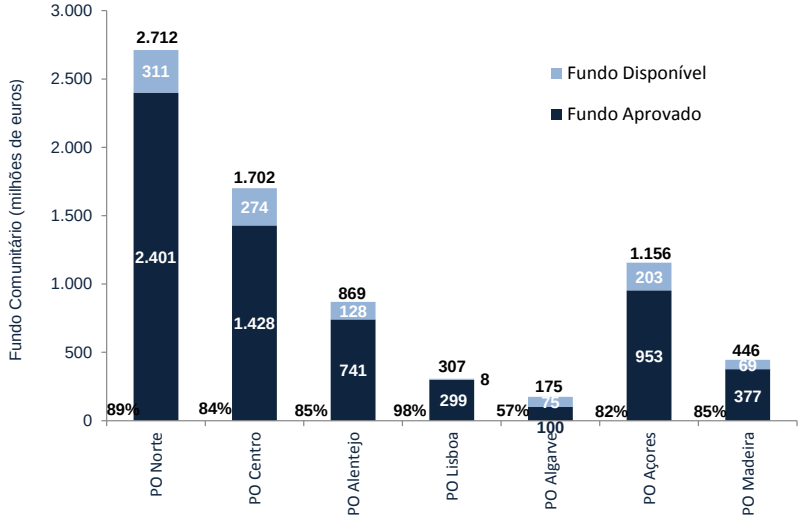
Figura 2.6.3.11- Aprovações por eixo do POVT



Fonte: Observatório do QREN

Relativamente aos Programas Operacionais Regionais, o ON.2 – "O Novo Norte" apresenta uma taxa de compromisso de 89%, tendo sido aprovados 2.401 milhões de euros até 31 de Dezembro de 2011, estando disponíveis, assim, 311 milhões de euros de FEDER até ao final do período de programação.

Figura 2.6.3.12- PO Regionais: Fundo disponível vs Fundo aprovado

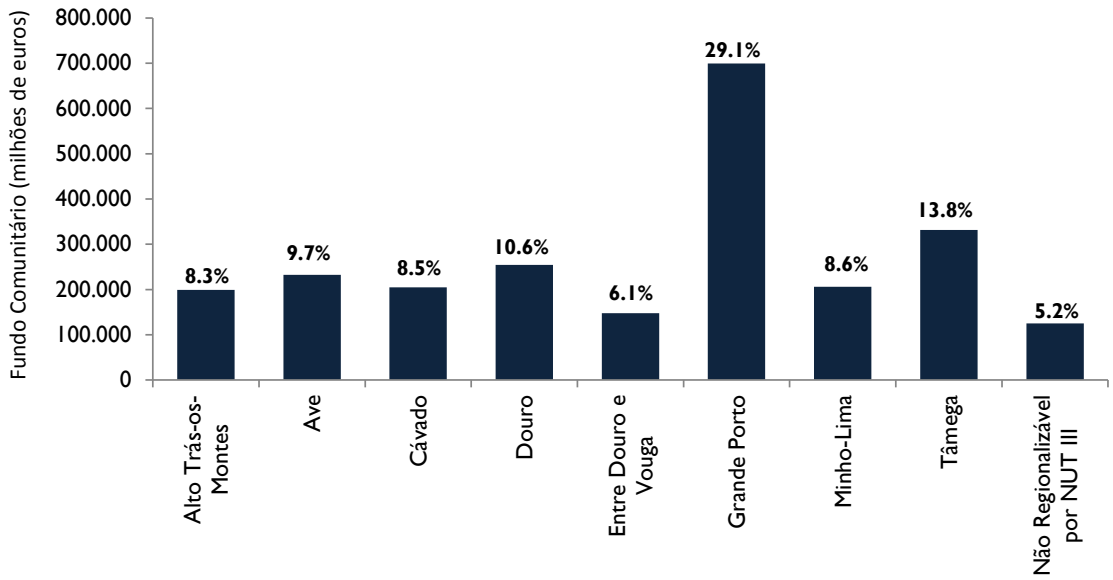


Fonte: Indicadores conjunturais de Monitorização do QREN, CTC do QREN

Um aspeto qualitativo relevante da execução deste Programa Operacional tem a ver com sua expressão ao nível intrarregional, sendo esperado que a distribuição dos montantes

aprovados reflita não só o peso económico e demográfico dos diferentes territórios mas, também, objetivos de coesão territorial interna à Região do Norte.

Figura 2.6.3.13- Distribuição relativa do fundo aprovado do ON2 por UT do QREN



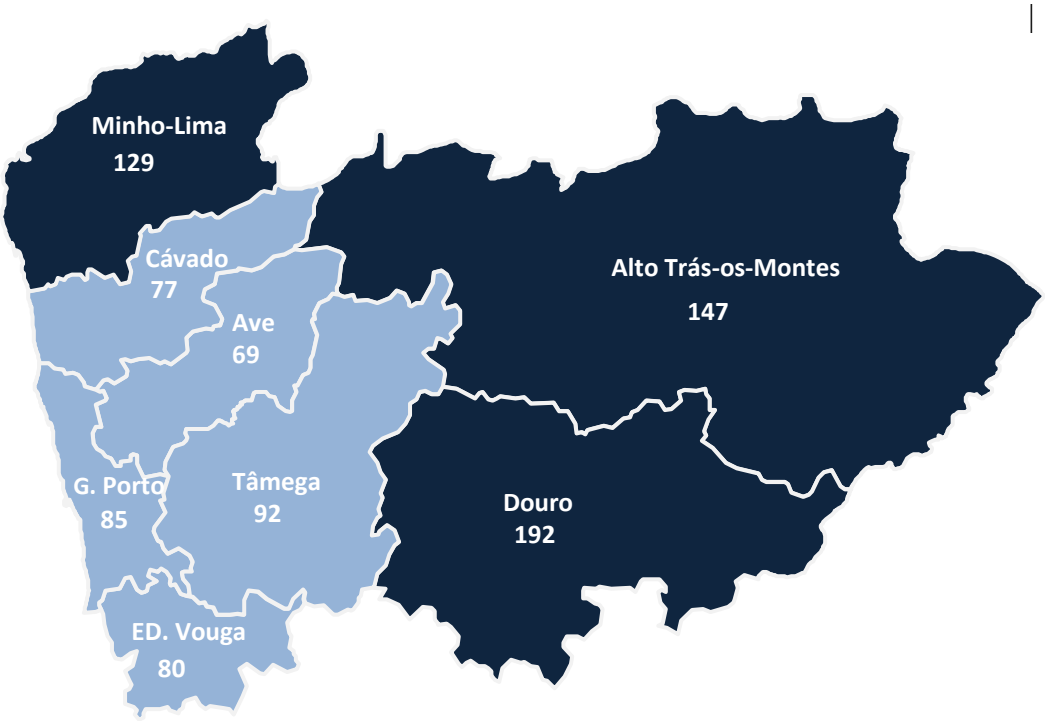
Fonte: Observatório do QREN

Com efeito, confirma-se uma distribuição do FEDER aprovado fortemente correlacionada com o peso demográfico e económico dos diferentes territórios, destacando-se assim, em valor absoluto, o montante afeto ao Grande Porto. Nesta unidade territorial, tinham sido aprovados 699,1 milhões de euros de fundo comunitário, correspondendo a 29% do total de aprovações do ON.2 – "O Novo Norte" na Região do Norte.

Agora, resta o outro objetivo referido de redução das assimetrias regionais, problemática central da política regional. Na Região do Norte coexistem subespaços com diferentes níveis de desenvolvimento económico e sustentabilidade social. Enquanto nuns prevalecem sectores económicos mais dinâmicos, com empresas mais inovadoras e diversificadas, e, por isso, geradores de maiores níveis de produtividade; noutros predominam sectores económicos não tão dinâmicos, dispondo de recursos menos versáteis face às necessárias transformações estruturais. Estas disparidades regionais são amplificadas pela crescente mobilidade inter-regional de recursos e mercadorias, que se tendem a deslocam para as regiões mais prósperas, gerando desertificação demográfica e, mesmo, física num número alargado de subespaços regionais. Tendo a política regional um objetivo corretivo das desigualdades regionais, incorporando efeitos redistributivos e contributivos da coesão social,

salienta-se, pela positiva, o facto de os territórios NUTS III com menores níveis de rendimento "per capita" serem aqueles que apresentam incidências de investimento "per capita" maiores ("Minho–Lima", "Douro" e "Alto Trás-os-Montes").

Figura 2.6.3.14- Índice de distribuição do ON2 aprovado, "per capita"



Fonte: Observatório do QREN

Por fim, num enquadramento macroeconómico nacional, em que a política fiscal altamente restritiva visa eliminar o desequilíbrio das contas do estado e das contas externas, tanto a eficiência como a equidade na afetação regional dos Programas Operacionais representam um contributo primário para minorar o mais problemático dos desequilíbrios económicos – o do mercado de trabalho – onde persistem elevadas taxas de desemprego nos diversos subespaços regionais.

2.7. Acompanhamento e avaliação

2.7.1. Acompanhamento: Monitorização das condições de contexto e monitorização física e financeira

A questão do acompanhamento releva a dois níveis. Por um lado, temos as questões de acompanhamento micro, que se colocam ao nível de cada operação em particular. Acompanhamento a este nível refere-se a todo o conjunto de atividades que vão desde a submissão de candidaturas, à sua seleção e aprovação e, depois, ao acompanhamento da execução física e financeira das respetivas operações. Esta é uma matéria abordada, como é devido, nos capítulos respeitantes a cada um dos Eixos Prioritários.

Por outro, temos o acompanhamento de natureza macro, ou global, que, embora recorrendo à informação produzida a nível micro, prossegue objetivos distintos. Esse acompanhamento global assume na linguagem QREN a designação de monitorização (estratégica, financeira ou operacional). É a este nível que a análise seguinte se reporta.

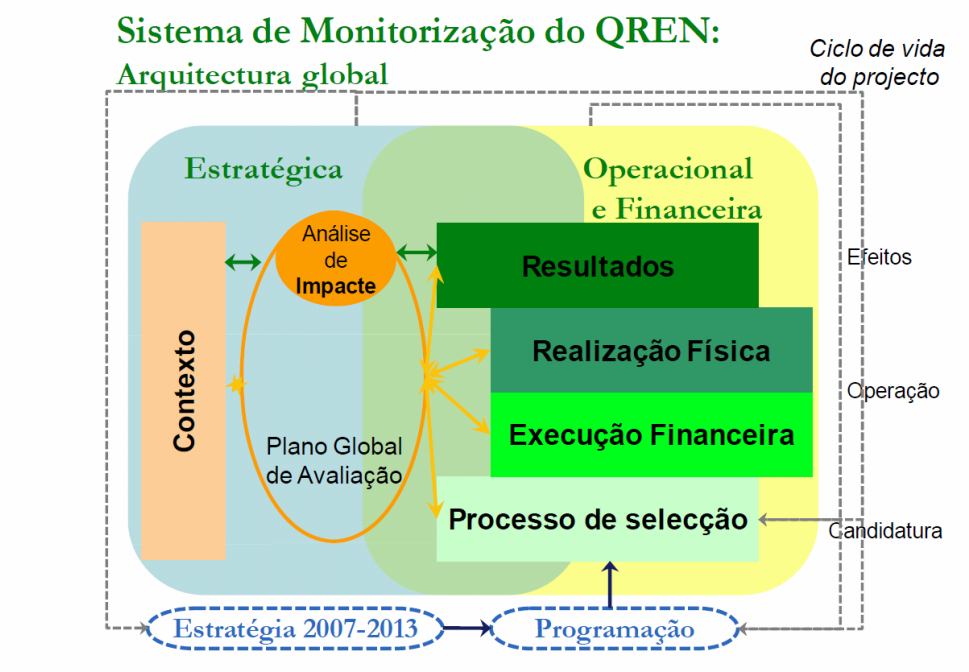
Esta monitorização do ON.2, no contexto do QREN, constitui um pilar fundamental do modelo de governação multinível neste período de programação de Fundos Estruturais. Baseado no Documento "Sistema de Monitorização do QREN" de 26 de Setembro de 2008, da Comissão Técnica de Coordenação do QREN, o sistema de monitorização do ON.2 foi concebido com um duplo objetivo:

- Assumir-se como um instrumento de suporte à gestão operacional e governação estratégica do ON.2 e do QREN, constituindo um sistema de alerta que permita despoletar avaliações sobre determinados domínios, assumindo-se como uma bússola dos ajustamentos ou reorientações operacionais e financeiras e aperfeiçoamentos estratégicos,

- Reduzir ou eliminar as assimetrias de informação entre os diversos atores do ON.2 e QREN (sobretudo no que respeita à aplicação dos Programas Temáticos na Região do Norte), desde as equipas de gestão aos beneficiários finais, no sentido de criar um quadro de referência comum sobre o ON.2 e o QREN que permita mobilizar todos os atores para a sua eficiente e eficaz implementação.

Este sistema tem vindo a ser implementado em articulação, num momento, entre a Autoridade de Gestão e o Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte e, a seguir, entre a Autoridade de Gestão e as entidades nacionais que, a esse nível, exercem iguais responsabilidades no que respeita ao QREN como um todo (Comissão Técnica de Coordenação do QREN) e ao FEDER em particular (IFDR, IP).

Figura 2.7.1- Arquitetura global do Sistema de monitorização do QREN



Fonte: Documento "Sistema de Monitorização do QREN" de 26 de Setembro de 2008, Comissão Técnica de Coordenação do QREN

A montagem desse sistema obedece a uma lógica modular, em que diferentes módulos vão sendo acrescentados à medida que vão sendo necessários em função das diferentes fases que atravessa o ciclo de vida útil dos Programas Operacionais. Este sistema terá, em termos gerais, módulos respeitantes à monitorização (i) das aprovações, (ii) da execução financeira; (iii) das realizações físicas, (iv) dos resultados e (v) dos impactos.

A monitorização de contexto é efetuada de forma complementar e consubstancia-se, no modelo de governação do ON.2, às atividades desenvolvidas no âmbito do Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte.

Monitorização das condições de contexto

A constituição dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais (CODR), decidida pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, em 15 de Dezembro de 2008, veio permitir que, em 2011, as atividades desenvolvidas pelo Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte continuassem, como se reportou nos Relatório dos exercícios anteriores, em ritmo cruzeiro.

No que respeita à monitorização das condições de contexto, o trabalho desenvolvido pelo Observatório das Dinâmicas Regionais divide-se em duas componentes.

A elaboração do boletim trimestral "Norte Conjuntura", onde se reúne e analisa a informação disponível, com a periodicidade desejada, mais relevante com vista à identificação precoce das tendências que marcam a evolução económica, a curto prazo, da Região Norte no contexto nacional. Trata-se de um documento, com cerca de 20 páginas, difundido até a um máximo de 80 dias após o final do respetivo trimestre, que procura analisar temas ("Mercado de Trabalho", "Desemprego Registado", "Endividamento das Empresas", "Comércio Intracomunitário", "Preços no Consumo"), sectores ("Indústrias Tradicionais", "Construção e Habitação", "Turismo") e, sobretudo, variáveis cujo comportamento se considera que esteja estreitamente correlacionado com a evolução do ciclo económico. De acordo com o previsto, durante o ano de 2011, editaram-se quatro boletins "Norte Conjuntura" nos prazos estabelecidos. Trata-se de um documento de grande notoriedade e utilidade social, como o exprimem os seguintes indicadores: (1) 145 notícias na comunicação social (avaliadas a partir do "media clipping" da CCDR-N); (2) cerca de 20.000 "downloads" do "Norte Conjuntura" on-line; (3) cerca de 30.000 envios de mailing das 4 edições; (4) 931.000 resultados no Google. Estes resultados são muito positivos. A sua dimensão absoluta é muito significativa e não encontra, praticamente, paralelo em documentos deste tipo em Portugal.

Durante o ano 2011 foi divulgada a Síntese Temática respeitante à " Situação Económica e Social da Região do Norte e o ON.2 – "O Novo Norte"". O documento tem como ponto de partida o confronto entre as dinâmicas de crescimento observadas, nos últimos anos, na Região do Norte e a nível nacional. Nos capítulos seguintes, é analisada a mais relevante informação disponível que se relaciona com a atividade empresarial na Região do Norte. Na seleção dos temas e indicadores apresentados, foi determinante a disponibilidade de informação estatística atualizada (para 2010) e desagregada à escala territorial da Região do Norte. São assim abordados, sucessivamente, os seguintes temas: a participação da Região do Norte no comércio internacional de mercadorias, as dinâmicas da construção e habitação, a atividade turística e o financiamento das empresas. A seguir, o documento debruça-se sobre o funcionamento do mercado de trabalho da região do Norte, demorando-se na análise do

emprego, do desemprego e dos salários. A finalizar, o documento apresenta um resumo da evolução das condições de contexto na Região do Norte em 2010, após o que uma breve nota prospetiva permite enfatizar a importância acrescida da aplicação do ON.2 e, em geral, do QREN, na atual conjuntura.

No ano de 2011, continuou-se a elaborar os relatórios trimestrais sobre a "Aplicação do QREN na Região do Norte". Estes relatórios são disponibilizados cerca de 90 dias após o final do trimestre a que se reportam e têm em consideração não só a informação constante dos documentos respeitantes ao Indicadores Conjunturais de Monitorização do QREN, elaborado pela Comissão Técnica de Coordenação do QREN, como os dados regionalizados dos Programas Operacionais Temáticos remetidos pelo Observatório do QREN. Estas análises foram amplamente difundidas em diversas sessões públicas, destacando-se as sessões da iniciativa do "Norte + Próximo" e as reuniões do Conselho Regional e da Conselho de Coordenação Intersectorial da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte durante o ano de 2011.

Monitorização física e financeira

A este nível, foram, numa primeira fase, criados os módulos respeitantes à monitorização do "processo de seleção" e à monitorização "financeira". A Autoridade de Gestão do ON.2, em articulação com o IFDR, estabilizou, inicialmente, os mapas de monitorização mensal, os quais foram sendo sucessivamente afinados em termos de conteúdo, de metodologia de recolha das suas varáveis e da sua integração com o sistema de informação do Programa Operacional.

Em 2011, este processo de recolha, sistematização e reporte de informação de monitorização da seleção de candidaturas e da aprovação e execução financeira, continuou em ritmo cruzeiro, tendo permitido, com a regularidade estabelecida, a produção dos Indicadores Conjunturais de Monitorização

Entretanto, aumentou-se o esforço de monitorização, de acordo com a metodologia descrita anteriormente relativa à construção modular do sistema de monitorização do QREN. Tendo em consideração o avanço no "ciclo de vida" do Programa, neste exercício procurou-se conceber, em articulação, designadamente, com o Observatório do QREN e o IFDR, os dois módulos seguintes. Em 2011 ficou, definitivamente, estabilizado o Sistema de Indicadores

Comuns Nacionais (anuais e trimestrais). Estes indicadores passaram a ser disponibilizados em ritmo cruzeiro pela Autoridade de Gestão do ON.2 com a periodicidade estabelecida e aproveitando a crescente interoperabilidade dos Sistemas de Informação.

A estabilização destes Indicadores Comuns Nacionais foi fundamental, para além do mais, para, em conjunto com os "cross indicators", permitir a revisão dos Indicadores de Eixo do próprio ON.2 – "O Novo Norte", na sequência do seu processo de reprogramação, desenvolvido durante o exercício de 2011, e tendo em consideração as principais conclusões e recomendações do exercício de "Avaliação da Operacionalização do ON.2 – "O Novo Norte".

2.7.2. Autoridade de gestão

Durante o ano de 2011 a Comissão Diretiva realizou 37 reuniões e 17 consultas escritas, de acordo com o quadro que se segue. Tal como em 2010, a necessidade de se implementar uma dinâmica ao Programa que impulsionasse os níveis de execução, não descurando a abertura de concursos e a sua decisão, de forma a permitir que no final do ano a execução atingisse níveis que preparassem o Programa para os valores previstos para 2013, ano em que para além da regra n+3 se terá de cumprir a regra n+2, estiveram na origem da manutenção de um nível elevado de consultas escritas

Quadro 2.7.2.1 – Principais Assuntos Analisados e Deliberados pela Comissão Diretiva do ON.2

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		ASSUNTOS E DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
11-01-2011	X		→ Analisada a execução no final de 2010 → Analisada a situação da operação "Centro Materno-Infantil do Norte" → Aprovação do aviso EDSC-RNGZR/2011 → Aprovação do aviso CIMTM/II/VERE/01/2010 → Aprovação do aviso CIMTM/III/CUA/01/2011 → Aprovação do aviso CIMTM/IV/MT → Aprovação das operações de assistência técnica para 2011 da CIM Douro, AdI, IAPMEI e Turismo de Portugal → Planos de concursos da rede dos sistemas de incentivos QREN para 2011 → Orientações de Gestão da rede de sistemas de incentivos: ○ OG 8 (2011) – Acompanhamento do calendário de execução dos projetos e penalidade financeira. ○ OG 9 (2011) – Linha de crédito QREN Investe ○ OG 10 (2011) – Mecanismos de uma Bolsa de Descativação de Incentivos → Divulgação da marca do ON.2	O aviso EDSC-RNGZR/2011 destinava-se ao financiamento de redes de nova geração para as zonas rurais, tendo a escolha do promotor sido objeto de um concurso internacional e de uma comunicação à Comissão Europeia, para efeitos de auxílios de Estado. Quanto à divulgação da marca do ON.2 foi deliberado aprovar o texto de um ofício-circular às entidades beneficiárias do ON.2, relativa à obrigatoriedade e, sobretudo, à importância do cumprimento das regras de informação e publicidade do

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		ASSUNTOS E DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
				cofinanciamento comunitário atribuído e, no seu contexto, da referência explícita da identidade do Programa Operacional Regional nas ações de divulgação à imprensa
11-01-2011		X	→ Avisos EDSC-RNGZR e PCI-I/2/2010 – alteração das comissões técnicas de análise	
24-01.2011		X	→ Avisos PCCTDC/1/2010 e PCCTDC/2/2010 - alteração das datas de apresentação de candidaturas do dia 28 de Janeiro para o dia 25 de Fevereiro	
25-01-2011		X	→ Aprovação dos Avisos 01-SI I&DT e 02-SI I&DT	
26-01-2011	X		→ Analisada a reunião na Assembleia da República com o Grupo de Trabalho do Desenvolvimento Regional → Analisada a notificação da Comissão Europeia ao Estado português, na qual comunica a sua aceitação do processo de financiamento do projeto de instalação de redes de nova geração em zonas rurais → Aprovação do Aviso CIMML/V/PCI/01/2011 → Aviso S/1/2011 – antecipação da data de encerramento para o dia 26-01-2011 → Aviso EDSC-RNGZR/2011 – antecipação da data de encerramento para o dia 26-01-2011 → Aprovação de operações	A antecipação da data de encerramento dos avisos S/1/2011 e EDSC-RNGZR/2011 deveu-se ao fato de o candidato único ter apresentado a sua candidatura
31-01-2011		X	→ Aprovação do Aviso 03/2011 da rede dos sistemas de incentivos	
03-02-2011	X		→ Aviso EDSC-RNGZR/2011 – Aprovação de operação	
09-02-2011	X		→ Análise da proposta de Indicadores Comuns Comunitários → Ratificação da aprovação da OT 16/2011 da Rede dos Sistemas de Incentivos – Conceitos do Sistema de Normalização Contabilística → AAC 03/SI/2010 – SI Qualificação PME – Projetos individuais e de cooperação – Solar térmico – aprovação de operações → Aprovação de operações	
09-02-2011		X	→ Aviso 04/2011 da rede de sistemas de incentivos	
18-02-2011		X	→ Aviso EEC/PROVERE/PA/I/2010 – aprovação de operações	
22-02-2011	X		→ Aprovação de operações	
09-03-2011	X		→ Analisados os impactos no Programa do 2º Memorandum de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios e aprovadas propostas de alteração aos regulamentos específicos dele decorrente a remeter ao IFDR. → Aprovação de operações	
16-03-2011		X	→ Aviso E-EEEHS/1/2010 – alterada a data de apresentação de candidaturas de 25 de março para 27 de maio	
18-03-2011		X	→ Aviso AT/4/2010 – aprovada a operação de assistência técnica aos órgãos de gestão	
24 e 30-03-2011	X		→ Analisada a reunião no IFDR sobre o Empréstimo Quadro do BEI → Ratificadas as seguintes decisões: ○ Aprovação do Aviso 9/2011 dos sistemas de incentivos ○ Aviso SAPCTIEBT – IEBT&SP/1/2010 – prorrogação do prazo de apresentação de candidaturas das 17 para as 23 horas do dia 18 → Aprovação dos avisos: ○ E-EEIP/1/2011 ○ AMP/I/RRE/01/2011 → Aprovação de operações → Aprovados, no âmbito do Plano de Comunicação, os	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		ASSUNTOS E DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			seguintes eventos: i) Prémios Novo Norte 2011, ii) Campanha publicitária ON.2, iii) Produção e difusão televisiva da série "Novo Norte", iv) Exposição fotográfica em parceria com o IFDR	
04-04-2011	X		→ Análise da execução a 31 de março → Ratificação da decisão de aprovação da OG 12/2011 da rede de sistemas de incentivos, referente ao leasing → Aprovação dos seguintes avisos: ○ EEC PROVERE/MinhoIN/PA/1/2011 ○ EEC Mar/PA/1/2011 → Aprovação de operações	
19-04-2011	X		→ Analisadas as deliberações da CMC dos PO regionais do continente referentes à implementação do 2º Memorandum de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Foi decidido colocar várias dúvidas sobre a sua implementação ao IFDR e ao Observatório do QREN → Analisado o conteúdo do Despacho Conjunto dos Ministros das Finanças e da Economia referente ao empréstimo-quadro do BEI às operações financiadas pelo QREN. Foi decidido criar uma equipa de implementação dos projetos financiados pelo EQ BEI → Aprovada minuta de ofício circular aos promotores de operações sem execução financeira inicial há mais de seis meses → Ratificada a decisão de aprovar a OG nº 11/2011 sobre transferência de projetos entre autoridades de gestão, bem como as alterações à OTG nº 15/2011 sobre o conceito de volume de negócio internacional, ambas da rede de sistemas de incentivos → Aprovado o aviso GCEC/2011 → Aviso EEC PROVERE/MinhoIN/PA/1/2011 - Alteração → Aviso EEC Mar/ PA/1/2011 – alteração → Aprovação de operações	Realça-se, pelo impacto nas deliberações da CD, a deliberação da CMC de 4 de abril, de acordo com a qual os pedidos de pagamento apresentados em 2011 de as operações de várias entidades, nomeadamente do universo municipal, seriam pagos a uma taxa de 85%
26-04-2011		X	→ Aprovação do AAC n.º 10/2011 - SI Qualificação de PME – projetos Conjuntos/Internacionalização	
09-05-2011	X		→ Analisados os atuais constrangimentos e necessidades do Programa → Analisado pela Autoridade de Gestão o cumprimento das recomendações da IGF no âmbito da Auditoria ao SGC. → Deliberado intensificar as verificações no local, elaborando um documento que estabelece a metodologia de implementação → Analisado o Manual de Comunicação de Irregularidades ao OLAF, elaborado pelo IFDR → Analisado o plano de concursos relativos à mobilidade elétrica, articulado entre o POFC e o Gabinete do Primeiro-Ministro → Aprovado o aviso SAAAEL/1/2011 → Aprovadas novas minutas dos contratos de concessão de Incentivos dos Sistemas de Incentivos QREN → Aprovação de operações → No âmbito do Plano de Comunicação foram, nomeadamente, aprovadas as seguintes propostas: ○ Participação da Autoridade de Gestão na iniciativa "Fórum do Mar", organizado pela AEP, Exponor e Oceanus XX ○ adaptação das regras de informação e publicidade do ON.2 (vertente de sistema de incentivos) à recomendação da CTC do QREN , tendo designadamente em vista a transformação da obrigatoriedade de publicitação na Web dos cofinanciamentos atribuídos a "boa prática"	
18-05-2011	X		→ Análise do desequilíbrio regional do financiamento do POFC no que respeita aos financiamentos na Região → Aprovação do aviso BCEJ/2011 – "Braga 2012: Capital	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		ASSUNTOS E DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			Europeia da Juventude → Aviso RREB23/1/2010 - alteração da data de apresentação de candidaturas para 29 de julho → Aprovação de operações	
20-05-2011		X	→ Aprovação do Aviso BM/1/2011	
23-05-2011		X	→ Aprovação do Aviso 11/2011 - SI Inovação – Inovação Produtiva – Mobi E	
30-05-2011	X		→ Aprovação do novo Plano Financeiro do ON.2, bem como a proposta de reprogramação a apresentar à CMC dos PO regionais do continente e à Comissão de Acompanhamento do ON.2 → Aprovação dos seguintes avisos: ○ 12/SI/2011-SI I&DT ○ SAIECT-IETIEFE/EN/2011 ○ SAESCTN-PIIC&DT/1/2011 ○ VEETR/Rota das Catedrais/2011 → Aviso PCR/2010 - Reabertura, no SIGON2, do aviso até 31 de Maio, de forma a permitir a submissão das operações candidatadas em outros PO → Aprovadas condições de acesso à Bolsa de Mérito → OG nº 1/2011 relativa à contratação pública → Aprovado o relatório Preliminar do estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Operacional → Aprovação de operações	Na deliberação referente á Bolsa de Mérito foi aprovado que o acesso fica dependente da execução igual ou superior a 50% do total FEDER aprovado em todas as operações cofinanciadas no ON.2. Para este montante FEDER aprovado não se considera os montantes relativos às operações aprovadas no quadro do concurso E-IRFL/2009, já que a assinatura dos seus contratos de financiamento está suspensa No que respeita à OG da contratação pública, foi estipulado que todas as entidades beneficiárias, incluindo aquelas que são ou venham a ser excluídas pelo CCP, ou por legislação avulsa, devem obediência as normas previstas para os organismos de direito público, sendo que, no caso de aquisição de bens e serviços entre os 75 mil euros e os 193 mil euros, ou, no caso dos contratos de empreitada, cujo valor se situe entre 150 mil euros e um milhão de euros, devem consultar, pelo menos três entidades
02-06-2011		X	→ Aviso SAESCTN-PIIC&DT/1/2011	
03-06-2011	X		→ Aprovação a proposta de reprogramação do ON.2 a apresentar à Comissão de Acompanhamento → Aprovado o aviso RNT/01/2011	
14-06-2011	X		→ Ratificação da aprovação de alteração à Orientação Técnica N.º 13.Rev.1/2011 dos Sistema de Incentivos à I&DT - Limites à elegibilidade de despesas, condições específicas de aplicação das despesas elegíveis e metodologia de cálculo das despesas com pessoal técnico do promotor → Aprovação do Aviso GCEC/2011 → Terceira adenda ao contrato de delegação de competências com subvenção global → Decidido apresentar à Comissão de Acompanhamento duas propostas relativas à aprovação de critério de seleção, uma relativa aos Vales I&DT e outra sobre a avaliação de mérito das operações de IC&DT, na sequência da aprovação por consulta escrita dos critérios de seleção → Aprovada a minuta de novos formulários de relatórios de	A terceira adenda ao contrato de delegação de competências com subvenção global foi elaborada na sequência da deliberação aprovada por consulta escrita em 5 de abril da CMC dos PO Regionais do Continente, que instituiu uma Bolsa de Mérito no âmbito da contratualização por subvenção global

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		ASSUNTOS E DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			execução anual e final das operações → Aprovação de operações	
21-06-2011	X		→ Análise da reunião da Comissão de Acompanhamento → Critérios de seleção do Regulamento de Regeneração Urbana → Alteração dos seguintes avisos: ○ E-EEIP/1/2011 – Adiamento do prazo de apresentação de candidaturas ○ SAESCTN-PIIC&DT/1/2011 → Aprovação de candidaturas	Na sequência da aprovação, no dia 16 de Junho, pela CMC dos PO regionais do continente do novo Regulamento Específico da Regeneração Urbana, foi aprovada a proposta de critérios de seleção a apresentar à Comissão de Acompanhamento por consulta escrita
28-06-2011	X		→ Aprovação do aviso SI Inovação – PROVERE → Decidido afetar à Estrutura Sub-regional da CCDRN o apoio às operações dos Eixos 1 e 2 → Aprovadas regras de verificação da contratação pública em operações de assistência técnica → Aprovação de operações	
05-07-2011		X	→ Aprovação do aviso 13/2011 – SI I&DT – Projetos de I&DT em Co-promoção	
12 e 13-07-2011	X		→ Aprovação dos seguintes avisos: ○ VEETR/Porto Wellcome Center/2011 ○ BM RRE/02/2011 → Alteração do aviso SAESCTN- PIIC&DT/1/2011 → Aprovação de operações	
18-07-2011	X		→ Aprovação de operação	
22-07-2011	X		→ Recebida da Comissão Europeia a admissibilidade do Relatório de Execução 2010 → Aprovados os novos indicadores do Programa, resultantes do exercício de reprogramação e de reajustamentos que a AG considerou necessários, a ser apresentados à Comissão de Acompanhamento → Aprovação de operações	
05-08-2011		X	→ Reabertura do processo de encerramento do projeto 4404 dos sistemas de incentivos, tendo em vista a análise da reclamação apresentada pelo seu Promotor "AEPF – Associação Empresarial de Paços de Ferreira"	
17-08-2011	X		→ Esta reunião realizou-se na NUT III Douro no âmbito de uma decisão de realizar reuniões descentralizadas → Foi analisado o ponto de situação dos investimentos na CIM Douro e na CIM de Trás-os-Montes → Foi feita uma reflexão sobre a evolução demográfica das referidas sub-regiões à luz do censo 2011 → Aprovação de operações	
18-08-2011		X	→ Retificação do montante elegível e do FEDER da operação NORTE-04-0241-FEDER-000797	
30-08-2011	X		→ A Comissão Europeia, por carta de 11 de agosto, comunicou a admissibilidade do pedido de reprogramação do PO → Analisadas várias manifestações de dificuldade em garantir a contrapartida nacional por parte de promotores públicos → A Comissão Diretiva fez um balanço da situação dos projetos apoiados pelo programa em matéria de requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar, tendo nomeadamente em conta a sua implantação no território e os respetivos níveis de execução → Ratificada a decisão de proceder à Revisão nº1/2011 à OG nº 8 dos sistemas de incentivos → Aprovado o aviso nº 14/SI/2011 – SI Qualificação PME – Proteção da Propriedade Industrial	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		ASSUNTOS E DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			→ Aprovada a revisão à minuta do contrato de financiamento aplicável a projetos dos Vales IDT e Vale Inovação, aprovada na reunião do dia 9 de Maio → Aprovação de operações	
07-09-2011	X		→ Foi analisada a execução em 31 de agosto, nomeadamente quanto À execução por tipo de entidade e das operações com despesa elegível superior a 10 milhões de euros. Decidido contatar os promotores com execução em atraso → Aprovado o Relatório Final do Estudo de Avaliação da Operacionalização do ON.2 → Aprovação dos seguintes avisos: ○ EEC PROVERE Douro - Região Vinhateira - Projetos Âncora- EEC PROVERE–DRV-PA/1/2011 ○ EEC PROVERE Paisagens Milenares no Douro Verde – Projetos Âncora ○ EEC PROVERE–PMDV-PA/1/2011 ○ EEC PROVERE Montemuro, Arada e Gralheira – Projetos Âncora- ○ EEC PROVERE–MAG-PA/1/2011 ○ EEC PROVERE Rota do Românico do Vale do Sousa – Projetos Âncora- ○ EEC PROVERE–RRVS-PA/1/2011 ○ EEC PROVERE Terra Fria Transmontana – Projetos Âncora- ○ EEC PROVERE–TFT-PA/1/2011 ○ EEC PROVERE Inovarural – Projetos Âncora- ○ EEC PROVERE – Inovarural-PA/1/2011 → Alteração do Aviso EEC PROVERE–MinhoIN-PA/1/2011 → Aprovação de operações	
13-09-2011			→ Balanço da implementação da decisão de contactar os beneficiários relativamente aos atrasos na execução. Nos casos em que os promotores, depois de interpelados, não resolveram a situação ou não deram justificações aceites, foi decidido que serão notificados com vista á rescisão dos contratos → Aprovação de operações	
19-09-2011	X		→ Analisadas as orientações do IFDR referentes aos "Procedimentos de enquadramento e monitorização dos projetos geradores de receitas". → Analisado o Relatório Final da Autoridade de Auditoria relativo à descrição do sistema de gestão e controlo da AMP e das CIM → Analisada proposta de implementação do Plano Anual da Unidade de Controlo Interno para a despesa de 2010 → Aprovação de operações	Em relação ao Relatório de auditoria da IGF às CIM, a Autoridade de Gestão decidiu não aceitar as conclusões nº 2, 5 e 8. Em relação às duas primeiras remeteu à CMC dos POR do continente um ofício a solicitar validação da interpretação da AG
27-09-2011	X		→ Por solicitação do Governo foi feita a análise de cenários de redução máxima de contrapartida pública nacional em vigência dos atuais regulamentos, por um lado, e à luz da proposta de alteração regulamentar em curso relativa às taxas de cofinanciamento, para 85% e para 92% → Análise da reunião entre o IFDR e as AG sobre a operacionalização da reprogramação → Aprovação de operações	
10-10-2011	X		→ Aprovado o acordo operacional celebrado entre o BEI e as entidades bancárias que constituem os fundos de desenvolvimento urbano sustentável → Aprovação de operações	
13-10-2011		X	→ Aviso CIT-PNP/2010 – Aprovação de uma operação	
19-10-2011	X		→ Em relação à Bolsa de Mérito foi deliberado que, quando a modalidade de apresentação de candidaturas é em contínuo, o aumento da dotação dos avisos deve ser feito e divulgado em momento anterior ao do termo da dotação, caso contrário, considera-se que o aviso encerrou por esgotamento do plafond → Aprovada a proposta de alteração ao modelo de Relatório	

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		ASSUNTOS E DELIBERAÇÕES	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
			Final de Execução das operações → Aprovação dos seguintes avisos: ○ EEC PROVERE Aquanatur-PA/1/2011 ○ BM - AAE 01/2011 → Aprovação de operações:	
25-10-2011	X		→ Foi analisada a execução do PO, tendo-se chagado às seguintes conclusões/decisões: ○ Existe uma forte desaceleração, a qual se deve a um problema de congestão dos serviços e a uma falta de liquidez dos promotores, pelo que foi deliberado reforçar as equipas com colaboradores da CCDRN. ○ Reforçar a supervisão às CIM, no âmbito das visitas de acompanhamento ao local das CIM aos projetos nestas contratualizadas ○ Deliberado remeter ao Governo um memorandum sobre a situação das operações referentes a investimento nas áreas de ciência e tecnologia → Analisada a proposta de Orçamento de Estado para 2011 e o seu impacto no projeto de assistência técnica → Aprovada a proposta de decisão sobre o Plano Anual de Controlo Interno de 2009	
09-11-2011	X		→ Aprovado o procedimento de avaliação intercalar do Programa → Aprovada a metodologia do Plano Anual de Controlo Interno de 2010 → Aprovação de operações	
22-11-2011	X		→ A Comissão Diretiva manifestou o seu agrado pela forma como correu a visita do senhor Comissário Europeu Johannes Hahn à Região do Norte e ao Programa, sendo de sublinhar que este referiu aos membros da Comissão Diretiva presentes o seu contentamento pelas interações havidas com os parceiros regionais e pela qualidade das operações visitadas → Realizar o Encontro Anual subordinado ao tema "*O Norte e o QREN - Que respostas contra a crise em 2012?*" → Aprovação da OG 6. Revisão 1 (2011) - "Procedimentos a adotar, na verificação do cumprimento das regras associadas à contratação pública, por todos os organismos intermédios com funções delegadas no âmbito dos sistemas de incentivos do ON.2 ao abrigo do código dos contratos públicos" → Aprovação de operações	
06-12-2011	X		→ Aprovação de operações	
27-12-2011	X		→ Aprovação do plano anual de visitas ao local dos sistemas de incentivos para 2012 → Ratificação da abertura dos seguintes avisos: ○ 14/SI/2011 – SI Qualificação de PME - Promoção da Propriedade Industrial ○ 15/SI/2011 – SI Inovação – Inovação Produtiva – PROVERE ○ 16/SI/2011 – SI Qualificação de PME – Vale Inovação ○ 17/SI/2011 – SI I&DT – Projetos Individuais de I&DT ○ 18/SI/2011 – SI I&DT – Núcleos de I&DT → Aprovação de operações	

Durante o ano de 2011 a Autoridade de Gestão entendeu publicar várias orientações de gestão que definissem regras aplicáveis a aspetos de gestão do Programa, bem como orientações técnicas gerais, definindo aspetos técnicos relacionados com avisos específicos.

Quadro 2.7.2.2 – Orientações técnicas e de gestão

Nº	DATA DE APROVAÇÃO	ÂMBITO	CONTEÚDO
ORIENTAÇÕES DE GESTÃO (OG)			
OG 1 (2011)	30/05/2011	Metodologia de verificação do cumprimento das regras associadas à contratação pública (não aplicável às operações dos sistemas de incentivos)	→ Equipara a organismos de direito público todas as entidades não sujeitas ao Código dos Contratos Públicos → Para valores superiores ao de ajuste direto e inferiores aos limiares comunitários, obriga essas entidades a consultarem, no mínimo, três prestadores → Obriga a publicitar os procedimentos no portal base.gov
OG 1 (2008) Revisão 3 (2011)	28/11/2011	Norma sobre Execução e Acompanhamento das Operações	→ As alterações introduzidas incidem sobre a natureza dos documentos que suportam o pedido: ○ A não obrigatoriedade de aposição do carimbo ON.2 sobre os documentos de quitação; ○ A identificação dos documentos comprovativos das retenções efetuadas para garantia de boa execução da empreitada, a anexar aquando da submissão de cada Pedido de Pagamento que inclua despesa desta natureza; ○ A identificação dos documentos a remeter pelo Beneficiário, caso esteja em causa a comparticipação de despesas relativas a contribuições em espécie e à aquisição de terrenos ou de outros imóveis; ○ A apresentação de Pedidos de 'Estorno'.
ORIENTAÇÕES DE GESTÃO – Rede Incentivos QREN (OG SI)			
OG 10 (2011)	12/01/2011	Determina as condições para o funcionamento da Bolsa de Descativação de Incentivo	→ No contexto das 12 medidas para aceleração da execução de projetos empresariais apoiados pelo QREN, e findo o prazo para apresentação dos pedidos de reformulação de projetos, determina-se um mecanismo que permite a inclusão automática de projetos aprovados há mais de 40 dias úteis e ainda não contratados, numa bolsa de descativação de incentivo
OG 12 (2011)	05/04/2011	Determina as condições de elegibilidade das operações de locação financeira no âmbito dos SI QREN	→ Estabelece o Conceito locação financeira e o tratamento contabilístico → Condições de elegibilidade das despesas financiadas através da Locação financeira → Regra de elegibilidade do lease-back
OG 8 Revisão 1 (2011)	26/08/2011	Acompanhamento do calendário de execução dos projetos e penalidade financeira	→ Estabelece os termos e regras aplicáveis ao acompanhamento do calendário de execução dos projetos e à aplicabilidade da penalidade financeira
OG 6 Revisão 1 (2011)	22/11/2011	Procedimentos a adotar no âmbito da contratação pública, pelos organismos intermédios dos SI	→ Operacionalizar a aferição da aplicação do regime de contratação pública às entidades beneficiárias de projetos apoiados pelos Sistemas de Incentivos do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (ON.2), bem como apresentar a metodologia de verificação do cumprimento das disposições referidas, a adotar pelos Organismos Intermédios com funções delegadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos do ON.2
OG 11 (2011)	01/12/2011	Determina as condições da transferência de projetos entre Programas Operacionais	→ Estabelece as condições de articulação entre o POFC e os PO Regionais → Estabelece que, por regra, a afetação das candidaturas ao respetivo PO fica estabelecida em decisão de financiamento → Estabelece as situações em que se efetua e em que não se efetua a transição de operações
ORIENTAÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS – Rede Incentivos QREN (OT SI)			
OT 16 (2011)	01/02/2011	Harmonização de conceitos do SNC	→ Harmoniza os conceitos utilizados no âmbito do novo modelo de normalização contabilística designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC), o qual sucede ao Plano Oficial de Contabilidade (POC), quanto à aferição dos indicadores adotados nos Sistemas de Incentivos do QREN ao nível dos critérios de seleção e da avaliação de desempenho dos projetos
OT 15 (2010) Revisão 1	15/04/2011	Volume de Negócios Internacional	→ Clarifica o entendimento sobre o indicador "Volume de Negócios Internacional"

Nº	DATA DE APROVAÇÃO	ÂMBITO	CONTEÚDO
(2011)			
OT 13 (2010) Revisão 1 (2011)	14/06/2011	Elegibilidade de despesas no âmbito dos projetos abrangidos pelo Regulamento do SI I&DT	→ Estabelece regras sobre elegibilidade das despesas, despesas com pessoal técnico do promotor, honorários, viagens e estadias, custos indiretos e adaptação de edifícios e instalações
OT 17 (2011)	06/12/2011	Cumulação dos auxílios financeiros com o capital de risco	→ Esta orientação - aplicável aos sistemas de Incentivos à Inovação, à Qualificação e Internacionalização de PME e à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (Centros e Núcleos de IDT) - trata da cumulação dos auxílios financeiros com o capital de risco. → Clarifica a regra de cumulação de apoios concedidos ao abrigo dos auxílios financeiros - designadamente os de finalidade regional para o período 2007-2013 com os apoios atribuídos através de medidas capital de risco. → Assim, a atribuição de incentivos financeiros no âmbito dos SI QREN deverá ter em conta as intervenções de fundos de capital de risco públicos, quando o promotor da candidatura aos SI QREN, na data da sua apresentação, foi intervencionado através de capital de risco público.

Em 16 de novembro de 2011 a Autoridade de Gestão participou no encontro anual dos PO FEDER e Fundo de Coesão com a Comissão Europeia, organizada pelo IFDR. Neste encontro abordaram-se as seguintes questões:

QUESTÃO	CONCLUSÕES
1. Realização dos POs e meta N+3	A Comissão solicitou informações atualizadas em matéria dos níveis de execução dos POs. Segundo dados referidos a 30/09/2011, a situação geral é a seguinte: i) Foram já apresentadas mais de 35 mil candidaturas FEDER e FdC, das quais mais de 16 milforam aprovadas; ii) Taxa média de aprovação (aprovado/programado) FEDER e FdC: 78 %; iii) Taxa média de execução (executado/programado) FEDER e FdC: 29 % Estas taxas médias revelam no entanto alguns desequilíbrios entre POs com bons níveis de aprovação e de execução e outros com valores menos positivos. Continua também a haver um "gap" global muito significativo entre aprovações e execução (cerca de 7 mil milhões de euros), que aumentou ainda em 2010 e 2011 em relação a anos anteriores. As AGs de alguns POs (nomeadamente os regionais) chamaram a atenção para o facto de a falta de tesouraria dos promotores dificultar a execução no terreno de muitos projetos. Verifica-se igualmente uma grande dificuldade de acesso a financiamentos (nomeadamente bancários) por parte das empresas, o que tem reflexo na capacidade de execução de projetos privados. Em termos de quantificação global de execução de "earmarking" a situação é globalmente positiva, sendo este valor atualmente superior ao inicialmente previsto. Mais de 20% dos montantes "Fundo" aprovados correspondem a mecanismos de Engenharia Financeira. Em termos de pagamentos, verifica-se uma dificuldade resultante do facto da Autoridade de Certificação estar atualmente a reembolsar os POs a taxas superiores à taxa média de reembolso pela Comissão. A reprogramação em curso permitirá corrigir este problema. No que tem a ver com a regra N+3, à data do Encontro anual todos os POs (com a exceção do Alentejo) cumpriram já a meta para 2011. Para 2012, 3 POs (VT FEDER, COMPETE, Açores) cumpriram já a meta. Prevêem-se no entanto desde já dificuldades globais no cumprimento da regra N+3 no ano 2013.

2. Grandes projetos	A Comissão recordou que os GPs, para além da sua importância estrutural, são um elemento importante para acelerar a execução do POs. Foi feito na reunião um ponto de situação sobre a execução dos GPs já aprovados, sobre aqueles já notificados à Comissão mas ainda não aprovados, e finalmente sobre o calendário de apresentação de novos GPs. À data do Encontro anual, tinham sido notificados à Comissão 20 GPs, dos quais 11 foram já aprovados. A taxa de execução média dos GPs aprovados é superior a 40%. Algum do atraso na preparação de GPs, nomeadamente em projetos na área da água, tem a ver parcialmente com um "overlapping" com o encerramento do Fundo de Coesão II. Portugal prevê a apresentação de mais de 20 novos GPs. A Comissão chamou a atenção das autoridades nacionais para o facto de ser necessário programar com antecipação essa apresentação de novos projetos, e ainda para as consequências do facto de alguns desses GPs provavelmente virem a ser completados já durante o decurso do período 2014/2020. A Comissão referiu ainda a importância dos projetos ferroviários a implementar e sublinhou a sua expectativa que no contexto da reprogramação prevista para 2012 essa questão seja decidida.
3. Medidas adotadas para reforçar a execução e respostas do QREN à situação económica atual	O IFDR e as AG de diversos POs pronunciaram-se sobre a execução dos POs, tendo sido referidas algumas das iniciativas tomadas para acelerar a execução: certificação de despesas relativas a GPs ainda sem decisão da Comissão, aplicação em 2011 do aumento das taxas de cofinanciamento para 80% no âmbito dos PO regionais, aplicação em 2011 do aumento de taxas de cofinanciamento para 80% no "Ciclo Urbano da Água" no POVT e outras tipologias específicas de investimento municipal, bonificação para 85% da taxa de cofinanciamento das despesas executadas e apresentadas em 2011, criação no âmbito de cada PO regional de uma "Bolsa de mérito à execução" acessível a municípios com melhor capacidade de execução, promoção da execução das iniciativas da Política de Cidades, eliminação de compromissos sem capacidade de execução, e algumas medidas específicas para as regiões de Lisboa e Algarve (requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, bem como de Parcerias para a Regeneração Urbana). Pelo PO COMPETE e no que foi ainda apresentada a "Bolsa de Descativação de Incentivos". O Observatório do QREN apresentou com detalhe as principais linhas de força de intervenção global do QREN como resposta à crise, desde 2008. A Comissão, por seu lado, referiu algumas iniciativas como a reprogramação em curso (que permitirá a redução das contrapartidas nacionais e a realocação entre POs e Fundos, tendo em vista transferir montantes financeiros para os POs com mais capacidade de absorção) e a modificação dos Regulamentos sobre os Fundos que permitirá o chamado "top-up" (que para Portugal poderá representar pagamentos na ordem dos 500 milhões de euros). A Comissão referiu ainda o facto de a Autoridade de Auditoria ter identificado uma série de questões que afetam a possibilidade de a Autoridade de Certificação poder apresentar à Comissão certas despesas efetuadas pelos beneficiários. Essas questões abrangem situações de conflitos de interesse, de separação de funções, de elegibilidade de operações, de verificações de gestão e pistas de auditoria, etc. Em termos de organismos intermediários, as questões suscitadas citam essencialmente as CIMs, o FINOVA e a FCT. A Comissão recordou que há um risco que tais questões possam levar à interrupção e suspensão de pagamentos, tendo solicitado que a Autoridade de Certificação não certifique despesas relacionadas com esses organismos, apelando às AGs que assegurem que as necessárias medidas corretivas são implementadas o mais rapidamente possível, em colaboração com a Autoridade de Auditoria e o IFDR.
4. Ponto de situação das Reprogramações	As autoridades portuguesas e a Comissão informaram que o exercício de reprogramação em curso seria finalizado a curto prazo. A Comissão pretende finalizar o processo de avaliação das propostas modificadas apresentadas pelas autoridades nacionais e proceder à respetiva aprovação formal até ao início de

	Dezembro. Sendo assim, foi solicitado às autoridades nacionais o envio, com a brevidade possível, de novos pedidos de pagamento. A Comissão afirmou igualmente estar de acordo com o princípio de uma nova reprogramação, a lançar em 2012, cobrindo certas opções estratégicas que não foram tratadas na reprogramação a decorrer, uma vez que esta visava essencialmente questões de natureza técnica.
5. Contratação Pública	A Comissão apresentou com detalhe aos participantes no Encontro anual as principais ações previstas no "Memorando de Entendimento" entre Portugal e a "troika", em termos de reformas estruturais a implementar no âmbito da Contratação Pública. A Comissão chamou ainda a atenção para 2 aspetos específicos no âmbito da aplicação do direito comunitário na área da Contratação Pública em Portugal: os limites estabelecidos para ajustes diretos e certas condições impostas a contratos públicos superiores a 25 milhões €. O IFDR e a IGF procederam a uma apresentação detalhada das auditorias já efetuadas ou a decorrer, e dos seus principais resultados em termos de Contratação Publica, nomeadamente tendo em consideração as lições aprendidas com o QCA III, sendo que as taxas de erro verificadas se situaram entre 0,3% e 0,35%, o que revela uma evolução positiva no nível de risco associado à Contratação Pública. A Comissão reconheceu a dimensão elevada do esforço de auditoria efetuado.
6. Breve balanço dos eventos anuais	Foi recordada a necessidade de se organizar anualmente, a nível de cada PO, um evento anual tendo em vista a informação e consciencialização dos cidadãos sobre os financiamentos comunitários, e neste contexto a Comissão solicitou o envio anual de um calendário global (para todos os POs), sendo constatado que, à data do Encontro, 4 POs tinham já organizado o seu evento relativo a 2011.
7. Ponto de situação sobre o Empréstimo-Quadro do BEI	Foi feita pelas autoridades nacionais uma apresentação do ponto de situação da utilização do Empréstimo-Quadro do BEI a Portugal. O financiamento solicitado neste contexto eleva-se já a cerca de 700 milhões de euros, dos quais mais de 350 milhões foram já aprovados. Encontra-se atualmente em estudo a possibilidade de alargar a utilização do Empréstimo ao sector privado.
8. Ponto de situação sobre a Iniciativa Jessica	No Encontro anual foram apresentados resumidamente os resultados da reunião bilateral que tinha sido realizada no dia 7 de Novembro: O plano de ação definido em 2009 considera-se integralmente cumprido e dentro dos prazos estabelecidos. A assinatura dos FDUs em 11 de Outubro foi o último ponto desse plano. Lamenta-se, no entanto, não ter sido possível contar com a participação de representantes dos FDUs nesta reunião. A estratégia a seguir na sequência da conclusão do processo de seleção dos FDUs deverá conduzir – no horizonte de 2021, altura até onde se preveem investimentos no âmbito de JESSICA – a um resultado final de cerca de 1000 milhões de euros. A médio prazo, este efeito de alavancagem deve induzir cerca de 350 milhões de euros de investimento. Relativamente ao quadro regulamentar, nomeadamente no que diz respeito à elegibilidade de despesas serão organizadas sessões (workshops e seminários) com finalidade informativa, técnica e pedagógica tendo como destinatários os potenciais utilizadores de JESSICA. Está previsto um seminário para o próximo mês de Janeiro de 2012. No que diz respeito às intervenções de JESSICA no sector da habitação, ficou esclarecido que os fundos comunitários que participam na operação estão sujeitos à regulamentação em vigor, ou seja, as intervenções na habitação não são elegíveis. Esta aplicação não é extensível aos recursos financeiros provenientes de fundos privados alavancados. Dada a importância do instrumento JESSICA, em particular no contexto atual, deverá ser assegurado

	acompanhamento adequado em matéria de visibilidade e comunicação. As próximas etapas a percorrer são: - Início do fluxo financeiro do Holding Fund (HF) para os FDUs. - Transferência da segunda tranche de fundos para o HF em finais de Janeiro de 2012. - FDUs comprometidos em contratar 60% dos fundos até finais de 2012, com os primeiros contratos a serem concluídos em Janeiro de 2012. - Atualização do "compliance assessment" respeitante a JESSICA (manual de procedimentos em fase de preparação pela equipa BEI em colaboração com o IFDR). - Dada a importância do tema, bem como a pertinência das discussões, ficou acordado continuar-se com o ritmo de duas reuniões técnicas por ano a promover em colaboração entre a DG REGIO, o IFDR, o BEI e as CCDRs.
9. Encontros bilaterais DG REGIO – Autoridades de Gestão	A Comissão Europeia expressou a sua grande preocupação pelo facto de não estarem ainda resolvidas as dificuldades que afetam o bom funcionamento das CIMs em 3 programas – PO Norte, Centro e Alentejo, e consequentemente impedem a certificação da despesa ligada a estes organismos intermédios. A Comissão referiu que o aumento enorme dos organismos intermédios - dos 10 inicialmente aprovados no âmbito da avaliação de conformidade passou-se para 36 – aumentou consideravelmente o risco associado à complexidade dos sistemas de gestão e controlo e à dificuldade em garantir know-how suficiente em todos os OIs. Os serviços da Comissão pediram ainda que as AGs, a Autoridade de Certificação e a Autoridade de Auditoria intensificassem os esforços no sentido de ultrapassar as dificuldades existentes, pedindo também que fosse apresentado um ponto de situação. Referiu também a Comissão que mesmo que os problemas sistémicos sejam ultrapassados, a despesa anteriormente efetuada deve ser verificada, pelo que tendo em conta as modificações ao sistema entretanto efetuadas, insistiu também que até que tal aconteça a despesa não pode ser certificada à Comissão. Lembrou por último que a responsabilidade formal das AGs permanece mesmo que tenha delegado parte das suas competências em organismos intermédios.
10. Reunião de trabalho sobre indicadores	No que diz respeito aos "core indicators", confirmou-se ter sido acordado que os relatórios anuais dos POs, a publicar no próximo ano de 2012, apresentariam valores tendo por base o realizado e não meramente o contratado, como é o caso à data (exceção feita aos "core indicators" cujo valor a indicar é sempre o contratual). Foi também referido que, para todos os POs, os indicadores da reprogramação já foram introduzidos no sistema SFC 2007. Uma versão aprovada será introduzida brevemente. A Comissão solicitou ao IFDR uma verificação detalhada dos dados introduzidos relativamente aos "core indicators". A verificação detalhada dos outros indicadores por programa será feita quando a versão final for definitiva. Relativamente aos "core indicators" do corrente período de reprogramação, os valores e as metas para 2015 foram analisados caso a caso. A Autoridade de Certificação referiu algumas dificuldades neste exercício e que são as seguintes: dificuldades no cálculo de alguns destes indicadores por falta de claras instruções da parte da Comissão, casos em que o valor acumulado não coincide com a soma do todo, caso de indicadores presentes simultaneamente em POs regionais e nos POs temáticos, dificuldades na recolha de dados ao nível local, etc.

Secretariado Técnico

O Secretariado Técnico do ON.2 foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros 25/2008 de 13 de Fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação 19-B/2008 de 11 de Abril, e alterada pela Resolução do Conselho de Ministros 72/2008 de 30 de Abril. A sua estrutura orgânica foi aprovada pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, sendo dirigidos por cinco secretários técnicos, nomeados pelo Despacho 15470/2008 de 4 de Junho e pelo Despacho 19302/2008 de 21 de Julho, ambos do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Ao Secretário Técnico de Acompanhamento Global compete apoiar os órgãos de governação do ON.2, nomeadamente a Comissão Diretiva, estando na dependência direta do Gestor. É o responsável pela apresentação das propostas de deliberação, validação e eficácia, sendo responsável pela sua divulgação, bem como pelo relacionamento do ON.2 com os órgãos de governação do QREN. No exercício das suas funções é apoiado pelos restantes Secretariados Técnicos.

Ao Secretário Técnico de Apoio Jurídico, Contencioso, Auditorias e Gestão Financeira compete dar apoio técnico à Comissão Diretiva e aos restantes Secretariados no domínio do apoio jurídico, contencioso, coordenação de auditorias e gestão financeira, estando na dependência da Comissão Diretiva.

Ao Secretário Técnico da Competitividade dos Territórios e das Políticas de Cidades, ao Secretário Técnico do Conhecimento, da Inovação e Valorização Económica dos Recursos e ao Secretário Técnico dos Sistemas de Incentivos compete a verificação e emissão de parecer sobre a aceitabilidade da admissão das candidaturas a financiamento pelo PO, e a análise do seu mérito, bem como o acompanhamento da sua execução tendo em conta a disciplina jurídica aplicável. Assim, são responsáveis pela preparação e validação final, no plano técnico:

- do conteúdo dos Avisos de Abertura de Concurso, tendo em consideração as orientações para o efeito emitidas pela Comissão Diretiva;
- da análise da admissibilidade e aceitabilidade das operações e dos Beneficiários;
- da atribuição do mérito, comunicação da aprovação e contratualização;
- da análise dos aspetos técnicos e físicos da execução das operações, quer em sede de verificação dos pedidos de pagamento quer do acompanhamento no local das operações.

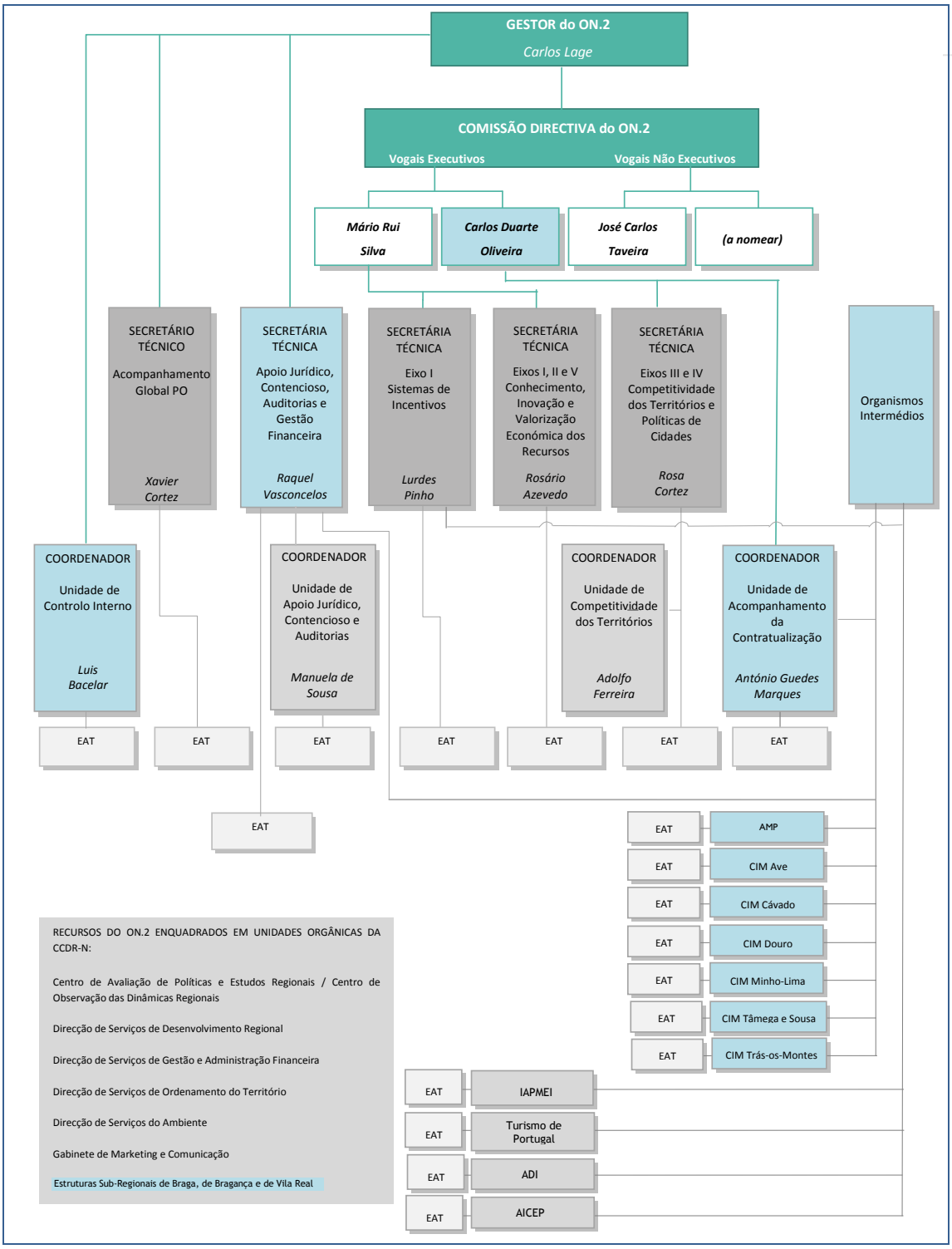
No que respeita ao Secretariado Técnico do Sistema de Incentivos, ainda que as tarefas de gestão inerentes ao ciclo de vida das operações sejam em grande medida desenvolvidas por Organismos Intermédios, nos termos legais dos protocolos celebrados, e do 'Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos', compete a este Secretariado Técnico, o desempenho designadamente das seguintes funções:

- participação nas tarefas de gestão operacional dos Sistemas de Incentivos (SI) desenvolvidas pela Rede dos Incentivos QREN, designadamente no que concerne a elaboração de AAC, Orientações Técnicas e de Gestão, Manuais de procedimentos, etc.
- colaboração com os Organismos Intermédios no desenvolvimento de todas as tarefas relacionadas com a gestão do ciclo de vida dos projetos;
- supervisão das tarefas desenvolvidas pelos Organismos Intermédios;
- colaboração nas funções de avaliação e monitorização do ON2, designadamente através da recolha e tratamento de informação sobre execução física e financeira dos SI, bem como na preparação de relatórios de execução do Programa;
- colaboração na promoção de iniciativas de informação/divulgação dos Sistemas de Incentivos e serviços de atendimento a promotores (linha de atendimento e email)
- preparação de relatórios com informação de apoio à gestão do programa.

Para além dos Secretariados Técnicos, o Presidente da Comissão Diretiva nomeou igualmente quatro Coordenadores de equipas multidisciplinares, nos termos dos n.ºs 6 e 7 do Anexo IV da Resolução do Conselho de Ministros 25/2008, os quais são responsáveis pelas seguintes áreas: controlo interno, contratualização, jurídica e auditorias, e valorização do território.

O organograma da autoridade de gestão é o seguinte:

Figura 2.7.2.1 Organograma da Autoridade de Gestão



A 31 de Dezembro o Secretariado Técnico do ON.2 era constituído por 85 membros, sendo 63 do sexo feminino, cinco das quais em funções dirigentes ou de coordenação, e 22 do sexo masculino, quatro dos quais em função dirigente ou de coordenação. A sua área de formação académica era a seguinte:

Quadro 2.7.2. – Formação académica e distribuição por género

SEC. TÉCNICO / UNIDADE ORGÂNICA	FORMAÇÃO ACADÉMICA										GÉNERO		
	Técnicos Superiores (Secretários, Coordenadores e Técnicos)								Assistentes Técnicos	TOTAL	Mulheres	Homens	TOTAL
	Economia, Gestão, Contabilidade, Administração e afins	Engenharia Civil, Arquitetura, Geografia e afins	Direito, Auditoria e afins	Psicologia, Sociologia e afins	Engenharia de Sistemas e afins	Comunicação, Marketing e afins	Outras áreas de formação	Total					
ESTRUTURA TÉCNICA DO ON.2	31	26	8	4	2	2	7	74	5	79	63	22	85

Tendo consciência de que o sucesso da boa gestão do ON.2 depende de uma boa formação dos seus recursos humanos, como principal ativo do PO, foi elaborado um plano de formação plurianual.

Ao longo de 2011 a AG promoveu ou participou num conjunto de ações de formação, sobre as seguintes temáticas:

- "European Public Procurement" – European Institute of Public Administration
- "Internal and External Audit of the EU Funded Programs and Projects" – European Institute of Public Administration
- Workshop "Instrumentos de Engenharia Financeira" – IFDR e Comissão Europeia
- Auditoria do Tribunal de Contas
- Seminário da Agência Nacional de Compras Públicas
- CAGEP - Curso Avançado de Gestão Pública – INA – Instituto Nacional de Administração

Sublinhe-se igualmente que a formação das equipas de apoio técnico da AMP/CIM foi uma preocupação permanente da AG, tendo os seus técnicos sido incluídos em ações de formação da AG.

O mesmo aconteceu com a Estrutura Sub-regional da CCDRN que, no âmbito do apoio prestado à AG, foi-lhe dada formação em sala ou em contexto de trabalha, sobre contratação pública, sobre o sistema de informação e sobre os procedimentos adotados pela AG.

Durante o ano de 2011 a AG recebeu uma colaboradora do Ministério das Finanças da Croácia, país que vai aderir à União Europeia em 2013, a qual acompanhou, durante dois meses, a atividade desenvolvida pelo Programa nas suas várias vertentes.

2.7.3. Comissão de Aconselhamento Estratégico

A Comissão de Aconselhamento Estratégico é o órgão de aconselhamento estratégico da execução do ON.2, reportando, através do membro do Governo responsável pelo desenvolvimento regional, à CMC dos PO regionais do continente; é presidida por este membro do Governo – atualmente o Secretário de Estado Adjunto, da Economia e do Desenvolvimento Regional – e composta pelo membro do Governo responsável pelas autarquias locais, o Presidente da CCDR Norte, o Presidente do Conselho da Região, um representante das instituições de ensino superior, empresariais e sindicais e por um representante de cada associação de municípios de nível NUT III.

Tal como ocorreu em 2010, durante o ano de 2011 não se realizaram reuniões da Comissão de Aconselhamento Estratégico.

2.7.4. Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento é o órgão que assegura a qualidade da execução e o acompanhamento do ON.2. Durante o ano de 2011 realizou-se uma reunião da Comissão de Acompanhamento do ON.2, e duas consultas escritas.

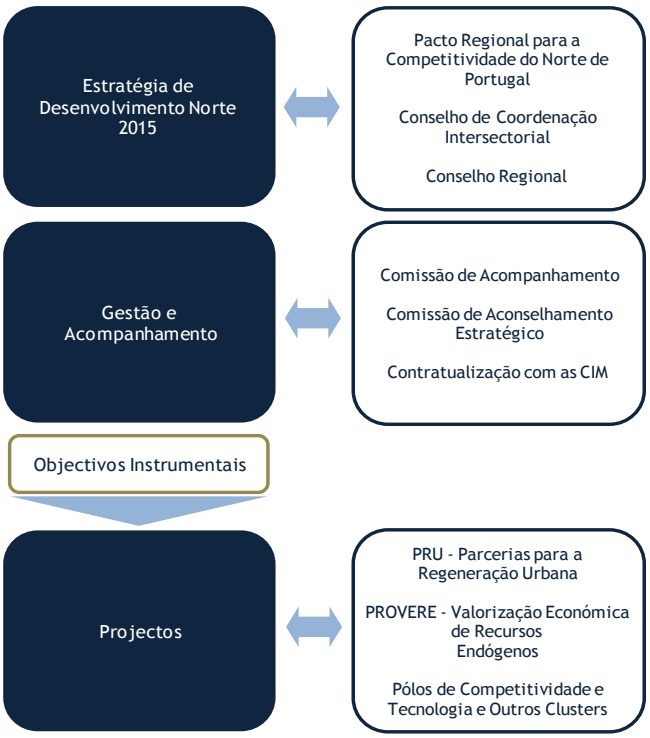
Quadro 2.7.4 – Deliberações da Comissão de Acompanhamento

DATA DA DELIBERAÇÃO	FORMA		DELIBERAÇÕES / ASSUNTOS	OBSERVAÇÕES
	Reunião	Consulta Escrita		
12-03-2011		X	Critérios de Seleção do Regulamento Específico "Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Cientifico e Tecnológico Nacional"	Aprovado por unanimidade.
09-06-2011		X	Aprovação do Relatório de Execução 2010	Dado que o RE 2010 não ficou pronto a tempo de respeitar os 14 dias de antecipação da reunião da Comissão de Acompanhamento, foi promovida uma consulta escrita, sem prejuízo da sua análise na reunião do dia 16 de junho. O RE 2010 foi aprovado por unanimidade.

16-06-2011	X		Aprovação da ata da reunião anterior Informações gerais Análise do Relatório de Execução Anual de 2010 Análise da evolução do Programa em 2011 Aprovação da proposta de reprogramação do Programa Proposta de clarificação nos critérios de seleção: SI PME E SI I&DT do procedimento de seleção dos Vales I&DT e Inovação Outros assuntos	O Relatório de Execução teve opinião favorável por parte da CA A proposta de reprogramação foi aprovada por unanimidade A proposta de clarificação nos critérios de seleção: SI PME E SI I&DT do procedimento de seleção dos Vales I&DT e Inovação foi aprovada por unanimidade Foram apresentados os resultados preliminares do Estudo de Operacionalização do ON.2
21-06-2011		X	Aprovação dos critérios de seleção da Reabilitação Urbana	Aprovada por unanimidade
22-07-2011		X	Proposta de Reprogramação do ON.2 – "O Novo Norte"	Na sequência da apresentação e aprovação da proposta inicial durante a reunião. Aprovada por unanimidade.

2.7.5. Parcerias

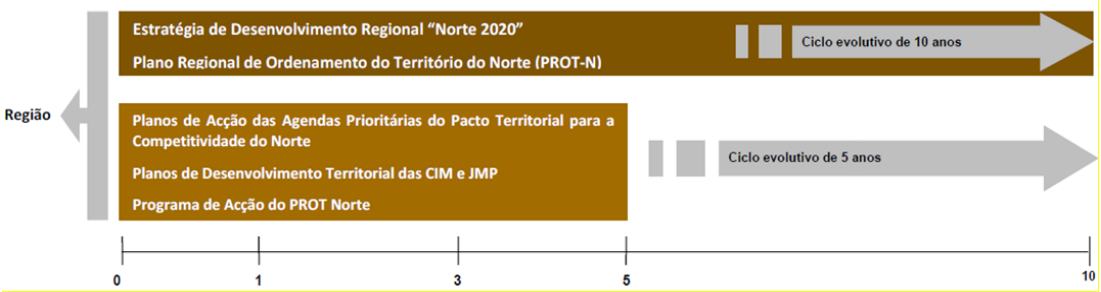
Nos termos do número 2 do Artigo 11º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, o desenvolvimento de trabalhos em parceria abrangem a preparação, a execução, o acompanhamento e a avaliação dos programas operacionais. No caso do ON.2 – "O Novo Norte", a consecução desta parceria a esses diferentes níveis, envolvendo os parceiros mais representativos ao nível da Região do Norte, em termos sectoriais e territoriais, encontra-se esquematizada na figura seguinte.



Parcerias de nível estratégico

Ao longo do ano de 2011 merece particular destaque o desenvolvimento do Documento "Norte 2020 - Competitividade & Convergência", que revisita e redesenha a visão e prioridades de desenvolvimento atuais (definidas no exercício "Norte 2015"), considerando simultaneamente a natureza disruptiva da atual crise e o contexto recente configurado pelas políticas públicas nacionais de contenção da despesa pública. O referido documento integra e torna mais coerentes o diagnóstico e contributos que resultaram das iniciativas do Pacto Regional para a Competitividade do Norte de Portugal e suas "Agendas Temáticas Prioritárias" (Internacionalização, Inovação, Acolhimento Empresarial, Empregabilidade, Mar, Saúde, Moda, Indústrias Criativas, Turismo, Mobilidade, Transportes e Logística; Região Digital; Energia; Ambiente; Cidades e Urbanismo; Desenvolvimento Rural) e do Plano Regional do Ordenamento do Território do Norte e seu Programa de Ação.

Figura 2.7.2 – Ciclo de Planeamento da Região do Norte



Os contributos do Pacto Regional para a Competitividade do Norte de Portugal - traduzidos em planos de ação concretos, com referenciais de financiamento do investimento público e privado - e a análise aos primeiros resultados da aplicação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e do Programa Operacional Regional do Norte ("ON.2 - O Novo Norte") permitem acalentar uma melhoria dos níveis de integração e de coerência das ações a desenvolver. Neste contexto, salienta-se em 2011, em particular:

- A atualização do documento do Pacto Regional "Norte 2020 - Competitividade & Convergência" enquanto exercício de cooperação estratégica dos principais responsáveis e atores da Região, contemplando, por um lado, o reforço do nível de articulação e coerência das estratégias e ações mais diretamente relacionadas com a promoção da competitividade regional e, por outro, a incorporação de metas para o horizonte Norte 2020. Esta Iniciativa procura, assim, numa perspetival amplamente participada e de forte envolvimento dos principais atores regionais e de escrutínio público, delinear estratégias, objetivos e ações de políticas públicas e estruturar a estratégia de desenvolvimento regional que responda aos novos desafios que se colocam à Região do Norte na próxima década, constituindo um referencial para a fase remanescente do QREN 2007-2013 e para o próximo ciclo de programação comunitário;
- A organização do Seminário "Europa 2020: O Plano Nacional de Reformas 2020 e os Apoios Comunitários na Região do Norte" numa iniciativa promovida pela CCDR-N, pelo ON.2 - O Novo Norte e pelas Secretarias de Estado da Energia e Inovação e dos Assuntos Europeus. Subordinado ao tema das políticas comunitárias de competitividade e coesão da estratégia "Europa 2020", este evento - que envolveu mais de 200 participantes - teve como objetivo principal promover o debate público com os principais atores nacionais, regionais e locais sobre o "Plano Nacional de Reformas 2020", enquanto contributo de Portugal para a implementação da

Estratégia "EUROPA 2020" e a estruturação do próximo ciclo das políticas de coesão e dos fundos comunitários pós-2013;

- A dinamização e o seguimento das iniciativas que integram as Agendas Prioritárias do Pacto Regional para a Competitividade do Norte de Portugal, destacando-se, a título de exemplo, a articulação com correspondentes as entidades gestoras, ou as ações de acompanhamento da implementação da estratégia e dos programas de ação dos Polos de Competitividade e Tecnologia e Clusters Regionais sedeados na Região do Norte, reconhecidos no âmbito das Estratégias de Eficiência Coletiva do QREN.

O trabalho de parceria tem sido assegurado, também, com o Conselho de Coordenação Intersectorial (onde estão presentes os dirigentes dos serviços desconcentrados, na região NUTS II Norte, da Administração Central), instituído pelo Decreto-Lei n.º 134/2007 de 27 de abril e o Conselho Regional (onde estão representados os 86 Municípios da Região do Norte bem como outras entidades que vão desde universidades, associações socioeconómicas e socioprofissionais, a ONG nas áreas do ambiente e, genericamente, do desenvolvimento rural e local). Nestes órgãos, procedeu-se não só à análise da implementação do Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte, como ao escrutínio da execução do ON.2, dos PO Temáticos e do PRODER na Região do Norte.

Durante o ano de 2011, no que diz respeito ao Conselho de Coordenação Intersectorial (CCI), foi efetuada uma reunião plenária (12 de abril) dedicada à temática "Rede de Património Histórico e Arquitetónico do Norte". Nessa reunião houve, ainda, lugar à participação e ao debate, envolvendo quer os responsáveis dos serviços desconcentrados, quer o Comité Permanente do Conselho Regional, sobre a evolução da conjuntura socioeconómica e sobre a aplicação dos Fundos Estruturais do QREN na Região do Norte, bem como à apresentação do documento "Os Serviços desconcentrados do Conselho de Coordenação Intersectorial do Norte: Breve Caracterização e Identificação de Áreas de Potencial Articulação" cujos conteúdos decorreram do conjunto de reuniões bilaterais com os diversos serviços desconcentrados realizadas no sentido de aprofundar alguns aspetos relacionados com a articulação dos serviços desconcentrados do CCI e com o seu papel de promoção de uma efetiva ação intersectorial. Este documento, que mereceu a apreciação favorável do órgão, reúne um conjunto de indicadores de caracterização de cada serviço (grau de autonomia, recursos humanos e recursos financeiros) e sistematiza os Grupos de Trabalho identificados pelos diversos serviços desconcentrados como áreas de trabalho comum a desenvolver pelo CCI.

Paralelamente à organização da reunião de trabalho referenciada, foram ainda desenvolvidos, no âmbito do CCI, outros trabalhos de natureza intersectorial, dos quais passamos a destacar:

- Dinamização do Grupo de Trabalho "Novas Oportunidades nos Serviços Desconcentrados da Região do Norte", nomeadamente: (a) Ação de acompanhamento e de monitorização da iniciativa no que respeita à atualização do número de trabalhadores abrangidos, inscritos e diplomados; (b) Ação de mobilização e encaminhamento dos trabalhadores da ARS Norte para processos de educação e formação de adultos; (c) Ação de encaminhamento dos formandos da ARS Norte para os Centros Novas Oportunidades selecionados; (d) Elaboração do relatório anual de execução da iniciativa "Serviços Desconcentrados: Novas Oportunidades";
- Criação e atualização dos conteúdos relativos ao Conselho de Coordenação Intersectorial na área de trabalho web especificamente criada para os membros do CCI (http://www.ccdr-n.pt/cci-norte.htm);
- Elaboração e consensualização dos serviços desconcentrados no âmbito das áreas de trabalho relativas aos Despachos de Constituição dos Grupos de Trabalho nomeadamente: (i) "Gestos que Salvam: Educação para a Emergência"; (ii) "Dádiva de Sangue nos Serviços Desconcentrados da Região do Norte"; (iii) "Rede de Prestação de Cuidados a Vítimas de Violência Doméstica e de Tráfico de Seres Humanos na Região do Norte";
- Elaboração e consensualização dos parceiros relativamente ao modelo de dinamização da iniciativa "Gestos que Salvam: Educação para a Emergência" envolvendo a participação das Comunidades Intermunicipais e Área Metropolitana do Porto.

Durante o último trimestre de 2011, realce para o trabalho de parceria desenvolvido no âmbito da dinamização da iniciativa formativa inovadora "REGIOPLAN - Formação em Planeamento Estratégico", contemplando a realização dos cursos "Planeamento e Gestão Estratégica: Conceitos Base e Principais Outputs" e "Planeamento e Gestão Estratégica: Metodologias de Implementação e Avaliação e envolvendo a participação de dirigentes e técnicos da CCDR-N, do Programa ON.2 e dos serviços desconcentrados do Conselho de Coordenação Intersectorial. Pretendeu-se com esta iniciativa de valorização das competências de dirigentes e técnicos superiores da Administração Periférica do Estado, reforçar a capacitação dos serviços no domínio do desenvolvimento regional e do

planeamento e gestão territoriais num processo de aprendizagem comum e num quadro de parceria institucional.

Ao nível do Conselho Regional (CR) da CCDR-N, também merece destaque a aprovação da dinamização da iniciativa "Modernizar o Estado, Aprofundar a Democracia e Desenvolver as Regiões", concretizada, em 2011, no âmbito da organização da sessão pública "Regionalização & Revisão Constitucional: Que Perspetivas?". Com a participação de personalidades da vida política e intelectual nacional e dos Deputados dos Partidos políticos representados na Assembleia da República, pretendeu-se, assim, com esta sessão promover um debate sobre a evolução do processo de regionalização no quadro da iniciativa de revisão constitucional.

Importa ainda referenciar a dinamização da iniciativa "Norte + Próximo" enquanto processo contínuo de concertação territorial de prioridades de políticas públicas ao nível sub-regional, desenvolvido em estreita parceria com o Conselho Regional, com as Comunidades Intermunicipais (CIM's), a Junta Metropolitana do Porto (JMP) e com os principais sectores da Administração Central pertinentes para cada um dos espaços territoriais da Região do Norte. Durante o ano de 2011, teve lugar o encontro de trabalho com a Junta Metropolitana do Porto, tendo sido trocadas informações sobre a evolução da conjuntura socioeconómica na Região Norte e naquele espaço metropolitano, bem como efetuado o ponto de situação sobre os investimentos prioritários do ON.2 – "O Novo Norte" e dos Programas Temáticos do QREN para aquele espaço territorial. No final, resultou um reporte no sentido de melhorar a eficácia e a eficiência de aplicação dos múltiplos instrumentos de políticas públicas (regionais, nacionais e comunitários) às realidades concretas e específicas daquele subespaço regional.

As diversas iniciativas anteriormente descritas constituem, assim, um instrumento fundamental para reforçar o "empowerment" das instituições e agentes locais e regionais em torno da execução, monitorização e avaliação das políticas de coesão e desenvolvimento regional no Norte de Portugal.

Parcerias ao nível da gestão e acompanhamento

No que respeita à gestão e acompanhamento do ON.2 – "O Novo Norte", a dinamização do trabalho de parceria exerce-se, fundamentalmente, em duas instâncias: na Comissão de Aconselhamento Estratégico e Comissão de Acompanhamento; com as constituições definidas, respetivamente, nos Artigos 41º e 42º do Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de Abril.

Durante o ano de 2011, a Comissão de Acompanhamento reuniu-se uma vez (16-6-2011), tendo-se efetuado, ainda, diversas consultas escritas a esse órgão. No ano de 2011 não se realizaram reuniões da Comissão de Aconselhamento Estratégico. Nos termos do Artigo 41º do Decreto-lei nº 312/2007 de 17 de Setembro (republicado através do Decreto-lei nº74/2008 de 22 de Abril), a Comissão de Aconselhamento Estratégico é presidida pelo membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento regional. A maior ou menor frequência das reuniões deste órgão e o aprofundamento das suas competências depende, em última instância, da vontade (política) do seu Presidente.

Para todos os efeitos, muitas das funções cometidas a este órgão têm vindo, a outro nível, a ser desenvolvidas em órgãos próprios de governação da CCDR-N, como o Conselho Regional e a Conselho de Coordenação Intersectorial. Como se referiu, em todas as reuniões destes órgãos têm sido debatidas as questões relativas à execução do ON.2 – "O Novo Norte" e, em geral, do QREN na Região do Norte. Estas discussões são, também, suportadas em trabalhos de monitorização e avaliação efetuados pelo Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte. Aliás, este Observatório tem tido um envolvimento ativo nessas áreas de trabalho do Programa Regional, com participação muito significativa nos seus órgãos de governação, como a Comissão Diretiva e a Comissão de Acompanhamento.

A este nível importa sublinhar, por fim, o processo de contratualização com as Comunidades Intermunicipais (CIM), que integram, cada uma delas, todos os Municípios da respetiva NUTS III. Possibilidade estabelecida no "Modelo de Governação do QREN e dos Programas Operacionais" que foi efetivada em 2008, através da celebração dos contratos de delegação de competências com subvenção global. Em 2009, iniciou-se a execução deste processo e dos respetivos contratos através do lançamento dos primeiros "Avisos de Concursos", seleção de candidaturas, aprovação das operações e acompanhamento da sua execução física e financeira. O ano de 2010, no contexto da Contratualização, caracteriza-se pela alteração do modelo de governação definido anteriormente, onde as CIM/AMP, como organismos intermédios, assumem um papel estratégico no desenvolvimento e implementação de políticas públicas e na gestão do QREN, alteração essa que se traduziu na adoção de importantes medidas tendentes a promover e acelerar a execução dos investimentos de iniciativa municipal.

Em 2011, deu-se continuidade ao processo de aprovação de candidaturas, estando os níveis de compromisso assumidos muito próximos do valor global contratualizado. De acordo com o estabelecido pela CMC a monitorização dos Programas Territoriais de Desenvolvimento (PTD) tem vindo a ser desenvolvida em articulação com o Observatório do QREN, estando definido nesse contexto o tipo e a periodicidade (mensal) da informação a reportar. O

Observatório do QREN, por sua vez, assegura a monitorização à escala nacional sobre o nível de concretização das subvenções globais atribuídas no contexto de cada PTD. A Autoridade de Gestão, por fim, deu início ao processo de reprogramação dos PTD.

Parcerias ao nível das operações

Ao nível da programação do ON.2 – "O Novo Norte" previa-se nas tipologias de beneficiários entidades de carácter federador (cujos associados são, eles próprios, associações), dada a sua constituição e o seu modelo de funcionamento. Deste modo, é importante notar que ao longo da execução do programa se tem aprovado candidaturas a muitas entidades desta natureza. Por conseguinte estas candidaturas incorporam intrinsecamente este princípio da parceria.

Mas, para além disso o Programa contém linhas de política que preveem especificamente a promoção de parcerias de carácter regional. São os casos mais emblemáticos das PRU - "Parcerias para a Regeneração Urbana" e as RUCI – "Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação" do PROVERE – "Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos" e dos "Polos de Competitividade e Tecnologia" e " Outros Clusters" (neste caso, com partilha de responsabilidades entre vários Programas, sendo o POFC o programa competente nos termos do regulamento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Coletiva).

As PRU integram-se no Eixo Prioritário 4 do ON.2 – "O Novo Norte" e constituem um instrumento da Política de Cidades Polis XXI. Dinamizadas desde a conceção à execução por uma parceria local, apresentam os seguintes objetivos específicos: a) Promover a coesão e a inclusão sociais, a integração e a igualdade de oportunidades das diferentes comunidades que constituem a cidade; b) Promover os fatores de igualdade entre homens e mulheres; c) Estimular a revitalização socioeconómica de espaços urbanos degradados; d) Qualificar o ambiente urbano e os fatores determinantes da qualidade de vida da população; e) Reforçar a atratividade das cidades através da preservação e valorização de espaços de excelência urbana e f) Reforçar a participação dos cidadãos e inovar nas formas de governação urbana através da cooperação dos diversos atores urbanos.

As RUCI integram-se também no Eixo 4 do ON.2 – "O Novo Norte" e constitui um instrumento da Política de Cidades Polis XXI. Apresenta os seguintes objetivos específicos: a) Apoiar a afirmação das cidades enquanto nós de redes de inovação e competitividade de âmbito nacional ou internacional; b) Promover o reforço das funções económicas superiores

das cidades, através da obtenção em rede de limiares e sinergias para a qualificação das infraestruturas tecnológicas e o desenvolvimento dos fatores de atracão de atividades inovadoras e competitivas; c) Estimular a cooperação entre cidades portuguesas para a valorização partilhada de recursos, potencialidades e conhecimento, valorizando os fatores de diferenciação; d) Promover a inserção das cidades em redes internacionais e afirmar a sua imagem internacional; e) Otimizar o potencial das infraestruturas e equipamentos, numa perspetiva de rede.

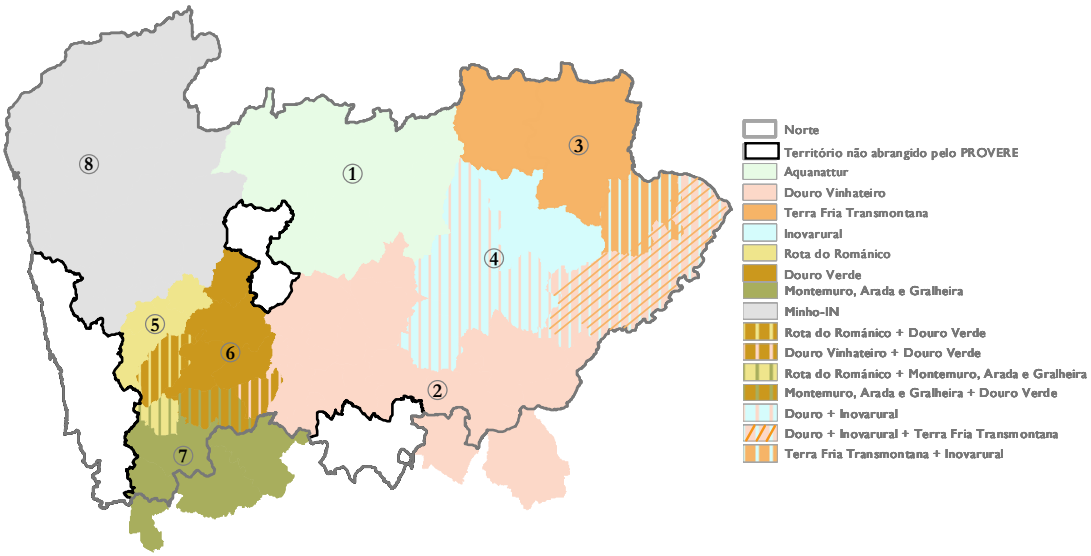
No que se refere aos PRU, foram assinados, até 2011, 34 Protocolos de Parceria para a regeneração urbana (menos dois que em 2010, por rescisão de protocolos). Estão, ainda, aprovadas 5 redes urbanas para a competitividade e inovação, envolvendo 14 cidades. Com a aprovação do Regulamento Específico Reabilitação Urbana, que vem substituir os regulamentos das PRU e das RUCI, passamos a ter apenas operações individuais que, no final de 2011, totalizavam 327, tendo havido desistências relativamente a 2010. Destas, 55 já se encontram concluídas. Por outro lado, de acordo com o estabelecido pela CMC, a monitorização da Política de Cidades (PRU e RUCI) tem vindo a ser desenvolvida em articulação com o Observatório do QREN, estando definido nesse contexto o tipo e a periodicidade (mensal) da informação a reportar. O Observatório do QREN, por sua vez, assegura a monitorização à escala nacional sobre o nível de concretização dos respetivos Programas de Ação, não sendo aceites reformulações, a não ser ao nível das operações individuais.

O PROVERE é uma das Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial estabelecidas no regulamento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Coletiva. Destina-se aos territórios com menores oportunidades de desenvolvimento devido à sua baixa densidade (populacional, institucional, de relações económicas e sociais, etc.). Através deste programa, pretende-se estimular iniciativas dos agentes económicos orientadas para a melhoria da competitividade territorial, visando dar valor económico a recursos endógenos tendencialmente inimitáveis (recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais, etc.). Os PROVERE são dinamizados, desde a fase inicial de planeamento até à sua implementação e monitorização, por uma parceria (com a forma jurídica de um consórcio) envolvendo os principais atores responsáveis pela execução do respetivo Programa de Ação, sejam eles entidades públicas, associações ou empresas.

Em 25 de Julho de 2009, foram subscritos os Despacho de Reconhecimento, pelos Ministros envolvidos, das 8 Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE da Região Norte. Ainda em 2009 foi aberto o Convite para apresentação de Pré-candidaturas para os “Projetos de Acompanhamento, Monitorização e Gestão da Parceria de EEC PROVERE”, destinado

exclusivamente entidades líderes dos consórcios PROVERE cujos Programas de Ação foram reconhecidos no âmbito do Regulamento de Enquadramento das EEC.

Figura 2.7.4 – PROVERE Região do Norte



Após a celebração dos Despachos Interministeriais de Reconhecimento Formal, a Autoridade de Gestão do ON.2 – "O Novo Norte" lançou, ainda em 2009, o Aviso respeitante aos "Projetos de dinamização, coordenação, acompanhamento, monitorização e gestão da Parceria de EEC PROVERE", envolvendo um montante de 3.200.000€ FEDER. No ano de 2010, foram aprovadas todas as operações respetivas, ascendendo o compromisso FEDER a 2.500.078€.

Ao mesmo tempo que se concluía o processo de análise dessas operações e se preparavam as respetivas aprovações, foram lançados dois Avisos para o financiamento pelo ON.2 – "O Novo Norte" de projetos-âncora e alguns complementares de iniciativa pública, com alguma equiparação a projetos-âncora, nos termos do Relatório de Avaliação da Autoridade de Gestão que suportou as decisões que constam dos Despachos Interministeriais de

Reconhecimento Formal das EEC PROVERE. Esses dois Avisos envolveram um montante FEDER de 25.500.000€. Tendo como referência a situação pré-contratual, foram aprovadas operações que representam cerca de 64% desse montante (16.372.408€).

Concluídas essas decisões, procedeu-se, em 2011, à realização das avaliações de cada uma das oito EEC PROVERE da Região do Norte, de acordo com o estabelecido no ponto 12 dos referidos Despachos Interministeriais de Reconhecimento Formal. Essas avaliações foram efetuadas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, entidade da Administração Pública designada para a dinamização, acompanhamento e avaliação das EEC PROVERE, nos termos da alínea c) do número 11 do artigo 7º do Enquadramento das Estratégias de Eficiência Coletiva. A figura abaixo caracteriza a metodologia seguida nessa avaliação, bem como o processo de reprogramação dos Programas de ação dessas EEC PROVERE, desenvolvido de acordo com o referido também no mesmo ponto 12 dos referidos Despachos Interministeriais de Reconhecimento Formal.

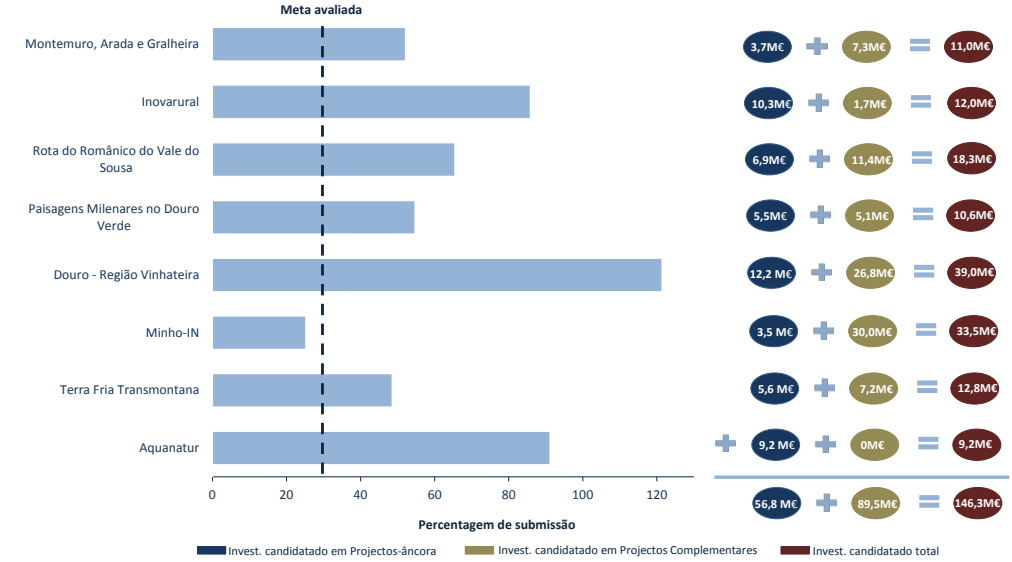
EEC PROVERE \ Fases	1	2	3	4	5	6
Aquanatur	12-08	12-08	14-10	14-10	19-10	19-10
Terra Fria Transmontana	04-05	26-05	19-07	29-07	30-08	07-09
Minho-IN	30-03	01-04	04-04	05-04	05-04	05-04
Douro - Região Vinhateira	28-04	29-04	05-08	08-08	30-08	07-09
Paisagens Milenares no Douro Verde	15-06	20-06	11-08	12-08	30-08	07-09
Rota do Românico do Vale do Sousa	20-06	21-06	03-08	08-08	30-08	07-09
Inovarural	31-05	03-06	06-09	07-09	07-09	07-09
Montemuro, Arada e Gralheira	16-05	30-05	03-08	08-08	30-08	07-09

Legenda

(1) Apresentação do Relatório de Auto-avaliação; (2) Elaboração da Avaliação; (3) Apresentação da Proposta de Reprogramação; (4) Análise da Proposta de Reprogramação; (5) Decisão da Proposta de Reprogramação (6) Lançamento de Novos Avisos.

Assim, a execução de todos os Programas de Ação das EEC PROVERE foi avaliada. Os respetivos resultados constam da figura seguinte. Nele se incluem não só os montantes aprovados ao abrigos dos avisos referidos anteriormente como também os aprovados pelo PO Fatores de Competitividade, PO Potencial Humano, PRODER e Sistemas de Incentivos do QREN. Verifica-se, genericamente, que foi cumprida a meta relevante estabelecida no ponto 10 dos referidos Despachos Interministeriais de Reconhecimento Formal.

Figura 2.7.5 – Execução dos Programas de Ação das EEC PROVERE na Região do Norte[13]



Decorrentes dessas avaliações, foram efetuadas oito reprogramações dos Programas de Ação das EEC PROVERE da Região do Norte, que foram aprovadas pela Autoridade de Gestão do PO competente, neste caso, o ON.2 – "O Novo Norte". A entidade líder do consórcio AQUANATUR apresentou uma nova proposta de reprogramação, aprovada pela Autoridade de gestão em 24 de Janeiro de 2012, decorrente do processo de aprofundamento da negociação das compensações e contrapartidas do Aproveitamento Hidroelétrico (AH) do Alto Tâmega, Daivões e Gouvães.

A informação que consta do quadro seguinte, sobre as reprogramações aprovadas, deve ser analisada tendo em consideração esta situação muito particular. As diferenças entre os Programas de Ação iniciais e os reformulados devem-se, nas situações mais relevantes, à assimilação na nova versão dos montantes candidatados aos Sistemas de Incentivo, que foram significativamente superiores aos previstos. No entanto, as modalidades de financiamento estabelecidas nos Sistemas de Incentivos são diferentes das respeitantes aos restantes projetos. Quando se transformam os apoios por essa via em equivalentes a fundo

[13] O processo de avaliação e reprogramação iniciou-se ao mesmo tempo para todas as EEC PROVERE da Região do Norte. Todavia, as avaliações, as análises e decisões das reprogramações e a abertura dos respetivos Avisos foram efetuadas caso a caso, conforme a disponibilização dos elementos relevantes por partes das entidades líder dos consórcios. Assim, a entidade líder do consórcio MINHO IN apresentou todos esses elementos muito antes do que quaisquer outras, o que permitiu a abertura do respetivo Aviso logo em Março. Por essa razão, esta é a única EEC PROVERE que apresenta novas candidaturas submetidas nesta segunda fase de Avisos. Essas candidaturas apresentam um valor global de 5.742.576€. Sendo assim, a taxa relevante, nos termos do ponto 10 do respetivo Despacho Interministerial de Reconhecimento Formal, passa a ser de 65%, muito superior à que consta nesta Figura.

perdido, chega-se a uma taxa de cofinanciamento comunitário implícita bastante inferior à situação de referência quando se está em presença de projetos de iniciativa pública.

Quadro 2.7.5 - Quadro Síntese de Reformulação dos Projetos-âncora das EEC PROVERE na Região do Norte

Designação do PROVERE	Investimento Total no Programa de Acção Inicial	Investimento Total no Programa de Acção Reformulado
Minho IN	14.341.800	14.265.477
Douro - Região Vinhateira	11.920.500	15.816.663
Terra Fria Transmontana	11.520.000	10.416.789
Paisagens Milenares no Douro Verde	9.999.938	11.860.371
Montemuro, Arada e Gralheira	7.106.535	6.764.493
Rota do Românico do Vale do Sousa	10.600.000	10.600.000
Inovarural	11.999.743	16.027.279
Aquanatur*	10.166.940	27.403.693
Total	**87.655.456**	**113.154.765**

* Proposta de Reprogramação aprovada em janeiro de 2012

Decorrentes dessas avaliações, foram efetuadas oito reprogramações dos Programas de Ação das EEC PROVERE da Região do Norte, que foram aprovadas pela Autoridade de Gestão do PO competente, neste caso, o ON.2 – "O Novo Norte". A entidade líder do consórcio AQUANATUR apresentou uma nova proposta de reprogramação, aprovada pela Autoridade de gestão em 24 de Janeiro de 2012, decorrente do processo de aprofundamento da negociação das compensações e contrapartidas do Aproveitamento Hidroelétrico (AH) do Alto Tâmega, Daivões e Gouvães.

A informação que consta do quadro seguinte, sobre as reprogramações aprovadas, deve ser analisada tendo em consideração esta situação muito particular. As diferenças entre os Programas de Ação iniciais e os reformulados devem-se, nas situações mais relevantes, à assimilação na nova versão dos montantes candidatados aos Sistemas de Incentivo, que foram significativamente superiores aos previstos. No entanto, as modalidades de financiamento estabelecidas nos Sistemas de Incentivos são diferentes das respeitantes aos restantes projetos. Quando se transformam os apoios por essa via em equivalentes a fundo perdido, chega-se a uma taxa de cofinanciamento comunitário implícita bastante inferior à situação de referência quando se está em presença de projetos de iniciativa pública.

Quadro 2.7.6 - Quadro Síntese de Reformulação dos Projetos-âncora das EEC PROVERE na Região do Norte

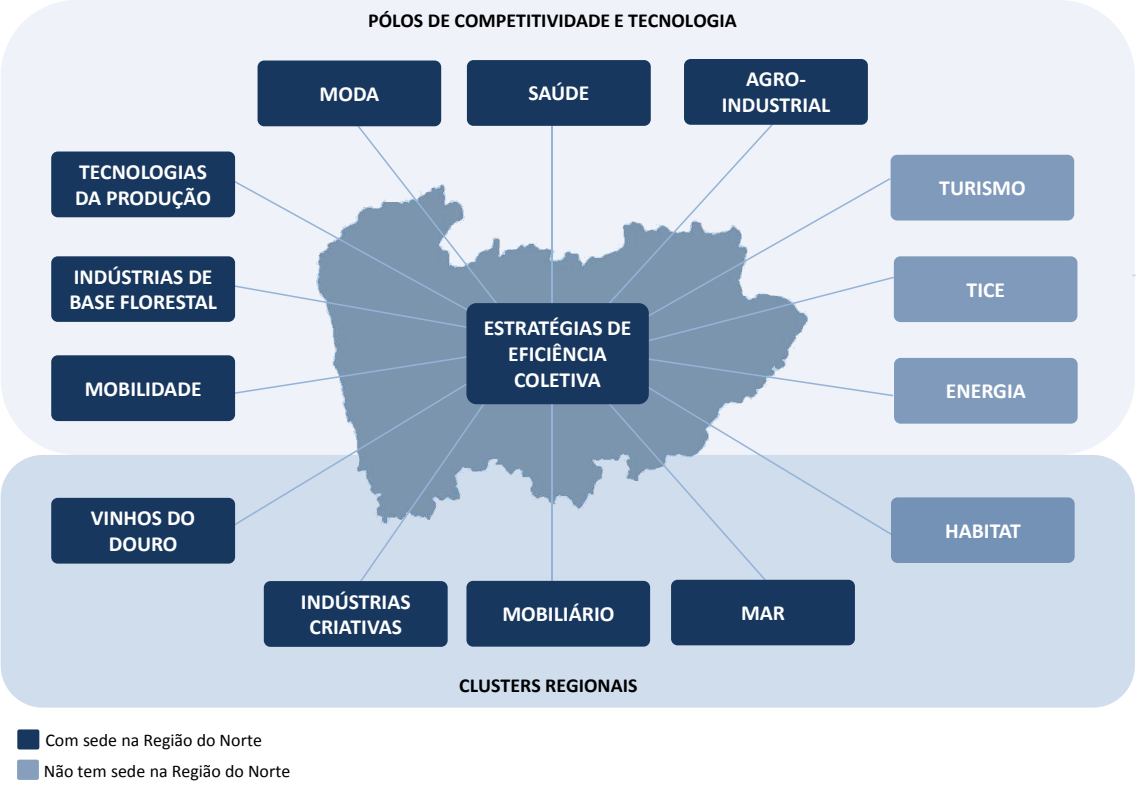
Unidade: euros

Designação do PROVERE	Investimento Total	
	Programa de Ação Inicial	Programa de Ação Reprogramado
Minho IN	14.341.800	14.265.477
Douro - Região Vinhateira	11.920.500	15.816.663
Terra Fria Transmontana	11.520.000	10.416.789
Paisagens Milenares no Douro Verde	9.999.938	11.860.371
Montemuro, Arada e Gralheira	7.106.535	6.764.493
Rota do Românico do Vale do Sousa	10.600.000	10.600.000
Inovarural	11.999.743	16.027.279
Aquanatur*	10.166.940	27.403.693
Total	**87.655.456**	**113.154.765**

* No caso desta EEC PROVERE, os montantes que constam do Programa de Ação reprogramado incluem os que resultaram não só da reprogramação efetuada na sequência da avaliação como também daqueles que foram aprovados pela Autoridade de Gestão em 24 de janeiro de 2012.

Decididas as reprogramações dos Programas de Ação, a Autoridade de Gestão do ON.2 – "O Novo Norte" lançou novos Avisos para cofinanciamento de projetos-âncora, num montante global de FEDER de, aproximadamente, 39 milhões de euros. Estes Avisos têm como prazo máximo para apresentação de candidaturas 2 de Abril de 2012, embora estas possam ser apresentadas, analisadas e decididas em contínuo.

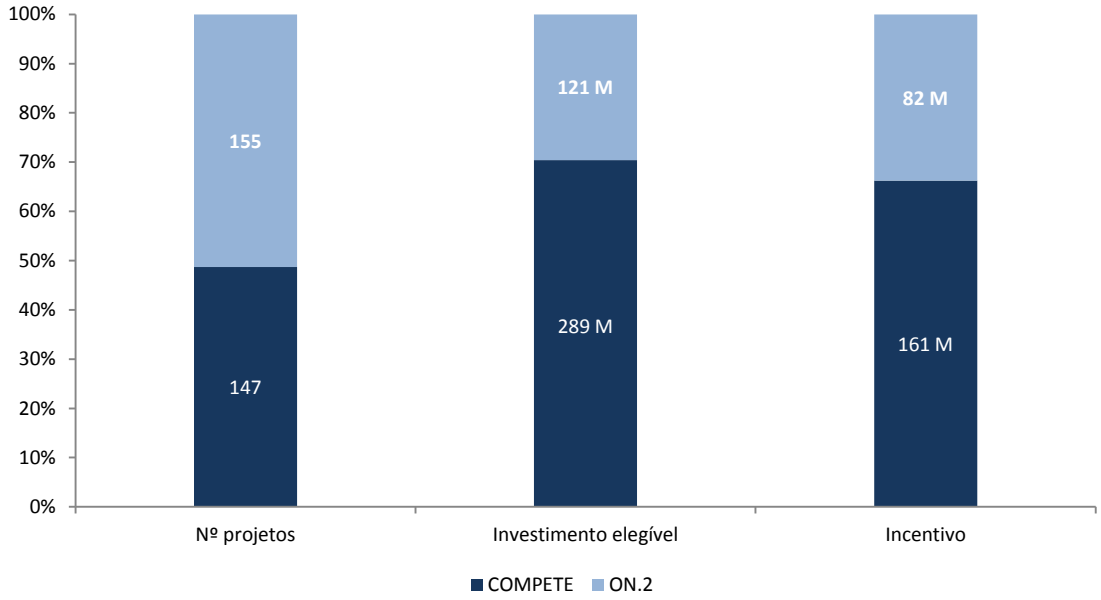
Também em 2009 decorreu todo o processo que culminou com o reconhecimento formal de 19 **Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters** (previstos no regulamento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Coletiva). Este processo envolveu a CCDR-N e a Autoridade de Gestão do ON.2 em diferentes etapas: na dinamização dos atores regionais, na avaliação das candidaturas na Comissão de Avaliação, na análise dos projetos previstos nos respetivos Programas de Ação e emissão de pareceres sobre seu enquadramento futuro no ON.2 - "O Novo Norte".



Destas Estratégias de Eficiência Coletiva, 10 ficaram sedeadas na Região do Norte: 6 Polos ("Saúde", "Moda", "Agroindustrial", "Indústrias de Base Florestal", "Automóvel e Mobilidade" e "Tecnologias de Produção") e 4 Clusters ("Mar", "Indústrias Criativas", "Vinhos" e "Mobiliário"). Sendo assim, o ON.2 – "O Novo Norte" tem-se assumido como um dos principais instrumentos de financiamento, quer dos projetos-âncora, quer dos projetos complementares, previstos nos respetivos Programas de Ação.

PCT/OC	Designação do Projeto Âncora	Designação do Promotor	Regulamento/Instrumento	Investimento Elegível Aprovado	Fundo Comunitário
Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar	Criação da incubadora de base tecnológica para a área das ciências do mar do pólo do mar do UPTEC	UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela	Valorização Económica de Recursos Específicos	4.392.022	3.074.415
	Promoção e Desenvolvimento da Nautica de Recreio e dos Desportos Naúticos - Terminal de Cruzeiros de Leixões	Administração dos Portos do Douro e Leixões APDL, SA		45.750.948	25.500.000
	Centro de Mar - Estudo de Mercado e Plano Geral de Actividades	Município de Viana do Castelo		89.515	71.612
Cluster das Indústrias Criativas	Reforço do P. INC (Centro de Excelência e Convergência para as Indústrias Criativas e Inovação)	UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela	Valorização Económica de Recursos Específicos	2.023.460	1.416.422
	Centro de Criatividade Digital	Universidade Católica Portuguesa		11.267.808	7.887.465
Cluster dos Vinhos do Douro	Desenvolvimento de Competências - Formação e Divulgação - "Rede de capacitação Institucional para a Promoção da Empregabilidade - Douro"	Direcção Regional de Educação do Norte	Promoção e Capacitação Institucional	298.320	208.824
Total				63.822.074	38.158.739

No que respeita a projetos-âncora, até ao final de 2011, foram aprovadas 6 candidaturas de natureza pública ou assimilável, envolvendo um investimento elegível de 63.822.074€ e uma contrapartida FEDER de 38.158.739€. Estes projetos estão inseridos nos "clusters" do "Conhecimento e da Economia do Mar", das "Indústrias Criativas" e dos "Vinhos do Douro". Durante o exercício de 2012, foram, entretanto, aprovadas mais 3 candidaturas associadas ao "Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar", envolvendo um investimento elegível de 5.978.306€ e uma contrapartida FEDER de 4.184.814€.



No que respeita aos projetos empresariais, apoiados pelos Sistemas de Incentivos, verifica-se que o ON.2 assegurou o cofinanciamento FEDER de cerca de 83 milhões de euros, respeitante a 155 candidaturas, que representam um investimento elegível de aproximadamente 121 milhões de euros. Estes apoios foram veiculados para os seguintes Polos e Clusters: PCT do Turismo; PCT da Moda; PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica; PCT Engineering & Tooling; Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal; PCT das Tecnologias de Produção; PCT da Energia; Cluster da Pedra Natural; Cluster das Indústrias Criativas da Região Norte; Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro; Cluster Habitat Sustentável; PCT Agroindustrial; Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar; PCT das Indústrias de Base Florestal; PCT da Saúde.

2.7.6 Empréstimo-Quadro do Banco Europeu de Investimento

Considerando os efeitos da crise financeira sobre a economia real a partir do final de 2008, sobretudo os decorrentes das condições mais restritivas na concessão de crédito, e que, no âmbito do QREN, se refletiu na menor capacidade de execução de projetos aprovados por parte dos promotores, o Governo decidiu celebrar, em Novembro de 2010, um contrato de empréstimo-quadro (*framework loan*) com o Banco Europeu de Investimento (BEI), para o financiamento de operações aprovadas a cofinanciamento pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão. Este contrato, no valor de 450 milhões de euros, constitui a primeira tranche de um empréstimo cujo valor global ascende aos 1 500 milhões de euros.

As condições de acesso e de utilização do financiamento ao abrigo do empréstimo-quadro, designado por QREN EQ, foram fixadas no Despacho n.º 6572/2011, de 4 de abril, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, publicado no DR n.º 80, 2.ª série, de 26 de abril.

Após o período de apresentação de propostas e de pedidos de financiamento pelos Beneficiários do ON.2, que decorreu entre 12 de maio e 28 de junho, através de plataforma informática desenvolvida pelo IFDR para esse efeito, a Autoridade de Gestão emitiu parecer sobre 367 operações candidatas, no que respeita à sua elegibilidade quanto às condições estabelecidas no referido Despacho n.º 6572/2011. A este universo de candidaturas estava associado um valor de financiamento solicitado de 142,7 milhões de Euros.

PO	Pedidos de Financiamento Reembolsável			Proposta de Financiamento PIDDAC			Total		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%	Número	Valor	%
NORTE	312	115.143	80,7%	55	27.590	19,3%	367	142.733	100,0%

UN: Mil Euros

No período que decorreu até 9 de agosto, o IFDR efectuou a análise dos pedidos e das propostas de financiamento apresentados à luz dos requisitos gerais e específicos estabelecidos no Despacho n.º 6572/2011, tendo em vista a formulação e apresentação de uma proposta de deliberação à Comissão de Coordenação e Supervisão (CCS).

Neste contexto a CCS, em reunião que teve lugar no dia 13/09/2011 aprovou a proposta apresentada pelo IFDR, nos termos da qual os pedidos/candidaturas a financiamento se agrupam nas seguintes tipologias de situações:

1) Propostas e pedidos de financiamento que, por observarem os requisitos estabelecidos no Despacho n.º 6572/2011, foram aprovados condicionadamente a financiamento com fundos do QREN-EQ, ou seja, condicionados, nos termos do disposto no número 5 deste Despacho à aprovação ex post pelo BEI.

PO	Pedidos de Financiamento Reembolsável			Proposta de Financiamento PIDDAC			Total		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%	Número	Valor	%
NORTE	42	22.536	53,8%	46	19.360	46,2%	88	41.896	100,0%

UN: Mil Euros

2) Propostas e pedidos de financiamento que, por não observam os requisitos estabelecidos no Despacho n.º 6572/2011, não foram aprovados para financiamento.

PO	Pedidos de Financiamento Reembolsável			Proposta de Financiamento PIDDAC			Total		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%	Número	Valor	%
NORTE	153	-	-	8	-	-	161	-	-

UN: Mil Euros

3) Propostas e pedidos de financiamento a submeter a deliberação da CCS sobre financiamento através de fundos do QREN-EQ em momento posterior.

PO	Pedidos de Financiamento Reembolsável			Proposta de Financiamento PIDDAC			Total		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%	Número	Valor	%
NORTE	112	-	-	1	-	-	113	-	-

UN: Mil Euros

4) Propostas e pedidos de financiamento com decisão favorável de financiamento condicionada ao resultado de análises complementares em curso.

PO	Pedidos de Financiamento Reembolsável			Proposta de Financiamento PIDDAC			Total		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%	Número	Valor	%
NORTE	5	-	-	0	-	-	5	-	-

UN: Mil Euros

Na sequência destas decisões comunicadas pelo IFDR em 22 de setembro, a Autoridade de Gestão do ON.2, nos termos do número 9 do Anexo 5 do Despacho 6572/2011, notificou em 29 do mesmo mês todas as entidades que apresentaram pedidos de financiamento ao EQ-BEI, da deliberação da CCS.

Em fevereiro de 2012, sob a proposta do IFDR, a CCS adotou uma segunda decisão relativa à utilização da parte ainda não comprometida da primeira tranche do empréstimo-quadro do BEI, a qual incidiu, fundamentalmente, sobre as propostas e aos pedidos de financiamento cuja decisão foi diferida para momento posterior (alínea 3) supra.

2.7.7. Subvenções globais

Conforme já foi referido no ponto 2.3.5, o ano de 2011 ficou marcado pela criação da Bolsa de Mérito à Execução Municipal. Constitui um modelo complementar de execução do financiamento do segundo período de programação da Subvenção Global inicialmente contratualizada com as CIM/AMP no Contrato de Delegação de Competências celebrado no final de 2008.

A Bolsa de Mérito é uma das 16 iniciativas do 2º Memorando de Entendimento; contudo, algumas das outras medidas nele contidas são também indutoras de elevado impacto nas condições de financiamento dos projetos dos Municípios e na promoção de condições de execução dos PO Regionais.

Destacam-se complementarmente, no âmbito e objetivos deste Memorando, as seguintes medidas:

- Aplicar em 2011 o aumento da taxa de cofinanciamento para 80% no âmbito dos PO Regionais;
- Bonificar, para 85%, a taxa de cofinanciamento das despesas executadas e apresentadas em 2011;
- Apoiar o financiamento da contrapartida pública nacional dos projetos de iniciativa municipal através do Empréstimo Quadro do BEI;
- Assegurar adequadas condições de admissibilidade e aprovação dos novos projetos;
- Assegurar adequadas condições de aprovação, execução e gestão dos projetos aprovados;

Na sequência deste Memorando e da criação da Bolsa de Mérito, a qual será objecto de análise individualizada, houve lugar à assinatura da 3ª Adenda ao Contrato de Delegação de Competências, com a qual se fixaram os novos valores da Subvenção Global por incorporação de parte da Bolsa de Mérito, nos seguintes termos:

Valores da Subvenção Global por CIM/AMP	
AMP	154.728.963,89
CIM Ave	65.062.905,96
CIM Cávado	56.248.191,01
CIM Douro	74.226.749,09
CIM Minho-Lima	67.463.483,12
CIM Tâmega-Sousa	135.347.924,00
CIM Trás-os-Montes	53.017.581,25
TOTAL	606.095.798,32

É de registar que o atual valor da Subvenção Global, ascendendo a 606.095.798,32, registou uma variação negativa de 15%, relativamente à subvenção inicial acrescida de reforços concedidos, perda essa compensada pela oportunidade de acesso, em condições previamente definidas, à Bolsa de Mérito.

Nota: a bonificação para 85%, não teve uma aplicação efetiva nas CIM /AMP, uma vez que, encontrando-se comprometida com aprovações, ou Avisos em aberto, a totalidade da verba contratualizada, não haveria dotação para suportar os reforços de financiamento que resultariam de tal bonificação

BOLSA DE MÉRITO

A criação da Bolsa de Mérito (BM) surge do 2º Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a ANMP com o objetivo de Promover a Execução dos Investimentos de Iniciativa Municipal no âmbito do QREN 2007-2013. Este memorando é composto por uma série de iniciativas, onde se insere a Bolsa de Mérito (Iniciativa 6 – Criar no âmbito de casa POR, uma “Bolsa de Mérito à execução” acessível aos Municípios de CIM´s com melhor capacidade de execução).

Este instrumento, com o valor indicativo de 111 milhões de euros, valor que veio a aumentar em virtude de remanescentes dos valores contratualizados com as CIM/AMP, visou premiar o desempenho na execução e gestão das dotações globais contratualizadas com cada CIM/AMP mas também constituir um estímulo à execução para os municípios que ainda se encontrassem com baixos níveis de execução nos seus projetos.

De acordo com o referido memorando e da subsequente resolução da CM de 5 de abril de 2011, a dotação da BM, poderia para além das tipologias contratualizadas, ser destinado a candidaturas de operações de especial relevância para a concretização dos objetivos e metas do PO.

Nesse sentido, decidiu a AG abrir Avisos, no sistema de Balcão Contínuo, em várias tipologias abrangendo diversos eixos prioritários, com as seguintes dotações orçamentais:

Tipologia	Designação	Dotação Orçamental
AAE	Áreas de Acolhimento Empresarial	10.000.000,00 €
VERE	Valorização Económica dos Recursos Específicos - Ações de Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Atividades Económicas	15.000.000,00 €
EPE	Equipamentos para a Coesão Local - Equipamentos Públicos Específicos	30.000.000,00 €
RRE	Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	55.000.000,00 €
PCI	Promoção da Capacitação Institucional	1.000.000,00 €
CUA	Ciclo Urbano da Água	6.000.000,00€
TOTAL BOLSA DE MÉRITO - 117.000.000,00 €		

Sem prejuízo do cumprimento dos requisitos gerais e específicos definidos nos respetivos Regulamentos, bem como das condições associadas à maturidade de projetos, devem ainda ter em consideração, os beneficiários os seguintes critérios e requisitos para aprovação/submissão de candidaturas nas Bolsa de Mérito:

1. O **Critério da CIM/AMP** – tal como definido na deliberação da CMC POR, de 5 de Abril, deve ser entendido como critério de acesso, ou seja, apenas poderão ser consideradas pelas AG as candidaturas de entidades previstas na alínea c) do n.º1 da Deliberação e que cumpram o disposto na alínea a) e b) do seu n.º6
2. O **Critério Promotor** – tal como previsto na iniciativa 10 do 2.º Memorando de Entendimento entre o Governo e a ANMP, deve ser entendido como requisito para aprovação de candidatura, estando a referida aprovação condicionada à observação de uma das seguintes condições:
    a. O promotor revela, em todas as operações em curso no PO, ritmos de concretização adequados ao previsto nos respetivos cronogramas de execução; ou
    b. O promotor revela um nível agregado de execução (despesa validada), no conjunto das operações em curso no PO, igual ou superior a 50%.

Atentos os requisitos atrás mencionados, várias foram as entidades beneficiárias que cumpriam com os mesmos, pelo que vieram a submeter candidaturas nos diversos avisos, nomeadamente:

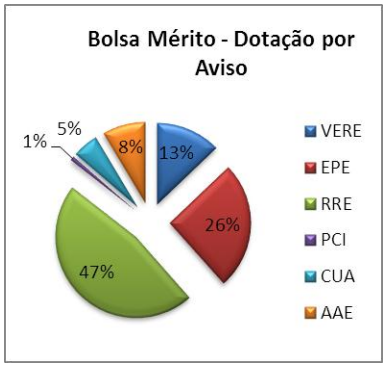
BOLSA DE MÉRITO - Avisos Abertos, Dotação, Operações Aprovadas e Respetivo Feder*

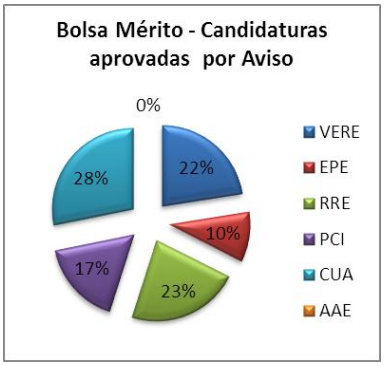
CIM/AMP	VERE = 15.000.000,00€		EPE = 30.000.000,00€		RRE = 55.000.000,00€		PCI = 1.000.000,00€		CUA = 6.000.000,00€		AAE= 10.000.000,00€		Total Geral	
	Operações Aprovadas	Feder Aprovado	Operações Aprovadas	Feder Aprovado	Operações Aprovadas	Feder Aprovado	Operações Aprovadas	Feder Aprovado	Operações Aprovadas	Feder Aprovado	Operações Aprovadas	Feder Aprovado	Operações Aprovadas	Feder Aprovado
AMP	4	6.377.222,37 €	0	- €	9	6.378.133,14 €	0	- €	2	1.741.563,71 €	0	- €	15	14.496.919,22 €
CIM Ave	0	- €	1	3.403.919,61 €	1	1.271.019,22 €	0	- €	0	- €	0	- €	2	4.674.938,83 €
CIM Cávado	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	1	300.408,95 €	0	- €	1	300.408,95 €
CIM Douro	2	2.104.794,54 €	1	252.494,97 €	3	4.711.902,98 €	0	- €	5	3.174.687,61 €	0	- €	11	10.243.880,10 €
CIM Minho-Lima	1	775.218,86 €	4	15.397.565,24 €	1	2.074.169,86 €	12	854.434,09 €	9	9.614.842,63 €	0	- €	27	28.716.230,68 €
CIM Tâmega e Sousa	8	4.268.879,48 €	0	- €	2	6.249.032,68 €	0	- €	1	781.549,10 €	0	- €	11	11.299.461,26 €
CIM Trás-os-Montes	1	1.272.500,73 €	1	3.328.113,80 €	0	- €	0	- €	2	1.392.921,72 €	0	- €	4	5.993.536,25 €
Total Geral	**16**	**14.798.615,98 €**	**7**	**22.382.093,62 €**	**16**	**20.684.257,88 €**	**12**	**854.434,09 €**	**20**	**17.005.973,72 €**	0	- €	**71**	**75.725.375,29 €**

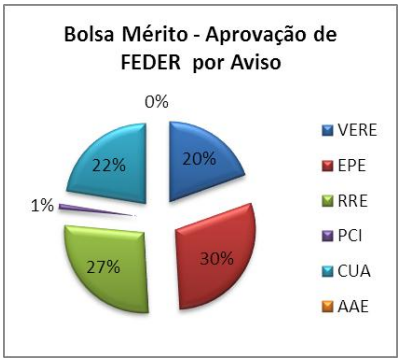
* Inclui Operações a transferir para POVT

Assim, e após a análise dos quadros acima mencionados, conclui-se que:

1. O Aviso aberto da Bolsa de Mérito com maior dotação FEDER é o da Requalificação da Rede Escolar, abrangendo 47% do total dos Avisos, sendo o da Promoção da Capacitação Institucional aquele que apresenta uma menor dotação FEDER, auferindo apenas 1%;
2. O maior número de candidaturas aprovadas encontra-se no Aviso relativo ao Ciclo Urbano da Água (28%), sendo o EPE aquele que apresenta um menor número de candidaturas aprovadas, contudo, há que salientar que o Aviso relativo às Áreas de Acolhimento Empresarial ainda não têm qualquer operação aprovada;
3. O Aviso que tem maior fundo aprovado é o EPE com 30% do total da dotação dos Avisos, sendo o PCI aquele que apresenta um menor fundo aprovado; de salientar, como já referido no ponto anterior, que o Aviso relativo às Áreas de Acolhimento Empresarial ainda não têm qualquer operação aprovada, pelo que o FEDER aprovado é zero.







BOLSA DE OPERAÇÕES EM OBSERVAÇÃO – ACOMPANHAMENTO DAS OPERAÇÕES

Durante o período em análise foi desenvolvido um instrumento de acompanhamento operacional das Operações aprovadas no âmbito do POR. Trata-se da Bolsa de Operações em Observação, a qual, a partir de Novembro.2011 passou a ser elaborada e disponibilizada mensalmente para controlo das operações em potencial incumprimento, tipificadas em três tipologias de situações: a) Operações aprovadas há mais de 3 meses e sem contrato celebrado; b) Operações sem execução há mais de seis meses após assinatura do contrato; c) Operações com execução inferior a 10%.

A primeira listagem relativa a Operações no âmbito da Contratualização registava 11 Operações na tipologia a), 30 Operações na Tipologia b) e 49 Operações na tipologia c).

De imediato foram desenvolvidas diligências junto das EAT das CIM/AMP nas quais se verificavam as situações em observação e também junto dos Beneficiários, no sentido de averiguar os fundamentos da situação e pressionar para a sua regularização.

As diversas diligências desenvolvidas, que tiveram como interlocutor privilegiado as EAT das CIM/AMP, foram geradoras quer da regularização de muitas situações quer da aceleração de execução e, sobretudo, de esforços de atualização da informação em SIGON.

Em termos de eficácia das diligências desenvolvidas será de registar que a 31 de dezembro do ano em análise, e relativamente ao elenco de partida, se verificavam apenas 5 situações de celebração de contrato em atraso (4 delas por razões imutáveis à alteração da composição do Órgão Executivo do respetivo Município) e 13 situações sem execução há mais de 6 meses.

2.7.8 Compliance Assessement

Nos termos do nº1 do artigo 71º do Regulamento (CE) 1083/2006 de 11 de Julho, os Estados Membros, antes da apresentação do primeiro pedido pagamento intermédio ou no prazo de 12 meses a contar da data de aprovação de cada Programa Operacional, devem submeter à Comissão Europeia (CE) uma descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo (SGC), acompanhada de um relatório no qual constem os resultados dos sistemas criados e de um parecer quanto à conformidade com o disposto nos artigos 58º a 62º do referido Regulamento.

A descrição do SGC do ON.2 remetida à IGF em 6 Outubro de 2008 mereceu, por parte desta entidade, parecer de conformidade sem reserva, tendo sido submetida à Comissão Europeia (CE), através do SFC 2007 (*Structural Funds Common Database 2007*), em 10 de Outubro de 2008.

A Comissão Europeia através da Carta 8711, de 16-09-2009 transmitiu à IGF, com base na análise realizada aos documentos apresentados, a aprovação do SGC criado para o Programa por cumprir o disposto nos artigos 58º a 62º do REG (CE) 1083/2006.

A Comissão Europeia (CE), através da mesma Carta, referiu, ainda, ser necessário que a Autoridade de Gestão do ON.2 promovesse a descrição dos Organismos Intermédios – Associações de Municípios – no SGC. Mais referiu que sem essa descrição os pedidos de pagamento intermédios não podiam incluir despesas relativas às operações geridas por aquelas Associações até que a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) enviasse uma opinião sem reservas sobre a descrição de sistemas destes organismos.

Dando sequência a esta orientação, a Autoridade de Gestão, em Novembro de 2009, promoveu a atualização dos elementos necessários à solicitada descrição, elementos estes que tinham já sido recolhidos no inicio de 2009 mas que por indicação expressa da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) não foram descritos no SGC aprovado.

Em conformidade, em Fevereiro de 2010, a AG procedeu à adenda ao Sistema de gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, contemplando a descrição dos Organismos Intermédios – Associações de Municípios – no SGC. Esta primeira versão foi efetuada com base nos direitos e obrigações decorrentes do contrato de delegação de competências com subvenção global, celebrado entre a AG e os OI em Dezembro de 2008.

Todavia, na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento entre o Estado Português e a Associação Nacional de Municípios (ANMP), e em cumprimento das orientações constantes do respetivo plano de incitativas, para promover a execução dos investimentos de incitativa municipal do QREN, à Autoridade de Gestão impôs-se a atualização da Descrição destes Organismos Intermédios no âmbito daquelas iniciativas.

Tal descrição revelou-se de complexa execução no contexto da concretização das referidas orientações, porquanto entre outras, foram avocadas, pela Autoridade de Gestão, as competências de admissão e aprovação de candidaturas, bem como de validação das despesas das operações através da celebração de adendas aos contratos de delegação de competências com subvenção global.

Por outro lado e em simultâneo a Autoridade de Gestão do ON.2 converteu os seus atos confirmativos das aprovações praticadas pelos órgãos das CIM/AMP em atos de aprovação das candidaturas, nos termos do nº2 do artigo 137º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e da alínea c) do nº1 do artigo 46º do DL 312/2007, de 17 de Setembro, procedendo ainda à validação de todos os pedidos de pagamento apresentados com o objetivo de garantir que o trabalho realizado pelos Organismos Intermédios era equivalente ao que se obteria se o mesmo tivesse sido realizado diretamente pela Autoridade de Gestão.

Estes trabalhos complementaram a descrição enviada à Comissão Europeia, no que se refere, designadamente, aos procedimentos a desencadear pelas Autoridades de Gestão no processo de gestão dos projetos objeto de delegação de competências (com ou sem subvenção global), bem como à descrição das tarefas a desenvolver pelas EAT da CIM, sob orientação da AG, durante o período de vigência da adenda ao contrato de delegação de competências.

Após interação com a IGF e o IFDR a Adenda ao SGC foi transmitida à Comissão Europeia, em 24 de Novembro de 2010, via SFC 207, acompanhada do Relatório IGF nº 2010/1679 de 23 de Novembro, nos termos do qual a Autoridade de Auditoria conclui que o Sistema de gestão e Controlo estabelecido para os OI do Programa Operacional Regional do Norte, respeita os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58º a 62º do regulamento (CE) nº 1083/2006, do Conselho e da Secção III do Regulamento (CE) nº 1828/2006 da Comissão.

Este parecer de conformidade complementar vertido no referido Relatório foi formalmente aceite pela Comissão em 1/Dez/2010, conforme a Carta n.º ARES 888100.

Com este parecer ficaram assim reunidas as condições para que as despesas referentes a operações abrangidas pelos contratos de subvenção global celebrados com os organismos intermédios – Comunidades Intermunicipais/Associações de Municípios pudessem vir a integrar futuros pedidos de certificação de despesa a apresentar pelo Programa à Autoridade de certificação, ressalvando-se, todavia, as despesas associadas a projetos com a Intervenção destes Organismos em momento anterior à avocação das competências uma vez que as mesmas iriam ser objeto de uma ação de controlo prévia à certificação, descrição do sistema, ficando a sua certificação à Comissão Europeia, condicionada aos resultados desta ação de controlo.

Esta ação de controlo, promovida pela IGF, veio a ter lugar no primeiro trimestre de 2011, tendo as principais recomendações/conclusões do relatório final, emitido em Julho de 2011, sido transmitidas à Autoridade de Gestão em Setembro de 2011, sendo de registar as seguintes:

A descrição dos sistemas de gestão e controlo carece de atualização, tendo em vista a sua compatibilização com os procedimentos adotados pelos OI/CIM no âmbito da contratualização;

Apesar da evolução registada a reverificação integral do trabalho desenvolvido pelos OI, conforme compromisso assumido na DGSC, ainda se revela insuficiente. Por outro lado, aquando da auditoria ainda não se haviam realizado verificações no local;

Não foram aprovados os documentos estratégicos de enquadramento referenciados ao nível do modelo de governação e dos regulamentos específicos, o que criou dificuldades na definição das condições de elegibilidades das operações.

Sobre estas conclusões foram emitidas recomendações no sentido de a Autoridade de Gestão, reforçar as reverificações do trabalho desenvolvidos pelos OI e das verificações no local e de rever/atualizar a DGSC. Mais foi recomendado que a AG promovesse as diligências necessárias à aprovação dos documentos estratégicos de enquadramento referenciados ao nível do modelo de governação e dos regulamentos específicos.

Face aos resultados desta ação a IGF e a Autoridade de Gestão, promoveram, no ano de 2011, todas as diligências necessárias ao esclarecimento/cumprimento das referidas recomendações, encontrando-se, atualmente, os sistemas de gestão e controlo dos OI classificados na Categoria 2, conforme previsto no documento COCOF 08/0019/00 - Nota de orientações sobre uma metodologia comum para a avaliação dos sistemas de gestão e controlo nos Estados-Membros (período de programação 2007-2013).

Contribui para referida categorização o trabalho de atualização da DSGC, realizado em 2011, do qual se destacam de forma sistematizada as alterações mais significativas relativas aos procedimentos de gestão e controlo ocorridas após a data a que reporta a última Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do PO (novembro de 2010):

No ponto 1.4 foram atualizadas as orientações prestadas à AG e aos OI para garantir a boa execução financeira dos fundos, designadamente as resultantes:

- Das Deliberações da CMC no contexto do 1º e do 2º memorando de entendimento entre o Governo Português e a ANMP;
- Do Despacho Conjunto 6572/2011, de 04/04, do Ministro do Estado e das Finanças e do Ministro da Economia Empréstimo-Quadro do BEI ;
- Da deliberação da CMC de 21 de Janeiro de 2011 - Alteração do RGFEDER - artigos 13º e 19º.

- Alteração aos Regulamentos Específicos do ON.2 aprovada pela CMC dos PO Regionais, em 04/04/2011 decorrentes do Segundo Memorando de Entendimento.

O ponto 2.1.3 relativo às funções da AG delegadas nos OI do Sistema de Incentivos foi atualizado em conformidade com as alterações preconizadas aos regulamentos dos Sistemas de Incentivos - Portarias n.º 1101/2010, 1102/2010 e 1103/2010 de 25 de Outubro

No Ponto 2.2.1 procedeu-se à atualização do organograma e descrição de funções das unidades da estrutura de AG: Despachos de nomeação e de afetação e de funções inerentes ao acompanhamento do Empréstimo-Quadro do BEI.

Os procedimentos escritos a utilizar pelo pessoal da Autoridade de Gestão/dos Organismos Intermédios foi objeto de atualização no âmbito do ponto 2.2.2, nomeadamente:

- Revisão das Orientações de Gestão relativas aos procedimentos de contratação pública
- Guia de Informação e de Publicidade do Beneficiário do ON.2 (Sistema de Incentivos) e Manual de Identidade do ON.2 (Sistema de incentivos)
- Revisão do Manual de Procedimentos dos SI

A Atualização da descrição dos procedimentos de seleção e aprovação das operações e de garantia da respetiva conformidade com as regras nacionais e comunitárias aplicáveis durante todo o período da sua execução, foi efetuada no ponto 2.2.3, tendo em consideração as alterações aos Regulamentos Específicos do Programa e ao processo de análise e aprovação das candidaturas.

A DGSC foi ainda atualizada quanto à verificação das operações e tratamento dos pedidos de reembolso nos pontos 2.2.4. e 2.2.5, no contexto da Revisão das Orientações de Gestão relativas aos procedimentos de contratação pública e aos pedidos de pagamento bem como da implementação do processo de enquadramento da despesa prévio à verificação do pedido de pagamento do Beneficiário.

De igual modo impôs-se, no ponto 2.2.7, a atualização das regras de elegibilidade estabelecidas pelo Estado-Membro e aplicáveis ao Programa Operacional, decorrentes, essencialmente, das alterações ao Regulamento Geral FEDER e aos Regulamentos Específicos.

Considerando os trabalhos de revisão das Orientações de Gestão relativas aos procedimentos de contratação pública dirigidas à AG e aos Beneficiários, foi em conformidade, atualizado o ponto 2.4 da DGSC.

Também o ponto 3 da DSGC dedicada aos Organismos Intermédios foi atualizado no âmbito das alterações decorrentes da nova versão do Manual de procedimentos da rede de Sistemas de Incentivos, tendo no mesmo ponto sido alterado no sentido de ajustar as estruturas dos recursos humanos dos OI.

Por último revelou-se indispensável, na DSGC do ON.2, relatar, no ponto 6, os principais desenvolvimentos introduzidos no Sistema de Informação –SIGON.2.

Ainda no âmbito desta atualização, e considerando um conjunto de melhorias/simplificações sugeridas pelos diversos ST do Programa, cumpre dar nota da aprovação, pela AG dos documentos que abaixo se identificam e que passaram a ser utilizados de imediato pelas equipas técnicas .

Ficha de enquadramento da despesa - Esta Ficha substituiu a anterior 'Ficha de Verificação dos Pedidos de Pagamento – Parte A', aplicando-se exclusivamente às operações acompanhadas diretamente pela Autoridade de Gestão.

Ficha de verificação do pedido de pagamento (aplicável a pedidos do tipo: reembolso, adiantamento contra-fatura, estorno e saldo final). Esta Ficha substituiu a anterior 'Ficha de Verificação dos Pedidos de Pagamento – Parte B', aplicando-se exclusivamente às operações acompanhadas diretamente pela Autoridade de Gestão.

Ficha de verificação do pedido de pagamento (aplicável a pedidos do tipo: regularização do adiantamento contra-factura). Esta Ficha substituiu a anterior 'Ficha de Verificação dos Pedidos de Pagamento – Parte C', aplicando-se exclusivamente às operações acompanhadas diretamente pela Autoridade de Gestão.

Também no âmbito da referida atualização do SGC do ON.2, passaram a fazer parte do mesmo um conjunto de modelos que os ST foram utilizando e que, assim, devem ser tidos em conta no âmbito do dossier da candidatura, podendo ser utilizados sempre que os Concursos/Convites integrem situações cobertas pelos mesmos, ou da apresentação de pedidos de pagamento, a saber: Modelo de Declaração de Compromisso do Promotor/Parceiro; Modelo de Declaração caso se trate de um projeto não gerador de receitas, Modelo de Orçamento Global da Operação, Modelo de Orçamento da Equipa Técnica; Modelo de Declaração de Afetação da Equipa Técnica e Modelo de cálculo da despesa elegível com remunerações e segurança social da Equipa Técnica.

2.7.9. Controlo Interno

No modelo de gestão do QREN, a Autoridade de Gestão do ON.2 é responsável pela implementação de um sistema de controlo interno que previna e detete as situações de irregularidade, e de um sistema adequado de verificação da realização física e financeira das intervenções e de validação das despesas, contribuindo para a concretização dos objetivos que presidem à auditoria do QREN.

São-lhe assim cometidas as funções previstas no artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho e no artigo 13.º do Regulamento (CE) 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro. O sistema de controlo interno deve prevenir e detetar as situações de irregularidade e permitir a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas.

Os procedimentos de controlo interno implementados pelas autoridades de gestão não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para a avaliação do risco, a efetuar pela autoridade de auditoria e para a definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efetuar pelas estruturas de auditoria segregadas.

O Manual de Procedimentos do Programa Operacional Regional do Norte ON.2 – O Novo Norte, já na sua versão de Fevereiro de 2009, apresenta no seu Módulo I – Controlo Interno, uma primeira abordagem do âmbito, dos objetivos e, de algum modo, da operacionalização genérica das atividades a levar a efeito pelo designado controlo interno, no quadro do QREN. Enfatizando algumas diferenças organizacionais e de governança do novo PO, o Manual baseia-se, no fundamental, na experiência obtida no PO anterior, no que respeita ao Controlo de 1.º Nível e ao seu enquadramento no Sistema Nacional de Controlo – SNC.

O controlo interno, no sentido referido pelas disposições citadas dos Regulamentos Comunitários, bem como pelo artigo 46º nº 2 o) do DL nº 312/2007, é implementado no ON.2 através de duas vertentes. Uma efetuada pela Unidade de Controlo Interno, que visa dotar a AG com um instrumento de gestão que lhe permita melhorar a qualidade de desempenho, aumentando os níveis de segurança, eficiência e eficácia, outra que é exercida pelos secretariados técnicos dos vários Eixos, que visam aferir a regularidade das operações, dos procedimentos dos promotores e da despesa apresentada.

Unidade de Controlo Interno

Durante o ano de 2010 foi promovido o primeiro Plano Anual de Controlo Interno (PACI), o qual visava, numa primeira fase, estabelecer uma metodologia e, numa segunda fase, testá-

la através de auditorias a operações com execução. Sendo absolutamente clara a necessidade de operacionalizar o sistema de controlo interno do ON.2 – O Novo Norte, incidiu o primeiro Plano Anual sobre despesa certificada ainda no ano de 2009.

Na sequência deste procedimento, a metodologia do controlo interno, os respetivos documentos de apoio (relatório de controlo interno) e o PACI supra referido, após audição prévia dos vários níveis de gestão e ponderação da pronúncia dos secretariados técnicos, foi validado pela Comissão Directiva.do ON.2.

Para além desta validação, em 2011 foram iniciados os procedimentos do PACI sobre a despesa realizada e certificada durante o ano de 2010, tendo sido aprovados os critérios materiais da fase de diagnóstico/levantamento preliminar das operações/processos e Identificação e Avaliação dos Riscos

A determinação, por eixo prioritário, da dimensão da amostra e dos projetos a submeter à ação de controlo interno correspondeu a 24,97% da despesa executada até 31.12.2010, integrando 33 projetos, sendo 14 do EP1, um do EP2 12 do EP3, cinco do EP4, e um do EP5.

Determinada a amostra e definido o plano de trabalhos para a execução do PACI 2010, este processo encontra-se atualmente na fase de testes e a sua execução está dependente da conclusão do procedimento de contratação de consultadoria técnica tendo por objeto a fase de testes (trabalho de campo), lançado em finais de 2011, encontrando-se na fase de adjudicação (proposta).

.

Secretariado Técnico

O secretariado técnico dos Eixos promove ações de verificação “on desk” e “on spot”.

Nas primeiras são realizadas verificações administrativas, que abrangem os procedimentos de contratação pública realizados pelos promotores, na maioria dos casos anteriores à apresentação da despesa, e verificações da despesa apresentada, quer na vertente administrativa quer na vertente financeira. A verificação da contratação pública é feita em todos os projetos em relação a contratos de valor superior a € 10.000 e a verificação da despesa é feita em todos os pedidos de pagamento.

Nas segundas é feita uma verificação das vertentes administrativa e financeira e, quando aplicável, da vertente física do projeto.

Até à data de elaboração deste relatório, os secretariados técnicos fazem uma verificação exaustiva de todas as operações até ao seu encerramento, em sede de visitas de acompanhamento ao local. Foi opção da AG que seria melhor promover no início do

Programa um nível total de verificações e, à medida que os resultados viessem a demonstrar a não existência de problemas, passar a uma verificação por amostragem.

Até à data, sem contar com os sistemas de incentivos, foram feitas 367 visitas de acompanhamento ao local, 139 das quais iniciadas em 2011, num universo de duas mil operações contratadas.

2.7.10. Auditorias e Controlo

2.7.10.1 Ações de Auditoria das Estruturas de Auditoria Segregada do IFDR

IFDR- Autoridade de Certificação

- Ação de controlo prévia ao envio da declaração de despesa e pedido de pagamento à CE - 5º PCD PCD nº2010/Norte/FEDER/8

Como objetivo, esta ação de controlo, pretendia aferir que as despesas declaradas no pedido de certificação submetido pela AG cumprem os requisitos necessários à certificação de despesa à Comissão Europeia, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11/07/2006.

Neste contexto o IFDR, em sede de relatório preliminar, conclui que os procedimentos desencadeados pela AG, no âmbito da seleção das operações e da validação da despesa relativamente aos 3 projetos controlados, oferecem uma garantia razoável no que respeita à legalidade e regularidade da despesa apresentada pela AG para efeitos de certificação até 30/09/2010.

- Ação de Controlo de Qualidade das Verificações no Local - Inf IFDR n.º 11/000412

Na sequência da receção do 8.º Pedido de Certificação de Despesas (PCD) do Programa Operacional Regional do Norte, ON.2, o IFDR, enquanto Autoridade de Certificação, determinou proceder à realização de uma ação de controlo de qualidade às verificações efetuadas no local. Esta ação visava conferir uma garantia suplementar no que respeita ao trabalho empreendido pela AG e Organismos Intermédios, em observância do estabelecido na alínea b) do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006.

Neste âmbito ao IFDR, após as verificações efetuadas às dez operações que constavam da sua amostra, concluí, em sede de relatório preliminar, que os procedimentos implementados pelas entidades intervenientes no processo de gestão, no que respeita às verificações no local a operações, oferecem uma garantia razoável quanto ao trabalho empreendido pela AG, em observância do estabelecido na alínea b) do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006.

- Ação de Controlo à Intervenção das CIM como Organismos Intermédios (11 operações) - Inf IFDR n.º 11/000549

A Autoridade de Certificação no âmbito do processo de Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro e Alentejo relativa aos Organismos Intermédios Comunidades Intermunicipais/Associações de Municípios (CIM/AM), definiu, procedimentos de análise específicos para efeitos de certificação de despesas relativas às operações com intervenção das CIM.

Assim, e no que se refere às despesas associadas a projetos com intervenção das CIM/AM em momento anterior à celebração das Adendas aos contratos de delegação de competências com subvenção global, foi estabelecido que as mesmas seriam objeto de uma Ação de Controlo Prévia à Certificação

As verificações efetuadas incidiram sobre 11 operações, e tiveram como objetivo aferir que as despesas cuja análise teve intervenção das CIM/AM cumprem os requisitos necessários à certificação de despesa à Comissão Europeia, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11/07/2006, incidindo sobre a evidência das verificações levadas a cabo pelos Organismos Intermédios (CIM/AM) quer sobre as validações efetuadas pela AG ao trabalho desenvolvido pelas CIM/AMP

IFDR- Controlo Estrutura Segregada

- Auditoria em operações no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte - QREN Despesa Pública certificada de 01-01-2010 a 31-12-2010 (21 operações - Auditoria nº1/11/SC1/Norte-FEDER-QREN

Nesta auditoria, foi selecionada, pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR (Unidade de Controlo e Auditoria), em articulação com a Autoridade de Auditoria (Inspeção-Geral de Finanças), uma amostra de vinte e uma operações com base na listagem de despesa certificada por operação até 31-12-2010 para verificação da regularidade e legalidade das despesas certificadas à Comissão Europeia (CE).

Do Relatório Final de Auditoria constavam um total de sete Recomendações, dirigidas à AG, para as quais está a decorrer o respetivo follow-up, de modo a ser transmitido ao IFDR.

2.7.10.2 Missões da Comissão Europeia

- Missão de 17 a 21 de Outubro- Controlo à qualidade das auditorias efetuadas a operações cofinanciadas pelo Programa Operacional Regional do Norte (ON.2)

O inquérito incidiu na repetição das auditorias de operações efetuadas pelo departamento de auditorias e controlo do IFDR sobre a supervisão da autoridade de auditoria, e foram selecionadas nove operações, tendo por base o universo de operações com despesa certificada em 2010.

A AG, depois de ter rececionado as conclusões preliminares procedeu ao contraditório das mesmas que, posteriormente, foram enviadas para apreciação da Comissão Europeia (DG REGIO)

2.7.11. Sistema de Informação

O Sistema de Informação do ON.2 é composto por uma plataforma tecnológica residente nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), o Sistema de Informação para a Gestão do ON.2 (SIGON.2) com interoperabilidade com a aplicação de *Business Process Modelling* (BPM) designada Expedientíssimo da CCDR-N, um conjunto de boas práticas de prestação de Serviços de Tecnologias de Informação (TI) baseado em *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL) e a adoção de um conjunto de referenciais no âmbito da Governação dos Sistemas de Informação e da Gestão de Informação.

Manteve-se com um elevado grau de resposta às solicitações ao nível do Sistema de Informação do ON.2, demonstrando capacidade de reação perante alterações de contexto e solicitações não previstas (e não previsíveis). Acresce que muita da Acão visou dar resposta ás recomendações às Auditorias e Certificações da IGAOT, da IGF, do IFDR e do ON.2 (auditoria interna, *Compliance* e melhoria de operacionalização).

Em 2011 houve uma especial preocupação com a segurança e nomeadamente a que deriva da aplicação da norma ISO 27002, no reforço e expansão da plataforma tecnológica residente nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), conforme tinha sido fixado como objetivo no final de 2010. Outro dos objetivos então formulado, o da Manutenção Corretiva e Evolutiva do Sistema de Informação para a Gestão do ON.2 (SIGON.2), assegurando o compliance CMMI foi atingido através da adoção de um controlo do desenvolvimento, estabelecimento de métricas de qualidade e adoção de uma ferramenta open-source de Gestão de *Issues*, o "*bugnet*". Prosseguiu-se, ainda o alargamento da interoperabilidade com a aplicação de Business Process Modelling (BPM) designada Expedientíssimo da CCDR-N, ao nível de Entidades, Documentos, Processos e georeferenciação (Mapoteca), com particular enfase nos processos de validação e atualização dos registos. O objetivo fixado no final de 2010 de alargamento do âmbito de operacionalização de boas práticas de prestação de Serviços de Tecnologias de Informação (TI) baseado em Information Technology Infrastructure Library (ITIL) concretizou-se com a adoção do processo de Gestão Financeira.

A prossecução dos objetivos estabelecidos para os Pedidos de Intervenção Técnica (PIT) foi prejudicada pela necessidade de adaptação a alteração na legislação, nos procedimentos, nsa diretivas emanadas das Autoridades de Certificação e Monitorização e nos processos implementados nos Sistemas de Informação de outras entidades com os quais o SIGON.2 interage.

2.7.11.1 Plataforma Tecnológica

Com o objetivo de assegurar as melhores condições de funcionamento do Sistema de Informação implementou-se em 2009 uma infraestrutura tecnológica *Datacenter* de Nível 3 e efetuou-se um reforço da infraestrutura de segurança, de balanceamento e de prioritização de comunicação de dados do *Datacenter*, utilizada para acesso remoto à plataforma tecnológica pelos Promotores e pelos técnicos das estruturas de suporte ao ON.2. Este esforço, que em 2010 tinha sido alargado às Estruturas Sub-Regionais onde são efectuadas algumas das tarefas avaliação dos Projetos do ON.2,

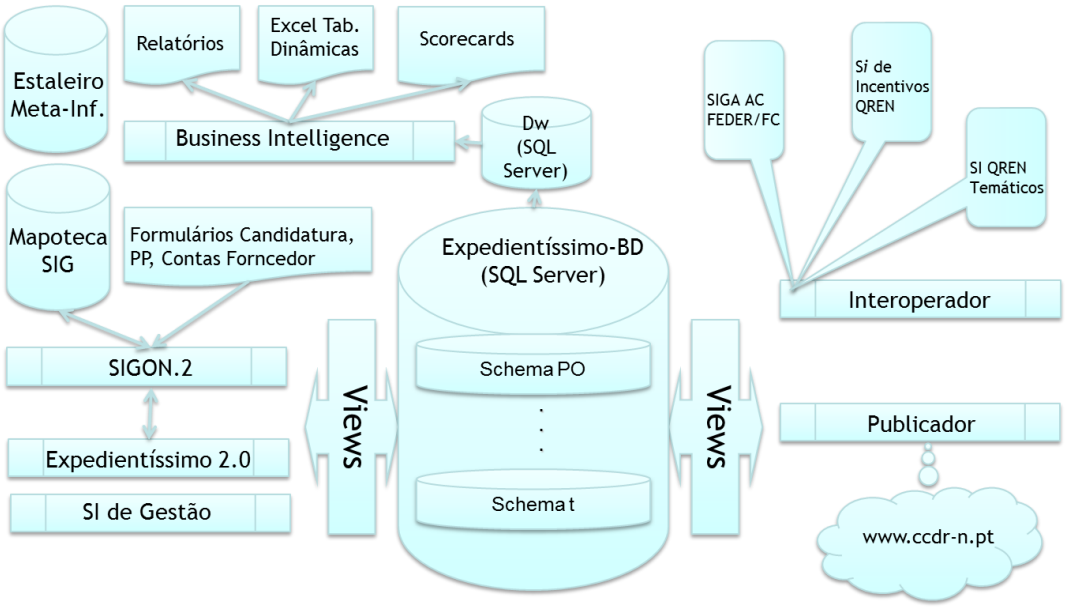
Promoveu-se a implementação das infra-estruturas de comunicações e aplicacionais, sendo objecto de referência especial a atualização das soluções de videoconferência, intensificação e alargamento das soluções de assinatura digital e encriptação de dados e manutenção dos dados, reforço e ampliação dos ambientes de Testes e de Pré-Produção, reforço das soluções de Virtualização para assegurar flexibilidade e fiabilidade e continuidade da utilização da *cloud* (SaaS – Software as a Service) ao nível da protecção de anti-spam para os postos de trabalho do ON.2, melhoria da gestão dinâmica de segurança e performance e controlo de acessos ao SIGON.2 validado com a estrutura de diretório de rede, *deployment* de software para os postos de trabalho, aquisição de uma nova solução de armazenamento (SAN) que permite a libertação de recursos para montagem de um Sistema de Disaster Recovery, aquisição de infraestrutura para a criação de um sistema de gestão hierárquica do armazenamento (Hierarchical Storage Management - HSM), aquisição de um sistema para a gestão do ciclo de vida da informação (Information Lifecycle Management – ILM), implementação de um sistema de apoio à decisão (Business Intelligence – BI), adoção plena de um sistema de gestão centralizada de configurações (System Center Configuration Manager – SCCM) e implementação de um Sistema de monitorização e Alarmística de Infraestrutura (SMAI) com base numa perspetiva de orientação ao Serviço (por contraponto a uma perspetiva mais comum de monitorização meramente infraestrutural)

Neste momento a plataforma tecnológica é constituída por um servidor de base de dados SQL totalmente redundante, alojamento dos dados em *Storage Area Network* (SAN), Servidores de *Front-Office* (FO) para submissão de candidaturas e de *Back-Office* (BO) para os técnicos das Estruturas de suporte ao ON.2 implementados em infra-estrutura de Virtualização totalmente redundante, servidor virtual de ficheiros, servidor de testes e pré-produção e servidor de BI.

A plataforma tecnológica segue o diagrama abaixo, presente desde o início, numa perspectiva estratégica de assegurar o aproveitamento de sinergias e uma abrangência de todas as necessidades dos Secretariados Técnicos do ON.2 e dos utilizadores do SIGON.2.

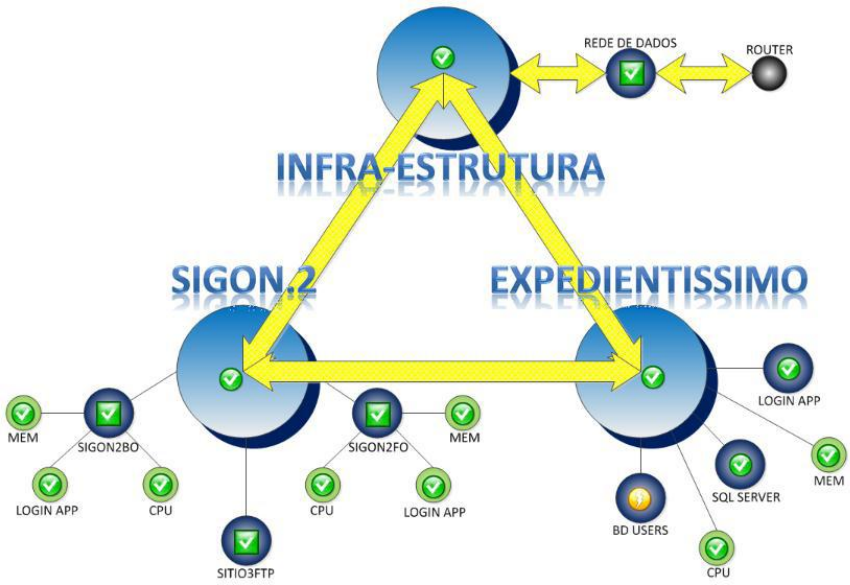
É de destacar que em 2011 se concretizou mais uma etapa importante através da montagem do sistema de Business Intelligence.

Figura 2.7.11.1 – Desenho da Plataforma tecnológica



A monitorização da plataforma tecnológica é efetuada com base numa aplicação Open-source e é orientada ao Serviço:

Figura 2.7.11.2 – SMAI orientado a Serviços



Na expansão e reforço da infraestrutura adotou-se um Modelo de armazenamento em camadas (Tiered Storage Model) visando a implementação de:

- HSM - hierarchical storage management
- ILM - information life cycle management

A HSM é uma gestão baseada em políticas de backup de ficheiros e arquivamento, que usa dispositivos de armazenamento de uma forma mais económica e sem que o utilizador precise de estar ciente de quando os arquivos estão sendo recuperados a partir de diferentes dispositivos. A hierarquia representa diferentes tipos de armazenamento, como disk arrays, armazenamento ótico ou tape, cada tipo representando um nível diferente de custo e velocidade de recuperação quando o acesso é necessário. Por exemplo, como a idade de um arquivo, ele pode ser automaticamente movido para um armazenamento mais lento mas menos caro.

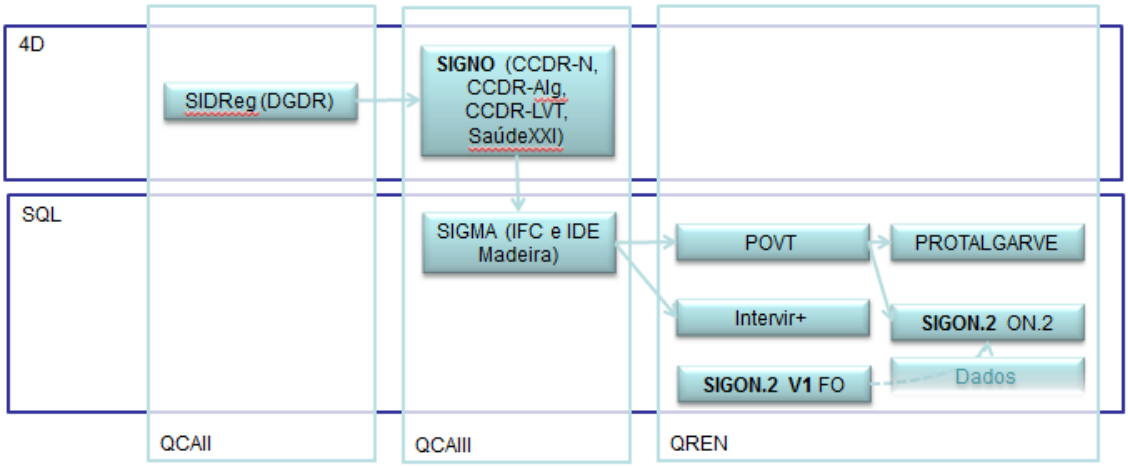
A ILM é uma abordagem abrangente para a gestão do fluxo de dados e meta dados associados de um sistema de informação, desde a criação e armazenamento inicial até se tornar obsoleto e ser eliminado. Engloba as praticas do utilizador. Permite uso de critérios mais complexos para gestão de armazenamento de dados para além da idade e frequência de acesso.

2.7.11.2 SIGON.2

O SIGON.2 foi implementado através da adaptação do sistema de informação originalmente desenvolvido para o Programa Operacional da Madeira, efectuando-se as alterações necessárias para a gestão de uma intervenção regionalizada, para a realidade do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e para as especificidades do ON.2.

Nestas adaptações ganham destaque a implementação das especificações comuns dos Sistemas de Informação do QREN e das tabelas de base desenhadas pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR).

Quadro 2.7.11.1 – Evolução das adaptações conducentes ao SIGON.2



Fruto do desenvolvimento acima referido, o SIGON.2 corresponde aos procedimentos previstos na descrição do Sistema de Gestão e Controlo (SGC) do ON.2 para o ciclo de vida das operações. Este desenvolvimento permite atingir os dados de utilização apresentados na tabela abaixo.

Tabela 2.7.11.1 - Tabela de Indicadores do SIGON.2

Dimensão	SIGON.2
Entidades	8 (CCDR-N+7CIM)
Executores	4790
Entidades Pagad.	3
Eixos	11
Dominios	24
Tipologias	80
Avisos	739
Programas de Acção/Estratég.	240
Operações (Inclui Sistemas de Incentivos)	17299

Despesas	29278
Pagamentos	20441
Certificações Despesa	10
Operadores (ativos)	161
Perfis	45

Tecnologicamente o SIGON.2 adota, tecnologia de vanguarda, seguindo todas as normas de segurança previstas e aplicadas pela Microsoft. O SGBD segue todos os padrões de boas práticas e performance estipuladas pela Microsoft. O sistema é constituído pelos seguintes Módulos:

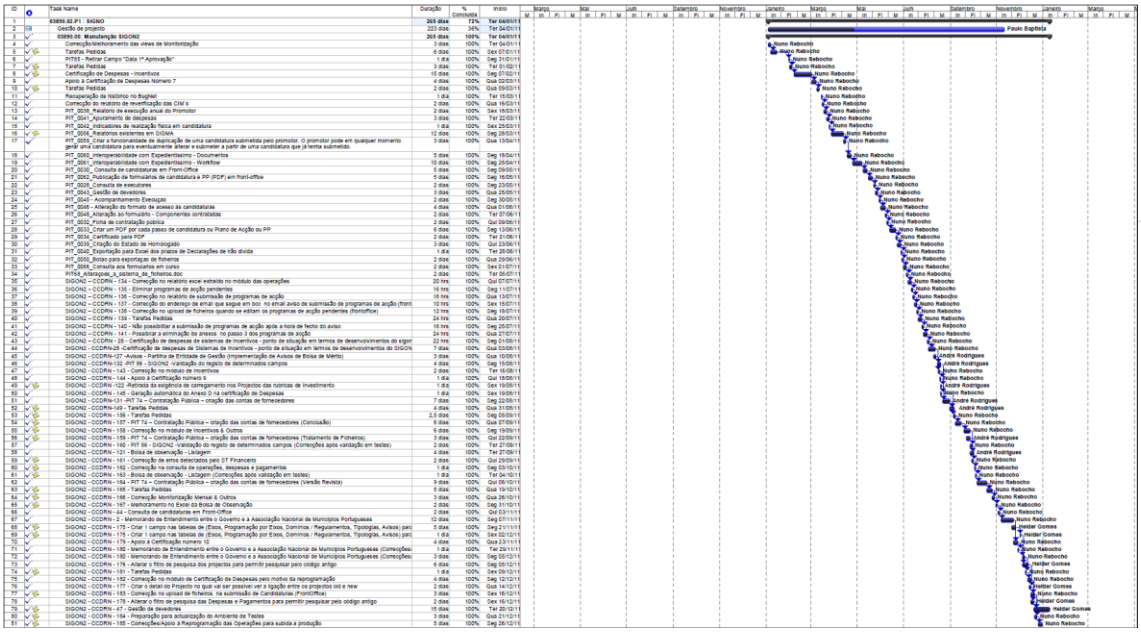
- Sistema FEDER
  - Acompanhamento financeiro
  - Acompanhamento físico.
- Bolsa de Candidaturas
  - Interação online (via Internet)
- Sistema de Suporte à Decisão (SIGONBI)
  - Sistema de Suporte à Decisão
  - Exploração da informação física e financeira.
- Mecanismos e automatismos criados para agilizar os processos de reprogramações, bonificações etc.

Numa estratégia de e-Government, desenvolveram-se ações numa perspectiva de interoperabilidade organizacional, destacando-se os projectos de Interoperabilidade, nomeadamente os que permitem a georeferenciação dos Projetos.

Prosseguiu-se o desenvolvimento e manutenção do SIGON.2 - sistema de informação de gestão do ON.2, tendo implementado novas funcionalidades no âmbito do Sistema de Negócio, da Interoperabilidade, da Monitorização e da Certificação.

A imagem seguinte representa os desenvolvimentos efetuados em 2011.

Figura 2.7.11.3 – Tarefas executadas no âmbito do contrato de manutenção e desenvolvimento do SIGON.2



ID	Task Name	Duração	% Concluída	Início
1	65890.02.P1 - SIGNO	265 dias	72%	Ter 04/01/11
2	Gestão do projecto	223 dias	34%	Ter 04/01/11
3	65890.00 - Manutenção SIGON2	265 dias	100%	Ter 04/01/11
4	Correcção/Melhoramento das views de Monitorização	3 dias	100%	Ter 04/01/11
5	Tarefas Pedidas	6 dias	100%	Sex 07/01/11
6	PIT55 - Retirar Campo "Data 1ª Aprovação"	1 dia	100%	Seg 31/01/11
7	Tarefas Pedidas	3 dias	100%	Ter 01/02/11
8	Certificação de Despesas - Incentivos	10 dias	100%	Seg 07/02/11
9	Apoio à Certificação de Despesas Numero 7	4 dias	100%	Qua 02/03/11
10	Tarefas Pedidas	2 dias	100%	Qua 09/03/11
11	Recuperação de histórico no Bugtrel	1 dia	100%	Ter 15/03/11
12	Correcção do relatório de reverificação das CIN's	2 dias	100%	Qua 16/03/11
13	PIT_0038_Relatório de execução anual do Promotor	2 dias	100%	Sex 18/03/11
14	PIT_0041_Apuramento de despesas	3 dias	100%	Ter 22/03/11
15	PIT_0042_Indicadores de realização física em candidatura	1 dia	100%	Sex 25/03/11
16	PIT_0008_Relatórios existentes em SIGMA	12 dias	100%	Seg 28/03/11
17	PIT_0059_Criar a funcionalidade de duplicação de uma candidatura submetida pelo promotor. O promotor pode em qualquer momento gerir uma candidatura para eventualmente alterar e submeter a partir de uma candidatura que já tenha submetido.	3 dias	100%	Qua 13/04/11
18	PIT_0002_Interoperabilidade com Expedientíssimo - Documentos	5 dias	100%	Seg 18/04/11
19	PIT_0061_Interoperabilidade com Expedientíssimo - Workflow	10 dias	100%	Seg 25/04/11
20	PIT_0036_Consulta de candidaturas em Front-Office	5 dias	100%	Seg 09/05/11
21	PIT_0062_Publicação de formulários de candidatura e PP (PDF) em front-office	5 dias	100%	Seg 16/05/11
22	PIT_0028_Consulta de executores	2 dias	100%	Seg 23/05/11
23	PIT_0043_Gestão de devedores	3 dias	100%	Qua 25/05/11
24	PIT_0045 - Acompanhamento Execução	2 dias	100%	Seg 30/05/11
25	PIT_0048 - Alteração do formato de acesso às candidaturas	4 dias	100%	Qua 01/06/11
26	PIT_0049_Alteração ao formulário - Componentes contratadas	2 dias	100%	Ter 07/06/11
27	PIT_0032_Ficha de contratação pública	2 dias	100%	Qui 09/06/11
28	PIT_0033_Criar um PDF por cada passo de candidatura ou Plano de Acção ou PP	6 dias	100%	Seg 13/06/11
29	PIT_0034_Certificado para PCP	2 dias	100%	Ter 21/06/11
30	PIT_0039_Criação do Estado de Homologado	3 dias	100%	Qui 23/06/11
31	PIT_0040_Exportação para Excel das datas de Declarações de não dívida	1 dia	100%	Ter 28/06/11
32	PIT_0050_Botao para exportaçao de ficheiros	2 dias	100%	Qua 29/06/11
33	PIT_0056_Consulta aos formulários em curso	3 dias	100%	Sex 01/07/11
34	PIT64_Alteraçoes_a_sistema_de_ficheiros.doc	2 dias	100%	Ter 05/07/11
35	SIGONO2 – CCDRN - 134 - Correcção no relatório excel extraído no módulo das operações	20 hrs	100%	Qui 07/07/11
36	SIGONO2 – CCDRN - 135 - Eliminar programas de acção pendentes	16 hrs	100%	Seg 11/07/11
37	SIGONO2 – CCDRN - 136 - Correcção no relatório de submissão de programas de acção	16 hrs	100%	Qua 13/07/11
38	SIGONO2 – CCDRN - 137 - Correcção do endereço de email que segue em boc no email aviso de submissão de programas de acção (front	10 hrs	100%	Sex 15/07/11
39	SIGONO2 – CCDRN - 138 - Correcção no upload de ficheiros quando se editam os programas de acção pendentes (frontoffice)	12 hrs	100%	Seg 18/07/11
40	SIGONO2 – CCDRN - 139 - Tarefas Pedidas	24 hrs	100%	Qua 20/07/11
41	SIGONO2 – CCDRN - 140 - Não possibilitar a submissão de programas de acção após a hora de fecho do aviso	16 hrs	100%	Seg 25/07/11
42	SIGONO2 – CCDRN - 141 - Possibilitar a eliminação de anexos no passo 3 dos programas de acção	24 hrs	100%	Qua 27/07/11
43	SIGONO2 – CCDRN - 28 - Certificação de despesas de sistemas de incentivos - ponto de situação em termos de desenvolvimentos do sigon	22 hrs	100%	Seg 01/08/11
44	SIGONO2 – CCDRN-28 -Certificação de despesas de Sistemas de Incentivos - ponto de situação em termos de desenvolvimentos do SIGON	7 dias	100%	Qua 03/08/11
45	SIGONO2 – CCDRN-127 -Avisos - Partilha de Entidade de Gestão (Implementação de Avisos de Bolsa de Mérito)	3 dias	100%	Qua 10/08/11
46	SIGONO2 –CCDRN-132 -PIT 86 - SIGONO2 -Validação do registo de determinados campos	4 dias	100%	Seg 15/08/11
47	SIGONO2 – CCDRN - 143 - Correcção no módulo de incentivos	2 dias	100%	Ter 16/08/11
48	SIGONO2 – CCDRN - 144 - Apoio à Certificação numero 9	1 dia	100%	Qui 18/08/11
49	SIGONO2 – CCDRN -122 -Retirada da exigência de carregamento nos Projectos das notícias de investimento	1 dia	100%	Ter 19/08/11
50	SIGONO2 – CCDRN - 145 - Geração automática do Anexo D na certificação de Despesas	1 dia	100%	Sex 19/08/11
51	SIGONO2 –CCDRN-131 -PIT 74 – Contratação Pública – criação das contas de fornecedores	7 dias	100%	Seg 22/08/11
52	SIGONO2 –CCDRN-148 - Tarefas Pedidas	4 dias	100%	Qua 31/08/11
53	SIGONO2 – CCDRN - 156 - Tarefas Pedidas	2,5 dias	100%	Seg 05/09/11
54	SIGONO2 – CCDRN - 157 - PIT 74 – Contratação Pública – criação das contas de fornecedores (Conclusão)	6 dias	100%	Qua 07/09/11
55	SIGONO2 – CCDRN - 158 - Correcção no módulo de incentivos & Outros	6 dias	100%	Seg 19/09/11
56	SIGONO2 – CCDRN - 159 - PIT 74 – Contratação Pública – criação das contas de fornecedores (Tratamento de Ficheiros)	3 dias	100%	Qui 22/09/11
57	SIGONO2 – CCDRN - 160 - PIT 86 - SIGONO2 -Validação do registo de determinados campos (Correcções após validação em testes)	2 dias	100%	Ter 27/09/11
58	SIGONO2 – CCDRN - 121 - Bolsa de observação - Listagem	4 dias	100%	Ter 27/09/11
59	SIGONO2 – CCDRN - 161 - Correcção de erros detectados pelo ST Financeiro	2 dias	100%	Qui 29/09/11
60	SIGONO2 – CCDRN - 162 - Correcção na consulta de operações, despesas e pagamentos	1 dia	100%	Seg 03/10/11
61	SIGONO2 – CCDRN - 163 - Bolsa de observação - Listagem (Correcções após validação em testes)	1 dia	100%	Ter 04/10/11
62	SIGONO2 – CCDRN - 164 - PIT 74 – Contratação Pública – criação das contas de fornecedores (Versão Revista)	9 dias	100%	Qui 06/10/11
63	SIGONO2 – CCDRN - 166 - Tarefas Pedidas	5 dias	100%	Qua 19/10/11
64	SIGONO2 – CCDRN - 166 - Correcção Monitorização Mensal & Outros	3 dias	100%	Qua 26/10/11
65	SIGONO2 – CCDRN - 167 - Melhoramento no Excel da Bolsa de Observação	2 dias	100%	Seg 31/10/11
66	SIGONO2 – CCDRN - 44 - Consulta de candidaturas em Front-Office	2 dias	100%	Qui 03/11/11
67	SIGONO2 – CCDRN - 2 - Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses	12 dias	100%	Seg 07/11/11
68	SIGONO2 – CCDRN - 175 - Criar 1 campo nas tabelas de (Eixos, Programação por Eixos, Domínios / Regulamentos, Tipologias, Avisos) par	5 dias	100%	Seg 21/11/11
69	SIGONO2 – CCDRN - 176 - Criar 1 campo nas tabelas de (Eixos, Programação por Eixos, Domínios / Regulamentos, Tipologias, Avisos) par	1 dia	100%	Sex 02/12/11
70	SIGONO2 – CCDRN - 179 - Apoio à Certificação numero 10	4 dias	100%	Qua 23/11/11
71	SIGONO2 – CCDRN - 180 - Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (Correcções	1 dia	100%	Ter 29/11/11
72	SIGONO2 – CCDRN - 180 - Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (Correcções	3 dias	100%	Seg 05/12/11
73	SIGONO2 – CCDRN - 176 - Alterar o filtro de pesquisa dos projectos para permitir pesquisar pelo código antigo	5 dias	100%	Seg 05/12/11
74	SIGONO2 – CCDRN - 181 - Tarefas Pedidas	1 dia	100%	Ter 06/12/11
75	SIGONO2 – CCDRN - 182 - Correcção no módulo de Certificação de Despesas pelo motivo da reprogramação	4 dias	100%	Seg 12/12/11
76	SIGONO2 – CCDRN - 177 - Criar o detalhe do Projecto no que vai ser possível ver a ligação entre os projectos old e new	2 dias	100%	Qua 14/12/11
77	SIGONO2 – CCDRN - 183 - Correcção no upload de ficheiros na submissão de Candidaturas (FrontOffice)	3 dias	100%	Sex 16/12/11
78	SIGONO2 – CCDRN - 178 - Alterar o filtro de pesquisa das Despesas e Pagamentos para permitir pesquisar pelo código antigo	2 dias	100%	Sex 16/12/11
79	SIGONO2 – CCDRN - 47 - Gestão de devedores	15 dias	100%	Ter 20/12/11
80	SIGONO2 – CCDRN - 184 - Preparação para actualização do Ambiente de Testes	3 dias	100%	Qua 21/12/11
81	SIGONO2 – CCDRN - 185 - Correcções/Apoio à Reprogramação das Operações para subida à produção	5 dias	100%	Seg 26/12/11

Os desenvolvimentos com maior duração durante o ano de 2011 foram:

- Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses e reprogramação do Programa Operacional
- Contratação Pública – criação das contas de fornecedores
- Certificação de Despesas – Incentivos
- Relatórios existentes em SIGMA
- Gestão de devedores

Ao nível da Interoperabilidade, é de destacar que mesmo com um processo de reformulação do PO Norte, incluindo a criação de novos Eixos e recodificação das Candidaturas, Operações e Pedidos de Pagamento, todos os Projetos SIGON.2 têm o correspondente Processo Expedientíssimo.

Também é de salientar que a interoperabilidade via *web services*, implementada e melhorada em SIGON.2, com entidades externas, nomeadamente o Compete e o IFDR, tem permitido cumprir, com maior ou menor esforço mas com êxito as obrigações de Monitorização Mensal e de Certificação de Despesas.

As principais dificuldades na manutenção e desenvolvimento do SIGON.2 decorrem da alteração dos regulamentos e do desenho operacional, da alteração dos requisitos apresentados pelos sistemas de informação com que o SIGON.2 tem de comunicar e da modificação das tabelas base que devem ser respeitadas pelo SIGON.2. Todas estas situações são inibidoras do planeamento e conducentes a situações de atraso na

implementação de funcionalidades críticas para o desempenho das estruturas técnicas de suporte ao Programa operacional.

A auditoria da IGF realizada em 2011 realça:

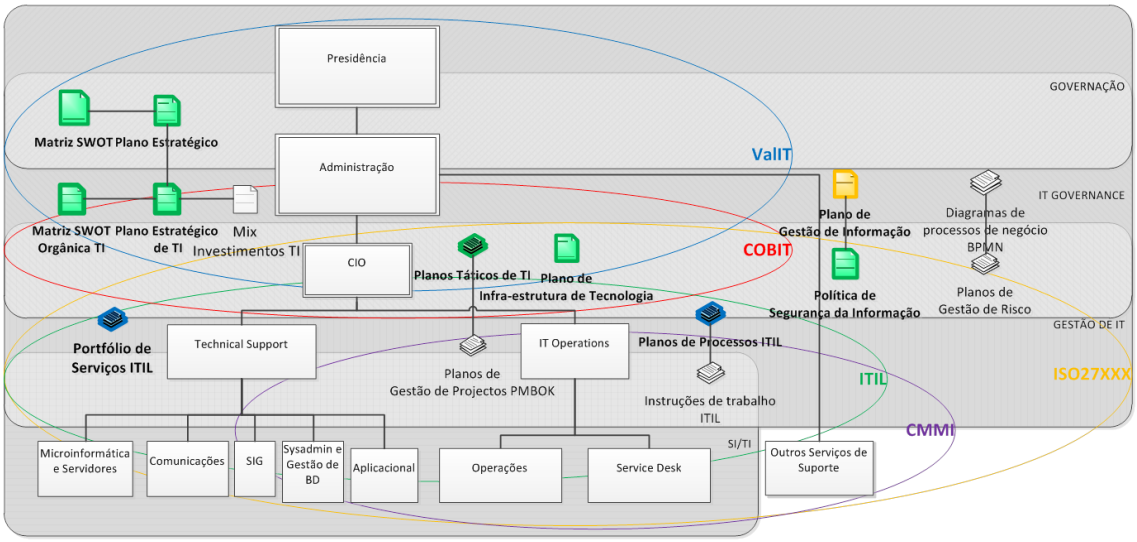
"Relativamente ao nível global de segurança dos Sistemas de Informação, a análise efetuada permitiu concluir que a informação crítica à atividade do organismo está, no momento da elaboração deste relatório, devidamente controlada em matéria de segurança, havendo um risco mínimo de perda da informação."

"Devemos realçar que, desde da última Auditoria da IGF (Março de 2007), foi feito um grande investimento em infraestruturas e em tecnologia na CCDR-N, o que permite aos servidores e aparelhos de telecomunicações residirem num novo CPD (DataCenter) com elevadas condições de segurança. Tal facto, poderá assegurar o normal funcionamento do ON.2."

2.7.11.3 Framework de Frameworks

Com base na experiência adquirida, foi definida uma Framework de frameworks que ajudam a programar as ações a empreender para a melhoria do Sistema de Informação do ON.2. A figura abaixo pretende retratar essa Framework.

Figura 2.7.11.4 – Framework de frameworks



Em 2011 foram elaborados ou atualizados os seguintes Planos TIC 2012-2014 baseados em Cobit:

- Plano Estratégico
- Plano Tático de Sistemas de Informação
- Plano de Infraestrutura de Tecnologia
- Planos de Processos e Portfolio de Serviços ITIL
- Plano de Gestão de Informação (em elaboração)

Em 2011 foi realizado um *MS Optimization Assessment - Core Infrastructure* onde é notória a evolução da qualidade da infraestrutura.

Tabela 2.7.11.2 – Evolução da Infraestrutura básica

Core Infrastructure (Basic)	2008				2011			
	Basic	Standardized	Rationalized	Dynamic	Basic	Standardized	Rationalized	Dynamic
Identity & Access Management		■				■		
Desktop & Server Management	■					■		
Virtualization								
Desktop Management								
Server Management								
Security and Networking		■					■	
Data Protection & Recovery		■				■		
IT & Security Processes	■					■		

Foi ainda realizada uma análise de risco á infraestrutura de credenciação de utilizadores, uma ADRAP – *Active Directory Risk Assessment Program* segundo os princípios estabelecidos pela Microsoft que identificou 80% com risco aceitável e tem um *Remediation Plan* em curso.

2.7.11.3 ISO27000

No âmbito da adoção da norma ISO27002 criou-se o Conselho de Segurança de Informação e Privacidade, um órgão colegial e transversal, que visa a definição e o cumprimento das políticas definidas no documento "Politicas de Segurança de Informação e Privacidade. Procedeu-se, ainda á nomeação do Gestor de Segurança de Informação, dos Gestores de Segurança Física e dos Gestores de Informação. Os Despachos e os Documentos de Segurança de informação fazem parte do Manual de Controlo Interno que está publicado na Intranet.

Os Documentos de Segurança (ISO 27000) criados, aprovados e implementados no ano de 2011 foram:

- Carta de princípios de segurança informática e privacidade
- Política de segurança informática e privacidade
- Normas de segurança para a utilização do correio eletrónico e da internet
- Manual de segurança dos sistemas de informação

Iniciou-se a abordagem numa perspetiva da Gestão de Informação do Programa Operacional, prosseguindo os seguintes Objetivos:

- Garantir que a informação é gerida como um recurso indispensável e valioso
- Garantir que essa gestão está alinhada com os objetivos de negócio

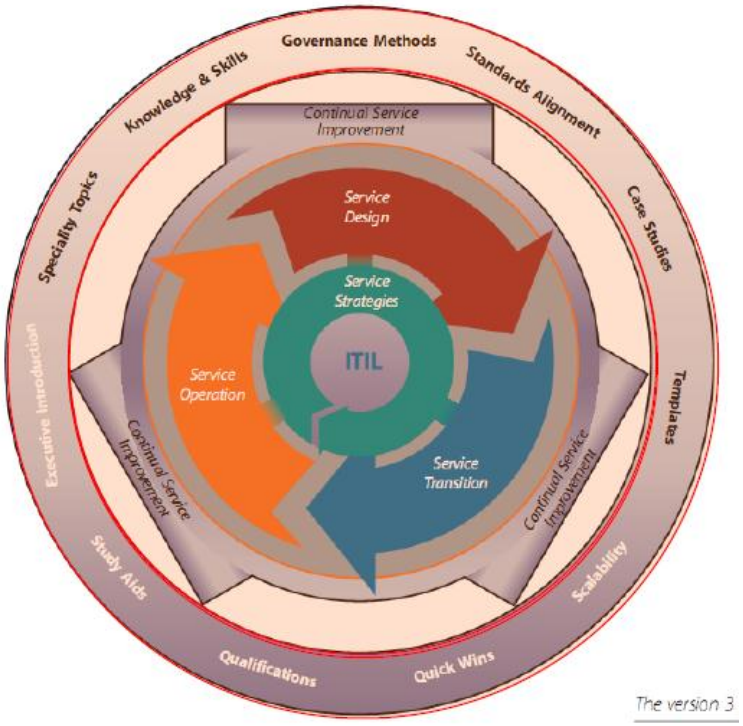
Foram ainda encetadas as seguintes etapas:

- Iniciar a sensibilização e o envolvimento de todos os intervenientes
- Iniciar o desenvolver do enquadramento e estrutura para a gestão da informação
- Iniciar a elaboração de um Plano de Gestão da informação
-

2.7.11.3 ITIL

O ITIL (da sigla em inglês para Biblioteca da Infra-estrutura de Tecnologias de Informação - Information Technology Infrastructure Library) é por definição um conjunto de boas práticas a serem aplicadas na infra-estrutura, operação e manutenção de serviços de tecnologia da informação (TI) que foi desenvolvido no final dos anos 1980 pela CCTA (Central Computer and Telecommunications Agency) e actualmente está sob custódia da OGC (Office for Government Commerce) da Inglaterra. Na perspectiva do ITIL, a infra-estrutura, operação e manutenção de serviços de TI está organizada em Processos, que podem ser implementados separadamente.

Figura 2.7.11.5 – A estrutura de ITIL V3



Em 29 de Dezembro de 2009, por despacho do Presidente da Comissão Directiva do ON.2, implementaram-se 5 processos ITIL (Incidentes, Pedidos, Alterações, Configurações e Continuidade) e as principais ferramentas para dar suporte aos mesmos, O Service Desk e os gestores de cada um dos processos ITIL. Criou-se formalmente o Service Desk, uma unidade funcional, constituída por um número dedicado de pessoas, responsáveis pelo tratamento de variados eventos de serviço, muitas vezes feitos via telefone, interface web, ou por Incidentes gerados automaticamente. O Service Desk é de importância vital, devendo ser um ponto de contacto único para os utilizadores, numa base diária, e trata todos os Incidentes e Pedidos, usando software de apoio. Nomeou-se, ainda, os responsáveis por cada um dos processos, Gestor de Incidentes, Gestor de Pedidos, Gestor de Configurações, Gestor de Alterações e Gestor de Continuidade.

Toda a actividade na Gestão dos equipamentos informáticos e de comunicação e dos sistemas de informação passou em 2010 a reger-se pelas boas-práticas ITIL. A avaliação deste período é positivo, tendo em conta o grau elevado de cobertura de registo de Incidentes, Pedidos e Alterações e o exercício da função de Service Desk.

No âmbito da gestão de Alterações, os Indicadores no final de 2011 são:

- 323 Pedidos de Intervenção técnica (PIT)
- 8008 horas de desenvolvimento
-

No âmbito da Gestão de Incidentes e Pedidos, verificou-se o seguinte conjunto de indicadores.

Tabela 2.7.11.3 - Tabela da gestão de Pedidos e incidentes SIGON.2

Incidentes e Pedidos	/mês	Tempo Recuperação
Pedidos de pagamento - solicitações externas	40	1 dia
Criação de Avisos e alteração dos mesmos	4	1 dia
Criação de operadores	3	1 dia
Pedidos de operadores internos	30	1 dia
Alterações/correcções de operadores internos	40	1 dia
Pequenas correcções ao código do SI	5	3 dias
Activação de utilizadores	30	5 horas
Recuperação de password	50	1 hora
Correções de dados	35	1 hora
Alteração na Base de Dados	80	1 hora

Não foi identificado nenhum Problema reportado por um Promotor em 2011.

No âmbito do Processo de Continual Service Improvement, e relativamente ao Processo de Gestão de Continuidade de Serviço de TI (GCSTI), um dos Processos de Negócio que foram analisados foi o Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013. Este processo focaliza-se nos eventos que o negócio considera significativamente sérios, para serem considerados um desastre. O que constitui uma situação de desastre, é medido num exercício de Business Impact Analysis (BIA), onde são apurados os requisitos mínimos para tal situação. Os requisitos TI técnicos e de serviço, são suportados por este processo ITIL. Este processo tem como consideração base, a infra-estrutura e configurações subjacentes aos processos de negócio. Para além do BIA foi efectuada uma Análise de Risco, que serve para considerar a possibilidade de quebra de cada Processo de Negócio em análise, motivada pela quebra de um ou mais Serviços TI de que este depende; trata-se de um levantamento para apurar o nível de ameaça conducente àquelas quebras e a extensão a que a Organização está vulnerável à ameaça. Foi revisto o Plano de Recuperação do Programa Operacional da Região Norte 2007-2013 que detalha as instruções e os procedimentos, que devem ser seguidos para a recuperação ou continuidade de operação de sistemas, infra-estrutura, serviços ou instalações, para manter a Continuidade de Serviço, ao nível esperado pelo negócio.

Procedeu-se á implementação do processo de Gestão Financeira. A Gestão Financeira segundo o ITIL permite fornecer ao negócio e ao GS-TIC:

- A quantificação do valor dos serviços, em termos financeiros, do valor dos bens subjacentes ao fornecimentos desses serviços;
- Qualificação de previsão operacional;
- Melhoria na tomada de decisões;
- Maior celeridade nas alterações;
- Informação para a produção da Gestão de Portefólio de Serviços;
- Controlo e conformidade financeira;
- Controlo operacional;
- Captura e criação de valor;
- Linguagem comum entre o IT e o negócio.

Os dados para a tomada de decisão operacional, que são agregados, refinados e distribuídos no processo ITIL de Gestão Financeira, permitem beneficiar substancialmente tanto o desenho do serviço como o da estratégia.

Se aplicada com rigor, esta gestão gera dados críticos de performance, permitindo então responder a questões importantes para a organização:

- A nossa estratégia de diferenciação está a resultar em maior proveito financeiro, ou em aumento de entrada de capital, redução de custos, maior aceitação de serviço?
- Quais dos nossos serviços são mais onerosos, e porquê?
- Quais os nossos volumes e tipos de serviços consumidos, e qual o requisito do budget correlacionado?
- Quão eficientes são os nossos modelos de fornecimento de serviço em relação a alternativas no mercado?
- Onde estão as nossas maiores ineficiências de serviço?
- Que áreas funcionais representam as oportunidades de maior prioridade em que nos devamos focar, enquanto geramos uma estratégia de melhoria de serviço continuada?

2.7.11.4 Previsão para 2012

Em 2012 pretende-se concluir a implementação do Disaster Recovery para que seja possível dar resposta ao identificado pela Auditoria da IGF:

- "Porém, no caso de ocorrência de incidentes ou desastres naturais, a organização não poderá garantir um conjunto de respostas reflexas."

Pretende-se em 2011 prosseguir-se nas quatro direcções apresentadas:

- Reforço e expansão da plataforma tecnológica residente nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), tendo sempre presente a preocupação com a segurança e nomeadamente a que deriva da aplicação da norma ISO 27002.
- Manutenção Correctiva e Evolutiva do Sistema de Informação para a Gestão do ON.2 (SIGON.2), assegurando o *compliance* CMMI.
- Alargamento Interoperabilidade com a aplicação de Business Process Modelling (BPM) designada Expedientíssimo da CCDR-N, ao nível de Entidades, Documentos, Processos e georeferenciação (Mapoteca).
- Alargamento do âmbito de operacionalização de boas práticas de prestação de Serviços de Tecnologias de Informação (TI) baseado em Information Technology Infrastructure Library (ITIL).
- Realização de ações tendentes à execução dos Planos Estratégico, Tático de Sistemas de Informação, de Infraestrutura de Tecnologia e de Gestão de Informação.
- Documentação de processos em BPMN

De entre os Pedidos de Intervenção Técnica previstos, realçam-se as seguintes melhorias:

- Montagem de uma Solução de Disaster Recovery
- Relatórios para Observatório do QREN
- Bonificações
- Contratação Pública – Melhoramento da criação das contas de fornecedores pelos Promotores e simplificação do procedimento
- Simplificação e elaboração em Sistema de Informação da Ficha de Verificação da Autoridade de Gestão
- Simplificação dos Pedidos de Pagamento
- Melhoramento da Gestão de Devedores
- Melhoria da funcionalidade de Indicadores de realização física em candidatura
- Relatórios de execução anual e final
- Tratamento de custos indiretos
- Tratamento de projetos geradores de receitas
- Implementar melhoria da funcionalidade de correção de formulários de candidatura e relatórios de candidaturas do front-office e back-office
- Visualização do conteúdo das operações e dos pedidos de pagamento em Front-office
- Utilização de Certificados Digitais
- Solução para submissão de ficheiros grandes

2.7.12. Avaliação do ON.2 – O Novo Norte no Contexto do QREN

Na alínea f) do nº. 1 do Artigo 8º do Decreto-lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril), decorrente da possibilidade explicitada no n.º 1 do Artigo 48º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, estabelece-se que a elaboração do Plano Global de Avaliação (PGA) do Quadro de Referência Estratégico Nacional e dos Programas Operacionais 2007-2013 (PGA) é da responsabilidade do Observatório do QREN. A versão inicial desse PGA foi aprovada pela Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do QREN em 26 de Fevereiro de 2009. Deste Plano faz parte o próprio Plano de Avaliação do ON.2 – "O Novo Norte" aprovado, por sua vez, pela respetiva Comissão Diretiva (em 27 de Outubro de 2008), e Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais (em 23 de Dezembro de 2008).

Entretanto no próprio Plano estava prevista a atualização ou adaptação dos diversos exercícios de avaliação nele considerados, prevendo-se um processo anual de revisão que "deverá originar atualizações do PGA, da responsabilidade da Rede de Interlocutores de Avaliação, sob coordenação do Observatório do QREN. Esta revisão deverá ocorrer durante o último trimestre de cada ano civil de vigência do QREN. Poderão ainda ocorrer atualizações extraordinárias do PGA.".

Deste modo, no âmbito do processo anual de revisão do PGA, foram já efetuados três exercícios de atualização, um em cada ano após a realização da versão final deste Plano em 2008.

A primeira atualização do PGA foi aprovada pela CMC do QREN em 10 de Dezembro de 2009, enquanto a atualização relativa ao ano de 2010 foi aprovada pela CMC QREN no início de 2011. A atualização relativa ao ano de 2011 teve por base um conjunto de orientações debatidas e consensualizadas na Rede de Avaliação do QREN, tendo sido aprovada pela CMC QREN em 27 de janeiro. As alterações introduzidas nesta Atualização do PGA consubstanciam-se, por um lado, no ajustamento dos calendários previsto para o ciclo de avaliações intercalares da generalidade dos PO FEDER e Fundo de Coesão e para algumas das avaliações temáticas ou transversais previstas e, por outro lado, na reponderação das avaliações temáticas ou transversais a promover face ao previsto no PGA em vigor, apostando no desenvolvimento de um conjunto mais limitado de avaliações. Esta última alteração prende-se com a necessidade de racionalizar o PGA previsto face aos constrangimentos financeiros e orçamentais atuais.

No que se refere ao ON.2 - "O Novo Norte", a única alteração no Plano de Avaliação resulta do adiamento do início do seu exercício de "Avaliação Intercalar", estando prevista a sua realização efetiva durante o primeiro semestre de 2012. No entanto, para que o respetivo

procedimento possa ser efetuado é necessária prévia autorização do Secretário de Estado da Administração Pública. O processo de autorização genérica para todos os exercícios de avaliação previstos no PGA foi conduzido pelo Observatório do QREN. Essa autorização só foi concedida em maio de 2012. Sendo assim, só após essa data é que se pode começar o procedimento para efeitos de contratação pública, o que implicará u atraso face ao planeado no que respeita à conclusão deste exercício de avaliação.

No exercício de 2011 concluiu-se a "Avaliação da Operacionalização do ON.2 – "O Novo Norte"". Depois de aprovado o Caderno de Encargos e selecionada a equipa de avaliadores, composta por especialistas da empresa CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, foi apresentado o Relatório Inicial, onde constava a metodologia de avaliação detalhada e ajustada, após a recolha das primeiras informações decorrente dos primeiros contactos com o Grupo de Acompanhamento (que integra elementos da Autoridade de Gestão do ON.2 – "O Novo Norte", do Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte, do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional I.P. e do Observatório do QREN). Esse Relatório foi devidamente analisado pelo Grupo de Acompanhamento e, com base no parecer emitido por esse Grupo, aprovado pela Comissão Diretiva do ON.2.

Durante o ano de 2011, foi entregue o Relatório Final Preliminar que foi analisado pelo Grupo de Acompanhamento e aprovado pela Comissão Diretiva do ON.2. Posteriormente, e tendo em conta o parecer atrás referido, foi realizado o Relatório Final onde constam as conclusões e recomendações consideradas pertinentes. Esse Relatório Final também foi analisado pelo Grupo de Acompanhamento e aprovado pela Comissão Diretiva do ON.2. Seguiu-se a realização a resposta às recomendações ("follow up"), que constitui uma obrigação da Autoridade de Gestão do ON.2 (Cfr. Anexo). Após a elaboração deste "follow up", este processo concluiu-se, entretanto, com as respetivas consultas à Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais e à Comissão de Acompanhamento do ON.2 – "O Novo Norte", nos termos, respetivamente, do ponto 10 do Artigo 14º e da alínea d) do ponto 1 do Artigo 43º do Decreto-Lei nº 312/2007 de 17 de setembro (republicado através do Decreto-Lei nº 74/2008 de 22 de abril).

Quanto a esse exercício de "follow up", importa começar por referir que a equipa de avaliadores apresentou 49 recomendações, envolvendo vários domínios da operacionalização do ON.2 – "O Novo Norte", que vão desde a "melhoria da eficácia global da operacionalização", à "revisão dos documentos de programação" ou ao "cumprimento das obrigações regulamentares e das ações do Plano de Comunicação". No entanto, nem todas têm a mesma importância relativa. Como se verifica no quadro abaixo, 61 % delas correspondem a recomendações de primeira prioridade, sendo as restantes 31% e 8%, respetivamente, de segunda e terceira prioridades.

Prioridades	N.º das Recomendações	(%)
1ª	1,6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 44	61
2ª	2, 3, 4, 5, 11, 25, 30, 37, 38, 41, 42, 43, 47, 48, 49	31
3ª	26, 40, 45, 46	8

Destas 49 recomendações, só 4 não foram aceites pela Autoridade de Gestão, tendo sido as restantes aceites, total (23) ou parcialmente (11), ou reencaminhadas (11) para outros órgãos do modelo de governação do QREN, a quem se destinava de acordo com a apreciação da equipa de avaliadores. Por outro lado, é quase pleno o nível de realização das iniciativas destinadas à concretização das recomendações. Praticamente, só se encontram em desenvolvimento aquelas em que a sua concretização não ocorre num determinado momento, mas ao longo do tempo. Saliente-se, todavia, que o “follow up” é efetuado na perspetiva da Autoridade de Gestão e, nessa perspetiva, as recomendações que a ela não se destinam, encontram-se realizadas no exato momento em que são reencaminhadas.

2.7.12.1 Articulação entre o Plano de Avaliação do ON.2 e o PGA

Como se referiu, o Plano de Avaliação do ON.2 – “O Novo Norte” é parte integrante do Plano Global de Avaliação do QREN e PO (PGA), que, por sua vez, não resulta de um mero somatório de planos de avaliação dos diferentes PO, constituindo-se, isso sim, num instrumento de planeamento coerente sobre o modelo de avaliação “on going” adotado pelo Estado Português no atual período de programação.

Assim sendo, os exercícios de avaliação ao nível do PO inserem-se num contexto mais amplo de nível QREN. É nesse contexto que a importância da “Avaliação da Operacionalização do ON.2 - "O Novo Norte"”, tendo em consideração as conclusões e recomendações a que se chegou, deve ser aferida. Não só este exercício contribui para os objetivos do PGA como, por outro lado, os restantes exercício de avaliação previsto no PGA, com incidência na Região do Norte, não podem deixar de ser considerados na análise efetuada neste capítulo.

Durante o ano de 2011, terminaram-se dois estudos de carácter transversal: a "Avaliação do impacte macroeconómico do QREN", da responsabilidade do Observatório do QREN, e a "Avaliação da Operacionalização dos Sistemas de Incentivos", dinamizado pela Autoridade de Gestão do PO Fatores de Competitividade. Relativamente a este último exercício de avaliação, a Autoridade de Gestão do ON.2 foi, em diversos momentos, auscultada pelas respetivas equipas de avaliação no âmbito da realização destes exercícios, tendo transmitido, mais do que a informação quantitativa solicitada, a sua apreciação e experiência sobre os aspetos transversais de implementação dos Sistemas de Incentivos. Esses dois estudos de avaliação encontram-se caracterizados no quadro abaixo.

Designação	Incidência	Objetivos
Avaliação do impacte macroeconómico do QREN	QREN	Avaliar, com base na execução global o impacte macroeconómico do QREN e do QCA no curto, médio e longo prazo. Pretende-se avaliar o impacto nas principais variáveis macroeconómicas, tais como: i) Produto Interno Bruto (PIB), ii) PIB potencial, iii) produtividade do trabalho, iv) emprego total, v) stock de capital humano, vi) balança de bens e serviços do PIB, vii) dívida pública, entre outros.
Avaliação da Operacionalização dos Sistemas de Incentivos	PO Fatores de Competitividade e PO Regionais	Avaliar a operacionalização inicial dos Sistemas de Incentivos e efetuar um primeiro teste de adequabilidade dos instrumentos criados, no Continente e em cada uma das suas cinco Regiões.

Durante o corrente ano serão realizados alguns estudos de avaliação contantes do PGA que importa referir, uma vez que abordam temáticas específicas e transversais, cujo acompanhamento e resultados obtidos em muito interessam a Autoridade de Gestão do ON.2 – "O Novo Norte". Este conjunto de avaliações incide sobre áreas fundamentais de política pública financiada pelos Fundos Estruturais no atual período de programação. No quadro seguinte apresentam-se de forma resumida esses exercícios de avaliação transversais que importa acompanhar em 2012.

Designação	Incidência	Objetivos
Avaliação dos investimentos em equipamentos de proximidade	QREN	Aferir a pertinência, eficiência, eficácia e sustentabilidade dos investimentos em equipamentos de proximidade apoiados pelo QREN nas regiões do Continente até ao momento, bem como o contributo destes investimentos no esforço de combate à crise económica que se fez sentir desde finais de 2008 e na dinamização económica local.
Avaliação da estratégia e do processo de	QREN	Contribuir para o acompanhamento estratégico da política pública de EEC-PROVERE, lançada pelos Programas

implementação das EEC – tipologia PROVERE		Operacionais competentes em 2008 (Aviso de candidatura de 21 de Outubro de 2008) e que, em Julho de 2009, conduziu ao reconhecimento formal de 25 redes EEC-PROVERE, por via da avaliação da estratégia seguida, do seu processo de implementação e dos seus primeiros resultados.
Avaliação da estratégia e do processo de implementação das EEC – tipologia Clusters	QREN	Contribuir para o acompanhamento estratégico da política pública de EEC-Clusters, que inclui as tipologias "Pólos de Competitividade e Tecnologia" (PCT) e "Outros Clusters" (OC), lançada pelo QREN em 2008 e que conduziu ao reconhecimento formal de 19 Clusters (11 PCT e 8 OC), por via da avaliação da estratégia seguida, do seu processo de implementação e dos seus primeiros resultados.
Avaliação dos instrumentos que visam o desenvolvimento urbano	POVT e PO Regionais	Avaliar os benefícios e os constrangimentos dos instrumentos da Política das Cidades incluídos no QREN, designadamente, os instrumentos de reabilitação urbana, as redes urbanas para a competitividade e inovação e as ações inovadoras para o desenvolvimento urbano.
Avaliação dos padrões de consumo de materiais nos projetos apoiados	QREN	Avaliar o consumo de materiais associados à execução de projetos apoiados pelo QREN, contribuindo desta forma para a aferição do cumprimento dos objetivos estratégicos identificados no Relatório Ambiental da AAE.

2.7.12.2 Rede de Interlocutores de Avaliação do QREN

Relativamente à temática da avaliação e conforme referimos, foi introduzida uma nova perspetiva - designada por avaliação "on going" – no atual período de programação. Esta perspetiva conduziu à definição de um inovador enquadramento institucional de suporte, que garantisse a condução de um processo de planeamento exigente ao nível do QREN e dos PO, bem como à dinamização e acompanhamento de todo o processo de realização dos estudos de avaliação, por forma a assegurar a coerência e a interligação entre os diversos exercícios de avaliação a desenvolver ao longo do período de vigência do QREN.

O documento do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, no seu capítulo 6.8 "Monitorização e Avaliação do Programa Operacional", previa, em concreto, a constituição da "Rede de Avaliação do QREN 2007-2013", composta pelo Observatório do QREN (que coordena) por representantes dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais e, ainda, por representantes das Autoridades de Certificação (IFDR, IP e IGFSE, IP) e das Autoridades de Gestão de todos os Programas Operacionais do QREN. Esta Rede tem como principais funções contribuir para a preparação e acompanhamento da execução do "Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013", sistematizando a informação e as propostas de exercícios de avaliação a realizar por iniciativa das diferentes entidades representadas, no sentido da sua harmonização e articulação, por forma a evitar a sobreposição de estudos em áreas

temáticas semelhantes, bem como a aproveitar as sinergias provenientes da colocação do conhecimento de cada entidade ao serviço de todos.

Assumindo uma particular responsabilidade no fomento da valorização dos exercícios de avaliação, a Rede de Interlocutores de Avaliação assegura a prossecução dos seguintes princípios: (i) Princípio da independência - que se traduz na realização de exercícios de avaliação por entidades (internas ou externas à Administração Pública), mas, sempre, funcionalmente independentes das Autoridades de Gestão e das entidades com responsabilidades na Monitorização Estratégica ou Operacional do QREN e dos Programas Operacionais; (ii) Princípio da parceria - que consiste no estímulo à participação dos agentes relevantes ao longo do processo de planeamento e operacionalização das avaliações, bem como de divulgação e análise dos seus resultados; (iii) Princípio da transparência - que se consubstancia na divulgação dos resultados relevantes dos exercícios de avaliação, bem como na sua utilização como recurso para a qualificação do debate público.

Assim, a Rede de Interlocutores de Avaliação do QREN foi instituída e dinamizada no ano e 2008, pelo Observatório do QREN, com o objetivo primordial de promover a elaboração do Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013, conforme previsto no Decreto-Lei 312/2007 de 17 de Setembro (alterado e republicado no Decreto-Lei 74/2008, de 22 de Abril).

Durante o ano de 2011 as atividades da Rede de Avaliação centraram-se, num primeiro momento, no encerramento dos trabalhos respeitantes à elaboração dos seguintes documentos: “Orientações para o Follow-up das avaliações” e “Orientações para o próximo ciclo de avaliações intercalares do QREN e dos PO”. Foram efetuadas apresentações de vários exercícios de avaliação terminados ao longo do ano de 2011, assim como de exercícios de “follow-up” de avaliações concluídas.

17 de fevereiro de 2011
Na décima primeira reunião foi efetuado o ponto de situação habitual sobre a execução do Plano Global de Avaliação do QREN e do PO, com enfoque especial dos novos exercícios preparados pelo Observatório respeitantes à Avaliação das Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC), tendo sido apresentados e discutidos os documentos das respetivas especificações técnicas. Para além disto, foram, ainda, efetuadas duas apresentações de exercícios de avaliação concluídos: “Avaliação da Operacionalização do Programa Operacional do Centro” e a “Avaliação das Formações Modulares Certificadas”.

3 de novembro de 2011
Na décima segunda reunião da Rede de Interlocutores de Avaliação foram apresentados dois estudos de avaliação previstos no PGA e já concluídos: “Avaliação da Operacionalização dos Sistemas de Incentivos”, da responsabilidade do Programa Temático Fatores de Competitividade, e “Avaliação da Operacionalização dos Cursos de Especialização Tecnológica”, da responsabilidade do Programa Temático do Potencial Humano. Posteriormente, foram, também, apresentados e discutidos os seguintes assuntos: “Avaliação dos Fundos no Próximo Período de Programação 2014-2020”, “Avaliação Contrafatual de Impactos”, preparação e implementação do ciclo de avaliações intercalares e, ainda, revisão dos Planos de Avaliação.

Importa referir, por fim, que a representação na Rede de Interlocutores de Avaliação é efetuada, por um lado, ao nível da Autoridade de Gestão do ON.2 – “O Novo Norte” e, por outro lado, ao nível do Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte da CCDR-N. No ano de 2011, foi delegada a representação da Autoridade de Gestão do ON.2 – “O Novo Norte” no Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte em todas as reuniões da Rede de Interlocutores de Avaliação.

2.7.12.3. Avaliação Ambiental Estratégica

A preparação do QREN e dos respetivos Programas Operacionais, onde se inclui o Programa Operacional do Norte - ON.2 – "O Novo Norte", foi acompanhada de um processo de Avaliação Ambiental Estratégia (AAE), dando cumprimento às normas previstas na Diretiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Julho, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente. No momento seguinte, transpuseram-se para os dispositivos institucionais de gestão do ON.2 – "O Novo Norte" as preocupações, conclusões e recomendações da AAE.

O facto de na montagem do ON.2 se ter em consideração a AAE, quer na sua vertente mais programática, quer na sua dimensão operacional, não basta para se garantir os seus efeitos na salvaguarda das questões ambientais. É preciso assegurar que na sua execução os resultados estão de acordo com o esperado. A Autoridade de Gestão assumiu, assim, responsabilidades em matéria de controlo dos efeitos ambientais da execução do ON.2 – "O Novo Norte". No quadro da monitorização ambiental e de sustentabilidade, e de acordo com as medidas de controlo previstas, denominadas no Relatório Ambiental[14] do "Programa de Gestão e Monitorização Ambiental", a Autoridade de Gestão procede, de forma contínua, à aferição dos efeitos sobre o ambiente decorrentes da execução do ON.2 – "O Novo Norte", numa perspetiva de avaliação de desempenho ambiental, avaliando em que medida estão a ser consideradas as recomendações decorrentes deste processo.

Assim sendo, a Autoridade de Gestão do ON.2 – "O Novo Norte" assegura, em complementaridade com o Observatório do QREN, a efetiva monitorização ambiental e de sustentabilidade da implementação deste Programa Operacional. Esse trabalho conjunto resulta da necessidade de também se interpretarem os resultados dessa monitorização, que a seguir se apresentam, no âmbito mais alargado do QREN como um todo.

Metodologia de análise

A metodologia de análise a que se recorre para a elaboração deste exercício foi desenvolvida aquando da elaboração do Relatório de Execução de 2009. Esse capítulo, conjuntamente com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes

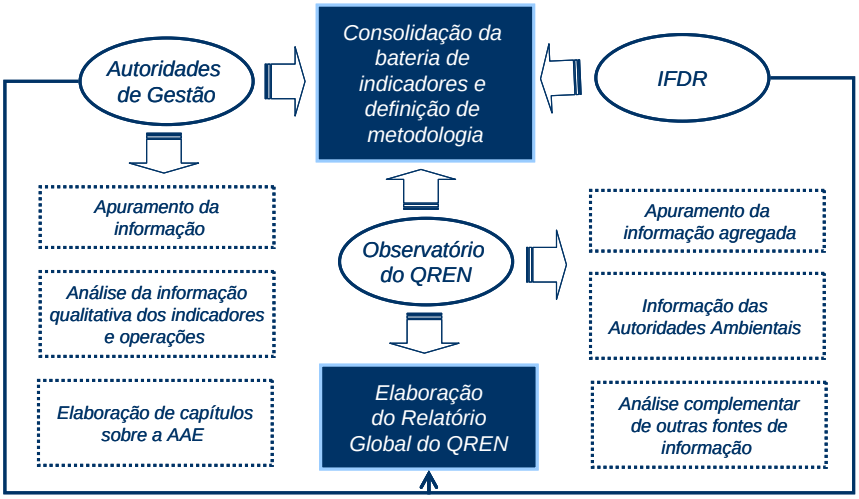
[14] Antunes, P., G. Lobo, N. Videira, R. Santos, S. Vaz, T. Fernandes, T. Ramos, (2007), Relatório Ambiental. Avaliação Ambiental Estratégica das Intervenções Estruturais Co-Financiadas pelo FEDER e/ou pelo Fundo de Coesão. Quadro de Referencia Estratégico Nacional 2007-2013. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.

da aplicação do QREN, traduziu-se num primeiro reporte enquadrado nos requisitos de "follow up" inerentes ao regime de AAE[15].

A componente metodológica de suporte à participação e consulta pública e ao envolvimento de todos os agentes neste processo consubstanciou-se na realização de um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 8 de Outubro de 2010[16], e na disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN no "website" do QREN. Este Relatório foi, depois, remetido à Agência Portuguesa do Ambiente, que o disponibilizou igualmente no seu "website". Todo este processo foi muito esclarecedor quanto ao interesse dos parceiros institucionais na área do ambiente e dos cidadãos em geral na análise dos resultados deste exercício efetuado aos mais diversos níveis do modelo de governação do QREN.

De acordo com o estabelecido no regime nacional da avaliação ambiental estratégica, terá que ser efetuado, neste capítulo, o balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao ON.2, que será incorporado em novo Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, que, por sua vez, será objeto de um novo processo de participação e consulta pública.

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica tem sido um exercício complexo, que se encontra, sempre, em progressivo aperfeiçoamento.



[15] De acordo com o Decreto-lei nº 232/2007, as "Entidades responsáveis pela elaboração do "Programa" deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (…) e "Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (…) através de meios eletrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual". O mesmo diploma define ainda que "Os resultados do controlo realizado (…) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados".

16 O reporte do ON.2 foi selecionado como o "estudo de caso" dos Programas Operacionais Regionais para efeitos de apresentação nesse evento.

No reporte referente a 2009 a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (MEA) nem sempre foi viável. Por um lado, em algumas áreas, ainda não se registavam, à data de análise daquele exercício, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos[17]. Na mesma situação se encontram alguns dos indicadores que permitem mediar o nível de concretização das Recomendações, cuja informação passível de recolha pela Autoridade de Gestão requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas.

Atendendo, assim, às necessidades e às limitações de recolha e de análise de informação, foram definidos mecanismos suplementares de aferição que passamos a descrever:

- Realização de estudos de avaliação e quantificação dos indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental relativos a "Alterações do Uso do Solo induzidas pelos Projetos Apoiados" e a "Afetação de Ecossistemas Sensíveis para a conservação da natureza" que permitam contribuir para: (i) identificar as alterações de uso do solo diretamente induzidas pelos projetos apoiados; (ii) identificar a contribuição do PO para os seguintes objetivos estratégicos[18] estabelecidos na Avaliação Ambiental Estratégica: reduzir a taxa de perda de biodiversidade, reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade; manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas. Os procedimentos dos concursos destes estudos serão lançados no primeiro semestre de 2012;

- Realização de avaliação no início de 2013 sobre consumo de materiais associados à execução de projetos apoiados pelo PO incorporando as seguintes dimensões: (i) padrão de consumo de materiais associados aos projetos apoiados; (ii) intensidade de materiais dos projetos apoiados; (iii) padrão de consumo de energia dos projetos apoiados; (iv) intensidade energética dos projetos apoiados; (v) padrão de consumo de água dos projetos apoiados.

17 Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE, ou padrão de consumo de materiais ou de consumos energéticos.

18 A prossecução destes objetivos pressupõe a salvaguarda das Áreas Classificadas (AC) para a conservação da natureza e da biodiversidade, designadamente, os sítios da Rede Natura 2000 (ZPE e ZEC) e as áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (AP). Este indicador permite determinar a extensão de sobreposição das intervenções apoiadas com as AC.

O ano de 2009 foi o primeiro em que se coligiu de forma mais sistemática a informação relevante para efeitos da monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica. Procurou-se estabilizar os conceitos e preparar todo o sistema de informação para dar resposta às necessidades. Esse primeiro exercício nem sempre foi isento de dificuldades. A experiência permitiu melhor alguns dos procedimentos adotados. Em 2010, por exemplo, foi possível normalizar a aplicação dos conceitos para todos os PO do QREN. Foi possível também alargar, para vários indicadores, a sua cobertura, envolvendo não só as candidaturas analisadas diretamente pelos Secretariados Técnicos como outras cuja apreciação é da responsabilidade dos Organismos Intermédios, nomeadamente as que respeitam ao investimento empresarial. A metodologia de aplicação dos conceitos está, assim, estabilizada, e no presente relatório relativo a 2011 a recolha, tratamento e análise de informação resulta do definido em anos anteriores, pelo que podemos considerar que chegamos agora a um período de estabilização da metodologia, embora ainda com insuficiências e lacunas que irão ser trabalhadas no futuro próximo.

A metodologia atualmente aplicada permite obter um retrato fidedigno dos impactos no ambiente, positivos e negativos, decorrentes da execução do ON.2 – "O Novo Norte". Esta é, sem dúvida, uma grande vantagem. Em resultado do referido, enquanto os resultados obtidos em 2010 só são comparáveis com os de 2009 se se tiverem em conta esses melhoramentos, importa notar que os resultados obtidos em 2011 são comparáveis com os indicadores recolhidos no ano anterior.

A análise efetuada no ponto seguinte procura refletir duas dimensões fundamentais do processo de "follow-up" da AAE: (i) o desempenho ambiental e de sustentabilidade do ON.2 e (ii) o grau de cumprimento das recomendações da AAE.

2. Análise do desempenho ambiental e de sustentabilidade do ON.2 – "O Novo Norte"

Este exercício pressupõe uma associação entre os objetivos estratégicos definidos em AAE, os regulamentos e as tipologias de intervenção, bem como uma adequada seleção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo ON.2 – "O Novo Norte" nos mencionados objetivos estratégicos.

Em termos gerais, o ON.2 – "O Novo Norte" incorpora alguns objetivos específicos dedicados na área do ambiente e da sustentabilidade, sendo ainda uma preocupação transversal inerente à sua gestão operacional que se encontra transposta, nomeadamente, em muitos Regulamentos Específicos e/ou Avisos de Concursos.

O ON.2 – "O Novo Norte" integra, desde logo, um Eixo Prioritário ("Valorização do Espaço Regional") onde se incluem objetivos específicos e respetivos Regulamentos com forte enfoque nas questões de valorização e qualificação ambiental, nomeadamente, a: (i) gestão da orla costeira, da rede hidrográfica e dos seus recursos, através do ordenamento e preservação da qualidade dos espaços e da valorização sustentável dos seus recursos e outros elementos identitários; (ii) valorização e gestão de áreas ambientalmente críticas, através, nomeadamente, de ações de recuperação de passivos e dissonâncias ambientais e paisagísticas (áreas degradadas afetas à indústria extrativa, sítios e solos contaminados, etc.); (iii) recolha seletiva e triagem de resíduos; (iv) valorização e gestão da Rede Natura e da Biodiversidade; (v) prevenção de riscos bióticos e abióticos.

Outros Eixos do ON.2 – "O Novo Norte" podem, também, integrar objetivos específicos e respetivos Regulamentos relacionados com a valorização e/ou preservação ambiental. Os Sistemas de Incentivos (Cfr. Estudo de caso), alocados ao Eixo Prioritário 1, preveem o apoio específico a investimentos na área do ambiente e da eficiência energética, em particular a Qualificação e Internacionalização de PME apresenta neste âmbito duas tipologias de investimento: "Ambiente" e "Diversificação e Eficiência Energética". A primeira contempla, entre outros, o apoio a investimentos associados ao controlo de emissões, à realização de auditorias ambientais, à gestão de resíduos, à certificação ambiental e à introdução de tecnologias eco-eficientes. A segunda permite a realização de investimentos que possibilitem o aumento da eficiência energética e a diversificação das fontes de energia utilizadas pelas empresas com base na utilização de recursos renováveis. Ainda no contexto do SI à Qualificação e Internacionalização de PME e para o caso específico de despesas com a aquisição de equipamento que permita superar as normas em matéria de ambiente, o respetivo Regulamento Específico prevê uma majoração da taxa de incentivo a aplicar a estas despesas em 10 p.p., no caso de projetos promovidos por pequenas e micro empresas.

Por outro lado, o Sistema de Incentivos à Inovação contempla nesta matéria e para todas as tipologias de projetos (i) o apoio à aquisição de máquinas e equipamento no contexto da eficiência energética e do ambiente, em particular, os de tratamento e /ou valorização de águas residuais e relativos à redução de emissões para a atmosfera, valorização, tratamento ou destino final de resíduos, redução de ruído para o exterior e de introdução de tecnologias eco-eficientes para a utilização sustentável de recursos naturais; (ii) a instalação de equipamentos energéticos para consumo próprio utilizando fontes renováveis de energia e (iii) investimentos na área de eficiência energética, nomeadamente, assistência técnica a auditorias energéticas, testes e ensaios.

Relativamente, a outros Regulamentos Específicos com objetivos dirigidos às questões do ambiente, importa referir o Regulamento Específico da Energia. Por exemplo, nesse âmbito,

foram abertos concursos (e aprovados projetos) orientados para (i) a melhoria da eficiência energética à escala local, (ii) a criação de agências de energia de âmbito supramunicipal (CIM e AMP) e (iii) a a eficiência energética em equipamentos sociais e habitação social (em ambos os casos, através sobretudo do solar/térmico para águas quentes sanitárias), ponderando-se ainda apoios a equipamentos e sistemas de tri-geração.

As preocupações transversais do ON.2 – "O Novo Norte" na área do ambiente e da sustentabilidade, expressas nos mais diversos objetivos e instrumentos de política, e aquelas que se traduzem em objetivos e Regulamentos próprios, continuam a apresentar, tal como nos anos anteriores, uma expressão significativa na aprovação de operações e nas respetivas realizações financeiras e físicas (traduzidas em indicadores de realização e de resultado). Com base nessa informação, iremos procurar nos pontos seguintes estabelecer uma relação entre os objetivos da AAE e o desempenho de gestão do ON.2 – "O Novo Norte" que lhe está associado. Esta relação estabelece-se da forma seguinte para cada um dos objetivos estratégicos da AAE:

- Promover a transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência dos serviços públicos – para este objetivo estratégico de monitorização da avaliação ambiental contribuem os projetos apoiados através do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa atualmente no Eixo 1 do ON.2 – "O Novo Norte". Neste objetivo específico estão contratadas 93 lojas do cidadão e centros e balcões multisserviços, que servem uma população de 2.416 mil habitantes. Outras tipologias do SAMA têm também contribuído para este objetivo estratégico, nomeadamente as iniciativas que propiciaram a desmaterialização e reengenharia de processos e a criação de novos serviços "on line" aos cidadãos e às empresas;
- **Garantir a universalidade no acesso a cuidados de saúde, valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis** – os projetos contratados no âmbito do objetivo específico do ON.2 – "O Novo Norte" contribuem para este objetivo estratégico. No final de 2011 estão em execução 29 projetos respeitantes a unidades de saúde que prestam serviços à totalidade da população da Região do Norte;
- **Garantir a universalidade no acesso e melhorar as condições de ensino** – Para este objetivo estratégico da avaliação ambiental contribuem os projetos aprovados no âmbito da Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo e Educação Pré-escolar. Neste âmbito estão contratados 331 projetos de centros escolares do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar que permitem que mais de 88 mil alunos sejam abrangidos por estes projetos. Estas intervenções nos Centros Escolares têm, igualmente, um contributo importante para "reduzir a pobreza e promover a

equidade, igualdade de oportunidades e coesão social" o objetivo estratégico seguinte;

- **Reduzir a pobreza e promover a equidade, igualdade de oportunidades e coesão social** – Para este objetivo estratégico o contributo do ON.2 – "O Novo Norte" verifica-se através do valor do indicador comum comunitário relativo a "projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social" que no final do ano de 2011 apresenta o valor de 39 projetos.
- **Promover a melhoria da qualidade do ambiente urbano** – Neste objetivo estratégico o contributo do ON.2 – "O Novo Norte" é efetuado através das operações aprovadas no âmbito das Parcerias para Regeneração Urbana. Nesta tipologia de operações estão em execução 34 parcerias para a regeneração urbana, com uma área de intervenção global de 6.752.556 m2, abrangendo uma população de 1.102 mil habitantes. Mas estas parcerias não contribuem, simplesmente, para este objetivo. Muitas delas, operam-se em "Bairros Críticos" e, os projetos que lhes estão associadas (designadamente, os equipamentos sociais e desportivos), destinam-se a públicos-alvo muito específicos (desde a juventude a grupos sociais com elevados riscos de exclusão). Estas parcerias darão, assim, um contributo muito importante para a "redução da pobreza e promoção da equidade, igualdade de oportunidades e coesão social";
- Promover a mobilidade urbana sustentável – Neste objetivo estratégico de monitorização da avaliação ambiental o contributo do ON.2 – O Novo Norte tem sido avaliado através dos projetos do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto. Estes projetos permitiram o acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos de 161 mil habitantes;
- **Reforçar a competitividade territorial** – Neste objetivo estratégico importa salientar o contributo do PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos) que se traduz no apoio a 9 Programas de Ação. Após a aprovação dos projetos de gestão das parcerias (sob a forma jurídica de consórcio) para a execução dos respetivos programas, foram aprovados os primeiros projetos ainda em 2010. Já em 2011 foi realizada, pelo Observatório das Dinâmicas Regionais, a avaliação e reformulação de cada um dos programas de ação. Tal análise permitiu a abertura de concursos para os projetos âncora, tendo ainda em 2011 sido aprovado um projeto.
- **Aumentar a quota de produção de energia a partir de fontes renováveis** – Neste objetivo estratégico o contributo do ON.2 – "O Novo Norte" é efetuado por alguns dos projetos apoiados no Regulamento Específico da Energia sendo a capacidade

suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis de 4.804MWh nos projetos contratados.

- **Reduzir a taxa de perda de biodiversidade; reduzir as pressões humanas e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas** – foram aprovados 36 projetos que asseguram a intervenção em 552.593 ha de áreas protegidas e classificadas da Região do Norte;
- **Servir 95% da população com sistema públicos de abastecimento de água e 90% da população com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas** - as aprovações verificadas até ao momento permitem um acréscimo da população servida por sistema de públicos de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais urbanas de, respetivamente, 182 e 49 mil habitantes, concorrendo, assim, para a consecução dos objetivos de "servir 95% da população com sistemas públicos de abastecimento de água" e "servir 90% da população com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas".
- **Controlar o risco de contaminação do solo e recuperação de passivos ambientais** – as aprovações registadas até ao momento permitem assegurar a recuperação de passivos ambientais numa extensão de 1,253 Km2.
- **Reduzir o risco de erosão costeira** – neste objetivo estratégico o ON.2 – "O Novo Norte" já tem projetos contratados que constituem intervenções em quase 88 Km de extensão de costa para a redução do risco associado à dinâmica costeira.
- **Minimizar os danos materiais e humanos decorrentes de extremos climáticos e garantir a cobertura do território por sistema de proteção de riscos** – neste momento, com os 32 projetos aprovados – envolvendo tipologias tão diversas como equipamentos de proteção civil, planos de emergência e, até, o próprio Sistema Integrado de Gestão de Emergências do Distrito do Porto, está coberto por planos de emergência um território de 19.847 km2 e uma população de 3.523 mil habitantes.

Em conclusão, as relações estabelecidas entre os objetivos estratégicos da AAE e os objetivos de política de desenvolvimento regional, os respetivos instrumentos e as atividades de gestão permitem concluir que o ON.2 apresenta um desempenho ambiental e de sustentabilidade relevante.

3.Análise do grau de cumprimento das recomendações da AAE

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi apresentado um conjunto de recomendações, o qual mereceu aprofundada reflexão por uma equipa técnica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, sob a coordenação do

Observatório do QREN, com o objetivo de identificar um sistema de monitorização que permita avaliar o seu cumprimento. Como corolário dessa reflexão pretendia-se chegar a indicadores que permitissem incorporar as preocupações constantes nas referidas recomendações da AAE.

A Autoridade de Gestão do ON.2, para as recomendações de carácter geral, dedicou particular atenção a esta matéria, recolhendo e sistematizando, para esse efeito, informação das operações contratadas até final de Dezembro de 2011.

Para essas Recomendações Gerais apresenta-se, em seguida, uma síntese da análise efetuada com base em toda a informação recolhida.

Recomendação (R1): "Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projetos"

Como se referiu anteriormente, as preocupações de natureza ambiental e de sustentabilidade são transversais ao ON.2 – "O Novo Norte". Elas estão expressas em diferentes normativos (Regulamentos Específicos, Avisos, etc), assumindo diferentes formas de compromisso: condições de admissão e aceitação, despesas elegíveis, contratos, critérios de seleção, entre outros. Foram, também, concebidos diversos instrumentos de gestão que permitem, nas diferentes fases do período de vida útil das operações, verificar o cumprimento desses compromissos.

A existência desses normativos, onde se explicitam preocupações ambientais, permitem evidenciar o grau de empenhamento da Autoridade de Gestão não só na observância das normas que impendem sobre esta matéria mas sobretudo na valorização desta componente nos projetos a aprovar. Estes critérios estão presentes no processo de seleção de um conjunto muito importante (41%) dos projetos aprovados.

Recomendação (R2): "Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infraestruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, …) em detrimento da construção de novas infraestruturas e equipamentos"

Existe uma preocupação, logo na definição estratégica do ON.2 – "O Novo Norte", com a componente imaterial das intervenções de apoio ao desenvolvimento. Fechado um ciclo de investimento no reforço da dotação infraestrutural da Região do Norte, importava, agora, acrescentar valor e funcionalidade a essas infraestruturas e equipamentos.

Assim, verifica-se que o peso (57%) das operações com uma componente imaterial superior a 75% da despesa elegível é muito importante, expressa igualmente no investimento

associado a essas mesmas operações (28%). Estas operações encontram-se disseminadas por áreas tão diversas como a prevenção e minimização de riscos, estudos e planos, promoção e valorização, monitorização ambiental, capacitação institucional e preservação de espaços protegidos.

Recomendação (R3): "Privilegiar projetos de I&DT no domínio do ambiente, nomeadamente visando o desenvolvimento de tecnologias eco-eficientes, energias renováveis, eficiência energética, redução das emissões de GEE, arquitetura bioclimática, tecnologias limpas, ordenamento do território e biodiversidade".

Esta preocupação encontra resposta de forma mais específica na componente dos Sistemas de Incentivos alocada ao Eixo 1 do ON.2 – "O Novo Norte", cuja amplitude pode ser aferida, designadamente através da respetiva rubrica da tabela de *Earmarking*. Nesta altura e de acordo com as definições de nível QREN, a aferição da concretização é efetuada através de um "estudo caso" (Cfr. tabela abaixo)

Estudo de caso	
Dados Gerais	• ***Aviso***: *Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (NORTE-02-2009-14)* • ***Designação***: *INOVIN - OPTIMIZAÇÃO PROCESSUAL E AMBIENTAL DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE VINHO* • ***Calendarização***: *01-04-2010 a 31-03-2012* • ***Promotor***: *TRATIVI - Máquinas e Acessórios para Enologia, Lda.* • ***Investimento Elegível***: *236.905,26 Euros* • ***FEDER***: *162.229,66 Euros*
Objetivos	*Na produção do vinho o processo da clarificação é normalmente levado a cabo por filtração em terra de diatomáceas. Dada a existência de problemas ambientais neste processo, constata-se a necessidade de encontrar alternativas ao sistema tradicional de filtração. Face ao estado da arte atual e à evolução tecnológica dos processos de separação, pretende-se neste projeto atingir os seguintes objetivos:* 1. *Encontrar adjuvantes de filtração/adsorventes menos nocivos para a saúde e para o ambiente;* 2. *Desenvolver método de filtração diferente do tradicional;* 3. *Estudar processos de separação alternativos como a tecnologia das membranas;* 4. *Combinar os agentes e processos de separação encontrados de forma a otimizar a clarificação do vinho;* 5. *Recorrer à tecnologia de membranas para otimizar o processo de tratamento das águas residuais.*
Ações	• *Aquisição e desenvolvimento de novos conhecimentos e capacidades para o desenvolvimento do projeto* • *Especificações Técnicas: Definição de adjuvantes de filtração a estudar, das condições técnicas para os ensaios de filtração a realizar e das características a controlar no produto; Seleção das membranas a utilizar no tratamento do vinho, especificação das condições de operação e definição das características a controlar no produto; Seleção das membranas a utilizar, especificação das condições de operação e definição das características a controlar nas águas residuais.* • *Desenvolvimento: Os adjuvantes de filtração selecionados serão testados quanto ao seu efeito na adsorção de componentes do vinho e eficiência de filtração comparativamente à terra de diatomáceas; Estudo da utilização de membranas na filtração do vinho com e sem filtração tradicional prévia; serão testadas várias*

	membranas face à seleção efetuada; Estudo da utilização de membranas no tratamento de águas residuais das adegas e otimização do processo de tratamento. • *Construção de protótipos, pré-séries, instalação experimental/piloto: será construído um protótipo que permita realizar ensaios de clarificação de vinhos a uma escala piloto ou mesmo semi-industrial; será ainda construído um protótipo que permita realizar ensaios de tratamento de efluentes de adegas a uma escala piloto ou mesmo semi-industrial.* • *Testes e Ensaios: Realização de ensaios de clarificação de vinho na instalação experimental construída com respetivo controlo de qualidade do produto obtido; Realização de ensaios de tratamento de efluentes de adegas na instalação experimental construída com respetivo controlo de qualidade do efluente tratado.* • *Promoção e Divulgação de resultados.*

Recomendação (R4): "Os incentivos a empresas devem ser preferencialmente dirigidos para projetos de inovação empresarial promotores da eco-eficiência, da eficiência energética, energias renováveis, uso eficiente da água, melhores técnicas disponíveis, inovação ambiental, "business & biodiversity".

Existe uma grande preocupação nesta matéria expressa nos normativos que impendem sobre a aprovação de projetos elegíveis aos Sistemas de Incentivos. Esta preocupação traduziu-se num peso de 39% de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente em relação a todos os projetos de inovação empresarial aprovados. No entanto, esta preocupação não tem a mesma expressão quando este rácio é determinado não em número de projetos mas em financiamento total (7%).

Recomendação (R7): "Deve ser promovida a adoção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infraestruturas"

A construção sustentável e a gestão ambiental pressupõem a adoção de práticas que visam a integração de processos como a incorporação de materiais reciclados, preocupações decorrentes da melhoria e eficiência energética ou de proteção e preservação de biodiversidade urbana, com enfoque apenas nas operações aprovadas em exclusivo em infraestruturas, a partir de um montante total de 5 M €.

O número de operações infraestruturais desta natureza analisadas pelo Secretariado Técnico do ON.2 – "O Novo Norte", apesar de tudo, é relativamente reduzido. Estas operações, normalmente, revestem-se de um carácter singular e assumem um carácter demonstrativo. Por outro lado, esta é matéria que vai sendo assimilada pela legislação em vigor e pelas práticas concretas de licenciamento das diversas entidades. Não surpreende, então, que o peso das infraestruturas cofinanciadas pelo ON.2 – "O Novo Norte" com um investimento elegível que adotem as "boas práticas" seja significativo (80%).

Recomendação (R8): "As ações de proteção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de ações de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem"

Os indicadores que permitem aferir do nível de concretização desta recomendação pretendem quantificar, por um lado, as ações apoiados pelo ON.2 que visam a divulgação, comunicação e formação ambiental e, por outro, os cidadãos que foram beneficiados por elas.

As (3.426) ações selecionadas dizem respeito, nomeadamente, a projetos de valorização e qualificação ambiental e de valorização do litoral. Os seus resultados, expressos no número de cidadãos abrangidos, são significativos, uma vez que temos de considerar que estas iniciativas chegam à totalidade dos habitantes da Região do Norte (3.689.609).

Recomendação (R9): "Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de "fim-de-linha" ou de medidas de natureza exclusivamente curativa"

Relativamente a esta recomendação foi analisada a inclusão de ações proactivas, preventivas, demonstrativas e de sensibilização nas tipologias, nomeadamente, de Valorização do Litoral, Valorização e Qualificação Ambiental, Energia, Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados, Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental, Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos e Promoção e Capacitação Institucional, para além das respeitantes ao Sistemas de Incentivos relevantes. Neste universo (1.018 projetos) verifica-se que 40% dos projetos (443) incluem ações desta natureza.

Recomendação (R10): "Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infraestruturas em detrimento de construções novas"

O privilégio da reconstrução e da requalificação, por oposição à nova construção, consta, desde logo, na estratégia do ON.2. Ele está presente na própria conceção das Parcerias para a Regeneração Urbana como na requalificação do parque escolar (Centros Escolares). Mas esse privilégio tem estado presente na aprovação de outros equipamentos (unidades de saúde e coesão social) e infraestruturas (mobilidade territorial).

Desta forma, uma parte importante (42%) das intervenções de carácter infraestrutural corresponde a operações de requalificação, reconstrução, remodelação ou adaptação.

O quadro seguinte procura aferir, agora de uma forma global, o nível de cumprimento das recomendações apresentadas na AAE.

Recomendação	Designação do Indicador	Unidades	Valor
R1	Rácio da integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas	(%)	41%
R2	Rácio das intervenções de natureza imaterial	(%)	57%
	Rácio de investimento das intervenções imateriais	(%)	28%
R4	Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente	(%)	39%
	Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente	(%)	7%
R7	Rácio dos projetos infraestruturais que contemplam práticas de conceção, construção e gestão sustentáveis	(%)	80%
R8	Ações de divulgação, comunicação e formação ambiental	(n.º)	3.662
	Pessoas beneficiadas por ações de divulgação, comunicação e formação ambiental	(hab.)	3.689.609*
R9	Rácio de projetos visando a implementação de medidas preventivas e pró-ativas de proteção ambiental	(%)	44%
R10	Rácio dos projetos de regeneração/requalificação de construções e infraestruturas	(%)	42%

*Censos 2011, Dados provisórios

Com base nessa informação global e em tudo o que foi referido relativamente a cada uma das recomendações, verifica-se que a Autoridade de Gestão tem procurado, também a este nível, dar uma resposta adequada ao preconizado pela AAE.

4 Análise Complementar e Mecanismos de Participação

A análise apresentada no presente capítulo será complementada em sede de reporte anual de conjunto sobre a avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do QREN no quadro das intervenções cofinanciadas pelo FEDER e Fundo de Coesão.

O Observatório do QREN, responsável pela elaboração e apresentação desse Relatório, será igualmente responsável pela divulgação pública dos resultados do exercício de avaliação e controlo, bem como por fomentar e promover o envolvimento do público em geral e das entidades relevantes no acompanhamento do processo de implementação da AAE do QREN e dos PO. Sem prejuízo dos contributos individuais de cada PO, esta AAE tem um carácter global e, assim sendo, é a esse nível mais global também que o processo de “accountability” se deve situar.

3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

3.1. Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento

3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Desde a aprovação, em 2011, da reprogramação do PO Regional do Norte 2007-2013 que o Eixo Prioritário (EP) 1 engloba nove objetivos específicos (absorvendo os dois objetivos específicos do "anterior" EP 5, entretanto extinto). Resultante da reprogramação de 2011, a dotação global do EP1 (incluindo SI e as subvenções globais das CIM/AMP) é agora de 881,1M€.

Os apoios ao investimento empresarial, veiculados através dos Sistemas de Incentivos, enquadram-se nos objetivos e prioridades do Eixo Prioritário I do Programa Operacional Regional do Norte, mais especificamente nos objetivos 2 e 4 do referido Eixo. As outras tipologias de instrumentos concorrem para os restantes sete objetivos e, ainda, para o OE2.

Previamente a analisarmos a evolução dos contributos dos SI no que a esses objetivos diz respeito cumpre salientar que, aquando da reprogramação técnica do ON.2 levada a cabo em 2011, ocorreram também alguns ajustamentos aos indicadores de realização associados aos mesmos, bem como uma revisão das respetivas metas previstas para 2015, designadamente:

- **Objetivo 2** - "Apoio à criação e consolidação de *clusters* emergentes e de empresas de base tecnológica em sectores que promovam o interface com as competências e capacidades regionais em ciência e tecnologia" – optou-se por rever o conceito do indicador de realização associado a este objetivo, passando a contabilizar os projetos e não as empresas, por forma a evitar problemas de dupla contagem e a aproximar este indicador do conceito do respetivo indicador comum comunitário; simultaneamente foi revista a meta para 2015 (para 550). Também o respetivo indicador de resultado foi alterado passando a mensurar a variação anual média de vendas nas empresas apoiadas, em linha com o indicador comum nacional.
- **Objetivo 4** – "Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor em sectores de especialização" – tal como no caso anterior, também aqui a AG optou por rever o conceito do indicador de realização associado, passando a contabilizar os projetos e não as empresas, pelos motivos anteriormente expostos e estabelecendo a meta para 2015 em 850.

Relembra-se ainda que o cômputo desses indicadores assenta na classificação de sectores de atividade efetuada pela OCDE, tendo em conta a sua intensidade tecnológica e em conhecimento.

Cumpre ainda referir que o estabelecimento dessas metas teve em conta, entre outros aspetos, uma perspetiva quanto ao potencial de recursos existentes na dotação financeira do PO para estas tipologias, a qual entretanto se alterou, sendo este um dos motivos que justifica o facto de os valores registados em final de 2011 para os referidos indicadores superarem já as metas previstas para 2015; pelo que, as mesmas deverão provavelmente ser revistas perante novas perspetivas de dotação a afetar a estas tipologias.

2011 foi um ano de continuidade nos progressos registados em termos de contributo dos Sistemas de Incentivos para o desenvolvimento das prioridades estabelecidas nos Objetivos 2 e 4 do Eixo Prioritário I do Programa Operacional Regional do Norte, nos quais estas medidas se enquadram, conforme a seguir se verá.

No final de 2011, o nível de aprovações total do EP 1, medido pela taxa de compromisso (total aprovações / programação 2007-2013), situava-se em cerca de 86,9%. A taxa de pagamento total deste Eixo Prioritário, reportada a 31.12.2011, é de 30,1% (FEDER pago ao Beneficiário / FEDER aprovado).

- No apoio à "**Consolidação dos Serviços Coletivos Regionais de Suporte à Inovação e à Promoção do Sistema Regional de Inovação**" foram contratadas, em 2011, 7 operações, perfazendo um montante FEDER de cerca de 28 M€. Assim, num balanço acumulado até finais de 2011, contabilizam-se 35 operações contratadas até 31.12.2011, correspondendo a 100,2 M€ de FEDER. A estas operações correspondem, em termos acumulados até 2011, 69 "Unidades de I&D apoiadas". Note-se que este indicador está apenas a captar operações que cofinanciam em exclusivo unidades de I&D do SCTN, ou seja, com exclusão das empresas. Assim, não estão aqui contabilizados os projetos de I&D em co-promoção empresas / entidades do SCTN, as quais ascendiam a 62 no final de 2011, envolvendo 76 empresas e 31 entidades do SCTN).

- No "**Apoio à Criação e Consolidação de *Clusters* Emergentes e de Empresas de Base Tecnológica em Sectores que Promovam o Interface com as Competências e Capacidades Regionais em Ciência e Tecnologia**", foram, até ao final de 2011, contratados 706 projetos inseridos em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia, ultrapassando assim a meta

estabelecida para 2015. A título de comparação refira-se que o valor "*pro-forma*" deste indicador, quando aferido para o final de 2010, era de 551 projetos.

- Na "**Promoção e Desenvolvimento da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e de Operações Integradas de Ordenamento e de Acolhimento Empresarial**", a área acumulada de infraestruturas em projetos de acolhimento empresarial contratados, contemplada nos concursos abertos no domínio da Contratualização, totalizava, em 2011, a área de 124.424 m2. No mesmo ano de 2011, e em concursos fora do contexto da Contratualização, foram contratadas Operações referentes a 3 áreas de acolhimento empresarial, atingindo uma área total de 1.054.000 m2. Deste modo, em termos acumulados, o indicador "Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial (m2)" ascende a uma área total de 1.178.424 m2.

  Quanto aos Parques de Ciência e Tecnologia (PCT) regista-se ter sido objeto de contrato de financiamento celebrado em 2011 um PCT, concretamente, o "Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro". Em termos acumulados, o indicador de realização "Área de infraestruturas/equipamentos nos Parques de Ciência e Tecnologia (m2)" totaliza uma área de 160.134 m2, correspondente a 4 PCT contratados até 31.12.2011 (valor que ultrapassa já a meta estabelecida para 2015, de 145.000 m2), enquanto que o respetivo indicador de resultado, "N.º de empresas instaladas nos Parques de Ciência e Tecnologia", totaliza 256 (valor que também já supera a meta estabelecida para 2015, de 180 empresas). Em termos de "realização executada", em 2011, o indicador de resultado contempla 1 unidade, correspondente à operação com a designação "Sede do Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa".

- Na **"Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor em sectores de especialização"** verifica-se que o n.º de projetos contratados até 31/12/2011 (1091) superava a meta estabelecida para 2015, sendo comparável com um valor *"pro-forma"* para 2010 de 880.

- Na "**Promoção de Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial**" regista-se não terem sido contratadas durante o ano de 2011 quaisquer operações; todavia, encontram-se sob análise 77 candidaturas apresentadas ao concurso abrangido pelo Aviso SIAC/2010. Deste modo, no final de 2011, o número de ações coletivas de

dinamização do comércio e serviços em áreas abrangidas por Planos de Regeneração Urbana ou Redes Urbanas de Competitividade e Inovação mantém-se em 94; permanece também o número de entidades envolvidas na promoção destas ações, uma vez que as mesmas resultam de projetos promovidos apenas por 9 entidades e que são as beneficiárias das operações contratadas no âmbito do concurso abrangido pelo Aviso SIAC de 2008.

- Na "**Promoção da Economia Digital e Sociedade do Conhecimento**", no início de 2011, foi aprovada e contratada a operação "Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais da Região Norte" no âmbito do Aviso EDSC-RNGZR/2011. Esta operação abrange 44 concelhos da Região Norte e contribui para um acréscimo de população com acesso à banda larga de 244.147 pessoas, o que só por si garante, ultrapassando, no domínio do Eixo Prioritário, os respetivos indicadores de realização ("*Nº de concelhos com acesso à banda larga*") e de resultado (*"Acréscimo de população com acesso à banda larga*"). À presente data, a atual execução desta concreta Operação situa-se em 36%.

  Quanto aos restantes indicadores de EP deste OE, as operações já contratadas em anos anteriores no âmbito dos concursos EDSC/1/2008 ("Operação - Escola em Rede", promovida pelo GEPE/ME) e EDSC/2009 (22 operações, promovidas por Municípios e CIM/Associações de Municípios), abrangem 1071 "*equipamentos coletivos com acesso à banda larga*", enquanto indicador de realização (748 escolas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância e 323 escolas EB23 e com Ensino Secundário). No que respeita ao indicador de resultado, as mesmas operações permitirão abranger 327.960"*utilizadores de banda larga nos equipamentos coletivos apoiados" (*respetivamente, 108.790 no primeiro grupo de escolas atrás referidas e 219.170 no segundo grupo).

  Neste OE, até 31.12.2011 e num contexto fora da Contratualização, encontravam-se aprovadas e contratadas 25 operações, num montante de aproximadamente 63 M€ de FEDER, no âmbito dos concursos EDSC/1/2008, EDSC/1/2009, EDSC/2/2009 e EDSC-RNGZR/2011.

- No que respeita à "**Promoção de Ações de Eficiência Energética**" foram aprovadas definitivamente, em 2011, 12 operações no âmbito dos concursos E-SESPC/1/2009 (4), E-PDRTAE/1/2009 (2), E-PDRTAE/1/2010 (2), Energia/UAG/1/2010 (1) e E-EEA/1/2010 (3). Em termos de contratações, em 2011,

foram contratadas 23 operações resultantes dos concursos IRFL/1/2009 (13), E-SESPC/1/2009 (6), E-PDRTAE/1/2009 (2) e E-PDRTAE/1/2010 (2). Em termos acumulados e, considerando que determinadas operações contratadas podem contemplar mais do que um projeto de eficiência energética, até 31.12.2011, encontravam-se contabilizados, 23 "projetos de eficiência energética", para além das 6 Agências de Energia também contratadas até essa data. Aos 23 "projetos de eficiência energética" já contratados corresponde uma

"Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados (no âmbito de projetos de eficiência energética)" – indicador de resultado – de 29%, valor que, para já, supera a meta estabelecida para 2015, a qual se situa em 15%.

- Na "**Modernização do Governo eletrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a Administração Desconcentrada Local**", no ano de 2011, e tendo em conta os concursos dinamizados fora do contexto da Contratualização, o número de operações contratadas (41) no âmbito das Lojas do Cidadão e dos Centros Multi-serviços não sofreu alteração face ao ano de 2010; também nas operações contratadas no âmbito da "contratualização" não se registou alteração. Deste modo, o indicador de Eixo Prioritário, de realização física contratada, "n.º de lojas do cidadão e centros e balcões multi-serviços", mantém a quantificação de 93, ultrapassando a meta estabelecida para 2015.

  Tal como se referiu no Relatório de Execução Anual de 2010, este balanço resulta essencialmente de duas componentes:

  - a primeira, inserida no programa de ação das Lojas do Cidadão, protocolado entre a Autoridade de Gestão e a Agência para a Modernização Administrativa, traduziu-se na aprovação, em 2009, de 14 Lojas do Cidadão, estando o investimento em execução. O Convite que enquadrou esta tipologia foi aberto em 2008;

  - a segunda componente decorre das operações aprovadas no quadro do AAC SAMA/1/2007 (o primeiro concurso aberto pelo ON.2), correspondendo a Centros Multi-serviços – predominantemente do tipo Balcão Único – promovidos, na generalidade, por Freguesias, Municípios e Associações de Municípios.

  Associado a estas operações já contratadas verifica-se que a população servida pelas Lojas do Cidadão / Centros e Balcões Multiserviços apoiados ultrapassa já a meta estabelecida para 2015. Tal decorre do facto de várias das Lojas do Cidadão apoiadas se localizarem em concelhos demograficamente muito relevantes,

nomeadamente, Chaves, Gondomar, Matosinhos, Santo Tirso, São João da Madeira e Vila Nova de Gaia.

Em 2011, como resultado da reprogramação do ON.2 de 2011, o balanço da realização contratada mantém-se positivo, apesar de ainda não se ter verificado o encerramento de qualquer dos projetos apoiados, estimando-se o encerramento da sua maioria ao longo do ano de 2012.

No contexto deste concurso é importante salientar que ao longo dos anos de 2010 e 2011 uma parte muito significativa dos beneficiários apresentaram pedidos de reprogramação destas operações, tendo os mesmos sido na sua maioria, todos aprovados em 2011. Não pode ainda deixar de ser assinalado que a validação desses pedidos de reprogramação por parte da AG interfere, nalguns casos e em certa dimensão, com a apresentação dos pedidos de pagamento e, consequentemente, com a sua execução que tais projetos vão evidenciando. Não obstante este aspeto, reitera-se a expetativa de encerramento da quase totalidade desses projetos durante o ano de 2012.

- Quanto ao objetivo específico da **Promoção da Capacitação Institucional e do Desenvolvimento Regional e Local**, em 2011 o número de operações contratadas (91), em concursos que não da Contratualização, decorre dos diversos concursos abertos em 2010 neste OE. Quanto ao indicador de realização física "*N.º de projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados*" atinge, em 31.12.2011, o valor de 120 (incluindo este valor as operações contratadas no âmbito da Contratualização), enquanto que a meta de 2015 do indicador de resultado "*Nº de instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados*" já se encontra bastante superada; este indicador, em termos de realização contratada, já atinge o valor de 2.479 (de acordo com a quantificação destes indicadores, para 2015, no âmbito do processo de reprogramação de 2011).

  Relativamente a este objetivo específico, os indicadores de realização refletem no essencial o resultado das ações implementadas e das aprovações ocorridas ainda em 2008. Estas últimas reportam-se ao convite PROVERE – Ações Preparatórias, aberto em 15/05/2008, tendo sido aprovados 9 programas envolvendo 423 entidades potencialmente promotoras de projetos âncora e complementares. Posteriormente, o

número de programas PROVERE veio a ser reduzido para 8, decorrendo da fusão de dois programas no Minho – IN.

Relembra-se que as 9 operações PROVERE inseridas no âmbito das Ações Preparatórias encerraram já no ano de 2010.

Tabela 3.1. Realização Física do Eixo Prioritário 1 (inclui os SI e a Contratualização)

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2015
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
N.º de Unidades de I&D apoiadas	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	0	1	61	69	-
	Metas	-	-	-	30	-	100
Variação anual média da despesa em I&D observada nas unidades de I&D apoiadas	Realização Executada	-	-	-	-	-	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	-	-
	Metas	-	-	-	+5%	-	+10%
N.º de projetos apoiados promovidos por empresas de base tecnológica	Realização Executada	-	-	-	-	10	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	706	-
	Metas	-	-	-	250	-	550
Variação anual média das vendas nas empresas apoiadas	Realização Executada	-	-	-	-	-	
	Realização Contratada	-	-	-	-	-	
	Metas	-	-	-	-	-	10%
Área de infraestruturas/equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial (m2)	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	0	54.072	116.011	1.178.424	-
	Metas	-	-	-	-	-	2.500.000
Nº de empresas instaladas nas áreas de acolhimento apoiadas	Realização Executada	-	-	-	-	-	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	-	-
	Metas	-	-	-	-	-	400
Área de infraestruturas/equipamentos nos Parques de Ciência e Tecnologia (m2)	Realização Executada	0	0	0	0	3.651	-
	Realização Contratada	0	0	3.651	28.134	160.134	-
	Metas	-	-	-	-	-	145.000
Nº de empresas instaladas nos Parques de Ciência e Tecnologia	Realização Executada	-	-	-	-	1	-
	Realização Contratada	-	-	1	102	256	-
	Metas	-	-	-	-	-	180
N.º de projetos apoiados promovidos por micro e pequenas empresas	Realização Executada	-	-	-	-	39	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	1.091	-
	Metas	-	-	-	130	-	850
Taxa de variação anual média do rácio (VAB/Vendas) nas empresas apoiadas	Realização Executada	0	0	0	0	-	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	-	-
	Metas	-	-	-	2%	-	2%
N.º de ações coletivas de	Realização Executada	0	0	0	0	0	-

desenvolvimento empresarial apoiadas	Realização Contratada	0	0	72	94	94	-
	Metas	-	-	-	10	-	200
N.º de entidades envolvidas nas ações coletivas apoiadas	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	0	7	9	9	-
	Metas	-	-	-	20	-	70
N.º de equipamentos coletivos com acesso à banda larga	Realização Executada	-	-	-	-	0	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	990	-
	Metas	-	-	-	-	-	400
Nº de utilizadores de banda larga nos equipamentos coletivos apoiados	Realização Executada	-	-	-	-	219.170	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	327.960	-
	Metas	-	-	-	-	-	300.000
Nº de concelhos com acesso à banda larga	Realização Executada	-	-	-	-	-	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	44	-
	Metas	-	-	-	-	-	40
Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Executada	-	-	-	-	-	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	244.147	-
	Metas	-	-	-	-	-	230.000
N.º de projetos de eficiência energética	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	0	0	0	23	-
	Metas	-	-	-	6	-	350
Redução média do consumo de energia nos equipamentos apoiados (no âmbito de projetos de eficiência energética)	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	0	0	0	29%	-
	Metas	-	-	-	15%	-	15%
N.º de lojas do cidadão e centros e balcões multi-serviços	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	67	82	93	93	-
	Metas	-	-	-	90	-	90
População servida pelas lojas do cidadão e centros e balcões multi-serviços	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	1.721.213	2.168.468	2.416.662	2.416.662	-
	Metas	-	-	-	2.400.000	-	2.400.000
N.º de projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização Executada	0	0	9	9	9	-
	Realização Contratada	0	9	9	22	120	-
	Metas	-	-	-	90	-	200
Nº de instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Realização Executada	0	0	423	423	423	-
	Realização Contratada	0	423	423	1.164	2.479	-
	Metas	-	-	-	350	-	1.500

Em acréscimo à análise realizada anteriormente, cabe ainda efetuar as seguintes considerações de carácter mais transversal:

- No que respeita aos indicadores de resultado, na medida em que (i) os dados efetivos das variáveis necessárias ao seu cálculo (Vendas e VAB) apenas serão disponibilizados pelas empresas no momento de encerramento dos projetos apoiados no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação, que (ii) a 31/12/2011, o momento de encerramento de projeto havia apenas ocorrido para um projeto conjunto do Sistema de Incentivos à Qualificação promovido por uma Associação Empresarial, e que (iii) a utilização da informação prestada em sede de candidatura para os projetos com encerramento de investimento para cômputo destes indicadores proporcionará uma informação de relevância muito limitada e não vinculativa, optou-se por não contabilizar os indicadores de resultado relativos aos Sistemas de Incentivos do ON.2.

- Para a generalidade dos indicadores de resultados relativos aos diferentes objetivos específicos ainda não foi possível apresentar a quantificação dos mesmos, em virtude de ainda não estarem encerrados quaisquer projetos apoiados, sendo de esperar que em 2012 esta situação esteja já ultrapassada em algumas das tipologias de projetos, começando a poder ser possível a contabilização dos mesmos.

- De acordo com o reportado nos Relatórios de Execução Anual anteriores relativamente à existência de uma desadequação de vários indicadores (em diversos Eixos prioritários do ON.2), quer em termos qualitativos quer em termos quantitativos (para as metas estabelecidas inicialmente para os anos de 2010 e 2015), face ao observado nestes primeiros anos de implementação do Programa Regional, a reprogramação de 2011 procedeu a alguns ajustamentos no âmbito de aproximar esses indicadores à realidade constatada, até à data, na execução do ON.2.

Tabela 3.1.2 Indicadores Comuns Comunitários do Eixo Prioritário 1 (inclui os SI e a Contratualização)

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
Indicadores			**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2015**
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projetos de I&DT	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
		Realização Contratada	0	33	178	289	407	-
		Metas *(*)*	-	-	-	-	-	600
	5. N.º de projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
		Realização Contratada	0	5	28	54	62	-
		Metas *(*)*	-	-	-	-	-	80
Ajudas diretas ao investimento nas PME	7. N.º de projetos de apoio direto ao investimento das PME	Realização Executada	0	0	0	8	49	-
		Realização Contratada	0	245	906	1.432	1.798	-
		Metas *(*)*	-	-	-	-	-	1.600
	8. N.º de novas empresas (*start-up*) apoiadas	Realização Executada	0	0	0	0	6	-
		Realização Contratada	0	30	135	216	248	-
		Metas *(*)*	-	-	-	-	-	230
	10. Investimento Induzido (milhares de euros)	Realização Executada	0	0	0	1.220,70	9.133,61	-
		Realização Contratada	0	53.084	140.478	226.634,85	261.969,02	-
		Metas *(*)*	-	-	-	-	-	250
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Realização Executada	0	0	0	1	9	-
		Realização Contratada	0	90	228	373	386	-
		Metas *(*)*	-	-	-	-	-	380
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
		Realização Contratada	0	0	0	0	244.147	-
		Metas *(*)*	-	-	-	-	-	230.000
Energias renováveis	23. N.º de projetos	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
		Realização Contratada	0	0	0	0	7	-
		Metas *(*)*	-	-	-	-	-	200
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (MWh)	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
		Realização Contratada	0	0	0	0	4.804	-
		Metas *(*)*	-	-	-	-	-	-
Turismo	34. N.º de projetos	Realização Executada	0	0	0	0	11	-
		Realização Contratada	0	13	40	86	190	-
		Metas *(*)*	-	-	-	-	-	275

(*) – A quantificação da meta para 2015 respeita ao ON.2 e não exclusivamente a este Eixo Prioritário.

Finalmente, no que concerne ao contributo deste Eixo Prioritário para os Indicadores Comuns Comunitários, este centra-se nas áreas temáticas *"Investigação e Desenvolvimento Tecnológico", "Ajudas diretas ao investimento nas PME", "Sociedade de informação", "Energias Renováveis"* e *"Turismo",*

No que concerne à área temática de "Investigação e Desenvolvimento", os Sistemas de Incentivos representam um total de 359 projetos de I&DT com incentivo contratado (vs. 253 em 2010), dos quais 62 dizem respeito a projetos de cooperação entre empresas e/ou instituições de investigação (54 em 2010). A estes 359 projetos de I&DT (dos SI) acrescem 48 projetos contratados até 31.12.2011, no âmbito do Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas, totalizando 407 projetos de I&DT contratados no EPI.

Já no que respeita às "Ajudas diretas ao investimento nas PME", o número de projetos com contrato assinado atingia os 1798 (vs. 1432 em 2010), aos quais está associado um investimento induzido de 261.969 milhares de Euros (vs. 226.635 milhares de Euros em 2010), tendo sido apoiadas 248 novas empresas (216 em 2010).

No tema *"Sociedade de informação"* no final de 2011 encontravam-se 414 projetos contratados, provenientes dos SI (320), da Contratualização (28) e os restantes (66) que não da contratualização (incluindo também agora os projetos do objetivo específico "Modernização do Governo eletrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a Administração Desconcentrada Local" do "antigo" EP 5, resultante da reprogramação do ON.2 de 2011. Conforme já referido no Relatório de Execução Anual de 2010, importa esclarecer que dois dos projetos contratados no tema "Sociedade de Informação" dizem respeito à informatização de um conjunto de escolas EB23 e do Ensino Secundário, pelo que, se cada intervenção fosse contabilizada individualmente este valor ascenderia aos 834 projetos.

No tema "*Energias Renováveis*" contrataram-se, em 2011, as primeiras 6 operações que contribuem para a quantificação dos respetivos indicadores indicados na tabela 3.1.2, sendo que uma das operações contempla dois projetos distintos.

Por último, no tema *"Turismo"*, os projetos com incentivo contratado no Eixo Prioritário 1 eram 104 no final de 2011, e correspondiam exclusivamente a projetos de iniciativa empresarial. Este indicador comunitário será também contabilizado noutros eixos, sobretudo fruto de investimentos financiados no âmbito de intervenções públicas.

3.1.2. Análise qualitativa

Importa referir que no contexto do EP1 do Programa Operacional Regional do Norte não estão previstos mecanismos de engenharia financeira.

3.1.2.1 Sistemas de Incentivos

Desde os primeiros concursos, abertos em finais de 2007, e até ao final do ano de 2011, a Autoridade de Gestão do ON.2 procedeu ao lançamento, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, de 87 concursos para apresentação de candidaturas a apoio ao investimento empresarial. A dotação FEDER associada a esses concursos ascende a de 480,3 milhões de Euros. Em 31/12/2011, estavam abertos 5 desses concursos (envolvendo um montante de FEDER de 23,5 milhões de Euros). Dos 82 concursos lançados e encerrados até ao final do ano em análise, 81 estavam já decididos a essa data.

Conforme vem sendo prática desde o início do presente quadro comunitário, o lançamento desses concursos foi feito, de acordo com o previsto no modelo de governação do QREN, em conjunto com as restantes AG envolvidas na Rede Incentivos QREN (POFC e Programas Operacionais Regionais do Continente).

Do total de 87 concursos abertos desde o início do Programa, 28 foram lançados em 2007 e 2008 (correspondendo a uma dotação FEDER de 202,35 milhões de Euros), 35 foram abertos em 2009, (perfazendo um montante global de FEDER a concurso na ordem dos 174,45 milhões de Euros) e em 2010 foram abertos apenas 7 concursos, com uma dotação financeira associada de 38,5 milhões de Euros. 2010 registou assim, conforme assinalado no respetivo relatório de execução, uma forte desaceleração no lançamento de novos concursos de Sistemas de Incentivos, face a um ano de 2009 com níveis de oferta muito elevados.

No que concerne a 2011, pode dizer-se que esta tendência de uma maior moderação na oferta de verbas a concurso se manteve. Com efeito, pese embora se tenham aberto mais concursos que em 2010 (17 com FEDER associado de 65 milhões de Euros), cabe referir que destes, 3 são concursos específicos (Mobi-e, Propriedade Industrial e PROVERE), representando cerca de 20 milhões de Euros. Assim, no que concerne aos concursos do Plano “regular”, a verba disponibilização não difere significativamente face à de 2010.

Em suma, manteve-se em 2011 tal como em 2010, uma postura de maior contenção (face a 2009) no que concerne à disponibilização de novas verbas a concurso, porquanto os níveis de compromisso financeiro já assumidos pela AG no que a Sistemas de Incentivos diz respeito assim o aconselhavam.

Com uma oferta de concursos mais limitada e bastante mais espaçada no tempo, na medida em que se registaram desfasamentos temporais significativos face ao previsto no Plano de Concursos inicialmente aprovado (sobretudo nos concursos abertos na fase final do ano), manteve-se a tendência de elevados níveis de procura (candidaturas apresentadas), que se vinha registando desde 2009.

Assim, no total de concursos decididos até ao final de 2011, foram apresentadas ao ON.2 um total de 4716 candidaturas (vs 3447 em 2010 e 2331 em 2009).

Os tempos médios efetivos de decisão (94 dias) continuaram a evidenciar um pequeno deslize face aos previstos em sede de abertura de concurso (86 dias), em linha com os registados em 2010.

No que aos níveis de admissibilidade diz respeito, constata-se que das 4716 candidaturas apresentadas a concursos decididos (com um custo total previsto de 2.978,3 milhões de Euros), foram consideradas admitidas, 3055 candidaturas com um custo total previsto de 1.443,8 milhões de Euros, representado 64,8% do número candidaturas apresentadas e 48,5% do investimento, mantendo-se portanto em níveis próximos aos registados no ano anterior (vs 61% e 54%, respetivamente). Não ocorreram assim variações significativas em termos de admissibilidade face ao que se verificava até ao final de 2010.

Idêntica conclusão se extrai quando se aferem os níveis de aprovação (em comparação com as candidaturas admitidas). Assim, do total de candidaturas admitidas (3055) foram aprovadas 2336 (76,5% vs 73,6% em 2010), envolvendo um investimento total de cerca de 1.077,6 milhões de Euros (74,6% vs 74,3% em 2010) e um investimento elegível de 821,9 milhões de Euros, ao qual corresponde um valor global de incentivo FEDER atribuído no montante de 488.220.159,57 Euros.

Cabe referir que estes números expressam aprovações brutas, havendo ainda que ter em consideração as anulações e rescisões para determinar o montante de compromisso “líquido" assumido pela AG, o qual ascendia, em 31/12/2011, a 415.278.310,58 Euros (+22% face aos valores verificados em finais de 2010 – cerca de 341 milhões de Euros).

Esse montante reparte-se entre 260.517.056,62 Euros (cerca de 63%) de incentivo reembolsável e 154.761.253,96 Euros de incentivo não reembolsável.

Cabe referir que o incentivo reembolsável tem origem essencialmente no Sistema de Incentivos à Inovação, estando-lhe associado um plano de reembolso, constituído por um período de carência e um período de amortização de capital (reembolso), que diferem com o tipo de projetos em causa, atendendo particularmente à especificidade dos projetos do sector do turismo. Designadamente e conforme consagrado na Portaria 1103/2010 de 25 de

Outubro que regulamenta o Sistema de Incentivos à Inovação, os prazos de financiamento e períodos de carência são os seguintes:

PLANO DE REEMBOLSO	SI Inovação		
	Geral	**Novas Unidades de Produção com Despesa Elegível superior a 2.500.000 Euros; Remodelação de estabelecimentos hoteleiros; criação de unidade de turismo no espaço rural e de turismo de habitação**	**Projetos de construção ou de instalação de novos estabelecimentos hoteleiros**
Prazo Financiamento	6 anos	Até 7 anos	Até 10 anos
Período Carência	3 anos	Até 3 anos	Até 3 anos

De referir adicionalmente que o incentivo reembolsável aprovado no âmbito do SI Inovação poderá ser convertido em incentivo não reembolsável, em função da avaliação de desempenho do projeto, até ao montante máximo de 75% do incentivo reembolsável concedido.

Embora em menor grau que o verificado em 2010, também em alguns dos concursos decididos em 2011 (1 do SI Inovação e 2 do SI Qualificação de PME) se verificou uma insuficiência das dotações orçamentais para suprir a totalidade da procura, tendo ficado por apoiar, no total desses 3 concursos, mais de uma centena de projetos com proposta de parecer elegível e aos quais estava associado um montante de incentivo FEDER de cerca de 33 milhões de Euros. Recordamos que em 2010 ficaram por apoiar mais de duas centenas de projetos com proposta de parecer elegível, a que corresponderia um Incentivo FEDER de cerca de 42 milhões de Euros.

No que concerne à distribuição regional do FEDER aprovado por NUTS III continua a destacar-se o Grande Porto com 31% do incentivo aprovado (vs 30% em 2010), a que correspondem cerca de 129 milhões de Euros, seguindo-se o Ave com 13% das verbas (c.54 milhões de Euros) e o Cávado, com cerca de 50 milhões de Euros ou 12% do total (10,4% em 2010).

Seguem-se as regiões de Entre Douro e Vouga (cerca de 39 milhões de Euros ou 9,4% do total) e Tâmega (38 milhões de Euros representando cerca de 9% do total aprovado). As Regiões de Alto Trás-os-Montes e Douro representam cerca de 7,6% do FEDER aprovado cada uma (cerca de 31 milhões de Euros), seguindo-se por último a região do Minho-Lima (24,6 milhões de Euros ou 6% do total).

Em suma, decorre do anteriormente exposto que o ano de 2011 representa, em termos gerais, uma manutenção das tendências verificadas em 2010 no que concerne à continuidade de abertura de concursos e aprovação de novas operações, com o FEDER líquido aprovado a aumentar em cerca de 75 milhões de Euros (passando de 340,7 milhões de Euros para 415,3 milhões de Euros).

As taxas de aprovação brutas (candidaturas aprovadas/candidaturas apresentadas) mantiveram-se em níveis próximos dos verificados em 2010 (49,5% em nº de candidaturas e 36% em termos do investimento total (vs 45% e 40%, respetivamente, em 2010), continuando-se assim a assegurar níveis mínimos de seletividade, em consonância com um dos princípios subjacentes à implementação do QREN.

Ainda no que respeita aos princípios enquadradores do QREN, e em concreto à possibilidade do financiamento através do FEDER de ações que estão abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE, importa referir que os Sistemas de Incentivos apoiaram, ao abrigo desta excecionalidade, 4.331.711,65 Euros em iniciativas de formação incluídas nos projetos aprovados, representando cerca de 1% da totalidade do incentivo FEDER aprovado (vs 4.116.928,15 Euros até ao final de 2010). Cabe referir que a execução associada a estas despesas se mantinha, em finais de 2011, em níveis residuais (4.331,06 Euros).

Relativamente aos procedimentos de articulação e demarcação estabelecidos com outros instrumentos de financiamento, cumpre mencionar, à semelhança do que foi feito em anteriores relatórios, que foram definidas regras de delimitação/complementaridade das intervenções FEDER e FEADER, as quais se encontram vertidas no Protocolo de Articulação FEDER e FEADER, aprovado pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais, PO Fatores de Competitividade e PRODER, em 2 de Outubro de 2008. Tais regras são obviamente tidas em conta nos processos de análise da admissibilidade dos projetos.

No que concerne à articulação com o FEP, é efetuada ao nível da análise a identificação de projetos que poderiam ser objeto de financiamento por esse Fundo, desenvolvendo-se, sempre que necessário, procedimentos de consulta e articulação com a estrutura de gestão do PROMAR e, mais recentemente, incluindo-se referência nos Avisos de Abertura de Concursos dos Sistemas de Incentivos quanto aos investimentos que deverão ser financiados pelo FEP e não estão por esta via enquadrados no âmbito do apoio FEDER.

Uma palavra ainda para fazermos referência aos projetos inseridos em EEC (263 projetos), os quais representavam no final de 2011 cerca de 26,5% do FEDER total aprovado (vs 17% em 2010).

Tabela 3.1.3 – Sistemas de Incentivos - Projetos inseridos em EEC

Tipo de EEC	N.º Proj.		Investimento Total Aprovado	Custo Elegível Aprovado	FEDER Aprovado	
	N:º	%			€	%
PCT/Cluster	173	65,8%	147.619.431,37	129.917.053,06	87.311.431,54	79,2%
PROVERE	13	4,9%	20.493.995,98	19.309.302,15	14.154.749,75	12,8%
Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos (ARDU)	77	29,3%	13.237.282,64	11.696.503,59	8.772.377,77	8,0%
TOTAL	**263**	**100,0%**	**181.350.709,99**	**160.922.858,80**	**110.238.559,06**	**100,0%**

De entre os tipos de EEC previstos no âmbito do QREN, assumem particular importância quer em número de projetos aprovados (65,8%) quer em valor FEDER comprometido (cerca de 79%), os projetos inseridos em Pólos e *Clusters*, a que se segue em valor os projetos inseridos nas EEC PROVERE (com maior dimensão financeira e sobretudo focados na área do Turismo,) e finalmente os projetos inseridos nas ARDU, em maior número (29% do total) mas de expressão financeira mais reduzida, correspondendo sobretudo a ações de revitalização de pequeno comércio e serviços, inseridos nas áreas de Regeneração Urbana formalmente reconhecidas como ARDU.

Descritos os principais progressos registados, em termos globais, durante o ano de 2011, importa agora analisar os contributos de cada um dos 3 sistemas de incentivos para os montantes totais aprovados, conforme detalhado na tabela seguinte.

Tabela 3.1.4 – Candidaturas aprovadas – Repartição por Sistemas de Incentivos

Sistema de Incentivos	N.º Proj.		Investimento Total Aprovado (€)	Custo Elegível Aprovado (€)	FEDER Aprovado		Fundo Médio por Candidatura	Taxa Média de Co-financiamento
	N.º	% do Total			€	% do Total		
SI I&DT	386	20,5%	111.629.425,89	90.763.189,08	57.062.108,49	13,7%	147.829,30	62,9%
SI Inovação	371	19,7%	513.076.004,13	395.810.238,26	260.574.911,88	62,7%	702.358,25	65,8%
SI Qualificação de PME	1124	59,8%	270.623.818,74	206.800.539,86	97.641.290,21	23,5%	86.869,48	47,2%
TOTAL	**1881**	**100,0%**	**895.329.248,76**	**693.373.967,20**	**415.278.310,58**	**100,0%**	**220.775,28**	**59,9%**

Conforme se pode constatar pela análise da informação do quadro anterior, o Sistema de Incentivos à Qualificação de PME continua a ser responsável pela maior fatia de projetos aprovados (cerca de 60% do total), sendo o Sistema de Incentivos mais procurado pelas pequenas e micro empresas da Região do Norte.

Tratam-se sobretudo de investimentos de cariz mais imaterial, que visam impulsionar os fatores dinâmicos de competitividade das empresas, em áreas adjacentes à função de produção e que têm sido uma aposta das empresas da região, que pretendem investir na sua qualificação e na internacionalização dos seus produtos. São normalmente investimentos de dimensão média mais reduzida (tendo associado um FEDER médio de cerca de 87 mil Euros), facto que se reflete no seu contributo para o montante total de incentivo aprovado, para o qual o seu peso relativo se reduz para os 24%. É também a medida de apoio com menor taxa de média de cofinanciamento (cerca de 47%).

Já o Sistema de Incentivos à Inovação destaca-se como sendo o que concentra a maior percentagem de incentivo FEDER aprovado (cerca de 63%), uma vez que é através deste que se financiam os investimentos de natureza produtiva, tais como a compra de equipamento produtivo ou a realização de obras de construção (no caso de projetos do sector do Turismo), aos quais estão normalmente associados montantes financeiros mais avultados. É também aqui que se encontram os projetos de maior dimensão, sendo o incentivo médio aprovado por candidatura da ordem dos 702 mil Euros, bem como as maiores taxas médias de cofinanciamento (65,8%).

Acresce ainda referir que o diferencial entre a percentagem de projetos apoiados no SI Inovação e o financiamento obtido pelos mesmos (20% *vs*. 63%) aumentou face ao "*gap*" registado em 2010 (21% *vs* 59%), refletindo também um acréscimo no montante FEDER médio por projeto (em cerca de 17%, passando de cerca de 601 mil Euros para cerca de 702 mil Euros). De referir que, esta tendência de aumento da dimensão média dos projetos aprovados no SI Inovação, contrasta com o que se verifica nas duas outras medidas, em que se verificaram reduções de cerca de 17% (SI IDT) e 11% (SI PME) na dimensão financeira média dos projetos aprovados.

Por último, importa referir a prestação do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT), que continua a ser aquele que acolhe menor percentagem do incentivo FEDER aprovado (14%, em linha com os valores registados nos dois anos anteriores). À semelhança do que ocorreu em 2010, também no ano de 2011 as verbas aprovados no contexto do SI I&DT, progrediram globalmente em linha com os montantes totais aprovados em Sistemas de Incentivos (23% vs 22%). No SI Inovação, essa taxa foi superior à média (30%) e no SI PME bastante inferior (4%), contrariamente ao que

havia ocorrido em 2010, em que o crescimento das verbas aprovadas no SI PME foi claramente superior a média.

No que concerne ao Nº total de projetos aprovados, verificou-se um crescimento médio de 21% face ao final de 2010, sendo de destacar o SI I&DT, com mais 48%. Note-se contudo que, este forte aumento do Nº de projetos aprovados no contexto do SI IDT não tem, como se viu acima, igual reflexo no que ao FEDER aprovado diz respeito, na medida em que ocorreu em simultâneo uma redução significativa na dimensão financeira média dos projetos aprovados (-17%), ao passo que no SI Inovação, o menor crescimento em termos do nº de projetos aprovados (11%) foi "compensado" com um forte incremento no valor médio aprovado pro projeto (+17%). No SI PME, o crescimento em termos de Nº de projetos aprovados foi ligeiramente inferior à média (17% vs 21%) o que, conjugado com uma redução na dimensão média dos projetos (11%) se traduziu no menor crescimento registado em termos de FEDER aprovado por SI (4%).

Analisada a performance dos SI no que concerne a novas aprovações, foquemos agora a nossa atenção na contratação dos projetos aprovados. A este propósito cabe referir que, até ao final de 2011 foram celebrados com os promotores de projetos de Sistemas de Incentivos 1812 contratos (+25% face ao valor de 2010), correspondendo a um incentivo FEDER de 395,3 Milhões de Euros (+21,5% face ao valor de 2010), representando 96% do nº de projetos aprovados até então (93% em 2010) e 95% do respetivo incentivo (mesma percentagem em 2010).

Assim, se em 2010 ocorreu um "salto" bastante expressivo nos níveis de contratação face aos valores aprovados, verificamos que em 2011, a evolução registada em termos de contratos assinados é muito próxima da registada nas aprovações, denotando uma estabilização de tendências em termos de novas aprovações e respetivas contratações.

Focando agora a nossa atenção sobre os progressos registados em termos de execução dos projetos aprovados, verificamos, também a este nível, uma continuidade da tendência denotada em 2010, registando-se níveis de execução bastante razoáveis, sobretudo se atendermos às condições da envolvente macro e financeira. Neste contexto, cumpre referir que, durante o ano de 2011, foi transferido para os promotores de projetos dos Sistemas de Incentivos (por intermédio dos organismos pagadores – IAPMEI e Turismo de Portugal – em quem, através de protocolos celebrados entre estes, a AG e o IFDR, foram delegadas formalmente funções de transferência direta para os beneficiários), um montante global de 77,9 milhões de Euros de FEDER (+8,5% face ao valor de 2010), elevando o montante total de FEDER pago aos promotores para cerca de 180 milhões de Euros (43,4% do total aprovado vs 30% em 2010), aos quais está associado um nível de execução, em termos de

despesa elegível de cerca de 230 milhões de Euros (33% do aprovado) e uma execução FEDER de cerca de 151,6 milhões de Euros (36,5% do aprovado).

Em suma, em 31/12/2011, os Sistemas de Incentivos do ON.2 registavam uma taxa de execução (FEDER Executado/FEDER Programado) da ordem dos 46%, estando executado 36,5% do incentivo aprovado até essa data (vs 26% em final de 2010).

A progressão registada ao nível da execução dos projetos aprovados, conjugada com a continuação de alguma "moderação" em termos de novas aprovações, bem como a implementação de medidas específicas tendo em vista libertar compromissos com baixa capacidade de execução (a que aludiremos no ponto seguinte), permitiu que se reduzisse o "gap" entre níveis de compromisso assumidos (aprovações) e níveis de execução. Recorde-se que este foi um dos aspetos a que aludimos no anterior relatório de execução do PO, como um dos desafios com que se confrontavam as AG da Rede Incentivos QREN e a do PO Norte em particular e que viria a ser objeto de medidas específicas, visando libertar compromissos sem capacidade de execução e acelerar execução.

Em suma, da progressão verificada pelos Sistemas de Incentivos do ON.2 no decorrer do ano de 2011, cumpre, em nossa opinião, registar como aspetos mais marcantes os seguintes:

- aumento do nº de novos concursos lançados face ao registado em 2010, sobretudo pela via de lançamento de concursos específicos (Mobi-e, Propriedade Industrial e Provere), já que no que concerne a verbas disponibilizadas para os concursos do Plano "regular", os montantes não são significativamente diferentes dos disponibilizados em 2010;

- continuidade de elevados níveis de procura, implicando em muitos casos a não aprovação da totalidade das candidaturas com proposta de parecer elegível, apesar de por vezes se terem alargado as dotações orçamentais previstas. Apesar disso, ficaram sem financiamento por escassez de dotação financeira menos projetos que em 2010;

- manutenção dos níveis de seletividade em torno dos verificados em 2010: taxas de aprovação brutas (candidaturas aprovadas/candidaturas apresentadas) de 49,5% em nº de candidaturas e 36% em termos do investimento total (vs 45% e 40%, respetivamente, em 2010);

-evolução dos níveis de contratação ligeiramente acima do progresso registado ao nível das aprovações, fixando-se em 96% do nº de projetos aprovados (vs 93% em 2010) e 95% do respetivo incentivo (mesma percentagem em 2010) e continuidade nas tendências de execução, com os pagamentos a atingirem cerca de 54% da dotação financeira dos SI (vs 31% em 2010). Em termos de taxa de execução (FEDER Executado/FEDER Programado), o

valor era da ordem dos 46%, estando executado 36,5% do incentivo aprovado até essa data (vs 26% em final de 2010).

Aviso	Sistema de Incentivos à Inovação (NORTE-03-2009-09)
Designação	CH DESIGN & WINE HOTEL
Data do Contrato	09-07-2010
N.º da Operação	NORTE-07-0403-FEDER-013265
Calendarização	01-07-2010 a 30-07-2012
Promotor	HCH - Investimentos turísticos Lda.
Objetivos	O projeto de investimento respeita à criação de um estabelecimento hoteleiro designado por CH Design & Wine Hotel, com a classificação de Hotel de 4**, localizado em Caminha. Este Hotel, assente na temática do Design e da Enologia, resultará da adaptação de um imóvel do séc. XVIII inserido na zona de intervenção da Torre do Relógio classificada como monumento nacional, localizado no centro histórico de Caminha. O empreendimento contará com 19 quartos duplos, 1 quarto simples e 3 suites, serviços de refeições, bar, sala polivalente e uma enoteca.
Ações	• Reabilitação do edifício oitocentista, bem como a incorporação do edifício high-tech, com solução que permite o mesmo mover-se. • Aquisição de equipamentos vários, alguns de empresas nacionais de referência como a SternBlu, a Atlantis (para a componente de vinho e F&B), a Vista Alegre ou Cutipol, sendo que também aqui se procurou produtos de excelência e com design, em consonância com a própria filosofia do projeto e seu projeto de decoração. • Esforço promocional repartido entre participações em feiras, a introdução de elementos gráficos em formato papel e digital para promoção, a edição de web site com articulação do sistema de reservas da rede "Design" e a edição de vídeo, quer para a promoção da unidade em diversos eventos promocionais, como para inserção em passagens no interior da unidade, a que se junta a criação de conteúdos interpretativos ao nível do processo vitivinícola e das características organoléticas dos vinhos das várias regiões demarcadas e que alimentarão o billboard e tapete mágico. • Investimento em energias renováveis e eficiência energética com a aquisição de painéis solares. • Certificação ISO da linha 9000, assim como a emissão do rótulo ecológico.
Investimento Elegível	2.822.545,42 Euros
FEDER	2.116.909,07 Euros

Aviso	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (NORTE-02-2009-02)
Designação	MÓDULO OPTOELECTRÓNICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO BASEADOS EM TECNOLOGIA DE FIBRA ÓPTICA
Data do Contrato	23-10-2009
N.º da Operação	NORTE-07-0202-FEDER-006640
Calendarização	07-09-2009 a 02-09-2011
Promotor	FiberSensing - Sistemas Avançados de Monitorização, SA
Objetivos	A empresa tem por objeto social o desenvolvimento e comercialização de soluções baseadas em tecnologias de sensores de fibra ótica e/ou elétricos para aplicações de monitorização. O objetivo central do presente projeto é o desenvolvimento de módulos optoelectrónicos para interrogação de sensores de Bragg com capacidade de integração em sistemas de monitorização e controlo de processos industriais. Este objetivo exige o desenvolvimento da tecnologia dos filtros sintonizáveis para a implementação de módulos laser sintonizável e respetivos módulos de referenciação espectral. É assim proposto um desenho alternativo para a cavidade Fabry-Pérot baseada numa configuração hemisférica, integrando um micro-espelho côncavo em conjunto com um espelho plano.
Ações	O projeto integra duas grandes atividades em termos de desenvolvimento tecnológico: o desenvolvimento dos filtros sintonizáveis e o desenvolvimento e implementação dos módulos laser sintonizável e de referenciação espectral e a sua integração na implementação do módulo optoelectrónico para interrogação dos sensores de Bragg em fibra ótica. Em termos de know-how avançado, o projeto sustenta-se na vasta experiência na área da optoelectrónica e competências no desenvolvimento de micro-dispositivos óticos da Instituição pertencente ao Sistema Científico e Tecnológico (Faculdade de Ciências da Universidade do Porto).
Investimento Elegível	478.746,12 Euros
FEDER	317 983,24 Euros

Aviso	Sistema de Incentivos à qualificação de PME (NORTE-01-2008-04)
Designação	INVESTIMENTO EM AREAS CHAVE DA EMPRESA
Data do Contrato	22-05-2009
N.º da Operação	NORTE-07-0401-FEDER-004172
Calendarização	01-12-2008 a 30-11-2010
Promotor	Eugénio Campos Lda
Objetivos	A Eugénio Campos, inica a sua atividade em 1996 com o fabrico e comercialização de jóias em prata. O desenvolvimento da atividade baseou-se na conjugação de fatores como qualidade/preço, aliados a um design estilizado e inovador por modo a acompanhar as tendências da moda. Especializou-se no fabrico de peças exclusivas e com marca registada, "Silver Fashion" by Eugénio Campos, marca moderna e arrojada, unindo a qualidade ao pormenor, direcionada para um cliente apreciador de jóias contemporâneas e fundamentalmente originais. Este tipo de produto, jóia, inovador, com design e marca própria são características preferidas por alguns mercados, tais como Espanha, Itália, Hong Kong, China, Japão, Tailândia e Palops. A empresa, com este projeto, pretende atingir um crescimento de vendas superior a 28% no ano cruzeiro em relação ao pré projeto, através de uma forte aposta em ações de marketing internacional, conjugadas com um conjunto de outros fatores distintivos.
Ações	• Logística – desenho de um novo sistema de gestão implementando um sistema informático capaz de dar resposta as necessidades atuais ao mesmo tempo já esta preparado para o crescimento futuro da empresa. • Gestão e organização – aposta num sistema integrado de gestão onde existe uma integração global da logística (Core Business da empresa) com a parte comercial, com a contabilidade, com os recursos humano, com a área financeira. • Comercial Marketing – aposta num portal de comércio eletrónico. • Internacionalização - Aposta na imagem de marcas próprias e em mercados importantes como Espanha Itália, China Japão, Tailândia, com investimentos em viagens de prospeção a vários países e em catálogos desenvolvidos para esses mercados e com participação em feiras internacionais. • Implementação de certificação de qualidade e ambiental • Formação Profissional - A empresa tem um plano de formação para todos os seus funcionários que podemos dividir em duas áreas muito importantes: Comportamental e I&D e Logística.
Investimento Elegível	756.047,75 Euros
FEDER	343.021,49 Euros

3.1.2.2 Outras Tipologias do Eixo 1

Em 2011, no Eixo Prioritário 1, com exceção dos Sistemas de Incentivos e de concursos no quadro da contratualização, foram abertos 6 concursos, totalizando o montante de 113.000.000 € (FEDER). No âmbito destes concursos foram apresentadas 105 candidaturas, num montante global de 157.969.939 € (FEDER), correspondendo a um investimento (custo total) de 210.030.162 €, de acordo com a tabela infra.

Tabela 3.1.5 Eixo Prioritário 1 - Concursos abertos em 2011

(exceto Sistemas de Incentivos e concursos no quadro da Contratualização)

Aviso	Data de abertura	Data de Encerramento	FEDER a concurso (euro)	Taxa máxima de co-financiamento definida em Aviso	Candidaturas apresentadas	
					N.º	Investimento/ custo total
SAIECT – IETIEFE/EN/2011 Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas - Infra-estruturas Tecnológicas - Infra-estruturas físicas e equipamentos - Escolas de Negócios	01-06-2011	28-10-2011	11.000.000	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	3	23.903.884
SAIECT – IETIEFE - EA/2011 Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas – Infra-estruturas Tecnológicas Infra-estruturas físicas e equipamentos – Engenharia Aeronáutica	10-11-2011	06-01-2012	13.000.000	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	1	34.228.502
SAESCTN-PIIC&DT/1/2011 "Programas Integrados de IC&DT"	03-06-2011	22-07-2011	30.000.000	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	70	58.437.857
SAAAEL/1/2011 Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	11-05-2011	17-06-2011	12.000.000	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	2	16.562.007
EDSC-RNGZR/2011 "Redes de Nova Geração para as Zonas Rurais"	12-01-2011	26-01-2011	35.000.000	70%	1	49.850.858
E–EEIP/1/2011 Energia – Eficiência Energética na Iluminação Pública	28-03-2011	29-07-2011	12.000.000	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	28	27.047.054
		Total	**113.000.000**		**105**	**210.030.162**

Destaca-se ainda no mesmo ano a aprovação definitiva de 135 operações envolvendo um montante global de 130,6 M€ (FEDER) associado a 184,7 M€ de Despesa Elegível. Salienta-se que algumas destas operações aprovadas decorrem de concursos abertos em anos anteriores. Em termos acumulados até 31 de Dezembro de 2011 (e de acordo com a reprogramação do ON.2 de 2011), já tinham sido aprovadas 316 operações representando um montante global de 328,4 M€ (FEDER) correspondendo a 437,6 M€ de Despesa Elegível, encontrando-se contratadas 263 operações num montante global de 289,6 M€ (FEDER) associado a 381,4 M€ de Despesa Elegível.

Assim, a evolução observada em 2011, principalmente ao nível de aprovações e contratações neste Eixo Prioritário (reitera-se, na parte que não respeita os Sistemas de Incentivos e à Contratualização), evidencia uma muito forte aceleração na implementação dos instrumentos previstos.

Já a execução física e financeira do Eixo Prioritário 1 (sem a Contratualização e sem os SI) apresenta até ao final de 2011 um nível ainda reduzido, apresentando uma taxa de pagamento de cerca de 12,6% (FEDER pago ao Beneficiário / FEDER aprovado). Tendo em conta de modo conjugado o incremento observado nas aprovações e nas contratações e o grau de maturidade das operações, é legítimo prever, para 2012, o consequente incremento em termos de execução física e financeira.

Procedendo a uma análise por objetivo específico, no **OE1 – "Consolidação dos Serviços Coletivos Regionais de Suporte à Inovação e Promoção do Sistema Regional de Inovação**", em 2011, foram aprovadas 5 operações, decorrentes dos concursos SAIECT-IEC/2/2010 e SAIECT-IEC/3/2010, tendo sido contratadas 7 operações dos mesmos concursos.

A prossecução do Objetivo Específico 1 está bem patente nos concursos abertos dirigidos ao apoio a Infraestruturas Científicas e a Infraestruturas Tecnológicas, sendo que o contributo mais significativo advém das aprovações ocorridas no ano de 2010. A procura revelada e as aprovações entretanto ocorridas evidenciam um enorme contributo do ON.2 para a consolidação da rede regional de Infraestruturas Tecnológicas (Centros Tecnológicos Sectoriais e Institutos de Novas Tecnologias) bem como para projetos seletivos ao nível das Infraestruturas Científicas.

Aviso	SAIECT - IETIEFE/1/2009
Designação	INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL
Data de aprovação	30-06-2010
Data do contrato	21-07-2010
N.º da operação	NORTE-07-0162-FEDER-000019
Calendarização	17-06-2009 a 30-09-2012
Promotor	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto (INESC PORTO)
Objetivos	Este projecto visa promover os valores do novo paradigma energético e, simultaneamente, promover a criação de emprego-saber qualificado a nível da Região Norte, com expressão no desenvolvimento tecnológico e na melhoria da eficiência dos processos industriais e de conversão de energia. Os principais objectivos do projecto são: • Consolidar e fazer crescer a capacidade instalada de I&DT, na área de Energia, de unidades residentes no Campus da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP); • Promover o desenvolvimento de sinergias entre as unidades de I&DT do INESC Porto, da FEUP e de outras unidades do SCTN na área de Energia, numa lógica de pluridisciplinaridade e de utilização de tecnologias complementares das áreas de Materiais, Química e de Tecnologias de Informação e Comunicações; • Criar infraestruturas laboratoriais novas para permitir desenvolver I&DT no domínio da mobilidade elétrica e integração de veículos elétricos nas redes elétricas; • Permitir o crescimento do volume de transferência de tecnologia para a indústria e para fornecedores de serviços e, em particular, para empresas situadas na Região Norte e a associada aos clusters da energia eólica, da indústria automóvel na componente associada à mobilidade elétrica e à integração dos veículos elétricos nas redes elétricas e ainda apoiar o desenvolvimento futuro de novos clusters tecnológicos, como os associados às indústrias da energia off-shore e do solar fotovoltaico; • Gerar um forte impacto na actividade económica das empresas relevantes na área da Energia; • Contribuir para o desenvolvimento energético e ambiental sustentado da Região Norte e de Portugal; • Contribuir para a criação de emprego altamente qualificado na área da Energia, quer como resultado direto da actividade de I&DT, quer indiretamente através da criação de novos empregos ao nível dos tomadores de tecnologia pertencentes ao universo alvo empresarial.
Ações	Este projeto assume-se como uma infraestrutura tecnológica do tipo “Instituto de Novas Tecnologias”, resultante de um protocolo de colaboração celebrado entre a Universidade do Porto, a FEUP e o INESC, através da qual se pretende consolidar e desenvolver novas atividades de I&DT na área da energia sustentável. A implementação do projeto abarca a criação de uma infraestrutura física a construir no campus da FEUP, envolvendo a construção e equipamento de um edifício de 6 pisos que irá permitir a instalação de meios humanos necessários (cerca de 150 investigadores) e a instalação de um novo Laboratório de Microgeração, Microredes e Veículos Elétricos. A componente imaterial do projecto (globalmente considerado) será assegurada pelos parceiros do projeto, financiada por outras fontes já existentes ou a desenvolver, com incidência nas seguintes atividades de I&DT: Vigilância tecnológica; Copromoção de projetos e disseminação de resultados; Prestação de serviços tecnológicos; Apoio à criação e desenvolvimento de empresas de base tecnológica. No âmbito do protocolo acima referido, que visa a constituição de um futuro "Centro de saber para a energia sustentável", o INESC assegura a construção do edifício e respectivo equipamento, afectando à nova infraestrutura a sua Unidade de Sistemas de Energia. A FEUP afecta 4 grupos de investigação que passarão a utilizar as instalações em regime de comodato (ISR Porto – Grupo de Eletrónica Industrial, CEFT – Centro de Estudos de Fenómenos de Transporte, LEPAE – Laboratório de Engenharia de Processos, Ambiente e Energia e LA LSRE/LCM – Laboratório Associado Laboratório de Processos de Separação e Reacção & Laboratório de Catálise e Materiais). A Universidade do Porto cederá ao INESC o direito de superfície da parcela necessária à construção do edifício. Em concreto, a operação inclui componentes de despesa relacionadas com a construção e serviços conexos, bem como a aquisição de equipamentos.
Investimento Elegível	3.155.600,00€
FEDER	2.524.480,00€

Quanto ao **OE2 – "Apoio à Criação e Consolidação de "*Clusters*" Emergentes e de Empresas de Base Tecnológica"**, as iniciativas de investimento público, complementares aos apoios e instrumentos em sede de Sistemas de Incentivos, tiveram expressão, em 2010, na abertura de novos concursos abrangidos pelos Avisos SAPCTIEBT/IEFIEBT&SP/1/2010 e SAPCTIEBT/IEFPCT&IEFIEBT/1/2010. Esta oferta foi orientada especialmente para o apoio à criação de infraestruturas físicas dedicadas à incubação de empresas de base tecnológica.

Em 2011 foram aprovadas e contratadas 5 incubadoras de empresas de base tecnológica, destacando-se a operação de infraestruturas físicas e equipamento de incubadora de Empresas de Base Tecnológica (FeiraPark).

Feira Park - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Santa Maria da Feira

Aviso	SAPCTIEBT/ IEFIEBT&SP/1/2010
Designação	Feira Park - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Santa Maria da Feira
Data de aprovação	02/08/2011
Data do contrato	21/09/2011
N.º da operação	NORTE-07-0364-FEDER-000027
Calendarização	01/01/2009 a 30/06/2012
Promotor	Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto
Objetivos	Esta operação visa a infraestruturação física da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (IEBT) do Feira Park, localizado no concelho de Santa Maria da Feira, pertencente à NUT III de Entre Douro e Vouga. O projeto em causa oferece condições estruturantes, proporcionando uma plataforma de favorecimento de um ambiente propício, flexível e de estímulo ao surgimento de atitudes empreendedoras e à valorização económica da inovação e da tecnologia, a partir da potenciação e transformação de oportunidades de negócios resultantes de processos de I&D e transferências de tecnologia e conhecimento.
Ações	O projeto traduz-se na infraestruturação de uma incubadora de empresas de base tecnológica, localizada num espaço integrado na área afeta à implementação e desenvolvimento do Feira Park - Parque de Ciência e Tecnologia de Santa Maria da Feira, cuja área total de construção é de 2.374m2. O edifício da incubadora do Feira Park contempla diversos espaços e valências, contemplando módulos com utilizações diferenciadas: no caso, módulos para incubação de projetos empresariais (nascentes) e módulos de acolhimento empresarial (empresas constituídas em fase de maturação). Os módulos de incubação e de acolhimento empresarial apresentam espaços amplos, com áreas em *open office*, mas cuja modularidade permite afetar espaços de acordo com as necessidades dos utilizadores, e mesmo, a colocação de separadores de espaços, adaptando-se assim às diferentes especificidades das empresas, sectores temáticos e fases de incubação, ou desenvolvimento da própria empresa. No total são disponibilizados 555,60 m2 em módulos de incubação, e 659,40 m2 em módulos de acolhimento empresarial. As amenidades e serviços comuns ocupam uma área de 331,20 m2, respeitando a espaços de formação (129,90 m2), salas de reunião (61,00 m2), quiosque (8,85 m2), e ainda o espaço referente ao *meeting point* /cafetaria /refeitório, com 131,45 m2 (incluindo áreas de cozinha, copa e despensa). As áreas internas de direção, secretariado e arrumos ocupam uma área total de 35,40 m2 e a central técnica 18,20 m2.
Investimento Elegível	1.898.480,94 €
FEDER	1.518.784,75 € (taxa de 80%)

No domínio das operações de pendor infraestrutural, a experiência revela tratar-se de uma área de intervenção exigente – o que levou, de resto, a dilatações nos prazos relativos a aprovações definitivas. O ano de 2011 e de 2012 serão assim fulcrais para aferir os resultados das operações já contratadas, considerando os prazos máximos de execução 36 meses para os projetos infraestruturais.

O **OE3 – "Promoção e Desenvolvimento da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e de Operações Integradas de Ordenamento e de Acolhimento Empresarial"** engloba duas componentes distintas: uma visa a implementação de uma rede regional de parques de ciência e tecnologia, em torno das principais Universidades sedeadas na região; a outra incide sobre a rede regional de áreas de acolhimento empresarial.

Para o apoio à rede de parques de ciência e tecnologia recorda-se ter sido aberto concurso, ainda em 2008 (Aviso SAPCTIEBT-IEFPCT/1/2008), do qual resultou a aprovação e a contratação, ainda em 2009, da operação referente ao Instituto Europeu de Excelência de Tecidos e Medicina Regenerativa, cuja conclusão ocorreu em 2011, encontrando-se em fase de análise o respetivo Relatório Final. A esta operação junta-se, em 2011, a aprovação e contratação de mais 1 operação de infraestruturas físicas e equipamento de Parques de Ciência e Tecnologia, totalizando 4 PCT contratados até 31.12.2011.

A continuidade desta linha de intervenção manter-se-á com preocupações de uma forte seletividade, evitando a fragmentação de iniciativas e concentrando os recursos num número restrito de projetos com sustentabilidade e suportados pelas principais Universidades da Região do Norte.

Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro

Aviso	SAPCTIEBT/IEFPCT-IEFIEBT/1/2010
Designação	Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro
Data de aprovação	18/07/2011
Data do contrato	20/07/2011
N.º da operação	NORTE-07-0364-FEDER-000026
Calendarização	01/01/2009 a 31/12/2012
Promotor	Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto; Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark; Associação de Desenvolvimento Régia-Douro Park.
Objetivos	O objetivo deste projeto é a criação do Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro (PCT.TMAD), com uma estrutura bipolar complementar (Brigantia EcoPark, em Bragança e Régia-Douro Park, em Vila Real), dotada e interligada por uma rede de telecomunicações de alto débito, elegendo tanto áreas temáticas de perfil tecnológico, como áreas chave de um conjunto de atividades base de um novo tecido produtivo, na perspetiva da sustentabilidade energética e ambiental. Este projeto constitui um pilar fundamental no fomento da coesão territorial e, de forma sustentada, pode contribuir para a redução das disparidades dos níveis de desenvolvimento entre as regiões.
Ações	O Brigantia EcoPark reunirá as áreas científicas e tecnológicas ligadas à energia, ambiente e eco construção, centrado nas competências instaladas do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Em concreto, o Régia-Douro Park centrará a sua área de intervenção no sector agroalimentar, em articulação com domínios da biotecnologia e química fina, ciências florestais e ciências veterinárias. Num primeiro momento, e atendendo à relevância do sector vitivinícola, o Régia-Douro Park irá privilegiar o domínio da Vinha e do Vinho contextualizado no Centro de Excelência do Vinho e da Vinha, que terá como parceiros a Universidade Católica Portuguesa, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP), a Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense (ADVID), a Associação das Empresas de Vinho do Porto (AEVP) e a Associação dos Viticultores e Engarrafadores dos Vinhos do Porto e Douro (AVEPOD). Quanto às infraestruturas físicas, está prevista a construção dos dois pólos, prevendo-se no Régia-Douro a execução simultânea da infraestruturação de 9,9 hectares de terreno e a construção do Edifício Sede, da Incubadora de Empresas e do Centro de Excelência da Vinha e do Vinho. No caso do Brigantia EcoPark, a operação traduz-se, no essencial, na construção do Edifício Central, na infraestruturação dos terrenos e nos arranjos exteriores situados no sector Norte do Parque, envolvendo 1,1 hectares de construção. Em termos globais, e atendendo às manifestações de interesse demonstradas por diferentes empresas, o PCT.TMAD prevê, num prazo de dez anos, criar mais de 1000 postos de trabalho, cerca de 180 empresas de base tecnológica e cerca de 30 *start-ups* de alta intensidade tecnológica. Estima-se, ainda, que o PCT.TMAD levará ao registo de aproximadamente 40 patentes.
Investimento Elegível	19.260.674,58 €
FEDER	15.408.539,66 € (taxa de 80%)

Fonte: http://www.portuspark.org/index.php?id=82&red=118

Quanto à promoção da rede de áreas de acolhimento empresarial, foi aberto um primeiro concurso ainda em 2008 (SAAAEL/1/2008), bem como concursos em 2009, 2010 e 2011 (SAAAEL/1/2009, SAAAEL/1/2010 e SAAAEL/1/2011). Estes concursos foram formatados de modo suscitar o aparecimento de projetos de elevada dimensão (nomeadamente áreas de um mínimo de 40 ha, tendo-se no concurso de 2010 e de 2011 baixado esse limite para 20 ha) e com serviços comuns, facilidades e amenidades, de elevada qualidade. Para além disso, previu-se ainda que, no quadro da subvenção global afeta às CIM / AMP, haveria lugar ao apoio a projetos de menor dimensão e exigência, no quadro de uma rede complementar de áreas de acolhimento empresarial e/ou da requalificação de áreas existentes.

As áreas de acolhimento empresarial de nível regional, nos termos em que foram definidas nos referenciais dos concursos, correspondem a uma tipologia exigente. A experiência revela uma elevada morosidade dos potenciais promotores quanto à aquisição dos terrenos necessários, seja devido aos montantes financeiros envolvidos seja pelo elevado número de proprietários envolvidos. Ultrapassadas algumas dificuldades decorrentes do quadro regulamentar vigente até ao início do ano de 2011, nesse ano foram aprovadas 4 operações de áreas de acolhimento empresarial, das quais 3 foram contratadas ainda em 2011, o que representa um contributo muito relevante para uma adequada oferta de solo industrial na região.

Acresce que nas intervenções geridas pelas CIM / AMP estão aprovados e contratados projetos de áreas de acolhimento empresarial, que integram a rede complementar, os quais correspondem em regra a operações de requalificação de áreas já existentes.

Cremos mesmo que o ON.2 constituirá um dos Programas Operacionais que, neste aspeto, revela um maior sucesso. Como se pode ver na tabela seguinte, o investimento elegível apoiado é elevado, salientando-se o incremento observado já no primeiro trimestre de 2012. Para além disso, a participação do sector empresarial (SI ID&T) é muito elevada, dando conta da ultrapassagem de um dos principais défices diagnosticados no QCA III. Este elevado nível de I&D empresarial apoiada é tanto mais significativo quanto se trata, no ON.2, de projetos promovidos por micro e pequenas empresas .

Tabela 3.1.6 ON.2 – Operações Contratadas de Apoio a I&D (EP1)

Investimento Elegível (valores acumulados)		
	31/12/2011	**31/03/2012**
Sistema de Incentivos à I&DT	84.033.822	85.405.931
Outras tipologias de projetos do Eixo 1	183.563.526	194.651.482
Total	**267.597.348**	**280.057.413**

Por outro lado, os investimentos apoiados em matéria de infraestruturas de apoio à competitividade revelam, para além da já referida consolidação global da rede, a emergência de projetos de grande dimensão, nomeadamente no domínio da Ciência e Tecnologia, sendo exemplos relevantes o INL - Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologias e o I3S – Instituto de Investigação e Inovação em Saúde. Se a estruturação da rede regional de C&T era já uma realidade, facto que determinou uma maior seletividade nos apoios, evitando-se fragmentações e promovendo-se ganhos de escala e de rede, os apoios concedidos pelo PO em matéria de infraestruturas de incubação de empresas e de áreas de acolhimento empresarial deverão gerar um contributo muito relevante para se ultrapassar o desenvolvimento ainda algo incipiente deste tipo de infraestruturas.

Quanto ao **OE5 – "Promoção de Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial"**, não foi aberto qualquer concurso em 2011, mantendo-se as 9 operações contratadas no âmbito do concurso SIAC – Merca 2008, totalizando assim 9 operações contratadas até 31.12.2011, envolvendo 94 ações coletivas.

O concurso SIAC/2010, visando o apoio a ações coletivas em áreas relevantes do ponto de vista económico e com uma delimitação regional clara, nomeadamente as que visam a promoção regional externa de sectores e clusters como os do vinho ou do turismo, encontra-se ainda em fase de análise, tendo sido apresentadas 77 candidaturas.

No **OE 6 – "Promoção da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento"** foi aberto e decidido em 2011 o concurso EDSC-RNGZR/2011 orientado para infraestruturas de Banda Larga em áreas onde o "mercado" não encontre condições operacionais de disponibilização

destes serviços, por questões de limiares demográficos - Redes de Nova Geração para as Zonas Rurais. A esta operação aprovada e contratada logo no início de 2011 corresponde um montante de 34.895.600,26 € de FEDER e a 49.850.857,52 € e de Despesa Elegível, sendo que a intervenção abrange 44 concelhos da Região Norte, classificados para o efeito como zonas rurais.

Note-se que, no domínio da Economia Digital, os apoios às empresas enquadram-se nos Sistemas de Incentivos (nomeadamente no SI Qualificação e Internacionalização PME). Assim, os concursos e operações a enquadrar no Regulamento Economia Digital e Sociedade do Conhecimento devem orientar-se, predominantemente, para operações de natureza transversal e infraestrutural, sendo de privilegiar aquelas que abranjam um universo alargado de destinatários finais.

Foi esta perspetiva que levou a dar prioridade, num primeiro momento e em coordenação com o Governo da República, operações integradas no Plano Tecnológico da Educação, com uma grande abrangência territorial e de população alvo. É igualmente nesta perspetiva que se deu prioridade, no início de 2011, às redes de nova geração em espaços rurais, novamente em convergência com orientações nacionais e, também, prioridades comunitárias.

O **OE 7 – "Promoção de Ações de Eficiência Energética**" teve no ano anterior de 2010 o reforço significativo do apoio a ações de eficiência energética através dos concurso E-EEA/1/2010, orientado para a utilização racional de energia e eficiência energético-ambiental em equipamentos coletivos (IPSS e ADUP), E-EEA/2/2010, orientado para a utilização racional de energia e eficiência energético-ambiental em equipamentos desportivos municipais, E-EEEHS/1/2010 orientado para a eficiência energética em edifícios de habitação social existentes, Energia/UAG/2010 orientado para o apoio a projetos de investimento em Unidades Autónomas de Gás (UAG's) inseridas no âmbito do sistema de abastecimento de gás natural, e ainda do concurso PDRTAE/1/2010, este último visando a criação de agências de energia de âmbito supramunicipal (CIM e AMP). Todos estes concursos tiveram uma adesão elevada, sobretudo os concursos E-EEA/1/2010 e E-EEA/2/2010 com a apresentação, respetiva, de 277 e 124 candidaturas. No 1º trimestre de 2011 foi ainda aberto o concurso E – EEIP/1/2011 (num montante FEDER de 12 M€) orientado para a eficiência energética na iluminação pública. Sobre este concreto concurso cumpre assinalar que o mesmo é orientado para um leque mais vasto de tecnologias que a permitida em anterior concurso dinamizado pela Autoridade de Gestão do ON.2 (o Aviso E-IRFL/1/2009); este último destinava-se a financiar a utilização e reguladores de fluxo luminoso. Desta feita, diversos promotores optaram por não assinar o contrato de financiamento relativo às operações aprovadas no contexto do Aviso E-IRFL/1/2009,

suspendendo o início da execução das operações aprovadas neste concurso. Esclarece-se, contudo, que no novo Aviso (E- EEIP/1/2011 – Eficiência Energética na Iluminação Pública) determina-se a obrigatoriedade de apresentação da desistência da operação anterior, caso a nova candidatura venha a ser aprovada.

Neste OE, em 2011, foram aprovadas em definitivo 12 operações no âmbito dos concursos E-SESPC/1/2009 (4), E-PDRTAE/1/2009 (2), E-PDRTAE/1/2010 (2) e E-EEA/1/2010 (3) e Energia/UAG/1/2010 (1). Em 2011 foram contratadas 23 operações resultantes dos concursos IRFL/1/2009 (13), E-SESPC/1/2009 (6), E-PDRTAE/1/2009 (2) e E-PDRTAE/1/2010 (2).

Assim, os instrumentos e tipologias previstos para a promoção da eficiência energética foram praticamente todos postos em prática ao longo de 2010, sendo que as aprovações e contratações se concentrarão em 2012.

Sistema Energético Sustentável na Piscina Rota dos Móveis

Aviso	E- SESPC/1/2009 "Promoção da Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Sociais Construídos - Sistemas Energéticos Sustentáveis em Piscinas Cobertas"
Designação	Sistema Energético Sustentável na Piscina Rota dos Móveis
Data de aprovação	19/04/2011
Data do contrato	01/08/2011
N.º da operação	NORTE-07-0765-FEDER-000052
Calendarização	01/01/2011 a 30/11/2012
Promotor	Município de Paredes
Objetivos	A presente operação consiste num projeto de implementação de um sistema energético sustentável (quer ao nível da qualidade do ar interior, quer ao nível do aquecimento da água), na Piscina Rota dos Móveis, localizada na freguesia de Recarei, no concelho de Paredes, visando não só a racionalização energética, diminuindo os seus custos relativos à energia, mas também a salvaguarda da saúde e do bem-estar dos seus utilizadores.
Ações	A presente operação visa a promoção de ações de eficiência energética, através: - Da contribuição para a melhoria Energético-Ambiental do parque construído da Região Norte de Portugal; - Do apoio à transição para sistemas energéticos mais eficientes na Piscina Rota dos Móveis, pela melhor seleção de equipamentos e mais adequadas formas de energia, pela criação de boas práticas e de mecanismos de boa gestão. Para o aquecimento da água será utilizada a biomassa proveniente da indústria dos móveis, predominante neste concelho.
Investimento Elegível	171.650,00 €
FEDER	137.320,00 € (taxa de 80 %)

No domínio do **OE 8** da "**Modernização do Governo eletrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a Administração Desconcentrada Local"** não se verificaram, em 2011, evoluções relevantes. A iniciativa mais relevante no âmbito deste OE ocorreu em 2009, com a aprovação definitiva e a contratação das 14 operações relativas às Lojas do Cidadão de 2ª Geração, num montante global de 10.568.033,77 € (FEDER) correspondendo a 15.097.191,11 € de Despesa Elegível. Note-se que, à data da elaboração do presente relatório, 11 das 14 Lojas encontravam-se já em funcionamento.

Estas operações decorrem do Programa de Ação protocolado com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa IP, sendo a AMA é o instituto público responsável pela operacionalização de vários processos transversais que têm por objetivo melhorar a Administração Pública Portuguesa e disponibilizar serviços públicos pelo canal que o cidadão considere mais adequado. Para a concretização dos projetos "*Rede de Expansão de Loja do Cidadão de 2.ª Geração*" foi assinado, para cada Loja 2G, um Acordo de Colaboração entre a AMA, I.P., a Estrutura de Missão das Lojas do Cidadão de 2.ª Geração e o Município respetivo, o qual estabeleceu os requisitos necessários à instalação da Loja do Cidadão em causa. A instalação das Lojas do Cidadão implica que a AMA terá de proceder à organização dos espaços, definindo as infraestruturas físicas, os *layout*, indicações técnicas e infraestruturas de comunicação e dados a considerar nas obras a realizar.

As 14 Lojas do Cidadão 2G aprovadas inserem-se assim no novo modelo de distribuição de Serviços Públicos definido pelo Governo. Esse novo modelo visa melhorar a relação da Administração Pública com os Cidadãos e as Empresas, baseada numa nova forma de estar e de fazer, que passa pela melhoria da qualidade de vida do cidadão e da melhoria da competitividade das empresas, considerando a reorganização da informação e dos serviços em torno das suas necessidades e pela promoção da transversalidade dos mesmos, e o desenvolvimento de novos conceitos de balcão de atendimento presencial e de um *workflow* de integração com os canais Web e telefónico, através das tecnologias de informação e comunicação.

A estes conceitos e objetivos gerais, está subjacente o conceito de "balcão único", apresentado no Programa do Governo, onde se prevê a introdução progressiva do princípio do "balcão único" nas relações do Estado com os cidadãos e as empresas. É nessa mesma perspetiva que se inserem as operações de Centros Multiserviços já aprovadas e contratadas em 2008.

Já o **OE 9 "Promoção da capacitação Institucional e do Desenvolvimento Regional e Local**" foi objeto, no ano anterior de 2010, da abertura de um conjunto coerente e assaz completo de concursos, mais exatamente 8 concursos totalizando o montante de 37.108.306 € (FEDER). No âmbito destes concursos foram apresentadas 174 candidaturas, com um montante global de 37.807.146 € (FEDER), correspondendo a um investimento (custo total) de 58.050.390 €.

Neste contexto, em 2011, foram aprovadas 108 operações e contratadas 91. Em termos acumulados, até 31.12.2011, encontravam-se aprovadas 128 operações, das quais 102 já se estavam contratadas num montante global FEDER de 19,5 M€.

Cávado Prospetivo

Aviso	PCI - Redes Institucionais / 2010
Designação	Cávado Prospectivo
Data de aprovação	12/07/2011
Data do contrato	16/09/2011
N.º da operação	NORTE-07-0927-FEDER-000129
Calendarização	01/05/2011 a 31/07/2012
Promotor	Município de Barcelos
Objetivos	A operação visa apoiar o diagnóstico e planeamento da Rede Social, fomentar a partilha de experiências, saberes e práticas tendo em vista uma intervenção mais participada, integrada e inovadora, articulando diferentes redes e serviços que atuam no território. Entre outras vertentes, prevê-se o estímulo à participação dos representantes do poder local, a dinamização das Comissões Sociais Inter-Freguesia, a criação de uma carta social municipal e supramunicipal do Cávado e ações-piloto de gestão da qualidade em algumas IPSS. Estas ações servem de suporte à conceção e articulação supra-municipal de iniciativas promovidas no âmbito dos 5 Conselhos locais de Acção Social que, no seu conjunto, representam 887 entidades. A elaboração de um diagnóstico prospectivo sobre cada um dos municípios e a sua conjugação numa Carta supra-concelhia para apoio à tomada de decisão na concertação de ações e instrumentos é relevante para um desenvolvimento sócio-económico adequado da região. Esta operação contribui para a preparação e consolidação da Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do Cávado e das CLAS concelhias, permitindo um melhor conhecimento dos recursos e necessidades locais e, consequentemente, uma melhor gestão e racionalidade na afetação dos mesmos.
Ações	No âmbito e em articulação com a Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do Cávado, a operação contempla várias ações que concretizam os objetivos abaixo identificados: - Carta Social Municipal e Supramunicipal (6 Municípios); - Dinamização das Comissões Sociais Inter-Freguesias (Município de Barcelos): - Qualificação de IPSS (Concelhos de Barcelos e Terras de Bouro). A estrutura de custos da operação assenta, na totalidade, na aquisição de serviços de consultoria técnica que dinamizarão as principais atividades. Tendo como promotores diretos, para além da entidade líder (Município de Barcelos), 4 Municípios do Vale do Cávado (Amares, Braga, Esposende e Terras de Bouro), participa ainda no projeto, como parceiro não co-beneficiário, o Município de Vila Verde. A par de todos os promotores diretos e parceiros, integram ainda a Comissão de Acompanhamento o Centro Distrital de Segurança Social de Braga, a REAPN (Núcleo de Braga) e a UIDPSS-Braga.
Investimento Elegível	60.157,09 €
FEDER	48.125,67 € (taxa 80%)

3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

3.1.3.1 Sistemas de Incentivos

Conforme oportunamente foi sendo transmitido através dos relatórios de execução do PO em anos anteriores, as AG participantes na Rede Incentivos QREN têm tido como preocupação (pelo menos desde 2009), adequar as condições de aplicação destes instrumentos de apoio ao investimento empresarial ao difícil contexto macroeconómico e financeiro que o nosso país tem atravessado.

Assim, após um conjunto significativo de medidas de flexibilização adotadas em 2009, seguiram-se, em 2010, novas medidas visando uma adequação dos projetos ao contexto de mercado, designadamente um "Mecanismo excecional de reformulação de projetos" (Orientação de Gestão nº 6/2010), permitindo a revisão dos mesmos (prazos, montantes de investimento e objetivos), sem penalização para os promotores. Em contrapartida, exigia-se aos promotores que pretendessem essa reformulação, um compromisso com um "calendário de execução semestral", tendo em vista "acelerar execução" e reduzir o gap existente entre níveis de compromisso e de execução, uma das preocupações das AG.

Na sequência desse período extraordinário de reformulação de projetos (o qual decorreu na 2ª metade de 2010), viria posteriormente (já em 2011) a ser criado o mecanismo da "Bolsa de Descativação de Incentivos" (através da Orientação de Gestão n.º 10/2011 da Rede de Incentivos QREN). Conforme se refere no preâmbulo dessa OG, *"Findo o período de aplicação deste mecanismo de reformulação [previsto na Orientação de Gestão nº 6/2010] importa agora que as Autoridades de Gestão e os Organismos Intermédios possam, com legitimidade reforçada, atuar de forma mais rigorosa com empresas que não tendo aproveitado a possibilidade aberta para a reformulação excecional, continuam com projetos com atraso significativo seja na fase de contratação, seja na fase de execução. Em consonância com este objetivo, os projetos que estejam nestas circunstâncias integrarão uma Bolsa de Descativação de Incentivos, ficando sujeitos a um mecanismo de regularização da situação desconforme num período muito curto, findo o qual se procederá à anulação do incentivo aprovado."*

O objetivo que presidiu à criação desta Bolsa decorria de uma preocupação sentida pelas AG da Rede Incentivos QREN quanto à discrepância existente entre compromissos e execução e visava, "clarificar os reais níveis de compromisso", descativando as verbas afetas a projetos com pouca ou nenhuma capacidade de execução.

Assim, essa OG veio tipificar as situações de projetos relativamente aos quais se podia desencadear a anulação/rescisão do respetivo apoio, caso a sua situação não fosse regularizada num curto período de tempo, designadamente: projetos por contratar há mais de 40 dias sem motivos não imputáveis ao promotor; projetos sem níveis mínimos de execução, incluindo-se aqui diversas situações (projetos cujo prazo de execução previsto já foi ultrapassado sem que tenham apresentado pedido de pagamento final; projetos com adiantamentos e que não comprovaram os mesmos mediante entrega dos comprovativos de despesa nos prazos previstos; projetos que não cumpram metas de execução estabelecidas).

Este mecanismo tem, em nossa opinião, vindo a cumprir os objetivos para que foi criado - descativar compromissos associados a projetos com baixa capacidade de execução - sendo que, conforme antecipado aquando do Relatório de Execução de 2010, os seus efeitos tornaram-se mais evidentes no decurso do ano de 2011 e início de 2012.

Com efeito, analisados os dados das aprovações brutas e líquidas relativas ao ano de 2011, é possível constatar a anulação de cerca de 30 milhões de Euros em projetos aprovados, não só mas também pela via da referida Bolsa de Descativação. O bom ritmo de progressão deste instrumento manteve-se nos 1ºs meses de 2012 (+ cerca de 15 milhões de Euros descativados no 1º trimestre).

No que concerne a esta "clarificação dos compromissos", cumpre ainda referir um facto mais recente mas com impacto relevante sobre o mesmo: a RCM Nº 33/2012, visando também *"corrigir a manutenção de elevados montantes comprometidos em projetos sem realização financeira".*

Assim, conjugando o efeito da aplicação da Bolsa de Descativação de Incentivo com as anulações de projetos decorrentes da aplicação da RCM Nº 33/2012, foi possível descativar (até 30/04/2012) um total de cerca de 45 milhões de Euros, reduzindo assim os níveis de aprovações registados em final de 2011 para valores na casa dos 370 milhões de Euros (i.e. -11%).

Pese embora após este esforço de "clarificação de compromissos" seja naturalmente expectável algum abrandamento na libertação de verbas que por esta via possa ocorrer de agora em diante, não há dúvidas de que este mecanismo se tem revelado de crucial importância para resolver um dos desafios com que a AG se vinha confrontando ao nível da gestão do sistemas de incentivos: elevados níveis de compromisso financeiro e discrepância entre aprovações e execução.

Cumpre a este propósito adicionalmente referir que, a par da boa evolução em termos de descativação de verbas aprovadas, também no que concerne aos níveis de execução, os 1ºs 4 meses de 2012 denotam uma tendência em nossa opinião muito positiva. Com efeito, os

níveis de execução FEDER e despesa elegível registados até ao final de abril de 2012, representam cerca de 42% dos totais apurados em 2011, representando crescimentos face a igual período de ano anterior de mais de 50%.

Neste contexto, conjugando a redução do nível de aprovações com esta aceleração de execução, é possível constatar um forte incremento nos níveis de execução dos Sistemas de Incentivos, os quais progrediram de 36,5% (FEDER executado/FEDER aprovado) em 31/12/2011 para cerca de 48% em 30/04/212. A progressão em termos de taxas de pagamento é próxima dessa (passa de 44,4% do aprovado para 53,6% do aprovado).

Decorre do que vem de ser exposto a conclusão de que efetivamente as medidas tomadas no decurso no ano 2011 tendo em vista colmatar uma das preocupações da AG no que aos Sistemas de Incentivos diz respeito têm vindo a produzir bons frutos, permitindo uma clarificação dos níveis de compromisso financeiro assumidos e contribuindo para uma redução do gap verificado entre aprovações e execução nestas medidas de apoio ao investimento empresarial.

Contudo, pese embora o efeito bastante positivo que tais medidas tiveram em termos da clarificação e redução dos níveis de compromisso financeiro assumidos, a AG vê-se neste momento confrontada com níveis de procura record nos concursos mais recentes, e para os quais dificilmente poderá haver resposta com as dotações financeiras disponíveis no PO para estas medidas de apoio.

Com efeito, cabe a este propósito referir, a título de exemplo, que, no que concerne aos últimos concursos do SI Inovação abertos no final de 2011, bem como ao concurso do SI Qualificação de PME aberto no início deste ano, os quais se encontram em fase de análise pelos Organismos Intermédios ao tempo em que este relatório é escrito, se registaram níveis de procura sem precedentes:

- AAC 2/2011- SI Inovação/inovação geral – foram apresentadas 187 candidaturas com investimento total de cerca de 326 milhões de Euros, (mais do dobro das candidaturas apresentadas ao anterior concurso desta tipologia);
- AAC 3/2011- SI Inovação/empreendedorismo – 88 candidaturas com investimento total de cerca de 60 milhões de Euros (cerca de 2,5 vezes o nº de candidaturas apresentadas ao anterior concurso desta tipologia);
- AAC nº 4/2012 - SI Qualificação de PME - projetos individuais, incluindo tipologia de apoio à internacionalização - 597 candidaturas perfazendo um montante de investimento total de cerca de 181 milhões de Euros (cerca de 3,5 vezes o nº de candidaturas entradas no último concurso desta tipologia).

Em suma, apenas nestes 3 concursos foram apresentados ao ON.2 um total de 872 candidaturas, às quais está associado um montante de investimento total na casa dos 567 milhões de Euros.

Pese embora essas candidaturas tenham naturalmente ainda de ser sujeitas a análise de admissibilidade e mérito, de onde decorrerá uma "depuração" dos números finais relativamente aos projetos que cumprem as condições para serem apoiados, estamos convictos que, por muito elevados que sejam os níveis de seletividade decorrentes dessa análise, certamente o montante de incentivo FEDER disponibilizado pela AG nestes 3 concursos (28 milhões de Euros no total dos 3 concursos) será claramente insuficiente para poder apoiar todas as candidaturas que venham a merecer proposta de elegibilidade por parte dos OI.

Tendo em conta a difícil conjuntura económica e financeira em que vivemos, os Sistemas de Incentivos perfilam-se como uma das poucas vias remanescentes de que as empresas dispõem para levarem a cabo os seus planos de investimento e as suas apostas em novos mercados através de projetos de internacionalização.

Neste contexto, ser capaz de responder a essas intenções de investimento de forma positiva constitui sem dúvida um dos desafios com que a gestão de programa de confrontará no corrente ano.

Face a tão elevados níveis de procura, as dotações disponíveis no PO revelam-se manifestamente insuficientes, devendo esta questão ser devidamente acautelada no contexto da Reprogramação Estratégica do QREN que está a ser preparada e em que, de acordo com as orientações publicamente veiculadas, o apoio ao investimento empresarial, designadamente aos sectores transacionáveis, surge como uma das prioridades para essa reprogramação.

Além do que vem de ser referido, com outros problemas e desafios se confronta a execução dos Sistemas de Incentivos, estes de natureza mais geral, diríamos, e que são os que se prendem com as dificuldades sentidas pelos promotores no acesso a fontes de financiamento (seja de capitais próprios ou alheios) que permitam fazer face às respetivas contrapartidas na execução dos projetos, bem como a dificuldade de obtenção de garantias bancárias, necessárias designadamente para permitir o encerramento financeiro de projetos do SI Inovação, nos quais o incentivo assume a natureza de não reembolsável.

Estes são desafios transversais a todas a AG da Rede Incentivos QREN, que têm vindo a ser discutidos no contexto da referida rede (Comissão de Seleção) e relativamente aos quais será necessário equacionar com as autoridades competentes possíveis alternativas, eventualmente no contexto da reprogramação do QREN que se avizinha.

3.1.3.2 Outras Tipologias do Eixo Prioritário 1

Os principais problemas específicos à execução física e financeira do Eixo 1, para as tipologias não Sistemas de Incentivos prendem-se, sobretudo, com duas ordens de razão:

- A natureza infra-estrutural, "pesada" e complexa (quer do ponto de vista físico quer do ponto de vista funcional) que tipicamente caracteriza os projetos relativos a certas tipologias (parques de ciência e tecnologia e áreas de acolhimento empresarial). Nestas tipologias, a análise da admissibilidade e de aceitação das candidaturas confrontou-se, de forma recorrente (e persistente, face ao que já havia sido identificado por referência a anos transatos) com o atraso na entrega da documentação necessária que permita a verificação pela AG de integralidade das condições de admissão e aceitação das operações, permitindo a sua aprovação definitiva e posterior contratação dos projetos (persistiram como aspetos críticos os documentos relativos à aprovação dos projetos de execução, a demonstração do direito a intervir nos terrenos e a detenção de Declaração de Impacte Ambiental válida);
- Algumas indefinições sobre a sujeição (ou não) das regras relativas aos auxílios de Estado em operações promovidas por entidades cuja natureza jurídica é a de associações privadas ou de sociedades comerciais detentoras de direitos de concessão ou licença para exploração de determinados serviços.

Relativamente ao primeiro conjunto de problemas, o qual incide sobretudo sobre limitações do lado dos promotores, a Autoridade de Gestão flexibilizou alguns procedimentos de análise das candidaturas, dentro dos limites da legalidade; em concreto, mas não exclusivamente, conduziu a apreciação do mérito num contexto de análise prévia, mas não definitiva, da admissibilidade e aceitação das operações, a fim de economizar tempo e de dar oportunidade aos promotores de resolverem as lacunas detetadas nessa fase.

Em concreto, a flexibilização traduziu-se na adoção da seguinte medida: nos casos em que o juízo sobre o mérito da candidatura não permita a sua aprovação, o promotor fica dispensado de enviar à Autoridade de Gestão a informação que porventura se encontre em falta tendo em vista a verificação da totalidade das condições associadas à admissão e aceitação da respetiva candidatura. Esta medida que começou a ser implementada ainda em 2009 e desde então e durante o ano de 2011 revelou-se fundamental para a manter o esforço de racionalização da afetação de recursos, quer do lado da Autoridade de Gestão, quer do lado dos promotores.

Igualmente, e para a generalidade das candidaturas apresentadas nos concursos abertos neste Eixo 1 (e, saliente-se desde já, de igual modo para os Eixos 2 e anterior Eixo 5) assumiu-se na análise das candidaturas o efeito da alteração empreendida no Regulamento

Geral FEDER e Fundo de Coesão, aprovada por deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, de 21 de Janeiro de 2011 relegando para a data da apresentação do primeiro pedido de pagamento, por regra, ou para a data da entrega do Relatório Final (excecionalmente) a apresentação do documento comprovativo da titularidade ou do direito de uso, em termos e prazo compatíveis com a operação, da propriedade do terreno, edifício ou fração a intervencionar objeto de financiamento.

Este mecanismo de simplificação da análise de admissibilidade e aceitação das candidaturas foi utilizado em larga escala nas decisões tomadas sobre as candidaturas ao longo do ano de 2011; foi assim possível incrementar o número de aprovações condicionadas, decorrendo destas que, assim o promotor tome conhecimento do mérito da respetiva candidatura em nível compatível com o limiar mínimo definido pelo correspondente Aviso de Concurso, passa a dispor de um prazo para entrega à Autoridade de Gestão dos documentos ou elementos de informação em falta para que possa ocorrer a aprovação definitiva. Deste modo de atuação resulta sempre salvaguardado o efeito útil da disposição regulamentar supra identificada, conjugado com a "garantia" de que o promotor necessita dispor sobre o mérito da candidatura apresentada e com o desejável ritmo de execução do ON.2.

Do mesmo modo passou a permitir-se que o promotor possa apresentar até à data da celebração do contrato de financiamento o documento comprovativo da emissão dos pareceres de entidades externas à Autoridade de Gestão exigíveis de acordo com a tipologia da operação e previstos em regulamento específico ou em orientações técnicas gerais e específicas do PO, quando aplicável. Este mecanismo de simplificação só vigora nos casos em que, comprovadamente, o promotor já dinamizou junto das entidades externas em causa a emissão do parecer exigido. Tal como a medida anteriormente referida, também esta passou a ter expressão nas deliberações de aprovação condicionada, as quais definem, por regra, uma data limite de entrega do documento em causa, de modo a que fique sempre salvaguardado o efeito útil da exigência regulamentar de exigência de tais pareceres compaginado com o *timing* de execução do ON.2.

Ainda, e na mesma senda de simplificação de procedimentos de análise das candidaturas tendo em vista a sua agilização (sem deixar de acautelar os necessários níveis de segurança e de cumprimento dos normativos aplicáveis) instituiu-se um mecanismo de simplificação do qual resulta a possibilidade de o promotor apresentar até à data da celebração do contrato de financiamento o documento comprovativo da aprovação do projeto de arquitetura/engenharia, ou do projeto de execução, quando aplicáveis. Este mecanismo de simplificação só vigora nos casos em que, comprovadamente, o promotor já dinamizou junto das entidades competentes o processo de licenciamento exigido.

Já a complexidade funcional associada a algumas tipologias (vg. tal é o caso do Avisos relativo a Programas Integrados de IC&DT) foi resolvida de forma muito satisfatória pelo recurso sistemático, para efeitos de apoio à Autoridade de Gestão e ao seu Secretariado Técnico no que respeita à análise do mérito, a peritos externos e até internacionais, altamente conceituados. Esta prática revelou-se muito meritória, não apenas pelo suporte técnico que garantiu mas também pelo reforço da transparência que assegurou ao procedimento de análise do mérito.

No entanto, os problemas do lado dos promotores não estão totalmente resolvidos, agudizando-se ao longo do ano de 2011 as dificuldades associadas à mobilização da comparticipação nacional e, em consequência, alguma dilação temporal na execução dos projetos. Note-se que muitos dos promotores destas tipologias são entidades do SCTN, cuja disponibilidade financeira depende – ainda que de forma variável – de transferências provenientes de forma direta ou indireta do Orçamento do Estado. A Autoridade de Gestão está atenta a este problema, o qual foi em parte minorado pelo aumento das taxas de co-financiamento, pelo acréscimo da taxa de comparticipação que incidiu sobre pedidos de pagamento apresentados no ano de 2011 e, em certos casos, pela implementação do empréstimo-quadro do BEI vocacionado para o financiamento de parte da comparticipação nacional.

Quanto ao objetivo específico “Modernização do Governo Eletrónico”, o ritmo de execução reflete a prioridade que foi dada ao apoio à Rede de Lojas do Cidadão 2G e aos Centros Multi-serviços. Acontece que o ritmo de execução das operações aprovadas ficou aquém do inicialmente previsto, fato que se ficou a dever, sobretudo, às dificuldades da AMA em dispor dos recursos financeiros necessários à concretização da comparticipação nacional. Essas mesmas dificuldades levaram ao adiamento da programação de um segundo envelope dedicado a novas Lojas do Cidadão a localizar em Municípios que ainda não dispõem deste tipo de facilidades. Durante o ano de 2011, a Autoridade de Gestão acompanhou de perto esta questão, através de interações frequentes com a AMA. De todo o modo, fruto da reprogramação estabilizada no final de 2011, esta tipologia deixou de ter enquadramento no ON.2, concentrando-se do POFC, pelo que, novas operações neste domínio serão já integradas neste último PO.

Quanto ao objetivo da “promoção da capacitação institucional”, as principais dificuldades encontradas em 2011 prenderam-se, sobretudo, com o muito elevado número de candidaturas apresentadas aos diversos concursos abertos, tendo em conta a natureza predominantemente imaterial e de baixo volume de investimento que caracteriza as operações candidatadas. Este problema está praticamente resolvido, pelo que a aceleração da execução das operações aprovadas passará a assumir um carácter prioritário.

3.2. Eixo Prioritário 2 – Valorização Económica de Recursos Específicos

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

No âmbito do processo de reprogramação de 2011 do PO Regional do Norte 2007-2013, aprovado em 2011, o montante FEDER global atribuído ao EP 2 passou a ser de 258,4 M€, incluindo o FEDER afeto às subvenções globais para as CIM / AMP.

No final de 2011, o nível total de aprovações do Eixo 2, medido pela taxa de compromisso (total aprovações/programação 2007-2013), situava-se em cerca de 67,1%, o que representa um enorme incremento face ao nível de aprovações acumuladas até ao final de 2010.

Em 31.12.2011, a taxa de pagamento total deste Eixo Prioritário é de 23,5% (FEDER pago ao Beneficiário / FEDER aprovado). Tendo em conta o atraso inicial verificado em matéria de concursos e aprovações, considera-se que estes números refletem um nível satisfatório de execução física e financeira do Eixo Prioritário 2. Isso mesmo transparece nos Indicadores de Realização, constatando-se um significativo número de operações contratadas nos vários dos objetivos específicos definidos para o Eixo.

No que respeita ao Objetivo Específico "**Valorização Económica da Excelência Turística Regional**", e de acordo com o processo de reprogramação de 2011, até 31.12.2011 encontravam-se contratadas 67 operações concorrentes para o indicador de realização "*Nº de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD"* (após a rescisão de uma operação, ocorrida em 2011, do concurso TDIM/1/2008). Estas operações contratadas decorrem dos concursos TDIM/1/2008 (29), TDINF/1/2008 (23) e CIT Douro/2010 (15), totalizando um montante FEDER contratado de 30,6 M€.

Quanto ao "novo" indicador de resultado correspondente, resultante da reprogramação de 2011, "*Nº de participantes em ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD*", em 31.12.2011, totalizava 1.257.523 participantes, em termos de operações contratadas, decorrentes do concurso TDIM/1/2008.

Até 31.12.2011 já se encontravam concluídas 6 operações concurso TDIM/1/2008, às quais corresponde o indicador de resultado, referido anteriormente, no total de 1.009.000 participantes o que já supera em muito a meta estabelecida para 2015.

Ainda no mesmo OE, em 31.12.2012, o nº de operações contratadas a contribuir para o indicador "*N.º de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos do Porto/Norte de Portugal"* é de 3, num montante total de FEDER contratado de 7,1 M€, decorrentes dos

concursos EHT/1/2010 (1) – ao qual corresponde a Escola de Hotelaria e Turismo do Porto - e CIT PNP/2010 (2).

Quanto ao "novo" indicador de resultado correspondente, resultante da reprogramação de 2011, "*Nº de participantes em ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos do Porto/Norte de Portugal",* em 31.12.2011, contabilizava 91.650 (por ano), em termos de operações contratadas.

No Objetivo Específico "**Valorização Económica de Novos Usos do Mar**", no ano de 2011 mantiveram-se as duas operações contratadas: "Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões" no âmbito do convite MAR/TC/PCT/1/2009 e a "Criação da incubadora de base tecnológica para a área das ciências do mar do pólo do mar do UPTEC" no âmbito do concurso MAR/IEBT/DC&T/1/2009, num total FEDER de 28,6 M€; consequentemente manteve-se a quantificação dos correspondentes indicadores de Eixo Prioritário relativamente a 2010.

Neste ano foi aberto, em contínuo, o Aviso EEC Mar/PA/1/2011 destinado aos projetos âncora da EEC "Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar".

Até 31.12.2011, no Objetivo Específico "**Valorização da Cultura e da Criatividade**" já se encontravam contratadas 24 operações resultantes dos concursos SACIC-GE/1/2009 (11), SACIC-IF/1/2009 (9), SACIC-IF/PA/2010 (1) e GCEC/2011 (3), totalizando um montante FEDER contratado de 48,4 M€.

Em 2011 foram contratadas 6 operações no âmbito dos concursos/convites SACIC-IF/1/2009 (3) e GCEC/2011 (3). Destas operações, apenas 1 contratada em 2011 no concurso GCEC/2011 contribui para o indicador de realização física "*Nº de eventos (na perspetiva da internacionalização da região) apoiados*", pelo que o valor total acumulado, até 31.12.2011, deste indicador, é de 12 eventos.

A estimativa do indicador de resultado "*Nº de visitantes em eventos apoiados "* das operações contratadas até 31.12.2011 é de 2.073.456.

Como os eventos de "Guimarães – capital europeia da cultura 2012" terão de ser todos realizados em 2012, os indicadores de Eixo Prioritário referidos anteriormente deverão contemplar um grande incremento nesse ano.

O Objetivo Específico "**Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Atividades Económicas**" está totalmente integrado nas intervenções integradas na subvenção global atribuídas às CIM / AMP, no quadro da chamada "contratualização". O respetivo indicador de realização física *"Área infraestruturada, qualificada e reordenada para acolhimento empresarial integrada em planos territoriais de desenvolvimento (m2)"* atinge, em 31.12.2011, o valor de 3.791.460 m2, ultrapassando em muito meta estabelecida do indicador para 2015.

Ainda neste OE, e resultante do processo de reprogramação de 2011, foram ajustados os restantes indicadores (de realização física e de resultado) sendo que em 2011 foram contratados 12 "Nº de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos integradas em planos territoriais de desenvolvimento" às quais correspondem 50.000 "Nº de participantes em ações de desenvolvimento turístico integradas em planos territoriais de desenvolvimento", superando já, cada um destes indicadores, a meta estabelecida para 2015.

No que respeita ao Objetivo Específico "**Valorização Económica de Recursos Endógenos em Espaços de Baixa Densidade e Diversificação da Atividade Económica dos Territórios Rurais**", e de acordo com o processo de reprogramação de 2011, até 31.12.2011 já se encontravam protocolados 9 "*programas de ação integrados de valorização económica dos recursos endógenos apoiados"* a concorrer para o indicador de realização.

Quanto ao "novo" indicador de resultado correspondente, resultante da reprogramação de 2011, "*Nº de ações de valorização económica dos recursos endógenos apoiados", à mesma data,* já se encontravam contratadas 17 operações no âmbito dos concursos EEC PROVERE/PA/1/2010 (11), PROVERE/PC/1/2010 (5) e EEC PROVERE-MinhoIN-PA/1/2011 (1), totalizando um FEDER de 15,6 M€.

Tabela 3.2.1. Realização Física do Eixo Prioritário 2 (inclui a Contratualização)

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2015
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
Nº de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização Executada	0	0	1	1	6	-
	Realização Contratada	0	0	21	47	67	-
	Metas	-	-	-	50	-	75
Nº de participantes em ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos no âmbito do PDTVD	Realização Executada	-	-	-	-	1.009.000	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	1.257.523	-
	Metas	-	-	-	-	-	500.000

N.º de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos do Porto/Norte de Portugal	Realização Executada	-	-	-	-	0	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	3	-
	Metas	-	-	-	-	-	70
Nº de participantes em ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos do Porto/Norte de Portugal	Realização Executada	-	-	-	-	0	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	91.650 (a)	-
	Metas	-	-	-	-	-	1.500.000
N.º de infraestruturas e equipamentos coletivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	0	0	2	2	-
	Metas	-	-	-	2	-	7
Nº de visitantes e utilizadores das infraestruturas e equipamentos coletivos de suporte à valorização económica dos recursos marinhos	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	0	0	187 (a)	187 (b)	-
	Metas	-	-	-	200.000	-	1.500.000
Nº de eventos (na perspetiva da internacionalização da Região) apoiados	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	0	0	11	12	-
	Metas	-	-	-	20	-	90
Nº de visitantes em eventos apoiados	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	0	0	2.072.456	2.073.456	-
	Metas	-	-	-	808.889	-	3.500.000
Área infraestruturada, qualificada e reordenada para acolhimento empresarial integrada em planos territoriais de desenvolvimento (m^2)	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	0	195.880	252.880	3.791.460	-
	Metas	-	-	-	-	-	200.000
Nº de empresas instaladas nas áreas infraestruturadas qualificadas e reordenadas de acolhimento empresarial integradas em planos territoriais de desenvolvimento	Realização Executada	-	-	-	-	-	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	-	-
	Metas	-	-	-	-	-	90
Nº de ações de qualificação e promoção dos recursos turísticos integradas em planos territoriais de desenvolvimento	Realização Executada	-	-	-	-	-	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	12	-
	Metas	-	-	-	-	-	10
Nº de participantes em ações de desenvolvimento turístico integradas em planos territoriais de desenvolvimento	Realização Executada	-	-	-	-	-	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	50.000	-
	Metas	-	-	-	-	-	4.500
Nº de programas de ação integrados de valorização económica dos recursos endógenos apoiados	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
	Realização Contratada	0	0	8	8	9	-
	Metas	-	-	-	3	-	9
Nº de ações de valorização económica dos recursos	Realização Executada	-	-	-	-	0	-
	Realização Contratada	-	-	-	-	17	-

endógenos apoiados	Metas	-	-	-	-	-	60

(a) Corresponde ao valor médio anual previsto nas operações contratadas.
(b) 187 passageiros/dia; valor médio diário previsto na operação *"Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões"*.

Tabela 3.2.2 - Indicadores Comuns Comunitários do Eixo Prioritário 2 (inclui a Contratualização)

Indicadores Comuns Comunitários (*core indicators*)								
Indicadores			**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2015**
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projetos de I&DT	Realização Executada	0	0	0	0	0	-
		Realização Contratada	0	0	0	4	4	-
		Metas *(*)*	-	-	-	-	-	600
Turismo	34. N.º de projetos	Realização Executada	0	0	1	1	6	-
		Realização Contratada	0	0	21	48	98	-
		Metas *(*)*	-	-	-	-	-	275

(*) – A quantificação da meta para 2015 respeita ao ON.2 e não exclusivamente a este Eixo Prioritário.

No que concerne ao contributo deste Eixo Prioritário para os Indicadores Comuns Comunitários, este centra-se nas áreas temáticas *"Investigação e Desenvolvimento Tecnológico" e "Turismo".*

Em relação ao tema *"Investigação e Desenvolvimento Tecnológico"* mantiveram-se as operações contratados em 2010, no âmbito do Regulamento Específico do Eixo Prioritário 2, os seguintes 4 projetos:

a) O "*Parque de Ciências e Tecnologias do Mar*" integrado na operação *"Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões"* de acordo com o convite MAR/TC/PCT/1/2009;
b) A "*Criação da incubadora de base tecnológica para a área das ciências do mar do pólo do mar do UPTEC*" no âmbito do concurso MAR/IEBT/DC&T/1/2009;
c) A incubadora integrada na operação "*Centro de Criatividade Digital*", no âmbito do concurso SACIC-IF/1/2009;
d) A incubadora correspondente à operação "*Reforço das infraestruturas especificas do PINC* 1", no âmbito do concurso SACIC – IF/PA/2010 .

A estes 4 projetos corresponde um investimento elegível de 28,7 M €.

No tema *"Turismo"*, encontram-se contabilizados para o indicador as operações contratadas, até 31.12.2011, no âmbito dos concursos/convite TDIM/1/2008, TDINF/1/2008, CIT Douro/2010, CIT PNP/2010, EHT/1/2010, a operação *"Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões"* de acordo com o convite MAR/TC/PCT/1/2009, e também algumas operações

contratadas nos concursos do PROVERE (EEC PROVERE/PA/1/2010, EEC PROVERE/PC/1/2010 e EEC PROVERE-MinhoIN-PA/1/2011).

3.2.2. Análise qualitativa

O Eixo Prioritário 2, centrado na promoção da competitividade através da valorização económica de recursos específicos, engloba um conjunto coerente e, até, articulado de objetivos específicos, os quais foram objeto de um trabalho aprofundado de preparação quer no quadro das Agendas Temáticas que a CCDR-N desenvolveu – no seguimento da Iniciativa Norte 2015 – quer, posteriormente, no quadro da definição das Estratégias de Eficiência Coletiva. Importa analisar a relevância das ações empreendidas em 2010, quer em termos de uma dinâmica acrescida das EEC que motivou a abertura de concursos, ações essas que garantem agora uma execução sustentada e rápida do Eixo 2 e dos seus objetivos específicos.

No que respeita ao Objetivo Específico "**Valorização Económica da Excelência Turística Regional**" verificou-se em 2011 um nível de execução satisfatório no plano da execução relacionada com as operações enquadradas pelos concursos TDIM/1/2008, TDINF/1/2008 e EHT/1/2010.

Loja Interativa de Turismo do Aeroporto Francisco Sá Carneiro

Aviso	CIT PNP/2010 Rede de Informação Turística Regional - Centros de Informação Turística do Porto e Norte de Portugal
Designação	Loja Interativa de Turismo do Aeroporto Francisco Sá Carneiro
Data de aprovação	13/10/2011
Data do contrato	18/01/2012
N.º da operação	NORTE-08-0169-FEDER-000118
Calendarização	6/08/2010 a 30/06/2012
Promotor	Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER
Objetivos	A constante evolução dos fluxos turísticos e o elevado grau de competitividade existente entre os diferentes destinos, tanto a nível nacional como internacional, levaram a Entidade Regional do Porto e Norte de Portugal (ERT PNP), juntamente com as entidades parceiras, à reformulação da estratégia, a nível regional, no que concerne à captação dos turistas. Estas entidades percecionaram, desde logo, a forte necessidade de oferecer, cada vez mais, informação e serviços personalizados e sofisticados, com o intuito de, numa fase posterior, fidelizar os visitantes ao destino. Nesse sentido, a ERT PNP, pretende dinamizar a implementação de um conjunto de lojas interativas de turismo, na qual a do Aeroporto Francisco Sá Carneiro estará inserida, loja esta que integrará uma rede regional de lojas interativas, tendo em vista a potenciação económica e social da região no seu todo, com base nas linhas orientadoras definidas no documento "Norte 2015" como sejam: **1. A uniformização da imagem Porto e Norte de Portugal** A presente loja fará parte de uma rede integrada e multiregional de lojas turísticas interativas, cujo propósito assentará na interligação turística de todo o território da NUT II Norte, contribuindo dessa forma decisiva para uma efetiva consolidação do destino Porto e Norte de Portugal. Para tal, desenvolveu-se um layout único, cuja principal finalidade se configura no reconhecimento célere deste novo conceito de informação turística veiculada ao Turista/Visitante e mesmo ao residente conotando este projeto a um cariz social que lhe é inerente. **2. A otimização do acesso à informação** Ao contrário das práticas convencionais de funcionamento associadas ao tradicional posto de turismo, cujo conceito assenta, em muitos deles, na mera distribuição de material promocional, o projeto aqui em causa proporcionará um atendimento sofisticado e personalizado, sendo este alicerçado nas competências dos seus colaboradores e dotado de um elevado grau de excelência, aludindo ao eixo "Qualificação e Formação dos Recursos Humanos" designado na Agenda Regional do Turismo. De notar que mesmo os Postos de Turismo que têm um maior desenvolvimento e um leque de serviços mais alargado, estão vocacionados exclusivamente para a promoção do concelho onde se inserem, não beneficiando das sinergias que se irão estabelecer entre as várias Lojas Interativas, com promoção cruzada dos, e sobre os, vários concelhos e, principalmente, não são dotadas com a plataforma tecnológica inovadora que irá suportar toda a atividade destas Lojas. **3. A inovação** No que concerne ao grau de inovação associado ao projeto da Loja, são de salientar não só as ferramentas tecnológicas mas também a plataforma de rede, uma vez que constituirão uma solução integrada única em Portugal (e possivelmente no mundo, tendo em conta a sua natureza,

	abrangência e especialização sectorial), cujas funcionalidades depreenderão das necessidades percecionadas pela ERT PNP, juntamente com a ARPT do Porto e Norte. **4. A promoção dos distintos produtos estratégicos definidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo associados à Região** Total e exclusivamente focado no turista/visitante, o conceito Loja de Turismo vem revolucionar o paradigma do atual modelo de postos de turismo, indo ao encontro das reais necessidades e ambições do visitante dos dias de hoje e do futuro, o que se traduzirá logicamente no incremento da atratividade do produto (Loja Turística), mas também de todo o destino Porto e Norte de Portugal e dos seus produtos turísticos (que ficarão sempre associados aos serviços prestados por este espaço). **5. O desenvolvimento socioeconómico** Fomentar estratégias de crescimento, transpostas no incremento de fluxos turísticos, cuja finalidade assentará no desenvolvimento económico da região Porto e Norte de Portugal no seu todo, incitando, por sua vez, a dinamização do mercado de trabalho, sendo o seu efeito, tal como se demonstra, significativo quer em termos sociais quer em termos económicos.
Ações	**1. A Uniformização da imagem Porto e Norte de Portugal** A Loja Interativa de Turismo no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, Porto, localizar-se-á na área de chegadas, um local de excecional visibilidade numa das mais importantes plataformas de entrada de turistas/visitantes, adjacente ao café/bar a sul e a outras lojas a Norte, no atual local da Loja de Turismo de Portugal. A Poente encontra-se a saída principal de passageiros provenientes dos mais variados destinos, nacionais e internacionais. A Nascente encontra-se uma das saídas principais com acesso à principal praça de táxis. É neste eixo, Poente-Nascente, que se desenvolverá a Loja Interativa de Turismo A elaboração deste layout, comum às lojas da rede, tem como desígnio a transmissão de uma imagem de modernidade, sobriedade, conforto e de vanguardismo da região Porto e Norte de Portugal, através da aposta nas especificidades da sua Arquitetura e Design, criando uma "imagem" que primará pela diferenciação e pela inovação na forma de "informar" o turista e o residente, facilitando a promoção da Região através da utilização dessa imagem, além de transmitir maior coesão nessa promoção e permitir fazê-lo de forma integrada para toda a Região. **2. A Otimização do acesso à informação** A presente Loja Interativa de Turismo do Aeroporto Francisco Sá Carneiro possuirá um conjunto de valências tecnológicas, explicitadas no ponto seguinte, que a transformará num espaço de lazer / diversão, educativo, formativo informativo, através da sua componente de interatividade, vertida nos distintos conteúdos contemplados, tais como: Vídeos sobre o local turístico da loja e gerais e sobre o Porto e Norte de Portugal; Animações apelativas; Mapas; textos e descrições; Visitas virtuais; Animação 3D, Aplicações para SmartPhones; Pintura Virtual, entre outros, participando ativamente na valorização turística através das linhas orientadoras definidas nos eixos de "Marketing e Promoção Turística Regional" e de "Recursos e Infraestruturas de Suporte ao Turismo Regional". De referir que, neste espaço, a transmissão de dados será realizada através da conceção de experiências únicas, cuja intenção será apelar aos sentidos dos turistas, procurando simular uma "teletransportação" pelas cores e pelos odores. Por último, salienta-se que a Loja do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, à semelhança de todas as lojas que constituirão a rede, estará aberta ao público 7 dias por semana, ao contrário do que se tem verificado em grande número dos Postos de Turismo existentes, sendo este serviço complementado por totens interativos, permitindo o seu acesso a todas as informações ao longo de 24 horas por dia, durante 7 dias por semana. Para o acesso à informação, quer por parte dos turistas, quer por parte dos colaboradores da futura Loja, terá um papel preponderante toda a plataforma tecnológica que será disponibilizada, quer pelo funcionamento em rede, quer pela troca de experiências e aumento da capacidade de conhecimento dos clientes, propiciada pela existência do CRM (Customer Relationship Management), além de todo o conjunto de equipamentos disponibilizados para usufruto direto dos clientes/visitantes. **3. Inovação** A loja interativa de turismo disporá de um conjunto de ferramentas de teor interativo inovador, tais como a Entrada/Anel interativo, a Mesa Interativa, os Mupies interativos e os totens interativos, que permitirão proporcionar um atendimento inovador/diferenciador na ótica do visitante, bem como a transmissão de uma imagem vanguardista e futurista da região, do país, e neste caso especifico da região. O carácter de inovação na prestação de informação turística vem reforçado com outras funcionalidades que serão colocadas à disposição do visitante/utilizador, como seja a criação de uma base de dados para potenciação do emprego turístico na região (envolvendo os residentes e os agentes económicos), a existência de um jogo interativo que visará fidelizar os mais jovens à região e à oferta turística, patrimonial, cultural e histórica que ela possui, bem como a existência efetiva de uma área de negócio, que potenciará as empresas e as marcas da Região pelo mercado global, atendendo ao facto de as vendas de produtos e as prestações de serviços poderem ser efetuadas no espaço físico da Loja, em qualquer outra Loja da Rede (que incluirá Santiago de Compostela) ou no Portal de Internet que será especificamente criado para este efeito, o que permitirá a exposição mundial destas facilidades.

	4. A Promoção dos distintos produtos estratégicos definidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) associados à Região A Loja de Turismo do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, tal como todas as futuras lojas da rede do Porto e Norte de Portugal, irá apresentar a sua informação e promoção tendo em conta os sete produtos estratégicos da região - Turismo de Negócios, City & Short Breaks, Gastronomia e Vinhos, Turismo de Natureza, Turismo Religioso, Touring Cultural & Paisagístico e dos Patrimónios, Turismo de Saúde e Bem-Estar. Desta forma, centrando-se nas motivações do turista e do tecido empresarial da região, será possível direcionar e filtrar de forma mais eficaz a informação e promoção do destino Porto e Norte de Portugal e dos seus produtos. Mais uma vez torna-se necessário ressalvar o carácter transversal desta Loja Interativa de Turismo que se destina a promover a atividade turística na região globalmente promovendo uma promoção transversal de todos os concelhos e dos seus principais pontos de interesse turístico. Sendo umas das principais portas de entrada na região esta loja terá um papel crucial na moldagem dos interesses e motivações de visita dos visitantes/turistas oferecendo a cada perfil de turista um acesso a informação turística relevante e contribuindo para a valorização dos destinos turísticos. **5. O Desenvolvimento socioeconómico** A presente Loja Interativa de Turismo promoverá o Acolhimento Empresarial, através do expositor de produtos / serviços transversais à região, que permitirá a criação de um novo canal de comercialização, de efeito global. Assim sendo, num mesmo ponto (esta Loja), o turista poderá aceder a produtos associados a marcas relevantes da Região como Ach Brito, Águas Furtadas, Namorar Portugal, Vida Portuguesa, Filigrana de Viana do Castelo e de Gondomar, entre várias outras, e a produtos tradicionais dos seus vários concelhos, o que permitirá estimular não apenas a produção local, mas também o tecido empresarial da região PNP. De referir que parte da operacionalização de toda esta potencialidade será garantida pela infraestrutura tecnológica a desenvolver, permitindo o fluxo de informação e a estabilização de métodos e de parâmetros de negócio que permitam a divulgação e a venda de produtos representativos da região que no espaço presente no aeroporto Francisco Sá Carneiro se baseará na plataforma tecnológica ao dispor da loja não estando prevista a venda física dos produtos. Complementarmente, ao conferir a possibilidade do turista efetuar reservas de serviços (quartos de hotel, refeições em restaurantes, carros em empresas de rent-a-car, entre outras facilidades), esta rede potenciará mais um canal para a promoção e aumento do negócio para estas empresas, resultando, assim, num importante veículo comercial e de acolhimento empresarial para o tecido económico.
Investimento Elegível	518.939,64 €
FEDER	363.257,75 € (taxa de 70%)

No seu conjunto, os concursos já lançados, associados ao Turismo, configuram um nível de apoio público sem precedentes ao desenvolvimento turístico da região, sobretudo se tivermos em conta que projetos relevantes enquadrados nos objetivos associados à economia do mar e à valorização da cultura e da criatividade apresentam igualmente uma vocação turística. Este forte incremento do nível de apoio está em correspondência com o crescimento que a atividade turística tem observado na região.

Quanto ao Objetivo Específico "**Valorização Económica de Novos Usos do Mar**", salienta-se que tendo ocorrido em 2009 o reconhecimento formal da EEC "*Cluster* do Conhecimento e da Economia do Mar", (Despacho Ministerial de 15 de Julho de 2009, subscrito pelos Senhores Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas), foi aí integrado um conjunto relevante de projetos-âncora com co-financiamento

potencial previsto pelo ON.2. Em convergência com este reconhecimento, e em resultado dos concursos / convites abertos em 2009 (MAR/TC/PCT/1/2009, MAR/IEBT/1/2009 e MAR/IEBT/DC&T/1/2009), os mesmos vieram a gerar aprovações e contratualização em 2010.

Não obstante, cabe aqui realçar que o primeiro dos 3 concursos acima referidos permitiu enquadrar, num único projeto, dois dos projetos-âncora mais relevantes previstos na EEC: o Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões (APDL) e o Parque de Ciências e Tecnologias do Mar (Universidade do Porto). Este projeto foi contratado logo no início de 2010 e ilustra a relevância do Objetivo Específico e o esforço que está a ser realizado para aumentar radicalmente a execução do Eixo Prioritário 2, dada a sua dimensão financeira. No ano de 2011 a execução deste projeto continuou a ser bem expressiva.

Em 2011 foi aberto o concurso, em contínuo, EEC Mar/PA/1/2011 destinado aos projetos âncora da EEC “Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar”.

Centro de Mar – Viana do Castelo

Aviso	EEC Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar – Projetos Âncora EEC Mar/PA//1/2011
Designação	**Centro de Mar – Viana do Castelo** Equipamento de Remo Equipamento de Vela Centro de Canoagem
Data de aprovação	Condicionada - 22/11/2011 Definitiva - 10/01/2012
Data do contrato	26/01/2012
N.º das operações	**NORTE-08-0269-FEDER-000005** **NORTE-08-0269-FEDER-000006** **NORTE-08-0269-FEDER-000007**
Calendarização	24 Meses
Promotor	Município de Viana do Castelo
Objetivos	O "Centro de Mar" integra-se como projeto âncora no Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar e assume-se como uma aposta, de entre o conjunto de operações que o constituem, no desenvolvimento da náutica de recreio e dos deportos náuticos enquanto componentes relevantes para o reforço da posição de Viana do Castelo como uma "Cidade Náutica do Atlântico". O Centro de Mar constitui-se assim como um pólo agregador da náutica e do turismo náutico através da articulação em rede de um conjunto de atividades que englobam a expansão e qualificação de instalações náuticas em cooperação com os clubes desportivos; o turismo náutico e a valorização de um conjunto de elementos patrimoniais e ambientais, potenciadores da criação de novas atividades relacionadas com a valorização do "Mar" e de novas competências, nomeadamente na área dos serviços à náutica.
Ações	**Equipamento de Remo de Viana do Castelo** Este projeto visa a recuperação e ampliação das instalações da antiga "Fábrica das Boinas", de forma a responder às necessidades funcionais e programáticas do Clube de Remo de Viana e do Clube Arco. Servirá de imediato 70 atletas e terá capacidade para acolher praticantes de remo profissionais ou na vertente de turismo e lazer. Prevê-se que entre em funcionamento em fevereiro de 2013. **Equipamento de Vela de Viana do Castelo** Este projeto inclui a construção de um novo edifício com dois pisos na frente ribeirinha que acolherá mais de 80 atletas federados do Clube de Vela de Viana do Castelo, assim como praticantes de vela numa vertente recreativa. Prevê-se que entre em funcionamento em abril de 2013.

	Centro de Canoagem de Viana do Castelo Este projeto consiste na construção de um novo equipamento em Darque, na margem sul do rio Lima, que servirá 40 atletas federados e 600 praticantes na vertente de recreação. Prevê-se que entre em funcionamento em maio de 2013.
Investimento	

	Investimento Elegível	FEDER
Equipamento de Remo de Viana do Castelo	2.000.000,00	1.400.000,00
Equipamento de Vela de Viana do Castelo	2.000.000,00	1.400.000,00
Centro de Canoagem de Viana do Castelo	1.978.306,09	1.384.814,26
	5.978.306,09	4.184.814,26

Relativamente ao Objetivo Específico "**Valorização da Cultura e da Criatividade",** recorda-se aqui a divulgação em 2009 do Aviso SACIC/GCEC/PA/1/2009 (Convite para apresentação de Programa de Ação) destinado à apresentação de um programa de ação que envolva um conjunto integrado de projetos relacionados com a organização do grande evento *"Guimarães Capital Europeia da Cultura 2010"*. A candidatura correspondente a este Programa de Ação foi aprovada, tendo sido celebrado no mesmo ano o correspondente Protocolo de Financiamento. Assim formalizado, e face ao exposto anteriormente, perspetiva-se que as candidaturas correspondentes aos projetos venham a ser apresentadas e realizadas, na sua grande maioria, em 2012, em resposta a Convite Público divulgado em 2011 pela Autoridade de Gestão do ON.2.

Do mesmo modo, o grande evento "Braga 2012: Capital Europeia da Juventude" constituiu um pretexto adicional para empreender uma dinâmica semelhante de oferta de possibilidade de cofinanciamento, em complemento da atrás citada.

A Capital Europeia da Juventude (CEJ) constitui uma iniciativa do Fórum Europeu da Juventude (FEJ) que visa prestar homenagem ao futuro da Europa. Com esta iniciativa procura-se sensibilizar toda a sociedade para o contributo que os jovens podem trazer à Comunidade, através da sua participação cívica, em particular, para a vida cultural e económica de uma cidade.

Em 8 de Abril de 2010, o Fórum Europeu da Juventude conferiu à cidade de Braga, a responsabilidade de organizar o evento "Braga 2012: Capital Europeia da Juventude".

Constitui consenso atual e alargado que a forma de enfrentar o complexo desafio de um novo paradigma de desenvolvimento das sociedades "pós-industriais" passa pela aposta no conhecimento e na criatividade como alavancas fundamentais para assegurar a competitividade internacional das empresas e dos territórios.

À escala europeia as atividades culturais e criativas têm produzido um interessante impacto positivo, tanto no plano do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), como no do emprego. Para além destes efeitos, aqueles sectores de atividade têm igualmente desempenhado um papel relevante para a estratégia de afirmação das cidades e das regiões, fazendo com que estas se tornem mais atrativas para o estabelecimento de novos negócios e para a fixação de habitantes.

A análise do sector das indústrias criativas destaca ainda o ambiente cosmopolita, aberto e tolerante facilitador de contactos com o exterior e onde a inovação e a criatividade se podem desenvolver. É possível também defender que o sucesso deste paradigma de desenvolvimento dos territórios está a mais das vezes relacionado com o dinamismo dos seus clusters criativos, com especial incidência em ambientes urbanos, onde artistas, empreendedores, escolas de artes, institutos de investigação e organizações culturais são encorajados a comunicar, colaborar e cooperar.

Assim, uma cidade ou uma Região serão tanto mais competitivas quanto mais e melhor souberem potenciar a criatividade dos seus agentes, impulsionar e dinamizar os seus negócios criativos e valorizar os recursos endógenos do seu território, de forma a torná-lo atrativo para o talento e para o investimento.

Neste cenário, o evento "Braga 2012: Capital Europeia da Juventude" constituirá certamente uma oportunidade para projetar Portugal, e particularmente a Região Norte, no panorama internacional, reafirmando a sua identidade, a sua história milenar, a sua modernidade, ao mesmo tempo, contribuindo para a valorização da sua cultura e criatividade.

Este mesmo propósito esteve na base da candidatura apresentada ao Fórum Europeu da Juventude tendo em vista a obtenção do competente reconhecimento. De salientar ainda que o Município de Braga conferiu à Fundação Bracara Augusta a responsabilidade pelo planeamento, promoção, execução e desenvolvimento do programa "Braga 2012: Capital Europeia da Juventude".

Em 2011, no Eixo Prioritário 2, com exceção de concursos no quadro da contratualização, foram abertos 14 concursos, totalizando o montante de 88.028.824 € (FEDER). No âmbito destes concursos foram apresentadas 101 candidaturas, com um montante global de 89.752.671,04 € (FEDER), correspondendo a um investimento (custo total) de 99.272.557 €, de acordo com a tabela infra.

Tabela 3.2.3 - Eixo Prioritário 2 - Concursos abertos em 2011 (excepto concursos no quadro da Contratualização)

Aviso	Data de abertura	Data de Encerramento	FEDER a concurso (euro)	Taxa máxima de co-financiamento definida em Aviso	Candidaturas apresentadas	
					N.º	Investimento/ custo total
VEETR/Rota das Catedrais/2011 "Rota das Catedrais"	01-06-2011	01-08-2011	5.000.000	70%	1	7.583.545
VEETR/Porto Wellcome Center/2011 (Convite) Porto Wellcome Center	14-07-2011	30-09-2011	1.600.000	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	1	2.259.746
EEC Mar/PA/1/2011 *(em contínuo)* EEC Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar – Projetos Âncora	21-04-2011	09-09-2011	14.096.000	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	7	10.300.563
GCEC/2011 *(em contínuo)* "Guimarães Capital Europeia da Cultura"	08-07-2011	30-06-2012	18.000.000	70% (taxa média)	14 (a)	11.106.213
BCEJ/2011 "Braga 2012: Capital Europeia da Juventude"	20-05-2011	01-08-2011	4.500.000	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	6	6.071.773

EEC PROVERE-MinhoIN-PA/1/2011 *(em contínuo)* EEC PROVERE Minho IN – Projetos Âncora	21-04-2011	30-09-2011	7.585.157	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	12	11.352.267
EEC PROVERE–DRV-PA/1/2011 *(em contínuo)* EEC PROVERE Douro – Região Vinhateira - Projetos Âncora	09-09-2011	03-02-2012	1.797.500	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	3	2.213.878
EEC PROVERE–Inovarural-PA/1/2011 *(em contínuo)* EEC PROVERE Inovarural – Projetos Âncora	09-09-2011	03-02-2012	2.572.314	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	5	2.411.648
EEC PROVERE–MAG-PA/1/2011 *(em contínuo)* EEC PROVERE Montemuro, Arada e Gralheira - Projetos Âncora	09-09-2011	03-02-2012	1.096.680	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	3	1.453.039
EEC PROVERE–PMDV-PA/1/2011 *(em contínuo)* EEC PROVERE Paisagens Milenares no Douro Verde – Projetos Âncora	09-09-2011	30-03-2012	4.143.540	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	3	5.178.623
EEC PROVERE–RRVS-PA/1/2011 *(em contínuo)* EEC PROVERE Rota do Românico do Vale do Sousa – Projetos Âncora	09-09-2011	30-03-2012	4.096.640	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	3	5.070.744
EEC PROVERE–TFT-PA/1/2011 *(em contínuo)* EEC PROVERE Terra Fria Transmontana - Projetos Âncora	09-09-2011	03-02-2012	7.080.427	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	11	9.455.133
EEC PROVERE–Aquanatur-PA/1/2011 *(em contínuo)* EEC PROVERE AQUANATUR – Projectos Âncora	21-10-2011	02-04-2012	10.595.744	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	15	21.076.188
EEC PROVERE–Turismo e Património do Vale do Côa-PA/1/2011 *(em contínuo)* EEC PROVERE Turismo e Património do Vale do Côa – Projetos Âncora	09-12-2011	30-04-2012	5.864.822	Por remissão, a taxa máxima permitida no Regulamento Específico aplicável	17	3.739.197
		Total	**88.028.824**		**101**	**99.272.557**

(a) Candidaturas apresentadas até 30-04-2012.

Neste Eixo Prioritário, com exceção de concursos no quadro da contratualização, em 2011 foram aprovadas (em definitivo) 43 operações, num montante global de 27,5 M€ (FEDER) associado a 37 M€ de Despesa Elegível. Salienta-se que algumas destas operações aprovadas decorrem de concursos abertos em anos anteriores. Em termos acumulados até 31 de Dezembro de 2011, já tinham sido aprovadas 118 operações representando um

montante global de 137,8 M€ (FEDER) correspondendo a 199,4 M€ de Despesa Elegível, encontrando-se contratadas 113 operações num montante global de 130,3 M€ (FEDER) associado a 189,2 M€ de Despesa Elegível.

Deste modo, o cenário observado em 2011 principalmente ao nível de aprovações e contratações neste Eixo Prioritário (recorde-se, na parte que não respeita à Contratualização), evidencia um grande incremento na implementação dos instrumentos previstos.

Já a execução física e financeira do Eixo Prioritário 2 (não considerando a Contratualização) apresenta até ao final de 2011 um nível razoável, apresentando uma taxa de pagamento de cerca de 21,2% (FEDER pago ao Beneficiário / FEDER aprovado). À luz da evolução observada nas aprovações e nas contratações em 2011, é de prever, para 2012, o consequente incremento em termos de execução física e financeira.

No que respeita ao Objetivo Específico "**Valorização Económica da Excelência Turística Regional**" verificou-se em 2011, a aprovação de 20 operações, decorrentes dos concursos/convite TDINF/1/2008 (1), EHT/1/2009 (1), CIT Douro/2010 (15) e CIT PNP/2010 (3), tendo, neste ano, sido contratadas 24 operações no âmbito do concursos/convite TDINF/1/2008 (6), CIT Douro/2010 (15), CIT PNP/2010 (2) e EHT/1/2010 (1).

Neste OE, em 2011 foram ainda abertos os concursos/convite VEETR/Rota das Catedrais/2011e VEETR/Porto Wellcome Center/2011.

No Objetivo Específico "**Valorização Económica de Novos Usos do Mar**", no ano de 2011 mantiveram-se aprovadas e contratadas duas operações: o "Novo Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões" no âmbito do convite MAR/TC/PCT/1/2009 e a "Criação da incubadora de base tecnológica para a área das ciências do mar do pólo do mar do UPTEC" no âmbito do concurso MAR/IEBT/DC&T/1/2009.

Neste ano foi aberto o concurso, em contínuo, EEC Mar/PA/1/2011 destinado aos projetos âncora da EEC "Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar", ao qual foram apresentadas 7 candidaturas, das quais 3 (de carácter infraestrutural) foram aprovadas e contratadas logo no início de 2012.

Em 2011, no Objetivo Específico "**Valorização da Cultura e da Criatividade**" foram abertos os concursos GCEC/2011 (em contínuo) e BCEJ/2011; neste ano foram aprovadas 4 operações decorrentes desses dois concursos GCEC/2011 (3) e BCEJ/2011 (1) e

contratadas 6 operações no âmbito dos concursos/convites SACIC-IF/1/2009 (3) e GCEC/2011 (3).

O Objetivo Específico "**Valorização de Novos Territórios de Aglomeração de Atividades Económicas**" está totalmente integrado nas intervenções integradas na subvenção global atribuídas às CIM / AMP, no quadro da chamada "contratualização".

Finalmente, o Objetivo Específico "**Valorização Económica de Recursos Endógenos em Espaços de Baixa Densidade e Diversificação da Atividade Económica dos Territórios Rurais**" foi, por decisão da Autoridade de Gestão, consagrado na íntegra às 8 EEC PROVERE aprovadas para a Região do Norte.

O PROVERE, Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos, criado no âmbito do QREN e das suas Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC), visa o apoio e a promoção de consórcios locais ou regionais, de entidades públicas e privadas, orientados para a melhoria da competitividade de territórios de baixa densidade populacional, institucional e empresarial.

O Enquadramento das Estratégias de Eficiência Coletiva, aprovado em 8 de Maio de 2008, consagra a tipologia EEC PROVERE [Artigo 2.º, n.º 2, alínea b1)] e define, entre outras, normas a que devem obedecer as EEC PROVERE, bem como o processo de reconhecimento das mesmas. Em particular, define os PO Regionais como os PO competentes, para efeitos do enquadramento, para as EEC PROVERE desenvolvidas nas respetivas NUTS II.

O reconhecimento formal das EEC PROVERE veio a ocorrer em 15/06/2009, formalizado por Despachos conjuntos dos Ministros competentes. Recorda-se neste domínio que se encontram aprovadas na Região do Norte oito EEC PROVERE, sendo que uma delas, "Montemuro, Arada e Gralheira" tem um âmbito territorial que engloba alguns Municípios da Região do Centro. Destaca-se, porém, que a EEC PROVERE designada "Turismo e Património do Vale do Côa" é enquadrada pelo PO MAIS CENTRO, tendo uma abrangência territorial que engloba alguns Municípios da Região do Norte. Por esse motivo, a Autoridade de Gestão do ON.2 resulta incumbida, a par da Autoridade de Gestão do MAIS CENTRO, de proceder à abertura de Convite Público, tendo em vista que sejam apresentadas as candidaturas relativas a projetos-âncora localizados em concelhos da respetiva NUT.

Tabela 3.2.4 - EEC PROVERE enquadradas pelo ON.2

Designação do Programa de Ação (Líder do Consórcio)
Terra Fria Transmontana (Ass. Mun. Terra Fria Nordeste Transmontano)
Aquanatur – Complexo Termal do Alto Tâmega (ADRAT)
Inovarural (Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal)
Rota do Românico do Vale do Sousa (Comunidade Urbana Vale do Sousa)
Minho IN (Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima)
Montemuro, Arada e Gralheira (ADRIMAG)
Douro – Região Vinhateira (CCDRN)
Paisagens Milenares no Douro Verde (Dolmen)

Cada um destes Programas de Ação compreende um conjunto de "… *projetos-âncora que assumem um carácter nuclear e motor na implementação do Programa de Ação e na concretização da estratégia e que a existência de outros projetos e ações complementares reforçam e dão profundidade ao conjunto da estratégia*" .

Em 2011 concretizou-se a abertura de 9 concursos EEC PROVERE (em contínuo), indicados na *tabela 3.2.3 - Eixo Prioritário 2 - Concursos abertos em 2011 (exceto concursos no quadro da Contratualização)*, dirigidos ao apoio de projetos inseridos em PROVERE, com exceção dos projetos empresariais (estes últimos apresentados no quadro dos Sistemas de Incentivos).

Neste ano foram aprovadas 19 operações decorrentes dos concursos EEC PROVERE/PA/1/2010 (11), PROVERE/PC/1/2010 (7) e EEC PROVERE-MinhoIN-PA/1/2011 (1), e contratadas 17 operações no âmbito dos concursos EEC PROVERE/PA/1/2010 (11), PROVERE/PC/1/2010 (5) e EEC PROVERE-MinhoIN-PA/1/2011 (1).

Considerando a forte ligação entre os objetivos específicos do Eixo e as EEC (nomeadamente OE2 / EEC "*Cluster* do Conhecimento e da Economia do Mar"; OE3 / "*Cluster* das Indústrias Criativas na Região do Norte"; OE5 / EEC PROVERE), e bem assim a necessidade de que essas Estratégias se materializem nos projetos que integrem os respetivos Programas de Ação (em particular os Projetos-âncora) a Autoridade de Gestão desencadeou em 2011 a abertura de concursos no contexto das EEC, representando no seu conjunto uma oferta de FEDER de 58,9 M€, incluindo o EEC Mar/PA/1/2011. Como resultado do trabalho de articulação com as EEC, vários projetos em fase de candidatura ou de apreciação denotam um grau de maturação elevado, o que induz uma execução sustentada.

Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos

EEC PROVERE Minho IN – Projetos Âncora - Requalificação do Parque Termal do Peso

Aviso	Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos EEC PROVERE Minho IN – Projetos Âncora
Designação	Requalificação do Parque Termal do Peso
Data de aprovação	19/10/2011
Data do contrato	4/11/2011
N.º da operação	NORTE-08-0569-FEDER-000029
Calendarização	15/06/2011 a 31/12/2012
Promotor	Cura Aquae - Termas de Melgaço, EM
Objetivos	Trata-se de um projeto de índole infraestrutural que se concretiza na reabertura efetiva do Parque Termal do Peso, com um salto qualitativo da oferta de serviços através da recuperação de todo um património de elevado valor ambiental e turístico. As metas a alcançar traduzem-se em: i) Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados - 2 unidades; (balneário termal com SPA incluído e o edifício da Fonte Nova, que receberá funções de espaço museológico); ii) Zonas de lazer beneficiadas/recuperadas -1 unidade (5 ha de área verde). A estratégia de eficiência coletiva Minho-IN reconhece este projeto como fundamental para concluir a estruturação da oferta do produto Saúde e Bem-estar no Minho. “O conjunto de intervenções permite deixar uma marca no território e um sinal que perdurará e que terá um efeito multiplicador ao nível dos projetos complementares existentes em torno do produto Saúde e Bem-estar. Espera-se que venha a ter reincidências no âmbito de outros produtos estratégicos existentes no espaço do Minho-IN ou noutras áreas da Região do Norte”. Salienta-se que se trata de um Projeto âncora previsto no Programa de Ação "Minho-IN”, que obteve o Reconhecimento Formal como Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) PROVERE, em 15-06-2009, formalizado por Despacho conjunto do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento e do Ministro da Economia e da Inovação
Ações	O investimento visa a requalificação do Parque Termal do Peso. A estratégia de intervenção sobre este espaço, muito degradado, que constitui o Parque Termal do Peso, contempla a reconstrução do balneário (onde se previu a criação de um SPA Termal), bem como a requalificação do coberto vegetal, dos pavimentos, drenagens e iluminação do acesso rodoviário e das veredas do parque. Relativamente ao projeto de remodelação do balneário das termas, refere-se que o edifício foi preservado em termos arquitetónicos, tendo a remodelação do seu interior sido devidamente avalisada pelas entidades: Direção Geral de Saúde e Autoridade de Saúde Local. A ampliação do edifício do Balneário, elemento mais sensível da proposta em termos de harmonização com a sua envolvente direta, nomeadamente com os edifícios do Balneário e Buvete ambos do inicio do século XX, foi, por outro lado, objeto de um processo de aperfeiçoamento estético, para satisfação dos critérios de conformidade do IGESPAR. Está ainda incluída uma pequena verba para uma ação comum de promoção das Termas do Minho no

	âmbito da rede empresarial Saúde e Bem-Estar, previamente acordada entre todos os promotores de projetos âncora SBE Minho IN.
Investimento Elegível	3.727.612,53 €
FEDER	2.982.090,03 € (taxa de 80%)

Desenvolvimento do Turismo Ativo em Arouca

Aviso	Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos EEC PROVERE – Projetos Complementares
Designação	Desenvolvimento do Turismo Ativo em Arouca
Data de aprovação	9/05/2011
Data do contrato	1/06/2011
N.º da operação	NORTE-08-0569-FEDER-000018
Calendarização	1/12/2010 a 30/12/2013
Promotor	Município de Arouca
Objetivos	Este projeto visa dar um contributo decisivo para que Arouca seja cada vez mais um espaço que se afirma pela riqueza e diversidade do seu património, criando as condições para que o seu desenvolvimento possa assentar em grande medida na riqueza dos seus valores naturais. Contribuirá ainda para promover um efeito indireto na qualificação da atividade turística local, direcionando-a para um público-alvo muito específico, no reforço da qualidade ambiental e da imagem local no exterior (em torno da relevância do seu património ambiental), na consagração do valor estratégico da preservação e qualificação ambiental e da sustentabilidade do uso do solo, na criação de novos espaços planeados de elevada atratividade (devido à sua qualidade ambiental). Trata-se de um Projeto complementar previsto no Programa de Ação "Montemuro, Arada e Gralheira", que obteve o Reconhecimento Formal como Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) PROVERE, em 15-06-2009, formalizado por Despacho conjunto do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento e do Ministro da Economia e da Inovação.
Ações	O projeto prevê a valorização das margens do Rio Paiva, em área classificada de Rede Natura 2000, através da melhoria da galeria ripícola, da colocação de pontes suspensas pedonais e de passadiços pedonais ao longo das margens e da limpeza e manutenção de percursos de acesso ao rio. Na margem direita do Rio Paiva, junto à Ponte de Alvarenga, está também prevista a construção de um novo edifício destinado a bar e a construção de uma plataforma executada em estrutura de madeira e um "deck" que servirá de esplanada. A candidatura foi apresentada com as seguintes ações: a Ação 1 – "Equipa técnica", Ação 2 – "Estudos e Projetos" (elaboração dos projetos para várias infraestruturas a construir nas margens do Rio Paiva), Ação 3 – "Passadiços, pontes e infraestruturas de apoio" (construção), Ação 4 – "Infraestruturação de percursos" (contratação para a infraestruturação de 6 percursos), Ação 5 – "Rampa de saltos, bancada de observação, miradouro" (contratação para construção dos vários elementos descritos), Ação 6 – "Vias ferratas" (infraestruturação das vias ferratas), Ação 7 – "Canyoing" (infraestruturação das vias de canoagem do Ardena e da Aguieira), Ação 8 – "Vias de escalada" (infraestruturação de 3 paredes de vias de escalada clássicas), Ação 9 – "Painéis informativos" (elaboração e montagem de postes de marcação, de painéis informativos e placas informativas), Ação 10 – "Infraestruturas de apoio" (construção de infraestruturas de apoio - WC, balneários e acolhimento - aos praticantes das modalidades desportivas do Rio Paiva), Ação 11 – "Medidores de Caudal e dispositivo de foto controlo" (fornecimento, montagem e colocação em serviço de três estações automáticas para medição, em continuo, do nível da água superficial do Rio Paiva e de um dispositivo de foto-controle), Ação 12 – "Veículo de resgate" (aquisição de uma unidade móvel de resgate e salvamento com maca incorporada), Ação 13 – "Plano Formativo" (aquisição de serviços de formação de recursos humanos na área do salvamento aquático em águas bravas), Ação 14 – "Plano de segurança"

	(aquisição de serviços para elaboração do Plano de Segurança para as modalidades desportivas praticadas no Rio Paiva).
Investimento Elegível	2.535.679,57 €
FEDER	1.941.098,40 € (taxa de 76,55%)

3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Neste domínio remete-se, no essencial, para as dificuldades a que já se fez menção no Eixo Prioritário 1, em particular, no que se refere a projetos de natureza infraestrutural.

3.3. Eixo Prioritário 3 – Valorização do Espaço Regional

3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Da realização física no eixo prioritário 3, considerando as candidaturas contratadas até 31 de Dezembro de 2011 e a aprovação da reprogramação do Programa Operacional do Norte ON.2 (Decisão C (2011) 9374 final de 15/12/2011), salienta-se que:

i) Indicadores de Eixo

- Ações de Valorização do Litoral (AVL) – No final de 2011 encontravam aprovadas 24 operações das quais 5 já estão encerradas. Está, assim, ultrapassada a meta de 2015 (20 operações aprovadas) o que corresponde a um grau de cumprimento de 120%. No que respeita à linha de costa intervencionada, as operações incidem sobre 87,94 km dos 142 km da extensão de costa da Região do Norte. Relativamente ao cumprimento da meta estabelecida para 2015, no que respeita à área de costa intervencionada, está-se muito aquém dos 20.000 ha estabelecidos. A situação descrita tem relação com uma incorreta definição desta meta pois, de acordo com a metodologia utilizada pelo PROT Norte, dever-se-ia ter considerada como área o produto da extensão de costa intervencionada por uma largura de intervenção de 500 metros. Assim, a meta a atingir seria 7.100 ha. Neste momento estão aprovados 4.410 ha dos quais 607 ha já se encontram executados. Para aquele valor, a meta de 2015 estaria cumprida em 62,11%.

- Prevenção de Riscos Naturais e Tecnológicos (RNT) – Esta tipologia teve as primeiras aprovações em 2010, tendo sido aprovados 20 projetos imateriais (Planos Municipais de Emergência e Ações de Sensibilização em Proteção Civil) e 12 projetos materiais (aquisição de equipamentos para corporações de bombeiros). Em 2011 foi lançado novo aviso para projetos materiais (aquisição de veículos para operações de socorro de proteção civil, limpa neves e equipamentos para adaptar a veículos de tração total), tendo sido aprovados 44 operações. No que respeita às ações de sensibilização, divulgação e informação, todas relacionadas com as operações imateriais, estão aprovadas 313 ações, das quais 8 já efetuadas. Ultrapassaram-se assim as metas de 2010 (7 ações) e de 2015 (300 ações) cumprindo-se a meta de 2015 em cerca de 104%. No que respeita à população servida por estas ações, encontram-se abrangidos 1.558.022 habitantes, ultrapassando a meta de 2010 (1.000.000 de habitantes) tendo-se cumprido já 89% da meta de 2015 (1.750.000 habitantes).

Na sequencia da aprovação das reprogramações do Programa Operacional de Valorização do Território POVT (Decisão C(2011) 9334, de 09/12/2011) e do Programa Operacional do Norte ON.2 (Decisão C(2011) 9374 final de 15/12/2011), as 44 operações aprovadas no âmbito do aviso lançado em 2011 vão ser transferidas para o POVT.

- Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) – Até ao final de 2011, foram contratados 8 projetos que integram a realização de 8 ações de sensibilização, divulgação e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos, que abrangem, na sua totalidade, uma população estimada em cerca de 435.951 habitantes. Relativamente ao cumprimento das metas para 2010 e 2015, relativamente ao número de ações realizadas, encontra-se ultrapassada a meta de 2010 (5 Ações). A meta prevista para 2015 (12 ações), encontra-se cumprida em 67,7%. No que respeita à população abrangida por estas ações, a meta de 2010 e 2015 (275.000 de habitantes) encontra-se cumprida em 17,8%. As alterações relativamente aos valores do Relatório de 2010, vêm na sequência da aprovação da já referida reprogramação do ON.2;

- Passivos Ambientais (RLCZE) – Em 2011 não foi aprovada qualquer operação desta tipologia pelo que se mantêm os cinco projetos aprovados dos quais dois já se encontram encerrados. Atingiram-se assim as metas para 2010 e 2015, no valor de 5 operações. No que respeita às área reabilitadas no âmbito dos passivos ambientais, encontra-se ultrapassada a meta de 2010 e de 2015 (1 km2), uma vez que se encontram aprovados 1,253 km2, dos quais, 1,035 km2 já se encontram concluídos;

- Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados (GAEPC) – Encontram-se aprovadas 36 operações referentes ao indicador “número de intervenções de gestão ativa em áreas classificadas”, estando concluída uma operação, pelo que já foram ultrapassadas as metas de 2010 (16 intervenções) e de 2015 (35 intervenções). No que respeita ao indicador “acréscimo da área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa”, este foi substituído, no âmbito da reprogramação do ON.2, pelo “Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa” cujo método de cálculo nada tem a ver com o do indicador anteriormente considerado.

Assim, o método de cálculo foi alterado tendo em conta os acréscimos anteriormente previstos. A área classificada total da Região do Norte é de 2.128.loja. A nova meta para 2015 é de 1.000.000 ha.

Tendo em conta a área relativa às 36 operações aprovadas, o seu total é de 552.593 ha, o que somado à anterior situação de partida dá um total de 1.191.170 ha, tendo-se já ultrapassado a meta de 2015.

- Dinamização Cultural e do Património (PC e PCR) – Este novo indicador do Eixo 3, inclui as aprovações relativas aos avisos do Património Cultural e da Programação Cultural em Rede. No final de 2011 estavam contratadas 62 operações, das quais 11 se encontram fisicamente encerradas. No que respeita ao número de visitantes e utilizadores de ações de dinamização, estão previstas nas operações contratadas 875.500, tendo já sido contabilizados nas ações concluídas cerca de 218 mil participadores. Tendo em conta as

metas definidas para 2015, estas já se encontram ultrapassadas tanto no número de projetos como no número de visitantes esperados.

- Equipamentos Culturais (BA e TCT) - Este novo indicador do Eixo 3, inclui as aprovações relativas aos avisos do Bibliotecas e Arquivos e Teatros e Cine Teatros. No final de 2011 estavam contratadas 48 operações, das quais 3 se encontram fisicamente encerradas. No que respeita à população abrangida por equipamentos culturais, estão servidos pelas operações contratadas 1.269.980 habitantes, dos quais 271.784 habitantes pertencem aos 3 projetos concluídos. No que respeita ao cumprimento das metas de 2015 pode concluir-se que estas estão cumpridas em 96%. No que se refere aos 48 equipamentos contratados encontra-se quase cumprida a meta para 2015 que é de 50 equipamentos. No que respeita à população servida, a meta de 2015, encontra-se cumprida a 63,5% (1.269.980 habitantes servidos, prevendo-se servir 2.000.000 habitantes em 2015).

- Saúde (S) – No início de 2011,estavam aprovadas 31 operações, tendo havido a desistência de 3 operações e a reaprovação do Centro Materno Infantil. Assim, estamos perante um conjunto de 29 projetos contratados de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde, estando-se ainda aquém da meta prevista para 2010 que era de 71 projetos. No entanto, relativamente ao indicador "população abrangida pelos projetos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde", os 29 projetos já contratados abrangem mais de 3,7 milhões de habitantes, ultrapassando a meta de cerca de um milhão de habitantes prevista para 2010, aproximando-se dos 3,7 milhões de habitantes previstos para 2015. No final de 2011, estavam encerradas 13 operações.

Indicadores Comuns Comunitários (*core indicators*)

- Ambiente - Na tipologia RSU - Resíduos Sólidos Urbanos, foram aprovados 5 projetos. Por outro lado, na tipologia AVQA - Ações de Valorização e Qualificação Ambiental, foi concluído, em 2010, um estudo que permitiu a caracterização da Região do Norte em termos de qualidade do ar e emissões atmosférica e a definição de estratégias de melhoria da qualidade do ar.

- Prevenção de Riscos - Em 2010 e 2011, foram lançados três avisos relativos à tipologia RNT – Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (2 materiais e um imaterial), tendo sido aprovados 76 projetos, sendo 56 de carácter material (aquisição de equipamentos e viaturas de combate a incêndio para as corporações de bombeiros) e os restantes 20 de carácter imaterial (planos municipais de emergência e proteção civil). Das 56 operações materiais, 44 vão transitar, no início de 2012, para o POVT.

- Turismo – Apesar do Eixo 3 não ter como objetivo contribuir diretamente para deste indicador, foram considerados 65 projetos que indiretamente contribuem para o aumento da atratividade turística da Região, uma vez que se relacionam com a intervenção em praias, zonas de parque natural e outras áreas protegidas e no património arquitetónico, incluindo projetos das tipologias AVL – Ações de Valorização do Litoral (18 projetos), GAEPC (17 projetos) e PC – Património Cultural (30 projetos).

- Saúde – conforme informação acima, foram aprovadas 31 intervenções, mas, em 2010, desistiram três. No início dde 2011 foi lançado convite para a reaprovação do Centro Materno Infantil do Porto. Assim, neste momento, temos aprovados 29 operações, das quais 13 já se encontram concluídos.

Tabela 3.11 Realização Física do Eixo Prioritário 3

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006								
Projetos apoiados de valorização do litoral (n.º)	Realização Executada	0	0	0	1	5	-	5
	Realização Contratada	0	12	12	12	24	-	24
	Metas	-	-	-	-	-	20	-
Área de costa intervencionada nos projetos de valorização do litoral (ha)	Realização Executada	0	0	0	50	607	-	607
	Realização Contratada	0	942	942	942	4410	-	4410
	Metas	-	-	-	-	-	20.000	-
Ações de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	8	-	8
	Realização Contratada	0	0	0	313	313	-	313
	Metas	-	-	-	7	-	300	-
Pessoas abrangidas pelas ações de sensibilização, divulgação e informação no âmbito da prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	128.964	-	128.964
	Realização Contratada	0	0	0	1.558.022	1.558.022	-	1.558.022
	Metas	-	-	-	1.000.000	-	3.450.000	-
Ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos (n.º)	Realização Executada	0	0	0	3	3	-	3
	Realização Contratada	0	0	1	5	8	-	8
	Metas	-	-	-	5	-	5	-
Pessoas abrangidas pelas ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	Realização Executada	0	0	0	77.807		-	77.807
	Realização Contratada	0	50.000	358.144	435.951		-	435.951

(n.º)	Metas	-	-	-	275.000	-	275.000	-
Ações de apoio à recuperação do passivo ambiental (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	2	-	2
	Realização Contratada	0	0	0	5	5	-	5
	Metas	-	-	-	5	-	5	-
Área reabilitada no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (km2)	Realização Executada	0	0	0	0	1,035	-	1,035
	Realização Contratada				0,253	1,252	-	1,252
	Metas	-	-	-	1	-	1	-
Intervenções de gestão ativa em áreas classificadas (n.º)	Realização Executada	0	0	0	1	6	-	6
	Realização Contratada	0	11	35	36	36	-	36
	Metas	-	-	-	16	-	35	-
Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa (ha)	Realização Executada	0	0	26.480	552.593		-	552.593
	Realização Contratada	0	552.593	552.593	552.593	552.593	-	552.593
	Metas	-	-	-	-	-	1.000.000	-
Projetos de dinamização cultural e do património (n.º)	Realização Executada	0	0	0	2	11	-	11
	Realização Contratada	0	24	26	61	62	-	62
	Metas	-	-	-	-	-	60	-
Visitantes e utilizadores das ações de dinamização cultural e do património (n.º)	Realização Executada	0	0	0	256	218.371	-	218.371
	Realização Contratada	0	265.988	285.138	820.819	875.550	-	875.550
	Metas	-	-	-	-	-	30.000	-
Equipamentos culturais (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	3	-	3
	Realização Contratada	0	0	0	47	48	-	48
	Metas	-	-	-	-	-	50	-
População abrangida por equipamentos culturais (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	271.784	-	271.784
	Realização Contratada	0	0	0	1.247.556	1.269.980	-	1.269.980
	Metas	-	-	-	-	-	2.000.000	-
Projetos de reconfiguração e requalificação de serviços de saúde (n.º)	Realização Executada	0	0	0	5	13	-	13
	Realização Contratada	0	18	31	31	29	-	29
	Metas	-	-	-	71	-	30	-
População abrangida pelos projetos de reconfiguração / requalificação de serviços de saúde (n.º)	Realização Executada	0	0	0	44.724	551.884	-	551.884
	Realização Contratada	0	2.818.728	3.004.026	3.004.026	3.717.604	-	3.717.604

Metas	-	-	-	1.097.272	-	3.750.000	-	

Tabela 3.12 - Indicadores Comuns Comunitários – Eixo Prioritário 3

Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)									
	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total
Ambiente	27. N.º de projetos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada	0	0	3	5	7		7
	28. N.º de projetos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	0	0	1	1	1		1
Prevenção de Riscos	31. Nº de projetos (Prevenção de riscos)	Realização Contratada	0	0	0	32	76		76
Turismo	34. N.º de projetos	Realização Contratada	0	21	38	56	65		65
Saúde	38. N.º de projetos	Realização Contratada	0	18	31	31	29		29

<u>Nota</u>: Muito embora o Eixo 3 não esteja incluído no indicador 34, foi solicitado pela Autoridade de Gestão do POR Norte a determinação do conjunto de projetos que contribuem, de forma mais ou menos indireta, para a melhoria e atratividade do Turismo.

3.3.2. Análise qualitativa

No Eixo Prioritário 3, foram abertos, em 2011, dois concursos, correspondentes a uma oferta de fundo a concurso de cerca de 31,2 milhões de euros, ambos foram decididos durante o ano. No âmbito dos concursos mencionados foram analisadas e aprovadas as 45 candidaturas submetidas, envolvendo cerca de 31,6 milhões de euros de fundo.

No final do ano de 2011, não se encontravam abertos quaisquer concursos.

O ponto de situação dos concursos acima mencionados encontra-se sintetizado no quadro seguinte:

Tabela 3.14 Ponto de Situação – Concursos abertos em 2011

Código concurso	Tipologia de Operação	Data de publicação do aviso de concurso	Estado do concurso	Data de Encerramento	Fundo a concurso	Candidaturas		
						N.º	FEDER aprovado	Investimento/ Custo Total
RNT/01/2011	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	03-06-2011	Decidido	14-06-2011	9.500.000	44	9.896.768	19.026.155
S/1/2011	Infraestruturas e Equipamentos de Saúde	26-01-2011	Decidido	28-02-2011	21.700.000	1	21.700.000	42.397.989
						45	31.596.768	61.424.144

Relativamente aos 2 concursos decididos em 2011, verifica-se que o prazo médio de decisão previsto era de 120 dias, de acordo com o conteúdo dos respetivos avisos de concurso, sendo que o prazo médio de decisão efetivo foi de 34 dias.

No que respeita à tipologia de beneficiários, a análise é apresentada no quadro seguinte e envolve as seguintes tipologias de operações:

- S - Infraestruturas e Equipamentos de Saúde
- RNT - Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos

Tabela 3.15 Tipologia de Beneficiários

Tipologia	Municípios	Associações de Municípios	Empresas Municipais	Organismos da Administração Central	Empresas Públicas	Outros
S					1	
RNT	15					29

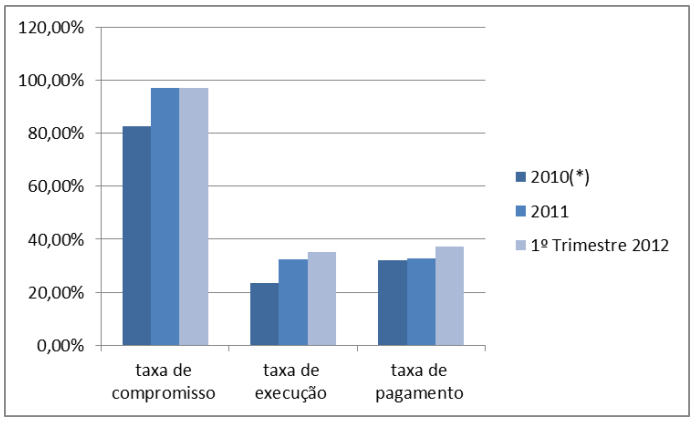
Na tipologia de Beneficiários "Outros" foi incluído o seguinte tipo de instituições: Associações Humanitária de Bombeiros Voluntários e Federações de Bombeiros.

No eixo 3, dos 2 concursos decididos durante o ano de 2011, a maioria dos beneficiários das candidaturas apresentadas foram Associações Humanitária de Bombeiros Voluntários e Federações de Bombeiros, dado que ao concurso S/1/2011 foi apenas apresentada a candidatura "*Construção do Centro Materno Infantil do Norte*", cujo beneficiário é o Centro Hospitalar do Porto, EPE.

Analisando a totalidade das candidaturas aprovadas no Eixo Prioritário 3, verifica-se que envolvem um montante de cerca de 272,5 milhões de euros de Feder, correspondendo a uma taxa de compromisso de 97,03%. Do montante de fundo comunitário referido, encontravam-se executados, a 31 de Dezembro de 2011, cerca de 91,2 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 33,5%.É de referir que, àquela data, tinham sido efetivamente pagos aos beneficiários 89,1 milhões de euros, que correspondiam a uma taxa de pagamento de 29,20%, tendo-se registado uma taxa de reembolso de 97,7%.

Numa análise comparativa da execução do Eixo Prioritário, representada no gráfico seguinte, regista-se um significativo incremento no decurso do ano de 2011, apesar de haver a considerar que os valores de 2010 se referem a uma configuração do eixo prioritário anterior à reformulação do Programa Operacional Regional do Norte e, consequentemente, diferente da configuração representada para os anos de 2011 e 2012, salientando-se a evolução da taxa de execução de 23,52% em 2010 para 33,5% em 2011.

Gráfico 3.3.2.1 - Análise da evolução das taxas de Compromisso, de Execução e de Pagamento



Salienta-se que, durante o primeiro trimestre de 2012, se continuou a registar uma evolução da taxa de execução que atingiu os 35,31%, bem como da taxa de pagamento que era de 37,10%. A taxa de compromisso registou uma ligeira evolução, tendo atingido as 97,04%.

PROJETOS DEMONSTRATIVOS DE OPERAÇÕES COM EXECUÇÃO FÍSICA CONCLUÍDA

Projeto: "Meios de intervenção na neve e gelo"

Aviso	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações Materiais - RNT/01/2011
Designação	Meios de intervenção na neve e gelo
Data de Contratação	21-07-2011
Nº da operação	NORTE-09-0136-FEDER-000051 (NORTE-03-0136-FEDER-000051)
Calendarização	Inicio Previsto: 01-08-2011 Fim Previsto: 31-08-2012
Executor	Município de Vinhais
Objetivos	- Evitar Isolamento de localidades e pessoas (residentes, turistas e desportistas de montanha); - Evitar e diminuir o tempo de complicações na circulação rodoviária devido à redução da visibilidade e à formação de gelo nas estradas, com propensão para a ocorrência de acidentes; - Evitar e diminuir o tempo de perturbações ao normal funcionamento da população devido à obstrução de vias de circulação, encerramento de escolas e de outras infraestruturas importantes para a população, perturbação na prestação de serviços à comunidade (correio, recolha do lixo, etc.); - Evitar complicações de saúde para a população (especialmente em idosos e crianças) devido à exposição à neve/frio extremo (hipotermias e queimaduras originadas pelo frio).
Ações	Aquisição de equipamentos para intervenção em situações de queda de neve e acumulação de gelo em áreas do concelho – 1 lâmina limpa neves e 1 espalhador de sal.
Entidades Parceiras	Não aplicável
Investimento Elegível	18.654,18 €
Feder (80%)	14.923,34 €
Taxa de Execução (%)	100,00%

Evidências da realização do projeto

Projeto: "Instalação da Reserva Natural Local do Estuário do Douro"

Aviso	Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados - GAEPC/1/2008
Designação	Instalação da Reserva Natural Local do Estuário do Douro
Data de Contratação	29-12-2009
Nº da operação	NORTE-09-0230-FEDER-000040 (Ant. NORTE-03-0230-FEDER-000042)
Calendarização	Inicio Previsto: 22-06-2009 Fim Previsto: 28-11-2011
Executor	ÁGUAS E PARQUE BIOLÓGICO DE GAIA, E.E.M.
Objetivos	• diminuir a pressão humana no sapal e areias intertidais; • recuperar o sapal; • aumentar a concentração de aves; • fomentar atividades de observação, investigação e educação ambiental; • divulgar toda a intervenção, seu âmbito e objetivos. Devendo igualmente ser atenuados os seus pontos fracos como: a) A vulnerabilidade do ecossistema - através da proibição de atividades que o possam danificar: b) A presença de espécies exóticas - a eliminar, essencialmente as invasoras
Ações	Constituição de uma área de Reserva Natural Local do Estuário do Douro, com cerca de 62 ha: - Vedação da frente urbana; - Vedação da frente de praia (Regeneradores dunares); - Centro de interpretação e receção de visitantes; - Equipamento de observação e monitorização; - Sinalização e Observatório Ornitológico; - Passadiços de madeira; - Eliminação de plantas invasoras; - Remoção de lixos e recuperação do Sapal; - Recuperação da Vegetação; - Estudos e monitorização; - Informação e divulgação da reserva.
Entidades Parceiras	Não tem
Investimento Elegível	357.265,50
Feder (80%)	285.812,40
Taxa de Execução (%)	79,00%

Evidências da realização do projeto

Projeto: "Reequipamento do Teatro Gil Vicente"

Aviso	TCT/1/2009
Designação	Reequipamento do Teatro Gil Vicente
Data de Contratação	15 de Julho de 2010
Nº da operação	NORTE-09-0352-FEDER-000065
Calendarização	Início:17-08-2009; conclusão:31-12-2010
Executor	Município de Barcelos
Objetivos	Dotar o Teatro Gil Vicente de todo o equipamento necessário para o seu pleno funcionamento, dentro das normas vigentes, complementado as obras de recuperação em curso.
Ações	Aquisição de equipamento de luz, sistema de som, mecânica de cena, mobiliário.
Investimento Elegível	250.000 €
Feder (80%)	200.000 €
Taxa de Execução (%)	100%

Evidências da realização do projeto.

Projeto: “Boticas: Património com História”

Aviso	PC/1/2007
Designação	Boticas: Património com História
Data de Contratação	2 de Dezembro de 2008
Nº da operação	NORTE-09-0347-FEDER-00053
Calendarização	Início:28-11-2008; conclusão:02-12-2010
Executor	Município de Boticas
Objetivos	Identificar e georreferenciar todo o património cultural existente no concelho e verificar o estado em que se encontra; contribuir para a preservação e valorização desse património, nomeadamente através de restauro de peças que farão parte do acervo do Museu Rural de Boticas; reforçar a gestão e ordenamento territorial; promover a identidade de comunidade; reforçar a coesão social da comunidade concelhia.
Ações	!- Inventariação do Património Cultural – elaboração de fichas modelo, pesquisa bibliográfica e trabalho de campo. 2. Criação do arquivo temático visual – estruturação e implementação de uma base de dados, da página WEB, inserção e descrição dos conteúdos, organização do acervo fotográfico. 3. Divulgação com edição de livro, brochuras e CD-ROM interativo, divulgação em página WEB, Seminário para apresentação dos resultados; exposição das peças restauradas que constituirão o acervo do Museu Rural de Boticas, 4. Restauro de peças para o espólio museológico e restauro do Livro de Visitações do Séc. XVII
Investimento Elegível	150.647,81 €
Feder (80%)	120.518,25 €
Taxa de Execução (%)	100 %

Evidências da realização do projeto

Projeto: "Reabilitação do Palácio da Bolsa – 2ª fase"

Aviso	PC/1/2009
Designação	**Reabilitação do Palácio da Bolsa – 2ª fase**
Data de Contratação	15 de julho de 2010
Nº da operação	NORTE-09-0347-FEDER-000082
Calendarização	Início: 31-12-2008; conclusão:14-07-2012
Executor	Associação Comercial do Porto (ACP)
Objetivos	Esta operação tem como objetivos intervir no Palácio da Bolsa nas componentes de conservação, restauro e reabilitação do edifício assim como criar planos de segurança.
Ações	Ações: A1 – elaboração do Plano de Segurança do Palácio da Bolsa e aquisição de equipamento relacionado com placas de sinalização e plantas de emergência; A2 – continuação dos trabalhos de recuperação, com intervenção na cobertura, na envolvente das claraboias da Sala Medina e Escadaria Nobre, recuperação dos rebocos exteriores das fachadas poente e sul, dos estuques e das pinturas murais que revestem os tetos da claraboia da Escadaria Nobre (Mestre António Ramalho); conclusão da reabilitação das infraestruturas elétricas e da rede de gás do Palácio; restauro do interior do Salão Árabe, com intervenção dos estuques das paredes e dos tetos, portas e vitrais; recuperação da janela nº1 da sala do Tribunal do Palácio da Bolsa.
Entidades Parceiras	(não aplicável)
Investimento Elegível	988 651,00 €
Feder (70%)	692 055,70€
Taxa de Execução (%)	95%

Evidências da realização do projeto.

Projeto: "Trabalhos de Segurança em Nove Áreas Mineiras da Região Norte"

Aviso	RLCZE/1/2009
Designação	Trabalhos de Segurança em Nove Áreas Mineiras da Região Norte
Data de Contratação	17 de Janeiro de 2011
Nº da operação	NORTE-09-0138-FEDER-000002
Calendarização	Início: 02-12-2009; conclusão: 27-01-2012
Executor	EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.
Objetivos	Realização de obras de segurança nas antigas Áreas Mineiras de: Freixo Numão – Brunhosinho - Rio de Silos – Guadramil – Tarouca – Muro - Barca d'Alva – Almendreiras - Torrão da Moita.
Ações	O conjunto das 3 empreitadas iniciais envolveu, nomeadamente: a regularização e reperfilamento do terreno em mais de 70.000 m2; a desmatação e decapagem em mais de 2.500 m2, com ou sem recurso a queimadas; a construção de 710 ml de vedações, com postes metálicos ou de madeira; a construção de mais de 1100 ml de acessos; a construção de 90 ml de muros; a regularização de uma lagoa; a construção de uma bacia de decantação; a aplicação de manta geodrenante; a demolição de edifícios e de ruínas; a drenagem da envolvente de lajes de selagem de poços; a selagem, por entulhamento e/ou com lajes, de 15 poços; a selagem de 17 galerias, com ou sem grades para morcegos; a revegetação de áreas desmatadas. A reprogramação solicitada, e aceite, permitiu proceder à selagem e tamponamento de poços (com lajes permitindo ventilação – 9) e abatimentos (5), não tratados/não conhecidos na fase inicial.
Entidades Parceiras	Não houve parcerias
Investimento Elegível	489.321,00€ (inicial); 470.469,58€ (final)
Feder (60%)	293.592,60€ (inicial); 282.281,75€ (final)
Taxa de Execução (%)	100%

Evidências da realização do projecto nas várias áreas mineiras:

3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Os principais problemas encontrados prendem-se, com os atrasos na execução das operações contratadas. Esta situação, está relacionada com a difícil conjuntura económica que o país atravessa sendo agravada pela morosidade de alguns dos procedimentos de contratação pública das empreitadas e aquisições de serviços e dos procedimentos conducentes à obtenção de visto do Tribunal de Contas.

Em termos de execução, existe igualmente um problema de insuficiente instrução dos processo, nomeadamente a nível dos processos referentes à verificação dos procedimentos da contratação pública, o que origina, por um lado, atrasos na submissão dos pedidos de pagamento e, por outro, tempos de análise e de pagamento superiores aos prazos instituídos. No entanto, no que respeita aos pedidos de pagamento, a situação tem vindo a melhorar, o que tem contribuído também para o aumento significativo da taxa de execução.

No sentido de combater esta situação, deu-se continuidade às medidas já em curso nos anos anteriores, que a seguir se referem:

- Apoio do Secretariado Técnico dos Eixos 3 e 4 no sentido de esclarecer e instruir os promotores, feito tanto presencialmente (reuniões de trabalho) com por contactos telefónicos (linha dedicada do novonorte 34) e por correio electrónico (www.novonorte.34@ccdr-n.pt);

- dentro das possibilidades regulamentares, aceitação de reformulações temporais das operações, de modo a garantir a sua completa execução;

- produção de orientações de gestão com o objectivo de dirimir as dúvidas existentes;

- melhoria em contínuo do Manual de Gestão, de modo a pormenorizar mais todos os procedimentos a adoptar.

As medidas indicadas têm vindo a produzir efeitos, conforme se pode verificar pelos resultados obtidos durante o ano de 2011, tendo-se registado uma taxa de compromisso de 97,03% correspondente a 272,5 milhões de euros de Feder, e uma taxa de execução de 33,5%,. Analisando o montante de fundo executado, no eixo prioritário 3, a 31 de Março de 2012, verifica-se que a taxa de execução que atingiu os 37,10%, e taxa de compromisso os 97,04%.

3.4. Eixo Prioritário 4 – Coesão Local e Urbana

3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Da realização física no Eixo Prioritário 4, considerando as candidaturas contratadas até 31 de Dezembro de 2011 e a aprovação da reprogramação do Programa Operacional do Norte ON.2 (Decisão C(2011) 9374 final de 15/12/2011), salienta-se que:

i) Indicadores de Eixo

- Ciclo Urbano da Água - Componente Abastecimento de Água (CUA) – No final de 2011 estavam contratados 540,61 km de rede a intervencionar que vão servir 181.989 habitantes. Relativamente ao cumprimento das metas de 2010 e de 2015 dos indicadores “Rede de abastecimento de água intervencionados” (370 km), “Acréscimo de população servida” (181.989 hab.), estes encontram-se já cumpridas. No que respeita à execução dos projetos aprovados, encontram-se concluídos 252,43 km de abastecimento de água, sendo a população servida de 84.988 habitantes.

- Ciclo Urbano da Água - Componente Águas Residuais (CUA) – No final de 2011 estavam contratados 554,53 km de rede a intervencionar, servindo 48.488 habitantes. Relativamente ao cumprimento das metas de 2010 e de 2015 dos indicadores “Rede de drenagem de águas residuais” (250 km), “Acréscimo de população servida” (25.000 hab.), estes encontram-se já cumpridas. No que respeita à execução dos projetos aprovados, encontram-se concluídos 200,62 km de rede de saneamento de águas residuais, sendo a população servida de 18.211 habitantes.

- Requalificação da rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (RRE) - no que se refere às operações contratadas, estão abrangidas a construção e a remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar. Encontram-se contratados 331 centros escolares, valor superior às metas previstas tanto para 2010 como para 2015 (respetivamente 112 e 325 centros escolares intervencionados). As intervenções referidas abrangem 88.910 alunos, pelo que também este indicador ultrapassou as metas de 2010 e de 2015 (respetivamente, 22.100 e 67.500 alunos abrangidos). É ainda de notar que se encontram fisicamente concluídos 212 centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico que servem 56.950 alunos;

- No que respeita aos novos indicadores relativos à rede escolar dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, decorrentes da aprovação da reprogramação do ON.2, só em 2012 se terão operações aprovadas, tanto as 16 transitadas do POVT como as decorrentes do Aviso RREB23/1/2010.

- Equipamentos Sociais (ES) - Creches e Unidades de Cuidados Continuados Integrados – Até ao final de 2011 foram contratadas 27 Creches, abrangendo 1.082 novos utentes, e 19 Unidades de Cuidados Continuados Integrados que abrangem 723 novos utentes. Assim, estão contratados 46 operações sociais para 1805 novos utentes e que irão servir uma população estimada de 1,4 milhões de habitantes. Assim, encontram-se cumpridas todas as metas com a exceção da meta de 2015 referente o número de utentes apoiados (2000 utentes). Está, assim, o PO com uma taxa de cumprimento de 90% da meta referida.

- Equipamentos Desportivos (ED) -– Até ao final de 2011 foram contratados 139 equipamentos desportivos abrangendo uma população de 551.932 habitantes, tendo sido dada prioridade aos equipamentos (polidesportivos, pavilhões e piscinas) que apresentassem grande ligação aos estabelecimentos de ensino próximos. Neste momento, encontram-se concluídos 62 equipamentos que servem uma população de cerca de 200 mil habitantes. No que respeita às metas de 2015 estas já se encontram cumpridas, tanto para o número de equipamentos desportivos (120) como para a população abrangida (500.000 habitantes).

- Mobilidade Territorial (MT) – Encontram-se contratadas, a 31 de Dezembro de 2011, 188 projetos de qualificação dos serviços regionais de Mobilidade Territorial dos quais já se encontram encerrados 84 projetos. Em termos de caraterização da rede apoiada, refira-se que foram contratados 93,85 km de novas estradas (60,06 km já executados) e 1.206,37 km de reconstrução/beneficiação de estradas existentes (estando concluídos 519,16 km). No que respeita ao cumprimento das metas de 2015, refira-se que só não está cumprida a meta de estradas requalificadas que é de 1500 km. Assim, os valores de contratação correspondem a 80,4% daquela meta.

- Reabilitação Urbana - No âmbito das PRU e RUCI, relativamente a Programas de Acão e Programas Estratégicos aprovados, pode dizer-se o seguinte:

  - 14 cidades encontram-se envolvidas em redes urbanas para a competitividade, tendo sido ultrapassada a meta estabelecida para 2010 que correspondia ao envolvimento de oito cidades;

  - foram apoiados 34 Protocolos de Parceria para a regeneração urbana (menos dois que em 2010, por rescisão de um protocolo), estando a meta praticamente cumprida a meta de 2015 (35), o que dá uma execução de cerca de 97%

- Com a aprovação do Regulamento Específico Reabilitação Urbana, que vem substituir os regulamentos das PRU e das RUCI, passamos a ter apenas operações individuais que, no final de 2011, totalizavam 327, tendo havido desistências relativamente a 2010.

Destas, 55 já se encontram concluídas. No que respeita à população abrangida por intervenção de requalificação urbana apoiadas esta totaliza 1.102.373 habitantes, sendo que este valor ultrapassa as metas estabelecidas para 2010 (100.000 Hab.) e para 2015 (1.000.000 habitantes).

- correspondendo aos projetos apoiados, 47.945 m2 de espaço público integrado em projetos de requalificação urbana deixaram de estar afetos à circulação automóvel, encontrando-se cumpridas as metas 2010 (8.000 m2) de 2015 (15.000 m2)

- a área intervencionada por operações de regeneração urbana subiu para 6.752.556 m2, ultrapassando as metas estabelecidas para 2010 e 2015 que é de 160.000 e 1.250.000 m2, respetivamente.

ii) Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)

Da análise dos indicadores comuns anuais, são de destacar:

- Transportes – Até ao final de 2011 foram aprovados 188 projetos que correspondem a 93,85 km de novas estradas e a 1.206,37 km de estradas reconstruídas. Estão concluídos 84 operações a que correspondem 579,21 km intervencionados.

- a contratação de um projeto referente à ferrovia ligeira, metro do Porto, com uma extensão de 8 km já executados, e que contribuiu para um acréscimo de população servida pela intervenção de 161.342 habitantes.

- Ambiente – Em 2011, foram aprovadas 54 projetos que permitiram um aumento de população servida de 181.898 habitantes, no que respeita ao abastecimento de água, e de 49.488 habitantes, no que respeita aos sistemas de drenagem de águas residuais. No entanto, 31 das 55 operações aprovadas vão transitar para o POVT em 2012.

- Educação – Conforme já foi referido anteriormente, foram contratados 331 intervenções em Centros Escolares do 1º Ciclo, beneficiando diretamente 88.910 alunos. Destes, 212 já estão fisicamente concluídos, a que corresponde 56.950 alunos diretamente beneficiados.

- Reabilitação Urbana – Como era de se esperar, em 2011 foi aprovado um grande conjunto de operações individuais, tendo passado de 387 projetos em 2010 para 489 projetos em 2011.

Tabela 3.16 Realização Física do Eixo Prioritário 4

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006								
Rede de abastecimento de água intervencionados (km)	Realização Executada	0	0	0	0	252,43	-	252,43
	Realização Contratada	0	0	0	372,5	540,61	-	540,61
	Metas	-	-	-	370	-	370	-
Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água intervencionados (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	84.988	-	84.988
	Realização Contratada	0	0	0	143.123	181.989	-	181.989
	Metas	-	-	-	140.000	-	140.000	-
Rede de drenagem de águas residuais intervencionados (km)	Realização Executada	0	0	0	0	200,62	-	200,62
	Realização Contratada	0	0	0	256,25	554,53	-	554,53
	Metas	-	-	-	250	-	250	-
Acréscimo de população residente servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais intervencionados (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	18.211	-	18.211
	Realização Contratada	0	0	0	27.113	49.488	-	49.488
	Metas	-	-	-	25.000	-	25.000	-
Centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico remodelados/ ampliados (n.º)	Realização Executada	0	12	17	134	212	-	212
	Realização Contratada	0	241	254	287	331	-	331
	Metas	-	-	-	112	-	325	-
Alunos abrangidos pela remodelação/ampliação de centros escolares do 1º ciclo do Ensino Básico (n.º)	Realização Executada	0	2.635	3.744	20.484	56.950	-	56.950
	Realização Contratada	0	52.907	55.933	66.466	88.910	-	88.910
	Metas	-	-	-	22.100	-	67.500	-
Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídas e/ou ampliados / requalificados (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	0	0	0	-	0
	Metas	-	-	-	-	-	12	-
Alunos abrangidos por escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídas e/ou ampliados / requalificados (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	0	0	0	-	0
	Metas	-	-	-	-	-	7.500	-
Equipamentos sociais apoiados (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	2	-	2
	Realização Contratada	0	0	0	27	46	-	46
	Metas	-	-	-	7	-	50	-

Utentes dos equipamentos sociais apoiados (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	80	-	80
	Realização Contratada	0	0	0	1.082	1.805	-	1.805
	Metas	-	-	-	230	-	2.000	-
Equipamentos desportivos apoiados (n.º)	Realização Executada	0	0	0	19	62	-	62
	Realização Contratada	0	0	0	134	139	-	139
	Metas	-	-	-	-	-	120	-
População abrangida pelos equipamentos desportivos apoiados (n.º)	Realização Executada	0	0	0	65.646	249.098		249.098
	Realização Contratada	0	0	0	569.663	551.932		551.932
	Metas	-	-	-	-	-	500.000	-
Intervenções integradas de requalificação urbana (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	55	-	55
	Realização Contratada	0	8	55	55	327	-	327
	Metas	-	-	-	2	-	50	-
População abrangida por Intervenções de requalificação urbana apoiadas (n.º)	Realização Executada	0	0	0	185.509	487.946	-	487.946
	Realização Contratada			220.570	1.127.271	1.102.373	-	1.102.373
	Metas	-	-	-	100.000	-	1.000.000	-
Cidades envolvidas em redes urbanas para a competitividade e projetos de valorização de vocação temática apoiadas (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	14	14	14	-	14
	Metas	-	-	-	8	-	14	-
Espaço público integrado em projetos de requalificação urbana que deixam de estar afetos à circulação automóvel (m2)	Realização Executada	0	0	0	0	4.830	-	4.830
	Realização Contratada	0	0	6.250	15.065	47.945	-	47.945
	Metas	-	-	-	8.000	-	15.000	-
Protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	8	37	36	34	-	34
	Metas	-	-	-	12	-	35	-
Área intervencionada por operações de regeneração urbana (m2)	Realização Executada	0	0		505.841	785.464	-	785.464
	Realização Contratada	0	0	138.030	3.052.495	6.752.556	-	6.752.556
	Metas	-	-	-	160.000	-	1.250.000	-
População abrangida por operação de regeneração urbana apoiadas (n.º)	Realização Executada	0	0	0	185509	487.946	-	487.946
	Realização Contratada	0	0	400.000	1.127.271	1.102.373	-	1.102.373
	Metas	-	-	-	24.000	-	1.000.000	-

Projetos apoiados (Qualificação dos Serviços Regionais de Mobilidade Territorial) (n.º)	Realização Executada	0	0	0	23	84	-	84
	Realização Contratada	0	0	49	139	188	-	188
	Metas	-	-	-	-	-	150	-
Novas Estradas (km)	Realização Executada	0	0	0	0	60,06	-	60,06
	Realização Contratada	0	0	7,323	76,751	93,85	-	93,85
	Metas	-	-	-	-	-	70	-
Estradas reconstruídas (km)	Realização Executada	0	0	0	170,5	519,15	-	519,15
	Realização Contratada	0	0	357,211	1.054,929	1.206,37	-	1.206,37
	Metas	-	-	-	-	-	1.500	-
Operações de tratamento de pontos negros rodoviários (n.º)	Realização Executada	0	0	0	0	0	-	0
	Realização Contratada	0	0	4	65	69	-	69
	Metas	-	-	-	22	-	76	-

Tabela 3.17 Eixo Prioritário 4 – Indicadores Comuns Comunitários

Indicadores			2007	2008	2009	2010	2011	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)									
Transportes	13. N.º de projetos	Realização Contratada	0	0	49	139	188		188
	14. N.º de km de novas estradas	Realização Contratada	0	0	7,3	76,8	93,85		93,85
	16. N.º de km de estradas reconstruídas	Realização Contratada	0	0	357,2	1.054,90	1.206,37		1.206,37
	17. N.º de km de novas ferrovias construídas (Metro do Porto)	Realização Contratada	0	0	0,7	8	8		8
	22. Acréscimo de população servida por intervenção de expansão de sistemas de transporte urbano (Metro do Porto)	Realização Contratada	0	0	38.940	161.342	161.342		161.342

Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização Contratada	0	0	0	143.123	181.898	181.898
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização Contratada	0	0	0	27.113	49.488	49.488
Educação	36. N.º de projetos (Educação)	Realização Contratada	0	241	254	287	331	331
	37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	0	52.907	55.933	66.466	88.910	88.910
Reabilitação Urbana	39. N.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades	Realização Contratada	0	0	14	387	489	489
Competitividade das Cidades	40. N.º de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Contratada	0	0	0	0	0	0

3.4.2. Análise qualitativa

Relativamente ao Eixo Prioritário 4 e no que se refere à Política de Cidades, o presente relatório aborda essencialmente os aspetos referentes às operações individuais incluídas nos Programas de Ação das Parcerias para a Regeneração Urbana e nos Programas Estratégicos das Redes Urbanas para a Competitividade e para a Inovação aprovados, quer no que se refere à sua execução física quer financeira.

Durante o ano de 2011 foram aprovadas 147 operações individuais que, acrescidas das 377 aprovadas durante os anos de 2009 e 2010, envolvem cerca de 340,68 milhões de euros de FEDER.

No ano de 2011, no âmbito das demais tipologias do Eixo IV, – incluindo a delegação de competências em associações de municípios através do estabelecimento de subvenções globais – foram abertos oito concursos, correspondentes a uma oferta de fundo a concurso de cerca de 81,38 milhões de euros, no âmbito dos quais foram submetidas 128 candidaturas. Foram decididos, durante o ano de 2011, onze concursos – cinco dos quais abertos em 2010 e seis abertos em 2011 -, que implicaram a análise de 56 operações, sendo o FEDER aprovado de 44,32 milhões de euros.

O ponto de situação dos concursos acima mencionados, encontra-se sintetizado no quadro seguinte:

Tabela 3.19 Ponto de Situação – Concursos abertos em 2011

Código concurso	Tipologia de Operação	Data de publicação do aviso de concurso	Estado do concurso	Data de Encerramento	Fundo a concurso	Candidaturas apresentadas		Justificação
						N.º	Investimento/ custo total	
AMP-RRE/1/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	13-12-2010	Decidido	28-02-2011	8.165.096	0	0	Concurso lançado apenas para o município de Espinho, que ficou deserto e foi reaberto em 24/03/2011
AMP-RRE/2/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	13-12-2010	Decidido	28-02-2011	1.367.929	2	2.186.487	Concurso lançado par os municípios de Matosinhos e Santo Tirso
RREB23/1/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	20-12-2010	Encerrado	29-07-2011	37.000.000	24	68.619.021	Encontram-se admitidas 13 candidaturas para um fundo a concurso de 37 M euros
AMP/RRE/1/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	07-12-2010	Decidido	28-02-2011	8.165.096	0	0	Concurso lançado apenas para o município de Espinho, que ficou deserto e foi reaberto em 24/03/2011
AMP/RRE/2/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	07-12-2010	Decidido	28-02-2011	1.367.929	0	0	Concurso lançado para os municípios de Matosinhos e Santo Tirso, que ficou deserto e foi reaberto em 13/12/2010
AMP/RRE/3/2010	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	07-12-2010	Decidido	14-03-2011	437.833	0	0	
AMP-RRE/1/2011	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	24-03-2011	Decidido	31-12-2011	8.165.096	3	8.165.096	Concurso lançado para o município de Espinho
AMP/RRE/2/2011	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	08-04-2011	Decidido	30-12-2011	435.423	1	432.831	
BM/III/RRE/01/2011	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	12-07-2011	Encerrado	31-12-2011	30.000.000	60	86.728.577	
MT/1/2008	Mobilidade Territorial	27-10-2008	Encerrado	31-03-2011	100.000.000	1	910.717	Foram submetidas 5 candidaturas, mas 4 estão já decididas e não aprovadas
CIM-TM/MT/01/2010	Mobilidade Territorial	17-01-2011	Decidido	30-12-2011	10.000.000	24	9.204.589	Foram submetidas 26 candidaturas, mas 2 foram não admitidas

AMP-PMU/1/2011	Mobilidade Territorial	06-12-2011	Decidido	30-12-2011	783.922	1	783.902	
CIM-TM/CUA/01/2010	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	17-01-2011	Decidido	31-12-2011	6.000.000	4	2.877.763	
CUA/1/2011-Bolsa de Mérito	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	24-05-2011	Decidido	02-06-2011	6.000.000	20	17.005.974	Foram submetidas 25 candidaturas, mas 5 estão já decididas e não aprovadas
EPE/1/2010	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	27-10-2010	Encerrado	08-12-2011	5.000.000	8	10.391.480	Foram submetidas 14 candidaturas, mas 6 estão já decididas e não aprovadas
EPE/1/2011-Bolsa de Mérito	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	25-05-2011	Encerrado	22-11-2011	20.000.000	15	40.770.534	Foram submetidas 17 candidaturas, mas 2 estão não aprovadas

(1) Nos avisos encerrados, mas ainda não decididos, foi considerado o valor do FEDER apresentado. Nos avisos cujo estado é decidido, considerou-se o FEDER aprovado. Quando, no mesmo aviso, há candidaturas já decididas e por decidir, optou-se por considerar os valores já decididos nas que já estão decididas.

Relativamente aos 11 concursos decididos em 2011, verifica-se que o prazo médio de decisão previsto era de 47 dias, de acordo com o conteúdo dos respetivos avisos de concurso, sendo que o prazo médio de decisão efetivo foi de 100 dias.

Os atrasos evidenciados na análise das candidaturas, efectuada pelas comunidades intermunicipais têm relação directa com o agravamento burocrático da tramitação dos procedimentos que, quer na fase de admissibilidade quer na fase de aprovação, são apreciadas e os respetivos pareceres são elaborados pelas CIM e AMP, sendo a competência para a decisão é da autoridade de gestão.

Acresce o facto da deficiente instrução das candidaturas implicar, com frequência, a necessidade de edidos de elementos e de esclarecimentos adicionais que permitam dotá-las dos elementos necessários à sua correcta análise. Para além disso, há a considerar a necessidade de articular a tarefa de análise das candidaturas com a de gestão e acompanhamento das operações já contratadas e com a execução em curso.

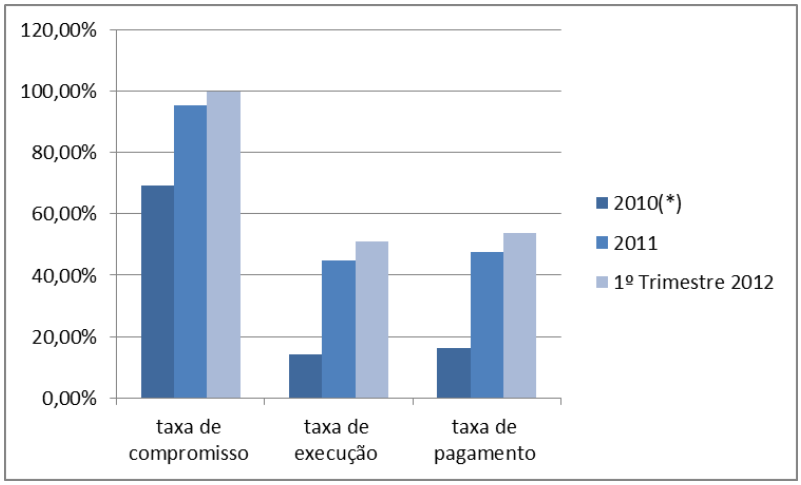
No que respeita à tipologia de beneficiários, para além dos promotores das candidaturas aprovadas no âmbito dos concursos decididos durante o ano de 2011, a análise é apresentada no quadro seguinte:

Tabela 3.20 Eixo Prioritário 4 – Tipologia de beneficiários

Tipologia	Municípios	Associações de Municípios	Empresas Municipais	Organismos da Administração Central	Empresas Públicas	Outros
CUA	14	-	6	-	-	-
RRE	4	-	-	-	-	-
MT	10	-	-	-	-	-

Numa análise comparativa da execução do Eixo Prioritário, representada no gráfico seguinte, regista-se um significativo incremento no decurso do ano de 2011, salientando-se a evolução da taxa de compromisso que passou de 69,13% em 2010 para 95,41% a 31 de Dezembro de 2011 e da taxa de execução que variou entre 14,19% em 2010 para 44,63% em 2011.

Análise da evolução



Salienta-se que, durante o primeiro trimestre de 2012, se continuou a registar uma evolução bastante significativa da taxa de execução que atingiu os 50,83%, bem como da taxa de pagamento que era de 53,60%. A taxa de compromisso registou evolução, tendo atingido os 99,76%.

BOAS PRÁTICAS QUE CUMPREM OS OBJETIVOS DA PROGRAMAÇÃO

Projeto: "Infantário Casa do Povo da Madalena"

Aviso	ES/1/2009
Designação	Infantário Casa do Povo da Madalena
Data de Contratação	31-03-2010
Nº da operação	NORTE-10-0156-FEDER-000201
Calendarização	08-07-2009 / 31-05-2011
Executor	Casa do Povo da Madalena - Associação Recreativa, Cultural e de Fomento Social
Objetivos	Com esta Operação pretende-se construir e equipar um equipamento social que inclui a valência creche, substituindo o existente (umas instalações - em pré-fabricado – que não cumpriam as condições atualmente exigidas, por lei). Esta nova construção - que cumpre toda a legislação em vigor - proporciona o aumento da capacidade da Creche para 48 crianças, reduzindo assim a lista de espera existente.
Ações	Construção de uma Creche
Investimento Elegível	445.714,29 €
Feder (70%)	312.000,00 €
Taxa de Execução (%)	90,66 %

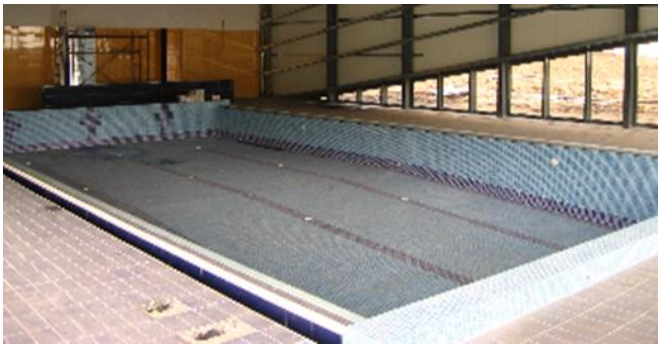
Evidências da realização do projeto

Projeto: "Unidade de Cuidados Continuados do Hospital Escola da Universidade Fernando Pessoa"

Aviso	ES/1/2010
Designação	Unidade de Cuidados Continuados do Hospital Escola da Universidade Fernando Pessoa
Data de Contratação	18-08-2011
Nº da operação	NORTE-10-0156-FEDER-000251
Calendarização	De 01-03-2011 a 01-12-2012
Executor	Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa - UFP
Objetivos	Construir e equipar uma Unidade de Cuidados Continuados (UCC) no 3º piso do Hospital Escola - Universidade Fernando Pessoa, no Concelho de Gondomar. Irá dispor de uma Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR) com capacidade para 30 utentes e de uma Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM) com capacidade para 30 utentes. Com este projeto pretende-se colmatar as necessidades prementes do Concelho de Gondomar, ao nível da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, onde não existe qualquer Unidade (de acordo com a informação disponibilizada no site da RNCCI, atualizada a 12-11-2010), bem como da Zona Norte, onde a taxa de ocupação nas tipologias de internamento a serem disponibilizadas são de 92% para UMDR e de 96% para a ULDM.
Ações	Construção e equipamento de uma Unidade de Cuidados Continuados
Investimento Elegível	2.016.683,00 €
Feder (70%)	1.411.678,10 €
Taxa de Execução (%)	86%

Evidências da realização do projeto

Projeto: "Modernização do Parque Escolar - Centro Educativo de Arões/Junqueira - Piscinas"



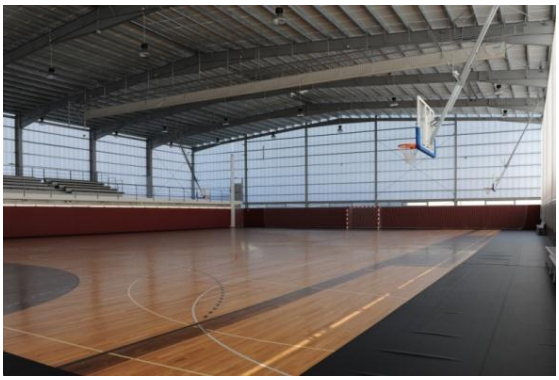
Aviso	ED/1/2009
Designação	Modernização do Parque Escolar - Centro Educativo de Arões/Junqueira - Piscinas
Data de Contratação	03-09-2010
Nº da operação	NORTE-10-0156-FEDER-000002
Calendarização	17-07-2009 / 15-05-2011
Executor	Município de Vale de Cambra
Objetivos	Construção de Piscina integrada nas instalações de um centro educativo (Jardim de Infância e 1º ciclo, servindo 164 crianças). O tanque terá as dimensões horizontais de 7,00 x 14,00 m. A Piscina está dotada de infraestruturas indispensáveis à prática da natação e dos desportos aquáticos, nomeadamente a água aquecida e climatização ambiente, balneários e instalações sanitárias para público de ambos os sexos e para deficientes, zona de arrumos e respetiva casa das máquinas. Este equipamento ficará preparado para servir simultaneamente a comunidade, tendo sido criadas as condições de uso e de acesso independente, para não interferir com o normal funcionamento da escola. A construção do centro escolar é financiada no âmbito da operação NORTE-03-0344-FEDER-000203.
Ações	Construção – Empreitada "Modernização Parque Escolar - Centro Educativo Arões/Junqueira – Piscinas"
Investimento Elegível	421.419,24 €
Feder (80%)	337.135,39 €
Taxa de Execução (%)	99 %

Evidências da realização do projeto

Projeto: “Pavilhão Municipal do Padrão da Légua”

Aviso	ED/1/2009
Designação	Pavilhão Municipal do Padrão da Légua
Data de Contratação	24-08-2010
Nº da operação	NORTE-10-0156-FEDER-000144
Calendarização	01-12-2007 / 30-05-2009
Executor	Município de Matosinhos
Objetivos	Construção de um pavilhão gimnodesportivo do tipo 44x30m com bancada amovível para 150 lugares e área desportiva complementar com 16x14m.
Ações	Construção – Contrato de Empreitada de Pavilhão Municipal Padrão
Investimento Elegível	714.285,71 €
Feder (80%)	500.000,00 €
Taxa de Execução (%)	100 %

Evidências da realização do projeto



Projeto: "Regeneração e revitalização do Parque da Ponte"

Aviso	PRU 2/2008
Designação	Regeneração e revitalização do Parque da Ponte
Data de Contratação	14 de Julho de 2010
Nº da operação	NORTE-10-0241-FEDER-000164
Calendarização	Início:13-01-2009; conclusão:31-03-2012
Executor	Município de Braga
Objetivos	O Parque da Ponte, com uma área total de 65 000m², prevê-se que da intervenção conjunta no Rio Este, Monte do Picoto e Parque da Ponte resulte uma área verde contínua de grande dimensão, prolongada ainda pela zona desportiva envolvente do Estádio 1º de Maio e Parque de Campismo. Esta intervenção tem como principais objetivos o reordenamento espacial e funcional do parque, levando a um reforço da atratividade desta cidade através da preservação e valorização deste espaço de excelência urbana. Toda a operação visou essencialmente transformar o Parque da Ponte num espaço mais funcional e que responda às necessidades dos cidadãos. Esta operação contribui para a qualificação do ambiente urbano e dos fatores determinantes da qualidade de vida da população, pois será um espaço agradável para o usufruto de todos os cidadãos, com uma diversidade enorme de espaços e atividades.
Ações	A operação de Requalificação Urbanística do Parque da Ponte compreende as seguintes ações: - Auditório ao ar-livre; - Jardim do lago; - Infraestruturas elétricas e telecomunicações; - Rede de rega e arrelvamento; - Parque infantil; - Jardim de S. João
Entidades Parceiras	(não aplicável)
Investimento Elegível	2.203.500,00€
Feder (80%)	1.768.322,08€
Taxa de Execução (%)	90%

Evidências da realização do projeto.

Projeto: "Iluminação do Centro Histórico 2ª Fase"

Aviso	Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU/1/2008)
Designação	Iluminação do Centro Histórico 2ª Fase
Data de Contratação	18-11-2010
Nº da operação	NORTE-10-0241-FEDER-000306 (NORTE-04-0241-FEDER-000708)
Calendarização	30-05-2009 a 16-04-2012
Executor	Município de Melgaço
Objectivos	Substituir o actual sistema de iluminação pública do Núcleo Central do Centro Histórico, que se encontra obsoleto, concedendo às ruas que o compõem uma nova imagem de modernidade urbana.
Acções	Pretende-se com esta operação qualificar a iluminação pública do interior do casco histórico.
Investimento Elegível	58.380,00 €
Feder (80%)	46.704,00 €
Taxa de Execução	94,12%

Evidências da realização do projeto:

Projeto: "Qualificação do Espaço Público do Toural, Alameda, e Rua de St. António"

Aviso	PRU/2/2008 – Grandes Centros
Designação	Qualificação do Espaço Público do Toural, Alameda, e Rua de St. António
Data de Contratação	6 de Outubro de 2010
Nº da operação	NORTE-10-0241-FEDER-000312
Calendarização	Início:01-01-2009; conclusão:28-04-2012
Executor	Município de Guimarães
Objetivos	- Promover a excelência do espaço público, reforçando o sentido de pertença à comunidade e privilegiando a prática acentuada da socialização e cidadania; - Reinfraestruturar todo o espaço público, quer ao nível das suas infraestruturas básicas, quer no que reporta às suas infraestruturas habilitantes e equipamento / mobiliário urbano; - Gerar valor acrescentado do ponto de vista ambiental, promovendo e reforçando a componente arbórea do espaço em conjugação com a racionalização viária e disciplina do estacionamento automóvel; - Favorecer a circulação pedonal, alargando o espaço de usufruto em detrimento do decréscimo de área afeta ao trânsito automóvel; - Reinterpretar e valorizar o papel da arte pública, introduzindo uma nova forma de enriquecer o espaço público através do tratamento plástico do pavimento da Praça do Toural;
Ações	a. Infraestruturação de toda a área não só ao nível daquelas infraestruturas de suporte como também aquelas mais habilitantes para a prática científica, cultural, turística e de socialização (banda larga, telecomunicações, …); b. Tratamento de toda a superfície deste conjunto urbano, quer através da sua pavimentação qualificada, quer no tratamento natural e arbóreo em coerência com o projeto e princípios gerais de intervenção adotados; c. Colocação e enriquecimento do espaço com o equipamento e mobiliário urbano necessários à criação das condições de conforto ao usufruto do espaço público.
Entidades Parceiras	(não aplicável)
Investimento Elegível	5.970.000,00 €
Feder (85%)	5.044.795,70 €
Taxa de Execução (%)	100 %
Evidências da realização do projeto.	

3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Considerando que, no caso da política de cidades, o ano de 2011 foi de intenso trabalho de aprovação das operações individuais incluídas nos Programas de Ação das Parcerias para a Regeneração Urbana e nos Programas Estratégicos das Redes Urbanas para a Competitividade e para a Inovação, a insuficiente instrução e maturação das candidaturas apresentadas continuou a ser um problema a ter em consideração, exigindo medidas para a sua minimização.

Para além da situação exposta, os principais problemas encontrados prendem-se, com os atrasos na execução das operações contratadas, situação relacionada com a difícil conjuntura económica que o país atravessa sendo agravada pela morosidade de alguns dos procedimentos de contratação pública das empreitadas e aquisições de serviços e dos procedimentos conducentes à obtenção de visto do Tribunal de Contas.

Em termos de execução, existe igualmente um problema de insuficiente instrução dos processo, nomeadamente a nível dos processos referentes à verificação dos procedimentos da contratação pública, o que origina, por um lado, atrasos na submissão dos pedidos de pagamento e, por outro, tempos de análise e de pagamento superiores aos prazos instituídos. No entanto, no que respeita aos pedidos de pagamento, a situação tem vindo a melhorar, situação que tem contribuído também para o aumento significativo da taxa de execução.

No sentido de combater esta situação, deu-se continuidade às medidas já em curso nos anos anteriores, que a seguir se referem:

- Apoio do Secretariado Técnico dos Eixos 3 e 4 no sentido de esclarecer e instruir os promotores, feito tanto presencialmente (reuniões de trabalho) com por contactos telefónicos (linha dedicada do novonorte 34) e por correio electrónico (www.novonorte.34@ccdr-n.pt);

- dentro das possibilidades regulamentares, aceitação de reformulações temporais das operações, de modo a garantir a sua completa execução;

- produção de orientações de gestão com o objectivo de dirimir as dúvidas existentes;

- melhoria em contínuo do Manual de Gestão, de modo a pormenorizar mais todos os procedimentos a adoptar.

As medidas indicadas têm vindo a produzir efeitos, conforme se pode verificar pelos resultados obtidos durante o ano de 2011, tendo-se registado uma taxa de compromisso de 95,41% correspondente a 1.143,17 milhões de euros de Feder, e uma taxa de execução de 44,63%, correspondendo a cerca de 550,28 milhões de euros. Analisando o montante de fundo executado, no eixo prioritário 3, a 31 de Março de 2012, verifica-se que a taxa de execução que atingiu os 50,83%, e taxa de compromisso os 99,76%.

3.5 Subvenção Global

Como já decorria da avocação de competências realizada em 2010, à AG compete a abertura de Avisos de candidatura, mediante proposta das CIM/AMP, bem como a aprovação das respectivas candidaturas.

Acrescem actualmente a estas competências também a gestão ativa da Bolsa de Mérito, nomeadamente quanto à iniciativa de abertura de Avisos de Candidatura. O quadro seguinte dá conta dessa actividade, sendo de realçar que, no âmbito da Bolsa de Mérito, todos os Avisos se encontram encerrados sendo que apenas o Aviso do Ciclo Urbano da Água se encontra concluído em termos de apreciação e aprovação das candidaturas submetidas; por outro lado, regista-se que um Aviso não tem qualquer candidatura aprovada.

	CONCURSOS LANÇADOS																				
AG/CIM/AMP	**EIXO 1**				**EIXO 2**				**EIXO 3**				**EIXO 4**				**Req. REDE ESCOLAR**				Total AG/AMP/CIM
	1	**2**	**3**	**4**	**1**	**2**	**3**	**4**	**1**	**2**	**3**	**4**	**1**	**2**	**3**	**4**	**1**	**2**	**3**	**4**	
BOLSA DE MÉRITO				2				1							1				1	1	6
AMP		1													1			1			3
CIM Ave		2				1				1				3				1			8
CIM Cávado																		1			1
CIM Douro														3				1			4
CIM Minho-Lima																		1			1
CIM Tâmega/Sousa														3				2			5
CIM Trás-os-Montes	1					1							1	2							5
Total EIXO	1	3	0	2	0	2	0	1	0	1	0	0	1	11	2	0	0	7	1	1	33

Legenda:

1 Concursos lançados em 2009 e decididos em 2011

2 Concursos lançados em 2010 e decididos em 2011

3 Concursos lançados em 2011 e decididos em 2011

4 Concursos lançados em 2011 e encerrados em 2011 mas em contínuo em termos de aprovação

Durante o ano de 2011 foram aprovadas pela AG, 176 operações, das quais 105 no âmbito de Avisos propostos pelas CIM/AMP e 71 no quadro da Bolsa de Mérito.

Em termos acumulados, encontram-se aprovadas, até 31.12.2011, 692 operações traduzindo um acréscimo relativamente ao período anterior, de 34%.

No quadro seguinte apresentam-se os montantes de investimento total, investimento elegível e FEDER associados às operações aprovadas em 2011, verificando-se um relativo equilíbrio entre as diversas CIM/AMP quer no número de operações aprovadas quer no FEDER.

CANDIDATURAS, INVESTIMENTO E FEDER APROVADOS ATÉ 2011

CIM/AMP	Nº de Operações (*)	Investimento Total (*)	Investimento Elegível (*)	FEDER (*)
AMP	153	258.620.720,41 €	212.700.939,00 €	165.226.439,79 €
CIM AVE	69	96.235.266,59 €	84.244.243,76 €	67.313.375,89 €
CIM Cávado	77	71.812.737,04 €	68.928.000,59 €	54.676.700,87 €
CIM Douro	87	112.493.170,66 €	106.030.428,87 €	84.297.466,99 €
CIM Minho-Lima	88	135.716.066,73 €	119.353.961,16 €	95.270.763,88 €
CIM TS	135	214.813.522,64 €	186.594.545,75 €	146.724.813,45 €
CIM TM	83	92.423.339,35 €	87.997.807,12 €	66.037.579,87 €
Total Geral	692	982.114.823,42 €	865.849.926,25 €	679.547.140,74 €

* Inclui Bolsa de Mérito e Operações a transferir para o POVT

O FEDER aprovado no âmbito de candidaturas, no valor de 679.547.140,74 €, corresponde a cerca de 112% da dotação global contratualizada no contexto da 3ª Adenda. O acréscimo verificado relativamente ao valor da Subvenção Global Contratualizada decorre da aprovação de operações no âmbito da Bolsa de Mérito.

O montante de Feder aprovado em 2011, corresponde a 24% do total do Fundo já aprovado, continuando a ter expressão maioritária o Eixo 4. A distribuição deste Fundo pelos Eixos Prioritários contratualizados apresenta-se no quadro seguinte:

FEDER APROVADO EM 2011 POR EIXO *

CIM/AMP	EIXO 1			EIXO 2			EIXO 3			EIXO 4			Total Geral
	AMP/CIM	BM	Total	AMP/CIM	BM	Total	AMP/CIM	BM	Total	AMP/CIM	BM	Total	
AG-Bolsa de Mérito	**- €**	**854.434,09 €**	**854.434,09 €**	**- €**	**14.798.615,98 €**	**14.798.615,98 €**	**- €**	**- €**	**- €**	**- €**	**60.072.325,22 €**	**60.072.325,22 €**	**75.725.375,29 €**
AMP	3.601.405,76 €	- €	**3.601.405,76 €**	- €	6.377.222,37 €	**6.377.222,37 €**	- €	- €	**- €**	10.784.413,99 €	8.119.696,85 €	**18.904.110,84 €**	**28.882.738,97 €**
CIM AVE	1.608.151,74 €	- €	**1.608.151,74 €**	135.655,62 €	- €	**135.655,62 €**	147.789,44 €	- €	**147.789,44 €**	10.509.091,63 €	4.674.938,83 €	**15.184.030,46 €**	**17.075.627,26 €**
CIM Cávado	- €	- €	**- €**	- €	- €	**- €**	- €	- €	**- €**	8.717.015,01 €	300.408,95 €	**9.017.423,96 €**	**9.017.423,96 €**
CIM Douro	- €	- €	**- €**	- €	2.104.794,54 €	**2.104.794,54 €**	- €	- €	**- €**	19.657.030,94 €	8.139.085,56 €	**27.796.116,50 €**	**29.900.911,04 €**
CIM ML	- €	854.434,09 €	**854.434,09 €**	- €	775.218,86 €	**775.218,86 €**	- €	- €	**- €**	403.333,09 €	27.086.577,73 €	**27.489.910,82 €**	**29.119.563,77 €**
CIM TS	- €	- €	**- €**	- €	4.268.879,48 €	**4.268.879,48 €**	- €	- €	**- €**	19.194.030,37 €	7.030.581,78 €	**26.224.612,15 €**	**30.493.491,63 €**
CIM TM	510.999,99 €	- €	**510.999,99 €**	1.844.392,55 €	1.272.500,73 €	**3.116.893,28 €**	- €	- €	**- €**	16.208.446,05 €	4.721.035,52 €	**20.929.481,57 €**	**24.557.374,84 €**
Total Geral	**5.720.557,49 €**	**854.434,09 €**	**6.574.991,58 €**	**1.980.048,17 €**	**14.798.615,98 €**	**16.778.664,15 €**	**147.789,44 €**	**- €**	**147.789,44 €**	**85.473.361,08 €**	**60.072.325,22 €**	**145.545.686,30 €**	**169.047.131,47 €**

(*) Inclui Operações a transferir para Programas Temáticos (POVT e POFC)

A conclusão anterior - elevada concentração de FEDER no Eixo 4 aprovado em 2011 - encontra respaldo reforçado quando analisamos a distribuição do FEDER aprovado até final de 2011 por Eixo prioritário e por Tipologia de Operações.

FEDER APROVADO ATÉ 2011 POR EIXO (*)

	EIXO 1			EIXO 2			EIXO 3			EIXO 4			Total Geral		
	AMP/CIM	BM	Total AMP/CIM	AMP/CIM	BM	Total AMP/CIM	AMP/CIM	BM	Total AMP/CIM	AMP/CIM	BM	Total AMP/CIM	AMP/CIM	BM	Total AMP/CIM
AMP	10.615.380,34 €	- €	10.615.380,34 €	4.880.071,82 €	6.377.222,37 €	11.257.294,19 €	1.085.027,04 €	- €	1.085.027,04 €	134.149.041,37 €	8.119.696,85 €	142.268.738,22 €	150.729.520,57 €	14.496.919,22 €	165.226.439,79 €
CIM Ave	1.608.151,74 €	- €	1.608.151,74 €	1.060.553,00 €	- €	1.060.553,00 €	147.789,44 €	- €	147.789,44 €	59.821.942,88 €	4.674.938,83 €	64.496.881,71 €	62.638.437,06 €	4.674.938,83 €	67.313.375,89 €
CIM Cávado	2.098.352,80 €	- €	2.098.352,80 €	1.809.909,44 €	- €	1.809.909,44 €	436.018,33 €	- €	436.018,33 €	50.032.011,35 €	300.408,95 €	50.332.420,30 €	54.376.291,92 €	300.408,95 €	54.676.700,87 €
CIM Douro	1.049.969,51 €	- €	1.049.969,51 €	2.493.763,58 €	2.104.794,54 €	4.598.558,12 €	- €	- €	- €	70.509.853,80 €	8.139.085,56 €	78.648.939,36 €	74.053.586,89 €	10.243.880,10 €	84.297.466,99 €
CIM ML	2.853.352,95 €	854.434,09 €	3.707.787,04 €	1.955.496,99 €	775.218,86 €	2.730.715,85 €	359.999,69 €	- €	359.999,69 €	61.385.683,57 €	27.086.577,73 €	88.472.261,30 €	66.554.533,20 €	28.716.230,68 €	95.270.763,88 €
CIM TS	1.178.219,59 €	- €	1.178.219,59 €	4.317.379,53 €	4.268.879,48 €	8.586.259,01 €	- €	- €	- €	129.929.753,07 €	7.030.581,78 €	136.960.334,85 €	135.425.352,19 €	11.299.461,26 €	146.724.813,45 €
CIM TM	2.424.447,97 €	- €	2.424.447,97 €	4.177.726,39 €	1.272.500,73 €	5.450.227,12 €	- €	- €	- €	53.441.869,26 €	4.721.035,52 €	58.162.904,78 €	60.044.043,62 €	5.993.536,25 €	66.037.579,87 €
Total Geral	**21.827.874,90 €**	**854.434,09 €**	**22.682.308,99 €**	**20.694.900,75 €**	**14.798.615,98 €**	**35.493.516,73 €**	**2.028.834,50 €**	**- €**	**2.028.834,50 €**	**559.270.155,30 €**	**60.072.325,22 €**	**619.342.480,52 €**	**603.821.765,45 €**	**75.725.375,29 €**	**679.547.140,74 €**

(*) Inclui Operações a transferir para o POVT

O remanescente para a dotação contratualizada encontra-se afeto a reprogramaçãoes financeiras de operações.

Da análise constata-se uma elevada concentração no Eixo 4, o qual representa 86% do FEDER aprovado em 2011 e 91,1% do total Feder aprovado até ao final do período em análise.

É importante realçar que, e sem embargo de confirmação da expressão deste Eixo já registada em períodos anteriores, o actual Eixo 4 concentra, para além das tipologias já anteriores à Reprogramação, também as tipologias de investimento com maior peso financeiro provenientes do anterior Eixo III.

É particularmente importante ressalvar que o valor de FEDER aprovado até final de 2011, num montante superior a 679 milhões de euros, reflecte todos os movimentos financeiros positivos e negativos registados na gestão das candidaturas, nomeadamente aprovações, que já se apresentaram em quadro anterior, bem como desistências e reprogramações, cujos valores não se detalham.

Mas para conhecermos melhor esta concentração tão expressiva de Feder, parece relevante analisar as diversas tipologias de investimento e o valor do Fundo que lhe está associado.

TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES E FEDER ASSOCIADO*								
Tipologia	Nº Operações			Peso relativo (operações) por Tipologia	FEDER			Peso relativo (FEDER) por Tipologia
	BM	AMP/CIM	Total		BM	AMP/CIM	Total Fundo	
Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística		9	9	1,30%		11.687.298,93 €	11.687.298,93 €	1,72%
Apoio à Modernização Administrativa		23	23	3,32%		5.861.800,53 €	5.861.800,53 €	0,86%
Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	20	34	54	7,80%	17.005.973,72 €	36.355.393,22 €	53.361.366,94 €	7,85%
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento		7	7	1,01%		1.906.939,66 €	1.906.939,66 €	0,28%
Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	7		7	1,01%	22.382.093,62 €		22.382.093,62 €	3,29%
Mobilidade Territorial		198	198	28,61%		106.665.206,98 €	106.665.206,98 €	15,70%
Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental		7	7	1,01%		2.028.834,50 €	2.028.834,50 €	0,30%
Promoção e Capacitação Institucional	12	2	14	2,02%	854.434,09 €	2.371.835,78 €	3.226.269,87 €	0,47%
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	16	315	331	47,83%	20.684.257,88 €	416.249.555,10 €	436.933.812,98 €	64,30%
Valorização Económica de Recursos Específicos	16	26	42	6,07%	14.798.615,98 €	20.694.900,75 €	35.493.516,73 €	5,22%
Total Geral	**71**	**621**	**692**	**100,00%**	**75.725.375,29 €**	**603.821.765,45 €**	**679.547.140,74 €**	**100,00%**
*Inclui operações a transferir para o POVT								

No contexto das tipologias de investimento, assume particular relevância e expressão as operações relativas à Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico. Em termos financeiros, esta tipologia ascende a cerca de 437 milhões de euros, o que corresponde a uma percentagem superior a 64% do total Feder aprovado, evidenciando um elevadíssimo esforço nesta temática cuja orientação política lhe conferiu uma prioridade estratégica; em termos físicos, esta tipologia também apresenta a maior expressão dentro da Contratualização, no âmbito da qual se encontram aprovadas 331 operações o que representa 47% do total de aprovações.

Em segundo lugar surge a tipologia Mobilidade Territorial, onde assumem maior expressão os investimentos na qualificação dos níveis de serviço da rede viária, com 198 candidaturas aprovadas totalizando um investimento de 144,6 milhões de euros e que beneficiaram de uma comparticipação FEDER no montante de 106,6 milhões de euros.

As restantes tipologias de investimento, onde se inclui o Ciclo Urbano da Água, apresentam 163 candidaturas aprovadas a que corresponde um investimento total de cerca de 197 milhões de euros e um FEDER associado de 135, 9 milhões de euros.

FEDER APROVADO ATÉ 2011 POR EIXO (*)

	EIXO 1			EIXO 2			EIXO 3			EIXO 4			Total Geral		
	AMP/CIM	BM	Total AMP/CIM	AMP/CIM	BM	Total AMP/CIM	AMP/CIM	BM	Total AMP/CIM	AMP/CIM	BM	Total AMP/CIM	AMP/CIM	BM	Total AMP/CIM
AMP	10.615.380,34 €	- €	10.615.380,34 €	4.880.071,82 €	6.377.222,37 €	11.257.294,19 €	1.085.027,04 €	- €	1.085.027,04 €	134.149.041,37 €	8.119.696,85 €	142.268.738,22 €	150.729.520,57 €	14.496.919,22 €	165.226.439,79 €
CIM Ave	1.608.151,74 €	- €	1.608.151,74 €	1.060.553,00 €	- €	1.060.553,00 €	147.789,44 €	- €	147.789,44 €	59.821.942,88 €	4.674.938,83 €	64.496.881,71 €	62.638.437,06 €	4.674.938,83 €	67.313.375,89 €
CIM Cávado	2.098.352,80 €	- €	2.098.352,80 €	1.809.909,44 €	- €	1.809.909,44 €	436.018,33 €	- €	436.018,33 €	50.032.011,35 €	300.408,95 €	50.332.420,30 €	54.376.291,92 €	300.408,95 €	54.676.700,87 €
CIM Douro	1.049.969,51 €	- €	1.049.969,51 €	2.493.763,58 €	2.104.794,54 €	4.598.558,12 €	- €	- €	- €	70.509.853,80 €	8.139.085,56 €	78.648.939,36 €	74.053.586,89 €	10.243.880,10 €	84.297.466,99 €
CIM ML	2.853.352,95 €	854.434,09 €	3.707.787,04 €	1.955.496,99 €	775.218,86 €	2.730.715,85 €	359.999,69 €	- €	359.999,69 €	61.385.683,57 €	27.086.577,73 €	88.472.261,30 €	66.554.533,20 €	28.716.230,68 €	95.270.763,88 €
CIM TS	1.178.219,59 €	- €	1.178.219,59 €	4.317.379,53 €	4.268.879,48 €	8.586.259,01 €	- €	- €	- €	129.929.753,07 €	7.030.581,78 €	136.960.334,85 €	135.425.352,19 €	11.299.461,26 €	146.724.813,45 €
CIM TM	2.424.447,97 €	- €	2.424.447,97 €	4.177.726,39 €	1.272.500,73 €	5.450.227,12 €	- €	- €	- €	53.441.869,26 €	4.721.035,52 €	58.162.904,78 €	60.044.043,62 €	5.993.536,25 €	66.037.579,87 €
Total Geral	**21.827.874,90 €**	**854.434,09 €**	**22.682.308,99 €**	**20.694.900,75 €**	**14.798.615,98 €**	**35.493.516,73 €**	**2.028.834,50 €**	**- €**	**2.028.834,50 €**	**559.270.155,30 €**	**60.072.325,22 €**	**619.342.480,52 €**	**603.821.765,45 €**	**75.725.375,29 €**	**679.547.140,74 €**

(*) Inclui Operações a transferir para o POVT

O remanescente para a dotação contratualizada encontra-se afeto a reprogramações financeiras de operações.

Para finalizar a análise global, torna-se fundamental avaliar o esforço desenvolvido quer pelas EAT das CIM/AMP quer pela AG, na perspectiva da comparabilidade entre o compromisso assumido através da aprovação de FEDER e a dotação contratualizada com as CIM/AMP, acrescida da Bolsa de Mérito.

OPERAÇÕES CONTRATADAS E FEDER APROVADO ATÉ 2011

CIM/AMP	Nº de Operações Contratadas			Investimento Total*	Investimento Elegível*	FEDER		Taxa de Aprovação relativa ao Contratualizado (3ª Adenda)	Taxa de Aprovação Relativa à Dotação Global
	AMP/CIM	BM	Total			Aprovado até 2011 (Contratualizado+ BM)	Contratualizado até 2011 (3ª Adenda)		
AMP	138	15	153	258.620.720,41 €	212.700.939,00 €	165.226.439,79 €	154.728.963,89 €	106,78%	22,8%
CIM Ave	67	2	69	96.235.266,59 €	84.244.243,76 €	67.313.375,89 €	65.062.905,96 €	103,46%	9,3%
CIM Cávado	76	1	77	71.812.737,04 €	68.928.000,59 €	54.676.700,87 €	56.248.191,01 €	97,21%	7,6%
CIM Douro	76	11	87	112.493.170,66 €	106.030.428,87 €	84.297.466,99 €	74.226.749,09 €	113,57%	11,7%
CIM ML	61	27	88	135.716.066,73 €	119.353.961,16 €	95.270.763,88 €	67.463.483,12 €	141,22%	13,2%
CIM TS	124	11	135	214.813.522,64 €	186.594.545,75 €	146.724.813,45 €	135.347.924,00 €	108,41%	20,3%
CIM TM	79	4	83	92.423.339,35 €	87.997.807,12 €	66.037.579,87 €	53.017.581,25 €	124,56%	9,1%
Total	621	71	692	982.114.823,42 €	865.849.926,25 €	679.547.140,74 €	606.095.798,32 €	112,12%	**94,0%**
							BM 117.000.000,00 €		
							TOTAL 723.095.798,32 €		

* Inclui operações aprovadas na BM e operações a transferir para Programas Temáticos (POVT e POFC)

Verifica-se uma taxa de compromisso global relativa ao valor da Subvenção Global contratualizada no âmbito das 3ª Adendas ao Contrato de Delegação de Competências, da ordem dos 112%. Contudo, e como não podia deixar de ser, esta taxa situa-se em 94% quando consideramos a totalidade dos recursos financeiros afetos à Contratualização, ou seja, a Subvenção Global Contratualizada na 3ª Adenda adicionada da Bolsa de Mérito. Importa também reter que se encontram contidas nesta análise todas as operações a

transferir para Programas Temáticos, cujo número ascende a 33 operações que representam um Feder ligeiramente superior a 28 milhões de €.

Permite também confirmar o elevado desempenho das CIM na gestão da Subvenção Global e na captação de verbas adicionais provenientes da BM, destacando-se a CIM Minho-Lima com uma taxa de compromisso relativa à sua dotação superior a 140%.

As 692 candidaturas aprovadas até final de 2011 representam um investimento total superior a 982 milhões de euros, comparticipados em mais de 679 milhões euros de FEDER.

TRANSFERÊNCIA DE OPERAÇÕES PARA PROGRAMAS TEMÁTICOS

Também não pode deixar de se fazer uma particular referência às operações aprovadas no âmbito do CUA - Ciclo Urbano da Água, do CIMA – Apoio à Modernização Administrativa bem como da Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento ambiental, e que transitarão para o Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), bem como para o Programa Operacional Fatores de Competitividade (POFC).

Esta transferência ocorre na sequência da Reprogramação do QREN e da alteração dos respetivos Regulamentos Específicos. As diligências com vista à transferência tiveram início em 2011 mas no final do período em análise a operação de transferência ainda não se tinha concretizado devido à publicação do respectivo Regulamento Específico só ter ocorrido em Janeiro de 2012.

Encontram-se nesta situação 33 operações cujo valor Feder ascende a cerca de 28 milhões de euros. Os meios financeiros a libertar pela transferência destas operações constituirão reforço regional a afetar à Bolsa de Mérito.

Identificam-se, no quadro infra, os Programas Operacionais de destino e os montantes em causa:

OPERAÇÕES A TRANSFERIR PARA PO TEMÁTICOS			
Programa	**Tipologia**	**N.º Operações**	**FEDER**
POVT	Ciclo Urbano da Água	31	27.519.185,75 €
	Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	1	147.789,44 €
Total POVT		**32**	**27.666.975,19 €**
POFC	Apoio à Modernização Administrativa	1	553.191,74 €
TOTAIS		**33**	**28.220.166,93 €**

EXECUÇÃO FINANCEIRA

Sem embargo da Contratualização apresentar uma elevada taxa global de compromisso, o quadro seguinte evidencia o ponto de situação da execução financeira. Parece-nos relevante evidenciar o esforço de execução empreendido pelos beneficiários, passando de uma taxa de realização, em 2010, de 31% para uma taxa de 56% em 2011, o que corresponde a um acréscimo de mais de 80%.

EXECUÇÃO FINANCEIRA - FEDER VALIDADO ATÉ 31.12.2011*

CIM/AMP	EIXO 1			EIXO 2			EIXO 3			EIXO 4			Total Geral
	Dotação Contratualizada	BM	Total	Dotação Contratualizada	BM	Total	Dotação Contratualizada	BM	Total	Dotação Contratualizada	BM	Total	
AMP	1.680.992,25 €	- €	1.680.992,25 €	1.735.133,80 €	- €	1.735.133,80 €	69.953,16 €	- €	69.953,16 €	84.380.931,93 €	- €	84.380.931,93 €	**87.867.011,14 €**
CIM AVE	257.357,98 €	- €	257.357,98 €	297.585,71 €	- €	297.585,71 €	- €	- €	- €	40.850.186,81 €	195.387,08 €	41.045.573,89 €	**41.600.517,58 €**
CIM Cávado	1.039.357,38 €	- €	1.039.357,38 €	1.809.909,30 €	- €	1.809.909,30 €	246.279,30 €	- €	246.279,30 €	23.457.755,78 €	247.874,47 €	23.705.630,25 €	**26.801.176,23 €**
CIM Douro	936.778,28 €	- €	936.778,28 €	2.143.207,41 €	- €	2.143.207,41 €	- €	- €	- €	46.948.329,07 €	- €	46.948.329,07 €	**50.028.314,76 €**
CIM ML	2.111.951,30 €	78.020,00 €	2.189.971,30 €	1.508.861,15 €	55.153,10 €	1.564.014,25 €	343.163,85 €	- €	343.163,85 €	52.426.527,60 €	5.754.757,18 €	58.181.284,78 €	**62.278.434,18 €**
CIM TS	950.916,44 €	- €	950.916,44 €	1.978.732,47 €	28.822,82 €	2.007.555,29 €	- €	- €	- €	71.012.765,86 €	- €	71.012.765,86 €	**73.971.237,59 €**
CIM TM	1.801.796,50 €	- €	1.801.796,50 €	1.904.893,06 €	- €	1.904.893,06 €	- €	- €	- €	34.332.595,32 €	- €	34.332.595,32 €	**38.039.284,88 €**
Total Geral	**8.779.150,13 €**	**78.020,00 €**	**8.857.170,13 €**	**11.378.322,90 €**	**83.975,92 €**	**11.462.298,82 €**	**659.396,31 €**	**- €**	**659.396,31 €**	**353.409.092,37 €**	**6.198.018,73 €**	**359.607.111,10 €**	**380.585.976,36 €**

(*) Inclui Operações a transferir para Programas Temáticos (POVT e POFC)

A análise do quadro seguinte permite-nos constatar, por confronto com informação já disponibilizada anteriormente, que existe algum atraso quer na realização quer na execução quando comparadas com a dinâmica de lançamento e aprovação de candidaturas. De facto a taxa de realização de 56% apresenta um desfasamento com a taxa de compromisso (94%).

É igualmente notório o desequilíbrio, ao nível da execução, entre as diversas tipologias de projectos inseridos nos diferentes eixos prioritários. Assistimos a uma elevada concentração da execução nos projectos do Eixo 4 (onde se inserem as tipologias referentes à Requalificação da Rede Escolar, Mobilidade Territorial e Ciclo Urbano da Água); este Eixo apresenta uma taxa de realização de 58% enquanto os restantes Eixos se situam entre 32% e 40%, sem embargo de algumas situações muito próximas da realização total.

AMP/CIM	EIXO 1			EIXO 2			EIXO 3			EIXO 4			Fundo Aprovado TOTAL	FundoValidado Total	Tx. Realização
	FundoAprovado	FundoValidado	Tx. Realização	FundoAprovado	FundoValidado	Tx. Realização	FundoAprovado	FundoValidad	Tx. Realização	FundoAprovado	FundoValidado	Tx. Realização			
AMP	10.615.380,34 €	1.680.992,25 €	15,84%	11.257.294,19 €	1.735.133,80 €	15,41%	1.085.027,04 €	69.953,16 €	6,45%	142.268.738,22 €	84.380.931,93 €	59,31%	165.226.439,79 €	87.867.011,14 €	53,18%
CIM Ave	1.608.151,74 €	257.357,98 €	16,00%	1.060.553,00 €	297.585,71 €	28,06%	147.789,44 €	- €	0,00%	64.496.881,71 €	41.045.573,89 €	63,64%	67.313.375,89 €	41.600.517,58 €	61,80%
CIM Cávado	2.098.352,80 €	1.039.357,38 €	49,53%	1.809.909,44 €	1.809.909,30 €	100,00%	436.018,33 €	246.279,30 €	56,48%	50.332.420,30 €	23.705.630,25 €	47,10%	54.676.700,87 €	26.801.176,23 €	49,02%
CIM Douro	1.049.969,51 €	936.778,28 €	89,22%	4.598.558,12 €	2.143.207,41 €	46,61%				78.648.939,36 €	46.948.329,07 €	59,69%	84.297.466,99 €	50.028.314,76 €	59,35%
CIM Minho-Lima	3.707.787,04 €	2.189.971,30 €	59,06%	2.730.715,85 €	1.564.014,25 €	57,27%	359.999,69 €	343.163,85 €	95,32%	88.472.261,30 €	58.181.284,78 €	65,76%	95.270.763,88 €	62.278.434,18 €	65,37%
CIM Tâmega-Sousa	1.178.219,59 €	950.916,44 €	80,71%	8.586.259,01 €	2.007.555,29 €	23,38%				136.960.334,85 €	71.012.765,86 €	51,85%	146.724.813,45 €	73.971.237,59 €	50,41%
CIM Trás-os_Monte	2.424.447,97 €	1.801.796,50 €	74,32%	5.450.227,12 €	1.904.893,06 €	34,95%				58.162.904,78 €	34.332.595,32 €	59,03%	66.037.579,87 €	38.039.284,88 €	57,60%
Total Geral	**22.682.308,99 €**	**8.857.170,13 €**	**39,05%**	**35.493.516,73 €**	**11.462.298,82 €**	**32,29%**	**2.028.834,50 €**	**659.396,31 €**	**32,50%**	**619.342.480,52 €**	**359.607.111,10 €**	**58,06%**	**679.547.140,74 €**	**380.585.976,36 €**	**56,01%**

* Inclui operações a transferir para Programas Temáticos (POVT e POFC)

Para finalizar a análise relativa à execução de investimentos protagonizada pelas CIM/AMP, apresenta-se um quadro de indicadores de desempenho financeiro por CIM/AMP:

INDICADORES DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA*

AMP/CIM	Tx. Realização (Val/Aprov)	Tx. Exec. (Val/Prog)	Tx. PAG.to (PG/Val)
AMP	53,18%	56,79%	101%
CIM Ave	61,80%	63,94%	96%
CIM Cávado	49,02%	47,65%	103%
CIM Douro	59,35%	67,40%	103%
CIM Minho-Lima	65,37%	92,31%	100%
CIM Tâmega-Sousa	50,41%	54,65%	108%
CIM Trás-os_Montes	57,60%	71,75%	97%
Total Geral	**56,01%**	**62,79%**	**102%**

*Inclui Bolsa de Mérito e operaçãoes a transferir para Programa Temáticos (POVT e POFC)

Globalmente, podemos retirar as seguintes conclusões:

A. Ao nível das CIM/AMP
   a. O ano de 2011 confirmou a elevada dinâmica na criação de condições para a abertura de Avisos de candidatura e consequente capacidade operacional tendente à sua análise e diligências para a sua aprovação: montante de compromissos superior à dotação actualmente contratualizada, evidenciando que a maior parte das CIM/AMP já atingiram os objectivos que se tinham proposto prosseguir no âmbito dos seus PTD's;
   b. Uma taxa de pagamento significativamente superior à taxa de realização, o que representa uma elevada capacidade de promover e desenvolver as iniciativas de execução dos projectos, recorrendo a adiantamento não-certificáveis (pagamentos contra factura), o que permite concluir que a execução física dos projectos é muito superior à execução financeira;
   c. O transvase de dotações de umas tipologias para outras, mais evidente numas CIM que noutras, na sequência da introdução do princípio da flexibilidade introduzido pelo 2º Memorando de Entendimento;
   d. A elevada apetência e interesse que a criação da Bolsa de Mérito induziu nalgumas CIM/AMP;

B. Ao nível do ON2

a. O actual modelo de governação permitiu a consolidação das Estruturas de Apoio Técnico das CIM/AMP apesar da avocação de algumas competências pela AG;

b. A actuação das CIM constitui um forte contributo para a operacionalização da gestão do POR, nomeadamente pelo desenvolvimento das tarefas inerentes às competências não avocadas no âmbito do 1º Memorando de Entendimento;

c. A execução das verbas afectas à Contratualização constitui um importante fator do desempenho do POR, sendo significativamente superior à taxa média do POR;

d. A transferência de operações para PO's Temáticos, particularmente para o POVT, permite a libertação de Fundos para alocação a projectos de âmbito regional;

e. A acção desenvolvida no acompanhamento das Operações incluídas periodicamente na Bolsa de Observação permitiu uma aceleração da execução dessas mesmas Operações com o evidente benefício de uma reduzida descativação no âmbito da operação induzida pela RCM nº 33/2012.

BOAS PRÁTICAS

CIM Tâmega e Sousa | Ecopista do Tâmega

O Município de Amarante encontra-se a 40 minutos do Porto e caracteriza-se pelas suas riquezas arquitetónicas e paisagísticas. Para estas paisagens singulares contribui em grande parte o Rio Tâmega que atravessa o concelho e a própria cidade.

Numa das encostas deste rio encontrava-se a Linha Férrea do Tâmega, caracterizada pela bitola estreita e que foi construída a cerca de 100 anos. Esta linha tinha como função ligar a Linha do Douro às Terras de Basto, numa extensão de 55 km.

Com o incremento dos transportes rodoviários assistiu-se a uma secundarização do transporte ferroviário, tendo, algumas linhas, sido encerradas. Em 1990 foi colocado fora de serviço o troço a montante da Estação de Amarante, entre esta cidade e o Arco de Baúlhe, num troço de cerca de 42,5 km de extensão.

Perante estes factos, e dado que não se perspetiva uma reabertura deste e de outros troços o Município de Amarante envidou esforço em alternativas para este percurso, optando pela sua transformação numa via verde, de forma a garantir a preservação do ambiente e dotando este município de uma infraestrutura inexistente nas proximidades.

A operação consta da adaptação a ecopista/ciclovia do troço desativado da Linha do Tâmega entre a Estação de Amarante e o limite com o Concelho de Celorico de Basto numa extensão de 9,4 km. Esta operação visa criar um equipamento de qualidade adequado ao Turismo de Natureza como fator de desenvolvimento turístico num espaço com reconhecidas debilidades mas com recursos naturais e potencialidades ajudando, em simultâneo à preservação do ambiente.

No âmbito do processo da Contratualização, foi também apresentado e aprovada pelo município vizinho, Celorico de Basto, uma candidatura para a realização de uma infraestrutura semelhante o que permitirá dotar a região do Tâmega de um ecopista com uma extensão global de cerca de 35 km no somatório dos dois projetos, sendo uma grande parte contígua a linha de água do Rio Tâmega.

Para levar a cabo este projeto foi apresentada em 15-06-2009 uma candidatura ao aviso CIMTS/II/AIVT/1/2009. Este projeto foi aprovado com um montante de investimento de 1.541.307,67 € a que corresponde um FEDER de 1.233.046,14 € (taxa de cofinanciamento de 80%).

CIM DOURO | Construção da Zona Oficinal de Santa Marta de Penaguião

Aviso	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial (CIMDOURO/AAE/200901)
Designação	Construção da Zona Oficinal de Santa Marta de Penaguião
Data de Aprovação	08-06-2010
Nº da operação	NORTE-07-0363-FEDER-000005
Calendarização	Início: 12-11-2008; conclusão: 30-07-2011
Executor	Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião
Objectivos	A operação teve como objectivos reforçar a diversidade da base económica da região, de forma, atenuar a dicotomia litoral/interior; Reforçar a cooperação entre os municípios do eixo Vila Real-Régua-Lamego, no sentido de suprimir as necessidades na rede empresarial existente, de forma, a tornar este espaço mais competitivo e com posição a nível regional; Criar um pólo de investimento com variados efeitos multiplicadores transformando a região e o concelho num atractor de factores e novas actividades; Aproveitar o know-how existente na UTAD, de forma aumentar o empreendedorismo local e obter um processo de desenvolvimento local sustentado.
Acções	A operação visou a construção de uma Zona Oficinal dotada de todas as infra-estruturas gerais (rede de água, saneamento, aguas pluviais, telecomunicações, iluminação pública, gás, e Etar). Foram criados 24 lotes com a dimensão média de 550 m2, destinados à criação de micro-empresas de actividade diversificada e inserida nos diferentes ramos de actividade dinamizadores do tecido produtivo da região.
Entidades Parceiras	
Investimento Elegível	1.312.461,89€
Feder (80%)	1.049.969,51€

Evidências da realização do projecto:

Taxa de execução efectuada: o projecto encontra-se concluído.

4. GRANDES PROJECTOS

O ON.2 apenas previu, desde o início, como Grande Projeto, a "Extensão da rede de Metro entre o Estádio do Dragão e Venda Nova", do metro ligeiro do Porto, o qual foi submetida a 15-01-2010, não se prevendo, à data de elaboração deste relatório, a existência de mais nenhum Grande Projeto.

Esta nova linha, inaugurada no final de 2010, desenvolve-se no prolongamento da 1ª Fase da Linha Violeta que, atualmente, se estende do Aeroporto Francisco de Sá Carneiro (Maia) à Estação Estádio do Dragão (Porto). A extensão entre o Estádio do Dragão e Venda Nova serve, na sua parte inicial, a zona oriental do concelho do Porto e, na restante extensão, o concelho de Gondomar.

O projeto compreende a construção de sete km de ferrovia ligeira em via dupla e dez estações, incluindo um túnel com a extensão de 980 metros. Estão previstos quatro interfaces potenciadores da intermodalidade entre os diferentes meios de transporte coletivo – autocarros e ferrovia pesada – e com o transporte individual.

Está previsto o prolongamento desta linha, com execução do troço Venda Nova ao centro da cidade de Gondomar.

O contratado de financiamento foi assinado em 23-12-2010, tendo o processo de apresentação do grande projeto à Comissão Europeia, sido iniciado em Janeiro de 2011, com o envio do formulário ao IFDR. A sua análise ocorreu durante o primeiro trimestre de 2011, dando-se assim cumprimento ao estabelecido no art. 16º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

Foram cominados à autoridade de pagamento um conjunto de pedidos de pagamento, validados pela Autoridade de Gestão, no valor de 60.627.021,50 €, os quais não foram certificados dado que a Comissão Europeia, em maio de 2011, considerou este projeto como não admissível ao ON.2, atendendo ao início da reprogramação técnica do QREN, que culminou, em dezembro, o qual previa a sua transição para o POVT.

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Análise da execução

O Eixo 5 do ON.2 dedica um montante total FEDER de € 74.909.197, correspondentes a 2,75% do valor do Programa (era de 3,25% antes da reprogramação), o qual se encontra abaixo dos 4% que de acordo com o artigo 46º nº 1 a) do Regulamento (CE) nº 1083/2006 constituem o limite máximo do total afeto à assistência técnica.

A assistência técnica destina-se a financiar as atividades de preparação, de gestão, de acompanhamento, de avaliação, de informação e de controlo dos programas operacionais, bem como atividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa para a execução dos fundos.

Os beneficiários da assistência técnica são os órgãos de gestão, o observatório das dinâmicas regionais, os organismos intermédios da rede dos sistemas de incentivos (OI) e a AMP/CIM no âmbito da delegação de competências por subvenção global.

Ao contrário de períodos de programação anteriores em que a assistência técnica era contínua, no QREN as candidaturas são anuais por exercício orçamental.

Ao nível da execução financeira e para um total FEDER aprovado acumulado até ao final de 2011 de € 41.762.484 dos quais € 13.193.440,98 respeitavam a candidaturas apresentadas nesse ano, foram executados € 25.258.044 FEDER (53,7%) num total de € 26.710.084 pagos aos beneficiários, desde o início do Programa.

A taxa de compromisso era, em 31 de Dezembro de 2011, de 55,8% (38% em 2010) do valor do Fundo e a taxa de pagamento aos beneficiários de 64% em relação ao valor das aprovações.

A despesa elegível total acumulada por tipologia de despesa era, em 31 de Dezembro de 2011, a que se representa no quadro seguinte:

Quadro 5.1 – Componentes de despesa de assistência técnica

COMPONENTE DA DESPESA	NÚMERO DE DESPESAS	DESPESA DE FATURAS APRESENTADAS A 31/12/2011	
EAT - Estrutura de Apoio Técnico	12.829	18.963.865 €	63,8%
Bens e Serviços de Apoio à Gestão	4.413	8.532.463 €	28,1%
Equipamentos - De informática. Administrativo e básico	72	1.120.860 €	3,8%
Equipamentos - Software informático	57	1.278.319 €	4,3%
TOTAL	**17.371**	**29.715.327 €**	**100,00%**

Ao nível das diversas componentes de despesa a cofinanciamento, são de destacar as despesas com a Estrutura de Apoio Técnico que correspondem a cerca de 63,8% do total da despesa executada em 2011. Esta tipologia respeita essencialmente a remunerações certas e permanentes com pessoal das equipas técnicas e encargos obrigatórios da entidade patronal com a segurança social, assim como a abonos eventuais, designadamente encargos com ajudas de custo.

Os bens e serviços de apoio à gestão que ascenderam a 28,1%, respeitam essencialmente a encargos com instalações, comunicações, deslocações, formação, estudos, avaliações, realização de reuniões dos órgãos de gestão, e a trabalhos especializados nomeadamente com peritos e consultores.

A aquisição de equipamentos informáticos – hardware e software –, bem como de equipamento administrativo e básico, não ultrapassou os 8,1% da despesa executada. Realce-se que a AMP/CIM optaram por não ter sistema de informação próprio, utilizando o da CCDRN/AG.

Relativamente aos anos anteriores, realce-se a manutenção dos encargos com a EAT (63% em 2010 e 67 em 2009) e dos encargos com Bens e serviços de apoio à gestão (28% em 2010 e 24% em 2009). Por outro lado os encargos com Equipamento diminuíram nomeadamente o peso do equipamento informático, muito por causa de a sua aquisição ter sido realizada no início do período de programação.

Embora as candidaturas sejam anuais e devam encerrar financeiramente no início do ano seguinte ao ano a que dizem respeito, a Autoridade de Gestão permitiu que, excecionalmente, as despesas referentes às candidaturas dos anos de 2008 a 2010 fossem apresentadas até ao final do ano de 2011.

Os indicadores de realização e resultado referente ao Eixo 6 – Assistência Técnica não tiveram execução:

Tabela 5.1 Realização Física do Eixo Prioritário 6

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006							
% de despesas dos fundos estruturais coberta por auditorias financeiras ou de gestão	Realização Executada	0	0	0	0	0	0
	Realização Contratada	0	0	0	0	0	0
	Metas				5	7,5	--
	Valor de Referência						7,5
Nº de projectos auditados	Realização Executada	0	0	0	0	0	0
	Realização Contratada	0	0	0	0	0	0
	Metas				27	97	--
	Valor de Referência						--

Tal facto deve-se a que em sede de elaboração do Programa teve-se como pressuposto o que foi realizado no contexto das auditorias financeiras ou de gestão no âmbito do QCA III. No anterior Programa o controlo de 1º nível do Sistema Nacional de Controlo era feito pelo próprio Programa Operacional, o que não acontece no atual modelo de governação, sendo que os procedimentos de controlo interno implementados pela Autoridade de Gestão não relevam para o esforço de controlo.

Ora, não fazendo sentido que o Programa Operacional contenha indicadores relativos a procedimentos sob os quais não tem responsabilidade nem supervisão, os mesmos deverão ser objeto de proposta de alteração, de forma a adequa-los à realidade do Programa.

Visitas de acompanhamento ao local

Durante o ano de 2011, a AG realizou visitas de acompanhamento ao local aos beneficiários dos sistemas de incentivos (Agência de Inovação, AICEP, IAPMEI e Turismo de Portugal) no que respeita às operações de 2008 a 2010, e à CIM do Minho-Lima no que respeita às operações de 2009 e 2010.

Como opinião geral dessas visitas, concluiu-se que estes organismos intermédios cumprem com as obrigações regulamentares.

Em relação a uma despesa do IAPMEI, a visita permitiu obter a mesma conclusão que a auditoria aos sistemas no domínio da contratação pública, promovida pela IGF, de que a seguir se falará.

Auditorias à Assistência Técnica

Durante o ano de 2011, a candidatura NORTE-06-0173-FEDER-000002 do beneficiário CCDRN, relativa à assistência técnica aos órgãos de gestão para 2009, foi objeto de uma ação de auditoria às operações do IFDR, cujas recomendações foram implementadas.

No âmbito da auditoria aos sistemas no domínio da contratação pública, promovida pela Autoridade de Auditoria, foi auditada a operação de assistência técnica de 2009 do IAPMEI. A IGF considerou que o procedimento relativo a uma despesa com aquisição de serviços de valor inferior aos limiares comunitários tinha sido feita irregularmente, pelo que se aplicou a tabela de correções financeiras.

6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

«As inúmeras ações de informação e comunicação desenvolvidas, a projeção mediática e visibilidade e notoriedade públicas de alguns eventos e iniciativas (como os Prémios NOVO NORTE) têm contribuído para uma melhoria acentuada no conhecimento/reconhecimento do Programa na Opinião Pública.»

In *Avaliação da Operacionalização do "ON.2 – O Novo Norte", Relatório Final Preliminar*, CEDRU, Fevereiro 2011.

A execução do Plano de Comunicação do "ON.2 – O Novo Norte" conheceu em 2011 resultados muito significativos, grande parte fruto do trabalho investido nos anos anteriores e que se refletiu, essencialmente, na aposta na notoriedade mediática e visibilidade pública da marca, concorrendo para o sucesso do Programa Operacional. Enquadrando-se numa fase de maturidade e consolidação da marca construída em torno do *double naming* "ON.2 – O Novo Norte", o ano de 2011 finaliza a segunda fase do Plano de Comunicação definido no início do Programa Operacional – designada "Ponto Alto de Realização, Resultados e Avaliação" – e sai reforçado com um conjunto de novas edições de ações de informação e comunicação.

São exemplo das principais iniciativas públicas implementadas a segunda edição dos "Prémios NOVO NORTE" e do programa de televisão "NOVO NORTE", transmitido no Porto Canal, o lançamento do concurso "NORTE SCHOOL" e a participação do NOVO NORTE nos Prémios Europeus REGIOSTARS.

No domínio da comunicação, o ano de 2011 ficou, ainda, marcado pela adoção de recomendações apresentadas no documento *Avaliação da Operacionalização do "ON.2 – o Novo Norte" – Relatório Final Preliminar*, visando a melhoria da eficácia e eficiência da gestão do Programa.

6.1 Contexto geral de implementação

As políticas comunitárias de coesão têm na informação e comunicação eixos fundamentais dos seus objetivos de transparência, acessibilidade e notoriedade, tendo definido na esteira do período de programação 2007/2013, à luz do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro de 2006, a obrigatoriedade de conceção, execução e avaliação de planos de comunicação que suportem a aplicação das intervenções operacionais. A comunicação dos fundos estruturais constitui, por outro lado, e como tem sido assinalado pela DG Comunicação da CE, um contributo fundamental para a perceção pública da construção europeia e da solidariedade comunitária e para a compreensão das suas políticas públicas. É neste quadro normativo e estratégico que se desenvolve a promoção, publicitação e divulgação do ON.2 – O Novo Norte, organizada no Plano de Comunicação.

As ações de comunicação implementadas ao longo de 2011 refletem, assim, a missão e objetivos estratégicos descritos naquele Plano, apresentado à Comissão Europeia a 14 de Abril de 2008, assentes na promoção do Programa junto do público-alvo, designadamente das entidades beneficiárias, e da satisfação das necessidades de acesso, garantindo uma imagem pública positiva do Programa e da aplicação dos fundos estruturais da União Europeia. Partindo da definição de uma estratégia, áreas-chave de implementação e diferentes fases, o presente relatório traduz a maturação da segunda fase, centrada no "Ponto alto de Realização, Resultados e Avaliação".

Considerando a informação que adiante se explicitará sobre os progressos e concretizações do Plano de Comunicação no ano em análise, importa aqui recordar o quadro de objetivos estratégicos definidos para a comunicação do "ON.2 – O Novo Norte":

Plano de Comunicação ON.2 | Objetivos Estratégicos

1. Desenvolver e sustentar uma notoriedade pública regional e nacional diferenciadora e adequada ao conhecimento e ao sucesso do Programa Operacional e à concretização dos seus objetivos, tendo por referência as suas prioridades estratégicas, oportunidades de financiamento e o conhecimento dos seus resultados concretos e relevantes;

2. Promover a acessibilidade ao Programa, à sua estrutura, mecanismos de gestão e canais de informação, por parte dos "potenciais beneficiários", dos *players* de desenvolvimento regional, dos órgãos de comunicação social, assim como da sua Comissão de Acompanhamento e dos "utilizadores internos", contribuindo para a satisfação das suas necessidades ou cumprimento de obrigações, favorecendo relações de transparência e de *good will* institucional;

3. Contribuir ativamente para a coordenação e complementaridade entre os diversos canais de informação e comunicação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, participando dos esforços de orientação da sua "procura" e de qualificação da visibilidade pública da aplicação dos fundos estruturais da União Europeia em Portugal, em especial na Região do Norte;

4. Projetar e sustentar uma identidade afirmativa e promissora do Programa Operacional, que potencie a compreensão da sua "visão estratégica" e a construção de uma imagem mais positiva, criativa e de mudança da Região do Norte.

6.2. Principais progressos do Plano de Comunicação 2011

À semelhança do que havia ocorrido no ano transato, em 2011 as apostas de comunicação serviram o conjunto das quatro metas estratégicas em torno do qual se organiza e orienta a atuação de comunicação do ON.2.

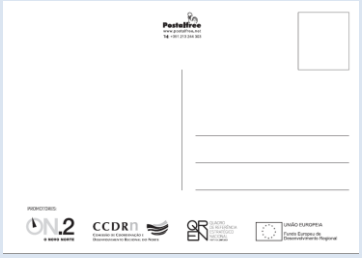
Com efeito, beneficiando dos investimentos e impactos realizados nos anos anteriores, foi dada prioridade à segunda edição de iniciativas especiais anteriormente lançadas, como é o caso dos prémios e do programa televisivo, transmitido no Porto Canal, e meios de comunicação mais inovadores, participativos e dinâmicos de que são exemplo as redes sociais.

Abaixo, em jeito de resumo, hierarquizam-se as 10 principais apostas e realizações de comunicação do "ON2 – O Novo Norte".

10 Principais Concretizações do Plano de Comunicação do ON.2 em 2011

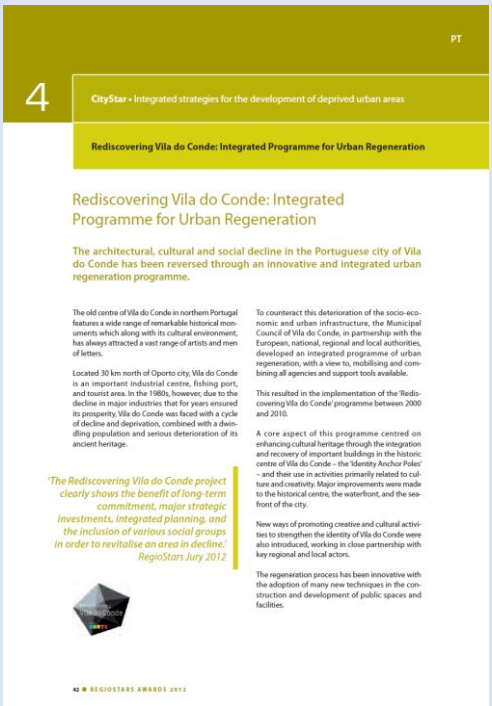
1.Consolidação da identidade "NOVO NORTE", através da aplicação nas iniciativas de marketing público territorial "Prémios NOVO NORTE" e série de programas televisivos no Porto Canal.

2. Implementação da campanha publicitária do ON.2 (dando cumprimento ao Regulamento Comunitário (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro de 2006) em diferentes meios promocionais, centrado nas suas principais apostas temáticas, e sua replicação em ações promocionais: distribuição de postais na rede PostalFree e realização de uma exposição no IFDR;



3. Organização e comunicação integrais da segunda edição dos “Prémios NOVO NORTE” (com mais de 100 notícias publicadas na imprensa e a transmissão em direto da cerimónia de entrega dos Prémios no Porto Canal);

4. Participação do NOVO NORTE enquanto primeira região portuguesa finalista nos Prémios Europeus REGIOSTARS 2012;



5. Coprodução e difusão da segunda série de programas de televisão “NOVO NORTE” no “Porto Canal” (de outubro de 2011 a janeiro de 2012), com emissão semanal e três repetições: em 2011 foram difundidos 12 programas (48 emissões), num total de tempo de antena superior a 40 horas;

6. Organização e comunicação do concurso “Norte School”, com a mobilização de centenas de alunos do ensino secundário de 24 concelhos da Região do Norte;

7. Execução de um plano de intensificação e dinamização das ações de comunicação mediática do ON.2, junto dos órgãos de comunicação social nacionais, regionais e locais, com os seguintes resultados de realização e impacto: 53 notas de imprensa, publicação de 2153 notícias, 95 por cento das quais positivas para o Programa;

Itinerância Circulação de espectáculos com financiamento comunitário

O Theatro Circo de Braga é uma das salas mais cobiçadas na rede

Fundos europeus estimulam redes culturais

ON.2 destina dois milhões de euros ao apoio de projectos de itinerância de espectáculos por teatros e cineteatros da Região Norte. Quatro contratos são hoje assinados

Jorge Martinho

"Vigor mais o melhor com o mesmo dinheiro" - é este, segundo Carlos Duarte, gestor do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), o objectivo do financiamento comunitário que hoje vai ser atribuído a quatro redes de difusão cultural da região, destinado a estimular a circulação de espectáculos pelos teatros e cineteatros nortenhos. "Os fundos comunitários apoiaram a construção de muitos equipamentos, pelo que é agora altura mais importante assegurar uma oferta cultural descentralizada e de qualidade, a atractividade das salas e a sua gestão em rede", explicou aquele responsável ao PÚBLICO.

Do pacote de seis projectos aprovados, dois já foram contemplados e os outros quatro vão ser hoje assinados, envolvendo um investimento total de 2,7 milhões de euros, apoiados pelo ON.2, em dois milhões. Os contratos abrangem, no essencial, especiais áreas de artes de palco (teatro, dança e música), mas também a realização de oficinas e actividades educativas para jovens, destinadas à criação de novos públicos, a melhoria de competências de programação em rede e a marketing e comunicação.

O apoio agora atribuído destina-se a actividades a realizar durante os próximos três anos e em obras, equipamentos e projectos de Braga, Guimarães, Matosinhos, Vila Real, Espinho, Bragança, Famalicão, bem como do Alto Minho. No essencial, permitir-se-à que um determinado espectáculo produzido por um dos teatros da rede circule pelos restantes, aumentando o seu período de vida e rentabilizando o investimento. "Cria-se aqui um efeito multiplicador e um novo para digma do pelo em rede, dando sustentabilidade a espaços culturais que já existem", explicou Carlos Duarte.

No âmbito deste pacote de financiamento são criadas duas redes interregionais - nomeadamente o programa *Música de Lés a Lés*, que obtém o maior valor de apoio comunitário, na casa dos 620 mil euros, com incidência em Vila Real, Bragança e Espinho, e o Programa de Cultural em Rede no quadrilátero do Minho, com apoio de 246 mil euros, abrangendo os concelhos de Braga, Guimarães e Famalicão - sendo igualmente incentivados projectos que promovem a interacção de redes da região com estruturas de produção e difusão de outras zonas do país. É o caso, por exemplo, da rede do Circo Ambular, contemplada com 425 mil euros e que trará a Guimarães espectáculos em parceria com outras estruturas nacionais.

Também de âmbito extra-regional são os projectos Acto 5 (315 mil euros) para co-produções que passarão pelo Theatro Circo de Braga e pelo Cine-Teatro Constantino Nery, de Matosinhos, Cafifade (171 mil euros, a concretizar no Alto Minho) e Cultrede (172 mil euros, com incidência em Braga).

A elevada participação dos teatros de Braga e Guimarães nestes projectos prende-se, segundo Carlos Duarte, com a grande proactividade daquelas estruturas e também com a capacidade de que manifestam para interagir com outros parceiros. Em algumas casos, refere-se, estas redes de itinerância já existem de modo informal, passando agora a ser o financiamento assegurado por fundos comunitários que, de algum modo, compensam a ausência de apoios do Estado central para este tipo de projectos.

2,7 milhões de euros é o investimento total num este projectos financiados por Fundos Comunitários no âmbito do NO2

8. Organização e comunicação de 36 eventos públicos associados ao plano de comunicação do ON.2, dos quais se destacam 14 atos públicos de assinaturas de contratos de cofinanciamento;

9. Crescimento da comunicação web com o lançamento do Programa nas redes sociais, através das páginas www.facebook.com/novonorte e http://twitter.com/ccdrn;

10. Mais de 100 anúncios na imprensa escrita, cerca de 100 spots televisivos, nove campanhas de comunicação Web e 13 ações em rádio.

Comunicação web em 2011: o lançamento nas redes sociais

Em 2011, a comunicação web do Programa Operacional deixou de se centrar exclusivamente no website www.novonorte.qren.pt e expandiu-se também para as redes sociais com a dinamização das páginas www.facebook.com/novonorte e http://twitter.com/ccdrn, privilegiando diferentes canais de comunicação institucional e noticiosa. Em resultado desta disseminação, registou-se uma dispersão dos utilizadores web pelos diferentes canais, o que justificará, em parte, uma redução do número de acessos ao website, acompanhada por um aumento de seguidores nas redes sociais. Paralelamente, o decréscimo de visitantes ao website será, ainda, consequência do lançamento de avisos abranger um leque mais reduzido e dirigido de destinatários.

O ano de 2011 marca ainda a implementação no website do ON.2 da **nova área "galeria multimédia"**, tendo como propósito divulgar outros suportes de comunicação tais como álbuns de fotografia e de vídeo alusivos a temas como a campanha publicitária, a iniciativa Prémios NOVO NORTE e projetos apoiados pelo Programa.

CONHEÇA A GALERIA MULTIMÉDIA "ON.2 - O NOVO NORTE"

Os indicadores registados neste ano relativos à comunicação web demonstram que foi a segunda edição dos Prémios NOVO NORTE a iniciativa promovida pela Autoridade de Gestão que mais utilizadores trouxe à Internet.

Evolução de Acessos 2008-2011 (www.novonorte.qren.pt)

2008	2009	2010	2011
90.965	80.000	373.000	250.000

ON.2 - Indicadores Gerais Web 2011*	Valores
Visitas (homepage área ON.2)*	250.000
Downloads (média de 5000 p/ mês)*	60.000
Atualizações (est. 3 atualiza. p/ semana)	150
**Fonte: Webtrends e Webalizer (estimativas)*	

ON.2 - Indicadores Específicos Web 2011 – Páginas Mais Visitadas*	Valores
Prémios Novo Norte	17.403
Ciclo Encontros a Norte – Sessões "O Sector do Agro-alimentar na Região Norte: Desafios & Oportunidades" e "Brasil - A Nova Política Comercial Externa: Desafios e Oportunidades para a Região do Norte"	3.198
Seminário "EUROPA 2020: O Plano Nacional de Reformas 2020 e os Apoios Comunitários na Região do Norte"	2.275
Iniciativa NORTE SCHOOL	1.978
Prémios Novo Norte (Nomeações)	1.839
Evento Anual ON.2 – O Novo Norte: "Que Respostas Contra a Crise em 2012?"	1.713
Área web "Douro 10 Anos Património Mundial	293
**Fonte: Webtrends e Webalizer*	

ON.2 - Indicadores Específicos Web (ficheiros mais descarregados)*	Valores

Regulamento dos Prémios Novo Norte	8.368
Manual de Identidade ON.2	7.481
Booklet de Apresentação dos Prémios Novo Norte	1.887
SIGON.2 - Guião de Apoio ao Preenchimento da Candidatura	1741
Listagem Projetos Aprovados SI/ON.2	1.523
Documento referencial da Iniciativa NORTE 2020	157
**Fonte: Webtrends e Webalizer*	

Redes sociais	Seguidores
www.facebook.com/novonorte	210
www.twitter.com/ccdrn	50
**Fonte: Facebook e Twitter*	

Ainda no que respeita aos acessos ao *website*, importa destacar a divulgação da newsletter eletrónica do ON.2, prevista no Plano de Comunicação como uma ação estruturante e regular, que contribui para uma maior aproximação do ON.2 ao seu público-alvo. Em 2011, o *design* gráfico da newsletter e os seus conteúdos foram revistos, tendo por base as recomendações do documento *Avaliação da Operacionalização do "ON.2 – o Novo Norte" – Relatório Final Preliminar*. A revisão resultou num boletim informativo mais apelativo e com conteúdos mais próximos às necessidades dos seus leitores. Durante todo o ano, foram enviados 9 números, para um universo que foi aumentando ao longo do ano (**passou de 4.700 destinatários para 5.489)**.

Configurando um normativo exigível na regulamentação comunitária, a disponibilização da lista dos beneficiários do ON.2 no *website* www.novonorte.qren.pt tem em consideração as melhores práticas de marketing, seguindo o conceito de "customização", isto é, de organização da informação direcionada ao perfil do seu utilizador. Assim, na área de "Empresas", consta toda a informação relativa a projetos aprovados a empresas; na área de "Investimento Público" a informação relativa a esses projetos; na área "*Press Room*", é concentrado o volume global de informação. O modelo adotado de disponibilização dos ficheiros em causa em formato Excel facilita, ainda, a realização de pesquisas por parte do utilizador, sendo possível a manipulação dos dados de acordo com os filtros que selecionem.
A atualização dos ficheiros disponibilizados com a listagem dos projetos contratualizados é outra das tarefas que foi, durante o ano de 2011, realizada com regularidade, acompanhando a cadência das aprovações por parte da Comissão Diretiva.

Comunicação mediática: uma política de regularidade e transparência com resultados positivos e crescentes

A comunicação mediática empreendida no âmbito do “ON.2 – O Novo Norte” – cuja gestão é desenvolvida no contexto da estrutura de assessoria de imprensa da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, ao nível do seu Gabinete de Marketing e Comunicação -, constitui uma das dimensões mais assinaláveis da política de comunicação global do Programa, com resultados muito relevantes do ponto de vista dos *scores* de publicitação. Se 2010 foi o ano em que se registou o grande aumento da visibilidade do Programa Operacional na comunicação social, 2011 confirmou que este crescimento é consequência de uma política continuada e não de um epifenómeno ou ação isolada.

De acordo com os indicadores, é no *online* que se registam as maiores taxas de crescimento, valores que refletem não só o esforço na divulgação do Programa mas também a natural evolução deste segmento noticioso. Além de se antecipar às notícias que, por norma, são publicadas apenas no dia seguinte na imprensa escrita, as notícias publicadas nos meios *online* permitem alcançar um maior número de leitores que valoriza a atualidade da informação.

	Televisão	Rádio	Imprensa	*Online*	Total
2009	18	11	309	114	**452**
2010	87	72	1154	386	**1714**
2011	105	9	1221	818	**2153**

Também no plano qualitativo, é de notar que o saldo entre notícias positivas, negativas e neutras continua a ser francamente favorável ao ON.2 e significativamente acima da meta fixada no "*Board* de Indicadores de Eficácia", no Plano de Comunicação do Programa, a saber, de um "número de artigos publicados na imprensa de conteúdo 'positivo' ou 'neutro' superior a 75%". Atualmente, este valor ultrapassa largamente a meta definida, atingindo os 94,7 por cento. Em rigor, pode falar-se mesmo de uma evolução favorável entre 2010 e 2011,

considerando que a percentagem de notícias "negativas" e "neutras" desceu, concorrendo para um aumento do índice do número de notícias "positivas".

Neste sentido, verifica-se que o incremento muito significativo da notoriedade pública do Programa foi acompanhado por uma subida, mesmo que marginal, da "favorabilidade" dessa notoriedade (considerando também a pequena margem de progresso existente).

Favorabilidade das Notícias	% 2010	% 2011	Variação Anual
Notícias Negativas	4,2%	1,1%	↓
Notícias Positivas	93,3%	94,7%	↑
Notícias Neutras	2,6%	4,2%	↑

É ainda de realçar a percentagem de notícias "motivadas" associadas à notoriedade do ON.2, ou seja, o volume dos artigos e reportagens que são publicados como consequência de uma iniciativa informativa ou de divulgação empreendida pela Autoridade de Gestão. Mais de 40 por cento das notícias são "motivadas" (em contrapartida às "notícias espontâneas") e das 53 notas de imprensa enviadas à comunicação social resultou a publicação média de 14 notícias nos diferentes meios. De destacar o volume de notícias desencadeadas a partir da nota de imprensa relativa à conferência anual do ON.2, somando um total de 52 peças.

Finalmente, refira-se o facto da imprensa regional e local desempenhar um forte papel na construção da notoriedade do ON.2, bem distribuída geograficamente, sendo responsável por cerca de 67% da produção noticiosa relativa ao Programa e aos projetos apoiados.

	Notícias na imprensa generalista	Notícias na imprensa especializada/temática	Notícias na imprensa local e regional
2009	28,2%	11,8%	60%
2010	25,3%	15,5%	59,2%
2011	21%	12,5%	66,5%

Notas de Imprensa do ON.2 em 2011	Data	Notícias desencadeadas
REGIÃO NORTE CONVERGIU COM A MÉDIA NACIONAL E COMUNITÁRIA ENTRE 2007 E 2009 E CONTEVE RECESSÃO NACIONAL	13-01-2011	11
"PRÉMIOS NOVO NORTE" ASSINALAM ARRANQUE DA EDIÇÃO 2011 ESTA SEXTA-FEIRA, NA CASA DA MÚSICA	09-02-2011	8
"PRÉMIO NOVO NORTE 2010" É FINALISTA DO CONCURSO EUROPEU "REGIOSTARS"	10-02-2011	1
ON.2 ASSINA CONTRATOS DE 25 MILHÕES PARA PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA REGIÃO NORTE NA BTL, EM LISBOA	22-02-2011	26
PRÉMIO DE ARQUITECTURA DO DOURO 2011 MOBILIZA CONJUNTO ABRANGENTE DE CANDIDATURAS	29-03-2011	5
"ON.2 – O NOVO NORTE" APROVA FINANCIAMENTO PARA O NOVO PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO MATERNO-INFANTIL DO NORTE	06-04-2011	10
CCDR-N REALIZA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA PARA APRESENTAR NOVOS PROJECTOS DE ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL APROVADAS PELO ON.2, AMANHÃ	07-04-2011	45
PRÉMIO DE ARQUITECTURA DO DOURO 2011 ANUNCIA VENCEDOR A 18 DE ABRIL, EM VILA REAL	14-04-2011	4
"ON.2 – O NOVO NORTE" AFECTA OITO MILHÕES DE EUROS À ESTRATÉGIA «MINHO IN» E 14 MILHÕES AO CLUSTER «ECONOMIA DO MAR»	14-04-2011	12
ARMAZÉM DA QUINTA DO PORTAL DÁ PRÉMIO DE ARQUITETURA DO DOURO A SIZA VIEIRA	18-04-2011	8
"ON.2 – O NOVO NORTE" ASSINA AMANHÃ CONTRATOS DE FINANCIAMENTO PARA INFRA-ESTRUTURAS TURÍSTICAS NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO	26-04-2011	22
ANUNCIADOS OS 30 FINALISTAS DA EDIÇÃO 2011 DOS "PRÉMIOS NOVO NORTE"	10-05-2011	26
FINANCIAMENTO DO CENTRO MATERNO-INFANTIL DO NORTE CONTRATUALIZADO AMANHÃ	19-05-2011	3
ON.2 ACELERA EXECUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO DOURO	26-05-2011	32
I3S GARANTE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO DO ON.2 A 30 DE MAIO	27-05-2011	13
TURISMO DE NATUREZA CONTRATUALIZA NOVOS INVESTIMENTOS DE 5 MILHÕES NO ON.2	31-05-2011	19

“ON.2 – O NOVO NORTE” EM ANÁLISE A 16 DE JUNHO, EM BRAGA	15-06-2011	14
ON.2 CONTRATUALIZA APOIO À NOVA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	20-06-2011	11
REQUALIFICAÇÃO DO TEATRO DO BOLHÃO AVANÇA COM APOIO DO ON.2	21-06-2011	3
EMBAIXADORES DO “NOVO NORTE” SÃO CONHECIDOS QUINTA-FEIRA, NO PORTO	28-06-2011	4
REGENERAÇÃO URBANA DE VILA DO CONDE É “PRÉMIO NOVO NORTE” 2011	01-07-2011	31
ON.2 CONTRATUALIZA AMANHÃ APOIO À “CIDADE EMPRESARIAL” DE PAÇOS DE FERREIRA	06-07-2011	8
PROGRAMAÇÃO CULTURAL EM REDE A NORTE RECEBE NOVOS APOIOS DO ON.2	07-07-2011	8
ORLA MARÍTIMA DO NORTE COMPLETAMENTE COBERTA POR OPERAÇÕES DE PROTECÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	08-07-2011	13
BOMBEIROS DA REGIÃO DO NORTE RECEBEM 10 MILHÕES DE EUROS PARA REFORÇO DOS MEIOS	18-07-2011	14
ON.2 VIABILIZA PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	19-07-2011	9
CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS DO DOURO E DE TRÁS-OS-MONTES GARANTEM APOIOS COMUNITÁRIOS	20-07-2011	20
REGENERAÇÃO URBANA E CRIATIVIDADE VÃO A DEBATE EM VILA DO CONDE, A 28 DE JULHO	26-07-2011	6
ON.2 ACELERA APOIOS À REDE DE CENTROS DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DO DOURO	03-08-2011	16
ON.2 VIABILIZA 100 NOVOS PROJECTOS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA REGIÃO NORTE	11-08-2011	18
730 NOVAS CAMAS REFORÇAM REDE DE CUIDADOS DE SAÚDE CONTINUADOS DA REGIÃO NORTE	16-08-2011	48
“ON.2 – O NOVO NORTE” APRESENTA PONTO DE SITUAÇÃO DE APOIOS À REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	30-08-2011	18
ON.2 APOIA ECONOMIAS LOCAIS COM MAIS 30 MILHÕES	14-09-2011	16
ON.2 FINANCIA NOVA INCUBADORA EMPRESARIAL EM SANTA MARIA DA FEIRA	19-09-2011	12
ON.2 GARANTE AVANÇO DA REDE DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DA REGIÃO NORTE	27-09-2011	11
ON.2 APROVA FINANCIAMENTO À REQUALIFICAÇÃO DO EIXO "MOUZINHO-FLORES"	28-09-2011	4
TURISTAS SATISFEITOS COM A REGIÃO NORTE	28-09-2011	12

ON.2 CONTRATUALIZA APOIO PARA UMA UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS NA ORDEM DA TRINDADE	29-09-2011	4
CINCO NOVOS CENTROS DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DO DOURO ASSEGURAM FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	30-09-2011	9
INVESTIMENTOS NAS ECONOMIAS REGIONAIS E LOCAIS EM DEBATE, EM BRAGANÇA	04-10-2011	14
ON.2 APOIA LANÇAMENTO DO PRIMEIRO “GUIA DO DOURO RELIGIOSO”	11-10-2011	4
INCUBADORA INDUSTRIAL DE PAÇOS DE FERREIRA AVANÇA COM APOIO DO ON.2	21-10-2011	16
“DOURO QUE ME DESAFIAS” É TEMA DA 18ª FEIRA FRANCA QUE SE REALIZA AMANHÃ, NO PALÁCIO DAS ARTES (PORTO)	27-10-2011	1
ON.2 ASSEGURA FINANCIAMENTO A OPERAÇÕES ESTRATÉGICAS DO “MINHO IN”	03-11-2011	22
ON.2 E “GUIMARÃES CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA” CONTRATUALIZAM PRIMEIROS FINANCIAMENTOS COMUNITÁRIOS, AMANHÃ	10-11-2011	19
“NORTE SCHOOL” CHEGA ÀS ESCOLAS QUARTA-FEIRA	11-11-2011	9
COMISSÁRIO EUROPEU DA POLÍTICA REGIONAL EM VISITA À REGIÃO NORTE	17-11-2011	16
"NORTE SCHOOL" APRESENTADO ESTA SEXTA-FEIRA, EM MIRANDELA	22-11-2011	4
VILA DO CONDE ELEITA FINALISTA DA COMPETIÇÃO EUROPEIA “REGIOSTARS”	23-11-2011	3
ON.2 CONTRATUALIZA APOIO À “INCUBADORA DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA DE AMARANTE”	29-11-2011	13
ON.2 FAZ AVANÇAR PLANO DE PROMOÇÃO CULTURAL E TURÍSTICA DA ROTA DO ROMÂNICO	05-12-2011	17
REESTRUTURAÇÃO DA INCUBADORA EMPRESARIAL DO MINHO ASSEGURA FINANCIAMENTO DO ON.2	07-12-2011	19
O NORTE E O QREN EM ANÁLISE ESTA SEGUNDA-FEIRA, NA CONFERÊNCIA ANUAL DO ON.2	16-12-2011	52

Comunicação Publicitária: a implementação da grande campanha de divulgação do ON.2

Em 2011, a comunicação publicitária envolveu 137 anúncios na imprensa escrita, cerca de 100 *spots* televisivos, nove campanhas de comunicação Web e 13 ações em rádio, num investimento que ascendeu a 200 mil Euros. Foram privilegiados os órgãos de comunicação social com maior expressão regional e diversificados os canais, com o reforço da participação em rádio, televisão e imprensa digital.

Parte significativa dos números da comunicação publicitária do ON.2 enquadra-se, em 2011, na implementação da grande campanha de divulgação do Programa Operacional – centrada na comunicação da marca “Novo Norte” e em exemplos concretos das principais apostas temáticas do Programa no desenvolvimento regional –, que concentrou 32 inserções de páginas inteiras em jornais, perto de 400 *spots* de 30 segundos em 7 estações de rádio e uma campanha web com 270 mil visualizações.

Tipologia de Inserções	Valores
Total de Anúncios (Imprensa Escrita + Web)	**146**
Total de Anúncios (Imprensa Escrita)	137
Total de Anúncios (Web)	9
Total de Anúncios (Imprensa Nacional)	102
Total de Anúncios (Imprensa Reg./Local)	35
Rádios (12 rádios locais e 1 nacional)	13 ações
Total de Anúncios TV	100 spots aprox.

Campanha	Meio	Inserções	Caract.	Tipologia
ON.2/Prémios Novo Norte (Fase de Lançamento)	Jornal de Notícias	13 (Fevereiro e Março	Janela	Imprensa Nacional
		4 (Fevereiro e Março	Rodapé	Imprensa Nacional
		4 (Fevereiro e Março	Página inteira (2ª página)	Imprensa Nacional
		1 (Fevereiro e Março	Página inteira (ímpar)	Imprensa Nacional
		2 (Fevereiro e Março	Página inteira JN Neg. (ímpar)	Imprensa Nacional
		2 (Fevereiro e Março	Centro de página	Imprensa Nacional
		8 (Fevereiro e Março	JN Cidades/Páginas Inteiras	Imprensa Nacional
Encontros a Norte "Agro-Alimentar"	Jornal Grande Porto	04-Fev	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal Público	07-Fev	¼ página a cores	Imprensa Nacional
Seminário "Regionalização & Revisão Constitucional: que Perspetivas?"	Jornal Público	16-Fev	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	16-Fev	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Grande Porto	18-Fev	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
Seminário "O Plano Nacional de Reformas, a Europa 2020 e os Apoios Comunitários na Região do Norte" (Proposta de Aquisição de Bens e Serviços)	Jornal de Notícias	14 de Fevereiro	1/2 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	13 de Fevereiro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	13 de Fevereiro	1/2 página a cores	Imprensa Nacional

Campanha	Meio	Inserções	Caract.	Tipologia
	Jornal Público	14 de Fevereiro	¼ página a cores	Imprensa Nacional
	Diário Económico	12 de Fevereiro	1/2 página a cores	Imprensa Nacional (ESP: ECON.)
	Jornal de Negócios	14 de Março	¼ página a cores	Imprensa Nacional (ESP: ECON.)
	Jornal OJE	14 de Março	¼ página a cores	Imprensa Nacional (ESP: ECON.)
	Diário do Minho	14 de Março	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Correio do Minho	14 de Março	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal Labor	15 de Março	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal Douro Hoje	17 de Março	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal A Voz de Trás-os-Montes	17 de Março	¼ página a cores	Imprensa Regional/Local
	PORTO CANAL	12 a 17 de Março	50 spots/20"	Televisão
Prémio de Arquitetura do Douro	Rádio Nova; Clube de Lamego; Torre de Moncorvo; Montemuro; Voz do Douro; Cidade Sabrosa)	Fevereiro/Março	Spots 30"	Rádios (Difusão Local)
	Jornal Grande Porto	Fevereiro	¼ página a p&b	Imprensa Regional/Local
	Jornal Douro Hoje	Fevereiro	¼ página a p&b	Imprensa Regional/Local
	Jornal Notícias de Vila Real	Fevereiro	¼ página a p&b	Imprensa Regional/Local
	Jornal Voz de Trás-os-Montes	Fevereiro	¼ página a p&b	Imprensa Regional/Local
	Jornal de Notícias	5 de Março	¼ página a cores	Imprensa Nacional
Encontros a Norte "Brasil/Agroalimentar"	Jornal de Negócios	17 de Março	¼ página a cores	Imprensa Nacional (ESP: ECON.)
ON.2/Prémios Novo Norte (Publicitação de Prorrogação do Prazo de Candidaturas)	Jornal de Notícias	2 (21 e 23 de Março)	Página Inteira (Contracapa JN Cidades)	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	4 (16, 18, 20 e 24 de Março	Triângulo	Imprensa Nacional
ON.2/Prémios Novo Norte 2011 (Fase de Encerramento: Anúncio	Jornal de Notícias	2 de Junho	página inteira	Imprensa Nacional

Campanha	Meio	Inserções	Caract.	Tipologia
de Vencedores e Entrega de Prémios)		2 de Junho	página inteira	Imprensa Nacional
		20 de Junho	página inteira	Imprensa Nacional
		21 de Junho	página inteira	Imprensa Nacional
		22 de Junho	página inteira	Imprensa Nacional
		23 de Junho	página inteira	Imprensa Nacional
		24 de Junho	página inteira	Imprensa Nacional
		26 de Junho	página inteira	Imprensa Nacional
		27 de Junho	página inteira	Imprensa Nacional
		28 de Junho	página inteira	Imprensa Nacional
		1 de Julho	página inteira	Imprensa Nacional
		1 de Julho	página inteira	Imprensa Nacional
	PORTO CANAL	Junho	Spots promocionais; cobertura da cerimónia c/ repetições	Televisão
Prémio de Arquitetura do Douro 2010/2011 (fase de encerramento)	Douro Hoje	14 de Abril	1/4 página; p&b	Imprensa Regional/Local
	Voz de Trás-os-Montes	14 de Abril	1/4 página; p&b	Imprensa Regional/Local
ON.2 - O NOVO NORTE: CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO	Diário Económico	21 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Negócios	19 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Expresso	13 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Expresso	23 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	7 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	14 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	21 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	24 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	30 de Julho	página inteira a cores	Imprensa

Campanha	Meio	Inserções	Caract.	Tipologia
				Nacional
	Jornal "I"	20 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Jornal "O Sol"	22 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	7 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público (inserção of.)	25 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	21 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	31 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Revista Sábado	28 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Revista Visão	4 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Revista Visão	21 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Alto Minho	8 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Regional/Local
	Jornal Alto Minho	18 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Regional/Local
	Correio do Minho	11 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Regional/Local
	Correio do Minho	21 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Regional/Local
	Diário do Minho	18 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Regional/Local
	Diário do Minho	21 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Regional/Local
	Douro Hoje	4 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Regional/Local
	Douro Hoje	21 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Regional/Local
	Grande Porto	29 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Regional/Local
	Mensageiro Notícias	21 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Regional/Local
	Mensageiro Notícias	28 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Regional/Local
	Nordeste	2 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Regional/Local
	Nordeste	18 de Julho	página inteira a cores	Imprensa Regional/Local
	Voz de Trás-os-	21 de Julho	página inteira a cores	Imprensa

Campanha	Meio	Inserções	Caract.	Tipologia
	Montes			Regional/Local
	TSF	60 spots 30''	spot radiofónico de 30''	Rádio Nacional
	Rádio Alto Minho	58 spots 30''	spot radiofónico de 30''	Rádio Local
	Rádio Ondas do Lima	56 spots 30''	spot radiofónico de 30''	Rádio Local
	Rádio Antena Minho	56 spots 30''	spot radiofónico de 30''	Rádio Local
	Rádio Clube da Feira	54 spots 30''	spot radiofónico de 30''	Rádio Local
	Rádio Felgueiras	54 spots 30''	spot radiofónico de 30''	Rádio Local
	Rádio Nova	51 pots 30''	spot radiofónico de 30''	Rádio Local
	Público ON-LINE	270000 visualizações	Banner digital animado/homepage	Imprensa Digital (Web)
ON.2/Prémios NOVO NORTE (Sessão Regeneração Urbana - Vila do Conde)	Jornal de Notícias	25 de Julho	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Público	25 de Julho	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
ON.2 - Campanha de Divulgação (Jornais Económicos/SEMANÁRIO ECONÓMICO)	Vida Económica	12 de Agosto	página inteira a cores	Imprensa Nacional
	Vida Económica	26 de Agosto	página inteira a cores	Imprensa Nacional
ON.2 - Congresso da Rota do Românico	Jornal de Notícias	28 de Setembro	página inteira a cores	Imprensa Nacional
ON.2 - Campanha de Divulgação (Jornal AS ARTES ENTRE AS LETRAS)	As Artes entre as Letras	Setembro	página inteira a cores	imprensa especializada
ON.2: Campanha Norte School	Jornal de Notícias	15 de Novembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	16 de Novembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	23 de Novembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	27 de Novembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal de Notícias	3 de Dezembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Rádio Nova Era	Novembro	45 Spots radiofónico de 25''	Rádio Local
	Facebook	Novembro	banner estático/900 cliques	Internet
CCDR-N/Estrutura de Missão do Douro: Campanha 10 Anos	Jornal de Notícias	9 de Dezembro	Página inteira CORES	Imprensa Nacional

Campanha	Meio	Inserções	Caract.	Tipologia
Douro Património Mundial	Jornal de Notícias	14 de Dezembro	Página inteira CORES	Imprensa Nacional
	Jornal Público	9 de Dezembro	Página inteira CORES	Imprensa Nacional
	Jornal Público	14 de Dezembro	Página inteira CORES	Imprensa Nacional
	Jornal Grande Porto	9 de Dezembro	Página inteira CORES	Imprensa Regional/Local
	Ação Imprensa Local/Douro: Arrais; Voz de Trás-os-Montes; Jornal do Nordeste; Notícias de Vila Real; Douro Hoje	5 inserções/ Dezembro	Página inteira CORES/Banner digital animado/homepage	Imprensa Regional/Local e Imprensa Digital (Web)
	4 concelhos Douro	Dezembro	Outdoors	Outdoors
Conferência "Avaliação do Investimento Público: a experiência do Green Book"	Jornal Público	27 de Novembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
ON.2/Evento Anual	Jornal de Notícias	16 de Dezembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Diário Económico	16 de Dezembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Público	16 de Dezembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Vida Económica	16 de Dezembro	Banner digital animado/homepage	Imprensa Digital (Web)
	Jornal de Negócios	16 de Dezembro	1/4 página a cores	Imprensa Nacional
	Jornal Grande Porto	16 de Dezembro	1/4 página a cores	Imprensa Regional/Local
	Diário do Minho	16 de Dezembro	1/4 página a cores	Imprensa Regional/Local

Eventos & Relações Públicas

A realização de eventos em 2011, designadamente sessões públicas, *workshops*, seminários temáticos ou cerimónias de assinatura de contratos, visando direta ou indiretamente as oportunidades, decisões e aplicação do ON.2, continua a configurar uma vertente de comunicação relevante do Programa, permitindo simultaneamente o contacto presencial com atores e interessados e a criação de oportunidades de mediatização de concretizações e avanços da intervenção operacional.

Um outro marco do ano de 2011 diz respeito à visita do Comissário Europeu para a Política Regional, Johannes Hahn, à Região do Norte. Esta ação mereceu um especial envolvimento da Autoridade de Gestão na definição de um programa de visita capaz de retratar as mais determinantes áreas de investimento do ON.2.

Esta ação ficou marcada pelo contacto direto do Comissário Europeu com a realidade de projetos já implementados na região, como é o caso do Metro do Porto ou da requalificação urbana de Vila d'Este, dando a conhecer o seu impacto socioeconómico. A visita foi complementada por uma reunião com a Autoridade de Gestão do ON.2 e os principais agentes regionais, onde foram transmitidas as principais perspetivas relativamente ao enquadramento do Norte de Portugal no contexto do financiamento comunitário.

No contexto da visita, foi ainda desenvolvido um vídeo promocional com base na identidade e conteúdos desenvolvidos na campanha de comunicação do Programa, onde são apresentadas as principais apostas e concretizações do ON.2, e uma brochura síntese com uma seleção de projetos ilustrativos dessas mesmas apostas.

Principais Números & Factos em 2011

- Organização de 19 eventos de divulgação ou debate público, associado a uma diversificação de temas (novas oportunidades de financiamento/concursos; apoio a beneficiários; Europa 2020/Norte 2020; Norte School);
- Organização de 14 atos públicos de assinaturas de contratos de cofinanciamento;
- Cerca de 4.700 participantes.

Evento	Data	Local	Partic.
Lançamento da 2.ª Edição dos Prémios NOVO NORTE	11 de Fevereiro	Casa da Música, Porto	200
Ciclo de Conferência Encontros a Norte: "O Sector do Agro-alimentar na Região Norte: Desafios & Oportunidades"	14 de Fevereiro	TECMAIA, Maia	180
Seminário "Regionalização & Revisão Constitucional: que Perspectivas?",	21 de Fevereiro	Biblioteca Almeida Garrett, Porto	180

Evento	Data	Local	Partic.
Assinatura de contratos de financiamento comunitário relativos a investimentos do ON.2, no âmbito da realização da BTL – Feira Internacional de Turismo 2011	23 de Fevereiro	FIL, Lisboa	80
Seminário "EUROPA 2020: O Plano Nacional de Reformas 2020 e os Apoios Comunitários na Região do Norte"	17 de Março	Hotel Porto Palácio	220
Ciclo Encontros a Norte "Brasil - A Nova Política Comercial Externa: Desafios e Oportunidades para a Região do Norte	18 de Março	EGP, Porto	203
Cerimónia de Entrega do Prémio de Arquitetura do Douro 2010/2011	18 de Abril	Museu da Vila Velha, Vila Real	120
Sessão de Esclarecimento do Concurso Energia – Eficiência Energética/ON.2 – O Novo Norte	11 de Maio	Hotel Tuela Porto	180
Encontro com o conjunto dos cabeças de lista dos distritos da Região do Norte candidatos às eleições legislativas	16 de Maio	Sede da CCDR-N, Porto	60
Assinatura do contrato de cofinanciamento relativo a um conjunto de projetos infraestruturais e imateriais Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	27 de Maio	Vintage House do Pinho	60
Assinatura do contrato de cofinanciamento relativos à construção da sede Laboratório do Consórcio I3S – Instituto de Investigação e Inovação em Saúde, no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	30 de Maio	Sede da CCDR-N, Porto	50
6ª Reunião da Comissão de Acompanhamento do ON.2	16 de Junho	Braga	60
Cerimónia de Entrega dos Prémios NOVO NORTE 2011	30 de Junho	Mosteiro de S. Bento da Vitória, Porto	300
Assinatura dos contratos de cofinanciamento relativos à Programação Cultural em Rede, no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	8 de Julho	Sede da CCDR-N, Porto	60
Exposição "Novo Norte – Novas Visões da Região Norte"	11 de Julho	Instalações do IFDR, Lisboa	900
Assinatura dos contratos de cofinanciamento relativos à Proteção Civil, no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	20 de Julho	Auditório da CCDR-N, Porto	100
Encontro "Regeneração & Criatividade em Cidades – A experiência de Vila do Conde, Prémio NOVO NORTE 2011"	28 de Julho	Teatro Municipal de Vila do Conde	59

Evento	Data	Local	Partic.
Assinatura dos contratos de cofinanciamento relativos aos Centros de Informação Turística do Douro, no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	4 de Agosto	Museu do Douro, Peso da Régua	80
Assinatura dos contratos de cofinanciamento relativos aos investimentos em Saúde, no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	18 de Agosto	Sede da CCDR-N, Porto	30
Assinatura dos contratos de cofinanciamento relativos ao investimento FEIRAPARK, Parque de Ciência e Tecnologia, no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	21 de Setembro	Sede da CCDR-N, Porto	30
Assinatura dos contratos de cofinanciamento relativos aos Centros de Informação Turística no Douro, no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	3 de Outubro	Museu da Vila Velha, Vila Real	50
Workshop "Competitividade das Economias Locais: as iniciativas PROVERE na Região do Norte	6 de Outubro	Teatro Municipal de Bragança	80
Assinatura do contrato de cofinanciamento relativo ao Projeto "Cidade Tecnológica de Paços de Ferreira", no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	24 de Outubro	Museu Municipal de Paços de Ferreira	70
Conferência "Estratégias e Metodologias de Planeamento de Desenvolvimento Regional	Outubro e Novembro	Sede da CCDR-N, Porto	25
Assinatura dos contratos de cofinanciamento relativos ao PROVERE Minho IN, no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	4 de Novembro	Villa Moraes, Ponte de Lima	50
Assinatura dos contratos de cofinanciamento relativos à Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura, no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	11 de Novembro	Paço do Duques de Bragança, Guimarães	50
Iniciativa NORTE SCHOOL – Sessão de Apresentação e Lançamento da Iniciativa	16 de Novembro	Forum da Maia	150
Visita do Comissário Europeu à Região do Norte	18 e 19 de Novembro	Maia, Porto e Vila Nova de Gaia	50
Iniciativa NORTE SCHOOL – Sessão de Esclarecimento	25 de Novembro	Auditório Municipal de Mirandela	120
Conferência "A Avaliação do Investimento Público: Experiência de aplicação do 'Green Book' no Reino Unido"	29 de Novembro	EGP, Porto	120
Assinatura do contrato de cofinanciamento relativo à Incubadora de Base Tecnológica de Amarante, no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	30 de Novembro	Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante	80
Iniciativa NORTE SCHOOL – Sessão de Esclarecimento	30 de	Museu D. Diogo de	100

Evento	Data	Local	Partic.
	Novembro	Sousa	
Assinatura do contrato de cofinanciamento relativo ao Projeto "Dinamização Cultural e Turística da Rota do Românico", no âmbito do ON.2 – O Novo Norte	7 de Dezembro	Torre de Vilar Lousada	50
Sessão de Informação sobre as Oportunidades de Financiamento JESSICA	13 de Dezembro	Fórum da Maia	91
Cerimónia comemorativa do 10.º Aniversário da Classificação do "Douro Património Mundial"	14 de Dezembro	Museu do Douro, Peso da Régua	180
ON.2 – O Novo Norte: sessão de esclarecimento para promotores do aviso Equipamentos Sociais para a Coesão Local – Unidades de Cuidados Continuados Integrados a Pessoas Dependentes (ES/1/2010)	14 de Dezembro	Hotel Tuela, Porto	80
Evento Anual ON.2 – O Novo Norte: "Que Respostas Contra a Crise em 2012?"	16 de Dezembro	Fundação Cupertino Miranda, Porto	200
Total – 4.698 participantes			

Conferência Anual do ON.2: Do Normativo à Boa Prática

A realização de "uma grande ação de informação anual" sobre a execução do Programa Operacional constitui não apenas uma exigência regulamentar comunitária, como uma "boa prática" de comunicação, transparência e promoção do escrutínio público assumida pela Autoridade de Gestão do ON.2, tendo como tema dominante os principais números, factos e perspetivas futuras da aplicação do ON.2 e do QREN na Região do Norte.

Assim, a realização de um evento anual de balanço da aplicação do Programa e do QREN no espaço regional, sob o lema "O Norte e o QREN", passou a configurar uma ação estruturante da política de divulgação pública do ON.2. Em 2011, a organização da sessão "O Norte e o QREN: que respostas contra a crise em 2012?", a 19 de dezembro, – suportada num investimento publicitário e de divulgação adequado - contou com a presença de um reputado quadro de oradores, dos quais se destaca o Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, António Almeida Henriques, e uma significativa participação de instituições regionais, municípios, empresas e personalidades da sociedade civil regional, num conjunto de 200 presenças. A sessão contou com um importante reflexo mediático, designadamente em órgãos de imprensa escrita.

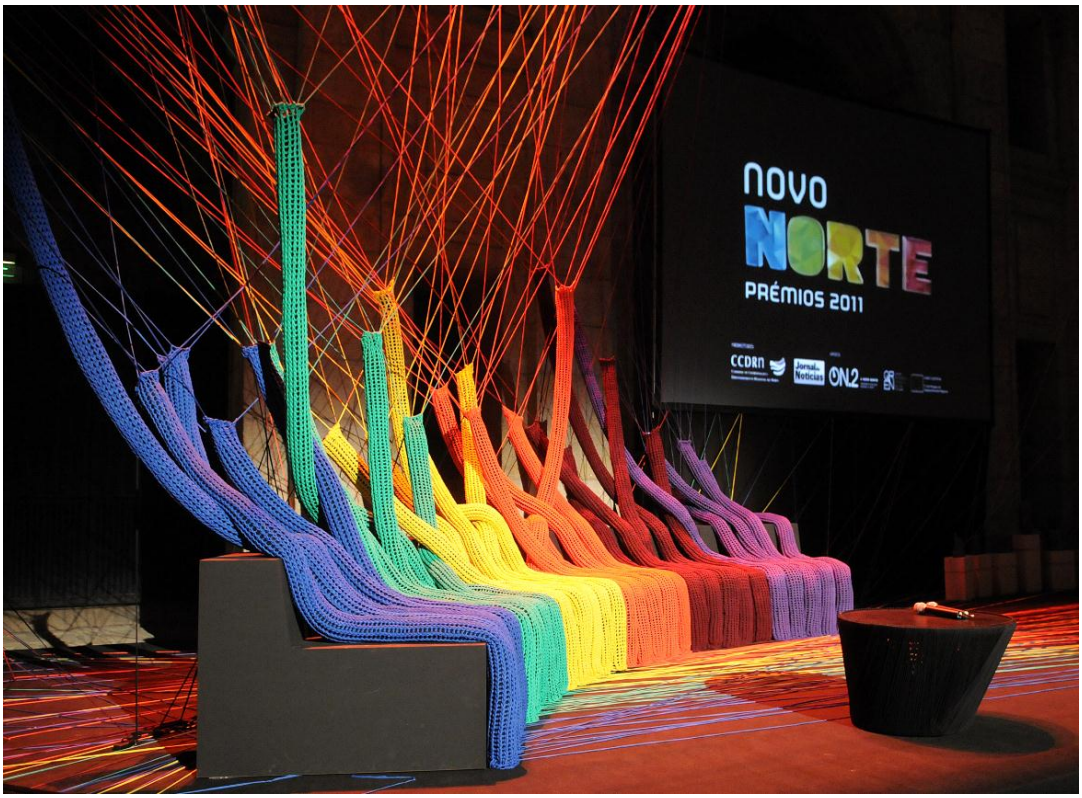
Para além da apresentação dos principais resultados anuais do Programa Operacional, foram neste evento apresentadas as metas e perspetivas para 2012 e realizado um painel de debate sobre a aplicação do QREN na Região Norte relativo aos principais desafios de mudança, nos domínios das empresas, turismo, ciência e cidades.

Dia da Europa

Conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro de 2006, a Autoridade de Gestão do ON.2 assinalou o Dia da Europa com os atos simbólicos de içar a Bandeira da Europa, dando continuidade a uma boa prática, e a inserção de um banner alusivo no site da Autoridade de Gestão em www.ccdr-n.pt. Em 2011 o dia foi igualmente assinalado com a distribuição interna pelos técnicos que compõem a estrutura interna de apoio à gestão do Programa dos postais desenvolvidos no seguimento da campanha publicitária.

Iniciativas Especiais e Novos Públicos

Prémios "NOVO NORTE": da política de *branding* à comunicação de casos de sucesso de desenvolvimento regional



Considerando os resultados positivos da primeira edição dos "Prémios NOVO NORTE", destinados a distinguir "casos de sucesso", "boas práticas" ou "projetos inovadores de desenvolvimento regional", e mantendo a sua organização e promoção numa parceria tríplice – juntando a instituição de desenvolvimento regional de referência (CCDR-N), o órgão de comunicação social nacional de maior expressão e influência regional (Jornal de Notícias –

JN) e a Autoridade de Gestão do ON.2 – a segunda edição dos “Prémios NOVO NORTE” decorreu de fevereiro a junho de 2011.

Nesta segunda edição, o concurso manteve seis categorias que convergem com os temas prioritários da estratégia “NORTE 2015”, as apostas mais fundamentais do ON.2 e a estrutura dos Prémios Europeus REGIOSTARS (iniciativa à escala europeia a que os vencedores dos “Prémios NOVO NORTE” se candidatam, tendo como promotor a CCDR-N): “Norte Inovador”, “Norte Empreendedor”, “Norte Criativo”, “Norte Sustentável”, “Norte Civitas” e “Norte Inclusivo”.

O lançamento da iniciativa contou com um “*mix* de comunicação” específico, associando componentes de *branding*, web, comunicação mediática, eventos e relações públicas e publicidade. Em particular, destacam-se:

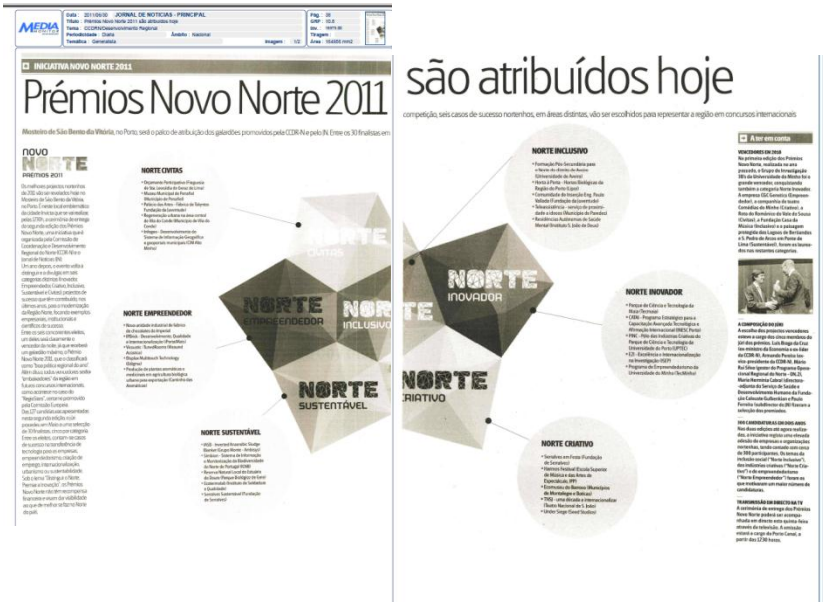
i) A ação editorial que o JN desenvolveu, como parceiro e coorganizador da iniciativa, através da criação de uma área editorial específica no portal www.jn.pt/dossies, de um conjunto de trabalhos noticiosos que contribuíram para potenciar a notoriedade e o impacto da ação e, em particular, os encartes específicos da iniciativa nos momentos de lançamento e entrega dos prémios;

ii) As campanhas de publicidade para a submissão de candidaturas, realizadas no JN (versão impressa e on-line), na TSF e no Porto Canal, em condições excecionais asseguradas pela parceria institucional, que correspondeu à mais impactante campanha de publicidade alguma vez empreendida pela CCDR-N;

iii) As cerimónias de lançamento e de encerramento e entrega de prémios do concurso, realizadas na Casa da Música e no Mosteiro de São Bento da Vitória respetivamente, e com o apoio desta instituição como entidade anfitriã, na qual participaram cerca de 500 personalidades e altos responsáveis institucionais, empresariais e científicos da Região;

iv) A utilização das Redes Sociais, nomeadamente do Facebook, para a disseminação mais informal e personalizada da iniciativa e o desenvolvimento de uma adesão emocional à marca;

v) A dinamização de uma ação de rua promocional dos prémios “NOVO NORTE”, através da utilização de um suporte tipo “zeppelin”, em parceira com a NORTAVIA (empresa aeronáutica apoiada pelo ON.2).


INICIATIVA NOVO NORTE 2011

Prémios Novo Norte 2011 são atribuídos hoje

competição, seis casos de sucesso nortenhos, em áreas distintas, vão ser escolhidos para representar a região em concursos internacionais

NORTE CIVITAS

NORTE EMPREENDEDOR

NORTE INCLUSIVO

NORTE SUSTENTÁVEL

NORTE INOVADOR

NORTE CRIATIVO

Para esta edição, a organização promoveu, ainda, e após a cerimónia de entrega dos prémios, o evento "Regeneração & Criatividade em Cidades", especialmente dedicado ao projeto de regeneração urbana de Vila do Conde, que incluiu uma visita ao projeto que recebeu do júri o galardão NOVO NORTE 2011. A visita foi precedida de um debate sobre o tema, tendo sido convidados como oradores os responsáveis pelo projeto, contribuindo para um maior conhecimento público e mediático da experiência de regeneração urbana em Vila do Conde.

Prémios NOVO NORTE 2011 | Principais Factos & Números em 2011

- Mais de 100 notícias publicadas na imprensa;
- 41.600 referências na Internet (Fonte: Google);
- 1 transmissão televisiva em direto da cerimónia de entrega de prémios de 30 de junho, seguida de 2 repetições (Porto Canal);
- 10 mil visitas Web em 6 meses;
- 500 participantes nos eventos de lançamento e entrega de prémios;
- 127 projetos candidatos;

Prémios Europeus REGIOSTARS: promoção à escala europeia de projetos inovadores de desenvolvimento regional, representativos do Norte de Portugal

A participação de uma região portuguesa nos Prémios Europeus REGIOSTARS, uma iniciativa da Comissão Europeia que distingue projetos inovadores de desenvolvimento regional como boas práticas a serem seguidas por outras regiões, deu-se pela primeira vez com o título de região finalista em fevereiro de 2011, através do Prémio NOVO NORTE 2010, relativo à instalação do Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e Medicina Regenerativa, em Guimarães, junto do Grupo de Investigação 3B's da Universidade do Minho.

A nomeação permitiu, pela primeira vez, posicionar o *branding* NOVO NORTE, assim como a reputação da marca do Programa Operacional, numa iniciativa à escala europeia com outras regiões a concurso. Enquadrada na categoria "Temas de competitividade económica", o Prémio NOVO NORTE 2010 foi distinguido a par com mais seis iniciativas de prestígio de países como o Reino Unido, a Alemanha, a Suécia e a Estónia.

Ainda em 2011, a Comissão Europeia deu a conhecer em novembro os finalistas da edição de 2012 dos REGIOSTARS e, novamente, o Norte de Portugal foi a única região a representar o país na lista dos finalistas com a distinção de duas iniciativas, uma das quais o Prémio NOVO NORTE 2011, relativo ao Programa Integrado de Regeneração Urbana de Vila do Conde, na categoria City Star. O projeto concorre ao galardão europeu juntamente com estratégias de desenvolvimento urbano implementadas na Eslovénia, Suécia e Holanda, sendo o grande vencedor conhecido em junho de 2012.

Implementação da campanha "NOVO NORTE" e ações promocionais: a comunicação das principais apostas do Programa

Ainda que o desenvolvimento criativo da campanha publicitária do ON.2 tenha decorrido em 2010, foi em 2011 que se implementou em meios publicitários, conforme destacado na rubrica comunicação publicitária, e em ações promocionais, nomeadamente através da distribuição massiva de postais na rede PostalFree e da realização de uma exposição no Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional, em Lisboa. Trata-se de um investimento pioneiro, com um Programa Operacional Regional a apostar numa grande campanha de comunicação publicitária, enquadrada na fase "Ponto Alto de Realização, Resultados e Avaliação", numa altura em que o objetivo central é divulgar as principais concretizações do Programa.

Mais expressivo em termos de indicadores, destaca-se a oferta de 10 mil exemplares de postais na rede PostalFree, distribuído em todos os circuitos de ócio e ensino localizados no Grande Porto e Aveiro (num total de 43 expositores), numa campanha que decorreu de 26 de abril a 8 de maio. Além de ter chegado a cafés e bares com elevada frequência, os postais chegaram às principais faculdades da Universidade do Porto, permitindo o acesso ao ON.2 por parte de "novos públicos", que até à data ainda não tinham sido alvo de uma ação de comunicação estruturante sobre o Programa Operacional.

Rede: Nacional
Circuito: Ócio e Ensino

A aposta neste canal de comunicação justifica-se, ainda, por se distinguir dos restantes no que toca ao contacto voluntário pelo público-alvo, garantindo uma aproximação mais eficaz e qualificada. Sendo colecionável, garante ainda a visibilidade da marca por mais tempo que outros suportes.

Já na exposição que esteve patente no IFDR, de Julho a Agosto, manteve-se a tónica sobre o *slogan* da campanha publicitária "Todas as forças se unem por um único objetivo: um NOVO NORTE", reforçando o conhecimento do impacto dos fundos comunitários na região e no país. Alinhada com as diferentes imagens produzidas para os meios publicitários e para os postais, a exposição incluiu um conjunto de cartazes alusivos às prioridades assumidas pelo ON.2: inovação empresarial, ciência e tecnologia, indústrias criativas, economia do mar, turismo, saúde, regeneração urbana, orla costeira, parque escolar e biodiversidade.

Concurso “NORTE SCHOOL”: comunicar o conceito “desenvolvimento regional” a um público jovem

Ainda no domínio das iniciativas especiais e novos públicos, o lançamento do concurso “NORTE SCHOOL” (em novembro de 2011) destaca-se enquanto exemplo no domínio das parcerias de comunicação e de “*sponsoring*”, que junta a CCDR-N, o Jornal de Notícias, a Direção Regional de Educação do Norte, o Instituto Politécnico do Porto, a Fundação da Juventude e a Porto Editora.

Subordinado ao mote "Acordaste em 2020. Como vês a tua região?”, o concurso visa distinguir os alunos do ensino secundário que desenvolvam, em contexto curricular, os trabalhos de grupo mais distintivos sobre o futuro da Região do Norte, em 2020, nos domínios "Estudos & Planeamento”, "Letras & Jornalismo” e "Artes & Design”. Com o lançamento deste concurso, o Programa Operacional associa-se a uma iniciativa que procura

tornar acessíveis para uma faixa etária mais jovem conceitos e documentos úteis desenvolvidos no âmbito regional e que enquadram a aplicação dos fundos estruturais.

A organização apostou numa ampla divulgação do concurso, sustentado num Plano de Comunicação suportado nos seguintes meios:

- ✓ Websites: www.ccdr-n.pt/norteschool | www.norteschool.blogspot.com | www.facebook.com/norteschool (canais que privilegiam o contacto com as camadas mais jovens);
- ✓ Sessões de apresentação: realização de 3 sessões de apresentação da iniciativa em diferentes cidades da região (Maia, Braga e Mirandela), com a participação de 370 alunos e professores;
- ✓ Envio de mailing informativo (enviado a 135 estabelecimentos de ensino da Região do Norte);
- ✓ Cobertura mediática: envio de nota de imprensa, tendo dado origem à publicação de 20 notícias na comunicação social.

CISION
Jornal de Notícias
26-11-2011

Estudantes desafiados a pensar região

NorteSchool foi ontem apresentado em Miandela.
Um desafio às capacidades e sonhos dos estudantes

A fase de submissão de propostas de trabalhos (manifestações de interesse) encerrou em dezembro, tendo sido apresentadas 60 candidaturas, oriundas de 24 concelhos distintos da região.

A Rede de Comunicação QREN

A Rede de Comunicação do QREN configura um dispositivo de cooperação entre as estruturas de comunicação dos programas operacionais e as autoridades nacionais do QREN, previsto na legislação nacional e comunitária, tendo em vista o desenvolvimento de ações conjuntas de maior espectro público e a coordenação de esforços com fins de qualificação global da imagem pública e transparência da aplicação dos fundos estruturais em Portugal.

O funcionamento da Rede tem permitido desenvolver, entre outras ações e resultados, os seguintes outputs comunicacionais, nos quais o ON.2 tem responsabilidade e participação ativas:

i) A publicação de dois suplementos editoriais QREN OJE, um dedicado aos "Equipamentos e infraestruturas de valorização do território", publicado em Fevereiro, e outro sobre o tema da "Internacionalização", editado em Setembro (ambos com uma tiragem de 28 mil exemplares);

ii) O canal de notícias do portal www.qren.pt;

iii) Um serviço integrado de *clipping* noticioso partilhado pelas diversas estruturas de comunicação do QREN;

iv) A participação nacional na Rede Comunitária INFORM;

v) A dinamização de uma campanha de divulgação na rede nacional do multibanco, (entre os dias 2 e 15 de Maio), tendo gerado mais de 8 milhões de contactos complementada por uma campanha de distribuição gratuita de 200 mil postais em todo o território, que abrangeram cerca de 600 mil pessoas em todo o país.

Helpdesk: apoio aos beneficiários em matéria de Imagem e Publicidade

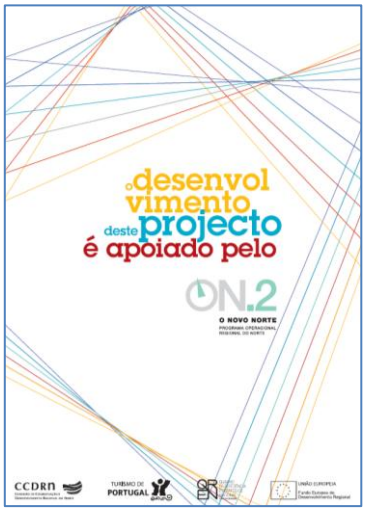
A Autoridade de Gestão do ON.2 tem implementado e em pleno funcionamento um sistema de Helpdesk telefónico e de *email* a beneficiários do Programa para a prestação de esclarecimento e "validação" de aplicações em fase de desenvolvimento. No que respeita ao esclarecimento de dúvidas relativas ao cumprimento das normas de Imagem e Publicidade, e uma vez que a execução de projetos apoiados pelo Programa tem vindo a aumentar, registou-se quase o dobro de mensagens trocadas com os promotores.

novonorte.comunicacao@ccdr-n.pt I pedidos de informação

	2008	2009	2010	2011	Total
Mensagens recebidas	13	58	67	105	**243**
Mensagens enviadas	19	73	83	148	**323**

E-mail de Helpdesk para beneficiários – Regras de Imagem e Publicidade

No âmbito deste apoio, o Gabinete de Marketing e Comunicação realizou em 2011 uma grande ação de mailling aos beneficiários do ON.2, nomeadamente 1.500 micro e pequenas empresas da região, para comunicar a obrigatoriedade de afixação de um cartaz informativo do cofinanciamento, mesmo em operações imateriais. Com o envio dos cartazes, a Autoridade de Gestão reforçou o fato de a publicitação do cofinanciamento e a divulgação da origem específica deste apoio financeiro constituírem simultaneamente um ato normativo, consagrado na legislação comunitária e nacional e em disposições específicas da Autoridade de Gestão, e um imperativo de informação e transparência públicas.



Ainda nesta matéria, e no seguimento das recomendações do documento *Avaliação da Operacionalização do "ON.2 – o Novo Norte" – Relatório Final Preliminar*, em 2011 foram sintetizadas no documento "Análise de aplicações e recursos de comunicação de entidades beneficiárias do ON.2 - Relatório da Amostragem" as ações de verificação efetuadas ao longo do ano aos materiais produzidos pelos promotores. Neste documento, apresenta-se a análise a 15 casos de publicitação ao cofinanciamento, onde a publicitação foi corrigida mediante intervenção do Gabinete de Marketing e Comunicação e outros onde os beneficiários procederam, desde início, à sua correta execução. A amostragem inclui desde suportes a operações infraestruturais (painéis publicitários e placas permanentes) a outros recursos materiais (publicações; cartazes e merchandising) e imateriais (eletrónicos, web e audiovisual).

Comunicação Interna

Neste contexto, o Plano de Comunicação incide os seus esforços em quatro domínios específicos:

i) O desenvolvimento da *newsletter* eletrónica interna;

ii) A gestão do endereço geral do ON.2 (novonorte@ccdr-n.pt) que registou, de janeiro a dezembro de 2011, um conjunto de 444 operações de reencaminhamentos internos de mensagens;

iii) O apoio à organização de reuniões técnicas e à partilha de informação;

iv) A gestão de conteúdos informativos (publicação de 109 notícias e calendarização de 68 eventos) na intranet;

v) A assessoria gráfica na preparação documental e de apresentações.

6.3 Atualização do Plano de Comunicação

A Autoridade de Gestão estabilizou, no arranque do Programa Operacional, um referencial estratégico no domínio da comunicação, que antecipou o conjunto de atividades para o biénio 2008/2009 – correspondendo à primeira fase do Plano de Comunicação – permitindo proceder posteriormente aos ajustamentos considerados adequados face à evolução subsequente da execução do Programa.

Aproveitando as recomendações apresentadas pela *Avaliação da Operacionalização do "ON.2 – o Novo Norte"*, cujo Relatório Final Preliminar foi apresentado em fevereiro de 2011 com o objetivo da melhoria da eficácia e eficiência da gestão do Programa, o Gabinete de Marketing e Comunicação da CCDR-N enquadrou ao longo do ano as atividades desenvolvidas na segunda fase prevista no Plano de Comunicação "Ponto Alto de Realização, Resultados e Avaliação". Das ações realizadas, destaca-se:

- O *website* do ON.2 foi objeto de melhorias de *webdesign* e programação tendo em vista a otimização da navegação e pesquisa de conteúdos. Foi, ainda, disponibilizada uma nova área que acolhe a Galeria Multimédia, onde se reúnem conteúdos que espelham a aplicação de boas práticas através de ficheiros de imagem e vídeos de projetos emblemáticos do ON.2.
- A segunda edição dos "Prémios NOVO NORTE" contemplou, em larga medida, uma maior captação de novos públicos e um aumento significativo da notoriedade junto dos media, através de uma ampliação das iniciativas publicitárias e de divulgação.

- A segunda temporada do programa NOVO NORTE, no Porto Canal, privilegiou um conjunto mais alargado de projetos apoiados pelo Programa e passou a incluir um debate, com a presença de especialistas e personalidades regionais.
- Os promotores do Programa passaram a ter disponível, a partir do *website* do ON.2, todos os ficheiros necessários ao correto cumprimento das regras de Imagem e Publicidade, nomeadamente uma barra de assinaturas para pronta utilização.
- O Gabinete de Marketing e Comunicação registou em relatório a reportagem fotográfica a projetos apoiados pelo ON.2, assim como a análise de aplicações e recursos comunicacionais dos seus promotores.

7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2011

7.1. Balanço Global sobre a Execução em 2011

Aceleração do ritmo de execução financeira acompanhado do nível de aprovações

Globalmente, pode-se afirmar que se a nota dominante de 2009 foi a evolução em termos de aprovações, os anos de 2010 e, principalmente de 2011, foram de evolução muito significativa em termos de execução financeira. Em 31/12/2011, a taxa de execução (execução FEDER / Programação 2007-13) era de 33,2%, mais do que duplicando o valor de 2010 (15,2%). Já a taxa de aprovações era em 31/12/2011 de 89% (66% em 2010 e 31% em 2009).

Em valor, a execução financeira do ON.2 atingiu 901 milhões de Euros FEDER (412 em 2010), para uma despesa elegível de 1.228 milhões de Euros (676 em 2010). As aprovações atingiram o valor acumulado de 2.414 milhões de Euros FEDER (1.783 em 2010), correspondendo a um investimento total de 3.942 milhões de Euros.

Quer a execução financeira quer o nível de aprovações do ON.2 aproximaram-se da programação da Autoridade de Gestão.

Refira-se que o Eixo IV, tal como sucedeu nos anos anteriores, foi o que mais contribuiu em termos absolutos para a execução financeira do Programa, com uma taxa de 44,6%, seguindo-se os sistemas de incentivos (integrado no Eixo I) com 36% da dotação indicativa, o Eixo III com 32,5% e o Eixo V com 33,7%. Verificou-se igualmente uma correspondência entre os Eixos com maior execução e os Eixos com maiores taxas de aprovação. Assim os Sistemas de Incentivos e os Eixos III e IV apresentavam, no final de 2011, taxas de aprovação de, respetivamente, 99%, 97%, e 95%.

Quanto às tipologias, destacam-se as relacionadas com a requalificação da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar e saúde.

Como o ano de 2010 foi o ano de arranque das aprovações nos Eixo I (sem sistemas de incentivos) e no Eixo II – este na sequência da aprovação dos clusters e polos de competitividade – os valores de execução permanecem baixos, sendo expectável que no ano de 2012 sejam concretizados estes investimentos.

Operações contratadas revelam bom contributo para temas prioritário “earmarking” e para os indicadores comuns comunitários

O contributo do ON.2 para os temas prioritários que contribuem para as prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa (temas “earmarking”), os quais têm no ON.2 um FEDER programado de 1.952M€ (era de 1.889 M€ antes da reprogramação técnica), ou seja, 72% da dotação FEDER do programa operacional, correspondendo a 39 temas num total de 62 temas prioritários. No final de 2011 verifica-se que 27 dos 39 temas “earmarking” apresentavam operações aprovadas, ascendendo o FEDER aprovado em temas “earmarking” a 1742 M€ (1.276 M€ em 2010), o que corresponde a 72% do FEDER aprovado.

Com o substancial aumento da execução financeira, isso também se refletiu nos valores da execução em “earmarking”, os quais passaram de 76 M€ em 2009 para 305 M€ em 2010, e para 665 M€ em 2011, sendo que os temas com execução mantiveram-se em 22 no ano de 2011.

Continua a verificar-se, uma concentração dos investimentos apoiados pelo ON.2 naquelas que são as prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa em matéria de competitividade e criação de emprego, com um peso relativo idêntico ao estabelecido em sede de programação (72,16% versus 72,0%).

Analisando qualitativamente a despesa de “earmarking” conclui-se que os 8 temas ligados à “Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Empreendorismo” asseguram 1.877 projetos dos 3.067 aprovados em termos “earmarking”, logo seguido da “Reabilitação Urbana e Rural”, com 402 projetos e pelas “Infraestruturas de Ensino”, com 346 projetos, num total de 79% do investimento FEDER aprovado em temas de “earmarking”.

Estes números refletem a opção do programa na prossecução das prioridades da União Europeia e do Governo: promoção da competitividade e criação de emprego.

Nos domínios mais diretamente ligados à Agenda da Competitividade, cujos indicadores associados apresentavam anteriormente níveis relevantes, verificou-se em 2011, tal como em 2010, um incremento muito substancial. Este crescimento é particularmente forte no que respeita aos investimentos em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, em que o número de projetos contratados ultrapassou o programado. De salientar, igualmente, o tema “8 – Outros investimentos em empresas” que visa a aposta das empresas na promoção de fatores dinâmicos de competitividade, como a internacionalização das empresas.

Mantendo a tendência relatada em 2010, continuou a observar-se uma elevada procura por apoios à I&D com um “mix” muito equilibrado entre I&D pública e empresarial. Este balanço aplica-se igualmente às ajudas diretas às PME (note-se que o ON.2 apenas prevê o apoio a

pequenas e micro empresas), com todos os indicadores a aumentarem significativamente. Este crescimento do número de projetos de apoio às PME, de novas empresas apoiadas e de investimento induzido é particularmente relevante face à conjuntura económica que se fez sentir durante estes últimos anos. Em 2011 o investimento total em projetos de apoio às empresas atingiu os 946M€ (763 M€ em 2010 e de 414 M€ em 2009), com uma componente privada que ascendia já aos 693M€ (226 M€ em 2010). No universo das PME com 1.881 projetos apoiados (1.432 em 2010), é de referir que 706 dessas empresas estavam classificadas em sectores intensivos em conhecimento e de média e alta tecnologia (449 em 2010).

Incidência intraregional dos apoios no sentido da coesão territorial

Outra conclusão relevante prende-se com o impacto do ON.2 em termos de coesão territorial interna à Região do Norte. Com base nos valores acumulados em finais de 2011, confirma-se uma distribuição do FEDER aprovado fortemente correlacionada com o peso demográfico e económico dos diferentes territórios, destacando-se assim, em valor absoluto, o montante afeto à Área Metropolitana do Porto, seguida de perto pela CIM do Tâmega e Sousa. Mas confirma-se igualmente que são os territórios NUTS III com menores níveis de rendimento "per capita" que apresentam incidências de apoio "per capita" maiores ("Minho–Lima", "Douro" e "Alto Trás-os-Montes"). A excepção a este comportamento é o "Ave", e o "Cávado".

Agravamento do contexto macroeconómico

O Programa conseguiu no ano agora em análise cumprir o seu maior repto: acelerar definitivamente a execução.

No entanto, o agravamento das dificuldades decorrentes do contexto macroeconómico que ocorreram em 2011, nomeadamente quanto às restrições financeiras da generalidade dos beneficiários do ON.2, por via das dificuldades financeiras do Estado e da evolução negativa das condições de acesso ao crédito, tem vindo a criar fortes dificuldades de concretização das operações.

7.2. Previsões e perspetivas para 2012

Para fazer face às dificuldades económicas e financeiras que o País atravessa, com claro impacto nos promotores do ON.2, nomeadamente as empresas, as autarquias locais e a administração central, urge relançar a competitividade e o emprego, utilizando da melhor forma a oportunidade dada pelos fundos comunitários.

O ano de 2012 será, por isso, caraterizado pela reprogramação estratégica do QREN e, como tal, do ON.2, com vista a contribuir para o relançamento económico e para o emprego, nomeadamente jovem.

A abertura de novos concursos que contribuam para esse desiderato e o aumento da execução financeira, injetando dinheiro na economia serão, assim, os grandes objetivos do Programa.

Previsões para aprovações e execução

No âmbito das Previsões dos Pedidos de Pagamento enviadas à Comissão Europeia, nos termos do estipulado no nº 3 do artigo 76º do Regulamento (CE) 1083/2006 de 11 de Julho e do artigo 40º do Regulamento (CE) 1828 de 8 de Dezembro, foram apresentados os valores para 2012 e 2013 que constam do Quadro seguinte. Estes valores baseiam-se nas metas de execução do Programa estabelecidas pela Comissão Diretiva do ON.2 para 2012, que consideraram uma taxa de compromisso a alcançar na ordem dos 95 a 100% e uma taxa de 53 % como meta de execução.

Quadro 7.1 – Previsões de Pedidos de Pagamento à CE em 2012 e 2013

Eixos Prioritários	Total de Pedidos de Pagamento a efetuar em 2012		Total de Pedidos de Pagamento a efetuar em 2013	
	Custo Total Elegível	Fundo	Custo Total Elegível	Fundo
PO	**657.250**	**545.100**	**703.113**	**583.060**
EP1 - Sistemas de Incentivos	79.802	64.600	87.783	71.060
EP1 - Outros Regulamentos	135.886	110.000	153.181	124.000
EP2	71.176	60.500	89.412	76.000
EP3	58.824	50.000	58.824	50.000
EP4	299.796	250.000	299.796	250.000
EP5	11.765	10.000	14.118	12.000

UN: Mil Euros

Estas previsões, apresentadas à Autoridade de Certificação em Abril de 2012, foram calculadas pelos Secretariados Técnicos responsáveis pelos Eixos do Programa, tendo, no caso das operações dos Sistemas de Incentivos, sido tratadas as informações a este respeito recolhidas junto dos quatro Organismos Intermédios envolvidos (AICEP, ADI, TP e IAPMEI).

De referir que as previsões para 2013 estão neste momento dificultadas, uma vez que dependerão da reprogramação estratégica que decorrerá durante o corrente ano. Contudo, os montantes avançados para 2012 e 2013, permitem direcionar o Programa para o cumprimento em 2013 da *regra n+2*.

Nesta previsão mantêm-se como fatores de incerteza: a amplitude da redução do financiamento PIDDAC para assegurar a contrapartida nacional das operações financiadas e a evolução da capacidade do sistema bancário em financiar as empresas e entidades públicas. No entanto, esta incerteza poderá ser contrariada pela manutenção do aumento das taxas de cofinanciamento para um conjunto alargado de tipologias bem como pelas novas fases de implementação do empréstimo-quadro entre a República e o BEI para o financiamento das operações QREN, aspetos que consideramos decisivos para possibilitar o atingir das metas fixadas.

Anexos

Anexo "Avaliação" (Recomendações da Avaliação da Operacionalização do ON.2 – "O Novo Norte". "Follow up" da Autoridade de Gestão)

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.11 (valores acumulados)

Anexo III - Aprovações e execução por Regulamento Específico até 31.12.11 (valores acumulados)

Anexo IV - Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.11 (valores acumulados)

Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União)

Anexo VI - Relatório de acompanhamento dos Instrumentos de Engenharia Financeira (Fundos de Participação)

Anexo VII - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Anexo VIII - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo IX - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.11 (valores acumulados)

Anexo XI - Regulamentação Específica / Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Anexo XII - Processo de seleção por Eixo Prioritário até 31.12.11 (valores acumulados)

Anexo XIII - Ficha de Grande Projeto